

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

O ESTADO NOVO BRASILEIRO: DIÁLOGO JURÍDICO E CONTRIBUTO
PORTUGUÊS

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

VOLUMES I E II

Orientador: Doutor José Artur Duarte Nogueira

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências
Histórico-Jurídicas

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

O ESTADO NOVO BRASILEIRO: DIÁLOGO JURÍDICO E CONTRIBUTO
PORTUGUÊS

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

Orientador: Doutor José Artur Duarte Nogueira

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Histórico-Jurídicas

Júri:

Presidente:

– Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves, Professora Associada e membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Ruth Maria Chitto Gauer, Professora Titular
Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul;
- Doutor Luís Miguel Lopes de Carvalho Bigotte Chorão, Investigador Integrado
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra;
- Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira, Professor Catedrático
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Orientador;
- Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Professor Catedrático
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Doutora Elsa Marina Rosa Dias Oliveira, Professora Associada
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Doutor Gonçalo Teotónio Pereira Sampaio de Mello, Professor Auxiliar
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Aos meus pais. **Sempre.**

“O ordenamento jurídico de uma época não nasce de um acto instantâneo. É constituído por normas herdadas das épocas anteriores e de outras que se vão acrescentando paulatinamente. “

(Martin e Ruy de Albuquerque, 2005, p. 13)

“Adoramos a perfeição, porque a não podemos ter; repugná-la-íamos, se a tivéssemos. O perfeito é desumano, porque o humano é imperfeito”.

(Fernando Pessoa, 1986, p. 286)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido paciência, saúde e tenacidade para a concretização deste trabalho.

À Rezinha, doce companheira e amiga leal, que sempre me incentivou, ao ponto de parar os seus muitos afazeres profissionais para ajudar na correção e leitura de alguns textos.

Aos meus familiares que sempre estiveram torcendo e acreditando que eu conseguiria chegar até aqui, notadamente à minha idosa mãe que nunca me faltou e incentivou sobremaneira neste meu projeto acadêmico, a ela a minha eterna gratidão.

Ao casal sempre amigo e solidário, Márcia e Frederico Kirzner, que me deram grande apoio moral e material, tanto em Portugal como no Brasil, além de muitas palavras de incentivo e conforto para enfrentar esta estafante jornada acadêmica.

Aos meus amigos e colegas advogados, Carlos A. A. Monteiro de Araújo, George Luiz Vidal Wanderley, José Airton Garrido de Vasconcelos, Jair Lopes, Felipe Silva e Rudy Kirzner que sempre me incentivaram aos estudos, que entenderam as minhas dificuldades, e nunca pouparam esforços em me substituir, graciosamente, nos muitos compromissos da minha advocacia, para que assim não me faltasse tempo e paz de espírito para prosseguir na elaboração desta pesquisa, a todos o meu fraterno abraço e eterno agradecimento.

Aos amigos Adonis Costa e Silva, Carlos Alberto Cunha Miranda, David Kirzner, Eduardo Paiva, Estevão Britto, George Félix Cabral, José Augusto dos Santos Neto, José Elias Dubard de Moura Rocha, João Alves, Marcelo Casseb, Mariana Leitão, Maíra Viana, Luis Rodrigues, Ramires Teixeira, Rosângela Araújo Viana de Lira e Tibério Pedrosa Monteiro, pelo sempre incentivo, diálogo e apoio nas fases mais difíceis.

Aos primos e amigos, Anna Feitosa, Cozette Feitosa, Júlio Barragán e, em especial, à Annik Lambert, todos portugueses, pela grande ajuda e carinho nessa minha jornada acadêmica.

A Pedro Bacelar pela sua amizade e constante ajuda com as minhas limitações e dificuldades na seara da informática.

Aos meus professores que marcaram minha trajetória acadêmica no seio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e também a todos os meus colegas de sala que contribuíram de forma direta ou indireta para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Recife, Janeiro de 2019.

RESUMO

Investigar factos e circunstâncias que motivaram a criação, o formato e a evolução do Estado Novo brasileiro (1937 – 1945) é essencial para conhecê-lo plenamente. E conhecê-lo plenamente implica entender as mutações do ordenamento jurídico e o modelo estatal imposto, àquela altura, à nação, quando já havia no decênio de 1930 uma forte interação entre Brasil e Portugal, notadamente os laços culturais que se fortaleceram ao longo de todo o período Vargas, entre 1930 e 1945. O pensamento político e católico circulante em Portugal no século XX é significativo a ambos os regimes de tradição católica, e as ações governamentais ocorridas na terra lusitana são de capital importância à compreensão da política e ao direito dos dois países. Também a crise do liberalismo na transição do século XIX ao século XX, acentuada com o fim da I Guerra Mundial, a ascensão do regime comunista na Rússia em 1917 e do fascismo na Itália em 1922, a instabilidade econômica mundial deflagrada com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, são fatores de contribuição ao pensamento político de Brasil e Portugal (e a outros também, *v.g.*, Alemanha), e na criação de instituições e diplomas legais, alguns referidos nesta dissertação. O diálogo jurídico e o contributo português na criação e condução do Estado Novo de Vargas emergirão ao longo deste trabalho, para assim revelar a influência do Portugal de Salazar naquele processo autoritário e corporativo, vivenciado pelos brasileiros entre 1937 e 1945. Mediante a análise das circunstâncias que envolveram os dois países naquele período, e antes até, somados aos achados documentais e bibliográficos, a pesquisa demonstra, precisamente, que houve diálogo jurídico e contributo português na criação e condução do Estado Novo de Vargas. Houve igualmente influência do Portugal de Salazar naquele processo autoritário e corporativo vivenciado pelos brasileiros no período supra. Enfim, será uma oportunidade de se entender, através deste trabalho, a dinâmica dos interesses políticos, sociais e jurídicos no âmbito nacional, mediante o estudo da História e do Direito.

Palavras-chave: Estado Novo brasileiro. Laços culturais. Crise do liberalismo. Diálogo jurídico. Influência de Portugal.

ABSTRACT

Investigation of facts and circumstances that led to the creation, shape and evolution of the so called “Estado Novo Brasileiro” (Brazilian New State, 1937 – 1945) are essential to achieve a complete understanding and deep knowledge of the Regimen. This means understanding the mutations of the juridical order and state model, imposed to the nation at that time, when in the 1930 decade there was already a strong interaction between Brazil and Portugal, specially due to the cultural bonds, which became stronger during Vargas’ period, from 1930 and 1945. Political and catholic ideologies, dominant in Portugal in the XX Century, were significant for both regimens of catholic tradition and governamental actions taken in Portugal were of major importance for comprehension of policies and rights of both countries. Besides, the crisis of liberalism, in the transition from the XIX to the XX Century, was intensified with the end of the World War I, increase of facism in Italy, in 1922, the communist implantation in Russia, in 1917, , world economic instability triggered by the crash of the New York Stock Exchange in 1929. All this contributed to the development of political ideologies in Brazil, Portugal and others like Germany, with the creation of Institutions and legal diplomas. The “juridic dialogue” and the Portuguese contribution in the creation and conduction of Vargas’ New State reveal the influence of Salazar in the formation of the Vargas’ dictatorship as well as in the conduction of its juridic system.

Keywords: Brazilian New State. Cultural bonds. Crisis of liberalism. Juridic dialogue. Portuguese contribution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AIPB	Ação Imperial Patrianovista Brasileira
ALN	Aliança Libertadora Nacional
CF/1891	Constituição Federal de 1891
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CPC	Código de Processo Civil
CRP/1911	Constituição da República Portuguesa de 1911
CRP/1933	Constituição da República Portuguesa de 1933
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Pública e Social
DGS	Direção Geral de Segurança
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DM	Diário da Manhã
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ETN	Estatuto do Trabalho Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FM	Folha da Manhã
GAL	General
GPLPE	Gabinete Português de Leitura de Pernambuco
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IOAB	Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil
LICC	Lei de Introdução ao Código Civil
LP	Legião Portuguesa
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Manuel Anselmo
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNL	Martinho Nobre de Mello
MP	Mocidade Portuguesa

MVSN	Milícia Voluntária para a Segurança Nacional
OA	Ordens dos Advogados Portugueses
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OVRA	Organização da Vigilância e Repressão ao Antifascismo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PNF	Partido Nacional Fascista
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SAM	Semana de Arte Moderna
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VF	Vaterlandische Front

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	34
A TEORÉTICA DO CORPORATIVISMO	34
SECÇÃO 1. DA GÊNESE DO ESTADO CORPORATIVO	34
1.1 As Raízes do Corporativismo	34
1.2 O Pensamento Social e Político até 1918	44
1.3 As Circunstâncias do Pós-Guerra e a Ascensão do fascismo	57
SECÇÃO 2. O IDEAL CORPORATIVISTA NA EUROPA	72
2.1 Aspectos Gerais	72
2.2 O Corporativismo em Itália	73
2.3 O Corporativismo na Áustria	80
2.4 O Corporativismo em Espanha.....	85
SECÇÃO 3. O CORPORATIVISMO EM PORTUGAL.....	97
3.1 O Movimento Integralista	97
3.2 A Implantação do Estado Corporativo - <i>O Estado Novo</i>	109
3.3 Integralistas e <i>O Estado Novo</i>	129
CAPÍTULO II.....	136
A INCIDÊNCIA POLÍTICA E JURÍDICA DO CORPORATIVISMO NO BRASIL ..	136
SECÇÃO 4. CIRCULARIDADE DE IDEIAS POLÍTICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL.....	136
4.1 A República no Brasil e em Portugal.....	136

4.2	O Integralismo no Brasil	153
4.3	Aproximação: Portugal e Brasil	157
4.4	Integralismo brasileiro e diálogo com integralistas lusitanos.....	162
SECÇÃO 5. O CORPORATIVISMO NO BRASIL.....		173
5.1	A evolução histórico-jurídica do corporativismo no Brasil	173
5.2	Corporativistas brasileiros	185
5.3	Corporativismo no Brasil e em Portugal: convergências e divergências.....	199
SECÇÃO 6. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937: ESTRUTURA DO ESTADO NOVO		208
6.1	Circunstâncias que antecederam a <i>Constituição de 1937</i>	208
6.2	Inovações constitucionais	220
6.3	Estado Novo brasileiro: ideologia nacional?.....	229
CAPÍTULO III		239
A INTERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1930 A 1945		239
SECÇÃO 7. DIÁLOGO RELIGIOSO E CULTURAL BRASIL-PORTUGAL		239
7.1	Culto a Fátima. Visita do Cardeal Cerejeira ao Brasil	239
7.2	Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo	251
7.3	Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941	259
7.4	O Ciclo Cultural Luso-Brasileiro de 1942 no Recife	264
SECÇÃO 8. SIMILITUDES INSTITUCIONAIS E JURÍDICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1930 A 1945)		268
8.1	Salazar e Vargas: perfil e época.....	268
8.2	O <i>Diário da Manhã</i> e a <i>Folha da Manhã</i>	275

8.3	O Código de Processo Civil Brasileiro: influência lusitana	278
8.4	Legislação laboral no Brasil e em Portugal: matriz comum.....	288
8.5	Governar com uma polícia-política: prática de Salazar e Vargas.....	294
 SECÇÃO 9. DIÁLOGO JURÍDICO E POLÍTICO ENTRE BRASILEIROS E		
PORTUGUESES DE 1930 A 1945		316
9.1	Atuação do Embaixador Martinho Nobre de Mello.....	316
9.2	Manuel Anselmo e o diálogo luso-brasileiro no Estado Novo varguista	321
9.3	Efetivo diálogo jurídico: as obras de Barreto Campelo e Gilberto Osório.....	323
9.4	A obra de Manoel Lubambo.....	333
9.5	Advocacia em Regime de reciprocidade.....	336
9.6	Representação diplomática	340
 CONCLUSÃO		355
 REFERÊNCIAS.....		369

INTRODUÇÃO

O século XX foi para a humanidade uma era de múltiplos conflitos e não somente bélicos. Recorrendo a Eric Hobsbawm, uma era de extremos¹.

Portugal e Brasil não se afastaram daquela realidade. As primeiras quatro décadas do século XX, para ambos os países, foram marcadas por processos constitucionais de ruptura, crises de diversas naturezas, revoluções, guerras, conflitos ideológicos e inovações no campo jurídico, econômico e do Estado. Enfim, um conjunto de situações frequentemente ocorridos em contextos radicais, como se a sociedade estivesse ansiosa por experimentar novidades e testá-las na procura de caminhos diferentes. No contexto internacional as duas guerras mundiais traçaram cenários aos quais era impossível ficar alheio.

Participando directa ou indirectamente, ou coexistindo de forma neutral (como na Suíça), quase todas as nações nelas se envolveram, com resultados vários, mas nenhum completamente inócuo. Em muitos casos, a barreira do oceano não foi obstáculo suficiente para as imunizar do contágio, a exemplo dos Estados Unidos da América.

No período entre as guerras mundiais encontramos no campo da economia o declínio do liberalismo no globo, a ascensão do regime comunista na Rússia em 1917, o fascismo na Itália no ano de 1922, a crise econômica sofrida com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, facto que prejudicou diretamente as exportações do café brasileiro², a ascensão do nazismo na

¹ Cf. HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

² O café era o maior produto de exportação do Brasil naquela época. Segundo Boris Fausto, “Em plena campanha eleitoral, estourou em outubro de 1929 a crise mundial. Ela apanhou a cafeicultura em uma situação complicada. A defesa permanente do café gerava a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em consequência, as plantações se estenderam no Estado de São Paulo. [...] Com a crise, os preços internacionais caíram bruscamente. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda dos preços com a ampliação do volume de vendas. Os fazendeiros que tinham se endividado, contando com a realização de lucros futuros, ficaram sem saída. Surgiu então o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento

Alemanha com a chegada de Hitler ao poder em 1933, e o acirramento ideológico entre direita e esquerda tão visível na Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939). Com a invasão da Polônia por tropas hitleristas em Setembro de 1939 teve início a II Guerra Mundial, essa que não deixou de influir no contexto no qual Portugal e Brasil, e demais países do globo, estavam inseridos naquele tempo.

Volvendo ao decênio de 1930, é facto que em Abril de 1933 Portugal tornou-se uma república corporativa mediante a entrada em vigor da sua segunda Constituição republicana, iniciando-se o regime que passaria à História com o nome de Estado Novo. Sob a batuta do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, o dito regime duraria cerca de quarenta anos, tornando-se um dos mais longevos que a Europa e o mundo conheceram conduzido por um mesmo governante.

Outrossim, naquele período, Portugal apropriou-se de princípios sociais divulgados no papado de Leão XIII, notadamente aqueles trazidos com a Encíclica *Rerum Novarum*, o que era significativo em um país de acentuada tradição católica, e que também influenciaria o Brasil. A Encíclica³ defendia abertamente uma proteção social aos obreiros em um quadro de estabilidade na relação capital-trabalho, invocando, para isso, até as antigas corporações, contudo, de outro lado, condenava as ideias socialistas e o uso coletivo da propriedade.

Aquele pensamento doutrinal prosseguiu no século XX a influenciar pessoas, governos e partidos políticos, sendo até hoje tema atraente a muitos

da crise, por meio da concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recurso às emissões, tendo em vista as dificuldades pelas quais passava o Banco do Estado. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial que, aliás, acabou por água abaixo, o presidente recusou. Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Realizou-se um congresso de lavradores em fins de 1929/1930, no qual o governo foi violentamente atacado.” Cf. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p.p 320-321.

³ A primeira encíclica remonta ao Papa Bento XIV, em 1740, que, logo após chegar ao papado, editou o texto “*Ubi Primum*”, sobre a função dos bispos. Cf. ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Doutrina social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 180.

pesquisadores. Em Portugal, a assimilação daquele pensamento social acompanhou a trajetória política de Salazar, do seu Estado Novo, inaugurando-se uma nova era política, um novo modelo de estado, hostil ao comunismo⁴ e ao liberalismo, mas que primava por liberdade religiosa, pelo direito de propriedade, por amparo social e por uma economia corporativa.

Do outro lado do Atlântico, poucos anos mais tarde, a partir de Novembro de 1937, o Brasil viveria igualmente uma fase política autoritária e de feição corporativa, fruto de um movimento insurrecional liderado por Getúlio Vargas, como apoio de autoridades civis e militares fiéis à sua governança. É certo que Vargas governava já desde 1930, primeiro no quadro de um Governo Provisório saído da Revolução ocorrida naquele ano que impediu a tomada de posse do candidato eleito Júlio Prestes⁵ e, depois, a partir de 1934, já sob a égide de uma nova Constituição, ele foi eleito por via indireta para um mandato de quatro anos⁶. Contudo, a fase que efetivamente nos interessa teve início apenas em Novembro de 1937.

Fruto de um golpe de Estado liderado pelo próprio Vargas, aquele período autoritário também ganhou a designação de **Estado Novo**. Todavia, com duração muito mais breve do que o português – vigoraria somente até Outubro de 1945. Os pontos de contacto entre ambos os regimes, o brasileiro e

⁴ O ideário do comunismo recebia suporte da então URSS em diversos lados do mundo, por obra da *Terceira Internacional* (Komintern), uma organização criada por Lenine em Moscovo no ano de 1919. Cf. RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 312.

⁵ Júlio Prestes enfrentou o exílio na Europa e só retornou ao cenário político em 1945 como fundador do Partido União Democrática Nacional (UDN).

⁶ *Vide* Constituição de 1934 - Disposições Transitórias - "Art. 1º Promulgada esta Constituição, a Assembléa Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da Republica para o primeiro quadriennio constitucional. § 1º Essa eleição far-se-á por escrutnio secreto e será, em primeira votação, por maioria absoluta de votos, e, se nenhum dos votados a obtiver, por maioria relativa, no segundo turno. § 2º Para essa eleição não haverá incompatibilidades. § 3º O presidente eleito prestará compromisso perante a Assembléa, dentro de quinze dias da eleição e exercerá o mandato até 3 de maio de 1938. § 4º Findará na mesma data a primeira legislatura." Nota do Autor: A legislação brasileira citada ou transcrita ao longo desta dissertação foi pesquisada nos sítios eletrônicos do Palácio do Planalto/Presidência da República (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>) e do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>), também no Arquivo Público do Estado de Pernambuco (<http://arquivopublico.pe.gov.br/>) e na Companhia Editora de Pernambuco (<https://www.cepe.com.br/>), com as ressalvas específicas.

o português, poderão ter sido, ou não, mais que mera coincidência terminológica? Essa foi a pergunta que nos ocorreu logo nos primeiros momentos de sabença da utilização comum da nomenclatura Estado Novo por ambos os países. Daí o *leitmotiv* para o desafio dessa pesquisa.

Confrontados com a interrogação, não demoraríamos muito a formar a convicção de que a proximidade ia para além da mera coincidência. De início, não era mais que uma hipótese cujos contornos não surgiam na nossa mente ainda bem delineados e, menos ainda, claramente suportados. Nem de outro modo podia ser, pois as leituras eram até então exíguas e fragmentadas. Investimos, por isso, na respectiva ampliação já, porém, com uma forte expectativa de a consolidar.

Depois, à medida que, lentamente, a investigação avançava, a convicção foi-se firmando, parecendo-nos justificar já plenamente ser olhada como linha de aprofundamento com objectivos académicos.

O enquadramento dos dois movimentos através de factos políticos com níveis de similitude não despiciendos, a utilização de nomenclatura comum, a amizade entre personalidades política e culturalmente de relevos políticos em ambos os lados do oceano, o contributo de pessoas para um conjunto de ideias que percorriam os dois países, os laços comerciais e culturais já então estabelecidos entre os países irmãos, a tradição lusitana do Direito brasileiro, sobre a qual alguns elementos jurídicos e legislativos pareciam emergir, eram já elementos suficientes para consolidar a vontade de investigar eventuais liames entre ambos os regimes, passíveis de caracterizar algo mais do que uma simples coincidência no tempo por imitação de correntes do pensamento político europeu em voga na época.

Emergindo o Estado Novo brasileiro, alguns poucos anos depois do português, naturalmente, a suposição a testar era a de que aquele tivesse sido influenciado por este e nunca o contrário. Conquanto os campos de contacto onde o relacionamento poderia ser procurado serem vários e nenhum deveria ser descuidado, interessava-nos particularmente a busca de elementos

reveladores da existência, clara ou difusa, de diálogo jurídico entre ambos os países, como contributo português para a formação e condução do Estado Novo brasileiro, entenda-se o período compreendido entre Novembro de 1937 até Outubro de 1945^{7,8}. Assim, com base nestes elementos foi que apresentámos a nossa proposta de plano de pesquisa na Faculdade de Direito e solicitámos orientação. Eis, portanto, o ponto de partida da presente investigação e, na essência, os objectivos que a nortearam.

Registamos que, além dos elementos acima referidos, motivação relevante complementar retirámo-la também do facto de, na busca preliminar realizada sobre o tema, quando ainda se nos deparavam como possíveis diferentes caminhos, não termos nela encontrado o tema como objecto de estudo *ex professo*.

Não significa tal, obviamente, que o Estado Novo em ambos os países não disponha de uma ampla e cuidada bibliografia. Particularmente, em Portugal, era abundante. Antes de 1974, com maior incidência nas primeiras décadas do Estado Novo, tratava-se, porém, essencialmente, de obras saídas da área política e académica⁹, não excessivamente discordantes – ainda que, algumas vezes,

⁷ A rendição do Japão se deu em Agosto de 1945, portanto, o regime do Estado Novo encerra-se no pós-guerra.

⁸ Em 24 de Outubro daquele mesmo ano era criada em São Francisco (EUA) a Organização das Nações Unidas - ONU. “Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em sessão da Assembléia Geral realizada a 14 de Dezembro de 1955, no âmbito de um acordo entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (resolução 995 (X) da Assembleia Geral)”. Cf. HOMEM, António Pedro Barbas; FREITAS, Pedro Caridade de. **Textos de apoio de História das Relações Internacionais**. Lisboa: AAAFDL, 2013, p. 249.

⁹ O Direito Corporativo em Portugal ganhou, àquela altura, *status* de disciplina jurídica nas faculdades de Direito do país, além de ter atraído a atenção de estudiosos. Listamos alguns autores e suas respectivas obras: CAETANO, Marcello. **Lições de Direito Corporativo** (Lisboa, 1935); GONÇALVES, Cunha. **Princípios de Direito Corporativo** (Lisboa, 1935); RIBEIRO, Teixeira. **Lições de Direito Corporativo** (Coimbra, 1938); MOREIRA, Vital. **Direito Corporativo** (policop., Coimbra, 1973); AMEAL, João. **Décálogo do Estado Novo** (Lisboa) VITAL, Fezas. **Curso de Direito Corporativo** (Lisboa, 1940); MOREIRA, Adriano. **Direito Corporativo** (Lisboa, 1951); SOARES, Rogério. **Lições de Direito Corporativo**. Cruz Mariano (org.), (policop., Coimbra, 1959); MARTINEZ, Soares. **Curso de Direito Corporativo**, 2 Vols. (Lisboa, 1962) e **Manual de Direito Corporativo** (Lisboa, 1967). ASCENSÃO, Oliveira. **Direito Corporativo** (Lisboa, 1964). No âmbito político, lembramos: PEREIRA, Teotónio. **A Batalha do Futuro** (Lisboa, 1937); FERNANDES, Castro. **Princípios Fundamentais da Organização Corporativa Portuguesa** (Lisboa, 1944); OTERO, Paulo. **Corporativismo Político**, in *Dicionário de História de Portugal*; NOGUEIRA, Franco. **Salazar** (Coimbra, 1987) e **O Estado Novo: 1933-1974** (Porto, 2000).

rejeitadas com alguma agressividade pelo sector dominante do poder - nas quais a atenção tanto ia para a descrição e interpretação dos factos políticos e sociais do corporativismo, como para o enquadramento encomiástico dos elementos ideológicos associados.

Não é de estranhar, porque tratava-se de uma era política autoritária, quando não se convivia bem com divergência ideológica, só a partir de 1969 associável à maior abertura dentro da continuidade. Nessa medida, a literatura era então ideologicamente controlada, dada a escassa tolerância à oposição crítica. A censura, em Portugal, foi realidade presente em todo o Estado Novo.

Todavia, a partir da década de oitenta do século passado, quando a sociedade portuguesa já estava enquadrada pela Constituição democrática de 1976¹⁰, experimentou-se uma certa estabilização, e a amplitude temática e o espectro da investigação ampliou-se. Nesse passo, a literatura produzida seguiu essa abertura, como não podia deixar de ser. A partir de então o tratamento do tema passava a poder ser feito em todas as perspectivas, sendo certo que a visão anti-corporativista dominou, sem prejuízo de algumas outras que continuaram a se movimentar em perfis distintos. A temática do Estado Novo conta, portanto, em Portugal, com uma bibliografia muito extensa¹¹, distribuída por autores que cobrem a totalidade do espectro político-ideológico.

Sem deixar de assinalar este ponto, queremos, contudo, deixar claro que no presente trabalho o uso dessas obras, ou de algumas delas – consoante nos pareceram de maior interesse para o fim perseguido – foi essencialmente instrumental e frequentemente ilustrativa. Queremos, com isto, afirmar uma evidência – mas que nem por isso deixamos de referir – que a nossa

¹⁰ Fruto de uma Assembleia Constituinte a Constituição democrática de 1976 ostenta em seu preâmbulo o seguinte: “Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa”. Nota do Autor: A legislação portuguesa citada ou transcrita ao longo desta dissertação foi pesquisada na Biblioteca Nacional de Portugal (<http://www.bnportugal.pt/>) e no sítio eletrónico do Ministério Público de Portugal (<http://www.ministeriopublico.pt/iframe/pesquisar>), com as ressalvas específicas.

¹¹ Em Portugal existe até o **Dicionário de História do Estado Novo**. Cf. ROSAS, FERNANDO; BRANDÃO, J.M. 2 vols, Edição Círculo de Leitores, 1996.

investigação não se debruçou sobre o Estado Novo português, nem pretendeu fazê-lo. Não era essa a nossa pretensão e, se o tivéssemos feito, não obteríamos resultados minimamente satisfatórios, em face de tudo o que em Portugal se já escreveu sobre o tema. O recurso aos quadros do Estado Novo português limitou-se assim, por um lado, aos que se nos afiguraram adequados ao propósito, qual era o de investigar o Estado Novo brasileiro na perspectiva da sua eventual ligação ao português.

Concomitantemente, o decurso que do português nos interessou e utilizámos ficou limitado também ao tempo em que ambos conviveram, isto é, ao período entre 1937 e 1945, ainda que a este nível, pela natureza das coisas, fosse, por vezes, necessário fazer concessões às épocas portuguesa e brasileira, anterior a 1937, sem as quais não chegaríamos a nenhum bom resultado de investigação. Fica, pois, assim devidamente calibrado o recurso feito à bibliografia portuguesa sobre a matéria.

Já quanto à bibliografia brasileira, tentamos encontrar e utilizar o máximo possível da existente. Admitimos que alguma nos possa ter escapado, mas o esforço foi no sentido de tentar não deixar lacunas relevantes.

Também a este nível, no Brasil, a bibliografia é extensa. Todavia, admitimos que, quantitativamente, não tanto quanto a correspondente portuguesa, o que não deixa de ser interessante notar, pela perplexidade que, de um certo ponto de vista, suscita¹². De facto, ideologicamente o Estado Novo brasileiro foi inequivocamente autoritário e essa natureza, tal como ocorreu em Portugal depois de 1974,¹³ facilmente motivaria uma hiperatenção crítica

¹² Volvidos os anos da era Vargas, muito já se escreveu sobre a mesma, até por estrangeiros, contudo, diferentemente de Portugal, os estudiosos do corporativismo no Brasil, durante o Estado novo, foram pouquíssimos e aqui listamos autores e algumas obras: REALE, Miguel. **O Estado Moderno**. Rio de Janeiro, 1934; e **Perspectivas Integralistas**. São Paulo, 1935. E também: VIANA, Francisco José Oliveira. **Problemas do Direito Corporativo**. Rio de Janeiro, 1938; AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1930; CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Rio de Janeiro, 1940.

¹³ Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 ocorreram eleições no ano seguinte, quando foram eleitos deputados que iriam escrever a nova Constituição da República Portuguesa (1976).

protagonizada por segmentos intelectuais mais à esquerda, logo que a situação política ficou enquadrada em quadros mais democráticos¹⁴.

A ser verdade, vários motivos poderão explicá-lo. Anotamos alguns, colocando-os, porém, apenas como hipóteses, já que o nível de interesse pelo tema por parte da investigação brasileira não é matéria sobre a qual tenhamos reflectido maduramente e, ainda porque, podendo valer no sentido de corroborantes de menor interesse, alguns poderiam igualmente ter apresentado, em sentido contrário, gerando assim alguma perplexidade enquanto argumentos.

Um primeiro poderá ter a ver com a brevidade do fenómeno no Brasil. Como referimos, o Estado Novo brasileiro durou apenas oito anos, o que comparado com os quarenta de Portugal, não é quase nada. Esta brevidade não só limitou os seus efeitos directos práticos, como, de certo modo, facilitou um mais rápido apagamento dos seus traços autoritários mais vincados na lembrança colectiva quando justapostos a traços similares gerados em situações políticas posteriores no tempo.

Um segundo, de certo modo associável ao primeiro, poderá relacionar-se com a comparação subliminar que pode ser feita com eventos políticos ulteriores ocorridos na nação brasileira, de dureza provavelmente bem maior. Referimo-nos ao posterior período da ditadura militar, de 1964 até 1985 (essa mais longa ditadura que o Brasil vivenciou, e com o apoio dos EUA), com implicações políticas bem mais gravosas do que as associadas ao Estado Novo varguista, no qual ocorreram episódios de dureza humana inenarrável, cujos efeitos estão ainda longe de terem completamente desaparecido da sociedade¹⁵. Também por aqui, a memória daquele passado mais remoto pode ter ficado

¹⁴ Com a queda do Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro lançou o nome de Iedo Fiúza como candidato a presidente da República nas eleições de Dezembro de 1945, sem sucesso, tendo sido eleito o Gal. Dutra. Cf. FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p. 398.

¹⁵ “É firme no STJ o entendimento no sentido de que são imprescritíveis as ações de reparação por danos morais, ajuizadas em decorrência de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, durante o Regime Militar”. Cf. STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 330.242/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 22.10.2013, *DJe* 05.12.2013.

atenuada, abrandando, de algum modo, episódios de maior intolerância, como a prática aterrorizante da tortura usada contra os opositores do regime, algo pelo qual Vargas e seus auxiliares diretos jamais foram responsabilizados criminalmente, restando a eles apenas o julgamento moral da História.

Um quarto, por fim, poderá eventualmente também ter contribuído para esbater psicologicamente o interesse pelo tema. Para além da sua brevidade no tempo – já assinalada – o facto de o principal protagonista, Getúlio Vargas, ter regressado ao poder mais tarde (1951-1954), paradoxalmente em um quadro democrático, pela via do sufrágio, e de ter ficado na memória popular como um defensor das classes mais desfavorecidas, “o pai dos pobres” como o chamavam, afora a sua política em defesa da riqueza nacional, notadamente o petróleo¹⁶, poderá ter contribuído para atenuar a imagem ditatorial do regime estadonovense de que fora protagonista, tanto mais que esta quarta vida política do governante se organizou de feição bem mais tolerante, na verdade, democrática.

Mister ressaltar que Vargas governou o Brasil em quatro fases distintas: I) de 1930 a 1934, no governo provisório, pós revolução; II) de 1934 a 1937, no governo constitucional, eleito pelo Congresso Nacional; III) de 1937 a 1945, na Ditadura do Estado Novo; e IV) de 1951 a 1954, o quarto governo, como presidente eleito por voto direto. Dentre os muitos investigadores desse período, Boris Fausto¹⁷ desponta como relevante fonte de consulta, além de mais Hélio Silva¹⁸ e do escritor estadunidense John W. Foster Dulles.¹⁹

¹⁶ No último período presidencial de Vargas foi criada a *Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS)*, em 1953 (*vide* Lei nº 2004, de 03 de Outubro de 1953), considerada uma das maiores empresas petrolíferas do mundo.

¹⁷ *Vide* FAUSTO, BORIS. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

¹⁸ *Vide* SILVA, Hélio. **Vargas, uma biografia política**. 1. ed. São Paulo: L&PM Pocket, 2004.

¹⁹ *Vide* DULLES, John W. Foster. **Getúlio Vargas biografia política**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

Voltando ao último governo (1951-1954), nele ocorreu o suicídio de Vargas, no dia 24 de Agosto de 1954²⁰, uma forma abrupta para sair da vida pública, pela qual ele passou à História como um governante incompreendido por setores militares, políticos e sociais do Brasil, dado a sua luta pelos pobres e pela defesa da riqueza nacional. De facto, algumas medidas tomadas no Estado Novo brasileiro sobreviveram muito, para além do seu tempo. Situadas na órbita social típica do corporativismo, a verdade é que constituíram novidades interessantes pela matriz que importaram para o ordenamento jurídico brasileiro.

A ditadura de Getúlio Vargas ficou associada a um conjunto de iniciativas legislativas de carácter trabalhista, facilmente perceptíveis como estando no oposto do individualismo liberal. Por essa intervenção ter ocorrido em uma sociedade na qual os segmentos laborais estavam de muito desprotegidos, eis que a legislação laboral do país era sobremodo insipiente²¹, e essa feição socialmente solidária, por valiosa serviu para atenuar a sua dimensão ditatorial. Um pouco como em relação ao peronismo argentino, no qual a desconsideração democrática corrente que o caracterizou ficou quase obscurecida pela dimensão social do procedimento político em um país que de todo a desconhecia.

Talvez se possa assim entender que o retorno de Vargas ao poder presidencial pela via do sufrágio universal, inserido no regime democrático de então (no pleito eleitoral de 1950²²), contribuiu para suavizar a memória da sua ditadura estadonovista, no que tivera de maior dureza.

Não obstante a bibliografia disponível, que citamos no trabalho, a verdade é que não encontrámos nela, em regra, o tratamento da questão que

²⁰ Vargas suicidou-se com um tiro no coração. Tal facto gerou enorme comoção social e política àquela altura, tendo assumido a Presidência do país o vice-presidente, João Fernandes Campos Café Filho.

²¹ A Justiça do Trabalho foi criada naquele período pelo Decreto-lei nº 1.237 de 02 Maio 1939. Presentemente, no Brasil ainda existe uma Justiça do Trabalho (*vide* Arts. 111 a 116, CF/1988).

²² Naquela época o pleito eleitoral correu em plena *Guerra Fria* quando o Brasil mantinha grande aproximação com os Estados Unidos da América.

mais nos interessava, qual era a da influência – ou possível influência – de um Estado Novo sobre o outro.

O tema não era de todo omisso em algumas delas, mas nas obras que o referiam não surgia, aparentemente, equacionado ou tratado como questão de primeiro nível e, muito menos, como passível de atenção fundamental. Admitia-se influência entre os Estados Novos fruto de relacionamentos individuais, mas sem se aprofundar o tema. Especialmente, sem se ensaiar o levantamento sistemático de factos e dados concretos dos quais objectivamente fosse possível retirar conclusões, ou porque neles se contivessem ou porque deles fosse possível extrapolá-las plausivelmente. Na essência, os elementos disponíveis tendiam a resumir-se a eventos pontuais, frequentemente de feição social, a contactos de natureza política usuais entre Estados que se tratam com respeito e pouco mais.

Rapidamente concluímos que não poderíamos trabalhar apenas ou essencialmente com base em obras publicadas.

Com brevidade percebemos que havia um trabalho prévio a realizar, qual era o de fazer um levantamento do máximo possível de elementos úteis à compreensão da realidade política da época, no contexto em causa, não tanto com a expectativa de aceder a realidades absolutamente desconhecidas, mas sim para encontrar suporte significativo à compreensão da efectiva dimensão das preocupações políticas da época, das possíveis influências recíprocas e dos efeitos concretos delas resultantes. A pesquisa em hemerotecas, tanto no Brasil como em Portugal²³, foi de capital importância nesse enfrentamento dado a facilidade de se visualizar factos políticos importantes ao acervo histórico de ambos os países. A hipótese era a de que tinha havido influência. Qual o nível, como e através de quem, era o que nos interessava apurar. A dimensão jurídica era, em qualquer caso, essencial e por isso o enfoque no Direito basilar.

²³ Em Portugal foi de grande valia o acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional (Lisboa) e no Brasil o da Fundação Joaquim Nabuco (Recife).

A partir dessa premissa, observamos que a influência portuguesa não entrava em confronto com a realidade brasileira, visto que já existiam elementos histórico-jurídicos anteriores a essa época, e mesmo posteriores. Neste interim, é válido lembrar que até o ano de 1916 o Brasil aplicava a legislação portuguesa²⁴, especificamente as Ordenações Filipinas²⁵.

Para além da investigação bibliográfica que nos ia dando acesso a quadros estruturais, metodologicamente tornava-se, portanto, necessário ir aos arquivos realizar maior levantamento possível. Esse trabalho ocupou-nos entre 2013 e 2017, tanto em Lisboa, nos momentos em que conseguimos a ela regressar e, com mais frequência, no Brasil, para onde voltámos depois de terminada a parte escolar do Curso de doutoramento em Lisboa.

Os tipos de fontes a questionar e em que sede, foi a questão que então se nos colocou. No que respeita às fontes, para além da bibliografia referida²⁶, elegemos um conjunto por nos parecer inquestionável: ofícios e correspondências entre políticos ou funcionários com possível intervenção directa ou indirecta na temática; textos elaborados pelos intervenientes, com destaque para os divulgados na imprensa; notícias gerais existentes em

²⁴ O primeiro Código Civil do Brasil entrou em vigor a partir de 1ª de Janeiro de 1917 até 1916 aplicava-se no país as Ordenações Filipinas, revogadas que foram pelo Art. 1.807 daquele Código (“Art. 1.807. Ficam revogadas as Ordenações, Alvarás, Leis, Decretos, Resoluções, Usos e Costumes concernentes às matérias de direito civil reguladas neste Código.”). A esse respeito afirmam Alexandre Correia e Gaetano Sciascia: “As Ordenações Filipinas foram confirmadas e revalidadas pela Lei de 20 de janeiro de 1643, quando Portugal reconquistou a sua independência da Espanha (1640) e vigoraram no Brasil até o ano de 1916. O Código Civil Brasileiro, em vigor a partir de 1º de janeiro de 1917, foi redigido de acordo com os princípios romanísticos hauridos nas Ordenações Filipinas e segundo o sistema dos mais modernos códigos (sobretudo o Bürgerliches Gesetzbuch) diretamente inspirados no direito romano”. - Cf. CORREIA, Alexandre; e SCIASCIA, Gaetano. **Manual de Direito Romano**, (Série “Cadernos Diáticos”) Rio de Janeiro: Guanabara, 2017, nº 4744, p. 14.

²⁵ Ressaltamos que o atual Código Civil brasileiro, surgido em 2002, e vigente a partir de 1º de Janeiro de 2003, contém em seu texto forte ascendência do *ius lusitanum*, motivo igualmente de estímulo à pesquisa. Nesse sentido, afirma Dario Moura Vicente: “No Brasil, o Código Civil de 2002, recebeu também do Código português importantes elementos de inspiração: foi o que sucedeu com a tutela dos direitos de personalidade, o negócio jurídico e a representação, figuras que o Código de 1916 não disciplinava autonomamente”. Cf. VICENTE, Dario Moura. **Direito Comparado**. vol. I. Coimbra: Editora Almedina, 2014, p. 82.

²⁶ Na Bibliografia final deste trabalho listamos todas as obras que conseguimos encontrar, associadas direta ou indiretamente com o tema da dissertação. Contudo, por dificuldades insuperáveis, em alguns casos, não nos foi possível percorrê-las e, em outras situações, dados verificados não se mostraram relevantes o suficiente para serem citados, ainda que em pé de página.

periódicos; fotografias; intervenções públicas, designadamente conferências e discursos e, naturalmente, trabalhos académicos, com destaque para aqueles de índole jurídica, nas quais se vertessem pontos de vista, opiniões e ideias que de algum modo pudessem ser aproveitadas.

Quanto à pesquisa concreta destes elementos foi feita essencialmente em sedes de: arquivos e bibliotecas, tanto especializadas como gerais, por um lado, hemerotecas e arquivos fotográficos, por outro. Facto encorajador a enfrentar o tema escolhido é que o Estado Novo brasileiro, como também o português, sequer completaram noventa anos de nascimento, portanto, ainda jovens para a História, não são vestutos, sendo tal verdade uma circunstância facilitadora para o achado de fontes e dados imprescindíveis à elaboração desta dissertação nas muitas instituições públicas e privadas percorridas pelo pesquisador no Brasil e fora dele.

Em Portugal, em vários períodos de estadia, centrámos as investigações nas instituições públicas e privadas que mais nos pareceram poder conter elementos. Referimo-nos à Biblioteca Nacional (Lisboa)²⁷, à Torre do Tombo (Lisboa), ao Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)²⁸, às Bibliotecas Universitárias da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, da Universidade de Coimbra e do ICS (Lisboa), da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes (Torres Novas) e da Biblioteca da Fundação *Calouste Gulbenkian* (Lisboa). Nem todas nos forneceram elementos úteis, mas só à medida em que as íamos frequentando nos apercebemos da sua real importância.

No Brasil, a pesquisa revelou-se mais difícil, pela dispersão dos fundos e ausência de arquivos centrais exclusivos. Sendo uma Federação, os vários Estados concentram, em certas instituições, a informação disponível. Mas em

²⁷ Grande parte da bibliografia portuguesa usada na pesquisa foi encontrada nessa Biblioteca e também na FDUL.

²⁸ No Ministério dos Negócios Estrangeiros foi encontrado farto material sobre Pernambuco e o Cônsul português Manuel Anselmo, importantes à pesquisa, e também acerca dos diálogos oficiais entre Brasil e Portugal ao longo dos governos de Getúlio Vargas.

geral não existem arquivos centrais em cada um e, muito menos, um geral, de nível Federal. Esta circunstância e a enorme dimensão geográfica do país – um quase continente – implicavam deslocamentos muito difíceis e naturalmente custosas, sem haver a certeza de uma contrapartida.

Ainda assim procuramos nos centrarmos nos locais onde seria mais provável a existência de elementos, os quais seriam tanto os locais onde o governo brasileiro era sediado (Rio de Janeiro), como eventualmente aqueles onde as colónias portuguesas eram mais marcantes e activas, sendo por isso também atractivas para os políticos portugueses quando ao Brasil se deslocavam. Era o caso do Recife, do Rio de Janeiro, e de São Paulo, no que logramos êxito. Menos interessante Brasília, pois não existindo na época enquanto capital²⁹, só nela poderia existir o que posteriormente para lá pudesse ter sido levado.

Nos longos percursos corridos, frequentámos assim os acervos do Gabinete Português de Leitura no Recife, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP³⁰, do Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Entre as Bibliotecas, as da Faculdade de Direito do Recife - FDR, da Fundação Joaquim Nabuco (Recife), Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco³¹ e Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Recorremos à rede informática, notadamente aos acervos digitais da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC (Rio de Janeiro) onde localizamos importantíssimas informações e acervo documental e bibliográfico ao trabalho proposto, inclusive

²⁹ Brasília, cidade projetada para ser a nova capital, foi inaugurada em 1961 pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

³⁰ No IAHGP localizamos material bibliográfico sobre Manoel Lubambo, este que manteve próxima relação com Manuel Anselmo, Cônsul de Portugal no Recife durante o Estado Novo. Também lá foi encontrado grande acervo sobre o jornalista e historiador Mário Melo.

³¹ Na Biobiblioteca Pública do Estado de Pernambuco encontramos importante material a respeito do PRIMEIRO CONGRESSO DA HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO, ocorrido em Lisboa no ano de 1937, e da participação do jornalista e historiador Mário Melo naquele conclave. Igualmente nessa biblioteca encontramos acervo bibliográfico a respeito de Agamenon Magalhães, um prócer do Estado Novo varguista, e obras do sociólogo Gilberto Freyre.

fontes orais³². Pela rede mundial de computadores foram realizadas também no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (Rio de Janeiro), na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) especialmente em sua hemeroteca digital, e na Biblioteca do Senado Federal (Brasília), através das quais várias vezes fomos alertados para possíveis pistas e, bem assim, ao saber acumulado de particulares que se dispuseram a trocar impressões sobre alguns assuntos. Outrossim, nos servimos de bibliotecas privadas de amigos e familiares, tanto no Brasil como em Portugal.

A pesquisa se valeu de fotografias, quadros demonstrativos, artigos de jornal e diversos documentos destinados a ajudar na compreensão da temática investigada, tudo o que formam um tomo anexo a este trabalho e encontram-se devidamente catalogados em ordem crescente e de acordo com o texto da dissertação. Referências a tais anexos estão alocados em algumas das muitas notas de pé de página da dissertação, e que seguem uma cronologia, podendo haver remissão vez ou outra.

Consideramos as fotografias colacionadas no tomo anexo de capital importância à compreensão de determinados factos históricos relacionados ao tema pesquisado. A fotografia, desde os seus primórdios, no início do século XIX, tem se revelado uma fonte material sobremodo útil não apenas à História, como também, a outras ciências a exemplo da Medicina, Geografia e Arqueologia.

³² *Vide* APRESENTAÇÃO do portal FGV/CPDOC: “O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são tarefas primordiais do Centro. Os documentos desse acervo estão sendo progressivamente disponibilizados pela Internet. Ainda com o intuito de registrar a história contemporânea brasileira foi iniciado, em 1975, o Programa de História Oral que, desde então, vem recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Contando atualmente com mais de 5.000 horas de gravação, correspondentes a quase 1.000 entrevistas, boa parte aberta à consulta, o acervo de história oral do CPDOC pode ser melhor conhecido em consulta à base História Oral”. Cf. Texto institucional disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Capturado em: 11 Julho 2018.

Capturar imagens de pessoas, objetos, fenômenos naturais como a erupção de um vulcão, acontecimentos políticos como a coroação de um monarca, ou a luta entre soldados em um campo de batalha, e poder preservá-las em papel, contribuiu, e ainda contribui, para conhecer com autenticidade sobre a realidade própria de determinado facto.

A fotografia, portanto, é reflexo de uma existência. Mas, para quem a vê, o importante não é apenas conhecer dessa ou daquela realidade, e sim interpretá-la, levando em conta o contexto do seu surgimento.³³

No curso desta dissertação, buscamos, ao lado de outras fontes, harmonizar as fotografias com a narrativa textual, inclusivamente, em trechos cuja abordagem é de conteúdo político-ideológico³⁴, visando facilitar a compreensão do leitor.

A prova fotográfica só acrescenta, mormente no mundo hodierno dominado pela tecnologia da informação onde tornou-se fácil de ser produzida e divulgada, e dada a sua grande utilidade não é desimportante que apareça em estudos acadêmicos.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, cada qual subdividido em seções pertinentes ao assunto encabeçado em cada um deles. Tais capítulos estão assim nominados: I - *A Teorética do Corporativismo*; II - *A Incidência Política e Jurídica do Corporativismo*; e III - *A Interação Luso-Brasileira no Período de 1930 a 1945*.

³³ À propósito dessa importância, Cícero A. de Souza, refere: “O Poder expresso pela fotografia não só acompanha tempos, mas principalmente ideologias vigentes. [...]. Dessa forma, é possível entender que a fotografia apresenta uma realidade própria que acaba por muitas vezes envolver o objeto em estudo”. Cf. SOUZA, Cícero Albuquerque de. **Retratos de Professores: Associativismo docente em Pernambuco. 1979 - 1982**, p. 74. Dissertação de mestrado em História, defendida em Lisboa, no ano de 2016, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação, 2016. <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/6908>. Capturado em: 31 Março 2018.

³⁴ A respeito dessa questão destaca Kossoy: “*La diferentes ideologias, donde quiera que actúen, siempre tuvieron en la imagen fotográfica un poderoso instrumento para la vehiculación pública*”. Cf. KOSSOY, B. **Leo efímero y lo perpetuo em la imagem fotográfica**. Madri: Cátedra Cuaderno Arte, 2014, p. 152.

No Capítulo I - *A Teorética do Corporativismo* - enfrentamos a génese do corporativismo; o ideal corporativo na Europa, passando pelas experiências de Itália, Espanha, Áustria, além de Portugal e Brasil. Acrescemos a esse capítulo linhas sobre o pensamento social e político compreendido entre a Revolução Francesa e o ano de 1918; de igual, quanto às circunstâncias do pós-guerra de 1918 e ascensão do fascismo; e quanto ao corporativismo em Portugal e à relação do movimento Integralista Lusitano com o Estado Novo.

Falar aqui sobre a génese do corporativismo e do seu percurso na Europa, embora sem profundas especulações que seriam dignas mesmo de um trabalho exclusivamente voltado a isso, é um meio importante para auxiliar na compreensão do corporativismo estatal experimentado por alguns países no século XX, sendo esse o móvel de tal abordagem.

O sentido de agrupamento social e laboral das antigas corporações de ofício serviu de escopo à doutrina social da Igreja de Roma, visível logo na Encíclica *Rerum Novarum* (*SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS*), do Papa Leão XIII³⁵, essa que foi ferramenta empregada na formação da onda corporativa havida na Europa durante a primeira quadra do século XX, tudo o que não poderia deixar de ser enfrentado por esta pesquisa.

No intuito de enfrentar o corporativismo estatal introduzido em Portugal no idos de 1933, abordamos também o movimento do Integralismo lusitano, dado haver dentre os seus princípios norteadores a formação de um Estado corporativo, afora, o facto de que militantes daquele movimento político participaram na condução do Estado Novo salazarista.

No Capítulo II - *A Incidência Política e Jurídica do Corporativismo* -, começamos por tratar do advento da República no Brasil e em Portugal, do sentimento comum republicano, e reflexos jurídicos vindos da experiência

³⁵ No texto da Encíclica *Rerum Novarum* há defesa explícita das corporações bastando percorrer trechos da mesma, a exemplo dos itens: Benefício das corporações; as associações particulares e o Estado; as associações operárias católicas; disciplina e finalidade destas associações; convite para os operários católicos se associarem. *Vide* Anexo 21 - Carta Encíclica *Rerum Novarum*.

brasileira. A circularidade de ideias políticas entre os dois países, como o Integralismo levado à frente por Plínio Salgado e sua AIB³⁶; o corporativismo no Brasil e as convergências e divergências entre o corporativismo havido em Brasil e Portugal são também examinados.

No Brasil, houve um movimento Integralista, e tal facto é cuidado nesse mesmo capítulo, de igual, a sua influência na vida nacional e o diálogo com o Integralismo lusitano. Ainda nesse mesmo capítulo examinamos a Constituição brasileira de 1937, as circunstâncias que antecederam o golpe do Estado Novo no Brasil e a base ideológica desse Regime.

Por derradeiro, no Capítulo III - *A Interação Luso-Brasileira no Período de 1930 a 1945* - que consideramos o coração da pesquisa, mostramos o diálogo religioso entre as nações, o diálogo cultural decorrente do Primeiro Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, ocorrido em Lisboa no ano de 1937, os acordos culturais celebrados, as similitudes institucionais e jurídicas (1930 - 1945), o perfil de Vargas e Salazar, mais a existência das suas polícias-políticas³⁷. Tratamos do protagonismo do Embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Mello, no processo de aproximação jus-política entre os dois países e dos seus Regimes, e do Cônsul de Portugal no Recife, Manuel Anselmo, o qual estabeleceu laços até com a comunidade jurídica local, influenciando-a. Ao lado disso, pontualmente, mostramos a influência lusitana para o advento do primeiro Código de Processo Civil do Brasil e do alicerce comum da legislação laboral dos dois países.

Ainda quanto ao efetivo diálogo jurídico entre Brasil e Portugal e o seu contributo à formação e condução do Estado Novo varguista, frisamos a

³⁶ Ação Integralista Brasileira (AIB) era a organização política criada por Plínio Salgado, no ano de 1932, que gerou reflexos em todo o Brasil. *Vide* a esse respeito o item 4.2 desta dissertação.

³⁷ Em 04 de Julho de 1937 Salazar sofreu um atentado bombista, saindo ele ileso totalmente. Nas palavras de Filipe R. Meneses, “Depois do jantar, no qual era normalmente acompanhado por um pequeno número de amigos e respectivas esposas, dava um longo passeio, inicialmente pelas ruas da capital e, após o atentado contra a sua vida em 1937, no jardim do murado da sua recentemente preparada residência oficial”. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: biografia definitiva. 1. ed. São Paulo: Editora Leya, 2011, p. 143.

participação da figura de Marcello Caetano que, na qualidade de político e docente³⁸ da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi um dos protagonistas desse diálogo junto a instituições, autoridades e juristas do Brasil, a exemplo do Instituto dos Advogados do Brasil e de Barreto Campelo – este que era docente da Faculdade de Direito do Recife. No mesmo Capítulo, tratamos da assunção por Portugal das legações diplomáticas brasileiras durante a II Guerra Mundial nos países do Eixo. Ao fim, apresentamos conclusão sobre o tema investigado do ponto de vista histórico-jurídico.

Registamos que algumas palavras e expressões ao longo deste trabalho encontram-se em destaque (em sublinho, negrito ou itálico), como forma de chamar a atenção do leitor para o assunto tratado, e que destinamos as notas de pé de página para referências, esclarecimentos e também citações de autor e obra.

Assim, pretendemos com esta investigação compreender melhor a dinâmica das relações Brasil-Portugal, no período de 1930 a 1945, com foco dirigido ao diálogo jurídico e contributo português na formação e condução do Estado Novo brasileiro.

³⁸ O perfil docente de Marcello Caetano é, por Menezes Leitão, assim tratado: “Marcello Caetano tinha fama de ser um pedagogo cuidadoso, mas também formal e imparcial, por vezes até ao excesso. Era austero e exigente, desejando que a Faculdade fosse um local de ensino em que os alunos tivessem o privilégio de ter uma formação de grande qualidade, que permitiria construir um escol do regime. No entanto, tal não impedia que avaliasse com rigor os alunos desafectos ao regime, como sucedeu com Álvaro Cunhal, que, tendo sido preso pela PIDE em Maio de 1940, teve ainda assim oportunidade de fazer o exame do curso complementar, em 18 de Julho seguinte, num júri composto por Marcello Caetano, Jaime de Gouveia, Paulo Cunha e Manuel Cavaleiro de Ferreira, tendo o candidato obtido a nota de 16 valores. Os alunos adoravam as aulas de Marcello Caetano, tendo por ele uma enorme veneração que por vezes se transformava em temor reverencial. Por isso, apesar de ele se declarar disponível para esclarecer todas as dúvidas às quintas-feiras, os alunos não compareciam no seu gabinete, receando que Marcello se indignasse com a sua ignorância. O seu prestígio como professor levou ainda a que ganhasse imediata fama como jurisconsulto, começando a receber consultas mal acabou o seu concurso para professor”. Cf. LEITÃO, Luís Menezes. **Marcello Caetano: Um destino**. 1. ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2014, pp. 183-184.

CAPÍTULO I

A TEORÉTICA DO CORPORATIVISMO

SECÇÃO 1. DA GÊNESE DO ESTADO CORPORATIVO

1.1 As Raízes do Corporativismo

A evolução do homem o levou a viver em agrupamentos com maior aderência a sítios próprios no esforço comunal e solidário pela sobrevivência e proteção. A utilização do fogo pelo homem primitivo para usos diversos, a domesticação de animais e a produção de alimentos da terra que deu origem à agricultura, facilitaram a sua sobrevivência nas mais diversas regiões. Assim, houve desde os primórdios da História da humanidade um aperfeiçoamento dos meios de subsistência do homem, tendo o agregamento sido de capital importância nesse processo evolutivo, facto que nos leva ao pensamento aristotélico do homem como um ser social³⁹.

Dentro dessa linha histórica, o associativismo humano, de início concentrado no esforço comunal pela subsistência, mais tarde seria encontrado na Roma antiga em agrupamentos de profissionais, eis que a lei romana reconhecia a *corpora* ou a *collegia*⁴⁰ como associações voluntárias de pessoas que compartilhavam a mesma profissão ou função social^{41 42} uma experiência

³⁹ “Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz”. Cf. ARISTÓTELES. **Política**. Brasil: Coleção Martin Claret (obra-prima de cada autor), vol. 61, 2006, p. 12.

⁴⁰ Ao cuidar da crise da civilização romana Hilário Franco Jr. menciona: “Na base da sociedade os trabalhadores tiveram decretada a vitaliciedade e hereditariedade de suas funções, sendo reunidos em *collegia* (corporações) de acordo com a especialização, para facilitar o controle estatal”. Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente**. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001, p. 114.

⁴¹ A esse respeito *vide* MOKYR, Joel (ed.) **The Oxford encyclopedia of Economic History**. Oxford: Oxford, University Press, 2003, vol. 2, pp. 8-11, *apud* MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, ISBN: 9788576171515, p.18.

prima de associativismo. Isso, vale ressaltar, inserida em um contexto civilizacional que há muito coexistia com a moeda, a escrita, o comércio, o Direito e o Estado.

Entretanto, com o colapso do Império romano aquelas associações foram desaparecendo e só voltaram a surgir por volta do século XII, recebendo diferentes nomes na Europa: *mercadantia* ou *collegia notariorum*, na Itália; *confréries*, na França; *guilds*, na Inglaterra, Suécia e Holanda; *Innungen*, *Gilden* ou *Zünfle*, na Alemanha; *grêmios*, na Espanha⁴³. Naquele tempo, a sociedade medieval, fulcrada no feudalismo, cuja economia era de base agrícola⁴⁴, sofreu processo de transformação para dar espaço ao crescimento das cidades, da sociedade urbana, que teve por base econômica o comércio e a indústria artesanal, ajudando no processo de libertação do homem do jugo do senhor feudal. Assim, segundo Huberman, “Toda a atmosfera do feudalismo era a da prisão, ao passo que a atmosfera total da atividade comercial na cidade era a da liberdade”⁴⁵.

A expansão do comércio e da indústria artesanal nas cidades enfraqueceu os feudos, eis que formou classe social distinta e livre, em contraste ao servilismo da era feudal, e implicou em uma nova fonte de riqueza. Nas palavras de March Bloch, “..., o feudalismo europeu alterou-se profundamente logo que as malhas da rede humana se apertaram e a circulação dos bens e do numerário se tornou mais intensa”⁴⁶.

Em face daquela formação de classe social distinta e livre tornar-se-ia visível a divisão do trabalho entre a urbe e o campo. Naquela concentravam-se o

⁴² Pirenne alude a *collegia* afirmando que “Muito se discutiu, e ainda agora se discute sobre a origem das corporações. Primeiramente foi ela procurada, de acordo com a tendência dos eruditos, em princípios do século XIX, nos *collegia* e nas *artes*, que, sob o Império romano, agrupavam os artesãos das cidades”. Cf. PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963, p. 166.

⁴³ Cf. MARTINS, Mônica de Souza N. *op. cit.*, p. 18.

⁴⁴ Embora já existisse moeda na Idade Média o escambo era comum na economia feudal, como também, havia artesanato nos feudos.

⁴⁵ Cf. HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1981, p. 28.

⁴⁶ Cf. BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982, pp. 97-98.

comércio e a indústria artesanal e, neste, a produção de gêneros agrícolas necessários a todos, inclusivamente, àqueles que não produziam mais o alimento necessário à vida, como bem encontramos nos escritos econômicos de Huberman:

Quando surgem cidades nas quais os habitantes se ocupam total ou principalmente do comércio e da indústria, passam a ter necessidade de obter do campo o suprimento de alimentos. Surge, portanto, uma divisão do trabalho entre cidade e campo. Uma se concentra na produção industrial e no comércio, o outro na produção agrícola para abastecer o crescente mercado representado pelos que deixaram de produzir o alimento que consomem.⁴⁷

Mas, aquela nova classe composta de comerciantes e artesãos para conquista de direitos e liberdades se uniram em irmandades, confrarias, grêmios, delas brotando associações profissionais que foram as guildas para os comerciantes e, em segundo, as “corporações de ofício” para os artesãos, orientadas pelo espírito de fraternidade e união. Nas corporações de ofício havia a figura do Mestre, no topo da hierarquia, e dos aprendizes que se juntavam àqueles para receber ensinamentos sobre os segredos do ofício, profissão escolhida (ferreiro, alfaiate, padeiro...).

O aprendiz poderia – depois de considerado apto – continuar a laborar para o próprio mestre, ou para um outro, mediante paga própria. As corporações, ao seu tempo, disciplinaram relações sociais, controlavam preços, qualidade de produtos e serviços, bem como, prestavam auxílio aos seus associados nas adversidades que pudessem aparecer. Sobre as corporações esclarece Franco Jr:

A produção industrial nas cidades estava organizada em associações profissionais que chamamos de corporações de ofício, conhecidas na Idade Média apenas por “ofícios” (*métiers* na França, *ghilds* na Inglaterra, *Innungen* na Alemanha, *arti* na Itália). Suas origens são controvertidas, mas as razões para o agrupamento são claras: religiosa, daí muitas vezes ter

⁴⁷ Cf. HUBERMAN, Leo. *op. cit.*, p. 54.

derivado de confrarias, isto é, de associações que desde o século X existiam para cultuar o santo patrono de uma determinada categoria profissional e para praticar caridade⁴⁸ recíproca entre seus membros; econômica, procurando garantir para eles o monopólio de determinada atividade; político-social, com a plebe de artesãos tentando se organizar diante do patriciado mercador que detinha o poder na cidade.⁴⁹ [grifamos]

E continua Franco Jr. na mesma obra:

Na sua organização interna, cada corporação era constituída por várias oficinas, as únicas que podiam produzir uma determinada mercadoria na cidade. Cada oficina pertencia a um indivíduo conhecido por mestre, dono da matéria-prima, das ferramentas e do resultado econômico gerado pela produção. Os vários mestres formavam um colegiado que dirigia a corporação, isto é, fiscalizava o respeito aos regulamentos corporativos. O mais importante destes era impedir qualquer diferenciação de produção (e, portanto, concorrência) entre as oficinas: o tipo de matéria-prima, a quantidade produzida, o preço de venda, tudo devia ser rigorosamente igual. O fundamental era manter o espírito de cartel da associação. Em cada oficina o mestre trabalhava com alguns outros artesãos. Os jornaleiros (ou companheiros) eram assalariados que ganhavam em dinheiro e em espécie, pois viviam na casa do mestre. Os aprendizes, apenas um ou dois por oficina, eram adolescentes que procuravam iniciar-se nos segredos da profissão, vivendo para isso ao lado do mestre e pagando a ele pelo aprendizado, pelo alojamento e pela alimentação. Enquanto perdurou a conjuntura econômica favorável, até fins do século XIII, um jornaleiro podia vir a ter sua própria oficina e se tornar mestre. Precisava para tanto do consentimento da corporação, de um pequeno capital para montar uma oficina, de habilidade comprovada na sua profissão (a chamada prova da obra-prima). Mas depois daquela data as dificuldades econômicas provocaram um enrijecimento das corporações, e a condição de mestre tendeu a se tornar hereditária.⁵⁰

Em verdade, as corporações não se limitavam a um mero agrupamento de pessoas levadas por um interesse comum, eis que delas originaram-se regras

⁴⁸ A caridade é presente no cristianismo desde os seus primórdios. No ano de 2005, o Papa Bento XVI escreveu sobre a caridade em sua Encíclica *Deus Carita est*. Cf. <http://www.movimentopax.org.br/textos/enciclica.pdf>. Capturado em: 07 Agosto 2018.

⁴⁹ Cf. FRANCO JUNIOR, Hilário. *op. cit.*, p. 54.

⁵⁰ Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *op. cit.*, pp. 55-56.

de cumprimento compulsório para seus integrantes e até por terceiros estranhos aos seus quadros, em um nítido sinal de força e importância daquelas instituições ao seu tempo. Exemplo disso é citado por Leo Huberman quando, em 1498, os chefes da Igreja de São João, na Alemanha, foram pedir autorização à corporação de padeiros para que pudessem ter fabrico próprio de pão. Vejamos:

As corporações não toleravam qualquer interferência nesse monopólio. Era vantajoso para elas, e lutaram para conservá-lo. Até mesmo a Igreja, poderosa como era, tinha de conformar-se com os regulamentos das corporações. Em 1498 os chefes da Igreja de São João, numa cidade alemã, desejavam fazer pão com trigo e o fermento que cultivavam em suas terras. Para tanto, necessitavam da aprovação da corporação dos padeiros, que num ato de consideração a concedeu graciosamente. 'Os principais da corporação dos padeiros e todos os membros da corporação permitiram com boa intenção que os diáconos e cônegos tomem e mantenham um padeiro fora da corporação, que lhes faça o pão com a cevada, trigo e centeio que têm... [e como os membros da corporação deixarão de vender pão à Igreja, o que é uma perda para eles, a Igreja]..., fez o pagamento de 16 marcos.'⁵¹

As corporações de ofício foram presentes em diversos países da Europa, dentre eles Portugal, e no Brasil colonial também existiram. No caso português ficavam os respectivos mesterais submetidos à Coroa ou ao Senado Municipal, em um exemplo vivo de preponderância dos ditames da administração real sobre elas. A esse respeito discorre Joel Serrão:

A corporação representou em Portugal⁵² a necessidade de solidariedade de profissão e das comuns necessidades de todos os mesterais. Pelo Regimento se fixavam regras orientadoras da profissão a que ficavam submetidos os respectivos mesterais após aprovação da Coroa ou do Senado Municipal definindo o que mais interessava dentro do ponto de vista da técnica, o Regimento prescrevia também os princípios disciplinadores respeitantes à ascensão na escala hierárquica. Esta regulamentação das atividades profissionais e sua

⁵¹ HUBERMAN, Leo. *op. cit.*, p. 56.

⁵² Nota do Autor: *Vide* CAETANO, Marcello. **A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1942.

organização corporativa são evidentes pelo final do século XV.”⁵³

Após o seu percurso iniciado na Idade Média as corporações de ofício foram golpeadas pelas ideias do movimento revolucionário francês de 1789, pois houve incentivo à conquista da liberdade do exercício de profissão sem que estivesse o homem ligado a qualquer corporação. Segundo Arede Nunes, a extinção das corporações se deu inicialmente em Inglaterra, mas enfatiza que a Revolução Francesa amplificara o sentimento de hostilidade em relação às corporações. Assim discorre o referido autor:

A extinção das corporações, tendo começado em Inglaterra, rapidamente se generalizou ao resto da história. A Revolução Francesa e a sua doutrina individualmente <<adversa à associação em geral>>, amplificaram o sentimento de hostilidade em relação à realidade corporativa que se vinha a materializar em diversos países nas décadas que a precederam. Através da Lei Chapelier, de 14 de Junho de 1791, foram não só abolidas as corporações existentes como foram também proibidas todas as associações profissionais, em virtude de serem contrárias aos princípios da Revolução⁵⁴.

Naquele contexto revolucionário, a *Lei Chapelier*⁵⁵, em 1791, dava as corporações de ofício como atentatórias aos direitos do homem e do cidadão. Eram os ventos do liberalismo, do surgimento do Estado Liberal, que em pouco tempo circulariam por toda a Europa impondo mutações em vários campos. Proscritas, as corporações de ofício na França começariam a desaparecer em outros países, abrindo assim as estradas à formação dos sindicatos de classe inseridos no contexto da novel realidade laboral que foi a Revolução Industrial.

⁵³ Cf. SERRÃO, Joel. **Corporação**. In: **Pequeno dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1993.

⁵⁴ Cf. NUNES, Filipe de Arede. **A construção jurídico-política do estado social em Portugal durante o Estado Novo (1933-1974)**. Lisboa: Alameda da Universidade, 2018, p. 157. Tocante à extinção das corporações em Inglaterra, *vide* também MARTINEZ, Pedro Soares. **Manual de Direito Corporativo**. 3 ed. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971, pp. 64-65.

⁵⁵ A Lei Chapelier alude ao nome de seu autor, Isac-René-Guy Le Chapelier, (1754-1794), político francês, executado no período da ditadura jacobina. Cf. https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/le_chapelier.htm. Capturado em: 17 Fevereiro 2017.

Impossível esquecer a proximidade histórica da *Lei Chapelier* com o início da Revolução Industrial, porque esta trouxe o trabalho fabril e assalariado em contraposição ao servilismo do senhor feudal, como também, da opressão do Mestre da corporação de ofício aos seus subordinados, auxiliando assim no derrube das corporações.

Contudo, a ideia de ajuntamento profissional para a defesa de direitos e interesses ressurgiria em fins do século XIX, mediante o posicionamento da Igreja Católica de Roma preocupada com a precária condição de vida dos operários naquele tempo, com os excessos do liberalismo, mais a disseminação do socialismo, como revelado na Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, em 1891. Era a “questão social” a inquietar o clero católico, situação que o levou a procurar soluções à luz do Evangelho e dos ensinamentos cristãos para os problemas sociais enfrentados pela humanidade, e que iriam influir em regimes políticos e modelos de Estado no século XX.

O que, em especial, atrai a nossa atenção é o fato de Leão XIII ter preconizado a criação de corporações de operários e patrões com o fito de apaziguar o conflito entre classes, mediante aproximações. Reza assim explicitado na dita Encíclica:

Benefício das corporações

29. Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma protecção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. Os nossos antepassados experimentaram por muito tempo a benéfica influência destas associações. Ao mesmo tempo que os artistas encontravam nelas inapreciáveis vantagens, as artes receberam delas novo brilho e nova vida, como o proclama grande quantidade de monumentos. Sendo hoje mais cultas as gerações, mais polidos os costumes, mais

numerosas as exigências da vida quotidiana, é fora de dúvida que se não podia deixar de adaptar as associações a estas novas condições. Assim, com prazer vemos Nós irem-se formando por toda a parte sociedades deste género, quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões: é para desejar que aumentem a sua acção. Conquanto nos tenhamos ocupado delas mais duma vez (39), queremos expor aqui a sua oportunidade e o seu direito de existência e indicar como devem organizar-se é qual deve ser o seu programa de acção.⁵⁶

Tal proposta vai convergir ao corporativismo enquanto ideologia política, ideologia essa que forjaria Estados corporativos ao longo do século XX. Em um sentido cristão de corporativismo, após o pensamento de Leão XIII, encontramos o pensamento de *La Tour de Pin*, em 1909, através de sua obra *Aphorismes de Politique Sociale*, defendendo a sociedade como um todo orgânico, dependente da lei de Deus, e o corporativismo a partir da família, das oficinas e das corporações⁵⁷.

A Igreja de Roma repudiava o socialismo pela dita Encíclica, mas, por outro lado, pregava a harmonia entre capital e trabalho que serviria de mote à formação do Estado corporativo. Assim, em 1931, já no mundo em crise, rodeado de mudanças, o ideal corporativo posto na *Rerum Novarum* ganhou reforço por meio da Encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, mormente quando diz:

As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão, e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a um acordo, intervém a autoridade.⁵⁸

⁵⁶ Cf. Encíclica *Rerum Novarum* - Vide, Anexo 21.

⁵⁷ René de La Tour du Pin (1834-1924). Um dos primeiros teóricos do catolicismo político, numa postura antiliberal. Cf. http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/autores/franceses/la_tour_du_pin.htm. Capturado em: 19 Fevereiro 2017.

⁵⁸ A Encíclica *Quadragesimo Anno* foi publicada pelo Papa Pio XI em 15 de Maio de 1931, exatos quarenta anos depois da publicação da Encíclica *Rerum Novarum* por Leão XIII. Cf.

Daí, não apenas uma lição sobre o corporativismo estatal, mas, também, uma inspiração à reprimenda das greves pelos poderes públicos.

Tais manifestações papais edificaram a Doutrina Social da Igreja⁵⁹ que se espalhou por diversos lados do mundo, vindo a influenciar governantes e ideólogos para criar um novo modelo de Estado, o Estado corporativo, uma terceira via, em busca de uma paz social compulsiva. Nesse sentido, as palavras de Garrido:

Apresentado como solução para a crise do Estado Liberal e dos seus modelos de representação social e política, o corporativismo inspirou a Igreja Católica Romana - instituição que primeiro o propôs como terceira via oposta ao socialismo e ao Capitalismo liberal. Além disso, alimentou partidos conservadores demoliberaes, animou movimentos radicais de direita e insuflou todos os movimentos e partidos fascistas, bem como as elites tecnocráticas das várias direitas que abraçaram a “alternativa do século”, como lhe chamou Mihail Manoilescu. O catolicismo social oitocentista foi o primeiro afluente dessa gama de ideologias de “terceira via” que conheceu expressões políticas variadas. Em especial, na reação ultraconservadora da *Action Française* e, um pouco mais tarde, nos próprios Regimes fascistas.⁶⁰

A organização da sociedade em corporações, a Questão Social invocada pela Igreja Católica relacionada ao tomismo e a incorporação do corporativismo como modelo de Estado no século XX é assim justificado por Márcia Regina Carneiro:

http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_quadragesimo_anno.pdf. Capturado em: 07 Agosto 2018.

⁵⁹ “Assim enunciada na Encíclica *Rerum Novarum*, a partir da dignidade da pessoa humana, a justiça social em breve se torna bandeira de movimentos políticos e, fundamentalmente, da <<Doutrina social da igreja>>, que, desde então, directa ou indirectamente, marcou a evolução social e política, não só do mundo ocidental, mas também da America Latina, de partes da África e mesmo de algumas zonas importantes do Oriente (Japão, Austrália, Nova Zelândia, etc.).” Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **Uma Introdução à Política**, com a participação de Maria da Glória Garcia e de Pedro Machete, Lisboa: Bertrand Editora, 2014, p. 215.

⁶⁰ Cf. GARRIDO, Álvaro. “O Corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma Reflexão Teórica Partindo do Caso Português”. In: A ERA DO CORPORATIVISMO: REGIMES, REPRESENTAÇÕES E DEBATES NO BRASIL E EM PORTUGAL. ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges (Orgs.). Dados eletrônicos. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.1 recurso *on line* (454p). Série mundo contemporâneo 10; p. 43. ISBN 978-85-397-0970-0.

O tema “corporativismo”, como constituição orgânica da sociedade, possui uma história que deriva das organizações corporativas medievais. Visto de forma idealizada, como a possível convivência harmoniosa entre as classes, o corporativismo era visto, desde o século XIX, como forma de conter a miséria e a reação dos trabalhadores, parte do processo do avanço capitalista no mundo ocidental. A “questão social” seria o foco de atuação do corporativismo. Incorporado nas Encíclicas Papais da Igreja Católica, a partir de uma visão tomista do “bem comum”, o corporativismo cristão baseava-se no controle do Estado, a partir da família, com seu chefe e seu ofício, incorporada à uma rede de caridade e fraternidade, solidificada pela fé e pela obediência à hierarquia. Sob a organização racional do Estado laico, o corporativismo ganharia novos contornos no século XX, sendo incorporado aos projetos modernizadores de Estados pela via autoritária, assumindo a forma de organização estatal a partir das representações por associações profissionais.⁶¹

A defesa do corporativismo pela Igreja Católica influenciou muito na Europa e, em Portugal, os movimentos políticos conservadores de direita, como o Integralismo lusitano⁶² e a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira⁶³. Também incitou o espírito dos negadores do regime demoliberal, tendo ancorado no fascismo que viria a florescer na Itália após a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918).

É nesse ambiente que o corporativismo vai despontar na Europa novecentista como uma realidade estatal, ideologia de Estado fulcrada na

⁶¹ Cf. CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. **O Corporativismo integralista - Uma breve exposição de projetos de Estado**. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História (22 a 26 de julho 2013 - Natal/RN). Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Capturado em: 30 Julho 2018. ISBN 978-85-98711-11-9.

⁶² Em Portugal, o Integralismo lusitano defendia o corporativismo como modelo estatal nos moldes católicos. Marcello Caetano assim refere sobre o corporativismo como corolário de luta dos Integralistas: “-61 “A aceitação da doutrina integralista por grande parte do escol da juventude portuguesa antes de 1926, atribui-lhe um papel importantíssimo na formação da nossa mentalidade corporativa, e até na legislação do Estado Novo”. Cf. CAETANO, Marcello. **O Sistema Corporativo**. Lisboa: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas de O Jornal do Comércio e das Colônias, 1938, pp. 29 e 30.

⁶³ A Cruzada era uma organização política ultranacionalista, de tendência republicana, e valorava a Igreja Católica e o corporativismo para o país (ponto de comunhão com os Integralistas), surgida em 1918. Assim encontramos em João Medina: “O fascismo português propriamente dito, ou seja, aquele que se filia directamente no ideário mussolinesco, parece surgir em Portugal em 1921, com a chamada Cruzada Nacional Nun' Álvares”. Cf. MEDINA, João. **Os Primeiros Fascistas Portugueses, separata de Vértice**. Coimbra: 1978, p. 4.

negação da luta de classes, na defesa harmônica entre capital e trabalho, no combate ao comunismo e aos excessos do liberalismo.

1.2 O Pensamento Social e Político até 1918

Explorar o pensamento social e político no período compreendido entre a Revolução Francesa e 1918, mesmo sem maior profundidade⁶⁴, cremos relevante à compreensão do fenômeno do corporativismo havido no globo durante o século XX. Adiantar o estudo de tal fenômeno, exige, portanto, retroagir aquele intervalo de tempo.

O século XIX serviu de palco às múltiplas correntes do pensamento político e social e, as principais, estavam relacionadas à Revolução Industrial e ao surgimento do proletariado como uma *novel* classe social antagônica à burguesia, esta privilegiada pelo processo revolucionário francês de 1789, processo esse que inspirou mudanças além das fronteiras de França, sobretudo, com a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* e um modelo inovador de Estado. Falamos do Estado tripartite de Montesquieu, posto em sua mais divulgada obra, *O Espírito das Leis*⁶⁵.

Além disso, a filosofia iluminista, a defesa da liberdade individual, o constitucionalismo como movimento político e jurídico⁶⁶, a partir do qual

⁶⁴ A matéria é capaz de gerar uma dissertação própria dada a sua extensão e importância, mas convém percorrê-la sucintamente para ajudar a compreender o ambiente social e político que antecedeu o corporativismo como ideologia de Estado.

⁶⁵ Também de Montesquieu: *Considerações Sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos* (1734), que é uma das suas principais obras, anterior ao seu mais divulgado trabalho, *O Espírito das Leis* (1748). Tal facto, ao nosso sentir, não diminui o autor, até porque, o enfoque daquela é historiográfico, diferente desta última cujo enfoque é sobretudo político e surgiu num momento oportuno para ser lida, ou seja, quando a França dava sinais de inquietação no âmbito político, intelectual e social, que resultaria adiante na Revolução de 1789.

⁶⁶ A respeito do constitucionalismo pontifica Bonavides: “O poder, segundo o constitucionalismo liberal, deveria mover-se, por conseguinte, em órbita específica, a ser traçada pela Constituição. Com o emprego do instrumento constitucional, aquela concepção restritiva da competência dos órgãos estatais se fez dominante. Ingressou, assim, o termo Constituição na linguagem jurídica para exprimir uma técnica de organização do poder aparentemente neutra”. Cf. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo:

surgiriam as constituições nacionais para limitar o exercício do poder político, marcaram aquela época de transição do Estado absolutista⁶⁷ para o Estado liberal. Daí, o liberalismo económico e político passaria a ser objeto de acentuados debates nos anos seguintes, especialmente em fins do século XIX, e até depois.

Convém lembrar, mesmo em apertada síntese, que o liberalismo no plano económico mirava a liberdade de vender, comprar, produzir, em qualquer sítio, livre de intervenção estatal, tendo se revelado uma era de crescimento do capitalismo, tão bem defendido por Adam Smith⁶⁸. Já no plano político, o liberalismo exprime a limitação dos poderes do Estado, o direito à vida⁶⁹, o direito à liberdade de expressão, a propriedade privada, tudo inserido em um modelo de Estado constitucional⁷⁰, cujo pioneirismo encontramos no caso estadunidense de 1787, anterior à Constituição de França de 1891⁷¹. Nas palavras de Rémond, “O liberalismo é um dos grandes acontecimentos que o

Malheiros Editora, p. 36. Obs: Paulo Bonavides é doutor *honoris causa* da Faculdade de Direito de Lisboa.

⁶⁷ As monarquias absolutistas haviam encontrado reforço no pensamento político autoritário de Hobbes com o seu *Leviathan* (publicado na Inglaterra em 1668), que foi objeto de críticas de parte dos defensores do parlamento contra o poder absoluto do rei. Análise do surgimento e evolução do Estado absoluto encontramos na obra de Perry Anderson, *Linhagem do Estado Absolutista*. Cf. ANDERSON, Perry. **Linhagem do Estado Absolutista**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁶⁸ A maior consequência do pensamento de Adam Smith foi o engrandecimento do livre comércio na sociedade dita capitalista. Dele o princípio da *Mão Invisível*, típico do liberalismo, que sustenta a tendência natural da sociedade económica de se auto-regular, em um mercado livre em que cada um persegue os seus próprios interesses económicos, livre da intervenção estatal. Smith, em sua clássica obra, *A Riqueza das Nações* (1776), perpetuou-se como o fundador da ciência económica. Sobre ele sugerimos: ARAÚJO, Fernando. **Adam Smith e o conceito mecanicista de liberdade**. Coimbra: Almedina, 2001.

⁶⁹ Na concepção de Locke, a autoridade do Estado sofre limites pelos direitos naturais dos indivíduos. Assim, o próprio Estado deve garantir a segurança dos indivíduos, sendo o seu pensamento lastro do liberalismo político. Já para Thomas Hobbes, em prol da segurança não havia aparente limites ao que o Estado podia fazer, o que revela a essência do absolutismo (v. *Leviathan*). Sobre o absolutismo em Portugal sugerimos: HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII**. Rio de Mouro: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1986.

⁷⁰ “A noção jurídica e formal de uma constituição tutelar de direitos humanos parece, no entanto, constituir a herança mais importante e considerável da tese liberal”. Cf. BONAVIDES, Paulo. *op. cit.*, p. 37.

⁷¹ Reza na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão: “Art. 16.º A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição”. Cf. SÉNAT. Disponível em https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html. Capturado em: 17 Agosto 2018.

século XIX domina inteiramente, e não só durante o período em que todos os movimentos se reclamam explicitamente da filosofia liberal. Muito depois de 1848 encontrar-se-á ainda um certo número de políticos, de filósofos, cujo pensamento é marcado pelo liberalismo”.⁷²

Sob a égide daquele modelo o mundo vivenciou a Revolução Industrial na mesma contemporaneidade do surgimento de avanços científicos e tecnológicos como o tear mecânico, a máquina de fiar, a força motriz da máquina a vapor, as ferrovias, a eletricidade (em fins do século XIX), etc. que ajudaram no crescimento da produção fabril, via de consequência, na acumulação da riqueza. Nesse sentido discorre Huberman:

O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala. Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas; vapor sem fábricas. O sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso. Esse aumento da produção foi em parte provocado pelo capital, abrindo caminho na direção dos lucros.⁷³ (Sic)

A principal característica desse conjunto de mudanças havida na Europa em fins do século XVIII e início do século XIX, ou seja, a Revolução Industrial, foi a substituição do trabalho artesanal pelo fabril e assalariado, a formação de uma nova classe social, o proletariado, e o uso de máquinas. A partir dela surgiram novas riquezas para alguns poucos, e a humanidade não seria mais a mesma.

Mas, ao lado de toda aquela riqueza gerada pela indústria liberal, também surgiram os ambientes laborais deploráveis, as longas jornadas de trabalho dos obreiros, as moradias sub-humanas ocupadas por eles à margem das metrópoles (v.g. Londres, Manchester, Paris, etc.), o trabalho infantil, os baixíssimos salários assegurando mais lucros aos patrões/proprietários, uma

⁷² Cf. RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 145.

⁷³ Cf. HUBERMAN, Leo. *op. cit.*, p. 185.

grande pobreza urbana, além das doenças adquiridas nas fábricas e os muitos acidentes relacionados ao trabalho. Tal realidade levaria à criação de associações de trabalhadores, como meio para reivindicações junto aos patrões capitalistas, ainda na fase primeira da Revolução Industrial.

Daquelas inquietações sociais e do agrupamento de trabalhadores assalariados vão surgir os sindicatos obreiros, como hoje conhecemos, para defesa e proteção dos interesses laborais, e que também serviriam de instrumento à politização dos operários – no sentido de que agrupados e organizados teriam eles um papel ativo e relevante nos desígnios da sociedade. Era o sindicalismo⁷⁴ mostrando, ao mesmo tempo, a sua face de movimento social e político.

O surgimento de greves operárias dentro daquele contexto, além de outros conflitos entre patrões e obreiros, atraiu a atenção do Estado que passou então a intervir naquela relação com o fito de solucionar os conflitos, em prol da ordem pública e da paz social. Daí, surgiriam as primeiras normas jurídicas de limitação da jornada de trabalho, a restrição ao trabalho infantil modificando a liberdade de contratação da mão de obra, modificando as regras do labor assalariado, normas essas que se perpetuaram como precursoras do Direito Laboral.

Em 1802 é que encontramos a pioneira legislação inglesa de carácter laboral, a Lei de Peel (*Peel's Act*⁷⁵), que visou proteger as crianças aprendizes que trabalhavam em moinhos. A partir do seu advento o trabalho noturno das

⁷⁴ O *SINDICALISMO* é título de Artigo de Anton Pannekoek, em Janeiro de 1936, do qual extraímos: “Quanto mais o capitalismo se desenvolve e se propaga por todo o mundo, maior é o poder dos trabalhadores. Novos modos de acção mais apropriados vêm juntar-se aos antigos. As tácticas da luta de classes têm necessariamente de se adaptar à evolução social. O sindicalismo surge como a forma primitiva do movimento operário num sistema capitalista estável. O trabalhador independente não tem defesa face ao patrão capitalista. Por isso os operários se organizaram em sindicatos. Estes reúnem os operários na acção colectiva e utilizam a greve como arma principal”. Cf. http://www.terraviva.pt/ilhadoMel/1188/os_conselhos_operarios.htm a partir de I.C.C. vol. II, n.º 2 Janeiro de 1936. Capturado em: 04 Junho 2018.

⁷⁵ A Lei de Peel ficou assim conhecida em razão do nome do seu idealizador, Sir. Robert Peel. *Vide* <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/19thcentury/overview/earlyfactorylegislation/>. Capturado em: 08 Agosto 2018.

crianças se tornou proibido e houve uma limitação da jornada diurna do trabalho. A intervenção estatal na relação patrão-operário só seria mais acentuada a partir do século XX, juntamente com a entrega de serviços públicos de saúde e os sistemas de reformas previdenciárias.

Mais um pouco à frente, em 1819, a Inglaterra – que, vale ressaltar, foi o primeiro país a industrializar-se – permitiria o trabalho somente aos maiores de nove anos, algo inaceitável na realidade civilizacional hodierna de qualquer dos países signatários da Organização Internacional do Trabalho - OIT, vez que esta repudia o trabalho infantil.⁷⁶

Entretanto, a dura realidade obreira dos primeiros anos do século XIX⁷⁷ serviria também como matéria prima ao afloramento de ideias políticas avessas ao *status quo* imposto pelo liberalismo. Já naquela altura surge o pensamento de Saint-Simon⁷⁸ a respeito da era industrial, que aponta a coexistência de duas classes sociais, os “produtores” e os “parasitas”. Assim, proclama por um novo modelo político, social e económico a ser comandado pelos “produtores” que produzem a riqueza, aí os obreiros e empresários, pondo sob domínio a classe dos “parasitas”, aqueles que nada fazem nesse sentido, para ele a nobreza, o clero e o funcionalismo público.

Inserido no mundo do liberalismo, Saint-Simon⁷⁹ admitia a necessidade de uma economia planificada, o que seria possível mediante a interferência estatal, além da necessidade constante da utilização de saberes científicos e

⁷⁶ VIDE OIT C182 - CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E AÇÃO IMEDIATA PARA SUA ELIMINAÇÃO.

⁷⁷ As lutas operárias na Europa oitocentista foram constantes, algumas até sangrentas, o que nos faz lembrar de Émile Zola, em sua obra literária *O Germinal* (1885). Zola retratou o quadro socioeconómico dos trabalhadores franceses de uma certa mina de carvão, as suas penúrias, o ambiente propício à difusão de ideias tidas por subversivas (anarquismo, socialismo...) além de conflitos de trabalhadores com as autoridades e a postura insensível do patronato, num período entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial.

⁷⁸ Claude Henri de Saint-Simon (1760 - 1825), cidadão francês, oriundo de aristocracia rural, oficial do exército do seu país. Célebre a sua “parábola dos trabalhadores e parasitas”, publicada na revista *O Organizador* (em 1819), texto sarcástico que ataca o clero, a nobreza, políticos, etc.

⁷⁹ *A Indústria* (1818-1819); *Sobre o Sistema Industrial* (1821); *Catecismo dos Industriais* (1823) são todas obras de Saint-Simon. Sobre ele vide DURKHEIM, Émile. ***Le socialisme. Sa définition, ses début, la doctrine Saint-Simonienne***. PUF. Paris: 1992.

tecnológicos em prol do incremento da produção e do benefício geral. Saint-Simon é visto como um socialista utópico, até porque, “defendeu – por razões de boa gestão da economia – a nacionalização gradual dos principais meios de produção, à medida que os seus proprietários fossem morrendo”.⁸⁰

Mas, nos anos oitocentistas viriam a ocorrer pensamentos políticos radicais, iniciados com o anarquismo de Proudhon⁸¹. Dele a obra *O que é a propriedade?* (1840), através da qual defendia que toda forma de propriedade é uma forma de roubo, uma tese que escandalizou a sociedade daquele tempo. A ele se atribui a frase: “Proprietários defendei-vos! Haverá combates e massacres”⁸². A atuação de Proudhon como jornalista, porta-voz do anarquismo, com suas críticas à sociedade, em defesa dos trabalhadores contra a rica burguesia capitalista, mais a defesa da propriedade comunitária, encontrou apoiadores na classe operária e fora dela, tendo chegado a ocupar uma cadeira de deputado no parlamento francês.

Para o ideário anarquista, sem a existência do Direito, do Estado e da opressão de uma classe superior, o homem seria livre para viver em comunhão laboral com mútua assistência. Em suma, aquele teórico do anarquismo acreditava na autogestão dos obreiros e camponeses, independente da presença do poder estatal, como o meio de se atingir uma sociedade igualitária e justa, mas pela via revolucionária. A expressão “anarquia-pesadelo”, em nossa percepção, mostra-se a mais didática para compreender resumidamente o anarquismo, conforme o seu autor Freitas do Amaral:

O processo que o ideal anarquista coloca é o de saber se as comunidades humanas são capazes de se autogovernarem em pequenas federações municipais e cooperativas, dispensando por completo o Estado. Até hoje, esse ideal nunca conseguiu realizar-se. E mesmo os individualistas mais ferrenhos, bem como os socialistas mais libertários, não conseguem ver as suas liberdades protegidas senão através do Estado e do Direito. Em

⁸⁰ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **História do Pensamento Político Ocidental**. Lisboa: Almedina, 2012, p. 373.

⁸¹ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), francês. Vide GEORGE, Gurvitch. **Proudhon**. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁸² Cf. Proudhon citado por AMARAL, Diogo Freitas. *op. cit.*, p. 378.

nossa opinião, os contratualistas dos sécs. 17 e 18 explicaram-nos muito bem - e de uma vez por todas, parece-nos - o que acontece às sociedades humanas onde não há um poder político capaz de estabelecer leis justas e de as fazer cumprir: o resultado não é a anarquia-paraíso, é a anarquia-pesadelo.⁸³
[grifamos]

Ainda no curso desse século XIX adveio Marx, cujo pensamento político divulgou-se por suas obras principais, *O Manifesto Comunista*⁸⁴ (1848) e *O Capital* (1867). Por essência ideológica Karl Marx nega o capitalismo, a democracia liberal, a propriedade privada, a religião. Lado outro, defende a coletivização dos meios de produção e a luta armada como meio para tomar o poder da burguesia. Para Marx, o processo revolucionário de derrube da burguesia necessita de uma fase de transição e, assim, há de ter um Estado forte e atuante comandado pelo proletariado que, no estágio final do socialismo, o comunismo – triunfo final dos trabalhadores sobre a burguesia – será despiendo.⁸⁵ Portanto, não nega Marx a presença do Estado em sua teoria política, diferentemente de Proudhon.

O pensamento político marxista assustou segmentos patronais, governamentais, militares, acadêmicos e religiosos e, com isso, influenciou no aumento da conflituosidade social e política de antanho, inclusive, na França de 1871. Referimo-nos à malograda experiência da Comuna de Paris, um *putsch* protagonizado por trabalhadores que assumiram o poder na esperança de criar um Estado proletário, uma nova sociedade, e que ficou alojado na História como a prima experiência do gênero. Sobre esse pioneirismo da Comuna de Paris assim trata J. Fontana:

A Comuna de Paris foi um dos mais gloriosos episódios na história da classe trabalhadora mundial. Pela primeira vez na história as massas populares, trabalhadores à frente, derrubaram o velho Estado e começaram a transformar a sociedade. Sem planos, sem liderança ou organização as

⁸³ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. *op. cit.*, p. 380.

⁸⁴ Obra escrita em parceria com Friedrich Engels.

⁸⁵ Vide a respeito da doutrina marxista: HOBBSAWN, Eric. **História do Marxismo**. 1. ed., 12 vols. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

massas demonstraram um elevado grau de coragem combativa, iniciativa revolucionária e de criatividade institucional e administrativa.⁸⁶

Frisamos que a Comuna⁸⁷ durou tão somente de 28 de Março a 28 de Maio de 1871, sucumbindo diante da reação armada das tropas leais ao governo francês, todavia, deixou exemplo para futuras revoluções do gênero. Nas palavras de Paulino José Orso, “Marx, como historiador e cronista, percebeu na Comuna os prenúncios do futuro, os indícios de uma nova época histórica. Ele sempre esteve atento ajudando a manter o curso revolucionário dentro dos princípios do internacionalismo proletário e dando apoio aos perseguidos e exilados”.⁸⁸

É imperioso refletir que a Comuna se deu em uma Europa já tomada de reclamos da classe obreira por paga salarial digna, melhorias das condições de trabalho, dentre outros, reclamos que não cessariam cedo nesse continente, nem em outros lados do globo, embalados pelo mesmo liberalismo. Como exemplo de conflito social não europeísta, citamos o 1º de Maio de 1886, na cidade de Chicago (EUA), quando em uma grande manifestação de trabalhadores houve violento confronto com as forças policiais, resultando em diversas prisões e na morte de 80 trabalhadores. Tais factos sensibilizaram o movimento mundial dos trabalhadores, e governos também, ao ponto daquele dia (1º de Maio) ter sido erigido como o Dia Internacional do Trabalho⁸⁹, data que não é celebrada nos Estados Unidos da América.

⁸⁶ Cf. Comuna de Paris - 130 anos 28 março - 28 maio 1871 (62 dias que assombraram/encantaram/chocaram o mundo), por Remy J. Fontana (Prof. do Depto. de Sociologia e Ciência Política da UFSC). Revista Espaço Acadêmico - nº 00. Maio/2001 - ISSN 15196186 - Ano 1. Cf. <http://www.espacoacademico.com.br/000/0fontana.htm>. Capturado em: 28 Maio 2010.

⁸⁷ Concernente a Comuna de Paris sugerimos: GONZÁLEZ, Horácio. **A Comuna de Paris. Os assaltantes do céu**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸⁸ Cf. ORSO, Paulino José. **As lições da Comuna de Paris para a educação**. - *Revista Adusp*, nº 24, Dezembro de 2001, p. 17. Disponível em https://www.adusp.org.br/files/revistas/24/p06_10.PDF. Capturado em: 04 de Junho de 2018.

⁸⁹ “Em Chicago, a repressão sobre os grevistas foi de enorme violência e saldou-se por mais de 80 operários assassinados e centenas de presos. A polícia de Chicago promoveu uma verdadeira caça aos dirigentes da greve: August Spies, Albert Patsons, Adolph Fisher, George

Mas, durante o século XIX a pátria de Abrahan Lincoln não só exportaria exemplos de violência contra a classe obreira. A democracia praticada pelos estadunidenses inspirou diversos povos ansiosos de um governo fundado na representação popular escolhida por sufrágio, o que atraiu a atenção investigativa do jurista francês Alexis Tocqueville. Homem de origem aristocrática, e criado em uma família monárquica, Tocqueville visitou os EUA durante longos meses no ano de 1831, tendo a oportunidade de conhecer diversos segmentos da vida estadunidense, até mesmo o seu sistema penitenciário⁹⁰, porém o que verdadeiramente lhe atraiu no país foi o regime político, as liberdades constitucionais do homem, a representação parlamentar, o que àquele tempo significava um “Novo Mundo”, frente às antigas monarquias da Europa.

Para medir a relevância dos EUA na História é preciso lembrar a originalidade desse país que se consolidou como uma república constitucional em 1787 (data da sua Constituição, até hoje vigente), assegurando garantias fundamentais ao cidadão, tais como a liberdade e a igualdade perante a lei⁹¹, sob uma democracia parlamentar e que adotou o federalismo como forma de organização do Estado⁹², isso antes da Revolução Francesa. Admirado com o “Novo Mundo” Tocqueville escreveu *Da Democracia na América*, obra em dois

Engels, Luís Lingg, Miguel Schwab, Oscar Neebe e Samuel Fielden foram presos e acusados de liderar a luta dos trabalhadores. Um processo irregular e injusto, a que não faltaram provas falsas foi aberto logo no dia seguinte, terminando em Outubro de 1887. Cinco destes operários foram condenados à morte por enforcamento e outros três a prisão perpétua. Em 1888 o processo judicial foi reaberto. Foi reconhecida a inocência dos réus. Os três não executados foram libertados. O Estado foi condenado. Em 14 de Julho de 1889, o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, proclamou o 1º de Maio como «Dia Internacional do Trabalho», Cf. *Os Mortos de Chicago*. Página da educação, nº 134, disponível em <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=134&doc=10092&mid=2>. Capturado em: 04 Junho 2018.

⁹⁰ Vide TOCQUEVILLE, Alexis. **DEL sistema penitenciario en Estados Unidos y su aplicación en Francia**. Espanha: Tecnos, 2006.

⁹¹ Tal como ocorreu na Roma antiga, os EUA mantiveram a escravatura em sua república, só tendo cessado definitivamente após a guerra civil americana (1860 – 1865), sob o governo do Presidente Lincoln. Tal facto representa na historiografia daquele país um desprestígio às liberdades do homem, pois que a república estadunidense se consolidou em uma época em que o pensamento filosófico libertário francês (notabilizado com a Rev. Francesa) já era disseminado no mundo.

⁹² Esse modelo de federalismo, posteriormente, serviria de inspiração aos brasileiros quando da elaboração de sua primeira Constituição republicana (1891).

volumes (vol. I, 1835; vol. II, 1840), através da qual exaltou a democracia que conheceu nos EUA.

O estudo de Tocqueville difundiu na Europa, e no globo, a democracia estadunidense, o seu modelo político constitucional de república pioneira na era cristã. A partir dela, é válido observar que a difusão daquele modelo político dos EUA, na obra do autor, coincide, no mesmo século, com o processo de implantação do regime republicano em França, em duas oportunidades: ii) quando da proclamação da II República (1848 a 1851); ii) e depois, quando da III República (1870-1940). Também naquele século a Espanha adotaria o Regime republicano, embora por um lapso temporal muito curto, de 11 de Fevereiro de 1873 até 29 de Dezembro de 1874, a conhecida I República Espanhola.

Voltando ao liberalismo, cujo grande préstimo foi sobrepujar o absolutismo e fixar uma doutrina jurídica de novos direitos do homem, o mesmo passou distante da questão social. O “*laissez faire*”, marca própria da economia liberal, criou um abismo entre a demasiada riqueza dos patrões e a exorbitante pobreza dos trabalhadores das suas fábricas. Nas palavras de Castro Fernandes, “A fórmula lapidar, miséria na abundância, caracteriza e define o mundo de ruínas que o artificialismo da doutrina liberal deixou como dolorosa herança”.⁹³

De facto muitos países da Europa no final século XIX cresciam sob os auspícios do Capitalismo industrial, mas sem a preocupação de implantar uma política pública de amparo aos trabalhadores, com o fito de melhorar a subsistência deles. O Estado liberal não nutria preocupação com os inválidos, enfermos ou desempregados e o que existiu de legislação de cunho laboral/social foi incapaz de dar eficaz proteção aos trabalhadores, eles, os

⁹³ Cf. FERNANDES, António Júlio de Castro. **Temas Corporativos**. Lisboa: Edições SPN, 1944, p. 12-13.

hipossuficientes⁹⁴, na relação patrão-empregado. Também é facto que naquela contemporaneidade persistia o ideal de revolução proletária pregando a luta armada para derrubar a burguesia, banir a religião e coletivizar as propriedades, o que continuava a cooptar adeptos.

A ideia de que ao Estado não cabia intervir nos domínios privados agudizava aquela realidade de pobreza dos trabalhadores e a conflituosidade entre as classes, mesmo já tendo ocorrido os embates a que nos referimos anteriormente. Esse abstencionismo estatal seria criticado pela Igreja de Roma no final do século XIX (1891), pelo Papa Leão XIII, através da Encíclica *Rerum Novarum*, sobre a precária condição dos operários, o que impactou o mundo com as suas ideias, tanto do lado liberal, como do ladopositor a ele, e até aos católicos reformistas como La Tour du Pin⁹⁵.

A dita Encíclica foi divulgada em uma conjuntura de tensão onde duas ideologias se chocavam: o liberalismo de Smith com o socialismo de Marx e Engels⁹⁶, porém isso não intimidou Leão XIII em expressar a sua inquietação contra a postura de ambos os lados, firmando assim o pensamento social da Igreja de Roma, a sua Doutrina Social⁹⁷. O pensamento social da Igreja de Roma estava então lançado ao mundo no trato da “questão social”.

O documento papal defende, dentre outras coisas, a propriedade privada, a dignidade do homem, salário justo para o obreiro, melhorias no ambiente laboral e invoca o concurso do Estado em prol das melhorias dos trabalhadores, o que representou um golpe no absentismo estatal típico do liberalismo. “Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos

⁹⁴ Maior proteção social viria com o *Tratado de Versalhes* e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), porém, ainda distante do *welfare state* de alguns países do globo depois de 1945.

⁹⁵ “Conta-se que o Marquês de La Tour du Pin - católico reformista, mas menos avançado - terá dito a Leão XIII sobre a encíclica *Rerum Novarum*: “Mas, Vossa Santidade, o que vós defendeis é o socialismo”! Ao que o Papa terá dito: “Não sei se, para ti, meu filho, será socialismo. Para mim, é puro cristianismo”. Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. *op. cit.*, p. 426.

⁹⁶ Ao lado do socialismo marxista havia o anarquismo de Proudhon também em oposição ao liberalismo.

⁹⁷ Sobre o pensamento social da Igreja de Roma *vide* ALBUQUERQUE, Martim de. **A Doutrina Social da Igreja**. Lisboa: 1963.

trabalhadores que, em geral, pertencem à classe pobre”, reza o texto de Leão XIII, quando trata sobre *Obrigações e Limites do Estado*⁹⁸, demonstrando, com isso, preocupação a respeito da condição dos operários àquela altura. Por outro lado, a mesma Encíclica critica os excessos do liberalismo e nega o socialismo com veemência quando proclama:

O comunismo, princípio de empobrecimento

[...] Por tudo o que Nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular.⁹⁹

É com a *Rerum Novarum*¹⁰⁰ que surge uma proposta pacífica em busca de “justiça social” e o Estado seria um meio para atingir tal fim. Com base na Encíclica foram criados sindicatos cristãos que, mais tarde, no século XX, formariam os partidos democratas cristãos. A Igreja via o corporativismo como uma “terceira via” em oposição ao marxismo e ao capitalismo liberal, sendo a sua Doutrina Social a primeira corrente d'água dessa ideologia que, antes da Primeira Guerra Mundial, conheceu em França defensores, o caso da ultraconservadora *Action Française*¹⁰¹ de Charles Maurras.

O pensamento papal veiculado pela *Rerum Novarum* foi sobremodo marcante àquela altura, e surgiu em um momento em que o socialismo ganhava

⁹⁸ Vide Anexo 21 - Encíclica *Rerum Novarum*.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ A *Rerum Novarum* ao enfrentar a “questão social” inspirou o Estado Social havido na Europa atual.

¹⁰¹ Após a I Guerra Mundial, quando o sentimento nacionalista continuava forte em França, a *Action Française* alcançou seu apogeu, mas sofreu um grave revés em 1926, quando foi publicamente condenada pelo papado. O Papa Pio XI, em Dezembro de 1926, condenou a *Action Française*, por considerar aberrante a sua concepção de catolicismo, chegando a excomungar Maurras e colocar alguns dos seus livros no Index. No entanto, ainda era poderosa suficiente para conduzir um ataque sério sobre a República em 1934. Por causa de sua associação com o colaboracionista governo de Vichy (1940-1944), durante a ocupação nazi, a *Action Française* foi desacreditada e deixou de existir após a Segunda Guerra Mundial.

força através da formação de partidos políticos de orientação socialista na Europa e que, mais tarde, participariam de eleições, a exemplo do Partido Socialista Francês em 1914. Recorrendo a Gilbert, “O século XX teve início com trabalhadores de todos os países industrializados determinados a melhorar suas condições por meio da participação direta na vida política”.¹⁰² Ao lado disso, a inquietação obreira contra a opressão capitalista perdurava naquele início de século e o Estado liberal não continha as reivindicações sociais, e os reclamos se espalhavam pelo mundo. Dessa época é a obra literária *A Selva* ¹⁰³, em 1906, do escritor estadunidense Upton Sinclair, pela qual ele retratou as duras condições de trabalho dos empregados de uma indústria de embalagem de carne na cidade de Chicago, a exploração dos patrões, bem como a sujeira reinante no processo de embalagem e no ambiente laboral. Um exemplo do tratamento que uma nação em processo de industrialização impunha à classe trabalhadora em pleno século XX.

Na fase final do século XIX e início do século XX o mundo convivia com um fervor nacionalista das grandes potências, com políticas de aliança entre países e a disputa de mercados. Além disso, guerras estouravam em diversos lados do mundo, a exemplo da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), Guerra dos Balcãs (1912-1913), Guerra do Contestado (1912-1916). Além delas, em 1910 teve início a Revolução Mexicana, movimento revolucionário que se opunha ao *status quo* do liberalismo e da elite mexicana proprietária de terras.

A violência não se restringia aos campos de batalha, pois assassinatos de personalidades do mundo político ocorreram naquele período, como Willian Mckinley¹⁰⁴, em 1901, presidente dos Estados Unidos da América, vítima de tiros disparados por um anarquista (Leon Czolgosz). Também assassinados o rei de Portugal, D. Carlos e o seu filho, o príncipe D. Luís Filipe, no ano de 1908, e em 28 de Junho de 1914 o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do

¹⁰² Cf. GILBERT, Martin. **A História do Século XX**. 2 ed. São Paulo: Editora Planeta, 2016, p. 19.

¹⁰³ “The Jungle” é o título original. Cf. SINCLAIR, Upton. **The Jungle**. 1. ed. Estados Unidos: Barron's, 1984.

¹⁰⁴ 25º presidente dos Estados Unidos, McKinley levou o país à vitória na Guerra Hispano-Americana.

Império Austro-Húngaro e sua esposa, episódio decisivo que deflagrou a Primeira Guerra Mundial e que só findaria em final de 1918 com a derrota alemã.

As democracias parlamentares de antanho foram incapazes de evitar a Grande Guerra e, igualmente, de solucionar a questão social provocada pelos excessos do capitalismo liberal. No curso daquele conflito mundial a Rússia – que lutava ao lado da Inglaterra e França contra o Império Austro-Húngaro e da própria Alemanha – enfrentou no seu território a Revolução de Outubro de 1917 que levou ao poder os comunistas (bolcheviques), com Lenine à frente.

Tal vitória fez a Rússia sair do conflito mundial – por via de acordo – e, com ela, tem início o Estado soviético, a ditadura do proletariado nos moldes marxistas, eliminando a burguesia, mais a pretensão de expandir a Revolução mundo afora. Estava instalado um novo modelo político centrado em um partido único, o Partido Comunista, que gerou uma reação vinda através do fascismo de Mussolini ainda na década de 1920, como veremos no item seguinte.

1.3 As Circunstâncias do Pós-Guerra e a Ascensão do Fascismo

“A guerra é um dos problemas centrais de nosso tempo: há quem diga que é o problema central”
(Norberto Bobbio)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)¹⁰⁵ ocorreu a derrocada de grandes impérios¹⁰⁶, como o Austro-Húngaro, a monarquia

¹⁰⁵ Brasil e Portugal tomaram parte nesse conflito ao lado das tropas inglesas e francesas. A participação lusitana não foi pequena, pereceram muitas vidas, e “Quando, às 05h00 de 11 de Novembro de 1918, foi assinado numa carruagem de comboio, na floresta de Compiègne, o armistício que pôs termo à Primeira Guerra Mundial, Portugal era uma nação exausta e em sobressalto político, 5000 portugueses tinham morrido nos campos da Flandres e nas savanas de Angola e Moçambique e o regime republicano desacreditava-se junto dos portugueses.” Cf. TORRES, Eduardo Cintra; MARINHO, Luís. **O Século do Povo Português (1910-1926) - I República Revolução E Guerra**. Madrid: Ediclube, 2001, p. 35. Já a participação brasileira naquele conflito mundial foi modesta, e “A guerra chegou ao Brasil pelo mar, quando navios mercantes brasileiros começaram a ser afundados por submarinos alemães, que desenvolviam uma campanha de bloqueio naval contra a navegação Aliada.

czarista russa, o Império Turco-Otomano e a formação de novos Estados, o que modificou o mapa da Europa e de outros lados do mundo. O Império Austro-Húngaro, resultante da união do Império Austríaco e do Reino da Hungria, perdurou de 1867 até 1918 quando então entrou em colapso no fim daquele conflito mundial. Daquele Império surgiram: a Primeira República da Áustria, a Primeira República da Checoslováquia, a República Democrática da Hungria, a República da Polónia¹⁰⁷, afora o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos¹⁰⁸.

O Japão, distante geograficamente da Europa, mas que participou do conflito contra os alemães, ao final, durante a Conferência de Paz de Paris, em 1919, obteve da Alemanha o território asiático de Kiao-Tcheou e outros decorrentes do acordo firmado entre China e Alemanha em 06 de Março de

Diante dos ataques, em 1917 o Brasil reconheceu estar em estado de guerra contra a aliança liderada pela Alemanha e uniu-se, ainda que de forma modesta, ao esforço internacional contra os germânicos. No último ano do conflito, 1918, o governo brasileiro deu sua contribuição, enviando uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África; uma missão médica militar e um grupo de oficiais do Exército para a França; e um grupo de aviadores navais para treinamento e posterior atuação em combate na Grã-Bretanha, Itália e EUA. [...]. Nossa participação foi reduzida e envolveu, de forma direta, uma pequena parcela da população – menos de 2.000 pessoas –, o que leva a Grande Guerra a ser uma desconhecida do público brasileiro, seja na memória coletiva ou nos livros escolares”. Cf. DARÓS, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial, a longa travessia**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 12-13. A propósito do corpo de saúde formado por militares brasileiros e enviado à França, *Vide*, SILVA, Carlos Edson Martins, **A Missão Médica Especial brasileira de caráter militar na Primeira Guerra Mundial**. Revista Navigator, 2014, disponível em http://www.revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art2.pdf. Capturado em: 14 Julho 2018. Obs - Por força do Decreto nº 3.361, de 26 de Outubro de 1917, o presidente Wenceslau Braz reconheceu e decretou o estado de guerra iniciado pelo Império da Alemanha contra o Brasil.

¹⁰⁶ Segundo Hobsbawm, “.... O período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam “imperadores”, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título”. Cf. HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 59.

¹⁰⁷ Dentre os Catorze Pontos para a paz apresentados, em Janeiro de 1918, por Woodrow Wilson, então Presidente dos EUA, rezava que: “XIII - Será constituído um Estado polaco independente, que deverá incluir os territórios habitados pelas populações indiscutivelmente polacas, a quem deve ser assegurados um acesso livre ao mar e cuja independência política e económica deve ser garantida por um tratado internacional”. Cf. LOPES, José Alberto Azeredo. **Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 237.

¹⁰⁸ O Tratado de Saint-Germain-en-Laye, firmado no ano de 1919 entre os Aliados e a Áustria, obrigou os austríacos a reconhecerem a soberania da Checoslováquia, da Hungria, da Polónia, do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

1898,¹⁰⁹ alterando o mapa daquela região. Em 1931, o Exército japonês invadiria a Manchúria, fruto da sua política expansionista, política essa que o levaria, depois, a lutar contra os anglo-americanos na II Guerra Mundial.

Os mapas da Europa e de outros continentes – especialmente a África – não seriam mais os mesmos e, após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, também seriam outros.

Voltando ao pós-guerra de 1918, aquela foi uma era de modificações no cenário geográfico, social, político e económico do mundo, especialmente na Europa. Além da perda de milhões de vidas¹¹⁰, entre civis e militares, o dito conflito mundial abalou governos, provocou catástrofes económicas a muitos países envolvidos, a exemplo da Alemanha derrotada¹¹¹, que enfrentou uma enorme inflação naquele período com a desvalorização de sua moeda, e adotou o regime republicano.

A riqueza dos países envolvidos no conflito esteve comprometida, notadamente Inglaterra e França, países de grande protagonismo na aliança contra o Kaiser. Por outro lado, inserido naquele contexto é que os Estados Unidos se revelaram como potência mundial, vindo só a sofrer abalo económico em 1929, devido ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, cuja repercussão se espalharia pelo mundo desenvolvido à época. Nesse rastro, o continente europeu com toda a sua indústria, comércio e produção agrícola não mais significava, no pós Primeira Guerra Mundial¹¹², exemplo maior do progresso capitalista.

¹⁰⁹ Cf. *Tratado de Paz em Versalles* - Lisboa: Imprensa Nacional, 1919, VIII, p. 69 (Art. 156).

¹¹⁰ Um saldo de nove milhões de mortes e quarenta milhões de inválidos. Cf. RODRIGUES, Luiz César B. *A Primeira Guerra Mundial*. 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 65.

¹¹¹ O *Tratado de Versalhes*, de 1919, impôs grandes restrições à Alemanha, restrições essas que incitaram um sentimento de ódio e revanche que, algumas décadas mais tarde, prepararam o palco de uma nova guerra. O mesmo *Tratado de Versalhes* recomendava aos países signatários a adoção de medidas que melhorassem a condição laboral e previa a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹¹² A Primeira Guerra Mundial iniciara aquilo que o historiador inglês Eric Hobsbawn chamou de “era do massacre”, aberta por um conflito travado em “torno de metas ilimitadas”.

Ao lado da crise económica do pós-guerra, a Europa, semi-destruída pelo conflito, vivenciava grandes inquietações políticas e sociais, inúmeras greves da classe obreira, desemprego, formação de organizações de esquerda radical que incitavam a discórdia entre patrões e obreiros, a repressão pelos órgãos de segurança estatal e a pobreza, um quadro que ajudaria a moldar novos governos.

Certo é que antes mesmo do final daquela Guerra Mundial, em Outubro de 1917, os bolcheviques já tinham chegado ao poder na Rússia retirando-se da Guerra (por acordo), e dando origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo à frente o Partido Comunista, também de criação bolchevique, o qual propunha mudanças radicais através da ação revolucionária armada, tanto no âmbito interno, como no externo. Daí, não tardou a multiplicação de partidos comunistas em diversos lados do globo, e a aparição da III Internacional Comunista (Komintern), sob os auspícios de Lenine, em Março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países¹¹³ e propagar a ideia da ditadura do proletariado mundial. Recorrendo a Rémond, “Os países vencidos oferecem assim, um terreno de eleição à agitação revolucionária e às acções de bolchevisação encorajadas pela III Internacional.”¹¹⁴ O mesmo Rémond refere que, “Na Alemanha criaram-se no momento da derrota, soviets de soldados, de marinheiros e de operários. É o apelo à insurreição espartaquista nos últimos dias de 1918.”¹¹⁵

No rastro do comunismo internacional, a Hungria, em 1919, vivenciou a República Soviética Húngara (21.03.1919), a qual findaria pela reação armada da Romênia em Agosto daquele mesmo ano, tendo sido essa derrota um abalo ao projecto expansionista da Rússia de Lenine.

Segundo Hobsbawn, uma era de conflitos que só terminaria em 1945, na Segunda Guerra Mundial.

¹¹³ Em Portugal, o Partido Comunista Português surgiu em 1921, e no Brasil, o seu Partido Comunista veio a surgir em 1922, coincidentemente, no ano do centenário da independência do país (07 Setembro 1822 – 07 Setembro 1922).

¹¹⁴ Cf. RÉMOND, René. *op. cit.*, p. 312.

¹¹⁵ Cf. RÉMOND, René. *op. cit.*, p. 312.

É facto que os governos demoliberais do mundo foram ineficientes para evitar o debacle económico e social das nações no pós guerra de 1918, o que gerou greves, fome, hiper-inflação, pobreza, acirrados embates ideológicos, etc. Ao lado disso, a economia mundial mais tarde seria impactada com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, o que daria azo à consolidação do fascismo na Itália e em outros sítios do mundo, já que era princípio de tal ideologia também o combate aos excessos do capitalismo liberal e um proteccionismo social de parte do Estado. Aquele *crash* alimentaria o expansionismo comunista que impunha a bandeira da redenção da humanidade com a supressão do capitalismo, das classes sociais e da propriedade privada, através da luta revolucionária. Oportuno lembrar que, naquela altura, “Em toda a Grande Europa, a União Soviética era o único Regime autoritário de esquerda”, como pontifica Mann.¹¹⁶

O absentéismo do Estado na economia liberal do século XIX não sobreviveria no novo século. Ao lado do pensamento social da Igreja de Roma, e no intuito de dar uma resposta social eficaz às classes menos favorecidas, bem como de frear a bolchevização, é que os países capitalistas começaram a introduzir, em seus sistemas, políticas públicas de proteção e seguridade social aos indivíduos. Com isso, os Estados nacionais começariam a adotar uma feição social/assistencial, a exemplo da Constituição de Weimar de 1919¹¹⁷ que “... abriu as portas para a positivação dos direitos sociais, dando-lhes *status* de norma constitucional, o que foi muito importante para iniciar um processo de

¹¹⁶ Cf. MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 67.

¹¹⁷ A propósito das inovações da Constituição de Weimar assim discorre Komparato: “Apesar das fraquezas e ambigüidades assinaladas, e malgrado a sua breve vigência, a Constituição de Weimar exerceu decisiva influência sobre a evolução das instituições políticas em todo o Ocidente. O Estado da democracia social, cujas linhas-mestras já haviam sido traçadas pela Constituição mexicana, de 1917, adquiriu na Alemanha, de 1919, uma estrutura mais elaborada que veio a ser retomada em vários países após o trágico interregno nazifacista e a 2ª Guerra Mundial. A democracia social representou efetivamente, até o final do século XX, a melhor defesa da dignidade humana, ao complementar os direitos civis e políticos – que o sistema comunista negava – com os direitos econômicos e sociais, ignorados pelo liberal-capitalismo. De certa forma, os dois grandes Pactos internacionais de direitos humanos, votados pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1966, foram o desfecho do processo de institucionalização da democracia social, iniciado por aquelas duas Constituições no início do século”. Cf. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, pp. 188-189.

conscientização, no mundo ocidental, de que a dignidade humana deve ser garantida pelo Estado”.¹¹⁸

Ainda no ano de 1919, em sequência ao armistício de Novembro de 1918, foi celebrado pelos países envolvidos na Guerra o *Tratado de Versalhes*. Nele, a Alemanha aceitou todas as responsabilidades por causar o conflito e a fazer reparações a um certo número de nações que lutavam ao lado da Inglaterra e França, o caso do Brasil, Portugal, Estados Unidos, Canadá e outros. Para os alemães o Tratado causou choque e humilhação e alimentou, mais tarde, o discurso dos nazistas contra a República de Weimar e contra as grandes nações do globo. Do *Tratado de Versalhes* vieram a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Liga das Nações (precursora da ONU, em 1945), esta que não foi capaz de promover a paz mundial no período entre as duas grandes guerras do século XX, caindo em descrédito.

Naquela contemporaneidade de fragilidade económica dos países embalados pelo liberalismo, de inaptidão dos seus governos para debelar os reclamos sociais e políticos, de inquietação das massas, do anarco-sindicalismo, e do temor da burguesia urbana e rural diante do avanço do comunismo internacional, surgiu o fascismo na Itália¹¹⁹ como uma ideologia de Estado totalitário, terceira via, entre o capitalismo escorchante e o comunismo ateu e estatizante, mediante uma organização estatal em moldes corporativos. Nas palavras de Michael Mann, “O fascismo de massa foi uma resposta às crises

¹¹⁸ Cf. AUAD, Denise. **Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição federal brasileira**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 103 p. 352, Jan./Dez. 2008. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67809/70417>. Capturado em: 14 Julho 2018.

¹¹⁹ A Itália durante a Primeira Guerra foi aliada dos ingleses e franceses, tendo vivenciado no pós-guerra crise económica, reclamos sociais, tanto no campo como nas cidades, e a radicalização dos discursos políticos, um palco conveniente para o surgimento do fascismo. Vide, à propósito, BOBBIO, Norberto. **Do Fascismo à Democracia**. São Paulo: Editora Campus, 2017; FELICE, Renzo. **Le interpretazioni del fascismo**. 9 ed. Roma e Bari: Editora Laterza, 2007.

ideológicas, económicas, militares e políticas posteriores à Primeira Guerra Mundial”.¹²⁰

O fenómeno do fascismo italiano atrai investigações até presentemente, pois o seu marco político e jurídico serviu de inspiração a outros povos. Recorrendo a Loff, “O debate científico em volta do fascismo como fenómeno historicamente localizável e definível preencheu já, pelo menos, as seis últimas décadas, conduzindo, por uma via mais formal, a uma teoria geral do fascismo, mas também, por uma vertente epistemologicamente mais indefinida, a um conceito abrangente como o de “época do fascismo”.¹²¹

Assim, na Itália, sob a batuta de Benito Mussolini, se formou então um estado corporativo, uma primeira experiência que no seu percurso agregou-se ao fascismo, marcando o país perpetuamente, mas que muitos o copiaram, como afirma Freitas do Amaral:

Benito Mussolini ficou conhecido, no seu país e na Europa, mais por ter sido um ditador derrotado do que pelas suas criações ideológicas e políticas. Mas a História do Pensamento Político ocidental tem de lhe conferir um lugar destacado: não porque concordemos com ele ou porque o possamos absolver atendendo às circunstâncias; longe disso. Mas porque ele criou uma nova ideologia - o fascismo - e construiu com ela um novo modelo de Estado - o Estado nacionalista, totalitário, de direita, autoproclamado, <<Estado Fascista>>, que se declara também antiliberal, antidemocrático, e antimarxista, que rejeita simultaneamente o abstencionismo económico e a luta de classes, e por isso pretende enquadrar a vida económica, social e cultural do país num <<sistema corporativo>>. Tudo isto foi uma novidade: ninguém o tinha concebido ou executado antes dele. E depois dele, muitos o copiaram, tanto na Europa como na América Latina (pelo menos).¹²²

Importante aqui consignar é que Mussolini chegou ao poder pacificamente, ele ascendeu a primeiro ministro à luz do ordenamento jurídico

¹²⁰ Cf. MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 16.

¹²¹ Cf. LOFF, Manuel. **Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936 - 1942)**. 1. ed. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 31.

¹²² Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **História do Pensamento Político Ocidental**, Lisboa: Almedina, 2012, p. 506.

do seu país¹²³, divulgou o seu programa de governo à nação, e prestou compromisso perante o Rei, já que a Itália era então uma monarquia que o apoiou até 1943, quando então foi destituído pelo Rei *Vítor Emanuel III* ¹²⁴, por proposta do Grande Conselho Fascista. A esse respeito refere Donald Sassoon que “O grande ditador chegara ao poder legalmente e foi afastado legalmente, não só por uma velha instituição, a monarquia, mas também por uma outra, o Grande Conselho Fascista, que ele próprio criara”.¹²⁵

Um episódio da ascensão do fascismo que atraiu interesse da pesquisa foi “A Marcha sobre Roma”, episódio esse que mostra a militância fascista, os camisas-negras marchando sobre Roma em 1922, dando a ideia de que Mussolini chegara ao poder pela via revolucionária. Sassoon desmistifica essa Marcha quando afirma que Mussolini chegou à cidade dos césores de comboio: “...o Duce chegou a Roma antes deles (*in casu*, a militância dos camisas-negras chegaram a pé), em seu vagão-leito, sendo conduzido ao palácio, onde se declarou “leal servidor” de Sua Majestade. [...] A “Marcha sobre Roma” foi pouco mais que uma mal coordenada manifestação destinada a aumentar a pressão sobre os políticos da capital”.¹²⁶

Daí, concluímos que “A marcha sobre Roma” foi uma coreografia da militância fascista no sentido de demonstrar ao povo a “força” do novo chefe de governo e dos seus apoiantes. Mussolini, como principal líder do fascismo, conduziu os destinos do seu país de 1922 a 1943, usando uma máquina de propaganda persuasiva para implantar o Estado corporativista (projeto político), como também, para fazer a Itália volver ao resplendor da Roma antiga.

¹²³ Adolf Hitler chegou ao poder na Alemanha por sufrágio, em 1933, quando ocorreram as eleições livres. Depois, já no poder, eliminou pela violência adversários e banii partidos políticos, permanecendo apenas a sua agremiação, o Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores. Houve também um plebiscito após a morte do Presidente Hindenburg pelo qual Hitler conseguiu agregar em sua pessoa as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, em 1934, passando assim a ditadura. Sobre isso, *vide* a obra de SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**. 1. ed. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

¹²⁴ O Rei Vítor Emanuel III, membro da Casa de Saboia, faleceu em 1947 durante o seu exílio.

¹²⁵ Cf. SASSOON, Donald. **MUSSOLINI E A ASCENSÃO DO FASCISMO**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2009, p. 10.

¹²⁶ Cf. SASSOON, Donald. *op., cit* p. 10-11.

Nesse esforço, o Regime fascista recuperou símbolos do passado, a exemplo da saudação romana (o braço direito levantado com a palma da mão em posição estendida) e dos estandartes ornados com águias douradas. *Fascismo* deriva de *fasces*, que era um instrumento de punição usado por magistrados superiores romanos [um feixe de varas amarradas em torno de um machado - em italiano *fascio*], o que induz a conhecer o lado violento dos fascistas italianos¹²⁷. “Assim, o fasces é uma referência de justiça, bem como de tortura, o qual transmite a ideologia do movimento fascista”.¹²⁸

Inserto naquela conjuntura mundial, o professor de economia e político romeno, Mihail Manoilescu¹²⁹, chamou o corporativismo de “alternativa do século” (1934), ele, um pensador que influenciou no corporativismo italiano, como também o jurista Alfredo Rocco¹³⁰. De acordo com Manoilescu, a solução para o enfraquecimento do liberalismo, de um lado, e a prepotência totalitária comunista, de outro, seria dada no ponto intermediário com o Estado autoritário-econômico, sendo que a economia organizada sob a influência estatal seguiria a teorização corporativista. Esse ideário corporativista vai ganhar mais adeptos após a crise econômica mundial de 1929, crise esta que revelou a fragilidade da economia liberal àquela altura, com reflexos em muitos países, a exemplo dos EUA, que enfrentou depressão econômica acentuada nos anos seguintes, somente minorada quando da implantação do *New Deal* pelo Presidente Roosevelt.

Voltando a Manoilescu, ele concebe a sociedade dividida em corpos sociais, e não em pessoas isoladamente, e tais corpos sociais cumprem funções

¹²⁷ Segundo Mann, “A violência era a chave do “radicalismo” do fascismo. Os fascistas derrubavam formas legais com matanças. Através do fascismo, o povo alcançaria a transcendência de classe, “dando com as cabeças de uns nos outros”. Cf. MANN, Michael. *op. cit.*, p. 31.

¹²⁸ Cf. “SÍMBOLO DO FASCISMO” - <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-fascismo/>. Capturado em: 14 Julho 2018.

¹²⁹ A sua obra, **O século do corporativismo**, constitui um ponto de referência entre os autoritários e corporativistas.

¹³⁰ Rocco desenvolveu bases de política e economia para o corporativismo que se tornariam parte da ideologia do Partido Nacional Fascista (PNF). Além disso, ele foi Ministro da Justiça e promoveu o código penal na era do fascismo, e também ocupou o cargo de reitor da Universidade “La Sapienza” de Roma.

no processo de produção para o fim de divisão social do trabalho. E, segundo ele, o corporativismo classifica-se em duas categorias: corporações econômicas e corporações não econômicas (culturais e sociais)¹³¹.

O ideário do corporativismo estatal foi instrumento para disciplinar a sociedade e intervir na seara econômica dos países que o adotaram, a exemplo da Itália, e é no fenômeno econômico que reside o pressuposto básico do corporativismo havido no início do século XX. De Mussolini a frase: “O fascismo deve ser mais apropriadamente chamado de Corporativismo, pois ele é a fusão entre o Estado e o poder corporativo”.¹³²

Uma marca desse corporativismo, seja como doutrina ou regime, é a agregação do sindicalismo a um Estado forte¹³³, de cunho extremamente autoritário, para que possa o mesmo promover a conciliação de interesses entre obreiros e patrões, como também fixar regras a ambos, em contraposição ao liberalismo. Seria, portanto, uma alternativa para a opressão do Capitalismo, e

¹³¹ “As corporações econômicas exercem as funções de vida e de subsistência da Nação; as não econômicas exercem as funções sociais e culturais. As primeiras produzem valores econômicos e consomem valores espirituais. As não econômicas fazem o inverso. Realmente, com uma certa dose de arbítrio, inerente a toda simplificação, os dois grandes grupos da sociedade mantêm entre si relações contínuas de permutas recíprocas. As corporações econômicas produzem valores econômicos de que uma grande parte é posta à disposição das corporações sociais e culturais, que, por sua vez, dão origem apenas a serviços sociais e culturais. Estes são vendidos às corporações econômicas contra os bens que elas produzem, porquanto não há só serviço cultural ou social, que não contribua para o bom funcionamento da vida econômica. Os valores espirituais criados pela igreja, pela ciência, pelas artes e educação nacional, a segurança almejada pelo exército e a magistratura e, enfim, o entretenimento das forças de trabalho assegurado pela corporação da saúde pública, são os outros tantos valores não materiais, fornecidos às corporações econômicas. A partilha de todas as corporações entre essas duas grandes categorias, corresponde, aliás, a uma realidade psíquica e mesmo jurídica.” Cf. MANOILESCO, Mihail. **O século do corporativismo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 164.

¹³² Cf. CARVALHO, Jean Augusto G. S.. **Otmar Spann e o Conceito de Estado Corporativo**. Disponível em <http://acaoavante.blogspot.com/2016/10/othmar-spann-e-o-conceito-de-estado.html#>. Capturado em: 01 Julho 2018.

¹³³ Manuel Anselmo assim discorre da necessidade de um Estado forte no sistema corporativo: “Os Estados Fortes, perante os indivíduos e as corporações, só têm que aplicar os seus princípios e nunca recorrer à arbitrariedade. Foi também assim que Bonald revelou a distinção entre autoridade e despotismo, escrevendo que “o poder absoluto não significa poder despótico, mas sim Poder independente dos homens sobre os quais se exerce. O poder exerce-se em virtude de certas leis que constituem o modo da sua existência e determinam a sua natureza. O poder arbitrário é um Poder independente dessas leis”. Cf. ANSELMO, Manoel. **As ideias sociais e filosóficas do Estado Novo**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1934, p. 27.

um freio à expansão do ideário comunista daquele tempo. Assim, a corporação (cada corporação representa um segmento da vida da economia do país, *vg.* agricultura, indústria...) seria a entidade capaz de coordenar o desenvolvimento da produção, visando harmonia entre capital e trabalho.

Nesse quadro, para melhor compreensão da ideia de corporação, convém ressaltar que a corporação subsiste pela vontade gregária dos seus membros assim voltados a determinadas finalidades, mediante organização específica, formando cada qual uma instituição. Para tal, julgamos útil recorrer ao pensamento de Hauriou, o qual, nada tendo a ver com o fascismo ¹³⁴, advogando pelo contrário a defesa das liberdades civis, permite compreender a natureza institucional das realidades sociais, entre as quais a corporação se inclui. Tanto mais por não ser de excluir que o próprio fascismo, enquanto construção teórica, se possa ter aproveitado de ideias retiradas da teoria institucionalista, já na altura formulada, para dar coerência ao seu pensamento, ainda que desvirtuando-as.

Para o jurista de Toulouse, a teoria institucionalista por si elaborada, mostra a instituição enquanto o esforço comunal para um certo fim e que constitui uma ideia de autoridade. O sustentáculo do ordenamento jurídico reside na organização de pessoas para certa finalidade sob os auspícios do direito positivo e da realidade social. Assim encontramos no pensamento institucionalista de Hauriou:

¹³⁴ Cf. HAURIOU, Maurice. **A Teoria da Instituição e da Fundação**: ensaio de vitalismo social. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, Ed., 2009, pp 11, 19 e 20. No plano do fundamento do Direito, Hauriou, que escreve nos finais do século XIX e inícios do seguinte, coloca-se em uma perspectiva anti-positivista, procurando, todavia, superá-la sem recorrer ao justanaturalismo, recorrendo à ideia de que o Direito emana das instituições existentes na sociedade, competindo apenas ao Estado, enquanto instituição social de grau mais elevado, intervir no equilíbrio entre as instituições menores ou quando estiverem em causa aspectos fundamentais da preservação e subsistência da sociedade no seu todo. Deste modo, não lhe compete determinar o Direito que rege as instituições (recusa do positivismo estatal), deixando-lhes essa tarefa, permanecendo na retaguarda como factor de equilíbrio. Assim se respeitaria a validade desses ordenamentos menores. Deram-lhe continuidade autores como Renard e Delos, surgindo em seguida outras correntes institucionais, como a italiana de Santi-Romano, de cariz mais sociológico e o ordinalismo concreto alemão, assim chamado por Karl Schmit, no qual se destacaram nomes como K. Larenz.

As instituições representam, no direito como na história, a categoria da duração, da continuidade e do real; a operação de sua fundação constitui o fundamento jurídico da sociedade e do Estado. [...]. As grandes linhas dessa nova teoria são as seguintes: uma instituição é uma idéia de obra ou de empresa que se realiza e dura juridicamente num meio social; para a realização dessa idéia, organiza-se um poder que lhe confere órgãos; por outro lado, entre os membros do grupo social interessado na realização da idéia, produzem-se manifestações de comunhão dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por procedimentos. [...]. As instituições nascem, vivem e morrem juridicamente; elas nascem por meio de operações de fundação que lhes fornecem um fundamento jurídico ao prolongarem-se; elas vivem uma vida ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, graças a operações jurídicas de governo e de administração repetidas e, aliás, ligadas por procedimentos; enfim, elas morrem por meio de operações jurídicas de dissolução ou ab-rogação. Assim, elas ocupam juridicamente a duração e sua cadeia sólida se cruza com a trama mais ligeira das relações jurídicas passageiras.¹³⁵

A concepção de Hauriou acerca da instituição é de matriz orgânica, o que casa com a realidade das corporações havidas nos Estados corporativos. Lembramos o explícito caso de Portugal onde o Art. 5º do Estatuto do Trabalho Nacional previa a constituição dos organismos corporativos pelos indivíduos (Art. 5º, Dec. Lei nº 23.048/1933 ¹³⁶). Acerca da matriz orgânica da instituição, discorre Maltez:

Hauriou, que partindo de uma matriz positiva e sociológica, veio a evoluir para uma perspectiva orgânica e mecanicista do direito e da sociedade, proclama que o fundamento do jurídico e do social está nas instituições, como organismos sociais, autônomos e subsistentes. Seriam, pois, essas instituições que criariam as regras de direito e não as regras de direito que criariam as instituições. Para Hauriou as instituições, que tanto podiam ser instituições-pessoas (como por exemplo, o Estado, as associações ou os sindicatos) como instituições-coisas

¹³⁵ Idem, idem, pp 11, 19 e 20.

¹³⁶ Dec. Lei nº 23:048/1933 - "Art. 5º. Os indivíduos e os organismos corporativos por êles constituídos são obrigados a exercer a sua actividade com espírito de paz social e subordinando-se ao princípio de que a função da justiça pertence exclusivamente ao Estado."

(como os direitos reais e os contratos), seriam a resultante de uma especial tramitação¹³⁷.

Se o ajuntamento de pessoas no afã de defender um certo fim forma uma instituição, a corporação, portanto, composta do mesmo modo não foge a esse conceito. Seguindo esse raciocínio, encontramos ainda em Maltez que o institucionalismo “tenta encontrar um *tertium genus* um *nomem* que, então, no final dos anos vinte, ainda não estava politicamente queimado: o de *corporativismo*.”¹³⁸

Cremos relevante frisar, recorrendo novamente ao conceito de instituição para efeito da compreensão da corporação, o disposto no Artigo I da *Carta del Lavoro*: “A nação italiana é um organismo tendo fins, vida, meios de ação superiores por poder e duração àqueles dos indivíduos divididos ou agrupados que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado Fascista”.¹³⁹ Tal exemplo converge a Bodenheimer para quem “o estado é a mais importante manifestação do fenômeno institucional”¹⁴⁰. Importante, mas, não a única, uma vez que o próprio Bodenheimer assim reconhece quando diz: “Os defensores da teoria, porém, não consideram o estado uma entidade onipotente e totalitária. Há outras instituições, dizem eles, que desfrutam de considerável autonomia e independência, no que se refere à interferência do Estado, e que devem mesmo representar um eficaz contrapeso em relação ao poder do estado.”¹⁴¹

Voltando à Itália de Mussolini, as corporações naquele tempo foram tratadas na *Carta del Lavoro* como de capital interesse e utilidade à nação. E como instituições¹⁴² que eram, aquele diploma legal conferia expressamente

¹³⁷ Cf. MALTEZ, José Adelino. **História das Instituições (correntes do pensamento jurídico)**. Apontamentos organizados por J. Adelino Maltez, Assistente da Cadeira. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1980, pp. 49-50.

¹³⁸ Cf. MALTEZ, José Adelino. **Princípios de Ciência Política II, O problema do direito**, Lisboa: ISCSP, 1998, p. 545.

¹³⁹ Vide, Anexo 2 - *CARTA DEL LAVORO*.

¹⁴⁰ Cf. BODENHEIMER, Edgar. **Ciência do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1966, pp. 161-162.

¹⁴¹ *Ibid.*

¹⁴² Ao lado do institucionalismo defendido por Hauriou, de matriz orgânica, encontramos mais duas correntes distintas sobre o mesmo tema, “o institucionalismo de Santi Romano - e uma

auctoritas às corporações para ditar normas obrigatórias sobre disciplina e relações de trabalho aos seus associados (Artigo VI), como se vê abaixo:

VI- [...].

Como representantes dos interesses unitários da produção, as corporações podem ditar normas obrigatórias sobre a disciplina das relações de trabalho e também sobre a coordenação da produção todas as vezes que, para isso, tenham recebidos os necessários poderes das associações coligadas.¹⁴³

Repisamos que na dinâmica do Estado corporativo cabia a este conciliar os interesses protegidos por cada uma das instituições corporativas, mas visando um interesse colectivo identificado e acolhido pelo poder de império do próprio Estado.

Dito isso, não é difícil concluir que a proposição fundamental do corporativismo era que o Estado havia de produzir a conciliação de interesses.

Finda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o corporativismo na Europa sofre abalo frente ao demoliberalismo das nações vitoriosas, tirante a URSS, vindo então a perecer a experiência italiana e, mais tarde, na década de 1970, as experiências de Portugal e Espanha. Certo é que o corporativismo foi fenómeno de Estado, também fenómeno social e económico, e marcou o período entre as

terceira mais metafísica - o institucionalismo ordenalista concreto", nas palavras de Maltez. Cf. MALTEZ, José Adelino. **História das Instituições (correntes do pensamento jurídico)**. Apontamentos organizados por J. Adelino Maltez, Assistente da Cadeira. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1980, p. 49. *Vide*, também, sobre o institucionalismo: ALBUQUERQUE, Martin. **História das Instituições, lições ciclosticadas**. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1979; SICHES, Luis Recasens. **Tratado general de filosofia del derecho**. México: Porrúa, 1970; RENARD, Georges. **La Théorie de l'Institution. Essai d'Ontologie Juridique**. Paris: Sirey, 1930, e **La Philosophie de l'Institution**, Paris: Sirey, 1939; ROMANO, Santi. **L'Ordinamento Giuridico. Studi sul Concetto, le Fonti e i Caratteri del Diritto**, 1917 e **Corso de Diritto Amministrativo**, 1930. SCHMITT, Carl. **Théologie Politique** - trad. fr. de Jean Shlegel-, Paris: Gallimard, 1988 e **Sobre as Três Modalidades do Pensamento Jurídico** - trad. port. de António José Brandão, *in* Boletim do Ministério da Justiça, nrs. 27 e 28, Lisboa, 1954.

¹⁴³ *Vide*, Anexo 2 - CARTA DEL LAVORO.

duas grandes guerras mundiais do conturbado século XX¹⁴⁴, e até presentemente desperta o interesse de historiadores e de outros cientistas sociais, notadamente no Brasil e em Portugal.

¹⁴⁴ Na América do Sul ainda houve experiência corporativa, a exemplo da Argentina, em 1945. Pelo Decreto nº 23.852 de 1945 criou-se na Argentina a estrutura corporativa - a “Lei de Associações Profissionais”. CF. SMITH, Philip Dewayne. **A Formação Institucional e Social da Argentina e do Brasil: Um estudo comparativo do corporativismo estatal nos anos 1930-1955**. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010, p. 71. Certificação Digital: 0811309\CA. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16279/16279_1.PDF. Capturado em: 09 Agosto 2018.

SECÇÃO 2. O IDEAL CORPORATIVISTA NA EUROPA

2.1 Aspectos Gerais

A onda corporativa que assolou a Europa na primeira quadra do século XX representa um tema vasto e complexo. Trata-se de parte da recente história política de um conturbado século que deixou marcas profundas na humanidade. O estudo do corporativismo por si só daria condições para se elaborar trabalho acadêmico específico sobre quaisquer das suas nuances, contudo, não é esse o nosso intuito na presente dissertação, pois seria despropositual analisar, caso a caso, todas as experiências corporativas mundiais. Entretanto, necessitamos sim percorrer factos históricos dessa contemporaneidade para atingir o fim da pesquisa.

Em razão disso, elegemos aqui os casos de Itália, Áustria e Espanha, por considerar que: i) da Itália surgiram inspirações para outros modelos; ii) na Áustria, o sistema conviveu com uma pluralidade de órgãos consultivos (Conselhos) e; iii) na Espanha, encontramos o exemplo de um longo corporativismo. Mediante análise sintética daremos uma visão dessas experiências no intuito de auxiliar na compreensão da nossa proposta de investigação¹⁴⁵. Os casos de Portugal e Brasil recebem tratamento de relevo

¹⁴⁵ Sobre o ideal do corporativismo em França importante consignar que a sua difusão no país já ocorria nos primórdios do século XX. Temos, por exemplo, a *Action Française*, conduzida por Charles Maurras e que foi marcante no movimento Integralismo lusitano, conforme destacamos no item 3.1 desta dissertação. O corporativismo era ponto comum tanto a Maurras quanto aos integralistas. Outros defensores do corporativismo existiram em França, como Maurice Bouvier-Ajan que conduziu, desde a sua criação, em 1934, o Instituto de Estudos Corporativos e Sociais (*Institut d'Études Corporatives et Sociales*). A França, diferente de outros países, não chegou a elaborar e vivenciar um Estado corporativo. Ressaltamos, contudo, que Vichy, sob o comando do Marechal Pétain (1940-1944), mesmo com a sua Carta do Trabalho (*Charte du Travail*), pregando a “colaboração de classes”, não se igualou a países onde o corporativismo foi realidade factual e jurídica. Recorrendo a Olivier Dard, “O exame dos debates sobre o corporativismo e as tentativas de o construir antes e depois de Vichy mostra o fosso existente entre as esperanças e o resultado. [...] Desta forma, nunca se pensou seriamente em Vichy na criação de uma instituição que se parecesse com uma qualquer Câmara de Corporações e Michèle Cointet sublinhou nessa perspectiva que <<o regime de Vichy não foi um corporativismo, mas um [...] pré-corporativismo>>.” Cf. DARD, Olivier. O Corporativismo na França de Vichy. In: **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa Pinto; MARTINHO, Francisco

nesta dissertação, ocupando destaque nas Secções 3 e 5, respectivamente. Destarte, começamos pelo caso italiano.

2.2 O Corporativismo em Itália

O corporativismo atingiu o ápice de seu desenvolvimento no consulado de Benito Mussolini (de Outubro de 1922 até Julho de 1943), eis que esteve intimamente ligado ao regime fascista.

Mussolini, com o seu modelo de Estado corporativo era avesso tanto ao indivíduo liberal quanto ao marxismo que, por essência, prega a luta de classes e prega ser impraticável qualquer tentativa de colaboração entre elas em uma sociedade, mormente onde permanecem as distinções entre classes dominantes e dominadas. Em contrapartida, o discurso fascista de Mussolini¹⁴⁶ propugnava a eliminação da luta de classes em prol de um modelo de colaboração entre elas, o que representa, em síntese, o ideal corporativista, e o ideal da Igreja de Roma trazido com a Encíclica *Rerum Novarum*.

Mercê do regime, os interesses individuais e profissionais – e os respectivos debates e lutas defendidos pelo marxismo – seriam causadores de tumultos e discórdia, razão pela qual dever-se-ia celebrar tão somente os interesses do Estado. Segundo o corporativismo fascista, a Nação Italiana seria um ente cuja existência era superior e mais relevante que a existência dos indivíduos isolados ou agrupados que a compõe.

Palomanes Martinho (Orgs.) - Lisboa: Impressa de Ciências Sociais, 2016, p. 167-168. O mesmo Olivier Dard arremata: “A Carta do Trabalho não deu origem em França a uma verdadeira experiência corporativa, conforme os desejos dos diferentes promotores e comparável à de outros regimes, que se inscreveram numa temporalidade mais longa que os quatro anos da existência de Vichy”. Cf. DARD, Olivier. *op. cit.*, p. 169. Em Agosto de 1944 ruiu o regime de Vichy e tudo o que ele representava, por conta da retomada da França pelas tropas Aliadas, que libertaram o seu povo do jugo nazi e dos dirigentes franceses colaboracionistas da Alemanha. Com isso, Pétain foi preso e condenado à morte, por traição, embora depois teve a sua pena comutada para prisão perpétua pelo Presidente Charles de Gaulle. Vide, a respeito do regime de Vichy, COINTET-LABROUSSE, Michèle. ***Vichy et le fascisme***. França: Editions Complexe, 15 Janeiro 1999.

¹⁴⁶ Vide MUSOLINI, Benito. **O Estado Corporativo**. Versão para eBook: eBooksBrasil.org; Fonte Digital: www.jahr.org.

Cronologicamente, “os momentos mais característicos da implantação do Estado Corporativo foram, em 1926, a criação do <<Ministério das Corporações>>; em 1927, a publicação solene da *Carta del Lavoro*¹⁴⁷; em 1934, a criação de 22 corporações mistas; e, em 1939, a substituição da <<Câmara dos Deputados>>, pela <<Câmara dos Fâscios e das Corporações>>. Isto é, passou-se do <<sufrágio individual>>, próprio da democracia liberal (*one man, one vote*), para o <<sufrágio corporativo>>, ou <<institucional>>, em que quem vota não são os indivíduos, mas as instituições <<naturais>> da Nação - famílias, autarquias locais, associações profissionais e organismos corporativos. Era o *fascismo-corporativista* a substituir o *demoliberalismo*.”¹⁴⁸ (Sic).

Desta feita, no corporativismo fascista se instituiu o controle das relações entre a classe obreira e a classe patronal, isto é, entre o proletariado e seus empregadores. E tal controle foi regimentado pela criação dos sindicatos, sobre os quais o Estado tinha controle. Para integrar as corporações, criou-se um quadro legal a partir do qual emanaram o *Ministério das Corporações* e a *Câmara dos Fasci e Corporações* cuja função era controlar todas estas instituições de modo a fazer os interesses do Estado prevalecerem sobre os demais.

Também a partir da ideia corporativista o Poder Legislativo é atribuído às corporações representativas dos interesses económicos, industriais ou profissionais, nomeadas por intermédio dessas mesmas associações de classe. Desse modo, os indivíduos corporativistas, ou sindicalizados, é que participariam da vida política da nação: as diferentes vontades políticas das classes estariam representadas nas associações, o que justificaria plenamente, segundo tal preceito, o processo legislativo com tais prerrogativas. Patente, desse modo, que o corporativismo fascista era um sistema não-democrático, pois não era o povo, ou os seus representantes, que detinham o poder, mas as associações controladas pelo Estado.

¹⁴⁷ Vide Anexo 02 - *Carta del Lavoro*.

¹⁴⁸ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **História do pensamento político ocidental**. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 505.

O fortalecimento da autoridade do Estado era justificado pelo argumento de que ele, Estado, representaria a vontade política nacional, que é soberana, porque os fins que se propõe a alcançar constituem a expressão da mais alta consciência moral dos cidadãos. Ao lado disso, a organização sindical-corporativa era justificada ainda pelo argumento de que a Nação resultava da atividade econômica dos cidadãos, e esta atividade deveria encontrar uma sistematização na organização jurídico-política do Estado, por meio de órgãos apropriados. Esses órgãos seriam os sindicatos, que representariam a categoria isolada, e as corporações, que representariam mais categorias que concorreriam para uma atividade econômica.

De outro lado, a propriedade privada perde força, mas não é abolida, porquanto é perseguida a sua função social¹⁴⁹, tendo em vista que todos os meios de produção se agregam ao interesse do Estado, reforçando o lema: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado”.

O ideário fascista, como dito acima, reconhecia a propriedade privada dando-lhe estímulo à uma função social, desde que não entrasse em conflito com o Estado. Importante referir que quando Mussolini celebrou com a Santa Sé o *Tratado de São João de Latrão*¹⁵⁰, em 1929, o respeito à propriedade privada ganhou reforço no fascismo. O Tratado resultou na criação do Estado do Vaticano como Estado soberano, sob a autoridade do Papa.

Por força desse Tratado, a Igreja Católica renunciava aos territórios que havia possuído na Idade Média, reconhecia Roma como capital da Itália, o catolicismo foi tido como religião oficial da Itália e o país instituiu o ensino confessional obrigatório nas suas escolas. Nesse ritmo, o pensamento social da

¹⁴⁹ A esse respeito vele transcrever o pensamento do próprio Mussolini: “A economia corporativa respeita o princípio da propriedade privada. A propriedade privada completa a personalidade humana: é um direito, e se é um direito, é também um dever. Tanto, que pensamos, que a propriedade deve ser compreendida como função social: por conseguinte não propriedade passiva, e sim propriedade ativa, que não se limita a gozar os frutos da riqueza, mas desenvolve-os, aumenta-os, multiplica-o.” Cf. MUSSOLINI, Benito. **Estado Corporativo**. Versão para E-Book. Fonte Digital: www.jahr.org, 2005, apresentação de Nélson Jahr Garcia, p. 30.

¹⁵⁰ O “Tratado de São João de Latrão”, ou simplesmente conhecido como “Tratado de Latrão”. Vide Anexo 03 - Fotografias da Celebração do Tratado de Latrão.

Igreja passou a influenciar o Estado, sobretudo porque, para ela, o Estado devia proteger a propriedade particular¹⁵¹, e decorridos poucos anos do *Tratado de Latrão* adveio a Encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, em Maio de 1931, onde nela há reforço do ideário corporativista da *Rerum Novarum*, e condena-se a prática das greves, tendo sido aquele diploma papal um facto propício ao corporativismo em curso na Itália da era Mussolini.

Importante frisar que no fascismo o Estado é um absoluto, perante o qual indivíduos e grupos são o relativo. Nele não poderia haver indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes...) fora do Estado. Os interesses dos particulares (divergentes) deveriam ser conciliados em prol da unidade do próprio Estado, por meio do sistema corporativo.

Fácil perceber que a centralização do poder produtivo por meio do Estado corporativo afetou toda a economia, todos os setores produtivos e de produção, para o controle Estatal (o Estado controlava os Sindicatos e as Associações produtivas-patronais). É preciso ter em conta que os dirigentes dos sindicatos fascistas eram nomeados pelo Partido Nacional Fascista (PNF)¹⁵², partido único, com o nítido objetivo de assegurar o pleno controle estatal nas ações dessas corporações e, por conseguinte, de toda a sociedade.

¹⁵¹ Assim reza na Encíclica *Rerum Novarum*: “O Estado deve proteger a propriedade particular. 21. Mas, é conveniente descer expressamente a algumas particularidades. É um dever principalíssimo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias”. *Vide Anexo 21 - Carta Encíclica Rerum Novarum*.

¹⁵² O Partido Nacional Fascista, *Partito Nazionale Fascista* em italiano, surgiu de uma organização de caráter político/militar formada em 1919 por Mussolini, e ex-combatentes da I Guerra Mundial, com o nome de *Fascio de combattimento*. Transformou-se em partido político em 1920, e disputou eleições em 1921, obtendo cadeiras para deputados no Parlamento. O jornal *Il Popolo d'Italia* estava a serviço do fascismo, como mostra o biógrafo de Mussolini Pierre Milza: “Atrás do homem político e de estado, restará sempre em Mussolini alguma coisa do jornalista de talento que foi durante mais de dez anos antes de ascender ao poder. Feito chefe do governo, ele passará boa parte de seu tempo a folhear e ler a imprensa nacional (até mesmo os boletins paroquiais) e internacional, a redigir artigos, demonstrar suas reações aos diretores dos jornais e ter com eles reuniões frequentes. Ele manteve o comando de seu caro *Popolo d'Italia*, ao qual é ligado por uma linha telefônica direta para comunicar suas diretivas [grifamos]. Logo, é como homem de imprensa perfeitamente treinado em todas as práticas do ofício que aborda, depois de sua instalação no Palazzo Chigi, o problema do status da informação no regime fascista, e é a seu gabinete de imprensa, constituído alguns meses após a Marcha sobre Roma, que é confiada a tarefa de observar e trabalhar a opinião pública”. Cf. MILZA, Pierre. **Mussolini**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 84.

A despeito disso, o Estado corporativo fascista também repassava a ideia da verdadeira e profunda igualdade de todos os indivíduos, em face do trabalho e da Nação. Foi, outrossim, uma forma de controlar as relações entre o patronato e os trabalhadores e diminuir os conflitos, algo, lembrando, que era estimulado nos regimes baseados nos princípios marxistas. Por óbvio, em um Estado totalitário qualquer tipo de contestação é desacreditado e punido, como ocorria na Itália fascista. Contudo, ao passo que foi retirado dos obreiros o direito de greve, para além de outras liberdades mais, outras tantas regulamentações legais foram instituídas pelo corporativismo fascista, a exemplo do repouso semanal preferencialmente aos domingos, férias anuais sem prejuízo da paga salarial, sistema de previdência, etc., que com as devidas ressalvas, representaram a concretização de algumas das principais reivindicações laborais de quase um século de movimento social na Europa. Houve, assim, avanço social na seara das relações laborais na Itália daquele tempo.

A ênfase nas negociações coletivas e na intermediação política dos conflitos mediante a participação de sindicatos e representantes estatais caracteriza este meio de organização corporativa das relações entre empresários e trabalhadores.

Importantíssimo no sistema italiano foi a *Carta del Lavoro*¹⁵³, aprovada pelo Grande Conselho do fascismo, em 21 de abril de 1927, por se tratar de um diploma jurídico fundamental do fascismo corporativista, por meio do qual se firmaram alguns dos ditâmes essenciais sobre os quais se assentou a organização do Estado Corporativo Fascista. Portanto, normas que vieram regular as condições das categorias de trabalhadores e a vida econômica nacional. Exemplificando, transcrevemos o item I, e trecho do item VI, daquele diploma jurídico:

I - A nação italiana é um organismo tendo fins, vida, meios de ação superiores por poder e duração àqueles dos indivíduos

¹⁵³ Vide Anexo 02 - *Carta del Lavoro*.

divididos ou agrupados que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado Fascista.

[...].

VI - [...] As corporações constituem a organização unitária das forças da produção e representam integralmente seus interesses. Em virtude desta integral representação, sendo os interesses da produção interesses nacionais, as corporações são pela lei reconhecidas como órgãos do Estado". [grifamos]

Embora tenha sido a *Carta del Lavoro* um diploma de capital importância ao Estado corporativo italiano, merece reflexão aqui, que disposições da mesma se cruzam com disposições do *Tratado de Versalhes* (1919)¹⁵⁴ no que pertine à proteção do trabalho. O aludido Tratado, em seu Artigo 427 (Da Primeira Seção da Conferência do Trabalho) impôs aos países signatários (v.g., Itália, Brasil, Portugal, Alemanha...), dentre outras, a promover: proteção social aos obreiros mais o seu bem-estar físico e moral; o direito de associação; salário digno; repouso semanal de 24 horas aos domingos; limitação aos trabalhos dos jovens sem prejuízo de sua educação; criação de órgão estatal para fiscalizar o trabalho inclusive com a participação de mulheres. Confrontando-se aquele Tratado com a *Carta del Lavoro* vamos encontrar correspondência entre eles, pois o diploma italiano cuida “Da previdência, da assistência, da educação e da instrução” em seus incisos XXVI, XXVII e XXVIII. Para fins de didática transcrevemo-los:

XXVI – A previdência é uma outra manifestação do princípio de colaboração. O patrão e o prestador de trabalho devem concorrer proporcionalmente aos ônus dela. O Estado, através dos órgãos corporativos e as associações profissionais, procurará de coordenar e de unificar, quanto mais possível o sistema e os institutos da previdência.

XXVII – O Estado fascista se propõe:

- 1- O aperfeiçoamento do seguro acidente;
- 2- A melhoria e extensão do seguro maternidade;
- 3- O seguro das doenças profissionais e da tuberculose como encaminhamento ao seguro geral contra todas as doenças;
- 4- O aperfeiçoamento do seguro contra o desemprego involuntário;

¹⁵⁴ Vide *Tratado de Paz em Versalles* - Lisboa: Imprensa Nacional, 1919. - VIII, 187.

5- Adoção de formas especiais de seguridade para jovens trabalhadores.

[...]

XXVIII – É dever das associações dos trabalhadores a tutela dos seus representados nas práticas administrativas e judiciárias, relacionadas ao seguro acidentes e aos seguros sociais.

Da mesma *Carta del Lavoro* transcrevemos os dispositivos abaixo:

III – A organização sindical ou profissional é livre. Mas só o sindicato legalmente reconhecido e submetido ao controle do Estado, tem o direito de representar legalmente toda a categoria de patrões (“datori di lavoro”) ou de trabalhadores, pela qual é constituído: de tutelar seus interesses diante do Estado e das outras associações profissionais; de estipular seus contratos coletivos de trabalho, obrigatórios para todos os que pertencem à categoria; de impor-lhes contribuições e de exercitar em relação a eles, funções delegadas de interesse público.

XIV – A retribuição deve ser correspondida na forma mais consentânea às exigências do trabalhador e da empresa.

XV – O prestador de trabalho tem direito ao repouso semanal em coincidência com os domingos.

XVI – Depois de um ano de ininterrupto serviço o prestador de trabalho, nas empresas de trabalho contínuo, tem direito a um período anual de repouso ferial retribuído.

XVII – Nas empresas de trabalho contínuo o trabalhador tem direito, no caso de cessação das relações de trabalho por dispensa sem sua culpa, a uma indenização proporcional aos anos de trabalho. Tal indenização é devida também no caso de morte do trabalhador.

XXV – Os órgãos corporativos exercem vigilância para que sejam observadas as leis sobre a prevenção de acidentes e sobre a limpeza do trabalho por parte dos indivíduos submetidos às associações coligadas.

Nessa esteira, o diploma fascista não é de todo original, porém significou elemento importante ao corporativismo havido na Itália, além de ter influído em outros sistemas como o português e o brasileiro no decênio de 1930¹⁵⁵.

Em conclusão, enquanto a intervenção crescente do Estado no capital produtivo significou o enfraquecimento do capitalismo liberal, acentuado com o bolchevismo, facto é também, como se observa das linhas acima, que apesar do totalitarismo e da ausência de democracia no regime corporativista fascista, algumas ideias e princípios desse sistema político foram assimilados, total ou parcialmente, por governos de outras nações de matriz cristã (v.g., Áustria, Espanha, Portugal, Brasil, [...]).

2.3 O Corporativismo na Áustria

Mirando o caso da Áustria, vale salientar que antes do Império Austro-Húngaro formava ela o Império da Áustria¹⁵⁶. Após o término da Primeira Guerra Mundial emergiu a Áustria como república democrática, em Novembro de 1918, dando início à sua conhecida I República, mas de curta duração. Referimo-nos a essa curta duração devido ao *Anschluss*, a anexação político-militar da Áustria por parte da Alemanha hitlerista no mês de Março de 1938, facto que gerou a perda da sua independência como Estado soberano, só a

¹⁵⁵ Vide o item 8.4 desta dissertação.

¹⁵⁶ Veja-se, a propósito dos laços históricos entre Brasil e o antigo Império da Áustria que “As relações bilaterais tiveram início quando do casamento da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o então Príncipe Herdeiro do trono de Portugal e futuro Imperador do Brasil, Dom Pedro I. A vinda da Princesa Leopoldina para o Brasil ensejou a organização de expedição científica austríaca que, entre 1817 e 1835, promoveu importante esforço de registro da flora e da topografia brasileiras. A independência do Brasil foi reconhecida pelo Império Austríaco em dezembro de 1825. Em 22 de janeiro de 1891 o Império Austro-Húngaro reconheceu o novo Governo republicano brasileiro. Durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, o Brasil recebeu muitos imigrantes ou refugiados austríacos, entre eles Andreas Thaler, ex-Ministro da Agricultura, que fundou a colônia Treze Tílias (em Santa Catarina), e o escritor Stefan Zweig. Outros nomes de destaque na cultura brasileira, como o escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux (1900-1978) e o artista plástico Franz Weissmann (1911-2005), nasceram na Áustria, assim como o economista Paul Singer. O relacionamento bilateral caracteriza-se, de maneira geral, por aspectos positivos. Vale mencionar, nesse sentido, iniciativa do Brasil na 7ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1952, ao apresentar proposta de Resolução em favor do restabelecimento da soberania austríaca após a II Guerra Mundial”. Cf. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4836-republica-da-austria>. Capturado em: 24 Junho 2018.

retomando com o término da II Guerra Mundial em 1945¹⁵⁷. País de língua alemã que lutou ao lado do Kaiser durante a Guerra Mundial iniciada em 1914, a Áustria possuía há muito um contingente da sua população ansiosa por aquela anexação, como sustenta Botz:

Os austríacos pró-alemães ansiavam pelo *Anschluss* (unificação da Alemanha) que lhe era negada pelos tratados de paz de Paris e que fora proibida em diversas outras ocasiões. Na Áustria do período entre guerras, esta questão constituía uma duradoura divisão política que acabaria por conduzir ao fim da I República, em março de 1938.¹⁵⁸

Aquele primeiro período da jovem república austríaca (1918 - 1938) foi tumultuado por uma inflação alta, pelo desemprego, violência política, golpes e por uma economia em queda que favoreciam o choque entre correntes políticas distintas, cada qual servindo-se de discursos, no mais das vezes radicais, como a *Heimwehr*, o eixo do fascismo na Áustria. Nesse contexto, no início dos anos trinta, fruto de um governo de coalizão, surgiu a liderança do Chanceler Engelbert Dollfuss, de perfil anticomunista, que em Março de 1933 promoveria um golpe para fechar o Parlamento, governar por decreto e criar um estado autoritário de partido único. Esse partido era a Frente Patriótica, *Vaterlandische Front* - VF. Dita Frente perseguiu opositores políticos, incluindo comunistas, social-democratas e partidários da anexação da Áustria pela Alemanha nazi. Surgiu a Frente com o fim de unir todas as pessoas da Áustria, transpondo as divisões sociais e políticas, semelhante ao modelo de partido único do fascismo italiano. Também defendia um nacionalismo extremado, a identidade católica, o corporativismo, e se opunha ao capitalismo de livre mercado, à democracia liberal e ao socialismo.

¹⁵⁷ Finda a II Guerra Mundial a Áustria foi restaurada, mas, sofreu ocupação dos Aliados (EUA, URSS, França e Reino Unido) por cerca de uma década.

¹⁵⁸ Cf. BOTZ, Gerhard. Estado Corporativo e ditadura autoritária: a Áustria de Dollfuss e Schuschnigg (1933-1938). In: **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa Pinto; MARTINHO, Francisco Palomanes Martinho (Orgs.) - Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 62.

Dollfus encontrou apoio em Mussolini e na própria Igreja de Roma para a sua ditadura. Assim, em Maio de 1934 assinou o Protocolo de Roma com o líder fascista italiano e também com o dirigente húngaro Miklós Horthy, no ensejo de fortalecer o seu Regime, lutar contra o ideário comunista e afastar a ideia de anexação da Áustria pela Alemanha nazi. Já com o clero católico, a aproximação se deu mais cedo, em Junho de 1933, quando firmou concordata com a Santa Sé concedendo grandes privilégios à Igreja Católica da própria Áustria, obtendo dela o apoio ao seu Estado Corporativo Cristão (*Christlicher Ständestaat*) que se tornaria realidade mediante a Constituição de 1934, imposta à nação em Maio daquele mesmo ano, de feição autoritária e que inseriu o corporativismo no sistema austríaco.

Merece atenção que a dita Constituição veio à tona em um momento em que o corporativismo se tornava realidade na vizinha Itália, quando a Doutrina Social da Igreja de Roma havia sido reforçada em 1931 pela Encíclica *Quadragesimo Anno*¹⁵⁹, esta que enaltecia as corporações, servindo de base para o corporativismo de Estado em Áustria e em outros países, como discorre o mesmo Botz:

As encíclicas papais apelavam a uma resolução da questão social mediante o princípio da subsidiariedade e a superação das divisões de classe. Acreditava-se que a implementação deste modelo seria possível sem recurso à força, o que era altamente problemático dadas as circunstâncias. Assim, muitos teólogos e políticos católicos coíbiam-se de apoiar abertamente as ditaduras que se afirmavam corporativas (cristãs). A encíclica de 1931 foi particularmente influente entre os católicos de toda a Europa, mas sobretudo, os da Áustria, do Sul da Alemanha, da Polónia e do Sudoeste europeu. Na prática, contudo, o corporativismo social católico fundiu-se com o corporativismo político, abrindo caminho à sua implementação forçada. Aspectos de ambas as versões de corporativismo estão presentes no discurso que Dollfus proferiu na Trabrennplatz

¹⁵⁹ A encíclica *Quadragesimo anno*, do Papa Pio XII, que seguiu a linha da Doutrina social da Igreja de Roma tão visível na *Rerum Novarum*.

de Viena a 11 de setembro de 1933, véspera do 250º aniversário da libertação do cerco turco.¹⁶⁰

Vale lembrar que, naquela altura, em paralelo ao advento da Constituição de Dollfus¹⁶¹ e da Doutrina Social da Igreja, já circulava em toda a Europa, e em outros lados do mundo, as defesas do Estado corporativo por Mihail Manoilescu e Alfredo Rocco. Contudo, antes de 1934, na própria Áustria, “Othmar Spann afirmava que o Estado corporativo (*Ständestaat*) era a materialização da sua concepção universalista de sociedade, e procurou sistematizar as estruturas corporativas de Mussolini numa variante que se adequasse à realidade austríaca”¹⁶² [sic].

Spann¹⁶³ era um idealista do Estado corporativo¹⁶⁴ que com sua pregação antimarxista e tradicionalismo católico seduziu várias mentes, notadamente Dollfus.

¹⁶⁰ Cf. BOTZ, Gerhard. *op. cit.*, p. 70

¹⁶¹ A Constituição da República Portuguesa de 1933, portanto, anterior a Constituição austríaca de 1934, já dava a feição corporativa do Estado português (*Vide*, Art. 5º CRP/1933).

¹⁶² Cf. SPANN, Othmar. *Der wahre Staat: Vorlesungen über Abbruch und Neubau der Gesellschaft*. 2 ed. Leipzig: Quelle & Meyer, 1923, *apud* BOTZ, Gerhard. *op. cit.*, p. 69.

¹⁶³ “Othmar Spann foi um filósofo austríaco de grande influência sobre o pensamento conservador tradicionalista Germânico pós- Primeira Guerra, sendo também considerado um representante do movimento intelectual conhecido como “Revolução Conservadora”. Foi professor de economia e sociologia na Universidade de Viena, onde ministrou não apenas ciências sociais e teorias econômicas, mas também onde influenciou muitos estudantes com sua presente *Weltanschauung* em suas lições e aulas. Como resultado disso, formou-se um grande grupo de seguidores conhecidos como *Spannkreis* (“Círculo de Spann”). Tal círculo de intelectuais almejou influenciar políticos que fossem simpáticos à filosofia “Spanniana” e compartilhassem de seus mesmos objetivos. O próprio Spann foi influenciado por uma variedade de filósofos através da História, incluindo Platão, Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, J. G. Fichte, Franz von Baader, e mais notavelmente pelo pensamento romântico alemão de Adam Müller. Spann denominou sua própria visão de mundo de “Universalismo”, um termo que não deve ser confundido com “universalismo” no senso comum; o primeiro é nacionalista e não se contrapõe a valores identitários e subsidiários, já o último é cosmopolita e não- identitário desprezando diferenças. O termo de Spann deriva da palavra-raiz “universalidade”, que em tal caso é sinônimo a termos relacionados a coletividade, totalidade ou integralidade. O Universalismo de Spann foi exposto e desenvolvido em vários livros, sendo o mais notável *Der Wahre Staat* (“O Verdadeiro Estado”), e essencialmente demonstra-se aí o valor da nacionalidade, da integralidade social sobre o individual, dos valores da religião (especialmente católico) sobre os valores materiais, e advoga também um modelo não-democrático, hierárquico, e corporativista de Estado que é a única constituição política verdadeiramente válida”. Cf. <https://legio-victrix.blogspot.com/2015/05/lucian-tudor-othmar-spann-um-catolico.html>. Capturado em: 01 Julho 2018.

A partir daquela Carta política o país seria organizado sob princípios do corporativismo, mercê das influências supracitadas, e o Estado seria federativo, pois em seu texto anunciava a Áustria como Estado federal germânico, além de invocar à proteção de Deus. A nova Carta política austríaca trouxe o voto orgânico e o parlamento foi substituído por conselhos – órgãos consultivos – representando determinados interesses, de cujos membros eram nomeados pelo chanceler federal.

O Conselho de Estado (*Staatsrat*) lidava com questões sociais e estatais e era considerado um colegiado superior. Havia o Conselho Federal da Cultura (*Bundeskulturrat*) congregando representantes das artes, das ciências, das religiões, das escolas, e o Conselho Federal da Economia (*Bundeswirtschaftsrat*) composto por sete grupos corporativos de profissão, como a agricultura e a silvicultura; indústria e minas; comércio; negócios e transportes; banca, crédito e seguros; profissões liberais; e o funcionalismo público.

Acima destes Conselhos, no topo constitucional, havia a Assembleia Federal (*Bundestag*), constituída por elementos egressos do Conselho de Estado, do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Federal de Economia, nomeados pelo presidente do país, com poder de decisão sobre as medidas do governo, uma forma de parlamento orgânico-representativo, longe de um regime democrático fundado no sufrágio universal. Essa forma de representação corporativa atraiu o interesse de Marcello Caetano que sobre ela escreveu:

A mais interessante experiência moderna de sufrágio integralmente corporativo foi o que se tentou na Áustria com a reforma constitucional de 1934. Previu-se a criação das corporações da Agricultura, da Indústria, do Artesanato, do Comércio, dos Transportes e Comunicações, do Crédito, dos Serviços públicos, e das profissões liberais. Os membros de cada corporação elegiam os representantes profissionais. Estes, por sua vez, elegiam delegados ao *Conselho Económico*. As Igrejas, as escolas e as instituições de cultura, bem como o clero, elegiam delegados que compunham o *Conselho Cultural*. Um terceiro órgão, o *Conselho de Estado*, era composto por pessoas experientes da administração pública, nomeados pelo

¹⁶⁴ Vide HAAG, John Joseph. **Othmar Spann and the Politics of "Totality": Corporatism in Theory and Practice**. Rice University, 1969.

Presidente da República por dez anos. Estes três conselhos eram órgãos em matéria legislativa, cada um na sua especialidade, mas juntos formavam o colégio eleitoral da assembleia federal o *Bundestag*. O sufrágio corporativo tem tido eminentes defensores, sobretudo nos tempos modernos, a partir de HEGEL”.¹⁶⁵

Naquela conjuntura austríaca, “A única instituição que preservava um mínimo de princípios democráticos era o plebiscito, que podia ser convocado pelos níveis superiores a mando do presidente federal ou por decisão do governo federal (§ 65); porém tal plebiscito jamais chegou a ser convocado.”¹⁶⁶

Todo o esforço corporativo de Dollfus teve vida efémera, inclusive ele, que, em Julho de 1934, foi baleado e morto por nazistas, em uma tentativa de golpe, dando início esse facto ao governo do Chanceler Kurt Schuschnigg, após uma breve guerra civil. Depois, em 1938, devido à anexação da Áustria ao *Reich* alemão, perdeu ela a sua soberania. Finda a Segunda Guerra em 1945 veio a ocupação dos Aliados por cerca de 10 anos, a redemocratização do país, tudo o que modificou o seu antigo sistema.

2.4 O Corporativismo em Espanha

A Espanha nas três primeiras décadas do século XX vivenciou um período de imensa conflituosidade, tendo o seu ápice com a Guerra Civil iniciada em Julho de 1936¹⁶⁷, decorrente do golpe de estado deflagrado pelo General Franco contra o governo republicano de então. Visava Franco varrer da Espanha as forças políticas de esquerda (*los rojos*, como eram chamados pelos franquistas) e a democracia parlamentar. O apoio de Hitler e Mussolini foi essencial ao seu

¹⁶⁵ Cf. CAETANO, Marcello. **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1986, p. 243.

¹⁶⁶ Cf. BOTZ, Gerhard. “Estado corporativo e ditadura autoritária: a Áustria de Dollfus e Schuschnigg (1933-1938) in **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. António Costa Pinto, Francisco Palomanes Martinho (Orgs.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 85.

¹⁶⁷ Anterior à Guerra Civil os espanhóis vivenciaram a Guerra do Rif (1921-1927), no Marrocos, na qual a Espanha lutava para manter suas colônias no Norte da África.

movimento armado, eis que tropas¹⁶⁸ e material bélico vieram deles para auxiliar no ataque aqueles que decidiram defender a República Espanhola e a legalidade democrática, *in casu*, os Republicanos, que formavam uma frente de luta composta por diversas matizes ideológicas (comunistas, socialistas, anarquistas, liberais...).

Do lado Republicano surgiu apoio de outros países, a exemplo do México, que acolheu em seu território levas de refugiados¹⁶⁹, e da própria URSS de Staline, mas, o apoio dado pelos soviéticos não foi gracioso, custou sim as reservas de ouro do Banco de España. Segundo denúncia de Antony Beevor, a Espanha, àquela altura, possuía a quarta maior reserva de ouro do mundo, devido principalmente à expansão do comércio durante a Primeira Guerra Mundial, e que foi entregue aos soviéticos¹⁷⁰.

Assim, dividido entre Nacionalistas (pró-Franco) e Republicanos, o solo espanhol foi palco de inúmeras batalhas e atrocidades contra a pessoa humana, praticadas por ambos os lados. Aquela foi uma guerra fratricida, diversas famílias se dividiram até hoje, o extremo da intolerância ideológica entre direita e esquerda no século XX, tendo também a Igreja Católica sofrido a perda de

¹⁶⁸ *Viriatos*, eram assim chamados os voluntários portugueses que lutaram ao lado das tropas franquistas durante a Guerra Civil. A respeito do desfile da vitória de Franco em 1939 refere-se Beevor: “Na retaguarda vinham os *viriatos* portugueses e a Legião Condor.” Cf. BEEVOR, Antony. **A Batalha pela Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 547. Franco Nogueira, em sua obra biográfica sobre os anos de Salazar, assim refere sobre os *Viriatos*: “Foi calculado na altura que nas fileiras dos exércitos nacionalistas combatiam entre 20 a 30 mil portugueses. Ficaram conhecidos pelo nome de *Viriatos*. Não constituíram um corpo autónomo, e estavam dispersos por vários comandos; o maior número estava concenterado no comando do general Muñoz-Grandes; e, segundo depoimentos deste oficial espanhol, bateram-se bravamente. Alguns receberam altas distinções do governo de Burgos. Em número muito inferior, também alguns portugueses lutaram nas fileiras republicanas”. Cf. NOGUEIRA, Franco. **Salazar. Vol III - As Grandes Crises (1936-1945)**. Coimbra: Atlântida Editora 1987, p. 69.

¹⁶⁹ O esforço de resistência dos Republicanos seduziu várias pessoas espalhadas pelo globo, resultando em um grande número de voluntários que formaram as Brigadas Internacionais para lutar em prol da causa republicana. Como exemplo de voluntário brasileiro citamos o ex-tenente do exército, Apolônio de Carvalho, depois militante do Partido dos Trabalhadores. Muitos outros nomes também se sensibilizaram com a causa republicana, a exemplo do escritor estadunidense Ernest Hemingway (da sua experiência como jornalista no conflito escreveu a obra *Por quem os Sinos Dobram*), o francês André Malraux, posterior Ministro da Cultura da França, e o fotógrafo húngaro Robert Capra a quem se deve muito dos registros fotográficos daquela guerra.

¹⁷⁰ Cf. BEEVOR, Antony. **A Batalha pela Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007, p. 231.

muitos dos seus clérigos, tudo, um retrocesso civilizacional que provocou mais de quinhentos mil mortos¹⁷¹. Findo o conflito em 1939 com a vitória de Franco¹⁷², ele se perpetuou no poder até a sua morte em 1975, tendo a Espanha sob o seu consulado vivido uma forte Ditadura de direita e a experiência corporativa.

Falar do corporativismo em Espanha implica em *volver* ao período da Guerra Civil e também anterior a ela. Pois bem, vejamos. No final do século XIX e alvorecer do século XX as encíclicas papais externando o pensamento social da Igreja de Roma, com apologia às corporações de trabalhadores e a formação de um operariado guiado pelo evangelho, tocaram a Espanha de tradição católica,

¹⁷¹ Acervo fotográfico da Guerra Civil Espanhola disponível em: <http://historiaglobalonline.com/2009/03/10/archivos-on-line-la-guerra-civil-espanola-a-traves-del-archivo-rojo/>. Capturado em: 23 Maio 2018.

¹⁷² Com o fim da guerra civil (1939) o Brasil doou à Espanha uma grande carga de café. Segundo revela o jornalista Manuel Louro, no periódico português *Público*, de 20 de Setembro de 2018, o General Franco revendeu o café oferecido. Assim encontramos inserto no texto de Louro: “Logo no ano da vitória, Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, doou à Espanha 600 toneladas de café. O historiador Ángel Viñas, no livro *La otra cara Del Caudillo (A outra cara do Caudilho)*, publicado em 2015 e que se centra na forma como Franco acumulou fortuna, diz que o ditador revendeu o café oferecido ao país. O café escasseava na Espanha do pós-guerra. O café brasileiro foi distribuído, através do organismo estatal que geria o abastecimento e transportes, aos governos regionais para que o vendessem à população ao preço fixado pela administração central (12,48 pesetas por quilo). Segundo um documento do arquivo do Palácio Real espanhol consultado por Viñas, a venda do café rendeu 7,5 milhões de pesetas, que equivalem a perto de 85,6 milhões de euros actualmente. Ora em 1940 este foi o exacto valor que, segundo a investigação do historiador, entrou nas contas pessoais de Franco. “Não vejo a razão para Vargas fazer um donativo a Franco a título pessoal, de ditador para ditador. Certamente que não imaginava que Franco iria beber todo o café que pode ser obtido com 600 toneladas de grão. Por isso, o mais provável é que o tenha oferecido para benefício do povo e do Estado espanhol”, explica Viñas ao *El País*.” Cf. LOURO, Manuel. **O património dos Francos é multimilionário. “Foi extorsão e roubo”**. *Público*, Edição Lisboa, 20 Setembro 2018, Ano XXIX, nº 10.379, pp. 22-23. Não dispomos de elementos suficientes para sufragar ou rejeitar o que se contém no texto deste autor, pelo que não nos pronunciamos. Citamo-lo apenas no intuito de ilustrar uma passagem histórica que relaciona Brasil e Espanha nos idos de 1939, quando o regime do Estado Novo brasileiro já era realidade, bem como para mostrar a simpatia de Vargas pelos Nacionalistas espanhóis comandados por Francisco Franco. Diremos, ainda assim, que em Espanha há hoje iniciativas que questionam diversos aspectos relacionados com o património adquirido por Franco hoje pertencente aos seus descendentes, como seja o alusivo ao paço de Meirás na Galiza. A respeito da alegação de enriquecimento da família Franco *vide* SÁNCHEZ SOLER, Mariano. **La Familia Franco S.A.** negocios y privilegios de la saga del último dictador de Occidente. Barcelona: Roca Editorial de Libros, 2019 (ISBN: 9788417805692).

convergindo aos interesses políticos do grupo Carlista¹⁷³. Daí, começam as raízes do corporativismo espanhol. Nesse sentido Sanchez Recio:

O corporativismo em Espanha funde as suas raízes na época pré-liberal, como se manifesta no caso dos carlistas, que reforçam a sua teorização na última década do século XIX, com propostas do pensamento político e social da hierarquia eclesiástica, a partir das encíclicas de Leão XII.¹⁷⁴

Ainda no final do século XIX o jurista espanhol Pérez Pujol¹⁷⁵ foi o precursor em seu país na defesa do retorno dos grêmios medievais como forma de conter o embate social entre as classes, os males do liberalismo, mas sob a tutela do Estado. Essa proposta pró-corporativa é objeto de análise de Miguel Angel Perfecto:

Eduardo Pérez Pujol fue uno de los precursores que defendieron la restauración modernizada de los gremios como alternativa armónica a los conflictos sociales, y en ese empeño por acabar con las raíces del conflicto social defendió la necesidad de la intervención tutelar del Estado, e incluso la formación de un Parlamento corporativo. Ya en 1872 publicó un discurso titulado «La cuestión social en Valencia» donde desarrollaba las líneas maestras de un reformismo social basado en la superación del conflicto social mediante el armonicismo social, es decir, el principio de solidaridad del Estado y las instituciones que forman la sociedad; la constitución de los jurados mixtos como fórmula de cooperación voluntaria de patronos y obreros para resolver sus diferencias;¹⁷⁶

¹⁷³ Agremiação política – Communió Tradicionalista – defensora da monarquia tradicional e ultra conservadora católica.

¹⁷⁴ Cf. RECIO, Glicério Sanchez. “O Corporativismo na ditadura franquista”. In: **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa Pinto; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs). – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p: 129.

¹⁷⁵ Eduardo Pérez Pujol (1830-1894) catedrático de Direito Romano e depois reitor da Universidade de Valencia entre 1869 a 1873.

¹⁷⁶ Cf. PERFECTO, Miguel Angel. **EL CORPORATIVÍSIMO EN ESPAÑA: DESDE LOS ORÍGENES A LA DÉCADA DE 1930**. Pasado y memoria. Revista de Historia Contemporánea, 5, 2006, p. 198.

Além da defesa das organizações gremiais Perfecto atribui a Pujol¹⁷⁷ a ideia de um parlamento corporativo:

[...]. Ahora bien en su pensamiento, los gremios no cumplirían únicamente una función de articulación social, de protección de los obreros y de eliminación de los conflictos sociales, sino que transformarían la vida política sobre la base de una estructuración gremial del Parlamento, es decir, el sufragio corporativo. De esa forma, toda persona que tuviera una profesión, un trabajo o una propiedad podría elegir a los diputados que correspondieran a su gremio. Años mas tarde, en 1889, Pérez Pujol matizaba su propuesta defendiendo la existencia de un Parlamento bicameral: el Congreso de los Diputados elegido por sufragio universal, y el Senado, por sufragio corporativo.¹⁷⁸

Mas, durante a Ditadura do General Miguel Primo de Rivera (1923-1930) é que o país viveu a primeira tentativa de implantar um corporativismo social e político, mediante a publicação da legislação sobre a *organización corporativa do traballo (decreto-lei de 26 de Novembro de 1926)*, obra de Eduardo Aunós enquanto Ministro do Trabalho. Ainda sob o Regime de Primo de Rivera a Espanha vivenciou a experiência da *Asamblea Nacional Consultiva*, de um parlamento corporativo, lembrando Pujol.

Da necessidade de criar um órgão legislativo para suportar o regime, Primo de Rivera criou a dita *Asamblea* por decreto, em 1927, que era composta de indivíduos de diferentes origens (*v.g.*; representantes dos municípios, representantes de distintas actividades), nomeados pelo governo. Longe de um parlamento liberal a *Asamblea*¹⁷⁹ teve vida breve, até o final do ano de 1929, uma experiência que interessaria mais tarde ao franquismo, notadamente, à criação das *Cortes* fulcrada na representação orgânica que viria em 1942.

¹⁷⁷ A obra de Pérez Pujol foi estudada por ROMEU ALFARO, S., *Eduardo Pérez Pujol. Vida y obra*, Valencia, 1979.

¹⁷⁸ Cf. PERFECTO, Miguel Angel. **EL CORPORATIVÍSIMO EN ESPAÑA: DESDE LOS ORÍGENES A LA DÉCADA DE 1930**. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, nº 5, 2006, p. 199.

¹⁷⁹ Vide, CONTRERAS, Eduardo Montagut, **La Asamblea Nacional Consultiva de Primo de Rivera** - <http://www.andalan.es/?p=10466>. Capturado em: 25 Maio 2018.

Logo após o transcurso do ano 1929, em Janeiro de 1930, ocorreu a queda do regime ditatorial de Primo de Rivera. Depois a monarquia cedeu lugar à república (1931), mudança impulsionada pelo resultado das eleições municipais de 12 de Abril daquele ano. O pleito foi favorável aos republicanos¹⁸⁰, o que levou o rei Alfonso XIII a deixar o país¹⁸¹. Em data de 14 de Abril de 1931 foi então proclamada a II República.

Para os espanhóis, os anos seguintes a chegada da II República¹⁸² foram bem tumultuados. Reforma agrária, relação entre o clero e o Estado, organização das forças armadas, radicalismos ideológicos, greves, violência política, e uma economia arranhada ainda pela crise mundial de 1929, formavam um contexto preocupante.

Inserto naquela contemporaneidade surgiu então o programa NACIONAL-SINDICALISTA ESPANHOL, lançado em 1934, por José Antonio Primo de Rivera¹⁸³, mentor da Falange Española,¹⁸⁴ esta que mais tarde apoiaria largamente Franco. No dito Programa vê-se nítida proposta corporativa, ataque ao sistema capitalista e ao marxismo, em tópico nominado *Economia, Trabajo e Lucha de classes*:

9. Concebimos a España, en lo económico, como un gigantesco sindicato de productores. Organizaremos corporativamente a

¹⁸⁰ “Não se conhecem os resultados exatos. M. Martínez Cuadrado, em Elecciones y partidos políticos en España, 1808 - 1931, vol. 2, p. 1.000-1, cita 19.035 votos monarquistas contra 39.568 republicanos e 15.198 para tradicionalistas, integristas, nacionalistas bascos, independentes, etc. De qualquer modo, em Madrid os republicanos receberam três vezes mais votos que os monarquistas e quatro vezes mais em Barcelona”. Cf. BEEVOR, Antony. op. cit p. 616 (nota 11).

¹⁸¹ Sobre a queda de Alfonso XIII, encontramos em Maura: “Mucho antes de su caída, la Monarquía se había evaporado en la conciencia de los españoles”. Cf. MAURA, Miguel. Así cayó Alfonso XIII, Barcelona, 1966, p. 329.

¹⁸² Durante o curso da II República as mulheres em Espanha ganharam o direito de voto. “As eleições aconteceram em 19 de novembro de 1933. Graças à nova constituição da República, as mulheres foram às urnas pela primeira vez na Espanha, mas, muitas delas na centro-direita, que ganhou a maioria das cadeiras.” Cf. BEEVOR, Antony. op. cit., p. 71.

¹⁸³ Em 20 de Novembro de 1936 José António Primo de Rivera foi executado pelo governo popular da Espanha. Ele era filho do antigo ditador Miguel Primo de Rivera.

¹⁸⁴ “O programa falangista era similar ao dos partidos fascistas que haviam chegado ao poder em Itália e na Alemanha” - Cf. PERFECTO, Miguel Angel. **EL CORPORATIVISMO EN ESPAÑA: DESDE LOS ORÍGENES A LA DÉCADA DE 1930**. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, nº 5, 2006, p. 139.

la sociedad española mediante un sistema de sindicatos verticales por ramas de la producción, al servicio de la integridad económica nacional.

10. Repudiamos el sistema capitalista, que se desentiende de las necesidades populares, deshumaniza la propiedad privada y aglomera a los trabajadores en masas informes, propicias a la miseria y a la desesperación. Nuestro sentido espiritual repudia también el marxismo. Orientaremos el ímpetu de las clases laboriosas, hoy descarriladas por el marxismo, en el sentido de exigir su participación directa en la gran tarea del Estado nacional.

11. El Estado Nacional Sindicalista no se inhibirá cruelmente de las luchas económicas entre hombre, ni asistirá impasible a la dominación de la clase más débil por la más fuerte. Nuestro régimen hará radicalmente imposible la lucha de clase, por cuanto todos los que cooperan a la producción constituyen en él una totalidad orgánica. Reprobamos e impediremos a toda costa los abusos de un interés parcial sobre otro y la anarquía en el régimen del trabajo.

12. La riqueza tiene como primer destino—y así lo afirmará nuestro Estado—mejorar las condiciones de vida de cuantos integran el pueblo. No es tolerable que masas enormes vivan miserablemente mientras unos cuantos disfrutan de todos los lujos.

13. El Estado reconocerá la propiedad privada como medio lícito para el cumplimiento de los fines individuales, familiares y sociales, y la protegerá contra los abusos del gran capital financiero, de los especuladores y de los prestamistas.

14. Defendemos la tendencia a la nacionalización del servicio de Banca y, mediante las corporaciones, a la de los grandes servicios públicos.

15. Todos los españoles tienen derecho al trabajo. Las entidades públicas sostendrán necesariamente a quienes se hallen en paro forzoso. Mientras se llega a la nueva estructura total, mantendremos e intensificaremos todas las ventajas proporcionadas al obrero por las vigentes leyes sociales.

16. Todos los españoles no impedidos tienen el deber del trabajo. El Estado Nacional Sindicalista no tributará la menor

consideración a los que no cumplen función alguna y aspiran a vivir como convidados a costa del esfuerzo de los demás.¹⁸⁵

Em sequência, no ano de 1935, o ex-ministro do General Primo de Rivera, o mesmo político e pensador Eduardo Aunós¹⁸⁶, difunde a proposta do corporativismo através de obra intitulada *A Reforma Corporativa do Estado*. A esse respeito novamente invocamos Sánhces Recio:

Eduardo Aunós sintetizava o seu pensamento, em 1935, da seguinte forma, na sua obra *A Reforma Corporativa do Estado*: O Estado corporativo repousa sobre o povo organizado em entidades autárquicas. Assim como o Estado liberal proclama o 'direito' dos indivíduos, a base essencial do Estado Corporativo é a função dos mesmos, do que se infere que a sua exigência primária é o 'dever social do trabalho'. Cada indivíduo é obrigado a desempenhar a função para qual esteja apto em benefício da coletividade e por esse motivo forma parte obrigatória da organização corporativa correspondente. Este princípio exclui a fictícia liberdade do Estado democrático; [...] estabelece a disciplina social e o respeito às hierarquias que deveriam dar preeminência nas tarefas produtivas e supõe, por conseguinte, um Estado forte, com suficiente autoridade para cumprir os seus amplísimos fins.¹⁸⁷

O pensamento de Aunós converge¹⁸⁸ à onda antiliberal daquele tempo. Segundo ele, a “fictícia liberdade do Estado democrático”, clama pelo fortalecimento da autoridade do Estado, formando opinião¹⁸⁹ em uma fase em que o corporativismo era a principal alternativa contra a democracia liberal e a proposta comunista no período entre as guerras mundiais. É facto que durante a II República os partidos de esquerda radicalizaram os seus discursos e ações¹⁹⁰,

¹⁸⁵ Cf. <https://www.heraldicahispanica.com/XXVIpuntos.htm>. Capturado em: 05 Maio 2018.

¹⁸⁶ Vide, AUNÓS, Eduardo «**La política social de la Dictadura**». Madrid: 1944, p. 59 e SS, onde se apresenta como o precursor da doutrina corporativa espanhola.

¹⁸⁷ Cf. RECIO, Glicério Sanhcez. O Corporativismo na ditadura franquista. In **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomane (Orgs). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 134.

¹⁸⁸ De Eduardo Aunós também *Estudios de Derecho Corporativo* (Madrid, 1930).

¹⁸⁹ Mais tarde Eduardo Aunós tornou-se Ministro da Justiça de Franco.

¹⁹⁰ O El Socialista, em data de 03 de Janeiro de 1934, declarou: “Harmonia? Não! Luta de Classes! Ódio à Burguesia criminosa até a Morte!” Cf. PAYNE, Stanley G. **The Spanish Civil War, the**

o que só aumentou a reação dos setores católicos, produtivos e militares, simpatizantes da proposta política da Falange.

Vencida a Guerra Civil, o governo de Franco parte para implementar reformas estruturais no país, reformas essas abruptas e arbitrárias típicas de uma Ditadura que tinha ânsia em se afirmar, com inspiração no fascismo italiano, mais o apoio da Igreja de Roma durante o papado de Pio XII, considerando as raízes cristãs da nação. Daquele esforço reformista surgiu o *Fuero del Trabajo*¹⁹¹, em 1938, a criação de um partido político único, a FET-JONS (sob o comando de Franco), e nessa conjuntura é que “O corporativismo social foi componente essencial do franquismo e de suas instituições, o qual começou a ser esboçado, ainda durante a guerra civil, onde as tensões existiam entre o modelo “sindicalista nacional”, do FET, e os grupos mais próximos dos católicos conservadores”, segundo Costa Pinto¹⁹².

Na continuidade das reformas do *novel* Regime de Franco encontramos em 1940 a criação da Lei de União Sindical, a qual exigiu a adesão de trabalhadores e empresários aos sindicatos¹⁹³ respectivos. Ao lado disso, o ponto alto do corporativismo em Espanha mostra-se, ao nosso sentir, com a

Soviet Union an communism, USA, Yale University Press - New Haven & London, 2004, p. 46.

¹⁹¹ O *Fuero del Trabajo* revelou a política social do franquismo, sob inspiração católica, eis que reza no seu preâmbulo: “Renovando a Tradição Católica, de justiça social, e o alto sentido humano que formou a nossa Legislação do Império, o Estado Nacional enquanto instrumento totalitário ao serviço da integridade pátria e sindicalista, enquanto representa uma reação contra o capitalismo liberal e o materialismo marxista, empreende a tarefa de realizar - com ar militar, construtivo e gravemente religioso - a Revolução que Espanha tem pendente e que há de devolver aos espanhóis, de uma vez para sempre, a Pátria, o Pão e a Justiça.” Além disso, no item XIII, a questão econômica é tratada num sentido corporativo quando diz: “Todos os sectores da economia serão enquadrados, por ramos de produção, em sindicatos verticais (§ 2). O sindicato vertical é uma corporação de direito público que se constitui pela integração num organismo unitário de todos os elementos que consagram as suas atividades ao cumprimento do processo econômico, dentro de um determinado serviço ou ramo de produção, ordenado hierarquicamente sob a direção do Estado (§ 3).” Cf. RECIO, Glicério Sanhez. O corporativismo na ditadura franquista. In **A Vaga Corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 141.

¹⁹² Cf. PINTO, António Costa. **O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo**; Belo Horizonte: Varia História, vol.30, nº 52, jan/ab 2014, pp. 34-35.

¹⁹³ Vide GARCIA, Francisco B. **El sindicalismo vertical: burocracia, control laboral y representación de intereses en la España franquista, 1936-1951**. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2010.

criação do parlamento corporativo, as Cortes, em 1942. Tocante as Cortes, encontramos texto de Costa Pinto, a quem citamos novamente, por considerá-lo explicativo e de fácil assimilação. Ei-lo:

O Parlamento corporativo espanhol, as Cortes, foi criado como instrumento de colaboração com Franco. De acordo com a lei que regulamentou as Cortes, esse novo órgão legislativo deveria servir “para ser a expressão das opiniões contrastantes no interior da unidade do regime”. Franco, o chefe de Estado, continuaria com “o poder supremo e seria quem ditaria as normas legais”, mas as Cortes representariam “um valioso instrumento de colaboração nessa tarefa”. As primeiras Cortes foram constituídas de cerca de 423 procuradores, sendo 126 membros do Conselho Nacional do partido único, 141 provindos das organizações sindicais, 50 designados pelo *Caudillo* e os demais eram representantes dos municípios, das “famílias” e das associações de profissionais liberais, entre outros. Os ministros e o chefe do Poder Judiciário também eram membros. A grande maioria dos procuradores eram funcionários públicos e, conseqüentemente, o peso da burocracia era muito significativo. A única mudança na composição das Cortes foi a introdução, em 1967, de 108 “representantes das famílias”, formalmente eleitos por meio de um sistema eleitoral restrito. É desnecessário dizer que o governo foi responsável por chefiar o Estado e as Cortes foram projetadas para orientar e deliberar sobre projetos de lei oriundos do governo. Para evitar a criação de facções “informais” nas Cortes, seu presidente foi nomeado por Franco e os chefes das comissões foram nomeados pelo presidente das Cortes. Poucas mudanças institucionais ocorreram durante o longo período em que durou a Ditadura.¹⁹⁴

Tal parlamento, portanto, serviu como instrumento colaborativo ao Regime, sendo claro que a governança de Franco necessitava de um mínimo de legitimidade dos nacionais, e por isso a importância das Cortes com o voto «orgânico» e representação corporativa. Esse modelo de democracia orgânica não seria replicado pelo Estado Novo salazarista (a Ditadura geograficamente mais próxima do franquismo), onde nele coexistiram a Câmara Corporativa, como órgão consultivo, e a Assembléia Nacional, como órgão legislativo, cada qual com o seu papel institucional definido pela CRP/1933.

¹⁹⁴ Cf. PINTO, António Costa. **O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo**. Belo Horizonte: Varia História, vol.30, nº 52, Jan/Abr, 2014, p. 35.

Merece lembrar que na vigência do Estado Novo salazarista ocorreram eleições com sufrágio popular, o que só voltaria a ocorrer em Espanha após o fim do franquismo. As Cortes conviveram com a ditadura franquista até o seu debacle, em 1975, quando então a Espanha retorna ao regime democrático juntamente com a restauração da monarquia.^{195, 196}

Quadro demonstrativo dos regimes corporativos na Europa encontra-se incluso no Volume II anexo a este trabalho¹⁹⁷ e nele existe classificação dos corporativismos havidos em cada país apresentado, sendo o caso da Itália e Áustria de sistema de partido Único; corporativismo social Forte, e corporativismo político também Forte, portanto, igualam-se nessa classificação. Referente à Espanha, dois sistemas de partido: um Dominante (1923 - 1931) e outro Único (1939-1975), em ambos os períodos um Forte corporativismo social; e tocante ao corporativismo político em Espanha, encontramos Médio (1923 - 1931) e Forte (1939-1975). A realidade do corporativismo é encontrada em outros países europeus, tais como Bulgária, Estônia, Grécia, Hungria, Látvia, Polônia, Romênia e Eslováquia, igualmente nas primeiras décadas do século XX, o que nos faz lembrar Manoilescu, “de todas as criações políticas do nosso século – o qual para o historiador começou em 1918 – há duas que tem enriquecido de forma definitiva o patrimônio da humanidade [...] o corporativismo e o partido único”.¹⁹⁸

Por derradeiro, os corporativistas pensavam um Estado forte¹⁹⁹ que deveria ir ao encontro do homem no sentido de cuidar e facilitar a sua formação e aperfeiçoamento, seja através de iniciativas de cunho moral, cultural, intelectual e físico. Esse encontro dar-se-ia pelo organismo sindical-corporativo, tutelado pelo Estado autoritário, que buscava assegurar ao indivíduo o direito

¹⁹⁵ A atual Constituição espanhola data de 27 de Dezembro de 1978, sendo a sétima do país.

¹⁹⁶ O *Dia da Constituição* (06 de Dezembro) celebra, em toda a Espanha, o Referendo Nacional que aprovou a Constituição de 1978.

¹⁹⁷ Vide Anexo 04 - Quadro demonstrativo dos regimes corporativos na Europa.

¹⁹⁸ Cf. MANOILESCU, Mihael. *Le parti unique: institution politique des regimes nouveaux*. Paris: Les Oeuvres Françaises, 1936, VIII.

¹⁹⁹ “Um Estado forte implica, necessariamente, uma Nação organizada” - Cf. ANSELMO, Manoel. *op. cit.*, p. 35.

de participar da decisão da vida política e econômica da nação. Com isso, impedia-se um sindicalismo livre e ameaçador de cunho marxista; reorganizava-se a economia vinda do liberalismo debaixo dos interesses corporativos do próprio Estado, no sentido de conter os excessos do capitalismo; ordenava-se a sociedade para evitar agitação, desordem pública, e inibir movimentos sociais agressivos ao direito de propriedade e a valores cristãos; e ficava assegurado ao Estado a mediação de interesses para apaziguar conflitos que houvessem em instituições privadas ou públicas.

O corporativismo foi, assim, experiência política marcante em cada um desses países, bem como em Portugal.

SECÇÃO 3. O CORPORATIVISMO EM PORTUGAL

3.1 O Movimento Integralista

“No meio da imensa anarquia em que o século presente amanheceu, o Integralismo lusitano é a bandeira duma doutrina de reação, que nas suas linhas definidas, compreende uma estética, uma filosofia, uma política, uma sociologia nacionais”.

(Luís de Almeida Braga).

Investigar o Integralismo lusitano (IL) que antecedeu a chegada do Estado Novo de Salazar, o seu cariz corporativo, é tarefa que julgamos necessária para compreender a dinâmica dos factos políticos e jurídicos havidos em Portugal nas primeiras décadas do século XX. De igual, a participação de alguns militantes do IL no curso do Estado Novo. Assim, iniciamos pela génese do Integralismo lusitano. Vejamos:

Com a instauração do regime republicano em Portugal (1911), após o regicídio (1908), uma elite pensante de Coimbra, quase toda egressa da sua universidade, composta por *Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, António de Souza Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Pequito Rabelo, Rolão Preto*, dentre outros, insurge-se em ideias e manifestos políticos contra a I república, o liberalismo, a democracia, mas em defesa da monarquia, da religião católica, do tradicionalismo português pré-1820, no afã de um “renascimento nacional” por conta da decadência em que se encontrava o país.

O Integralismo lusitano representou, para alguns monárquicos, essa crença do renascimento de Portugal, como refere Ribeiro de Menezes:

De todas as tendências monárquicas, o Integralismo lusitano era a mais capaz de oferecer a esperança de restauração, dado que a sua mensagem básica era de que a Monarquia não tinha sido abolida em 1910, mas muito antes, já em 1820, quando

aceitou a nova ordem liberal, virando as costas às realidades da vida portuguesa: a religião, as corporações e os municípios.²⁰⁰

Uma vez instaurado o regime republicano em 1910, Portugal passou a vivenciar várias crises políticas e uma sequência de 46 governos republicanos, onde apenas António José de Almeida cumpriu integralmente o seu mandato de Presidente da República de 1919 a 1923.

Uma pergunta que não merece ser esquecida: quando foi inaugurada a expressão *Integralismo lusitano* que dá nome a esse movimento de ideias? Dita expressão foi cunhada em 1913, em Bélgica, por Luís de Almeida Braga, que a estampou na revista *Alma Portuguesa* (Vol. nº 2, de Setembro de 1913), editada naquele país mirando portugueses monárquicos exilados.

Deste modo, Almeida Braga foi o responsável por nominar o movimento. Logo em seguida, no ano de 1914, aquela expressão surgiu estampada no lançamento da revista *Nação Portuguesa* “para designar um programa político monárquico e um movimento de ideias políticas acabado de se constituir”, segundo descreve José Manoel Quintas em sua obra *Filhos de Ramires - As Origens do Integralismo lusitano*²⁰¹. Regista também Quintas, na mesma obra, que em 1915 os Integralistas tiveram a sua primeira projeção pública mediante conferências havidas na Liga Naval de Portugal, sobre a *Questão Ibérica*²⁰².

Todavia, somente em 1916 o IL abertamente lança as bases do seu caráter de movimento político, mediante a divulgação do primeiro manifesto da Junta Central do Integralismo, o que foi objeto de críticas de opositores, porque diziam que o IL era uma cópia da *Action Française (AF)*. Surgida no final do século XIX (1898), como movimento de ideias políticas, a *AF* pregava a revitalização da monarquia hereditária, sob o manto do catolicismo, mediante um estado forte, descentralizado, nacionalista, antiliberal. Teve a *AF* como um

²⁰⁰ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro. **Biografia Definitiva de Salazar**. São Paulo: Leya, 2011, p. 50.

²⁰¹ Cf. QUINTAS, José Manoel. **Filhos de Ramires - As origens do Integralismo lusitano**. Lisboa: Editora Nova Ática, 2004, p. 21.

²⁰² Cf. QUINTAS, José Manoel. *op. cit.*, p. 21.

dos seus maiores expoentes Charles Maurras²⁰³, que na qualidade de jornalista defendia tal movimento atrelado a um forte sentimento nacionalista, traduzido pela expressão *nacionalismo integral* atribuído a Maurras por Macel Prélôt e Georges Lescuyer²⁰⁴.

Diziam os adeptos da AF: “ou a França e o rei, ou não há rei, mas também não há França”.²⁰⁵

Buscava esse movimento o engrandecimento da França pela monarquia em oposição aos princípios da Revolução de 1789 (Liberdade-Igualdade-Fraternidade), em oposição ao esquerdismo crescente naquela época, e a turbulência política que enfrentava a III república de então.

Quintas, quando discorre em sua obra sobre as origens do Integralismo lusitano no início de século XX, remete ao caso Dreyfus, que dividiu a opinião pública na França naquela época, e ao sucesso da *Action Française*²⁰⁶. Vale lembrar que o fantasma do marxismo já rondava a Europa no século XIX, e em 1871 houve a malograda experiência da “Comuna de Paris”. Alastravam-se movimentos reivindicatórios de trabalhadores²⁰⁷ embevecidos pelo ideário de Marx e Engels, os quais seriam repelidos pelas forças discordantes.

²⁰³ Charles Maurras (20-04-1896 a 16-11-1952). Foi eleito para a Academia Francesa em 1938. Antissemita e germanófilo foi preso após a II Guerra Mundial, vindo a falecer em seguida. Vide DARD, Olivier. **Charles Maurras**. França: Armand Colin, 2013. Vide também: MAURRAS, Charles. **Mes Idées Politiques**. França: L'Age d'Homme, 2003.

²⁰⁴ Cf. PRÉLOT, Macel; LESCUYER, Georges. **História das Ideias Políticas**, vol. II, Lisboa: Editora Presença, 2001, p. 184.

²⁰⁵ Cf. PRÉLOT, Macel; LESCUYER, Georges. *op. cit.*, pag 186.

²⁰⁶ “A França republicana de inícios do século XX sentia ainda a humilhação de 1870, dividia-se pelo Affaire Dreyfus e pelo combismo, vira a *bancarrota da Revolução* proclamada por Renan na Academia (tendo em fundo um pensamento contra-revolucionário alimentado por socialistas, regionalistas, antiparlamentaristas, plebiscitários autoritários, etc.), recebia os influxos do neo-romantismo das escolas e de um vivo renascimento católico. Foi necessário atentar nas razões do sucesso da Action Française. A síntese maurassiana viera adicionar às cinco críticas de Renan as cinco liberdades em que se fundara a antiga França, fazendo emergir como aliciante a fórmula política de uma Monarquia francesa renovava-hereditária, tradicional, antiparlamentar e descentralizada. O segredo do sucesso da síntese Maurassiana estava no seu conteúdo e no método *racionalista* da sua explicação”. Cf. QUINTAS. José Manoel. **Filhos de Ramires. As origens do Integralismo lusitano**. Lisboa: Editora Nova Ática, Lisboa. ISBN 972-617.161-X, p. 246.

²⁰⁷ Segundo Von Ihering, “Todo o direito que existe no mundo foi alcançado através da luta; seus postulados mais importantes tiveram de ser conquistados num combate contra as cortes dos

Na esteira desses acontecimentos, em 15 de Maio de 1891, veio à tona a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, demonstrando o seu pensamento social, o que influenciaria muitos, inclusive os Integralistas lusitanos e a própria *AF*. A doutrina da *Action Française* atraiu muitos idealistas, emergiu após todas essas ocorrências, mas mirava atingir – repetimos – o ideário republicano liberal, os princípios da Revolução Francesa de 1789, e as esquerdas. Amplamente apoiada pelos católicos franceses, pequenos empresários, profissionais liberais, o movimento fora baseado em um retorno ao passado, e foi revolucionário em defender a derrubada do parlamento da Terceira República (1870-1940).

Registamos que as táticas perturbadoras da *Action Française* trouxeram a proeminência entre os grupos de extrema-direita antes mesmo da I Guerra Mundial, e após esse conflito o sentimento nacionalista continuava forte em França. A *Action Française* alcançou o seu apogeu, àquela altura, mas sofreu um grave revés em 1926, porque foi publicamente condenada pelo papado.

O Papa Pio XI, em dezembro de 1926, condenou a *AF*, por considerar aberrante a sua concepção de catolicismo, chegando a excomungar Maurras e colocar alguns dos seus livros no Index.

Porém, a *AF* ainda era poderosa o suficiente para atrair adeptos. Mesmo assim, por causa de sua associação com o colaboracionista governo de Vichy (1940-1944), durante a ocupação nazi, a *Action Française* foi desacreditada e deixou de existir após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Braga da Cruz, o IL surgiu na esteira daquele movimento francês e teve uma marcante influência do mesmo.²⁰⁸ Converge a tal afirmação

opositores; todo e qualquer direito, seja o direito dum povo, seja o direito do indivíduo, só se afirma através duma disposição ininterrupta para a luta". Cf. IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983, p. 15.

²⁰⁸ "Originalmente católicos e monárquicos na sua grande Maioria – e na totalidade, por conversão – os futuros integralistas bem cedo vieram a contactar com o movimento da *Action Française* e o pensamento de Charles Maurras, que viriam por seu turno, a ter uma influência marcante e directa no desencadear da constituição do seu congénere movimento

palavras do próprio António Sardinha, este um nome de vulto do IL, quando disse que, de Maurras, os Integralistas se apropriaram de um “*método*,”²⁰⁹ – *uma sistematização – não um corpo integral de doutrinas*”.²¹⁰ Infere-se disso uma confissão da influência francesa no IL, mesmo que apenas quanto ao seu “*método*”, repetindo as palavras de Sardinha.

Raul Proença, um dos críticos do movimento integralista, em obra intitulada *Acerca do Integralismo lusitano*, defende a tese da falta de originalidade daquele movimento:

Há no Integralismo uma crítica da Democracia, uma apologia do sistema monárquico antiparlamentar, e um programa de realizações monárquicas. Podemos afirmar, peremptóriamente, que nenhum dos argumentos dessa crítica, nenhum dos princípios dessa apologia, nenhuma das bases desse programa se deixa de encontrar no Integralismo francês.²¹¹ [grifamos]

Em um trabalho intitulado *Charles Maurras e o Surgimento do Integralismo lusitano: teoria e apropriações doutrinárias*, Felipe Cazetta, discorre sobre a tentativa dos integralistas em dissociar o seu movimento da *Action Française*:

Ainda que seja indubitável a forte influência da AF, ênfase à presença maurassiana, no interior do IL os teóricos do movimento português se esforçam para tentar se desvencilhar do estigma de cópia. Uma das estratégias elaboradas pelos teóricos do Integralismo foi remeter aos autores portugueses

português.” Cf. CRUZ, Manuel Braga da. **Monárquicos e Republicanos no Estado Novo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 14.

²⁰⁹ Cf. CRUZ, Manuel Braga da. **O Integralismo lusitano nas Origens do Salazarismo** (p. 137-182) *In*: *Análise Social*, V.XVIII (72-73-74), 1983 – 3^a-4^a-5^a – p. 150.

²¹⁰ *Vide* Carta a Luís de Almeida Braga em *Sob o Pendão Real*, p. 430, citado por Manuel Braga da Cruz *in* *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 30.

²¹¹ Cf. PROENÇA, Raul. **Acerca do Integralismo lusitano**. Lisboa: Edição Seara Nova, 1964, p. 25.

dos séculos passados conteúdos dos quais o movimento era criticado de plagiar a AF²¹² [grifamos].

Ainda sobre a génese do IL, Mendes de Oliveira disserta que o IL sofreu influência da *Action Française*, de ideais do fascismo de Mussolini (através de Rolão Preto), bem como influência da tradição antiliberal portuguesa²¹³.

Hipólito Raposo, integralista, editou em 1919 obra de sua autoria buscando demonstrar a independência entre o nacionalismo francês e o português, e dela vê-se que a *Action Française* não foi relegada totalmente pelos integralistas, quando afirma:

Sem a Action Française, o Integralismo lusitano teria nascido e teria vivido; com a Action Française, êle pôde viver e alentar-se por uma nova e poderosa razão de estímulo intelectual, por uma actualização do crédito da Filosofia Política da Monarquia.²¹⁴

Nesse passo, concluímos que o IL pode até não ter sido uma mera cópia da *AF*, mas dela sofreu forte influência na sua génese, como denuncia a similitude de princípios de ambos os movimentos. Para melhor compreensão desse movimento político português citamos neste trabalho os princípios do Integralismo lusitano, os quais vão se cruzar com o ideário do Estado Corporativo.

²¹² Cf. CAZETTA, Felipe A. **Charles Maurras e o Surgimento do Integralismo lusitano: teoria e apropriações doutrinárias**. Revista Cantareira – Edição 17/Jul-Dez, 2012, Rio de Janeiro, p. 55. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a3.pdf>. Capturado em 09 Agosto 2018.

²¹³ Nas palavras de Humberto Nuno Lopes Mendes de Oliveira, “Sofreu influência do pensamento contra-revolucionário europeu, sobretudo da Action Française, de Maurras mas também de ideias mussolinianas, principalmente através de Rolão Preto e do seu nacional-sindicalismo. Por outro lado, o movimento Integralista foi influenciado pela tradição antiliberal portuguesa e estadista que se pronunciava contra 1820, mas criticava o estrangeirismo e o autoritarismo de Pombal”. Cf. **Integralismo lusitano, Ideologia e Actuação Política** – Com base nas publicações, a Monarquia e Nação Portuguesa - LUSÍADA, Revista de Ciência e Cultura – Série de História – nº 03, abril/1995).

²¹⁴ Cf. RAPOSO, Hipólito. **Dois Nacionalismos IL, Action Française e o Integralismo lusitano**. Lisboa: Livraria Ferin, 1919, p. 102.

Os princípios do IL emergiram 1914 quando os integralistas divulgaram as bases do seu movimento pela revista *Nação Portuguesa*, as quais tornaram-se princípios do movimento. Ei-los: **Monarquia Orgânica - Tradicionalista - Antiparlamentar**²¹⁵. Sem grande esforço de compreensão vemos que tais

²¹⁵ Dentre os princípios basilares do IL encontramos outros a eles relacionados:

A) Tendência Concentradora (Nacionalismo)

Poder pessoal do Rei: Chefe do Estado.

1) Função governativa suprema: — por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei; — **por conselhos técnicos também especializados** (parte dos membros de nomeação régia, parte representando os vários corpos, com função consultiva).

2) Função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais; nomeação dos governadores das Províncias e outros fiscais régios da descentralização.

3) Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema, que, no entanto, cumpre sublinhar como sendo a formade acção mais característica e importante do ofício régio: — defesa diplomática; — defesa militar; — gestão financeira geral; — chefia do poder judicial; função moderadora.

B) Tendência Descentralizadora: 1) Aspecto Económico: — Empresa: regime e garantia da propriedade, vinculação(homestead), cadastro, subenfitense, sesmarias, propriedade colectiva, legislação social da empresa, etc. — **Corporação: sindicatos operários, patronais e mistos**, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc. — **Graus corporativos superiores**: sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc. — Nação Económica: Política económica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento (proteccionismo, tratados de comércio) — função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia económica. [grifamos]

2) Aspecto familiar administrativo: — Família: Unidade (pátrio poder); Continuidade (indissolubilidade conjugal; vinculação, luta contra o absentéismo; vinculação propriamente dita: morgadio, homestead). — Paróquia: representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes. — Município: representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância. — Província: câmara por delegação municipal, sindical, escolar e com a assistência do governador da província, função governativa especializada na aristocracia (com carácter rural e regional). — Nação Administrativa: Órgão — a Assembleia Nacional, assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária). Representação — delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc. Função — consulta sobre a aplicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc.).

3) Aspecto Judicial: Essencialmente organizado sobre estas bases: — Julgado municipal (tribunal singular); — Tribunal provincial (colectivo); — Supremo Tribunal de Justiça (colectivo); — Conselho Superior da Magistratura.

4) Aspecto espiritual: — Arte: Desenvolvimento artístico, subsídios pelo município, província e governo central, restituição às províncias das obras de arte que lhes pertencem. — Indústrias artísticas locais. — Museus regionais e defesa do património artístico da província. — Museus nacionais e defesa do património artístico da nação. — Ciência: Desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxílio material pelo município, província e governo central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução. — Instrução primária no município. — Instrução secundária na província. — Universidade autónoma (Coimbra). — Escolas e Universidades livres. — Escolas industriais, regionais. — Religião: Liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana. — Protecção a esta religião e prestação de auxílio material em regime concordatário. — Liberdade de congregação. — Liberdade de ensino. — Nação espiritual: a alta representação destas três

princípios guardam similitude com os propósitos da *Action Française*, mercê do que falamos acima²¹⁶.

Ressaltamos que a atividade parlamentar, nos moldes de um regime demoliberal, não era pretensão do IL, e a Assembleia Nacional invocada em seus princípios seria composta por membros não escolhidos por sufrágio. O descrédito da atividade parlamentar pelos Integralistas fica evidente nas palavras do integralista Ramos Ascensão:

O Parlamento é condenado pelo Integralismo pelo vício da sua Constituição e origem. O sufrágio universal é a guerra civil, é a desordem dos espíritos, é a demagogia, é o triunfo dos incompetentes.²¹⁷

E Monsaraz segue o mesmo desprezo pelo parlamento quando afirma:

A eleição pelo sufrágio universal é das maiores burlas com que se tem iludido a mente do povo. [...] Todos sabem que os deputados são nomeados pelo governo antes das eleições e estas foram e serão sempre uma comédia de que influentes de bom grado e por bom preço se encarregam de ser os empresários.²¹⁸

A tríade *Deus-Rei-Pátria* foi a sequência do pensamento político integralista. Deus sendo a fonte de todo o poder, que o transmite à Pátria e essa que o transmitirá ao Rei.²¹⁹ Daí, vê-se a forte relação do movimento com a religião, *in casu*, o catolicismo.

O IL tinha o catolicismo por princípio doutrinário e não outra religião. O catolicismo para eles unia a nação e por tradição era parte integrante, razão de

formas do aspecto espiritual nos conselhos de El-Rei e na Assembleia Nacional. Cf. Revista Nação Portuguesa, nº 1, de 8 de Abril de 1914.

²¹⁶ Monarquia hereditária, sob o manto do catolicismo, mediante um estado forte, descentralizado, nacionalista e antiliberal - princípios defendidos pela *Action Française*.

²¹⁷ Cf. ASCENSÃO, Ramos Leão. **O Integralismo lusitano**. Porto: Edições Gama, 1943, p. 69.

²¹⁸ Cf. MONSARAZ, Alberto. **Cartilha Monárquica**. Lisboa: Tip. Soares & Guedes Ltd, 1919, p.27.

²¹⁹ Cf. QUINTAS, José Manoel. **Filhos de Ramires**. As origens do Integralismo lusitano. Lisboa: Editora Nova Ática, 2013, p. 272.

existência do Estado-nação português²²⁰. Chegaram os integralistas a afirmar que “A Igreja e a monarquia são dois vértices supremos da disciplina tradicional”²²¹. Portanto, longe a ideia de um estado laico ou hostil ao catolicismo.

Lembramos que a Igreja Católica, quando do surgimento do IL, já propagava a sua doutrina social, sobretudo pela Encíclica *Rerum Novarum*. Como já mencionado antes, a dita encíclica rejeitava o socialismo, defendia o direito à propriedade privada, discutia as relações entre governo e obreiros, abordava a condição humana do trabalho e defendia a ideia das corporações. Era a Igreja de Roma demonstrando o seu pensamento social e, a influenciar muitos, inclusive os integralistas lusitanos, e a própria *AF*, que em comum defendiam a propriedade privada e propagavam a aversão das ideias socialistas.

Inseridos nesse contexto os membros do IL necessitavam difundir o seu ideário, tendo sido o primeiro meio de difusão a *Revista Alma Portuguesa* (editada em Bélgica, no ano de 1913). Outros meios de divulgação do ideal integralista existiram, e aqui listamos os principais:²²²

- I - I- Revista *Alma Portuguesa* (vol. nº 2, setembro de 1913);
- II - II-Revista *Nação Portuguesa*, criada em 1914 para designar um programa político monárquico (IL), circulou até 1929. Teve como diretores: O Conde de Monsaraz (1914-1918) e António Sardinha (1922 até 1925 ano de sua morte). Manoel Maria Múrias coordenou a dita revista depois da morte de Sardinha até a sua extinção;
- III - III- Jornal *A Monarquia* (1917-1923) – reproduzia textos da *Nação Portuguesa*; e

²²⁰ Cf. *Nação Portuguesa*, II, Série, n. 2, p. 83.

²²¹ Cf. *A Monarquia*, n. 244, 1917, p. 1.

²²² Cf. OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de. **O Integralismo lusitano Ideologia e Actuação Política**. Lisboa: Lusfada Revista de Ciência e Cultura (nº 3), Abril de 1995. pp. 366-368.

IV - IV - Publicação da Revista *Integralismo lusitano*, em 1933
(dando por dissolvido o movimento).

Ainda tocante à divulgação do IL, seria uma omissão imperdoável esquecer, neste trabalho, a figura de António Sardinha, ele que foi um militante de muito destaque naquele movimento político. Do contrário, ressaltamos a sua importância como político e intelectual. Vero é que Sardinha, oriundo da Faculdade de Direito de Coimbra, antes de aderir ao IL era republicano, e só após declarou-se monárquico e católico. Foi ele um intelectual de relevo em seu tempo, escreveu com fervor sobre o IL e outros temas, tendo falecido prematuramente em 1925, deixando uma lacuna na equipa integralista, enfraquecendo o movimento. Dentre obras suas citamos: *Ao Princípio era o Verbo* e *Ao Ritmo da Ampulheta*.

Frisamos que Sardinha não só deixou escritos pertinentes ao ideário integralista, era também poeta (destacamos: “A Epopeia da Planície”; “Na Corte da Saudade”). De uma análise dos escritos de Sardinha atinentes ao Integralismo, vê-se o seu esforço em demonstrar, com arrimo na História antiga portuguesa, o alicerce do seu movimento político, o que servia também para afastar a pecha de cópia da *Action Française*, dada pelos críticos do IL²²³. Sobre Sardinha transcrevemos as impressões de Costa Pinto:

Interessados em legitimar historicamente o seu ‘nacionalismo integral’, a maioria dos fundadores do IL, como vimos atrás, dedicaram à fundamentação nacional da sua monarquia tradicionalista, descentralizada, corporativa e antiliberal, uma boa parte do seu labor intelectual. Antonio Sardinha foi talvez o mais criativo neste processo de redescobrimento dos clássicos do pensamento contra-revolucionário português do século XIX e de ‘reinvenção’ histórica do passado nacional.²²⁴ [grifamos]

²²³ A similitude de princípios entre a *Action Française* e o Integralismo lusitano induz a concluir que àquele serviu de esteio a este, sendo o movimento francês preexistente.

²²⁴ PINTO, Antonio Costa. **Os Camisas Azuis Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914 – 1945**. Lisboa: Estampa, 1994, p. 39.

É nessa busca de redescobrimento do clássico que os integralistas adotaram como símbolo a Cruz de Cristo, usada há muito por Portugal, e que depois foi apropriada por Rolão Preto, também como símbolo do seu movimento Nacional Sindicalista.²²⁵

As obras de Sardinha romperam fronteiras, e no Brasil contava ele com um grande admirador que era o sociólogo Gilberto Freyre,²²⁶ o qual fez publicar na imprensa brasileira, precisamente na *Revista do Norte*, no Recife, no ano de 1925, artigo alusivo ao passamento de Sardinha, sob o título *António Sardinha*.²²⁷

²²⁵ Cf. Integralismo lusitano, *Instruções de Organização Aprovadas pela Junta Central* (Lisboa: 1921. p. 5), *apud.* António Costa Pinto – **Os Camisas Azuis Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914 – 1945**, Lisboa: Estampa, 1994, p. 33.

²²⁶ Doutor *Honoris Causa* pela FDUL.

²²⁷ “ANTÓNIO SARDINHA: O ANNO NOVO começou melancolicamente para Portugal e para o Brasil: morreu a 10 de Janeiro, em Lisboa, o escriptor e poeta Antonio Sardinha. Foi das mais rudes surpresas telegraphicas a noticia da morte de um escriptor ainda tão moço e cuja actividade assumiria ultimamente forte e alto relevo. Dirigia Antonio Sardinha a revista monarchica” Nação Portuguesa e era um dos redactores da “Lusitania”, revista de erudição e letras dirigida pela Snra D. Carolina Michaelis de Vasconcellos. Ahi publicara recentemente a primeira parte de um estudo interessantissimo, visando rehabilitar o seculo jesuitico por excelencia da historia portugueza: o decimo setimo. A cultura dos Seiscentos portugueses aparece no ensaio de Antonio Sardinha ostentando o relevo de esquecidos valores. Em torno de Sardinha estavam reunidas algumas das melhores forças jovens de Portugal, a intelligencia nova do velho paiz, desejosa de o reintegrar na sua tradição, na sua historia, na sua natureza de povo hispanico. Pertenciam á “Nação Portuguesa” Luiz de Almeida Braga, Manuel Murias, Ivo Cruz e outros talentos moços, clarificados pela doutrina intelligentemente nacionalista do jovem mestre. Deixa Antonio Sardinha notaveis trabalhos de erudição e revisão historica: O Valor da Raça, No Principio era o Verbo e o recente Aliança Peninsular, prefaciado pelo Sr. Conde de Mortera. Seus sonetos e poemas são uma poesia cheia de nobreza intelectual. Fazem sentir o intellectual que em Antonio Sardinha dominava e abafava o instincto. Num desses poemas elle caracteristicamente fez o elogio dos livros velhos:

Os livros velhos! Que doçura estranha não saboreia a gente, ao entreabril-os!

E mais adiante, destacando pormenores que os voluptuosos de livros velhos saberão sentir em todo o seu intimo e especial encanto:

Oh, livros velhos! Oh, vinhetas rudes, com anjos bochechudos assoprando

- obra de ingenuo artista!

Vê la, Leitor Amigo, se te illudes:

- vale de v ou de quando em quando o s e o t metem quase a mesma vista!

Em Elvas, em cujo convento está sepultado, sob lage brazonada, João Sardinha Brissos, remoto antepassado do poeta, é que elle residia, na Quinta do Bispo, entre memórias e recordações do antigo bispo de Pernambuco, o economista Azeredo Coutinho.

Morreu ainda homem novo, sem chegar a esse outonno da vida de que antecipara quase a intima melancholia. Vem a subir o outono! [...]

O’ minha Amiga, como será o nosso envelhecer?”

Com a morte de Sardinha, o IL enfraquece e a sua dissolução viria a ocorrer em 1933. Enfraquecido o movimento, deu-se divisão entre os membros, e mediante manifesto divulgado na Revista *Integralismo Lusitano* (Vol. II, fasc. IV, de Julho de 1933) foi anunciado o fim do IL²²⁸. Chamamos a atenção do leitor para o facto de que a dissolução do IL não se deu por imposição estatal, não se deu por arbítrio de nenhuma autoridade pública, e sim pela autonomia da vontade dos próprios integralistas que, no aludido manifesto, disseram julgar

Cf. FREYRE, Gilberto. **Antonio Sardinha**. Revista do Norte, Recife, n.1. pp. 5-6, 1925. Acervo da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre - <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/>; Transcrição de Filipe Cordeiro. Capturado em: 12 Junho 2017.

²²⁸ **“DISSOLUÇÃO DO INTEGRALISMO LUSITANO**

Feita a união monárquica, foi publicada na revista Integralismo lusitano (v. II, fasc. IV, de Julho de 1933) a seguinte nota oficiosa da Junta Central:

INTEGRALISMO LUSITANO

Em cumprimento das ordens de El-Rei e de quem dignamente O representa em Portugal; Tendo em consideração os documentos políticos ultimamente publicados que converteram a Causa Monárquica num amplo organismo que abrange a totalidade dos portugueses obedientes à suprema autoridade e direcção de El-Rei o Senhor Dom Duarte II; A Junta Central do Integralismo lusitano, inspirada no mais alto interesse nacional e segura de bem servir a Doutrina de Salvação Pública que há perto de vinte anos teve o destino de formular e até agora o encargo e honra de manter inflexivelmente, resolve: 1.º — Saudar com o mais profundo respeito na Pessoa de El-Rei Dom Duarte II, o Descendente, Sucessor e Representante Legítimo de Dom Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, de Dom 124 João I e de Nun'Álvares que a emanciparam e de Dom João IV que a libertou do domínio castelhano; 2.º — Saudar o Lugar-Tenente de El-Rei, Conselheiro João de Azevedo Coutinho, personificação viva das virtudes cívicas e militares da nossa raça, por seus feitos heróicos já proclamado benemérito da Pátria; 3.º — Congratular-se sinceramente pela união dos monárquicos portugueses, hoje fortalecidos pela identidade de pensamento, de comando e de acção; 4.º — Dirigir a expressão do seu melhor apreço àqueles monárquicos, fiéis à realeza do Senhor Dom Manuel II até à sua morte, que, na compreensão do verdadeiro dever de portugueses e à voz das suas convicções, reconheceram em El-Rei Dom Duarte II, o Chefe da Casa de Bragança e o Continuidor da Dinastia a que está ligado indissolúvelmente o encargo tradicional da grandeza, da honra e da independência nacional; 5.º — Saudar os monárquicos portugueses do nosso Ultramar e os que vivem no estrangeiro, especialmente os das organizações do Brasil, os quais na hora incerta em que alguns vacilavam por fraqueza moral ou condenáveis acomodações, souberam manter erguida a bandeira do definitivo resgate de Portugal; 6. — Saudar comovida e gratíssimamente aqueles leais portugueses, os mortos e os vivos, que através dos sacrifícios, dos perigos e das horas más do infortúnio, confiaram na sua direcção política, aceitando-a e seguindo-a até ao dia de hoje, em que alguns dos princípios fundamentais das nossas reivindicações, por cuja defesa tantos integralistas foram perseguidos e presos, já são proclamados de salvação nacional pelos próprios poderes da República; 7.º — **Por julgar cumprida a sua missão, delibera, finalmente, dissolver-se e declarar dissolvida a organização política do *Integralismo lusitano*,** [grifamos] recomendando por último dever a todos os componentes das Juntas Provinciais, das Juntas Municipais, Núcleos e Juntas Escolares, que aceitem na organização nova da Causa Monárquica os lugares e situações que lhes forem atribuídos e os sirvam com a mesma dedicação e lealdade, certos de que, ao procederem assim, esta Junta e os seus dirigidos de ontem, contribuem para o revigoramento da última e primeira reserva de salvação pública que tem a sua expressão política na Monarquia e no Rei. Viva Portugal! A JUNTA CENTRAL. Cf. ASCENSÃO, Leão Ramos. O **Integralismo lusitano**. Porto: Edições Gama, 1943.

por cumprida a sua missão política. Contudo, o fim da ação política do IL não o extinguiu em definitivo, pois culturalmente ele sobreviveu (!), tanto que simpatizantes do IL fizeram divulgar os seus princípios já em pleno Estado Novo, a exemplo de Ramos Ascensão, que publicou em 1943 a obra intitulada *O Integralismo lusitano*,²²⁹ no intuito de demonstrar a importância e essência daquele movimento, quando alguns dos seus membros, àquela altura, aderiam ao regime de Salazar.

Vale ressaltar, em arrimo ao que se diz, que no final do século XX, precisamente em 1992, o médico e escritor português, Mário Saraiva, em artigo de sua lavra, intitulado *Integralismo e Representação Política*, alertava sobre a importância do IL na mentalidade dos contemporâneos, ao dizer:

É justo que se refira aqui o *Integralismo lusitano*, o qual por via das razões do seu ideário, exerceu a mais forte influência na mentalidade dos contemporâneos, e de tal modo perdurável que ainda hoje, tantos anos volvidos, a sua presença se encontra válida e activa.²³⁰ [grifamos]

Com o apoio da Real Associação de Lisboa ocorreu a comemoração centenária do IL precisamente no dia 13 de Dezembro de 2013²³¹, na Livraria Ferin (Lisboa), ocasião em que palestrou o historiador José Manoel Quintas, autor da obra *Filhos de Ramires*, a respeito do IL, surgimento e importância para o cenário político e social do país. O IL não se perdeu no curso da História de Portugal após a sua dissolução, princípios do seu ideário vão aparecer no Estado Novo.

3.2 A Implantação do Estado Corporativo - *O Estado Novo*

O ambiente político que precedeu a instauração do regime republicano em Portugal foi por demais conturbado. O país vivenciou o assassinato do Rei D.

²²⁹ Cf. Edições Gama, 1943.

²³⁰ Cf. SARAIVA, Mário. **Em Tempo de Mudança**. Lisboa: Ed. Cultura Monárquica, 1992, p. 54.

²³¹ No ano de 2013 simpatizantes do IL, em Portugal, comemoram o centenário daquele movimento de ideias políticas em diversos sítios, prova de que culturalmente está vivo.

Carlos e do seu filho, o Príncipe D. Luís Filipe, em 1908, por obra de extremistas contrários à monarquia.

Em 1910, após o regicídio, tem início o período republicano português, conhecido como a I República, mas que não foi fácil. Para se ter uma ideia da instabilidade política daquele período, houve quarenta e seis governos – em que um só Presidente da República (António José de Almeida), cumpriu integralmente o seu mandato (1919-1923)²³². Contribuía para tal instabilidade o sistema político parlamentarista. O Parlamento escolhia o Presidente da República, mas como a maioria do governo não coincidia com a do Parlamento, este último dissolvia os governos, volvido pouco tempo. Afora isso, some-se os reclamos da classe obreira, uma economia combalida²³³, e o anticlericismo desenvolvido por alguns dirigentes republicanos, tudo causava insatisfação e revolta social, em um país de predominância católica²³⁴.

Inserido naquele contexto político e social dos primeiros anos da República Portuguesa, surgiram o Integralismo lusitano²³⁵ e a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, movimentos políticos distintos que contribuíram para o aumento da conflitualidade política, social e ideológica no país.

Inserido em tais circunstâncias, Portugal ainda participou da I Guerra Mundial sofrendo consideráveis baixas. Para mais, em 1918 ocorreu a morte do Presidente Sidónio Pais²³⁶, vítima de um atentado na Estação do Rossio em 14

²³² Cf. TORGAL, Luís Reis. **Estado Novo: República Corporativa**. *Revista de História das Ideias*, Vol. 27, 2006, p. 445.

²³³ Relacionada a essa questão vide CAETANO, Marcello. **A depreciação da moeda depois da guerra**. Coimbra: Coimbra Editora, 1931.

²³⁴ O Estado laico em Portugal surge com a CRP de 1911.

²³⁵ Segundo Carlos Ferrão, “No período que decorreu entre a morte de Sidónio Pais (14 de dezembro de 1918) e a proclamação da monarquia no Porto (19 de Janeiro de 1919), os integralistas tomaram parte, como vimos, em todas as diligências, associaram-se a todas as tentativas de revolta, colaboraram em todas as iniciativas para as precipitar. Pequito Rebelo colaborou com João de Almeida. O Integralismo secundou as Juntas Militares, de que aquele conspirador monárquico se serviu para tentar assaltar o poder. No Norte, os integralistas tomaram parte na restauração da monarquia”. Cf. FERRÃO, Carlos. **O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)**. Lisboa: Inquérito, 1964, v. 2, p. 188.

²³⁶ “Sidónio Pais modifica a lei eleitoral, sem sequer se dar ao trabalho de consultar o Congresso e é eleito Presidente da República por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, obtendo, em 28 de Abril de 1918, 470 831 votos. Foi proclamado em 9 de Maio do mesmo ano. Durante o seu senado, são dignos de realce os seguintes factos: Em Fevereiro, é alterada a lei da

de Dezembro daquele mesmo ano, tudo para aumentar o clima de tensão política e social que levou depois à insurreição militar de Maio de 1926. A I República revelou-se um período de constantes conflitos, uma “revolução permanente” na visão de Cintra Torres e Marinho:

Toda a Primeira República, entre 1910 e 1926, foi uma *revolução permanente*. Olhando a cronologia do Regime, olhando qualquer História Geral de Portugal, sempre encontramos a referência às inúmeras revoluções, aos golpes de rua, às tentativas de incursões monárquicas e às centenas de tentativas de golpes de Estado, à sucessão imparável de governos, aos desrespeitos da Constituição, ao terrorismo.²³⁷

Acrescente-se a isto, uma economia combalida que punha em desespero inúmeros portugueses. Naquela altura, a economia de Portugal sofria com a carência de produtos manufaturados, ferro e carvão, ainda no rescaldo da I Guerra Mundial.

Tais factos acarretaram abalo na produtividade, no que resultou em desemprego, greves, aumento do custo de vida, o que criou uma atmosfera de incerteza no país. Sensíveis aos problemas vividos pela nação, militares insatisfeitos com a governança daquele período deram um golpe de Estado, dentre eles os Generais Carmona e Gomes da Costa, pondo fim à I República.

separação entre a Igreja e o Estado; Em Março, é declarado o sufrágio universal; Em Abril, as tropas portuguesas são derrotadas na batalha de La Lys, Em Julho, são reatadas as relações com a Santa Sé. Passado o estado de graça, sucedem-se as greves, as contestações, e as tentativas de pôr fim ao regime sidonista. Em resposta, este decreta o estado de emergência em 13 de Outubro. Consegue recuperar momentaneamente o controlo da situação, mas o movimento de 5 de Dezembro estava ferido de morte. Nem a assinatura do armistício, em 11 de Novembro, nem a mensagem afectuosa do rei Jorge V de Inglaterra correspondente ao acto vem melhorar a situação. Em 5 de Dezembro, Sidónio sofre um primeiro atentado, durante a cerimónia da condecoração dos sobreviventes do Augusto de Castilho, do qual consegue escapar ileso. Não conseguiu escapar ao segundo, levado a cabo por José Júlio da Costa que o abateu a tiro, na Estação do Rossio, em 14 de Dezembro de 1918”. Cf. Presidência da República Portuguesa. **Sidónio Bernardino da Silva Pais**. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=34>>. Capturado em: 12 Mar. 2017. Capturado em: 12 Março 2017.

²³⁷ Cf. TORRES, Eduardo Cintra; MARINHO, Luís. **O Século do Povo Português (1910-1926) I República Revolução e Guerra**. Madrid: Ediclube, 2001, p. 11.

Com o golpe, ocorreu o encerramento do Parlamento e instauração da ditadura militar, passando aquele movimento a ser conhecido no percurso da história nacional como a Revolução Nacional de Maio de 1926. Instaurada a ditadura Carmona, assumiu o comando presidencial do país, ainda em 1926, em um momento de grande conturbação política, social e econômica. Esteve ele à frente da Presidência da República por 25 anos²³⁸, ao lado de António de Oliveira Salazar, este inicialmente como Ministro das Finanças e depois como Presidente do Conselho de Ministros até final de 1968. Foi essa Revolução que propiciou a ascensão política de Salazar, do corporativismo e de alguns nomes. “Com a ascensão de Salazar adquire súbito relevo político um conjunto de nomes até então na penumbra: Fezas Vital, Carneiro Pacheco, Álvaro Vilela, Albertos dos Reis”, segundo narra Franco Nogueira em estudo biográfico de Salazar.²³⁹

No rastro da Revolução, tendo à frente da Presidência da República Carmona, o país ganhou a Constituição de 1933, em substituição à Carta política republicana do ano de 1911, inaugurando-se com ela a era política do *Estado Novo*²⁴⁰, o corporativismo, sob o controle de Salazar na qualidade de Presidente

²³⁸ “Carmona surgia como a solução ideal para três questões fundamentais para o regime: as relações entre os militares; as relações entre os militares e os políticos; e as relações entre monárquicos e republicanos. Exercendo um poder simbólico, arbitral e criador de consensos. Parece fora de dúvida que Salazar não teria podido afastar Carmona da forma que fez com Craveiro Lopes. Mas também parece pouco provável que Carmona se empenhasse, em algum ponto - e mesmo, que nos anos 40 tivesse, num Exército cada vez mais dominado por Santos Costa, a força - para afastar Salazar, a não ser no curto período (1943-1944) em que contaria com o apoio aliado. Não conclui o seu quarto mandato, pois morreu no cargo, apenas dois anos após a sua eleição, tendo sido enterrado no Panteão Nacional em funeral oficial com toda a pompa. Tinha sido Presidente da República durante um quarto de século. É por isso o Presidente da República que mais tempo permaneceu em funções, e previsivelmente continuará a sê-lo, tendo em conta a actual legislação sobre o limite de mandatos sucessivos”. Cf. Presidência Da República Portuguesa. **Óscar Carmona**. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=28>>. Capturado em: 12 Março 2017.

²³⁹ Cf. NOGUEIRA, Franco. **Salazar. Vol II - Os tempos áureos (1928-1936)**. Coimbra: Atlântida Editora, 1987, p. 151.

²⁴⁰ Filipe Ribeiro de Meneses assim refere a respeito dos fundamentos ideológicos do Estado Novo: “A base ideológica do Estado Novo foi-lhe conferida por Salazar, que, todavia, não era um pensador original, desbravador de novo terreno teórico - aliás, nunca reivindicou sê-lo. Independentemente das suas reservas sobre o povo que governava, Salazar fazia uma leitura nacionalista do passado e do futuro de Portugal que rejeitava as tendências políticas dominantes no país desde 1820. Como vimos, as suas ideias eram uma destilação de doutrinas católicas e contra-revolucionárias, na sua Maioria retiradas de encíclicas papais e de pensadores franceses como Gustave Le Bon e Charles Maurras, sendo mais tarde

do Conselho de Ministros. Salazar, diante do quadro de incertezas vivido pela nação no período revolucionário, defendia explicitamente uma nova Constituição ao país para instaurar uma “nova ordem política” quando disse:

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria Portuguesa – a reorganização do Estado tem que basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e a actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre eles, devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão política da Nação na realidade da sua vida colectiva.²⁴¹

Visível no discurso de Salazar o seu apelo nacionalista como política de Estado, e ao longo do regime vai-se perceber a ideia de uma simbiose entre o Estado e a Nação no intuito de criar um só corpo, não apenas em defesa do próprio Estado, como também do povo em uma perspectiva unitária.

Cremos que a prática das autoridades públicas de Portugal durante o Estado Novo de empregar a expressão *A bem da Nação* ao término das correspondências oficiais converge a tal raciocínio. Ressaltamos que a génese de tal expressão encontra-se prescrita no Decreto-Lei nº 22.470, de 11 de Abril de 1933²⁴² (publicado no *Diário do Governo*, I série, nº 83, 11 de Abril de 1933), surgido na sequência da aprovação, em plebiscito, da Constituição de 1933.

atualizadas por Henri Massis e Jacques Bainville”. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: biografia definitiva**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2011, p. 121.

²⁴¹ Cf. MOURA, Horácio. **Reflexões sobre os discursos de Salazar**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968, pp. 36-37. Horácio de Moura nessa obra reproduz discursos, e partes de discursos, de Salazar e faz análises, o que facilita conhecer pormenorizadamente o pensamento do Professor de Coimbra.

²⁴² O Decreto-Lei nº 22:470 - Regula a publicação das leis e fixa as datas em que começam a vigorar - Determina o formulário dos diplomas. Nessa norma jurídica em sua parte final lê-se: “12ª. Toda a correspondência oficial deve ser expedida sob essa fórmula: “Serviço da República” (SR), e terminará pela expressão: “A bem da Nação”.

O Plebiscito²⁴³ ocorreu em 19 de Março de 1933, porém a Constituição só ganhou vigência quando da publicação no Diário do Governo da *ACTA DA ASSEMBLEA GERAL DE APURAMENTO DOS RESULTADOS DO PLEBISCITO NACIONAL DE 19 DE MARÇO DE 1933, SÔBRE A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA*, o que ocorreu em 11 de Abril daquele mesmo ano (*Diário do Govêrno*, I, Série, nº 83, 11 de Abril de 1933). Reza, ainda, naquela Acta que a Constituição de 1933 esteve aprovada por um milhão duzentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e quatro votos, saindo Salazar vitorioso naquele processo.

Conforme acima referimos, a Constituição de 1933 ganhou vigência em Abril daquele ano, dando à República Portuguesa um carácter corporativo, como se lê do seu artigo 5º, ao se referir a Portugal como “uma República unitária e corporativa”, sendo importante registrar que por ter sido plebiscitada, com isso, o Estado Novo ganhou respaldo popular. Assim nasceu constitucionalmente o corporativismo em Portugal, inserido na contemporaneidade do pensamento social da Igreja Católica²⁴⁴ e do corporativismo da Itália fascista, prestando-se este mais como modelo de inspiração, do que como molde para plena repetição. O corporativismo, portanto, não é uma ideia portuguesa, tampouco brasileira.

Cremos que a ausência de um grande movimento de massa conduzido pelo Estado, a inexistência de uma classe operária grande e organizada em Portugal, e a liberdade de ação da sociedade civil nas molduras legais, diferente do que havia em Itália, são traços que diferenciam o Estado Novo do fascismo italiano. Pensamento contrário encontramos nas palavras do historiador italiano Collotti quando afirma: “Mais do que um episódio marginal na

²⁴³ Com a *Lex Hortensia* no período da república em Roma o plebiscito tinha valor de lei, independente da aprovação do Senado.

²⁴⁴ “Concretamente, no corporativismo português vamos encontrar os elementos centrais do capitalismo – reconhecimento em simultâneo do papel do capital, da propriedade e iniciativa privadas e do mercado – e a síntese de outras correntes, também elas morigeradoras do capitalismo, onde pontifica a doutrina social da Igreja e ainda o nacionalismo, monárquico e corporativista, com a marca do Integralismo lusitano. Neste quadro cultural, o golpe militar de 28 de Maio de 1926 funcionou como um mediador, na emergência e consolidação da versão portuguesa do corporativismo”. Cf. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 216.

fenomenologia dos Regimes fascistas, Portugal representou as características epígonas do fascismo”²⁴⁵.

Voltando a tratar da Constituição de 1933, aquela foi uma carta política carregada de firme conteúdo ideológico e que inaugurou uma nova era em Portugal, a era do Estado Novo, do corporativismo como doutrina política que propagava uma nova organização social e económica a partir da criação de corporações cujo fim era o de conduzir interesses económicos e profissionais dos seus membros. O Estado Novo trouxe à nação portuguesa uma nova filosofia política, novos valores deontológicos, social e economicamente falando, que por quatro décadas subsistiu, tendo ele sepultado o regime demoliberal da Constituição de 1911.

No universo de investigadores que se debruçam sobre o Estado Novo encontramos Franco Nogueira²⁴⁶. Ele explica o espírito daquele diploma jurídico, especialmente da sua importância para o Portugal de 1933 e a influência da Encíclica *Rerum Novarum* na conjuntura da qual emergiu, como abaixo transcrevemos:

Além de nacionalista, o diploma busca enquadrar os Portugueses numa visão cristã do mundo, e isso tanto no plano social como económico: pretende a aplicação prática, como doutrina do Estado, das encíclicas de Leão XIII, em particular a *Rerum Novarum*, que estava na origem da democracia-cristã europeia. Deste modo, aceita-se, por inscrita nas coisas, uma sociedade com classes diferenciadas; mas recusa-se a luta entre classes. Para a evitar, as classes não podem ser fechadas, mas cruzáveis, e nenhuma pode ser privilegiada, nem dominadora ou dominada; no ponto de partida, todos os homens são iguais perante a lei, e iguais oportunidades hão-de

²⁴⁵ Cf. COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, fascismi*. Milão: Sansoni Editore, 1994, p. 122.

²⁴⁶ Alberto Franco Nogueira era licenciado em Direito, diplomata, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1961 e 1969. Personagem política de relevo na era do Estado Novo, com a Revolução de 25 de Abril de 1974 chegou a ser preso e esteve em exílio na cidade de Londres até 1981, quando então retornou a Portugal, vindo a falecer no ano de 1993. Segundo Loff, Franco Nogueira era: “...o mais publicitado dos porta-vozes neo-salazaristas, Franco Nogueira, primeiro a produzir duas obras de fundo de fixação de uma memória neo-salazarista do Salazarismo”. Cf: LOFF, Manuel. **Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936 - 1942)**. 1. ed. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 75. *Vide* também LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenente de Salazar**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015, pp. 137-229.

ser proporcionadas a todos; mas o acesso de cada um - social, político, económico - é determinado por competência, mérito, trabalho. É uma ordem natural baseada na hierarquia espontânea de valores que a vida vai definindo, e que entrega o governo da cidade aos mais idôneos. Destas premissas decorrem outras: a iniciativa privada, como motor de progresso; a propriedade individual e sua transmissão por herança, como base da família e como direito que emana de leis divinas e positivas; o trabalho, como fonte nobre de riqueza. É uma concepção capitalista da sociedade. Mas este capitalismo sofre duas limitações: a riqueza a criar tem de ser socialmente útil e, através dela, há que assegurar justiça social para todos. Dias antes da entrada em vigor da nova Constituição, a 16 de Março de 1933, o chefe do governo da ditadura, António Oliveira Salazar, proferira um longo discurso para analisar os <<conceitos económicos>> daquela; e sustentara que o Estado devia ser forte, intervencionista para coordenar interesses, mas não absorvente, e assim defender a sociedade tanto dos excessos do liberalismo como do bolchevismo aniquilador. E daqui resulta um outro traço fundamental do novo estatuto político: o autoritarismo do Estado. Rejeitando o Estado passivo, de raízes demo-liberais, e o Estado totalitário, segundo os modelos comunista, fascista ou nazi, a Constituição de 1933 procura firmar um Estado forte, conduzido por um governo forte, que seja capaz de conjugar actividades em nome do bem comum, e de arbitrar com independência e equilíbrio os conflitos entre a liberdade individual e de consciência e os fins colectivos superiores.²⁴⁷

O Estado Novo português então estabeleceu o corporativismo como referência de uma nova organização económica, social e política no país. Reza no Artigo 14º da Constituição de 1933 que “incumbe ao Estado reconhecer as corporações morais ou económicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”, a que em revisão posterior se somarão as corporações de cunho cultural. Já o Artigo 15º dessa Carta política enumera os objectivos principais dessas corporações, associações e organizações, como sendo: “científicos, literários, artísticos ou de educação física; de assistência, beneficência ou caridade; de aperfeiçoamento técnico ou solidariedade de interesses”.

²⁴⁷ NOGUEIRA, Alberto Franco. **O Estado Novo 1933 - 1974**. Porto: Editora Civilização, 2000 (Prefácio do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa), p. 8.

A mesma CRP/1933 estabelece em seu Artigo 20º que todas as actividades da nação, independente de sua natureza, estarão representadas nos organismos corporativos, revelando a essência do novo regime.

Assim, o regime instaurado com a CRP/1933 prestigiou a família como base da organização corporativa (Parte I, título III), eis que cabia ao Estado autorizar [...] todos os organismos corporativos, morais, culturais ou económicos e prover e auxiliar a sua formação (Título IV, art. 116º). A mencionada Carta refere as Juntas de Freguesia dizendo que seriam eleitas pelas famílias por meio do seu ‘chefe’ (Título V, art. 17º).

Bem é de ver que a realidade constitucional de 1933 tratava a família como um dos elementos estruturais da nação, ao lado dos indivíduos, das autarquias e das corporações (económicas ou morais). Mas não ficou limitado a isso, pois conforme o Art. 11 daquele diploma magno “O Estado assegura a constituição e defesa da família”, este um nítido dispositivo de proteção social-familiar não encontrado na Constituição de 1911.

Tocante à importância da família na CRP/1933 refere Marcello Caetano:

A constituição Política de 1933 reconhece na família a base primária da educação e atribui ao Estado e às autarquias locais o dever de unicamente facilitar aos pais o cumprimento do dever de instituir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correção ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim (art. 12.º e 14.º). Estamos longe, portanto, do monstruoso monopólio da educação pelo Estado, que tem a sua forma perfeita na Rússia, onde as crianças são socializadas para que na sua formação moral não reflectam outras tendências senão as do partido comunista e não conheçam outro meio senão a sociedade nacional. A família é, em Portugal, a oficina da educação infantil, com quem o Estado se limita a cooperar e que fica livre à Igreja orientar²⁴⁸.

²⁴⁸ Cf. CAETANO, Marcello. **Problemas da Revolução Corporativista**, Lisboa: Editora Acção, 1941, pp. 145-146.

A respeito da participação da família nas Juntas de Freguesia, Franco Nogueira assim refere:

Às famílias compete eleger as Juntas de Freguesia. E por outro lado os interesses afins congregam-se em corporações morais ou económicas e associações ou organizações sindicais que representarão aqueles em escalões sucessivos, até à entidade suprema, que será a Camara Corporativa. Constitucionalmente, são assim lançadas as bases do *corporativismo*. E a este corresponde uma nova estrutura económica e social da nação²⁴⁹.

No rastro da CRP/1933 surgiu, naquele mesmo ano, o ETN - Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-lei nº 23.048, de 23 de Setembro de 1933²⁵⁰) o qual ajudou a definir os princípios da organização corporativa e formulou conceitos jurídicos que passaram a reger todos os organismos corporativos²⁵¹ do país. Contemporâneo ao ETN, surgiu também o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência – INTP (Decreto n.º 23.053, de 23 de Setembro de 1933), instituição que tinha como missão assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e outras de carácter social. Naquele sentido protetivo viria, anos depois, o disciplinamento jurídico das instituições de previdências, conforme refere Arede Nunes:

Mais tarde, em 1935, seria aprovada a Lei nº. 1884, de 16 de Março de 1935 através da qual se aprovava o regime jurídico das Instituições de Previdência Social (e onde se definiam todos os seus vectores organizacionais, nomeadamente as Caixas Sindicais de Previdência, as Caixas de Previdência da Casa do Povo e as Casas dos Pescadores), instrumento fundamental para compreender a construção da resposta à problemática social por parte do Estado Novo num primeiro momento e que correspondia, por um lado, à consagração dos princípios corporativos e das ideias de alguns dos principais

²⁴⁹ Cf. NOGUEIRA, Alberto Franco. *op. cit.*, p. 9.

²⁵⁰ Vide Anexo 05 - Estatuto do Trabalho Nacional.

²⁵¹ “O primeiro passo tomado no sentido de criar um Estado corporativo, depois de um período de reflexão de Pedro Teotónio Pereira e outros ex-integralistas e de intensas consultas com Salazar, foi a publicação da carta laboral do país, o Estatuto do Trabalho Nacional, em setembro de 1933, o estatuto era um desenvolvimento, da definição constitucional de Portugal como uma “republica corporativa”. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. **Biografia Definitiva de Salazar**. São Paulo: Leya, 2011, p. 154.

doutrinadores e, por outro, à negação das soluções aventadas durante o período da Primeira República. A Lei nº. 1884, de 16 de Março de 1935 - e todo o processo da sua aprovação (Relatório do Governo, Parecer da Câmara Corporativa e debate na Assembleia Nacional) - confirmava, por um lado, o reconhecimento pelo poder político da relevância da temática social e lançava, por outro, algumas premissas que caracterizariam a acção dos Governos do Estado Novo até ao ocaso da Segunda República.²⁵²

Diante daquela realidade jus-política houve, em Portugal, um novo tipo de aproximação entre o Estado e trabalhadores, graças ao ideário corporativo com repercussões no mundo sindical e social. Tal realidade de Estado corporativo servia de protecção aos obreiros contra a arrogância e exploração dos patrões, fator de apoio de muitos ao regime, inclusivamente da Igreja de Roma. Era o meio de obstar o ideário de luta de classes defendida pelos comunistas e os exageros de lucro e opressão do liberalismo.

O Estado, com a sua feição corporativa, buscava a compatibilidade de interesses entre patrões e empregados²⁵³ para, solidariamente, promover o crescimento do país, subordinando todas as classes aos interesses nacionais, conforme pregava João Ameal: “O ESTADO NOVO não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, tôdas as classes à suprema harmonia do intêresse Nacional”²⁵⁴.

Almejava-se assim a contínua colaboração de classes em prol do interesse colectivo e não a luta entre elas, conforme propagava o próprio Salazar:

Nós não aceitamos a ideia da incompatibilidade de interesses entre o patronado e o operariado, mas a da sua solidariedade permanente. Se uma incompatibilidade de momento põe as

²⁵² Cf. NUNES, Filipe de Arede. *op. cit.*, pp. 340-341.

²⁵³ À propósito da relação patrão e empregado, Castro Fernandes assevera: “O corporativismo ao reconhecer no trabalho um dever de solidariedade social, afirma um dos seus princípios fundamentais, em oposição irreductível com o conceito materialista das acções humanas proclamado pela economia liberal e pela economia socialista.” Cf: FERNANDES, António Júlio de Castro. **Temas Corporativos**. Lisboa: Edição S.P.N, 1944, p. 41.

²⁵⁴ Cf. AMEAL, João. **O Decálogo do Estado Novo**. 3. ed. Lisboa: Editora SPN, 1934.

duas forças em risco de chocar-se, é necessário que o defensor do interesse colectivo arbitre a contenda de acordo com a justiça e o bem comum.²⁵⁵

Por óbvio, que o defensor desse “interesse colectivo” era o Estado. Compreender o Estado Novo é compreender o pensamento político do seu arquitecto, Salazar, fundado no repúdio ao liberalismo económico e ao comunismo, fundado no pensamento social da Igreja de Roma, nas tradições portuguesas, no ideário de um Estado corporativo para unir a nação, o que é mui bem resumido e explanado nas palavras de Silva Saraiva, em obra de sua autoria, intitulada *O Pensamento Político de Salazar*, do já distante ano de 1953, mas que se mostra atual à temática aqui abordada.

Abaixo transcrevemos trecho da obra em alude, que consideramos didaticamente relevante à compreensão do que foi o Estado Novo:

Pela aplicação destas ideias, Salazar tenta uma nova organização do Estado diferente da organização liberal e socialista, especialmente por meio do corporativismo que tem nele o melhor realizador da nossa época. Dando poder e prestígio ao executivo e criando uma nova forma de representação popular por meio das corporações, encontra na Câmara Corporativa o princípio da solução do problema legislativo e, em parte, possivelmente o da fiscalização do poder. Daqui podemos concluir:

1.º - Salazar tem uma doutrina política e não é um simples oportunista da acção, ainda que não se proclame fundador de sistemas. As suas doutrinas, opostas ao liberalismo e à democracia como foi realizada no século passado, bem como ao socialismo, tem a sua origem na doutrina social cristã e em parte na escola francesa de C. Maurras, e nas tradições portuguesas.

2.º - Que o seu regime político é na concepção que o informa e na orgânica que o realiza, um Regime novo, nacional sem partidos, forte e autoritário, representativo e orgânico, corporativo.

3.º - Não é totalitário, porque reconhece os limites impostos pelo direito e pela moral e porque tende para a realização do

²⁵⁵ Cf. MOURA. Horácio de. *op. cit.*, p. 113.

princípio corporativista que por si tende para o afastamento do princípio totalitário.

4.º - Finalmente porque é uma experiência em marcha, está longe de ter concluído a sua evolução e por isso sofre ainda alguns males dos períodos de transição. Todavia pelos males que evitou e pelos bens reais que trouxe ao povo português pode concluir-se do seu valor.

Neste tempo de reformas do Estado, a reforma salazariana apresenta-se como original e cheia de interesse para o estudioso de filosofia política e para o historiador pelas consequências que pode trazer à evolução da História Portuguesa. Ao sistematizar as suas ideias políticas e ao fazer na introdução um pouco da história das suas ideias, julgamos dar um pequeno contributo para o seu melhor conhecimento²⁵⁶.

Por demais conveniente à pesquisa, essa conclusão de Saraiva, especialmente quando ele reconhece a feição autoritária do Estado Novo e nega a hipótese de totalitário dado os limites impostos pelo direito e pela moral. “O corporativismo cristão é, essencialmente, uma doutrina de liberdade e, portanto, uma doutrina antitotalitária. Na minha restrita e apagada pregação, sempre insisti nesse aspecto, que reputo fundamental”, afirma Marcello Caetano,²⁵⁷ o que converge à doutrina do Estado Novo português de raiz cristã.

No totalitarismo, as instituições funcionam e existem dentro do Estado, tudo é por ele controlado e autorizado. A sociedade civil não é livre, a exemplo do Estado soviético (URSS) e da Alemanha nazi onde, nesta, a despeito do capitalismo, toda a atividade econômica esteve subordinada ao ditâmes estatais, até o controle de preços. Diferentemente, no autoritarismo, a sociedade civil goza de autonomia para criar, produzir, conduzir-se, desde que obedecidos os limites da lei, o caso do Estado Novo em Portugal. Nas palavras de Hanna Arendt, “O domínio totalitário, porém, visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por

²⁵⁶ Cf. SARAIVA, J. Silva. **O Pensamento Político de Salazar**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1953, pp. 242-243.

²⁵⁷ Cf. CAETANO, Marcello. **POSIÇÃO ACTUAL DO CORPORATIVISMO PORTUGUÊS**, título da conferência de Marcello Caetano, publicação do Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 2, Editora Império, Lisboa, Março de 1950, p. 21.

mais tirânica que seja, da liberdade”²⁵⁸, um conjunto que não se aplica ao Estado Novo, eis que mesmo tendo sido um regime forte, havia liberdade religiosa, a liberdade de reunião e associação, liberdade de ensino, dentre outras garantias individuais asseguradas pela CRP/1933 (Título II, Art. 8º).

Para mais sobre autoritarismo e totalitarismo, Salazar, em 1934, com o fito de esclarecer que o regime instaurado com a CRP/1933 não era totalitário, profere discurso elucidativo dessa questão, como encontramos inserto na obra supracitada de Silva Saraiva:

Em 1934, longe, portanto da guerra e dos problemas que ele suscitou, Salazar fez um discurso de propósito para determinar as diferenças entre o regime português e os regimes totalitários. São dele estas palavras: <<... é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário. O Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia como ser onipotente, princípio e fim de si mesmo a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederia os Regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano. “Tal estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã, cedo ou tarde haveria de conduzir a revoluções semelhantes às que afrontaram os velhos regimes históricos e quem sabe se até à novas guerras religiosas mais graves que as antigas>>”. ²⁵⁹ [grifamos]

A feição religiosa do Estado Novo é indene de dúvida, bastando citar que houve a obrigatoriedade no país do uso do crucifixo nas salas de aula das escolas públicas de ensino infantil e elementar, naquele período, o que se deu por força da Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936, facticidade inversa a postura anticlerical da I República. Mesmo o Estado sendo laico, o catolicismo era mui influente em Portugal durante a era do Estado Novo.

²⁵⁸ Cf. ARENTD, Hanna. **A Origem do Totalitarismo**. São Paulo: Verba Editorial, 2015, p. 319. ISBN 978-85-8086-527-1.

²⁵⁹ SARAIVA, J. Silveira. *op. cit.*, pp. 235-236.

Aquela feição religiosa é criticada por Fernando Rosas para quem o Estado Novo foi um retrocesso político que atrasou o progresso do país, centrado no poder ditatorial de um homem maquiavélico (*in casu*, Salazar), com a ajuda da Igreja Católica. Vejamos:

Desde sempre a oposição liberal ao salazarismo produziu acerca da natureza do regime uma análise relativamente superficial. O Estado Novo, muito particularmente, nas suas origens, fase em que essa propaganda foi dominante, era o <<consulado>>, a <<Ditadura pessoal>> de um homem maquiavélico, clerical, conservador que, baseado na astúcia e na força, impusera ao País um regime <<antinacional>>, absurdo <<contrário aos ventos da história>>. Este <<clerical-fascismo>> era sobretudo uma <<situação>>, um compadrio da Igreja Católica e de um grupo de portugueses sem escrúpulos com o <<tirano>> que os tornava beneficiários das mordomias do Estado. Tal regime, vindo das brumas da história, como uma estranha maldição que se abatera – como outras do passado – sobre o destino nacional para impedir o progresso pátrio, mantinha-se contra tudo e contra todos por obra do obscurantismo religioso oficialmente alimentado, da mentira da propaganda oficial apoiada na Censura, da repressão policial. Substituí-lo era um <<dever cívico e patriótico>>, era <<restaurar a dignidade nacional>>, extirpada que fosse essa estranha excrecência político-social incrustada na vida do país.²⁶⁰

Opiniões pró ou contra o Estado Novo não riscam da História desse país o facto de que, mesmo sob um regime político, autoritário e violento, ocorreram inovações no campo social, inclusivamente, o crescimento do Direito Laboral.

Regressando à arquitetura do corporativismo estabelecido em Portugal, o mesmo tomava por base uma hierarquia piramidal²⁶¹, pela qual associava sindicatos, federações, confederações, Casas do Povo, Casa dos Pescadores, nos moldes do Art. 41º do Estatuto do Trabalho Nacional:

[...] Os Sindicatos Nacionais de empregados e operários e os Grémios formados pelas entidades patronais constituem o

²⁶⁰ Cf. ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta**. Lisboa: Editora Estampa, 1986, p. 26.

²⁶¹ Manuel de Lucena refere a “pirâmide corporativa”. Cf. LUCENA, Manoel de. **A Evolução do Sistema Corporativo Português**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976. *Vide* Anexo 06 - Imagem de pirâmide para melhor compreensão do tema tratado.

elemento primário da organização corporativa e agrupam-se em Federações e Uniões, elementos intermédios da Corporação, que realiza a forma última daquela organização. A Federação é regional ou nacional e constituída pela associação de sindicatos ou grémios idênticos. A União conjuga as actividades afins já organizadas em grémios ou sindicatos nacionais, de modo a representar em conjunto todos os interessados em grandes ramos da actividade nacional. As Corporações constituem a organização unitária das forças da produção e representam integralmente os seus interesses.

No piso da pirâmide, alojam-se os Sindicatos Nacionais, Grêmios, Casas do Povo (esta para os trabalhadores rurais) e Casa dos Pescadores, todos entes da formação básica do sistema. As Casas referidas, além das funções representativas do trabalho, tinham o perfil de prestação de serviços de previdência e socorro, de educação e cultura.

A parte média da pirâmide aloja os chamados corpos intermédios da corporação²⁶², correspondentes às Federações nacionais e regionais e às Uniões, que agrupam sindicatos e grémios, por tipo de actividade. Ainda a respeito dos corpos intermédios, também aplicado no corporativismo de Mussolini, que também é a doutrina social da Igreja, não custa dizer que o nazismo suprimiu os corpos intermédios e, portanto, o nazismo é verdadeiramente totalitário e pagão, o que nos faz concordar com Marcello Caetano que nunca houve um corporativismo nazi. Ao proferir conferência na Sociedade de Geografia, em 23 de Março de 1950, assim afirmou Caetano:

O facto de a Itália vencida na última guerra ter sido o país de mais extensa e retumbante experiência corporativa, fez com que para alguns espíritos tímidos a palavra *corporativismo* ficasse suspeita de odor nazi. Não deixaram, de resto, os comunistas e comunizantes de explorar hábilmente a confusão e de querer fazer acreditar ao Mundo que o corporativismo fora também condenado em Nuremberg e incinerado

²⁶² Didier Musiedlak assim critica aquela hierarquia: “A fragilidade das malhas intermediárias (federações, confederações) no interior da estrutura sindical tornava a gestão complicada num sistema contestado tanto pelos meios patronais como pelo conjunto das categorias socio profissionais”. Cf. MUSIEDLAK, Didier. **“Conclusão”**. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Orgs.) in **O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 355.

conjuntamente com os chefes dos exércitos vencidos. A verdade, porém, é que nunca houve um corporativismo nazi e, muito antes do corporativismo fascista, de inspiração socialista, preconizava a Igreja católica a sua solução corporativa, nos termos que a Áustria de Dolfuss e o Portugal de Salazar adoptaram e se propuseram executar. O corporativismo cristão, é essencialmente, uma doutrina de liberdade e, portanto, uma doutrina antitotalitária. Na minha restrita e apagada pregação, sempre insisti nesse aspecto, que reputo fundamental.²⁶³ [grifamos]

Tocante ao caso da organização corporativa de Portugal, no cume da pirâmide alojavam-se as Corporações formadas pelas grandes actividades económicas do país, tais como indústrias têxteis, transportes, vinhos, cereais, em sintonia com o Art. 2º do Decreto nº 29.110, de 12 de Novembro de 1938:

Art. 2º. As corporações são constituídas por todos os organismos corporativos de grau inferior que nelas se integrem, segundo as grandes actividades nacionais ou os ramos fundamentais de produção e, neste último caso, abrangerão normalmente o ciclo económico dos produtos.

Cabia à Câmara Corporativa as funções de consultoria, subsidiar com pareceres as propostas legislativas para debate à Assembleia Nacional, o parlamento da república portuguesa²⁶⁴. Na aludida Câmara residia a representação orgânica da nação. Importante referir que mercê do ETN²⁶⁵, em seu Art. 41º a organização corporativa em Portugal era livre, não obrigatória, o

²⁶³ Cf. CAETANO, Marcello. **POSIÇÃO ACTUAL DO CORPORATIVISMO PORTUGUÊS**, título da conferência de Marcello Caetano; publicação do Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 2, Lisboa: Editora Imperio, Março de 1950, p. 21.

²⁶⁴ Durante a governança de Sidónio Pais foi estabelecido em Portugal, por meio do Decreto nº 3.997, de 30 de Março de 1918 (Artigo 2º, letra “e”), que o Senado seria constituído também por representantes das profissões, um Senado com representação orgânica e corporativa mas que durou pouco tempo. Tal modificação ficou sem efeito por força da Lei nº 833, de 16 de Dezembro de 1918, porém legou um marco de representação corporativa no país. “De fato, em 1918, durante a breve ditadura de Sidónio Pais, um Parlamento controlado por um partido dominante, formulado pelo governo, coexistia com um Senado de representação corporativa, no entanto, isso durou menos de um ano”. Cf. PINTO, António Costa. **O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo**. vol. 30. Belo Horizonte: Varia História, nº 52, Jan/Abr, 2014, p. 31.

²⁶⁵ Vide Anexo 05 - Estatuto do Trabalho Nacional [cópia do Diário do Govêrno nº 217, ISérie, Setembro de 1933].

que facultava aos interessados (obreiros ou patrões) a criar entes do sistema, contudo, à autoridade pública, em caso de interesse social, provocaria a criação de certa organização corporativa. Abaixo transcrevemos o aludido Art. 41º do ETN:

Art. 41º. A organização profissional não é obrigatória, salvo disposição especial aplicável a indivíduos que exerçam determinadas actividades. Incumbe, porém, ao Estado, reconhecer os organismos que a representam e promover e auxiliar a sua formação.

Diferente do que se deu no modelo de Itália, onde a governança fascista fez das corporações órgãos do Estado, no corporativismo de Portugal o Estado português não esteve ligado aos organismos corporativos, cada qual tinha sua gestão própria, mesmo que sob o manto da legislação estatal.

Assim, as corporações não se manifestavam em nome do próprio Estado. Ressaltamos que, no percurso do Estado Novo, surgiu um tardio intento de relativizar a autonomia das corporações, isso porque o regime propôs um critério de organização das corporações fulcrado nas grandes actividades da nação no intuito de conseguir intervenção naqueles entes. Tal pretensão não foi atingida, dado que apenas as corporações económicas tinham efectivamente se desenvolvido, e as corporações morais e culturais previstas não brilharam.

Os organismos corporativos tinham personalidade jurídica (v. Art. 42º do ETN), o Estado lhes reconhecia interesse e fins específicos para governarem por si só, todavia, o mesmo Estado exercia fiscalização permanente sobre eles, podendo intervir em certos casos, e até promover dissolução quando não cumprissem as suas funções, já que estava em questão o interesse público do sistema. De facto, em Portugal o Estado Novo tutelou e por vezes interveio não apenas nas corporações, mas, também, nas organizações de base e intermediária.

É de bom grado registar que o presidente de cada corporação era eleito pelo conselho das próprias corporações e, em cada uma delas, buscava-se uma

cooperação entre classes (patronal e laboral), cujo fim precípua era o papel consultivo²⁶⁶. Em Portugal, a Câmara Corporativa detinha somente funções consultivas, diferentemente, as corporações italianas, por estarem ligadas ao Estado (órgão do Estado), podiam criar normas de caráter compulsório. A Câmara Corporativa, nas palavras de Fezas Vital, “[...] não exerce ela *funções deliberativas*, mas apenas *funções consultivas* respeitantes quer a propostas ou projetos de lei (*consulta obrigatória*), quer a decretos-leis e decretos-regulamentares (*consulta facultativa*).”²⁶⁷

Entretanto, no caso italiano, a “*Camera de Fasci e delle Corporazioni*” ocupou o lugar do órgão legislativo supremo do país e, nela, presente o *Partido Nacional Fascista*, que era órgão do Estado, diferente do caso português onde a *União Nacional* não o era. Afora isso, a Câmara Corporativa portuguesa iniciou os seus trabalhos ainda em 1934, enquanto a italiana surgiu no fim da era fascista.

As corporações, elemento maior do sistema corporativo português, ganharam destaque a partir de 1950, não só devido ao surgimento de legislações pertinentes, mas, especialmente, devido à criação do Ministério das Corporações naquele mesmo ano. Portanto, o dito Ministério surgiu quando já decorridos quase vinte anos do advento do Estado Novo (1933). Nessa esteira, desde o advento da CRP de 1933 e do ETN, no mesmo ano, infere-se um lento processo de criação dos entes corporativos, notadamente das corporações (órgãos do cume da pirâmide), sem a qual o sistema não funcionaria completamente.

²⁶⁶ Nuno Estevão Ferreira, a propósito da Câmara, assevera: “Em síntese, a Câmara Corporativa possuía poderes meramente consultivos, auxiliando a Assembleia e o Governo. Não se tratava de um órgão de soberania. Isto não deixa de causar estranheza numa “República unitária e corporativa, baseada [...] na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis, de acordo com a redação do art. 5º da Constituição.” Cf. FERREIRA, Nuno Estevão. *O Corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1939)*. PALOMANES, Francisco Carlos; PINTO, António Costa (Org.). in **O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 171.

²⁶⁷ Cf. VITAL, Fezas. *op. cit.*, p. 161.

O aparecimento tardio daquele Ministério sugere lentidão e tumulto à consolidação do sistema corporativo²⁶⁸. De facto, Portugal contava em 1971 apenas com onze corporações e o corporativismo seria extinto face à Revolução de 25 de Abril de 1974, tornando-se o sistema incompatível com a nova ordem jus-política.

É facto que a experiência do corporativo em Portugal revelou a formação de um modelo estatal autoritário, de economia capitalista, que enterrou a jovem democracia liberal portuguesa da I República e a liberdade sindical, como sustenta Fernando Rosas:

Dois aspectos conformam, no entanto, o fundo essencial e permanente da investigação corporativa. O primeiro é a liquidação da liberdade sindical dos trabalhadores, enquadrados nos 'Sindicatos Nacionais' – ponto reivindicativo comum a todos os setores da classe dominante como questão prévia para a imposição de salários e de condições de trabalho a níveis da verdadeira exploração. O segundo é o condicionamento da liberdade de associação patronal com a compartimentação sectorial e regional dos grêmios e o encerramento de algumas das velhas associações patronais (não as principais, como vimos) – medida necessária para evitar a formação de frentes patronais que dificultassem a movimentação autoritária do Estado como árbitro do conjunto dos interesses dominantes.²⁶⁹

²⁶⁸ Sobre essa questão Álvaro Garrido afirma: “Em rigor, o corporativismo português - que sempre se anunciou “associativo” ou “autodirigido” - foi uma *fraude*. Primeiro, porque apenas existiu enquanto “corporativismo de Estado”, conforme concluíram diversos autores e, antes deles, alguns doutrinadores do próprio sistema. Segundo, porque as corporações, órgãos de cúpula de um verdadeiro sistema corporativo, levaram mais de vinte anos a serem criadas e quando o foram (em 1956-1957) pouco funcionaram. Por último, porque o carácter corporativo do Estado Novo, solenemente vertido na Constituição portuguesa de 1933, foi apenas uma veleidade, decerto resultante da necessidade de achar um móbil moderadamente revolucionário para o novo regime”. Cf. GARRIDO, Álvaro. “O CORPORATIVISMO NA HISTÓRIA E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA PARTINDO DO CASO PORTUGUÊS” in **A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal**. ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges (Orgs.). Dados eletrônicos. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 1 recurso on-line (290p) - (Série mundo contemporâneo;10), p. 49 e 50. ISBN 978-85-397-0970-0.

²⁶⁹ Cf. ROSAS, Fernando. *op. cit.*, p. 271.

Mesmo assim, no período estadonovista criaram-se cerca de 2.700 instituições corporativas²⁷⁰, voltadas às funções sociais, económicas, culturais e assistenciais. E em uma marca evidente a qualquer investigador que em suas incursões na história do corporativismo em Portugal percorra a trajetória do Estado Novo, encontrará nele princípios do Integralismo lusitano, o que abordaremos no item a seguir.

3.3 Integralistas e *O Estado Novo*

O Estado Novo salazarista contou com a participação de integralistas, o que não é difícil de compreender dado o entrelaçamento de princípios do IL com a proposta do Estado Novo. “O corporativismo português vai buscar os seus fundamentos doutrinários a várias fontes: ao corporativismo italiano, à doutrina social da Igreja e às ideias do Integralismo lusitano”, nas palavras de J. Pires Cardoso.²⁷¹

Acima de tudo nacionalista e autoritário, o Estado Novo trouxe o corporativismo (o que também era ideal dos integralistas), em oposição ao Estado demoliberal. Cabral Moncada e o integralista Marcello Caetano foram adeptos do Estado Novo.

Cabral Moncada, na condição de jurista e professor da Faculdade de Direito de Coimbra, confessou o seu apoio ao regime do Estado Novo, tendo dito:

[...] hoje, ser-se pró ou contra Salazar, pura e simplesmente, não é já apenas o mesmo que ser a favor ou contra determinado credo ou sistema de ideias políticas. É o mesmo que ser a favor ou contra uma certa, profunda e complexíssima realidade nacional, cuja amputação violenta, se alguém a

²⁷⁰ Cf. FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estevão; RODRIGUES, Ana Margarida. Estudos e relatórios. 2014. **Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)**, Lisboa: ICS, 2014, p. 5. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2014/er2014_1.pdf>. Capturado em: 14 Março 2017.

²⁷¹ Cf. CARDOSO, J. Pires. **Corporativismo**. vol. I (Introdução), Edição do Autor, 1950, p. 66.

tentasse seria necessariamente – não duvido afirmá-lo - não simples mudança de regime, mas verdadeira crise, com perigo de morte, para a existência da Pátria.²⁷²

Dentre os integralistas que aderiram ao Estado Novo e ajudaram na sua solidificação, o mais destacado foi Marcello Caetano. Jurista festejado, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Caetano foi um expoente político daquela era, assumiu ele inúmeros cargos públicos ao longo da sua carreira como jurista e político, inclusive foi Comissário da Mocidade Portuguesa. Devido à enfermidade que acometeu Salazar, chegou ele ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros até que foi deposto e exilado pela Revolução de 25 de abril de 1974.

Ainda sobre Marcello Caetano merece registo a sua produção literária como docente de Direito, acerca do corporativismo na era do Estado Novo, como sendo as suas obras “Lições de Direito Corporativo”²⁷³ e “Posição Actual do corporativismo português”²⁷⁴. Não podemos esquecer outro estudioso do corporativismo português, como o professor de Direito Corporativo de Coimbra, José Joaquim Teixeira Ribeiro.²⁷⁵

Voltando a Marcello Caetano, ele sempre procurou dar sentido ao corporativismo português, inclusive, não negou a sua raiz do Integralismo lusitano, conforme mostra Torgal:

Marcello Caetano, desde os anos trinta, procurava conhecer as origens do corporativismo português e dar-lhe sentido. Assim,

²⁷² Cf. MONCADA, Luís Cabral; GARRET, Antonio de Almeida; AMEAL, João; ULRICH Rui; ALMEIDA, Manoel Lopes de. **Um grande Português e um grande Europeu: Salazar**. Lisboa: U. N., 1948, p. 17.

²⁷³ Cf. CAETANO, Marcello. **Licções de Direito Corporativo**. Lisboa, 1935, p. 158.

²⁷⁴ Cf. CAETANO, Marcello. **Posição actual do corporativismo português**, Lisboa: Império, 1950, p. 12.

²⁷⁵ Vide as obras RIBEIRO, José Joaquim Teixeira. **Licções de Direito Corporativo**, Coimbra Editora, 1938; **Princípio e fins do Sistema Corporativo Português**, Coimbra Editora, 1939; e **A Organização corporativa portuguesa**, Boletim da Faculdade de Direito, Suplemento V, 1945. Vide também sobre o corporativismo: MONICA, M. Filomena. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa: Presença – GIZ, 1978; e WIARDA, Howard J. **Corporatism and development: the portuguese experience**. Amherst, The University of Massachusetts, 1977.

num outro estudo, de 1938, que intitula *O Sistema Corporativo*, afirma a origem divergente e convergente do nosso corporativismo, radicando-o no corporativismo católico, mas também no Integralismo lusitano e no próprio corporativismo fascista de tendência estatista, procurando também em Manoilescu ideias para orientar a sua evolução no futuro.²⁷⁶
[grifamos]

Manoel Braga da Cruz bem define a relação do IL com o Salazarismo, quando diz:

O salazarismo pretendeu colher do Integralismo alguns elementos doutrinários, nomeadamente o seu nacionalismo antidemocrático e o seu corporativismo social, caldeando-os porém com princípios que o Integralismo não só comportava, como hostilizava até, como é o caso do princípio republicano, na questão do Regime e do princípio sufragista, na questão da designação dos detentores do poder.²⁷⁷ [grifamos]

Em suma, o IL influenciou o Estado Novo, serviu de inspiração ao mesmo, porém, mui distante ficou de ser a ideologia do regime e/ou a sua doutrina principal. Salientamos que existiram integralistas que não aderiram ao Estado Novo, fizeram até crítica ao mesmo, a exemplo de Hipólito Raposo²⁷⁸ e Rolão Preto.²⁷⁹

Na esteira das linhas acima, é extreme de dúvida que a arquitetura jurídica do Estado Novo se cruzou com princípios defendidos pela doutrina

²⁷⁶ Cf. TORGAL, Luis Reis. **Estado Novo: República Corporativa**. Revista de História das Ideias, vol. 27, 2006, p. 465.

²⁷⁷ Cf. CRUZ, Manuel Braga da. **Monárquicos e Republicanos no Estado Novo**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, pp. 67-68.

²⁷⁸ Pela portaria de 20 de Fevereiro do ano de 1940, Hipólito Raposo foi demitido dos cargos de professor efectivo e subdirector da Secção de Teatro do Conservatório Nacional Cf. Diário do Governo, II série, 20 Fevereiro 1940. Em seu livro de memórias, *Folhas do meu Cadastro*, Hipólito Raposo mostra a perseguição sofrida pelo Estado Novo, embora, anos depois, tenha recebido amnistia. Assim consta na aludida obra: “Finalmente, no Diário do Governo de 31 de Julho de 1951, na meia dúzia de professores reintegrados na efectividade, vinha também o meu nome. Após várias hesitações burocráticas e com exigência de nova declaração de repúdio do comunismo, tomava de novo posse e entrava em exercício no meu lugar de professor de que fora demitido em Portaria de 20 de Fevereiro de 1940”. Cf: RAPOSO, Hipólito. **Folhas do meu Cadastro (1926-1952)**. vol 2. Lisboa: Edições Gama, 1986, p.190.

²⁷⁹ Acerca da crítica dos Integralistas lusitanos a Salazar encontramos também: a) Revista *Integralismo lusitano – Estudos Portugueses*, Novembro de 1932; b) *Memórias* póstumas de Hipólito Raposo (ed. Braga, 1986).

Integralista, dentre eles a família, o município e o corporativismo. Destarte, não é errado afirmar que o ordenamento jurídico constitucional de 1933 revelou princípios nitidamente integralistas, como mostra Marcello Caetano, em obra de sua autoria nominada *Sistema Corporativo*, cujo trecho trancrevemos abaixo:

-61 A aceitação da doutrina integralista por grande parte do escol da juventude portuguesa antes de 1926, atribui-lhe um papel importantíssimo na formação da nossa mentalidade corporativa, e até na legislação do Estado Novo. É de pura raiz integralista, por exemplo, a concepção portuguesa de um corporativismo integral, isto é, não restrito ao domínio econômico, mas extensivo a toda organização social, ao contrário da orientação italiana.²⁸⁰ [grifamos]

Cremos como digno de nota neste trabalho o facto de que com o advento da CRP de 1933, pela primeira vez na História de Portugal, a cultura ganhou destaque constitucional,²⁸¹ pois a partir dela coube ao Estado fomentar as artes (mercê do disposto Art. 42º, § 2º daquela Carta Política), ecoando no direito do país a doutrina integralista pregadora que era do desenvolvimento artístico nacional, da defesa do património artístico da nação²⁸² e dos museus regionais, esses que eram os aspectos espirituais do Integralismo. O regime corporativo para organizar profissões e ofícios era igualmente defendido pelo Integralismo²⁸³.

²⁸⁰ Cf. CAETANO, Marcello. **O Sistema Corporativo**. Lisboa: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas de o Jornal do Comércio e das Colônias, 1938, pp. 29-30.

²⁸¹ A Carta Constitucional de 1911, bem como a de 1826, em nada se referiam a cultura, sendo a CRP de 1933 um grande avanço nessa seara, o que ajudou sobremaneira a difusão das artes no país.

²⁸² A propósito, Alberto Monsaraz, assim discorre quanto a cultura e tradição à luz do Integralismo lusitano: “Ler a História é amar a Tradição que é a memória da Pátria. Conhecer as virtudes para as imitar, conservar os costumes são, as festas religiosas ou cívicas, defender os monumentos e os documentos do passado, honrar os heróis, respeitar o pensamento sincero dos antepassados, eis aqui alguns artigos de fé patriótica que, não devendo ser por ninguém esquecido, só em Monarquia podem ser inteiramente professados e que esta República só tem hostilizado.” Cf. MONSARAZ, Alberto. **Cartilha Monárquica**. Lisboa: Tip. Soares & Guedes Ltd, 1919, p. 14.

²⁸³ **“Organização das classes.** – A Monarquia propõe o estabelecimento do regimen corporativo para as profissões e misteres. Os diferentes ofícios, organizados por associações, formam sindicatos e estes por sua vez constituem federações, competindo-lhes a direcção superior dos interesses da respectiva classe e a representação no conjunto político. Esta organização, tendendo apenas aos fins económicos, e morais dos agregados, evita as quimeras socialistas

Abaixo alguns princípios Integralistas em sintonia com a CRP de 1933:

Quadro 1 - Princípios integralistas - CRP 1933

IL	CRP de 1933
Defesa da propriedade privada	Título II (Art. 8º, 15º)
Livre iniciativa econômica + intervenção estatal na economia	Título VIII (arts. 32º e 33º)
Corporações	Título IV (Art. 5º, arts. 14º, 15º, 16º, arts. 37º e 34). Título V (arts. 103º a 105)
Família	Título III (arts. 11º a 16º)
Municípios	Título III (arts. 17º a 19º)
Promoção da cultura nacional (artes)	Título IX (§ 2º do Art. 43º)

Sistematização: O autor.

Por derradeiro, tratamos da questão do nacionalismo, um dos princípios relevantes do Integralismo lusitano igualmente apropriado pelo Estado Novo, e visível em muitas manifestações públicas de civismo promovidas pelos seus dirigentes.

É na condução política do Estado Novo, após a CRP de 1933, que surge a *Mocidade Portuguesa* (criada pelo Dec. Lei nº 26.611 de 19 de Maio de 1936) e que teve como Comissário Marcello Caetano, entre agosto de 1940 e Outubro de 1944. A *Mocidade Portuguesa* visava o aperfeiçoamento físico dos jovens (aos sete anos de idade já podiam ingressar na instituição), a formação do seu carácter para servir à nação, mediante o culto a princípios morais, cívicos e especialmente militares, motivo de crítica por Lopes Arriaga:

A fisionomia militarista e política da Mocidade Portuguesa manteve-se assim ao longo dos anos, agravada pela obrigatoriedade que a tornava extremamente antipática e odiosa aos olhos de muitos filiados, dos pais e dos encarregados da educação. Aos esforços para combater essa

e encontra-se na mesma aspiração do sindicalismo actual que por falta da direcção e unidade, tem caído em excessos que são o contrário do sindicalismo bem entendido. Este regimen permite a formação de cooperativas, caixas de socorros e aposentações, e desvia a mulher do trabalho da fábrica, entregando-a exclusivamente aos cuidados domésticos. Assim, desde os trabalhadores rurais até às altas profissões, cada classe vela apenas pelo seu próprio interesse, competindo ao Rei e aos agentes evitar as lutas e conflitos e a tribunais especiais decidi-los com justiça". Cf. MONSARAZ, Alberto. *op. cit.*, p. 24.

desconfiança quanto aos proclamados objectivos da MP, respondiam, exemplarmente, os que estavam no campo oposto com as próprias palavras do fundador, o ministro Carneiro Pacheco, em 1940, no encerramento de um curso de comandantes de castelo - cerimônia que coincidiria com a celebração do Dia do Exército e o aniversário do Movimento de 28 de Maio. Eis as palavras de Carneiro Pacheco, quatro anos volvidos sobre a fundação do MP, palavras bem preocupantes e que justificavam o alarme pela desconfiança gerada: <<Não se há-de dizer que foi casual ou que é inexpressiva a coincidência. No culto das virtudes militares se inspirou o Governo ao criar o MP, tanto na estrutura como no sentido da acção, desde o primeiro intuito de disciplina que a mais pequenina das suas formações acusa até culminar na preparação técnica da Milícia - espelho do Exército e das almas da juventude de Portugal. O que já se fez prova à evidência que, se a vida militar é a sua escola permanente, à compreensão e exercício daquelas virtudes desde a idade plástica em que alvorece a inconsciência assegurarão aos que hão-de servir a carreira das armas a preparação melhor, tanto a de corpo como a de espírito. Quando se educam os filiados no esforço das marchas em comum e nos exercícios ao ar livre, com o agradável adjuvante dos desportos bem orientados, o que se pretende é a valorização da personalidade física, que certamente contribuirá para o bem de cada um, mas é também impreterível condição do vigor de um Exército>>. Não se pensará, como já se disse, que a MP não deparou resistências sob as mais diversas formas. Mas nestes casos, nunca faltavam a denúncia servil, a palavra de advertência, a ameaça que se continha no discurso político dos seus mentores.^{284, 285}

Também naquele ano de 1936 surgiria a *Legião Portuguesa* (criada pelo Decreto-Lei nº 27058, de 30 de Setembro de 1936), cujo objectivo seria defender o património espiritual da Nação e combater o terror comunista, cuja ameaça circulava na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Uma instituição nitidamente militarista, a LP, em verdade, serviu como uma milícia do Estado Novo. Sobre a Legião Portuguesa assim discorre Maxwell:

A Legião Portuguesa, milícia de camisa verde e continência romana criada para combater ao lado de Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola, era o outro braço paramilitar

²⁸⁴ Cf. ARRIAGA, Lopes. **Mocidade Portuguesa Breve História de uma Organização Salazarista**. Lisboa: Editora Terra Livre, 1976, pp. 101-102.

²⁸⁵ “A MP adota como símbolo da sua organização, ao lado da bandeira nacional, a de D. João I, glorificada pela primeira Renascença Pátria”. Cf. ARRIAGA, Lopes. *op. cit.*, p. 135.

do Regime. Evitando excessos públicos ou escondendo-os habilmente das vistas de estrangeiros, Salazar criou um terror “moderado” que era incansável, vigilante e devastadoramente eficaz”²⁸⁶.

Ditas instituições públicas cultuaram fortemente o sentimento de nacionalidade e patriotismo no país. Filipe Ribeiro de Menezes, em biografia sobre Salazar, assevera que ele “[...] descrevia a Legião e a Mocidade para consumo estrangeiro, como instrumento destinado a modificar a ‘mentalidade’ e criar uma ‘consciência cívica’”.²⁸⁷

Salazar à frente do Estado Novo primou pela exaltação nacionalista, é facto, tendo dito a esse respeito uma das suas mais emblemáticas frases, que resume mui bem a questão: “Nada contra a nação, tudo pela nação.”²⁸⁸

As ideias políticas debatidas em Portugal durante os quatro primeiros decênios do século XX, dentre elas o corporativismo e o Integralismo lusitano, circularam além das fronteiras do país, é o que veremos no capítulo seguinte.

²⁸⁶ Cf. MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 35.

²⁸⁷ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. *op. cit.*, p. 183.

²⁸⁸ Em Portugal, o jornal *Diário da Manhã*, de 27 Fevereiro 1932, refere a expressão “Tudo pela Nação” ligada a Salazar.

CAPÍTULO II

A INCIDÊNCIA POLÍTICA E JURÍDICA DO CORPORATIVISMO NO BRASIL

SECÇÃO 4. CIRCULARIDADE DE IDEIAS POLÍTICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

4.1 A República no Brasil e em Portugal

Com o processo de colonização do Brasil tem início a circularidade de ideias entre Brasil e Portugal. Cultura, religião, língua, hábitos sociais vindos da metrópole, e o peso da administração reinol, influenciaram na formação dos colonos, fossem de origem indígena ou não. Desde modo, a circularidade de ideias entre Brasil e Portugal, embora separados pelo Atlântico, nunca deixou de existir, tendo crescido com o fenômeno da imigração, de lado a lado, sobretudo, quando da chegada da Família Real portuguesa, e sua Corte, ao Rio de Janeiro em 1808, fugindo das guerras napoleônicas. Recorrendo a Beneduzi e Dadalto, “As relações entre os dois lados do Atlântico principiaram um duplo movimento entre os dois continentes, tanto de deslocamento de pessoas (da colonização-ocupação à imigração) quanto de circulação de projetos políticos, sociais, culturais, de percepções de mundo, de representações”.²⁸⁹

Durante a permanência da Família Real Portuguesa no Brasil houve a criação de instituições importantes à evolução da colônia, como escolas, tribunais, bancos, biblioteca, faculdade de Medicina, além da instalação de consulados de diversos países, a exemplo do Consulado dos Estados Unidos da América na cidade do Recife, em 1815²⁹⁰. Tudo isso modificou, engrandeceu, a

²⁸⁹ Cf. **Mobilidade humana e circularidade de ideia, Diálogos entre a América Latina e a Europa**, editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto, 2017, Edizioni Ca' Foscari – Digital Publishing (edição), p. 8 - <http://edizionicafoscari.unive.it/ecf@unive.it>.

²⁹⁰ “Estabelecido em 1815, o Consulado Geral dos Estados Unidos no Recife é o posto de representação diplomática americano mais antigo no Brasil. Este ano de 2015 marca os 200 anos de amizade e colaboração entre os Estados Unidos e a região Nordeste, uma data que está sendo celebrada em parceria com os brasileiros. Os EUA têm mantido relações

Colônia e fez nela circular pessoas e as suas ideias, que de um contacto assíduo com os nativos levaria a diálogos de toda espécie, formando opiniões. Mais à frente, com a elevação do Brasil, em 1815, a Reino Unido de Portugal e Algarves²⁹¹, o Brasil deixou de ser (oficialmente) uma colônia, cresceu em importância, via de consequência, aumentou a interação entre os naturais da ex-colônia e os portugueses que viviam em torno da administração reinol, também com os estrangeiros estabelecidos no Reino.

Essa circularidade de ideias, esse diálogo com Portugal, continuaria a existir, mesmo após o processo de independência do Brasil (1822), dado, entre outras cousas: i) pela relação de sanguinidade de D. Pedro I (em Portugal, D. Pedro IV) com a realeza portuguesa; ii) pela identidade linguística, religiosa e de costumes entre as nações; iii) pelo contingente de portugueses radicados no Brasil e de brasileiros radicados em Portugal; e iv) também pelo uso comum do Direito de Portugal, eis que por muitos anos o Brasil se serviria do *ius lusitanum* até formar o seu próprio sistema. Dentro dessa conjuntura Brasil e Portugal sempre dialogaram e promoveram a circularidade de ideias nos anos oitocentos, e continuaram a fazê-lo, mais ainda, nos anos novecentos com o auxílio dos modernos meios de comunicação (rádio, telégrafo sem fio, telefone...), o que ajudou a uma maior aproximação cultural, política e jurídica entre os povos.

diplomáticas om a região Nordeste do Brasil por mais tempo que quase qualquer outro lugar do mundo. Desde a chegada do primeiro cônsul Samuel Voorhees, o Consulado atua em diversas áreas nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. [...] Em 1817, o segundo cônsul na região, Joseph Ray, apoiou publicamente revolucionários pernambucanos que buscavam a independência de Portugal, abrindo sua residência para líderes rebeldes como Antônio Gonçalves da Cruz “Cabugá”, que viajou aos EUA representando o governo provisório de Pernambuco em busca de apoio para a revolução”. Cf. <https://br.usembassy.gov/pt/embassy-consulates-pt/recife/>. Capturado em: 08 Julho 2018.

²⁹¹ “**16.12.1815** - No Rio de Janeiro, o Brasil é elevado à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”, depois unidas em um só escudo as três armas de Portugal, Brasil e Algarves, sendo mantida a mesma bandeira. A intenção é de que a monarquia portuguesa, transferida para o Brasil, esteja formalmente representada no Congresso de Viena, Áustria, onde se reorganiza o mapa político da Europa após a derrota de Napoleão Bonaparte. As concessões liberais e inteligentes deixam de embaraçar o progresso da colônia rica, acalmam os patriotas e dilatam o domínio português, ameaçado e vacilante no fim do século XVIII. **20.03.1816** - No Rio de Janeiro, falecimento da rainha D. Maria I, nascida a **17 de fevereiro de 1734**, mãe do príncipe regente D. João, que sobe ao trono e passa a ser designado, após a coroação, como D. João VI.” Cf. <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/reinounido.html>. Capturado em: 08 Julho 2018.

Nesse contexto, a circularidade de ideias tocante ao regime republicano entre os países não foi exceção, como demonstraremos a seguir.

De logo, vale recordar que a transição da monarquia para a república na Roma antiga²⁹² foi conflituosa, o mesmo na França após a Revolução de 1789. Entretanto, decorridos alguns anos, tal transição de regimes ocorreu de maneira pacífica na Itália, no ano de 1946, através da livre expressão do povo, quando por meio de plebiscito os italianos livremente optaram pela república²⁹³

²⁹² Sobre essa transição em Roma (monarquia – república) afirma Gilissen: “A passagem dum regime político ao outro, da realeza à república, fez-se lentamente e muito progressivamente, por vezes com recuo”. Cf. GILISSEN, Jonh. **Introdução Histórica ao Direito** - 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 82.

²⁹³ Nelson Saldanha, docente da Faculdade de Direito do Recife, legou um significativo conceito sobre república que entendemos pertinente aqui transcrever: “1 – A “*Res pública*” e sua trajetória. Os romanos, ao construírem o conceito de *Res publica*, expressaram uma experiência fundamental, que outros povos podem ter tido, mas não plenificaram nem donominaram: o conceito de coisa pública. Sem terem sido uma cultura coletivista, conseguiram os romanos equilibrar a vida individual, fortemente vivida, com um sólido sentimento da vida coletiva e de sua realidade objetiva. O *populos*, tomando como base da organização social efetiva, desdobrou-se no *populicos* entendido com coisa, como *res*. “Coisa do povo” não será tido então uma mera alegação partidária ou demagógica, mas formulação de algo profundamente assentado na consciência social dos romanos. Deste modo estabeleceu-se o conceito de república, que permaneceu durante alguns séculos como conceito genérico, designando a própria ordem política em sua unidade. No período chamado medieval, outros conceitos foram utilizados em sentido correlato: *civitas*, *regnum* etc. Ao início dos tempos modernos, Jean Bodin escreveu sua obra *De Res publica* com o fito de analisar a estrutura da monarquia francesa, *Res publica* significava o próprio Estado, não uma forma de governo, como passaria a significar posteriormente. 2- A teoria das formas de governo. Aristóteles, fundado no “político” de Platão, havia esquematizado uma classificação das formas de governo onde apareciam a monarquia, a aristocracia e a democracia, bem como suas contrafações – a tirania, a oligarquia e a demagogia. No Renascimento, após Maquiavel, passou a predominar a tendência dualista em matéria de forma de governo; a partir daí o conceito de República, considerando no sentido de governo popular, passou a ser contraposto ao de monarquia. A secularização da vida política favoreceu o prestígio da ideia da república, e, sobretudo após as revoluções liberais, realçou-se a contraposição entre monarquia e república. Ultimamente, o contraste entre monarquia e república, tornado muito evidente e demasiado trivial, vem sendo tomado num sentido principalmente formal, vez que a distinção entre ambos dependerá de haver ou não, no governo, um monarca – inclusive com suas características de hereditariedade e vitalidade. Em contrapartida, tem-se desenvolvido a teoria da autocracia da democracia, bem como a dos regimes políticos, com suas nuances, crescentemente redefinidas dentro do Estado de hoje. 3 – **Conceitos possíveis.** Em sentido amplo, as imagens históricas autorizam a definir a República como um governo onde a base popular caracteriza o Estado, embora tivesse havido em certas épocas (e Montesquieu o assinalou) repúblicas democráticas e repúblicas aristocráticas. Se conceituarmos a República como governo com base popular relevante, tal noção será demasiado correlata à de democracia. Cabe completar o conceito mencionando a necessidade de estarem definidas as funções governamentais: definidas por lei, previsíveis e divididas em funções ou “poderes” atribuídos a órgãos juridicamente estabelecidos. **É importante enfatizar a ligação da ideia de República com a secularização da vida política e com a exigência de um governo limitado**”. [grifamos]. Cf. SALDANHA, Nelson.

abolindo uma monarquia antiga.²⁹⁴ Todavia, assim não ocorreu no Brasil e em Portugal, países de tradição romanística, hoje republicanos. Primeiramente, abordaremos o caso brasileiro.

A república no Brasil chegou mediante um golpe de Estado, encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o Imperador D. Pedro II em 15 de Novembro de 1889. Dito golpe não contou com reação em contrário²⁹⁵. O movimento golpista foi bem acolhido, não houve “banho de sangue”.

O desgaste político do Império já era evidente aos olhos dos militares e da classe detentora da riqueza, dos meios de produção, àquela época. Vero é que naquele fim de Império já havia muitos militares, políticos e intelectuais favoráveis ao regime republicano. Merece destaque o caso de Rui Barbosa que aderiu ao novo regime, chegando a Ministro da Fazenda, porém antes disso não era um defensor do ideal republicano, como afirma Aliomar Baleeiro ao comentar a primeira Constituição republicana do Brasil:

Rui Barbosa combatia o Governo e até a Coroa, mas não empregara suas armas poderosas numa pregação nitidamente republicana. Defendia a Federação com o trono, se possível, ou mesmo sem ele ou contra ele. Por outro lado, era e foi toda vida

Pequeno Dicionário da Teoria do Direito e Filosofia Política. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987, p. 205. Ainda sobre o conceito de república e sua importância a Roma antiga *vide* PEREIRA, Maria Helena Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica – Cultura Romana.** ed. 2. vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 375-381.

²⁹⁴ Proclamada a República Italiana, seu último rei, Umberto II, exilou-se em Lisboa. A Carta política republicana da Itália, do ano de 1947, determina que os bens dos ex-reis da Casa de Savoia, das suas esposas e descendentes homens são atribuídas ao Estado. A mesma Carta política proíbe a reorganização, sob qualquer forma, do extinto Partido Nacional Fascista. *Vide*, Costituzione della Repubblica Italiana - Disposizioni Transitorie e Finali, XIII e XII. Cf. <http://www.governo.it/costituzione-italiana/parte-seconda-ordinamento-della-repubblica/disposizioni-transitorie-e-finali>. Capturado em: 07 Agosto 2018.

²⁹⁵ Segundo afirma Marcos Antonio Villa, “No Rio de Janeiro, na manhã do dia 15 de novembro de 1889, dona Marina, a zelosa esposa de Deodoro da Fonseca, quis, por todos os meios, impedi-lo de sair de casa. O velho marechal estava doente. No dia anterior, seu médico particular tinha recomendado repouso absoluto. Mesmo assim, o velho marechal saiu, contrariando as recomendações médicas e da esposa, e dirigiu-se ao Campo de Santana, sede do quartel-general do Exército. Lá, depois de alguns entrevistos meramente verbais, liderou a queda da monarquia. Horas depois foram nomeados os ministros do novo regime. A resistência foi quase nula. O regime estava desgastado e sem bases sociais. Perdeu apoio dos escravocratas e não conseguiu obter adesões dos setores dinâmicos da nova economia cafeeira”. Cf. VILLA, Marcos Antonio. **A História das Constituições Brasileiras.** São Paulo: Leya, 2011, p. 25.

um cético em relação às formas de Governo, tendo dito que uma República poderia ser a de Francia ou a de Solano Lopez do mesmo modo que a monarquia poderia ser livre e democrática como a da Rainha Vitória.²⁹⁶

O desgaste político do Imperador se relacionava com a questão da abolição da escravatura que se deu pelas mãos da Princesa Isabel, em 1888, quando promulgou a Lei Áurea. Também pelas ideias positivistas de Auguste Comte divulgadas no seio do Exército pelo Coronel Benjamim Constant, ideias que influenciaram mesmo a bandeira nacional com o lema *Ordem e Progresso*.²⁹⁷ Àquela altura, o Brasil contava com mais de um milhão de escravos, propriedade particular, órfãos de direitos, mas de capital importância à produção da riqueza do país. Durante os 67 anos do Império brasileiro a sociedade conviveu com a escravidão, tendo sido o Brasil, na América do Sul, o último país a libertar os escravos. Um país que, naquele período, vivia de uma economia essencialmente agrícola. A força do trabalho escravo era sobretudo importante aos produtores rurais, principalmente àqueles das lavouras de café, que era o principal produto de exportação do Brasil.

Com a abolição da escravatura a elite rural de então se sentiu traída pela Coroa, mais ainda quando não houve qualquer indenização pelo Estado em face da perda patrimonial sofrida, os escravos. Ao lado disso, havia uma inquietação militar desde o final da guerra do Paraguai, da qual o Brasil saiu vitorioso. Não se pode deixar de mencionar aqui que o sentimento republicano no país já era antigo. Falamos antigo porque a historiografia do Brasil mostra a opção republicana nos movimentos libertários da Inconfidência Mineira (1789) e da

²⁹⁶ Cf. BALEEIRO, Aliomar. **Coleção Constituições brasileiras**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, v. 2, p. 13.

²⁹⁷ Assim discorrem Mary Del Priore e Renato Venancio sobre o positivismo na República brasileira: “O problema todo, porém, era que Auguste Comte, filósofo francês idealizador do positivismo, não via com bons olhos a democracia, o individualismo e o liberalismo, encarando-os como invenções metafísicas. Segundo esse autor, a sociedade moderna deveria ser gerida de maneira autoritária, por um conjunto sábios voltados ao bem comum, daí inclusive o conhecido trecho de uma máxima positivista: A ordem por base e o progresso por fim’ – lema curiosamente incorporado à bandeira nacional republicana. Não por acaso, esse tipo de filosofia antidemocrática – resultado de extravagante mescla de admiração pelos avanços científicos do século XIX com fórmulas políticas inspiradas no absolutismo do Antigo Regime – conquistou adeptos entre militares brasileiros”. Cf. PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2010, p. 217.

Revolução Pernambucana de 1817²⁹⁸, ambos, na era colonial, e que não prosperaram em razão da forte reação da Coroa portuguesa.

Em 1824 houve ainda em Pernambuco o movimento revolucionário denominado Confederação do Equador²⁹⁹. Ele clamava por um republicanismo em contraste ao Império do Brasil e à Constituição outorgada por D. Pedro I naquele dito ano. Ao depois, surgiu o *Manifesto Republicano de 1870*, na verdade uma declaração pública subscrita por membros do Partido Liberal, partido esse existente na época do Império, veiculada no jornal *A República*, da cidade do Rio de Janeiro, em 03 de Dezembro de 1870. Tal declaração encabeçada por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho defendia abertamente o regime republicano para o país, formando opiniões entre os nacionais.

Nesse passo, a instauração da república no Brasil não foi traumática. Por outro lado, o Imperador e sua família foram obrigados a se exilar na Europa, o que fizeram em 48 horas³⁰⁰ a contar da eclosão do referido golpe militar, tendo o Imperador D. Pedro II falecido em Paris dois anos após, em 1891³⁰¹.

Fruto do aludido golpe militar o país ganhou a sua primeira constituição republicana em 1891, marcada pela cisão entre o Clero e o Estado, abolindo-se o

²⁹⁸ Em Março de 2017 ocorreram celebrações em Pernambuco, e em outros sítios do Brasil, pela passagem dos duzentos anos daquele movimento revolucionário influenciado que foi pelas ideias da Revolução Francesa, com o apoio da Maçonaria e do clero católico regional. Chamamos a atenção que tal movimento durou menos de sessenta dias até ser dissolvido pela Coroa de Portugal, todavia, os revoltosos eram político e juridicamente avançados ao ponto de criarem uma carta constitucional numa época em que Portugal ainda não contava com a sua Constituição, o que só iria ocorrer em 1822. A respeito desse movimento revolucionário *vide* TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 5. ed. Nota de Manuel de Oliveira Lima. Recife: Cepe, 2017.

²⁹⁹ A *Confederação do Equador* ocorreu na então província de Pernambuco, de cunho republicano, oferecia resistência ao governo e às medidas do Imperador D. Pedro I. Liderada por Frei Caneca, o movimento também tinha entre seus objetivos a intenção de separar-se efetivamente do território da Coroa, constituindo uma república. Tropas imperiais sufocaram em poucas semanas essa conjura executando Frei Caneca. *Vide* AQUINO, Rubim Santos Leão; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Massangana, 2009.

³⁰⁰ O Decreto nº 78 – A, do Governo Provisório (em 1889), confirmou o banimento do Imperador D. Pedro II do Brasil e sua família, e acrescentou a proibição de possuir bens no território nacional.

³⁰¹ O Imperador D. Pedro II rejeitou a pensão vitalícia que a Consitituição republicana de 1891 lhe concedera (Art. 7º das Disposições Transitórias).

catolicismo como religião oficial. O Brasil passou, constitucionalmente, a ser um Estado laico, situação mantida pelas constituições seguintes.

O sistema federativo foi ressaltado na aludida Carta que deu ao país a denominação de “República dos Estados Unidos do Brasil”. Outras marcas dessa Constituição, dignas de notas, foram a extinção do voto censitário e dos senadores vitalícios; a criação do Tribunal de Contas; a garantia do instituto do *habeas corpus*; e a aplicação da pena de morte apenas para os tempos de guerra.

Enfim, a proclamação da República para os brasileiros criou uma nova identidade nacional, rompeu com uma monarquia moldada na Corte portuguesa, criou um modelo de fazer política diferente, iniciou o lento processo de industrialização nacional que se tornaria mais acentuado na era Vargas, além de direitos de cidadania, a exemplo do registro civil obrigatório e do casamento civil. A partir do Regime republicano o Brasil foi repensado, como sinalizaram artistas e intelectuais durante a *Semana de Arte Moderna (SAM)* ocorrida em São Paulo³⁰² em 1922.

Aquele evento artístico e literário impulsionou mudanças no país, na sua arte principalmente, dado que os “modernistas” buscavam romper com a cultura europeizante através de uma proposta nativista nas artes plásticas, na música e na literatura, no afã de construir uma identidade genuinamente brasileira, considerando o indígena, o meio tropical com a sua fauna e flora, a miscigenação, etc. Esse sentimento nativista da *Semana de Arte Moderna* vai casar mais à frente (1932) com o discurso político da Ação Integralista Brasileira (AIB), comandada por Plínio Salgado, que combatia o estrangeirismo em prol dos valores, tradições, e culturas diversas do Brasil. “Plínio Salgado participa discretamente da *Semana de Arte Moderna*, sem o prestígio dos grandes nomes do movimento”, esclarece Trindade³⁰³.

³⁰² O evento ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, entre 11 e 17 de Fevereiro de 1922 e marcou o início do Modernismo no Brasil.

³⁰³ Cf. TRINDADE, Hégio. *op. cit.*, p. 50.

O próprio Salgado em artigo de sua lavra, do ano de 1927, intitulado “Diretivas da Nova Geração”, mostra o seu pensamento relacionado àquele movimento cultural e à política:

À primeira vista, parece não haver relação plausível entre a queda da Velha Literatura, que tombou desmoronada, na famosa Semana de Arte Moderna que realizamos em São Paulo, e as outras formas de atividade social brasileira. Na realidade, a literatura foi tão tradicionalmente separada da política, em nosso país, quanto esta o foi das realidades brasileiras. [...]. Chegou o momento da intelectualidade brasileira influir decisivamente nos destinos do país.³⁰⁴

A proclamação da república também trouxe maior prestígio social e político aos militares, em especial àqueles das fileiras do Exército, eis que dessa Força partiu a ação para o derrube da monarquia. A participação dos militares nos processos de ruptura política que viriam à frente, mormente durante a era Vargas, convergem ao nosso raciocínio. Como fruto dessas rupturas encontramos várias modificações constitucionais, diferentemente da estabilidade constitucional do Império.

Consignamos que, sob a égide do regime republicano, o Brasil já vivenciou seis constituições: a primeira em 1891, em substituição à de 1824; a segunda de 1934, já na era Vargas e de perfil demoliberal foi a menos longa do país, durou apenas três anos, pois foi revogada pelo golpe do Estado Novo que a substituiu pela Carta de 1937 imposta à nação brasileira; à de 1946³⁰⁵, após o colapso do Estado Novo, revelou-se redemocratizadora, bastante avançada àquela altura, representou um progresso da democracia e das

³⁰⁴ Cf. SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 7.

³⁰⁵ A Constituição de 1946 cita expressamente a condição jurídica especial dos portugueses, quando, no Art. 129, IV, estabelece que são brasileiros “os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física”. A atual Constituição do Brasil, promulgada em 5 de Outubro de 1988, privilegia os portugueses com uma situação jurídica mais benéfica que todos os outros estrangeiros. Assim, reza em seu Art. 12, §1º: “Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previsto nesta Constituição”.

liberdades individuais³⁰⁶ do cidadão brasileiro, em contraste à Constituição de 1937, tendo se sagrado como a primeira do Brasil a contar em seu processo constituinte com a participação de parlamentares comunistas; a de 1967, surgida após o golpe militar de 1964, retrógrada em termos de democracia e liberdades públicas, previa o bipartidarismo, estabelecia eleições indiretas para presidente da república e governador, restringia o direito de greve; e, por último, a Constituição de 1988, promulgada em Outubro daquele mesmo ano que restaurou o Estado democrático de direito no país, o pluripartidarismo, inovou imensamente em direitos sociais e garantias fundamentais, deu destaque aos direitos humanos, ficando conhecida como a Constituição Cidadã³⁰⁷.

As cíclicas crises políticas do Brasil tornam-se evidentes quando contamos seis constituições em pouco menos de 100 anos de república (considerando de 1891 até 1988), de igual, a fragilidade das suas instituições públicas, com reflexos na mutabilidade do ordenamento jurídico, revelando desse modo uma crônica instabilidade política do país³⁰⁸.

Merece registro que a atual Constituição brasileira, por força dos *Atos das Disposições Constitucionais Transitórias* (ADCT - Art. 2º), impôs à nação um

³⁰⁶ “A liberdade individual é consagrada no plano dos direitos individuais, que são a marca de água da racionalidade humana”, pontifica Isabel Banond. Cf. ALMEIDA, Isabel Banond de. **A Ideia de Liberdade em Portugal**. Lisboa: Almedina, 2012, p. 1423.

³⁰⁷ O caráter democrático da nova Constituição levou o deputado Ulysses Guimarães a chamá-la de “Constituição Cidadã”. À propósito, vide, CORRÊA, I. S. M. **Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971- 1984)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, 174f, p. 146.

³⁰⁸ A mais longeva carta constitucional do Brasil foi a Constituição do Império, de 1824, que saiu de cena com o advento da República, em 15 de Novembro de 1889, durou 65 anos. A vigente Constituição do Brasil (de 05 de Outubro 1988) conta com mais de 29 anos e já sofreu 99 emendas, Cf. www.planalto.gov.br. Capturado em: 31 Agosto 2018. Essa Constituição de 05 de Outubro de 1988 teve por uma das suas fontes a Constituição portuguesa, segundo Jorge Miranda: “Não admira, por isso, que a Constituição portuguesa atual, tanto por razões de ordem cultural quanto por razões de imediata ordem pública, tenha sido uma das fontes da nova Constituição do Brasil”. Cf. MIRANDA, Jorge. **A Nova Constituição Brasileira**. in: Revista Brasileira de Direito Comparado, Rio de Janeiro, publicação do Instituto de Direito Comparado Luso Brasileiro (Ed. Forense), 1990, p. 37.

plebiscito³⁰⁹ sobre o sistema e o regime de governo³¹⁰ – o que de facto ocorreu, em 1993 – quando foram escolhidos o presidencialismo e a república.

Quanto ao caso de Portugal, os ventos republicanos começaram a soprar em seu território já no século XIX, mas a república chegaria mais tarde. Em 1908 o país vivenciou o assassinato do Rei D. Carlos e do seu filho, o Príncipe D. Luís Filipe. Tal facto, conhecido como o regicídio,³¹¹ deu-se no Terreiro do Paço, em Lisboa, por grupo contrário à monarquia. Conforme já dito no item 3.2 deste trabalho, o país foi levado à república dois anos após sob um clima de fortes tensões sociais e políticas trazidas com a Revolução de 1910. Os anos seguintes foram igualmente de conflitos e instabilidade.

Relembramos aqui que tal instabilidade devia-se ao sistema parlamentarista, pelo qual o Parlamento escolhia o Presidente da República, porém como a maioria do governo não coincidia com a do Parlamento, este último dissolvia os governos, volvido pouco tempo.

³⁰⁹ ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Art.2º - No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País. §1º - Será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público. §2º - O Tribunal Superior Eleitoral, promulgada a Constituição, expedirá as normas regulamentadoras deste Artigo”. OBS- Posteriormente, devido a Emenda Constitucional nº 02, de 25 de agosto de 1992, a data do plebiscito foi alterada para 21 de abril de 1993.

³¹⁰ A Lei nº 8.624/1993, promulgada pelo Presidente Itamar Franco em 04.02.1993, regulamentou a realização do plebiscito.

³¹¹ José Brandão em sua obra intitulada *Portugal Trágico O REGICÍDIO*, mostra o descontentamento popular com os gastos do rei quando diz: “D. Carlos não se preocupava em gastos que custavam caro ao País. Mudava de iate como quem muda de camisa. O Amélia I depressa se torna pequeno para dar lugar ao Amélia II, que não demora muito até ser ultrapassado pelo Amélia III, a que logo sucede o Amélia IV. O País era pobre e se não podia ter um rico rei, muito menos podia sustentar um rei rico”. Cf. BRANDÃO, José. **Portugal Trágico O REGICÍDIO** – Coleção Caminhos da História. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 41. Trata-se da interpretação do autor, sobre a qual não estamos em condições de tomar partido, quer por não conhecermos suficientemente bem a situação, quer por também ser conhecido o interesse que o Rei teve pelo conhecimento e investigação ligada ao mar. Citamo-la para exemplificar aspectos aparentemente explorados pela oposição à monarquia em Portugal nos finais do século XIX e inícios do XX, sendo certo que muitos apoiavam o Rei, como é exemplo o vulto literário de Eça de Queiroz ao qual era simpático.

Ao lado disso merece registro: i) que a Constituição portuguesa de 1911, a primeira da era republicana, contemplava um Estado laico, dogma constitucional não encontrado nas cartas políticas anteriores, porque o catolicismo era a religião oficial do país durante a monarquia; ii) que o anticlericalismo desenvolvido pelos republicanos causou inquietação na sociedade, o que não é de estranhar dado os laços de cultura religiosa havidos em Portugal, um país, àquela época, de tendência cultural católica; iii) que a Constituição de 1911 manteve a legislação que extinguiu e dissolveu em Portugal a Companhia de Jesus (v. Título II - Artigo. 2 - 12º).

Aquele sentimento anticlerical também chegou ao mundo acadêmico, pois “ainda antes de Arriaga ter assumido funções, o Governo Provisório mandara para o *Diário do Governo* um decreto com força de lei pelo qual foi abolido o juramento religioso dos lentes e alunos da Universidade, e um outro que anulou as matrículas do 1.º ano da Faculdade de Teologia”, refere Bigotte Chorão³¹². Por outro lado, a república em Portugal quebrou a exclusividade do ensino jurídico da Universidade de Coimbra ao criar em 1911 as Universidades de Lisboa e Porto, que mais tarde se desdobrariam formando cada qual as suas Faculdades de Direito. “Com exceção do período em que a Companhia de Jesus manteve a Universidade de Évora, em Portugal, funcionou até 1911 apenas uma Universidade”, afirma o mesmo Bigotte Chorão ao se referir a Coimbra.³¹³

Nessa conjuntura não podemos esquecer que o próprio Integralismo lusitano³¹⁴ contribuiu para aumentar a conflituosidade no país, não só com ideias, mas com a participação de alguns dos seus militantes em um movimento armado objetivando restaurar a monarquia, movimento esse que foi a Revolta de Monsanto,³¹⁵ no ano de 1919, sufocada por tropas da república.

³¹² Cf. CHORÃO. Luís Bigotte. Os Antecedentes e a Fundação (Das origens a 1927), in **A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário**. Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol I, A Instituição, p. 29 (ISBN 0870-3116).

³¹³ Cf. CHORÃO, Luís Bigotte. *op. cit.*, p.15.

³¹⁴ No item 2.2 deste trabalho abordamos o Integralismo lusitano com detalhes.

³¹⁵ A respeito da participação dos integralistas na Revolta de Monsanto assim discorre Carlos Ferrão: “O testemunho de Alberto Monsaraz constitui o epitáfio da aventura de Monsanto em que, com os seus colegas, se responsabilizou pelo mesmo crime. Declarou este graduado

Um outro movimento de ideias políticas que cresceu aquele contexto de conflituosidade foi a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Esta surgida em 1918, era republicana, em contraste ao IL, contudo, ultranacionalista, pró-católica e pró-corporativista (pontos de comunhão com os integralistas). A Cruzada sofreu influência do fascismo italiano, manteve-se em actividade até o ano de 1938³¹⁶, e agregou nomes como Henrique Trindade Coelho, Martinho Nobre de Mello, Celestino de Almeida, dentre outros.

No percurso daqueles acontecimentos, como já dito antes, houve a Revolução de 1926, que propiciou a ascensão ao poder de Salazar e do General Carmona, e deu azo à criação do Estado Novo mediante a Constituição em 1933, que conferiu à República Portuguesa um carácter corporativo,³¹⁷ como se lê no seu Artigo 5.º, que refere claramente a Portugal como “uma República unitária e corporativa”.

A República portuguesa embalada pelo Estado Novo sagrou-se como era de poucas liberdades públicas, verdadeira ditadura, só extinta em 1974 com a Revolução de 25 de Abril.

Em 1976, ainda sob os ventos da Revolução de Abril de 1974, Portugal ganhou uma nova carta política, de feição democrática e social, perpetuando o

integralista: “Estive em Monsanto para restaurar a monarquia, fui dos elementos que mais trabalharam no sentido de secundar o movimento do Norte. Fui para o quartel de Lanceiros para cumprir o meu dever de bom monárquico e bom português. Oficial por força da lei (era alferes miliciano) sempre me recusei a jurar fidelidade à República” Cf. FERRÃO, Carlos. *op. cit.*, pp. 150-151.

³¹⁶ Vide LEAL, Ernesto. **A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)** - *Análise Social*. Vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), 823-851. Disponível : <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844195Y5tKQ1wv2Fi36ZC7.pdf>. Capturado em: 09 Julho 2018.

³¹⁷ Segundo Luis Reis Torgal, “Marcello Caetano desde os anos trinta, procurava conhecer as origens do corporativismo português e dar-lhe sentido. Assim, num outro estudo, de 1938, que intitula O Sistema Corporativo, afirma a origem divergente e convergente do nosso corporativismo, radicando-o no corporativismo católico, mas também no Integralismo lusitano e no próprio corporativismo fascista de tendência estatista, procurando também em Manoilescu ideias para orientar a sua evolução no futuro”. Cf. TORGAL, Luis Reis. **Estado Novo: República Corporativa**. Revista de História das Ideias, vol. 27, 2006, p. 456.

regime republicano, que nas palavras de Marcello Rebelo de Sousa significa para o país “[...] a carta fundadora da liberdade e da democracia”.³¹⁸

Cremos de importância essas abordagens supra acerca da implantação da república no Brasil e em Portugal, como uma mostra indelével do mesmo ideário político, ou seja, a implantação da república nos dois países em um espaço temporal de apenas 21 anos, entre 1889 e 1910. No entanto, a república não surgiu do acaso, eis que ideias republicanas já circulavam no seio de ambos os países no século XIX.

A existência de partidos republicanos, tanto em Brasil como em Portugal, são realidades que remontam ao século XIX, e aquelas agremiações, ainda no período monárquico, significaram o *locus* da disseminação do pensamento político motivador das mudanças que viriam a ocorrer mais tarde em cada país. Observamos que o *Manifesto e Programa do Partido Republicano Português*, aprovado em 11 de Janeiro de 1891, contou com a participação de Teófilo Braga, ele um intelectual de relevo àquela altura,³¹⁹ e que levado pelo fervor

³¹⁸ Cf. Discurso de Marcello Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, no dia 13 de Abril de 2016. Disponível em <https://carloscoelho.eu/pdf/diversos/discurso-de-Marcello-rebelo-de-sousa.pdf>. Capturado em: 10 Julho 2018.

³¹⁹ “A obra literária de Teófilo Braga é imensa e, portanto, impossível de a enumerar exaustivamente num documento resumo, como este pretende ser. Não queremos é deixar de mencionar alguns exemplos, quanto mais não seja para ilustrar a diversidade das áreas sobre que se debruçou. Assim, *Folhas Verdes*, de 1859, *Stella Matutina*, de 1863, *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras*, de 1864, *A Ondina do Lago*, de 1866, *Torrentes*, em 1869, *Miragens Seculares* de 1884, representam incursões no campo da poesia. Ainda neste campo escreve a *História da Poesia Popular Portuguesa*, em 1867, abrangendo o *Romanceiro Geral* e *Cancioneiro Popular* e *A Floresta de Vários Romances de 1868*. Como investigador das origens dos povos, seguiu a linha da análise dos elementos tradicionais desde os mitos, passando pelos costumes e terminando nos contos de tradição oral, que lhe permitiram escrever obras como *Os Contos Tradicionais do Povo Português*, de 1883, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, em 1885, e *História da Poesia Portuguesa*, que lhe levou anos a escrever, procurando as suas origens através das várias épocas e escolas. As áreas restantes das suas 360 obras, abrangem campos tão diversos como o da História Universal, História do Direito, da Universidade de Coimbra, do Teatro Português, da influência de Gil Vicente naquela forma de manifestação artística, da Literatura Portuguesa, das Novelas Portuguesas de Cavalaria, do Romantismo em Portugal, das Ideias Republicanas em Portugal, passando pelos folhetos de polémica literária e política e ensaios biográficos, como o que respeita a Filinto Elísio. Além desta verdadeira enxurrada literária, nem sempre abordada com o rigor exigido, o que lhe valeu várias críticas dos meios literários da época, não se pode esquecer o seu contributo para a coordenação das obras de Camões, Bocage, João de Deus e Garrett, os prefácios para tantas obras dos escritores mais representativos e um sem-número de Artigos escritos para

revolucionário de 1910 seria empossado como Presidente do Governo Provisório republicano (1910 - 1911). Mas, o importante aqui é que o referido Manifesto defendia uma feição federativa e municipalista para o Estado português. Tal Manifesto português veio à tona quando o Brasil já era republicano e adotara o federalismo em sua Carta Política de 24 de Fevereiro de 1891.

Consignamos que a manifestação inicial pró-federalismo no Brasil é encontrada no Manifesto Republicano, de 03 de Dezembro de 1870³²⁰, acima referido e, oficialmente, no primeiro decreto do Governo Provisório, o Decreto nº 1, de 15 de Novembro de 1889, decretou “como forma de governo da “Nação Brasileira a República Federativa” ³²¹, criando assim a Federação e a República

os jornais do seu tempo”. Cf. <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=37>. Capturado em: 15 Abril 2018.

³²⁰ Waldemar Martins Ferreira em sua História do Direito Constitucional Brasileiro reproduz a proposta federativa do Manifesto Republicano de 1870: “O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter de manter a comunhão da família brasileira.” Cf. FERREIRA, Waldemar Martins. **História do Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1954, p. 65.

³²¹ “Decreto nº 1, de 15 de Novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes. O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil decreta: Art. 1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira - a República Federativa.

Art. 2º. As Províncias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3º. Cada um desses Estados, no exercício de sua legitima soberania, decretará opportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 4º. Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brazil e bem assim à eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e os novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores, delegados do Governo Provisorio.

Art. 5º. Os governos dos Estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionaes quer estrangeiros.

Art. 6º. Em qualquer dos Estados, onde a ordem publica for perturbada e onde falem ao governo local meios efficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquillidade publicas, effectuará o Governo Provisorio a intervenção necessaria para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercicio dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas.

Art. 7º. Sendo a Republica Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisorio não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário á forma

que seriam consagradas na Constituição de 1891 (“Art. 1º A Nação Brasileira adopta como fórma de governo, sob o Regimen representativo, a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil.”).

E donde adveio então aquela inspiração, aquela ideia de aplicar o federalismo em Portugal? Sobre o assunto, Ernesto Casto Leal afirma:

O Manifesto e Programa do Partido Republicano, aprovado em 11 de janeiro de 1891, esteve em vigor até a revolução republicana de 5 de outubro de 1910 e formalizou uma ideia política de República Federal municipalista, inspirada na tradição histórica comunitarista, solidarista e socializante do republicanismo português desde o primeiro pensador republicano-socialista José Félix Henriques Nogueira nos anos de 1850. No entanto, apresentou também uma ideia devedora, genericamente, de ideias dos federalismos republicanos helvético (Constituição suíça de 1848), espanhol de Francisco Pi y Margall (Las nacionalidades, 1877) e brasileiro de Joaquim Francisco de Assis Brasil (A República Federal, 1881).³²² [grifamos]

republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo suffragio popular.

Art. 8º. A força publica regular, representada pelas tres armas do Exercito e pela Armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas provincias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisorio da Republica, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda civica destinada ao policiamento do territorio de cada um dos novos Estados.

Art. 9º. Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisorio da Republica todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao governo central da nação brasileira.

Art. 10. O território do Municipio Neutro fica provisoriamente sob a administração immediata do Governo Provisorio da Republica e da cidade do Rio de Janeiro constituida, tambem provisoriamente, séde do poder federal.

Art. 11. Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretarios de estado das diversas repartições ou ministerios do actual Governo Provisório. Sala das Sessões do Governo Provisorio, 15 de novembro de 1889, 1º da República. Marechal *Manuel Deodoro da Fonseca*, Chefe do Governo Provisorio. - *S. Lobo*. - *Ruy Barboza*. - *Q. Bocayuva*. - *Benjamin Constant*. - *Wandenkolk*.” Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>. Capturado em: 09 Julho 2018.

³²² Cf. LEAL, Ernesto Casto. “Organicismo e Corporativismo em Portugal (1910 - 1926)”. In: **A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal**. (Org.) ABREU, Luciano Arone de; SANTOS, Paula Borges. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 1 recurso on-line (290 p.) - (Série mundo contemporâneo;10), p. 10. ISBN 978-85-397-0970-0. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Capturado em: 10 Abril 2018.

A experiência de república no Brasil, precisamente da sua Consituição de 1891, que adotou o federalismo sob forte inspiração estadunidense³²³, influenciou na formação da primeira Constituição republicana de Portugal, como assevera Jorge Miranda:

Nos trabalhos preparatórios da Constituição tomaram-se em conta a Constituição suíça e a brasileira de 1891, a primeira por a experiência suíça ir ao encontro das aspirações democráticas e descentralizadoras do partido republicano, a segunda até pelo incentivo que fora para os republicanos portugueses a proclamação da república no Brasil.³²⁴ [grifamos]

Destarte, quando se vê inserto na CRP/1911 a laicidade do Estado, o instituto do *habeas corpus*, a fiscalização judicial da constitucionalidade das leis, e um Poder Legislativo bicameral - com Senado e Câmara dos Deputados -, tal como havidos na Constituição brasileira de 1891, não é difícil concluir que o republicanismo brasileiro influenciou no republicanismo português³²⁵, que houve entre os países a circularidade de ideias republicanas, um mesmo e certo ideário de república. E não paramos aí!

A CRP/1911 foi a mais curta das Constituições portuguesas com apenas oitenta e sete artigos, ganhando dos noventa e um artigos da Constituição brasileira de 1891, que também ostenta o título de ter sido a mais curta das cartas políticas do país. Existem, entre elas, artigos com redação semelhantes, quase iguais, como mostramos alguns abaixo:

³²³ Pertinente a essa temática afirma Nelson Saldanha: “Em nosso país, o federalismo foi criado de cima para baixo. Tínhamos províncias, mas o Império era um Estado unitário. Os constituintes republicanos, embalados no afã de imitar os norte-americanos, implantaram seu modelo e sua terminologia. Ficamos sendo um conjunto de estados membros com extremas desigualdades na extensão, no poder econômico, nos hábitos históricos e políticos”. Cf. SALDANHA, Nelson. **Pequeno Dicionário da Teoria do Direito e Filosofia Política**. Porto Alegre: Fabris, 1987, p. 121.

³²⁴ Cf. MIRANDA, JORGE. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo I. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, pp. 295-296.

³²⁵ Vide SOUZA, Marnoco. **Constituição Política da República Portuguesa – Comentário**. Coimbra, 1913, p. 6; e PINTO, Ricardo Leite. **Algumas hipóteses sobre a “república” e o “republicanismo”**. In: *Perspectivas Constitucionais*, vol. III, Coimbra, 1998, pp. 212-213.

Quadro 2 - Constituições Brasil (1891) e Portugal (1911)

CF/1891 (Brasil)	CRP/1911 (Portugal)
Art. 72 - § 22. Dar-se-ha o <i>habeas-corpus</i> sempre que o individuo soffrer ou se achar em imminente perigo de soffrer violencia, ou coacção, por illegalidade, ou abuso de poder.	TÍTULO II - Artigo 3 - 31º. Dar-se-á o habeas corpus sempre que o individuo sofrer ou se encontrar em imminente perigo do sofrer violência, ou coacção, por ilegalidade, ou abuso de poder.
Art. 16 - § 1º O Congresso Nacional compõe-se de dous ramos: a Camara dos Deputados e o Senado.	TÍTULO III - Artigo. 7 - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da Republica, formado por duas Câmaras, que se denominam Câmara dos Deputados e Senado.
Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade nos termos seguintes	TÍTULO II - Artigo. 3 - A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:
Art. 72 - § 18. E' inviolavel o sigillo da correspondencia.	TÍTULO II - Artigo. 3 - 28.º O sigilo da correspondência é inviolável.

Sistematização: O autor.

Uma outra similitude desses diplomas magnos é a omissão a respeito do sufrágio feminino, o que no Brasil vai surgir com o Código Eleitoral de 1932³²⁶, do Governo Provisório do Presidente Getúlio Vargas, replicado na Constituição de 1934. Quanto a Portugal só durante o Estado Novo³²⁷. Assim, ambos os regimes deixaram de contemplar o sufrágio universal em suas constituições, facto não causador de espanto eis que àquela altura vivia-se em um mundo governado só por homens e as mulheres, na sua maioria, ainda eram voltadas à família e às tarefas do lar, sem participação política³²⁸. As guerras mundiais do

³²⁶ Vide Decreto 21.076/1932. Segundo tal norma, apenas as mulheres casadas com autorização dos maridos, as viúvas, e as solteiras que tivessem rendimento próprio, teriam o direito de votar. Tais restrições com o advento da Constituição de 1934 foram eliminadas, porém, a obrigatoriedade do voto fosse exigência só para os homens. A partir de 1946 é que o sufrágio torna-se obrigatório às mulheres brasileiras.

³²⁷ O Decreto-Lei nº 23.406, de 27 de Dezembro de 1933 tratou do direito de voto para as juntas de freguesia das mulheres solteiras, maiores e emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral, e para as câmaras também a emancipada possuidora de curso secundário e superior, o que também iria acontecer para as eleições presidenciais. Por força do Decreto-Lei nº 24.631, de 06 de Novembro de 1934, o voto feminino e a elegibilidade para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa foi assegurado as portuguesas maiores de 21 anos, às solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem, aquelas que fossem chefes de família e também às casadas portadoras de diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial. Em 1975 ocorreram em Portugal as primeiras eleições por sufrágio universal para a Assembleia Constituinte.

³²⁸ Na Inglaterra de 1918 as mulheres maiores de trinta anos e detentoras de alguma propriedade conquistaram o direito de votar nas eleições daquele ano. A primeira mulher a

século XX levaram as mulheres da Europa e dos EUA ao mercado de trabalho, em substituição aos homens que serviam na frente de batalha. Esse facto acelerou a inclusão da mulher na vida política dos seus países e incentivou os reclamos por paridade de direitos em relação aos homens cujas primeiras manifestações se deram ainda no final do século XIX³²⁹.

Volvidos os anos de republicanismo no Brasil e em Portugal os países sofreriam influências do pensamento social da Igreja de Roma, do tradicionalismo católico, da vaga corporativa, e das ideias integralistas, inclusive o Brasil, como veremos no item abaixo.

4.2 O Integralismo no Brasil

“Estou hoje convencido de que o Brasil não pode continuar a viver a comédia democrática” (Plínio Salgado).

Nos primórdios dos anos 30, do século XX, houve no Brasil um movimento político ultra-nacionalista, falamos aqui do Integralismo brasileiro, o qual se consagrou expressivamente conduzido pela *Ação Integralista Brasileira (AIB)*, chegando à condição legal de partido político. Comandada por Plínio Salgado³³⁰, o seu mentor e chefe, a AIB diverge quanto ao IL, dentre outras cousas, por não defender a monarquia e sim a república, além de que o

votar foi Nancy Astor. Mais tarde, em 1928, as mulheres inglesas conquistaram os mesmos direitos dos homens, de votar e disputar uma cadeira no parlamento. Cf. **Sufragistas - voto feminino na Inglaterra**, disponível em: <https://www.canallondres.tv/sufragistas-voto-feminino-inglaterra/>. Capturado em: 30 Abril 2018.

³²⁹ “Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias. Entre esses aspectos, não precisamos dar demasiada atenção ao mais espetacular de todos: a campanha ativa e, em países como a Inglaterra, dramática das “sufragistas” ou “*suffragettes*”, em prol do direito feminino ao voto. Como movimento feminino independente, não possuía Maior significação, exceto em alguns países (notadamente EUA e Inglaterra) e, mesmo nestes, não começou a atingir seus objetivos senão após a Primeira Guerra Mundial”. Cf. HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 179-180.

³³⁰ Vide Anexo 7 - Fotografia de Plínio Salgado em reunião da AIB.

movimento português não chegou a ser uma agremiação política partidária, capaz de lançar candidatos a um pleito eleitoral.

Nasceu o Integralismo brasileiro após o IL, em Outubro de 1932, que tinha semelhança fascista³³¹, notadamente quanto à sua coreografia, lembrava o militarismo fascista de então, com hino (denominado “Avante”),³³² bandeira, insígnia, farda, milícia, saudação (*anauê* – meu irmão³³³), carta de princípios/doutrina. O sigma - Σ - foi o sinal simbólico dos integralistas do Brasil.³³⁴

Aquele símbolo lembrava que o movimento (a AIB) tinha o significado de integrar, somar, todas as Forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade, daí a luta para implantar o Estado integral.

A AIB tomou corpo como partido político, e como tal foi reconhecido pelo Estado brasileiro a partir de 1935. “**Deus-Pátria-Família**” era o lema dos integralistas brasileiros. À primeira vista, pode-se pensar que o Integralismo havido no Brasil foi uma réplica total do que houve em Portugal. A esse respeito Plínio Salgado em sua obra, *A Quarta Humanidade*, discorre em contrário:

O Integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do Integralismo francez de Charles Maurras, porque esse não passa de um ‘nacionalismo integral’, com a preocupação de restaurar as tradições; diverso é, também, do Integralismo luzitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gauleza, com a tendencia de reatar o processo social moderno ao espirito medievalista; e diferente é, por outro lado, não só do ‘racismo’ alemão, cuja these de superioridade etnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do ‘fascismo’ italiano, ao qual

³³¹ Cf. TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

³³² *Avante Camaradas* é hino do Partido Comunista Português. Cf. <http://www.pcp.pt/internacional-e-avante-camarada>. Capturado em: 29 Julho 2017.

³³³ **Anauê** é um vocábulo de origem *tupi*, que servia como saudação entre os indígenas e de brado. É uma palavra com conteúdo afetivo que significa: “Você é meu irmão”. Cf. A Frente Integralista Brasileira - <http://www.Integralismo.org.br/>. Capturado em: 19 Março 2014.

³³⁴ A letra ou caracter *sigma* ou Σ é a décima oitava letra do alfabeto grego e que corresponde ao nosso **S**, sinônimo de soma.

sómente nos ligamos no concernente à nova attitude do Estado, em face da luta social.³³⁵

Porém, existem similitudes entre os movimentos integralistas (IL e AIB), a exemplo do ideal de Estado corporativo e do nacionalismo exacerbado. Além disso, coincidentemente, nasceram em momentos de crise e não muito distantes no tempo.³³⁶

Pregavam os integralistas brasileiros: i) um estado corporativo, centralizado, autoritário, uma economia dirigida, respeito à propriedade privada; ii) elevar a cultura/natividade do Brasil, em um clima de nacionalismo exaltado; iii) fustigar as ideias liberais, o comunismo, a democracia, a opressão do capital estrangeiro,³³⁷ a representatividade popular. Mais. Os integralistas do Brasil não se consideravam nazi-fascistas segundo a sua doutrina, e merece aqui consignar que em suas fileiras havia mulheres³³⁸ atuando como militantes, além de judeus³³⁹ e negros³⁴⁰, inclusive o ex-marinheiro negro, João Candido,³⁴¹ que, em 1910, se amotinou contra os castigos corporais aplicados aos marujos pela Marinha de Guerra do Brasil, participou da AIB, tendo depois a abandonado.

³³⁵ Cf. SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1934, pp. 87-88.

³³⁶ Em Portugal o IL surgiu durante a instabilidade política trazida com a I República, e AIB no rastro da crise econômica provocada com o *crash* de 1929 nos EUA.

³³⁷ Sobre a dominação dos grandes grupos econômicos internacionais que exploravam o Brasil, desde a sua era colonial, o integralista Gustavo Barroso escreveu livro-denúncia, intitulado - *Brasil, Colônia de Banqueiros*, de 1934.

³³⁸ Vide Anexo 8 - Fotografia de mulheres na militância da AIB.

³³⁹ A Frente Integralista Brasileira, existente hoje no país, assim esclarece a respeito dos judeus: "Houve e há, ainda, judeus nas fileiras do Movimento do Sigma, sendo o mais célebre deles o Dr. Aben Athar Neto, fundador do Centro Oswaldo Spengler e Chefe do Departamento Universitário e, depois, Secretário Provincial de Propaganda da AIB no Rio de Janeiro. Como observou o ilustre diplomata, poeta e escritor Rui Ribeiro Couto, consagrado autor de *Cabocla*, de *O jardim das confidências* e de *Largo da Matriz e outras histórias* e um dos próceres do Integralismo, em entrevista ao *Diário de Notícias* de Lisboa, os integralistas não admitimos "a menor animosidade contra quaisquer raças" e reconhecemos no "judeu integrado na consciência do país" um "formidável elemento de ação realizadora na formação nacional". Cf. <http://www.Integralismo.org.br>. Capturado em: 06 Abril 2014. Sobre o diplomata Ribeiro Couto sugerimos: TEIXEIRA, Milton. **Ribeiro Couto, ainda ausente**. São Paulo: Editora do Escritor, 1982, pp. 259-260.

³⁴⁰ Vide Anexo 9 - Fotografia de militante negro na AIB.

³⁴¹ Cf. http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_joao_candido_luta_dh.pdf. Capturado em: 19 Março 2014.

Promoviam os integralistas no Brasil marchas nas ruas das principais cidades brasileiras, ao som de hinos patrióticos, atraindo multidões, foi de facto um movimento de massa, e em seu seio havia pessoas de todas as classes sociais. Intelectuais como Miguel Reale, Tristão de Athayde, Álvaro Lins e o padre Hélder Câmara³⁴² (depois bispo de Olinda e Recife) engrossaram as fileiras da AIB, afora militares, profissionais liberais, jornalistas (Ex. Câmara Cascudo), operários [...].

A AIB empolgou multidões sendo o primeiro movimento de massa do Brasil, contava com lideranças populares, femininas e eclesiásticas, e não se constituiu como um movimento exclusivo de uma elite intelectual, como no caso do Integralismo havido em Portugal.

Foi o Integralismo brasileiro a primeira doutrina política e filosófica a dar valor às etnias formadoras da nação Brasileira, ou seja, a miscigenação entre o branco europeu (na maioria portugueses), o índio e o negro, isso em uma época em que as doutrinas europeias de Chamberlain e de Gobineau,³⁴³ do século XIX, eram invocadas para exaltar o homem branco, falando dos índios e negros como “raças inferiores”. Contra isso se insurgiu a doutrina do sigma, contra esse reducionismo científico, acolhendo todas as raças e etnias como formadoras e forças da nação brasileira. Um passo político que atraiu gente de toda espécie.

Além do que, valorava tudo o que fosse regional, nativo, exaltando o nacionalismo, fugindo dos modismos estrangeiros. Em paralelo, na ordem política, social e econômica, preconizava o Estado corporativo (autoritário), que seria uma “terceira via”, entre os excessos do individualismo burguês e os do coletivismo do comunismo ateu e dissolvente. A AIB colocava claramente abaixo o ideário do regime demoliberal, em crise, àquela altura.

³⁴² Cf. BONALD NETO, Olímpio. **Ideologia nos Anos 30 Modernismo, Regionalismo, Integralismo**. Recife: Editora Bagaço, 1996, p. 53.

³⁴³ Cf. SCHILLING, Voltaire. **As Teorias Racistas: Gobineau e Chamberlain. HISTÓRIA**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/eugenia7.htm>>. Capturado em: 29 Julho 2017.

“Pretendemos criar, com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista”, é o que encontramos no manifesto da AIB de Outubro de 1932³⁴⁴. Salgado em seu livro *O que é o Integralismo* (de 1933) também atacava o materialismo por duas frentes, pois para ele o “verdadeiro inimigo da Nação: o materialismo” estava alojado, tanto no plano do liberalismo como no do comunismo.

Essas propostas cativaram milhares de brasileiros em poucos anos de militância integralista. Chegou a AIB a contar com mais de 500 mil membros no país, e apenas em uma marcha na cidade do Rio de Janeiro, no dia 1º de Novembro de 1937, colocaram cerca de 150 mil militantes nas ruas, em uma nítida demonstração de força e organização política, o que assustou o Governo do Presidente Vargas.

Coincidentemente, naquele mesmo mês de Novembro de 1937 (no dia 10), Vargas encabeçou um golpe de Estado, rasgou a Constituição de 1934, e outorgou uma nova Constituição ao país, dando início à ditadura que ficou conhecida como o *Estado Novo* (usando a mesma nomenclatura cunhada por Salazar). Também ele extinguiu todos os partidos políticos, inclusive a AIB, esta que tencionava lançar o nome de Plínio Salgado nas eleições presidenciais de 1938 previstas pela revogada Constituição de 1934.

4.3 Aproximação: Portugal e Brasil

A circularidade de ideias nas primeiras quatro décadas do século XX entre Brasil e Portugal é algo que consideramos de capital importância ao presente trabalho, pois que, no Brasil, como já dito acima, também houve integralismo, a formação jus-política de um Estado de feição corporativa e autoritária. A comunhão interativa de influências históricas entre Portugal e Brasil é facto estudado por Carlos Blanco de Moraes, o qual nos revela que em

³⁴⁴ Vide Anexo 10 - Manifesto dos Integralistas do Brasil em 1932.

certos momentos da História constitucional dos dois países houve inspirações de lado a lado.

“A história do direito visa fazer compreender como é que o direito actual se formou e desenvolveu, bem como de que maneira evoluiu no decurso dos séculos”, afirma Gilissen.³⁴⁵ Daí, é impossível ao intérprete compreender com plenitude uma norma, ou instituto jurídico, sem perceber como se deu a sua configuração no passado³⁴⁶ (entenda-se, todos os fatores que influenciaram o seu surgimento à época), sobretudo porque a História é assente em factos, o que interessa não apenas aos historiadores em suas investigações, mas, também aos juristas em suas análises e criações.

Voltando ao magistério de Carlos Blanco de Moraes, vê-se que ele defende a tese que a Constituição brasileira de 1824 inspirou a Carta portuguesa de 1826, tendo também a Carta brasileira de 1891 inspirado a primeira Constituição republicana de Portugal em 1911, e a Constituição portuguesa de 1933 inspirado o regime corporativo e “nacional-autoritário” da Constituição brasileira de 1937.³⁴⁷

Na sequência dessas lições de interatividade jurídica entre Brasil e Portugal infere-se que o corporativismo introduzido por Vargas, com a Carta Política de 10 de Novembro de 1937, não decorreu apenas da doutrina integralista brasileira, ou do fascismo italiano, houve inspiração no exemplo da Constituição portuguesa de 1933.

Impende ressaltar que estudiosos brasileiros apelidaram a Constituição de 1937 de “A Polaca”, sob o argumento de que sofreu ela inspiração do modelo

³⁴⁵ Cf. GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 13.

³⁴⁶ Para Adeotado, “[...] o “passado”, ainda mais que o interesse pela história, pela história das ideias, tem marcado, ao longo do tempo, a atenção de muitos pesquisadores brasileiros, país no qual a influência dos juristas tem sido notória. Curiosamente, esse interesse não tem sido cultivado nas próprias faculdades de direito brasileiras.” Aí uma realidade do ensino jurídico no Brasil. Cf. ADEODATO, João Mauricio. **Continuidade e originalidade no pensamento jurídico brasileiro: análises retóricas**. ADEODATO, João Maurício. (Org). 1. ed. - Curitiba: CRV, 2015, p. 24. ISBN 978-85-444-0522-2 1. Direito - Brasil.

³⁴⁷ Cf. MORAIS, Carlos Blanco de. **Tópicos Sobre a Formação de uma Comunidade Constitucional Lusófona, Uno ad Omnes**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 70-71.

ditatorial da Polônia³⁴⁸, por isso, relevantíssima aquela lição acima de Blanco de Moraes, tratando-se de um pertinente contributo ao tema. Sobre a influência portuguesa na Constituição de 1937, encontramos também o magistério do jurista brasileiro Inocêncio Mártires Coelho quando diz:

Com o propósito de tornar *efetiva* a Revolução de 1930, e inspirada tanto pela Constituição da Polônia, de 23 de abril de 1935 — o que lhe valeu o apelido de ‘A Polaca’ —, quanto pelas ideias nazi-fascistas de Hitler e Mussolini e, ainda, pelo ideário corporativista do Estado Novo português, a Carta de 1937 apresentou, pelo menos, duas singularidades importantes, uma relativa ao processo legislativo, outra referente ao controle de constitucionalidade das leis.³⁴⁹

Localizamos menção acerca da influência portuguesa na Constituição de 1937, também em relatório dirigido a Salazar pelo Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Mello (no dia 23 de Outubro de 1937). Ei-lo:

Três dias de incertezas. Quem será o novo titular da pasta política? Eis onde a situação houve que ter um desfecho. Os integralistas propunham e esperavam o seguinte: nova Constituição, semelhante à portuguesa, com um Presidente da República e um presidente de Governo. Este, bem entendido seria o chefe do Partido Integralista, Plínio Salgado. Constituição, aliás, de tipo municipalista e corporativista, etc.³⁵⁰
[grfamos]

³⁴⁸ “A Carta de 1937 (conhecida como ‘a polaca’, quer por uma vinculação ou, de certo modo, inspiração), no Estado nacionalista, implantado na Polônia pelo marechal José Pilsudski com sua volta a Varsóvia em 10 de novembro de 1918, quer ainda, em sentido maledicente, por invocação às ‘velhas senhoras’ que provinham da Europa oriental, para explorar atividades vinculadas à chamada mais antiga das profissões, exauriu-se com o Estado Novo, que findou quando os militares derrubaram Vargas em 29 de outubro de 1945”. Cf. MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 427.

³⁴⁹ Cf. COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 191.

³⁵⁰ Cf. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades (AHMNE), ANE 3 P, A 11 M 348, relatório de 23.10.1947, *apud* João Fábio Bertonha, in, *Plínio Salgado, o Integralismo Brasileiro, e as suas relações com Portugal (1932-1945)*, Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - v.XLVI (198), 2011, pp. 65-87, 9. p. 71.

O modelo de governança trazido com a Carta Constitucional de 1937 não foi a exata réplica do português, dentre outras cousas, porque aquele diploma magno concentrou na pessoa do Presidente da República as atribuições de chefe de governo e chefe de Estado. Manteve-se Vargas no poder até 1945 quando caiu por conta de outro golpe de Estado, e o país ganhou outra Constituição em 1946. É facto que o corporativismo fora privilegiado na Constituição de 1937,³⁵¹ e era nítido na mesma o seu carácter autoritário e centralizador, o que deu origem a uma era política denominada também de *Estado Novo* (compreendida de 1937 até 1945), tudo a lembrar (repetir!?) a experiência de Portugal.

Ora, nada disso é de se estranhar dado que o Direito do Brasil nasceu em berço lusitano, e a língua comum desses dois países favoreceu (e ainda hoje favorece) a circularidade de ideias, bem como, a interação e o diálogo a respeito de qualquer tema. Nesse sentido, consignamos o diálogo Brasil-Portugal tocante à censura e à repressão política ao teatro, durante os Governos de Vargas e Salazar, objecto de estudo documentado de Cristina Costa³⁵² mostrando a cooperação entre eles, em detrimento da liberdade de expressão pelas artes cênicas.

Facto comum aos dois movimentos integralistas é a presença significativa de elementos oriundos das Faculdades de Direito na sua formação, à guisa de pequenos exemplos, em Portugal, a figura de Sardinha, Marcello Caetano, Luiz de Almeida Braga, enquanto no Brasil, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Gilberto Osório. A esse respeito encontramos em Didier Musiedlak, Professor da Universidade Paris X (Nanterre):

Os Integralismos lusitano e brasileiro nasceram da mesma maneira, junto aos intelectuais das faculdades de direito que tentaram fazer reviver um passado mítico remodelado - no

³⁵¹ O estímulo às organizações nos moldes corporativos dos regimes fascistas é visível na redação original do Artigo 140 da Constituição de 1937. “Art. 140. A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas do Poder Público”.

³⁵² Cf. COSTA, Maria Cristina Castilho. **Teatro e Censura Vargas e Salazar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

caso de Brasil, em torno da nostalgia imperial³⁵³, e, no caso de Portugal, centrado no passado medieval do país. Revestiram-se, quanto à forma, de uma imbricação entre a política e o religioso em nome da restauração de uma sociedade orgânica centrada em valores partilhado, Deus, a família e a Pátria.³⁵⁴

Embora o mentor da AIB, Plínio Salgado, não fosse licenciado em Direito, era jornalista de profissão, o ideário desse movimento foi acolhido por alguns jovens ligados ao mundo jurídico e acadêmico em todo o país, a exemplo do que encontramos em Pernambuco, no final do mês de Novembro de 1932, quando ocorreu, na velha Faculdade de Direito do Recife (A Casa de Tobias³⁵⁵), o lançamento do *Manifesto de Recife*. Tal ação dos pernambucanos dava apoio ao Integralismo da AIB, cujo manifesto próprio havia sido divulgado, pela primeira vez, no Estado de São Paulo, em Outubro daquele ano de 1932. O *Manifesto do Recife* ganhou divulgação nas páginas do periódico *Diário de Pernambuco* com a seguinte chamada:

Ação Integralista Brasileira

*Manifestação do núcleo da Faculdade de Direito do Recife*³⁵⁶

O Integralismo lusitano é fenômeno histórico e político em Portugal, como é também para o Brasil a AIB. Esses movimentos políticos influenciaram a era estadonovista de cada país respectivo, sendo o caso português um

³⁵³ A esse respeito, *vide* linhas sobre a *Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB)*, no item 4.4 desta dissertação.

³⁵⁴ Cf. MUSIEDLAK, Didier. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. PALOMANES, Francisco Carlos; PINTO, Antônio Costa (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 349.

³⁵⁵ "Tobias Barreto (1839-1889) foi filósofo, escritor e jurista brasileiro. Foi o líder do movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife, que agitou a Faculdade de Direito do Recife. Patrono da cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras. [...] A sua contribuição filosófica e científica foi de grande importância, uma vez que contestou as linhas gerais do pensamento jurídico dominante e tentou fazer um entrosamento entre a filosofia e o direito, propagando os estudos de Darwin e de Haeckel. Apesar de ter vivido até as vésperas da República, não se envolveu nos movimentos republicanos. Voltou para o Recife, onde passou a lecionar na Faculdade de Direito. Hoje a Faculdade é consagrada como "A Casa de Tobias". Cf. https://www.ebiografia.com/tobias_barreto/. Capturado em: 22 Maio 2018.

³⁵⁶ Cf. *Diário de Pernambuco*, no dia 24 de Novembro de 1932.

paradigma para os integralistas do Brasil, bem como, razão de diálogo entre militantes portugueses e brasileiros.

4.4 Integralismo brasileiro e diálogo com integralistas lusitanos

“Verdadeiro inimigo da Nação: o materialismo”

(Plínio Salgado)

A concepção do Integralismo brasileiro previa a salvação nacional e humana, exprimindo realidades tangentes: O Estado orgânico, a organização corporativa da Nação, a Economia dirigida, a representação corporativa, o realismo político, a harmonia das forças sociais, a finalidade social, o princípio de autoridade, a valorização da cultura e tradições do povo, tudo a lembrar o movimento político português, quase homólogo.

Na doutrina do Sigma havia uma concepção nitidamente espiritualista, o que salta aos olhos no Manifesto de 1932 que assim inicia: “Deus dirige os destinos dos povos”³⁵⁷.

Dizer que o IL influenciou a AIB não é incorrer em erro. Contudo, é certo que o movimento português era monárquico e o brasileiro republicano, os princípios de cada movimento não eram, em tudo, semelhantes, havia diferenças, todavia, os seus membros dialogaram. Brasileiros elogiaram integralistas lusitanos. Há semelhanças na proposta corporativa, no nacionalismo exaltado, e eram avessos ao cosmopolitismo, ao comunismo, por exemplo.

Há registo de que Luís de Almeida Braga, um dos mais antigos e importantes integralistas lusitanos, esteve no Brasil no ano de 1921, quando então proferiu palestra na Faculdade de Direito de São Paulo sobre o IL, e deixou a semente do seu ideário político. Do discurso de Luiz de Almeida Braga naquela oportunidade, citamos:

³⁵⁷ Vide Anexo 10 – Manifesto da Ação Integralista Brasileira (AIB)

O sol é o sorriso do Brasil; sua alma a água dos rios; sua voz o cantando as ondas do mar; O Brasil é o herdeiro universal de Portugal; - Procurai nas tradições de vossa terra e de vossa língua as razões do vosso nacionalismo.³⁵⁸

A pesquisa sugere que essa retórica estimulou, anos depois, a criação da organização ultranacionalista que foi a AIB. Igualmente, para o movimento literário Modernista de 1922 que exaltava o nacionalismo e todos os valores culturais do país. A semente foi plantada por mãos portuguesas.

De notar, que poucos anos após a visita de Almeida Braga, surge no Brasil, em 1928, a *Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB)*, um movimento político de conservadores monárquicos, cujos princípios se cruzam com o Integralismo lusitano, tais como a restauração da monarquia, o nacionalismo, o tradicionalismo católico, e a implantação do corporativismo³⁵⁹, nos revelando por isso que houve também influência lusitana na criação daquele movimento brasileiro.

Encontramos na revista *“Integralismo lusitano: estudos portugueses”*, dirigida por Luís Almeida Braga³⁶⁰, palavras dos integralistas lusitanos dirigidas em apoio aos patrianovistas, que abaixo transcrevemos:

³⁵⁸ Cf. BRAGA, Luiz de Almeida. **Integralismo lusitano**. CONFERÊNCIA. Porto: Editor Aguiar, 1921, composto e impresso na Tipografia da Oficina de S. José, p. 15.

³⁵⁹ A respeito do corporativismo defendido pelos patrianovistas e da relação deles com a AIB afirma Felipe Azevedo Cazzeta: “Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, o patrianovismo possuía como característica a ideologia de extrema-direita, com suporte no projeto de Estado centralizador, calcado no corporativismo, e na feição antiliberal. Deste modo, seu líder esteve entre os fundadores da (SEP) que gerou a AIB.” CF. FÓRMULAS ANTIDEMOCRÁTICAS EM TERRAS LUSO-BRASILEIRAS: análises em torno do Integralismo lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914 - 1937). Doutorado em História, Niterói, 2016. p. 237. Cf. <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1817.pdf>, Capturado em: 29 Julho 2017.

³⁶⁰ Merece registo aqui a feição do intelectual que foi Luís de Almeida Braga, segundo Gonçalo Sampaio e Mello: “Quem quer se debruce hoje sobre as páginas, já quase esquecidas, de Luís de Almeida Braga, irá deparar-se efectivamente com um notável cultor da Língua Portuguesa, dos mais versáteis e luminosos deste século a acabar de o ser. Autor de estudos sérios, profundos, heurísticamente existentes, senhor de um estilo literário inconfundível e inimitável, espírito disciplinado no convívio dos grandes clássicos greco-latinos, prosador de excepcional craveira – constitui verdadeiro prazer para a inteligência, e até para os sentidos, ler e ouvir ler as páginas da sua prosa repassada de poesia – ressumando mesmo poesia por todos os poros – de autêntico lavrador da palavra, que foi, escrevendo como hoje já se não se escreve, ensinando pedagogicamente como hoje já se não ensina.” Cf. MELLO, Gonçalo

Patrionovismo: com esta designação iniciou-se há poucos anos no Brasil um movimento de ideias político-sociais, destinado a instaurar nos costumes a ordem cristã e latina e a reconduzir a Pátria-Irmã ao caminho perdido da sua Grandeza pela restauração do Império, na pessoa do príncipe Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança. Movimento da mocidade já doutrinado nos princípios antiliberais e antidemocráticos, norteia-o a certeza de que é essencial à conservação da unidade do Brasil a existência de um poder político, forte, contínuo e seguramente nacional nas suas intenções, que não possa ser escravo do partido da Maioria, por ficar sobranceiro a todas as facções. Alheios à política do Brasil, como devemos ser, nada nos impede de saudar a grande esperança que a sua juventude põe nos mesmos princípios de salvação pública porque há vinte anos vimos lutando, em obediência à lei do sacrifício pelo bem-comum. Aos rapazes patrionovistas, os integralistas da grande e querida Nação-Irmã, enviamos os mais afetuosos votos e a melhor lembrança de apreço aos órgãos dos seus centros [...] agradecendo a todos as palavras com que acolheram o *Integralismo lusitano*.³⁶¹ [grifamos]

Os patrionovistas vão diferir dos integralistas brasileiros quanto à questão da monarquia, porém ideias do movimento convergem à AIB, o fascismo brasileiro, nas palavras de Héglio Trindade. Lembramos que a *Semana de Arte Moderna* havida em São Paulo,³⁶² também influenciou a formação do integralismo no Brasil devido ao culto dos valores nacionais. Nesse sentido é a afirmação do historiador brasileiro, e ex-integralista, Potiguar Matos: “*Ora, o*

Sampaio. **Luís de Almeida Braga ou o Elogio da Derrota**. Sintra: VÁRIA ESCRITA. Cadernos de estudos arquivísticos, históricos e Documentais, 2000, nº 7, pp. 185-186.

³⁶¹ Cf. RES ET VERBA. BRAGA, Luís de Almeida: RAPOSO; Hipólito (dir). **Integralismo lusitano: estudos portugueses**. Lisboa: TIP. Inglesa, 1932 – 1932, pp. 250-251.

³⁶² “A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro, teve como principal propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências européias, essa era basicamente a intenção dos modernistas. Durante uma semana a cidade entrou em plena ebulição cultural, sob a inspiração de novas linguagens, de experiências artísticas, de uma liberdade criadora sem igual, com o conseqüente rompimento com o passado. Novos conceitos foram difundidos e despontaram talentos como os de Mário e Oswald de Andrade na literatura, **Víctor Brecheret** na escultura e **Anita Malfatti** na pintura. O movimento modernista eclodiu em um contexto repleto de agitações políticas, sociais, econômicas e culturais. Em meio a este redemoinho histórico surgiram as vanguardas artísticas e linguagens liberadas de regras e de disciplinas”. SANTANA, Ana Lucia. **Semana de arte moderna**. 2013. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna/>>. Capturado em: 10 Março 2013.

Integralismo veio diretamente da Semana de Arte Moderna".³⁶³ E o próprio Plínio Salgado participou daquele evento como refere Leandro P. Gonçalves:

Na Semana de Arte Moderna, Plínio Salgado apresentou um texto denominado: *Arte brasileira*, que fazia parte de uma série de reflexões que o autor desenvolveu na ocasião, temática também encontrada em: *A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência*. Ambos os textos de 1922, sendo apenas o primeiro apresentado no evento, o segundo foi arquivado pelo autor e publicado apenas em 1956, momento do lançamento das *Obras completas*.³⁶⁴

Digno de nota é que, naquele mesmo ano de 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), depois colocado na ilegalidade, mas que atraiu intelectuais, artistas, estudantes, operários, alguns militares, dentre outros, porém não chegou às dimensões da AIB. Em Portugal, o Partido Comunista Português (PCP) surgiu um ano antes, em 1921, o que se atribui a celeridade da divulgação da ideologia no continente europeu naquela altura, com a vitória bolchevique em 1917 na antiga Rússia, depois URSS.

A criação do PCB em terras brasileiras serviu de matéria prima aos integralistas para lutar por seus ideais, para preservar os valores cristãos e ocidentais da nação. No mesmo passo, alimentou a reação das classes dominantes do país, que junto com a Igreja Católica buscavam frear o avanço comunista no Brasil, inclusive os movimentos obreiros, as greves sobretudo.

Os integralistas brasileiros se declaravam inimigos do comunismo, o que agradava a burguesia rural e urbana, a governança varguista, a classe fardada, o clero católico, as famílias de fé religiosa. Ao lado disso, os exemplos vindos da Europa, mormente de Itália e Portugal, de um Estado forte, autoritário, calcado

³⁶³ Cf. BONALD NETO, Olímpio. **Ideologia nos anos 30 - modernismo, regionalismo, Integralismo**. 15. ed. Recife: Editora Bagaço, 1996, p. 67.

³⁶⁴ Cf. GONÇALVES, Leandro Pereira. **A formação do Integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 4 n. 8 pp. 49-67, Julho/Dezembro de 2012. <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/search/search>. Capturado em 12 Agosto 2018.

no corporativismo, com preocupação social e na família, norteado por Deus, e respeitando a propriedade privada, mostrava-se como a saída contra a ameaça comunista, em contraste ao fracasso nesse campo do Estado demoliberal. Digno de nota neste trabalho, é que na Inglaterra naquela altura havia um partido comunista inserido no seu Regime demoliberal.

Vero é que a década de 1930 foi mui conflitante no Brasil, em Portugal, e em todo o globo. O embate das ideologias era uma constante naqueles tempos, não podendo se relegar aqui a Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939), o ápice da intolerância política naquela altura, e que serviu de exercício às tropas nazi-fascistas, e também soviéticas, para o conflito maior que viria após, a II Guerra Mundial.

Aquele clima político se espalhava por todos os lados, e no período acima ocorreram nas grandes cidades brasileiras confrontos de militantes integralistas com comunistas, e até com demoliberais, tendo como palco de luta as ruas, praças e avenidas, às vezes com exacerbada violência. A ação dos integralistas era ostensiva nas ruas brasileiras, e há registro da participação deles em Portugal, o que localizamos nos trabalhos de José Fábio Bertonha.

Em suas investigações, Bertonha localizou missivas do Movimento Nacional Sindicalista (NS) solicitando e doando livros aos integralistas brasileiros, e Severino Moura, da AIB, participou em Portugal de comícios ao lado de Francisco Rolão Preto,³⁶⁵ o criador do NS, oriundo do Integralismo lusitano.³⁶⁶

³⁶⁵ Cf. BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado, o Integralismo Brasileiro, e as suas relações com Portugal (1932-1945)**, *Análise Social* - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - v. 46, n. 198, 2011, pp. 65-87. Bertonha na mesma página e obra refere-se ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado como depositário daquelas missivas.

³⁶⁶ À propósito da criação do NS encontramos em Pinto: "Alguns elementos da chamada segunda geração integralista aderiram de imediato à ordem salazarista, como Marcello Caetano, sucessor de Salazar no fim da década de 60. Mas em 1932, Rolão Preto, ao mesmo tempo que aceitava a dissolução da Junta Central da qual era o elemento mais jovem, fundou o Nacional-Sindicalismo" Cf. BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado, o Integralismo Brasileiro, e as suas relações com Portugal (1932-1945)**, *Análise Social* - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - v. 46, n. 198, 2011, pp. 65-87.

O Nacional Sindicalismo criado por Preto em 1932, surge em um momento em que o IL estava em declínio, inclusive já não contava com António Sardinha (falecido em 1925), tendo havido a sua dissolução no ano seguinte - 1933.

O dito movimento em Portugal foi o que mais se aproximou do fascismo italiano e, coincidentemente, surgiu quando Mussolini já tinha seu governo consolidado e, no Brasil, cria-se a AIB, que depois seria reconhecida como partido político. Tanto Preto como Salgado eram intitulados pelos seus seguidores como “Chefe”.

A pesquisa encontra semelhanças com o integralismo brasileiro, já que o NS também usava uniforme, camisas azuis vestiam os membros do NS, e os da AIB, camisas verdes. Além disso, saudação e organização quase militares eram comuns e compartilhavam ideias nacionalistas, corporativas, exaltando um modelo de estado autoritário, avesso ao marxismo, mas com proteção social aos obreiros, este um fator ideológico marcante. No caso brasileiro, até milícia havia.³⁶⁷

Os fascistas portugueses, entenda-se os ativistas do Nacional Sindicalismo, envergando as suas camisas azuis, com coreografia assemelhada àquela havida na Itália de Mussolini, diziam representar os trabalhadores portugueses, invocavam melhorias sociais e do trabalho, e também usavam a Cruz de Cristo (que importaram do movimento integralista) como sinal da Tradição portuguesa. “É preciso que os muito ricos sejam menos ricos para que os muitos pobres sejam menos pobres”, era o lema dos Camisas Azuis.

Pode-se mesmo dizer que o NS foi um movimento passageiro cuja ascensão coincidiu com o cenário de ideias políticas radicais que marcaram as primeiras décadas da Europa, mas, em 1934, através de nota oficial, Salazar dissolveu o NS levando Rolão Preto à prisão e depois ao exílio.

Bertonha na mesma página e obra refere-se ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado como depositário daquelas missivas.

³⁶⁷ Vide Anexo 11 - Estruturação da Milícia Integralista.

Ainda segundo a mesma pesquisa de Bertonha, jornais e revistas da AIB discutiam o progresso do corporativismo português, da sua política antiliberal, dirigindo elogios ao IL³⁶⁸. Aquele investigador ainda assevera que Plínio Salgado fazia alusão a Hipólito Raposo e a Rolão Preto em seus escritos identificando-se com o corporativismo do Integralismo lusitano.³⁶⁹ Portanto, a AIB nutria simpatia pelo movimento português e não escanteou o seu exemplo, mesmo que tenha bebido em outras fontes.

Anticomunismo, autoritarismo, postura antiliberal, a inclinação católica, valorização da família e da cultura nativa, valorização do município, e o corporativismo como base da organização social e econômica da nação são elementos de convergência de ambos os integralismos, facto evidente a qualquer investigador, sem esquecer que o IL era monárquico e a AIB republicana.

Voltando ao processo de influência, o IL esteve presente no Brasil desde a visita de Luís de Almeida Braga à Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1921, já referida anteriormente em linhas desta dissertação. Passados os anos desde aquela visita e uma vez surgida a AIB torna-se patente as similitudes entre ambos os movimentos políticos, inclusivamente, o aspecto religioso à luz da Igreja de Roma, este uma presença no pensamento político de Plínio Salgado no decênio de 1930 e mais tarde também³⁷⁰. Enfatizamos que a AIB não foi uma mera réplica do IL e as semelhanças havidas decorreram até de diálogo oculto, segundo Pereira Gonçalves:

Visíveis são as convergências entre os dois movimentos políticos, entre os vários elementos: o nacionalismo autoritário, o conservadorismo radical, o anticomunismo, o antiliberalismo, a antioligarquia e a defesa do espiritualismo, de fácil percepção também são as divergências como: a oposição, monarquia X república e a defesa de um movimento político mobilizador da massa social, enquanto o luso, mais elitizado. Através de uma análise comparativa, a investigação sistematizou mais

³⁶⁸ Cf. BERTONHA, João Fábio. *op. cit.*, p. 70.

³⁶⁹ Cf. BERTONHA, João Fábio. *op. cit.*, p. 70.

³⁷⁰ Vide SALGADO, Plínio. **O Conceito Cristão da Democracia**. São Paulo: Guanumby, 1945.

semelhanças do que diferenças entre os movimentos integralistas. As semelhanças e diferenças fazem parte de diálogos ocultos, possuindo nesse diálogo a base de sistematização política organizativa do pensamento pliniano. A política integralista de Plínio Salgado obteve certo sucesso, uma vez que conseguiu arregimentar milhões de militantes, no entanto, nunca alcançou o poder central, assim como os lusitanos; mas, com o crescimento interrompido pelo decreto do Estado Novo, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Getúlio Vargas e António Salazar passavam a ser elementos de incômodo para a prática integralista. A ilegalidade da AIB abriu espaço para um novo momento da relação luso-brasileira de Plínio Salgado, o exílio em Portugal.³⁷¹

Como medida de didática invitamos o leitor a observar o quadro anexo³⁷², tocante às diferenças entre o IL e a AIB.

A AIB foi extinta por Vargas em 1937. No ano seguinte, precisamente em 11 de Maio de 1938, fracassaram os integralistas brasileiros em uma tentativa de golpe de Estado – pegaram em armas, cercaram o Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente Vargas. Naquela ocasião houve troca de tiros e oito dos assaltantes foram fuzilados nos jardins do Palácio³⁷³. Como consequência, Plínio Salgado foi preso, e embora tenha negado a autoria e o comando daquele ato de força, Vargas o colocou em exílio, tendo ele vindo para Portugal, assim ocorreu a ruptura entre eles.³⁷⁴

O exílio de Plínio Salgado se deu em Lisboa (1939 – 1946), onde manteve contactos com muitos membros do IL e membros da direita conservadora portuguesa. Em terras lusas, escreveu e publicou algumas de suas obras, participou de eventos ao lado de integralistas lusitanos e apoiava livremente Salazar, o seu Estado Novo. Ainda a respeito do exílio português de Plínio Salgado, preconiza a pesquisa que aquele foi uma decorrência, não apenas de

³⁷¹ Cf. GONÇALVES, Leandro Pereira. **ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS**. Tese de doutorado em História aprovada pela PUC-SP, 2012, pp. 261/262. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12766/1/Leandro%20Pereira%20Goncalves.pdf>. Capturado em: 30 Março 2018.

³⁷² Vide Anexo 12 -. Quadro demonstrativo das diferenças entre o IL e a AIB.

³⁷³ Cf. VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 70.

³⁷⁴ Vide Anexo 13 - Fotografia de Vargas entre militantes da AIB.

amizades e afinidades ideológicas com nacionais portugueses e com o Estado Novo salazarista, mas, devido a descendência lusa de Salgado por parte do seu avô paterno,³⁷⁵ pelo que Portugal lhe era simpático.

Em sua estada em terras portuguesas, Salgado, como já dito anteriormente, interagiu com integralistas lusitanos, dentre eles Monsaraz³⁷⁶ e João Ameal.³⁷⁷ Oportuno consignar que o próprio Rolão Preto deixou registo literário com elogios ao Brasil e a Plínio Salgado, bem como ao historiador Pedro Calmon, em escrito de sua lavra intitulado “**Uma Carta Brasileira?**”, cujo trecho achamos conveniente aqui transcrever:

De um Pedro Calmon a um Plínio Salgado, passando por todos os tons da magia em que se tecem os mistérios da superior expressão verbal - austeridades clássicas ou harmônicas líricas, palavras talhadas em duro mármore ou palavras leves, eco saudoso e brando de palavras - quantos brasileiros cujo verbo tem sabido trazer-nos intacta, por cima dos tempos e dos mares, essa mensagem de beleza em que o Brasil incessantemente floresce! Depois, com que generosa, com que assombrosa vastidão d'alma eles nos têm oferecido a sua amizade! Ninguém como o brasileiro também está na posição íntima de nos entender e, portanto, de nos estimar.³⁷⁸

Com a redemocratização do Brasil, em 1946, Plínio Salgado retorna ao seu país e sob uma nova sigla política (PRP – Partido de Representação Popular) consegue ser eleito deputado federal pelo Estado do Paraná em 1958 e 1962. Uma vez extinta a sua sigla partidária com o Golpe militar de 1964, adere Plínio aos militares e ingressa no partido da situação – a ARENA –, elegendo-se

³⁷⁵ P. Salgado descende de família católica, de tradição política. O seu avô paterno era de origem portuguesa e após estudar Humanidades em Coimbra emigrou para o Brasil, por razões políticas. Cf. TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 43. Sobre o exílio *vide* GONÇALVES, Leandro Pereira, **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

³⁷⁶ *Vide* Anexo 14 - Fotografias de Plínio Salgado quando do seu exílio em Lisboa.

³⁷⁷ Por meio do livro *Plínio Salgado, In Memoriam*, publicado pela editora Voz do Oeste/Casa de Plínio Salgado, São Paulo, 1986, p. 131, Ameal o define como o *gênio Lusíada*.

³⁷⁸ Cf. PRETO, Rolão. **Obras Completas - II**. ALEXANDRINO, José Marcello (Org.). Lisboa: Edições Colibri, 2015, pp. 308-309.

deputado federal em 1966 e 1970. Só sai da vida pública em 1975, ano do seu falecimento.

Indubitavelmente que a AIB surgiu no turbilhão político dos anos 1930, mas foi o primeiro movimento político de massa no Brasil, eis que os integralistas seduziram inúmeras pessoas de diferentes profissões, etnias e classes sociais, inclusive no clero, tendo **sofrido influência lusitana e italiana**, factos perceptíveis a qualquer pesquisador imbuído de objetividade. A esse respeito transcrevemos o magistério de Trindade:

A diversidade de movimentos autoritários na Europa influenciando o Brasil, entre as duas guerras, faz do Integralismo uma ideologia eclética. Enraizado num nacionalismo telúrico, fundado sobre o messianismo místico do destino histórico da nova raça mestiça, a ideologia integral, incorpora numa nova síntese, o tradicionalismo social e religioso do Integralismo lusitano e do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo do fascismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista. O nacionalismo e o espiritualismo, esses dois elementos doutrinários de convergência no Integralismo, associados à luta contra um inimigo comum, permitiram a coexistência num único movimento de tendências ideológicas justapostas. O papel conciliador do chefe integralista teve o mérito de salvaguardar a unidade do Integralismo, apesar das clivagens ideológicas existentes desde seu nascimento até sua dissolução. Desta forma, pois, o Integralismo – que acreditava responder às aspirações de um jovem país e aberto às influências – foi rejeitado pela história brasileira, como um pesadelo dos anos trinta.³⁷⁹

O projeto integralista de valoração da cultura nacional, de tudo que fosse brasileiro, do anticomunismo radical, dos valores étnicos e espirituais da nação, além da proposta de um Estado corporativo, foi apropriado pelo Estado Novo varguista. Merece destacar que atualmente no Brasil existe a *Frente Integralista Brasileira*,³⁸⁰ surgida nesse século XXI, instituição com o objetivo de criar uma

³⁷⁹ Cf. TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1974, p. 289.

³⁸⁰ A Frente Integralista Brasileira, também designada pela sigla F.I.B., é uma associação civil sem fins lucrativos fundada no dia 22 de Janeiro de 2005, com sede na cidade de São Paulo (SP), que tem por finalidade promover movimentos culturais, políticos e sociais como forma

escola de cultura e civismo, contudo, diferente da ação política da AIB de outrora. Busca despertar o povo brasileiro em torno das reais possibilidades da nação elevar a sua auto-estima, inspirada em valores cristãos.

A implantação de um Estado corporativo defendido pela AIB, de igual, pelos integralistas lusitanos, patrianovistas, salazaristas e fascistas, ganhou vida na Constituição brasileira de 1937³⁸¹ que foi o alicerce jurídico do Estado Novo tendo adotado o corporativismo como base da organização social e econômica do país. Por isso, merece ser investigado com o fito de melhor compreendê-lo como fenômeno jus-político havido no Brasil durante a era Vargas.

de resgate da herança cultural, cívica, política e ideológica da Acção Integralista Brasileira. Cf. <http://www.Integralismo.org.br/?cont=787&vis=>. Capturado em: 10 Janeiro 2014.

³⁸¹ CF/1937 - “Art. 140. A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas de Poder Público”.

SECÇÃO 5. O CORPORATIVISMO NO BRASIL

5.1 A evolução histórico-jurídica do corporativismo no Brasil

Analisar o corporativismo estatal havido no Brasil com aquele ocorrido em Portugal, o que faremos no item 5.2 mais adiante, exige, para uma melhor compreensão do leitor, um relato da sua evolução histórico-jurídica e da investigação dos seus pesquisadores, o que nos propomos a realizar aqui. Vejamos.

É sabido que as corporações de ofício, comuns na Idade Média, entraram em declínio na Europa com a Revolução Francesa, secundada pela Revolução Industrial, cuja principal característica foi a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e mediante o uso de máquinas. No Brasil colonial também havia corporações de ofício (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, dentre outros) sob a égide do Direito português de então, contudo, após o processo de independência e por força da primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824 pelo Imperador D. Pedro I³⁸², foram todas aquelas abolidas³⁸³.

“Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães e mestres”, dispunha a Constituição do Império do Brasil (de 1824), no inciso XXV, do seu Art. 179³⁸⁴. O Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno³⁸⁵, ao comentar a Constituição de 1824, em sua obra *Direito Público*

³⁸² Em Portugal, D. Pedro IV, sucessor do Rei D. João VI.

³⁸³ Merece ressaltar que o processo de industrialização do Brasil só floresceu a partir do período republicano do século XX.

³⁸⁴ Constituição brasileira de 1824 - “Art. 179. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...]; XXV) Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães, e mestres”.

³⁸⁵ O Marquês de São Vicente, José Pimenta Bueno, nascido no Brasil, era licenciado em Direito pela primeira turma da Faculdade de Direito de São, em 1932, tendo sido considerado um dos seus mais brilhantes alunos. Defensor da monarquia, Pimenta Bueno gozava da simpatia do próprio Imperador D. Pedro II, e aliado à sua reputação de notável jurista, ocupou ele várias posições políticas de relevo no Império do Brasil, dentre elas Conselheiro de Estado e senador. A respeito da importância de Pimenta Bueno como jurista da era imperial brasileira. Cf. LIMA, José Reinaldo de. *O Direito na História: lições introdutórias*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

brasileiro e análise da Constituição do Império, justifica aquele dispositivo constitucional sob os seguintes argumentos:

O trabalho é a lei do homem, é o meio único pelo qual ele subsiste e se melhora; em vez de reconhecer o direito sagrado que ele tinha de procurar a escolher os meios e combinações mais favoráveis para cumprir o preceito dessa lei, tais corporações não serviam senão para disputar privilégios e monopólios, para pretender direitos e extorsões. Oprimiam os talentos e interesses dos operários e das profissões que queriam aperfeiçoar-se pela livre concorrência [grifamos]. De um lado impediam que a sociedade tivesse a livre escolha dos produtos que deseja, e que obtivesse os seus suprimentos por preço cômodo. O direito de trabalhar era como um direito dominial³⁸⁶, que podia ser vendido ou aforado pelo governo em favor de alguns e à custa dos interesses de todos. Esse abuso, já proscrito pela civilização, é, pois, expressamente condenado pela nossa garantia constitucional.³⁸⁷

Daí, percebe-se o intuito da Constituição imperial, nessa particular questão, de assegurar igualdade de oportunidades aqueles que tivessem interesse de enfrentar por si só o mercado. Portanto, uma regra de direito económico, nos moldes do liberalismo, inserida naquela Carta política, mas que não seria repetida na era republicana. Não podemos esquecer que a Carta política imperial brasileira surge em 1824, quando as ideias da Revolução Francesa já circulavam há muito pelo globo e aquele ideário francês condenava as corporações de ofício, chegando a ser proibidas pela histórica *Lei Chapelier*, que se encontra catalogada no Volume II anexo a este trabalho.

Com a república, o Brasil ganhou uma nova constituição, em 1891, a qual não mais tratou a respeito das corporações de ofício. A defesa das corporações, e também da própria monarquia no Brasil, ficaria visível anos mais tarde com o surgimento da *Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB)*, em 1928. “O patrionovismo rejeita o império brasileiro, que, influenciado pelo liberalismo, aboliu na constituição as corporações de ofício, seus juízes, escrivães e

³⁸⁶ Por direito dominial entenda-se aquele que o senhor e possuidor exercia sobre as suas terras e tudo o mais que estiver agregado, estabelecido, sobre os seus domínios.

³⁸⁷ Cf. SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno. **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 483.

mestres”³⁸⁸ e, com a era Vargas, já nos primórdios da década de 1930, o país passou a dar um tratamento jurídico mais acentuado ao universo laboral, para nele incluir a regência dos entes sindicais, a criação do Ministério do Trabalho, a criação de legislação laboral e previdenciária, e a posterior formação do corporativismo estatal a exemplo de Itália e Portugal. Também na era Vargas o processo de industrialização do país começou a ser otimizado, para com isso deixar o Brasil de ser atrelado à economia do agronegócio, o que atraiu um tratamento jurídico próprio.

Nesse passo, nos primeiros anos do governo Vargas, surgiu a Constituição de 1934, com viés social e democrático, a segunda carta política da era republicana no Brasil, resultado de uma Assembleia Nacional Constituinte composta pelos parlamentares eleitos no pleito eleitoral de 1933³⁸⁹, o primeiro e último da era Vargas entre 1930-1945, e após a Revolução Constitucionalista de 1932.

Aquela conjura fora deflagrada em Julho de 1932, no Estado de São Paulo, contra o Governo provisório de Vargas³⁹⁰ que adiava a promessa de dar ao país uma nova constituição. Os paulistas se rebelaram em armas contra a condução governamental de Vargas ameaçando o seu poder, embora tenha saído ele vitorioso do conflito após quase três meses de hostilidades³⁹¹.

A chegada em 1934 daquela nova ordem constitucional não animou no Brasil os negadores do regime demoliberal, os defensores da experiência de Estado corporativo³⁹² já em prática, àquele tempo, em Itália e Portugal, pois que almejavam um Estado corporativo de feição autoritária. A Constituição de 1934 inovou ao criar direitos sociais no Brasil notadamente proteção à classe obreira,

³⁸⁸ Cf. VIEIRA, Paim. **Organização Profissional, Corporativismo e Representação de Classes**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1933, p. 250.

³⁸⁹ O voto feminino no Brasil emerge no pleito de 1933.

³⁹⁰ O Decreto nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930, após a vitória da Revolução daquele mesmo ano, instituiu o Governo provisório do Brasil, com Getúlio Vargas como Chefe de governo concentrando, discricionariamente, as funções do Poder Executivo e Legislativo.

³⁹¹ Cf. LEMBO, Cláudio. **A pessoa: seus direitos**. Barueri: Manole, 2007, p.113.

³⁹² Era ideário dos integralistas brasileiros um Estado corporativo tal como propagavam os integralistas lusitanos.

sendo certo que ela expressamente reconheceu associações profissionais e sindicatos que seriam reconhecidos na conformidade da lei (Art. 120³⁹³), o que implicava em anuência prévia do Estado à criação de sindicatos. Assim, longe o livre sindicalismo. Foi a primeira carta política brasileira a tratar sobre direito laboral.

Àquela altura, a Constituição de 1934 representou um avanço grande para um país pobre, com alto índice de iliteracia, carente de infraestrutura urbana, inserido em uma atmosfera mundial de conflitos ideológicos, bélicos, sociais e crise econômica trazida com o *crash* de 1929, cujos efeitos recaíram sobre o Brasil logo no alvorecer da década de 1930, marcando a historiografia brasileira. Abaixo, apontamos alguns artigos daquela Constituição que asseguravam direitos aos trabalhadores brasileiros. Ei-los:

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres; e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; f) férias anuais remuneradas; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; i) regulamentação do exercício de todas as profissões; j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho.

³⁹³ CF/1934 - “Art 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei”.

§ 2º - Para o efeito deste artigo, não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos.

§ 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

§ 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

[...]

§ 8º - Nos acidentes do trabalho em obras públicas da União, dos Estados e dos Municípios, a indenização será feita pela folha de pagamento, dentro de quinze dias depois da sentença, da qual não se admitirá recurso *ex-offício*.

A supracitada Constituição³⁹⁴ também previa a criação de uma justiça laboral nos moldes corporativos, contemplando a participação de representantes de obreiros e patrões, para dirimir conflitos da relação capital-trabalho. Assim é que encontramos no Art. 122 daquela Carta:

Art. 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I.

Parágrafo único - A constituição dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação obedecerá sempre ao princípio da eleição de membros, metade pelas associações representativas dos empregados, e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido entre pessoas de experiência e notória capacidade moral e intelectual.

³⁹⁴ Sobre o ineditismo daquela Constituição encontramos em Sergio Pinto Martins: “A Constituição de 1934 é a primeira constituição brasileira a tratar especificamente do Direito do Trabalho. É a influência do constitucionalismo social, que em nosso país só veio a ser sentida em 1934. Garantia a liberdade sindical (Art. 120), isonomia salarial, salário-mínimo, jornada de oito horas de trabalho, proteção do trabalho das mulheres e menores, repouso semanal, férias anuais remuneradas (§ 1º do Art.121)”. Cf. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 11.

A Justiça do Trabalho prevista na Constituição de 1934 somente veio a ser concretizada durante o período do Estado Novo (1937-1945). Por meio do Decreto-lei nº 1.237, de 02 de Maio de 1939, o Presidente Vargas definiu a organização da Justiça do Trabalho, contudo, a mesma só foi instalada em 1941³⁹⁵. A citada Constituição teve vida breve, durou cerca de três anos, pois em Novembro de 1937 foi revogada pelo golpe de Vargas que outorgou a Constituição de 1937.

O caráter social do texto constitucional de 1934, acrescido do teor do seu Art. 23, fez com que Cláudio Lembo a taxasse de social-corporativa³⁹⁶. Aquela Carta política foi sim um avanço na proteção jurídica da classe obreira e teve traços corporativos, todavia não definiu que a economia do país dar-se-ia nos moldes corporativos³⁹⁷, isso só encontraremos na Constituição de 1937, a que dedicamos linhas neste trabalho. Assim, o ideário corporativo esteve levemente previsto naquela Constituição quando criou os deputados das profissões, os quais seriam eleitos pelas suas respectivas organizações profissionais para compor a Câmara dos Deputados, mais a justiça laboral em um sentido corporativo. A dita Constituição tratou dessa temática em seu Art. 23, § 4.º e 5º, que abaixo transcrevemos:

Art. 23. A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante systema proporcional e suffragio universal, igual e directo, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais na forma que a lei indicar. [...]

§ 4.º O total dos Deputados das tres primeiras categorias será, no mínimo, de seis setimos da representação profissional, distribuidos igualmente entre ellas, dividindo-se cada uma em circulos correspondentes ao numero de Deputados que lhe caiba, dividido por dois, afim de garantir a representação igual de empregados e de empregadores. O numero de circulos da quarta categoria corresponderá ao dos seus Deputados.

§ 5.º Excetuada a quarta categoria, haverá em cada circulo profissional dois grupos eleitoraes distinctos: um, das

³⁹⁵ Cf. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. História da justiça do trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>>. Capturado em: 03 Janeiro 2016.

³⁹⁶ Cf. LEMBO, Cláudio. *op. cit.*, p. 115.

³⁹⁷ O sistema corporativo tem no fator econômico o seu pressuposto elementar.

associações de empregadores, outro, das associações de empregados. [literal]

As circunstâncias de política interna e externa que envolveriam a Carta de 1934 prejudicaram o cumprimento dos seus ditames, precisamente a ação dos comunistas no Brasil que no ano de 1935 tentaram um golpe de Estado e a nação passou a vivenciar depois uma forte repressão política, com prisões das mais variadas pessoas, além de forte censura dos meios de comunicação. Inserto o país naquele clima social e político³⁹⁸, cerca de dois anos após a referida conjura comunista, é que Vargas promoveu um golpe de Estado, em 10 de Novembro de 1937, com o apoio de civis e militares leais à sua governança, dando início à era do seu *Estado Novo*, para isso, impôs à nação uma nova Constituição, naquela mesmo dia, que nitidamente consagrou a economia do país organizada em corporações.

Em suma, a Constituição de 1934 continha gotas de corporativismo, mas o Estado corporativo no Brasil juridicamente nasce a partir da Constituição de 1937, que em seu Art. 140 expressamente previa:

Art. 140. A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas de Poder Público.

Historiadores e outros pesquisadores sociais no Brasil referem sim ao período de governança estatal, compreendido de 1937 a 1945, como o *Estado Novo*, contudo, essa nomenclatura não é original brasileira, repete-se a que

³⁹⁸ Rui de Figueiredo Marcos, Carlos Fernando Mathias e Ibsem Noronha sobre esse facto discorrem: “Como já assinalado, a Constituição de 1934 durou pouco (de 16 de julho de 1934 a 9 de novembro de 1937). Esta curta duração, flagrantemente, se deveu ao fato de ter sido ela atropelada pela radicalização do clima social e político que experimentava então o país, ou melhor, o mundo”. Cf. MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsem. **História do direito brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 424.

surgiu em Portugal criada por Salazar³⁹⁹, ficando patente a sua apropriação e utilização pelos nacionais do Brasil⁴⁰⁰ até nos tempos atuais. Tal facto mostra a exata fonte de inspiração quanto ao modelo de Estado (corporativo) e o regime de governança.

Pertinente aqui transcrever o pensamento de Agamenon Magalhães⁴⁰¹ concernente ao Estado Novo brasileiro, quando diz ele que se trata de “uma democracia autoritária e corporativa”, deixando com isso transparecer a força e o “lema” do regime⁴⁰².

Instaurado o Estado Novo varguista em fins de 1937, apenas em 1º de Maio de 1943 surgiu a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, um marco do Direito laboral no Brasil que passou a ocupar um papel importante no corporativismo estatal, porque estipulava aquela norma jurídica a estrutura corporativa de então. A iniciativa da CLT foi tardia e Vargas durante o seu consulado não conseguiu implementar a Constituição de 1937, que previa, fora a estrutura corporativa, o mantimento da Câmara dos Deputados (eleita indiretamente) e do Conselho Federal (em

³⁹⁹ A expressão *Estado Novo* atribui-se a Salazar em seu discurso “O Exército e a Revolução Nacional”, quando, em 28.05.1932, ele agradeceu ao Exército português a oferta das insígnias da grã-cruz da Torre e Espada, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar. Cf. SALAZAR, Oliveira. **Discursos (1928-1934)**. Vol I. Coimbra: Coimbra Editora, 1935, p. 144. Segundo Luiz Reis Torgal: “... o “Estado Novo” – expressão que, em discurso público, Salazar só emprega pela primeira vez (salvo erro), em 28 de Maio de 1932, em véspera de ser nomeado presidente do Conselho de Ministros, mas que no âmbito das concepções, era formulada, em modalidades diferentes, pelas “novas gerações” de intelectuais (modernistas, católicos, monárquicos, integralistas, filofascistas, nacionais-sindicalistas....) – eram considerados, do ponto de vista formal, regimes republicanos. Cf. TORGAL, Luis Reis. **Estado Novo: “República Corporativa”**. Revista de História das Ideias, vol. 27, 206, pp. 446-447.

⁴⁰⁰ Foi encontrada pela pesquisa a expressão lusitana *Estado Novo* em discurso de Francisco Campos, de 10 de Maio de 1938, portanto, poucos meses após o golpe de 10 de Novembro de 1937. Por esse discurso, intitulado o Estado Nacional, Campos refere ao regime de Vargas como “o novo Estado brasileiro” acrescentando que “o novo governo corresponde ao novo Estado” e “que o Estado Novo é o Sr. Getúlio Vargas, e que sem ele, sem o seu temperamento e as suas virtudes, o Estado Novo teria outro sentido e outra expressão”. Cf. CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. 2002. Apresentação de Nélson Jahr Garcia, p. 369-390. CPDOC - www.cpdoc.fgv.br. Daí, infere-se que partiu de Campos a alcunha *Estado Novo* para nominar o regime varguista, sobretudo, por ter sido ele o seu mentor jurídico e autor da Constituição de 1937.

⁴⁰¹ Foi ele Ministro de Vargas e depois Governador do Estado de Pernambuco.

⁴⁰² Cf. Artigo intitulado *A Teoria do Estado Novo* - publicado em Recife, no periódico Folha da Manhã, em 1º de Junho de 1938. Vide Anexo nº 15 - Artigo de Agamenon Magalhães sobre a ideologia do Estado Novo.

substituição ao Senado), por conseguinte, isso ajudou no perecimento do regime. **O Estado corporativo brasileiro não chegou a funcionar plenamente, desapareceu antes disso.**

A respeito do corporativismo no Estado Novo varguista, da sua relação com os sindicatos e CLT, para melhor compreensão do leitor, transcrevemos abaixo as palavras de Adalberto Cardoso:

A ideologia corporativista embalou empresários, igreja, juristas, administradores públicos, trabalhadores de esquerda e de direita e tantos outros agentes no pós-1930, mas serviu de fato para legitimar a repressão ao associacionismo autônomo dos trabalhadores. O corporativismo vinculava os sindicatos ao Estado para controlá-los, e por essa via, os trabalhadores representados por eles, que ao serem enquadrados nas categorias profissionais oficialmente reconhecidas, ganhavam formalmente acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Contudo, como a estrutura sindical impedia que os sindicatos organizassem os trabalhadores nos locais de trabalho, e como a inspeção do trabalho foi sempre muito precária, uma proporção expressiva dos trabalhadores continuava vendendo sua força de trabalho num mercado muito pouco regulado na prática, porque os empresários operavam na estrita ilegalidade. Ou seja, o Estado agiu quase sempre para fazer valer o direito sindical, mas quase nunca para fazer valer o direito individual do trabalho, ambas partes do mesmo corpo legal, a CLT⁴⁰³.

⁴⁰³ Cf. CARDOSO, Adalberto. **Estado Novo e Corporativismo**. Juiz de Fora. Locus revista de história. vol. 13, n. 2, 2007, pp. 115-116. <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1239/985>. Capturado em: 01 Março 2017.

Na sequência segue quadro evolutivo da formação corporativa brasileira.

Quadro 3 - Cronograma da formação corporativa brasileira

1824 –	Com a Constituição Imperial do Brasil ficam extintas as corporações de Ofício
1889 –	Proclamação da República
1891 –	A Constituição Republicana nada tratou sobre corporações
1930 –	A “Revolução de 1930” que levou Vargas à presidência da República
1930 –	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1931 –	Decreto 19.770 – modalidades de organização dos sindicatos operários
1933 –	Decreto 22.653 – somente sindicatos legais podiam participar na eleição dos deputados classistas
1934 –	Decreto 24.694 – pluralismo sindical limitado
1934 –	Constituição de 1934 - inova com direitos laborais e deputados das profissões
1937 –	Estado Novo - fruto de um golpe de Estado
1937 –	Constituição de 1937 – greves ilegais e fim do pluralismo sindical
1939 –	Decreto-lei 1.237 – regulamentação da Justiça do Trabalho
1939 –	Decreto-lei 1.402 – regulador da organização sindical
1940 –	Decreto-lei 2.377 – enquadramento sindical, imposto sindical
1943 –	CLT – consolida corpo de leis trabalhistas e define estrutura corporativa
1945 –	Queda de Vargas e desmonte do Estado Corporativo

Fonte: adaptado da obra Corporativismo no Brasil, 1930-1945; artigo de Leôncio Martins Rodrigues. PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811309/CA.

Vê-se que a CLT surgiu tardiamente no sistema jurídico do país em 1943, já em plena conjuntura da Segunda Guerra Mundial na qual o Brasil estava inserido, para lutar contra o fascismo. Vero é que naquela altura começou um arrefecimento do Estado Novo, pois os esforços políticos voltaram-se mais para a crise mundial, para o ideal de paz e democracia pregada pelos anglo-

americanos e pelos franceses seguidores de De Gaulle. Consequência disso foi o enfraquecimento do Estado Novo, tanto que em Abril de 1945, Vargas concedeu anistia a 563 presos políticos⁴⁰⁴, bem como a permissão para se criar partidos políticos visando uma eleição futura.

Porém, mesmo tendo praticado tais atos, em 29 de Outubro de 1945, Vargas foi deposto pelos militares, sem qualquer reação popular, tendo assumido interinamente o controle da nação o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro José Linhares, o qual comandou o processo de redemocratização do país naquela conjuntura. Não ocorreu reação alguma contra a deposição de Vargas, o povo não foi às ruas, não houve greves, barricadas, luta armada, nada disso. Nesse sentido encontramos em Waldemar Ferreira:

Caiu a Ditadura pelo mesmo processo e forma porque se instituiu – sem nenhuma gota de sangue. Na manhã de 29 de outubro de 1945 as forças federais aquarteladas no Rio de Janeiro levantaram-se, tomando posições de combate, e intimaram o presidente da República a abandonar o alto posto, recolhendo-se aos seus pagos fronteiriços. Ele, sem a menor reação, rendeu-se. E assumiu a presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal.⁴⁰⁵

Quicá o presidente deposto esperava por alguma reação popular, eis que depois de conceder anistia a presos políticos e prometer realizar eleições naquele ano de 1945 (já vislumbrando o declínio da sua Ditadura), ocorreu o “queremismo”⁴⁰⁶, um movimento de apoio político a Vargas, mas que não obstou o golpe, nem reagiu contra a vontade dos militares.

⁴⁰⁴ Cf. VILLA, Marco Antonio. *op. cit.*, p. 77.

⁴⁰⁵ Cf. FERREIRA, Waldemar Martins. **História do Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1954, pp. 165-166.

⁴⁰⁶ “**Queremismo**. Movimento político surgido em Maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome “queremismo” se originou do *slogan* utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”. Diante das evidências de que a ditadura do Estado Novo caminhava para o seu final, as forças políticas que haviam se oposto ao regime iniciaram o ano de 1945 reivindicando a redemocratização do país. Pressionado, Vargas comprometeu-se a realizar eleições. Organizaram-se partidos políticos nacionais, que lançaram candidatos, enquanto o próprio Vargas mantinha-se numa posição

Com o fim de redemocratizar o país, em Dezembro daquele mesmo ano de 1945 ocorreram eleições livres no Brasil para presidente da república, deputado federal e senador, tendo vencido para presidente o Gal. Eurico Dutra, ele que durante o Estado Novo serviu a Vargas como seu Ministro da Guerra.

Dutra governou de 1946 a 1950 sob democracia e com uma nova constituição nas mãos, a Carta política de 1946, que ganhou a alcunha de “a Liberal”⁴⁰⁷. De tão avançada que era contemplou até o direito de greve⁴⁰⁸, sem mais repetir o corporativismo estatal da Constituição de 1937.

Assim, a experiência do corporativismo estatal brasileiro teve vida efêmera, cerca de 8 anos (1937 - 1945), não se estruturou de um todo, e terminou banido do cenário político e jurídico do país, representando uma malograda experiência frente à longa experiência lusitana (1933 - 1974), além de guardar diferenças com a mesma.

dúbia em relação à possibilidade de candidatar-se. O prestígio de que então desfrutava junto aos trabalhadores urbanos fazia com que seus passos fossem decisivos para os rumos da eleição. Nesse contexto, surgiu em São Paulo, entre os meses de Março e Maio, o movimento da panela vazia, manifestação pioneira em defesa de sua permanência na presidência. Logo em seguida, ainda no mês de Maio, foi lançado o movimento queremista, no Rio de Janeiro. Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas. O Partido Comunista do Brasil, recém-legalizado após anos de clandestinidade, logo manifestou apoio à bandeira da Constituinte com Getúlio. Nos meses seguintes o movimento atingiu outras capitais e ganhou dimensões de massa. O empresário Hugo Borghi se destacou como um de seus principais líderes, chegando a adquirir três estações de rádio para colocá-las à disposição da campanha. No Rio de Janeiro, o jornal *O Radical* encampou as teses do movimento. Em julho quando o primeiro escalão de pracinhas regressou da Itália e foi aclamado nas ruas do Rio de Janeiro, Getúlio também desfilou em carro aberto e recebeu uma consagração popular. Os queremistas estavam seguros do prestígio do presidente. Nos meses de agosto, setembro e outubro grandes manifestações se sucederam. Vargas saudava os manifestantes da sacada do palácio presidencial e, aos poucos, começava a dar mostras de que pretendia continuar no poder. No final do mês de outubro, quando Vargas tentou substituir o chefe de Polícia do Distrito Federal, João Alberto Lins de Barros, por Benjamin Vargas, seu irmão, a manobra foi interpretada por seus adversários como um golpe para preparar sua continuidade no poder. No dia 29, o alto comando do Exército, tendo a frente o ministro da Guerra, general Góes Monteiro, depôs Vargas da presidência, que em seguida foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares”. Cf. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>. Capturado em: 09 Julho 2018.

⁴⁰⁷ Cf. CASTRO, Flávia Lages de. **História do direito geral e Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 520.

⁴⁰⁸ Constituição de 1946 - “Art 158 - É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

5.2 Corporativistas brasileiros

No Brasil despontaram poucos investigadores do corporativismo, distante da experiência lusitana e italiana, mas que aqui pretendemos abordar nessa ordem: Miguel Reale⁴⁰⁹, Oliveira Viana⁴¹⁰, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

I) Miguel Reale⁴¹¹ foi um militante do Integralismo brasileiro e nessa condição ganhou notoriedade por ter assumido a chefia da doutrina daquele movimento político. Nascido de pai italiano na cidade de São Bento de Sapucaí (SP), em 1910, quando jovem teve formação italiana no Colégio Dante Alighieri, em São Paulo, uma escola tradicional voltada à difusão da língua e cultura italiana, em plena era da ideologia fascista. Tal facto revela à pesquisa a inclinação de Reale por exemplos vindos da Itália de Mussolini na turbulenta década de 1930. Era ele licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, ano de 1934, e na mesma escola obteve o grau de doutor em 1941.

Até o fim de seus dias Reale manteve-se como um dos mais respeitados juristas do Brasil, com reconhecimento no estrangeiro, e ao longo de sua

⁴⁰⁹ Miguel Reale, *Doutor honoris causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

⁴¹⁰ “Francisco José de Oliveira Viana nasceu em Saquarema (RJ), em 1883. Historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Publicou, entre outros títulos, *Populações meridionais do Brasil* (1920), *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), *A evolução do povo brasileiro* (1923), *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932), *Formação étnica do Brasil colonial* (1932), *Instituições políticas brasileiras* (2 volumes, 1949). Sua controvertida obra, marcada pelas posições conservadoras que sempre a orientaram, é considerada como o marco de uma nova fase de interpretação dos estudos brasileiros. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1951”. Cf. VIANA, Oliveira. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. In: **DICIONÁRIO Histórico biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oliveira_viana>. Capturado em: 12 Março 2017.

⁴¹¹ “[...] Entusiasta do modelo corporativo de organização social e estatal, Reale contribuiu, junto com Plínio Salgado, para que a AIB se aproximasse mais do modelo de fascismo italiano e português do que do nazismo alemão, como defendia Gustavo Barroso, outro importante líder integralista. Em 1933, candidatou-se, sem sucesso, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte pela AIB, em São Paulo”. Cf. REALE, Miguel. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. In: **DICIONÁRIO Histórico biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oliveira_viana>. Capturado em: 12 Março 2017.

existência publicou inúmeras obras, ocupou cargos públicos, exerceu a advocacia e a docência. Foi um pensador social que produziu literatura nos campos político, filosófico e jurídico. Difundida é a sua *Teoria Tridimensional do Direito*⁴¹².

No campo político, em 1932, ainda acadêmico de Direito, Reale se filiou à Ação Integralista Brasileira (AIB), seduzido pela proposta dos integralistas, inclusive pela ideia da formação de um Estado corporativo no país. No seio do movimento integralista Reale encontrou um ambiente de criticidade ao Estado e à democracia liberal, por ele apontados como incapazes de solucionar satisfatoriamente o problema da representação política.

Era conhecedor da doutrina do fascismo, fruto da sua formação escolar, e ficou intelectualmente reconhecido por seus textos. Assim, na AIB ele tornou-se membro do Conselho Supremo e chefe da doutrina da organização, o que convergiu ao seu entusiasmo pelo modelo corporativo de organização social e estatal, contido no *Manifesto de 1932* de Plínio Salgado. Tal documento da lavra do Chefe da AIB, Plínio Salgado, que era jornalista de profissão sem formação jurídica, teve ampla divulgação no país, porque demonstrava o caráter ideológico do Integralismo brasileiro e abria aquele movimento político para o conhecimento dos nacionais.

⁴¹² Sobre essa teoria encontramos na obra do próprio Reale: “3. Como se vê, a Teoria Tridimensional do Direito e do Estado, tal como a venho desenvolvendo desde 1940, muito embora não empregasse então aquele termo, distingue-se das demais de caráter genérico ou específico, por ser concreta e dinâmica, isto é, por afirmar que: Fato, valor e norma estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica, seja ela estudada pelo filósofo ou o sociólogo do direito, ou pelo jurista como tal, enquanto que, na tridimensionalidade genérica ou abstrata, caberia ao filósofo apenas o estudo do valor, ao sociólogo o do fato e ao jurista o da norma (tridimensionalidade como requisito essencial ao direito). A correlação entre aqueles três elementos é de natureza funcional e dialética, dada a “implicação-polaridade” existente entre fato e valor, de cuja tensão resulta o momento normativo, como solução superadora e integrante nos limites circunstanciais de lugar e de tempo (concreção histórica do processo jurídico, numa dialética de implicação e complementaridade)”. Cf. REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. São Paulo. Editora Saraiva, 1980, 3ª edição, p. 57.

À frente da doutrina da organização Reale publicou livros⁴¹³ e dirigiu jornais, como *Panorama* e *Acção*, com simpatia ao fascismo italiano e ao seu modelo de organização corporativa.

A sua principal obra a respeito do corporativismo surge em 1934, intitulada *O Estado Moderno*, quando ainda muito jovem, critica o liberalismo e sua concepção do Estado, e esboça os lineamentos do “Estado Moderno”, isto é, para ele os do Estado Integral, inserindo o modelo corporativo. Alude a autores italianos como *Pareto* e *Mosca*, e analisa o fenómeno do fascismo italiano, de onde extrai inspiração. “No Brasil temos que tirar muitos ensinamentos das experiências fascistas”, afirma Reale na obra supracitada⁴¹⁴. Em suas memórias Reale não nega a sua opção pelo fascismo italiano, mas defende-se, quando aponta a opção pelo fascismo de 1920 ao início da década de 1930⁴¹⁵, época anterior às alianças havidas entre Mussolini e Hitler.

Utilizou do método comparativo entre os muitos tipos de Estado, para chegar ao seu Estado Integral⁴¹⁶. O apego de Reale ao seu ideário político integralista inclui de todo as corporações, como assevera em seu *O Estado Moderno*: “A Política Integral sintetiza a Idade Média e a época moderna, porque a primeira só teve a corporação, e a segunda só teve o Estado; e o Integralismo não compreende Estado sem corporações”.⁴¹⁷

Reale critica a Revolução Francesa quando essa promoveu a expansão individual e aboliu as corporações de ofício, por isso afirma: “Destruídos os

⁴¹³ Quando da sua militância na AIB Miguel Reale publicou os seguintes livros: - *O Estado Moderno* (1934); - *Formação da Política Burguesa* (1934); - *Perspectivas Integralistas* (1935); - *O Capitalismo Internacional* (1935); - *ABC do Integralismo* (1935); - *Atualidades de um Mundo Antigo* (1936); - *Atualidades Brasileiras* (1937).

⁴¹⁴ Cf. REALE, Miguel. **Obras Políticas 1ª fase - 1931 - 1937**. Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2, *O Capitalismo Internacional*, pp. 254-255.

⁴¹⁵ Cf. REALE, Miguel. **Memórias 1 - Destinos Cruzados**. São Paulo: Saraiva, 1986, pp. 74-75.

⁴¹⁶ Por “integral” entende-se um modelo de corporativismo não limitado tão só ao dirigismo econômico, todavia englobando todas as forças sociais e culturais da nação.

⁴¹⁷ Cf. REALE, Miguel. **Obras Políticas 1ª fase - 1931 - 1937**. Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2, *O Estado Moderno*, p. 162.

organismos corporativos, o indivíduo ficou solto no Estado”.⁴¹⁸ Em relação a real inclinação de Reale ao fascismo afirma Bertonha:

Afinal de contas, Reale não rompeu com Mussolini e com o regime fascista (nem com o Integralismo) a não ser no último momento, mesmo quando o regime fascista caminhava abertamente na direção do totalitarismo. Alegar desconhecimento do que acontecia na Itália antes de ele ter ido pela primeira vez ao país, em 1938, ou do que faziam e pensavam seus colegas de Integralismo é, no mínimo, abusar da credulidade dos outros⁴¹⁹.

E Francisco de Souza:

O Estado Integral que Reale desenvolveu de alguns princípios básicos, consubstanciados na moral, comporta a emergência do corporativismo como aquele componente da doutrina mais adequado à geração da economia orgânica, bem distribuída, mas sem resvalar para o Estado Gerencial como no sistema soviético.⁴²⁰

No modelo proposto por Reale, as corporações e os municípios seriam a viga mestra da construção do Estado Integral⁴²¹, sendo estes a célula mater da estrutura corporativa. Os dirigentes dos municípios seriam eleitos. As corporações municipais estariam na base da estrutura, e logo acima o Conselho Provincial formado pelas “federações sindicais” (formado pela reunião de todos os sindicatos de uma mesma profissão) que escolheria o governador, e a reunião das federações no piso nacional daria corpo às Confederações Sindicais que então constituiriam o Conselho Econômico Nacional.

⁴¹⁸ Cf. REALE, Miguel, *op. cit.*, p. 80.

⁴¹⁹ Cf. BERTONHA, João Fábio. **O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no Integralismo brasileiro.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2013, vol. 33, nº 66, p. 282.

⁴²⁰ Cf. SOUZA, Francisco Martins de. **Raízes Teóricas do Corporativismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, Coleção Caminhos Brasileiros, vol 7, p. 31.

⁴²¹ “No Estado Integral, ao contrário, a representação não é de classes, mas é representação feita através das profissões organizadas”. Cf. REALE, Miguel. **Obras Políticas 1ª fase - 1931 - 1937.** Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2, O Estado Moderno, p. 153.

Por fim, cada corporação elegeria o seu representante junto à Câmara Corporativa Nacional. Haveria o Senado composto de integrantes de “corporações não econômicas” (culturais e sociais) e da união entre Senado e Câmara Corporativa Nacional formar-se-ia o Congresso Nacional - que teria a incumbência de nomear o Chefe da nação.

Gustavo Barroso, militante integralista e depois membro da Academia Brasileira de Letras, reproduz em obra de sua lavra, *O que o integralista deve saber*, de 1935, esquema da organização corporativa do Estado donde se vê da construção de Reale⁴²².

Assim, Reale defendeu um modelo de Estado corporativo, pautado em uma hierarquia corporativa que seria a ferramenta para seu funcionamento, e mesclou a estrutura corporativa com a governança, inclusivamente para escolha dos dirigentes da nação. Lembramos que a governança fascista fazia parte das corporações.

Em suma, ao seu tempo, Reale foi um ideólogo nacional de uma estrutura corporativa de Estado, mesmo que inserido no movimento Integralista. Foi ele o maior pensador entre os partidários daquele movimento político, tanto que esteve à frente da doutrinação da AIB⁴²³, sendo o principal teórico do Estado Integral almejado pela AIB.

A pesquisa encontrou nele comentários ao corporativismo de Portugal quando em obra intitulada *Perspectivas Integralistas*, de 1935⁴²⁴, fez alusão ao Estatuto do Trabalho Nacional, uma prova da influência lusitana na formação desse doutrinador político e da influência dos exemplos de Portugal no Brasil daquela época. Mas, a sua simpatia por Portugal e Salazar já era vista em 1934 quando em sua obra, *O Estado Moderno*, tece elogios ao regime português:

⁴²² Vide Anexo 16 - Proposta de organização corporativa para o Estado brasileiro.

⁴²³ Vide Anexo 17 - Fotografia de Miguel Reale com o uniforme da AIB.

⁴²⁴ Cf. REALE, Miguel. **Perspectivas Integralistas** (em apêndice “O Estatuto do Trabalho” de Portugal). São Paulo: Odeon, 1935, pp. 130-132.

A obra sobremodo notável que Salazar está desenvolvendo na nação lusa não se diferencia do Fascismo quanto aos princípios, mas sim quanto à aplicação, ao modo de atuação.

O 'Estatuto do Trabalho Nacional', decretado em Portugal a 23 de setembro de 1933, é a reprodução da 'Carta del Lavoro', com acréscimos tendentes a esclarecer melhor a ideia corporativa. Enquanto que a lei básica do Facismo constitui um ponto de partida, consoante o impositivo da revolução permanente que atua os fins da sociedade em uma revisão corajosa e incessante das posições conquistadas, a lei lusitana apresenta um cunho de maior sistematização e rigidez, o que não deixa de ser um defeito.

O simples cotejo das duas leis básicas revela as peculiaridades dos dois movimentos peninsulares, um, saído de uma revolução popular, o outro, brotado de uma ditadura militar; um, chefiado por um ex-chefe socialista revolucionário, o outro, dirigido por um professor de Finanças.

Preocupado com a delimitação e o alcance dos poderes, procurando a todo transe agir menos como ditador do que como um educador de seu povo, Salazar ensinou ao mundo que é possível realizar o corporativismo sem o aparato dispendioso que cerca o regime da Itália⁴²⁵.

Afora elogios à governança salazarista, Reale frisa diferenças entre o corporativismo de Portugal e Itália e, para isso, relembramos que no modelo italiano a governança fascista fazia parte das corporações, enquanto órgão do Estado, ao passo que no caso português não esteve o Estado ligado aos organismos corporativos, cada qual tinha sua gestão própria, mesmo que sob o império da legislação.

Da análise dos escritos de Reale, notadamente aqueles atinentes ao corporativismo, julgamos que a sua doutrina não é singular, exclusiva, sofreu influência das experiências italiana, lusitana, e da doutrina de Manoilescu⁴²⁶,

⁴²⁵ Cf. REALE, Miguel. **Obras Políticas 1ª fase - 1931 - 1937**. Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2, O Estado Moderno, p 250.

⁴²⁶ Partidário do fascismo italiano Manoilescu foi um dos autores mais populares entre os políticos brasileiros dos anos de 1930. Sua obra mais famosa – O século do corporativismo (1934) – foi traduzida do francês para o português por Azevedo Amaral, ele que era um apologista do Estado Novo varguista. Na verdade, o primeiro livro de Manoilescu traduzido no Brasil se deu em 1931, por iniciativa de Roberto Simonsen, intelectual e importante empresário brasileiro, a *Teoria do protecionismo e da permuta internacional* (São Paulo,

este muito elogiado, naquela altura, pelos defensores universais do corporativismo. Segundo Reale, o Brasil não estaria apto a receber um sistema político plenamente original, como se vê da sua própria confissão:

Seria tolice querer forjar para o Brasil um sistema político inteiramente original, isolando-o das correntes universais que se empenham na reconstrução integral da estrutura da sociedade; seria o abandono das linhas essenciais da tradição política para uma aventura perigosa e inútil⁴²⁷.

Com efeito, não causa estranheza a apropriação pelos brasileiros de modelos políticos e jurídicos estrangeiros, mesmo que parcialmente.

Até 1938, Reale esteve vinculado a AIB, o ano do *putsch* promovido pelos integralistas contra Vargas, facto gerador de violenta repressão sobre todos os simpatizantes e militantes da AIB, o que forçou o seu exílio na Itália. Retornou ao Brasil poucos anos depois, quando então concluiu o doutoramento em Direito (em 1941) pela Faculdade de Direito de São Paulo e tornou-se docente na mesma, ainda na era estadonovista. Tal transição do integralismo para o varguismo - do Estado Novo - deve-se ao facto de Reale ter sido mais teórico e menos militante, segundo Bertonha, "... estava menos preocupado com a mobilização contínua das massas e mais próximo dos autoritários - tenha feito a transição entre Integralismo e varguismo da maneira mais suave".⁴²⁸

Volvidos os anos, foi nomeado reitor da Universidade de São Paulo - USP.

II) Francisco José de Oliveira Viana era voltado às questões trabalhistas, por força da função de consultor jurídico que exercia no Ministério

1931), traduzido do volume francês *Théorie du protectionnisme et de l'échange international* (Paris, 1929). Desde então, Manoilescu começa a ser apreciado por suas ideias.

⁴²⁷ Cf. REALE, Miguel. **Obras Políticas 1ª fase - 1931 - 1937**. Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2, O Estado Moderno, pp. 254-255.

⁴²⁸ Cf. BERTONHA, João Fábio. **O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no Integralismo brasileiro**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2013, vol. 33, nº 66, p. 280.

do Trabalho do Brasil⁴²⁹. Um jurista e intelectual que foi integrante da Academia Brasileira de Letras⁴³⁰, incursionou em questões sociais⁴³¹ e jurídicas. Da sua literatura jurídica, havida no período varguista de 1930 a 1945, citamos:

i) *Problemas de Direito Corporativo* (1938) trata da defesa do projeto de organização da Justiça laboral⁴³² no Brasil, embora esse projeto fosse de 1935, quando foi submetido ao parlamento nacional, tudo anterior ao Estado Novo; ii) *Problemas de Direito Sindical* (1943) é também a defesa da nova organização sindical do país, que sob o Estado Novo sofria forte interferência estatal⁴³³.

A proposta de Viana sobre a Justiça do Trabalho era essencialmente nos moldes corporativos e tornou-se longa. Nesse sentido:

A Justiça do Trabalho concebida por Oliveira Vianna era de composição classista, com características corporativas, ou seja, com ênfase na atuação das categorias econômicas e profissionais na atividade jurisdicional sob o comando do Estado-juiz. Os órgãos de primeiro grau passando pelos Tribunais Regionais do Trabalho até o Tribunal Superior do Trabalho.⁴³⁴

Viana e outros incentivadores da legislação trabalhista se apropriaram do modelo italiano, que era o grande farol ideológico da direita daquele tempo. Inserido no varguismo buscou adaptar o Estado corporativo fascista para a via

⁴²⁹ A Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho possuía técnicos preocupados com a proteção ao trabalho, avessos à economia liberal, ao comunismo, defendiam um Estado forte e centralizado, entre eles Oliveira Viana.

⁴³⁰ Viana foi eleito em 27 de Maio de 1937 para a Cadeira nº 8 da Academia Brasileira de Letras.

⁴³¹ A sua obra *Raça e assimilação* (1932), um tratado antropológico que gerou polêmicas, porque, defendia o caldeamento da raça negra para a sua assimilação na sociedade. Também Viana travou polêmica com Alexandre de Albuquerque, avô do Prof. Martim de Albuquerque (U. Lisboa). Cf. MELLO, Gonçalo S. e. **Vultos & Perfis**. Silveira: Bookbuilders, 2019, p. 201.

⁴³² A instalação da Justiça do Trabalho no Brasil surge durante o Estado Novo, em 1º de Maio de 1941.

⁴³³ *O Idealismo da Constituição* é outra obra de Viana que surgiu de um opúsculo intitulado “O idealismo na evolução do Império e República”, mas editado em 1922 pelo jornal O Estado de São Paulo, que durante a era estadonovista, precisamente em 1939, ganhou uma segunda versão.

⁴³⁴ Cf. ARRUDA, Hélio Mário de. **Oliveira Vianna e a legislação do trabalho no Brasil 1932-1940**. Dissertação de mestrado em história Social -Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/71354172.pdf>>. Capturado em: 25 Agosto 2017.

brasileira do autoritarismo varguista⁴³⁵. Contudo, os modelos eram diferentes, a começar pelo da Itália cujo controle perpassava pelo Partido Nacional Fascista (partido único) e, no caso brasileiro, não havia partido político algum, baseando-se o regime na liderança do presidente, o chefe da nação. Além disso, os níveis econômicos entre os países eram divergentes, o Brasil atrelado ao agronegócio, pouco industrializado, e isso implica em uma classe operária incipiente, ao contrário da Itália, que era marcadamente industrializada, pujante frente à realidade brasileira, e possuía um proletariado já experimentado nos conflitos capital-trabalho.

III) Azevedo Amaral⁴³⁶ – diferentemente de Reale, Oliveira Viana e Francisco Campos – não era jurista, licenciado sim em Medicina, embora tenha atuado por bastante tempo no Jornalismo. Homem de visão cosmopolita viveu longos anos no estrangeiro, notadamente em Londres, período em que manteve coluna no jornal *Correio da Manhã*, chamada *Cartas de Londres*. Retornando ao Brasil, após a I Guerra Mundial, Amaral continuou ligado ao jornalismo político, notabilizou o seu nome na imprensa do país expondo as suas ideias, inclusive contrárias ao liberalismo.

⁴³⁵ “É nesse contexto de adaptação do modelo corporativo fascista à realidade brasileira que Oliveira Vianna é escolhido como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, em 1932. Sobretudo em campo jurídico, foi evidenciada a sua importância seja na fundação da legislação trabalhista brasileira nos anos 30, seja como um dos principais teóricos da questão social durante a <<era Vargas>>. Como demonstrado, suas ideias corporativas encontram-se já na Constituição de 1934, nos Artigos 136-140.^o da Constituição do Estado Novo, de 1937, no Decreto-Lei n.^o 1237, que organiza a justiça do trabalho, no Decreto 1402, ambos de 1939, que instituiu o sindicato único, e na CLT (Consolidação da Leis Trabalhista), de 1943”. Cf. GENTILE, Fábio. Uma Apropriação Criativa. Fascismo e Corporativismo no Pensamento de Oliveira Viana. In: **A Vaga Corporativa, Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina**. PINTO, António Costa Pinto. PALOMANES, Francisco (Orgs.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 244-245.

⁴³⁶ “Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1881, filho do engenheiro ferroviário Ângelo Tomás do Amaral e de Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral. Seu irmão, Inácio Manuel Azevedo do Amaral, foi reitor da Universidade do Brasil de 1945 a 1948. Formou-se em medicina em 1903, profissão a qual cedo abandonou para dedicar-se à sua verdadeira paixão, o jornalismo político. Foi como jornalista que viveu dez anos na Inglaterra, entre 1906 e 1916, como correspondente dos jornais *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Foi redator-chefe de *O País*.” Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Capturado em: 12 Março 2017.

Amaral considerava o sufrágio universal e o voto direto incompatíveis com o povo brasileiro, eis que ao lado do liberalismo havido em certas nações do globo, resultou apenas numa paródia de liberalismo para o Brasil, além de um sistema eleitoral viciado. Era defensor da intervenção estatal na economia, mas avesso ao comunismo. Quando editou o seu livro, *Ensaio brasileiro*⁴³⁷, em 1930, ele já defendia um Estado autoritário e de cunho corporativista, em substituição ao Estado liberal antes mesmo do movimento integralista no Brasil (AIB), este que só apareceu em 1932.

Tal facto sugere à pesquisa que o ator há muito estava contaminado do (pelo) pensamento europeu corporativista, que passou a ser realidade ainda na década de 20 do último século. Nesse ritmo, com o advento da Revolução de Outubro de 1930, essa que alojou Getúlio Vargas no poder presidencial, respaldado pelas Forças Armadas, Amaral já defendia a ideia de um Estado autoritário/corporativista. Foi um crítico da Constituição de 1934, para ele uma mistura incoerente de princípios, e um apologista do Estado Novo varguista.

Coube a ele traduzir para o português o livro *O século do corporativismo*, de Michael Manoilescu, tendo sido publicado em 1938 pela José Olympio Editora. Deduzimos que a escolha do tradutor decorreu da sua apologia sobre o tema, encontrada em livro e textos diversos.

Além daquela tradução, no ano de 1938, Amaral editou um livro em sintonia com o Regime estadonovista que foi *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado pela mesma editora acima. Tal obra veio saudar o novo regime e a sua Constituição (1937). Nela defende ele o autoritarismo em inúmeras linhas para explicar que o regime do Estado Novo era autoritário – um “estado democrático autoritário” - mas não totalitário, como mostra trecho da sua obra:

O traço mais inconfundivelmente divisório entre o Estado democrático autoritário do tipo atualmente existente no Brasil e o Estado totalitário, comunista ou fascista, é exatamente a

⁴³⁷ Cf. AMARAL, José de Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: O. Mena Barreto, 1930.

atitude respectivamente assumida por cada uma dessas formas de organização estatal em face da liberdade espiritual. Nos Regimes totalitaristas, o Estado assume a posição de entidade monopolizadora, não apenas de todas as iniciativas políticas, econômicas e sociais, como também do privilégio de organizar, manter e dirigir as atividades espirituais da Nação. O pensamento torna-se uma função estatal nos Regimes totalitários. Está, portanto, na lógica da ideologia dessas organizações determinar os limites além dos quais o indivíduo não pode ir, no exercício das prerrogativas do espírito.⁴³⁸

É facto notório, que as artes e toda e qualquer manifestação de pensamento, inclusivamente a liberdade espiritual invocada por Amaral, durante o Estado Novo varguista esteve sob ferrenha censura policial, nada se divulgava sem o aval do Estado, e houve maciça propaganda do Regime pela via do órgão oficial (o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda).

A contribuição de Amaral ao Estado Novo, identificada pela pesquisa, mostra-se muito laudatória⁴³⁹. A sua obra, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, sugere um meio de convencimento para outros defenderem a ideia de *Estado democrático autoritário* como a face do Estado Novo brasileiro, uma vã tentativa de fugir da pecha de fascismo. "Em suma, trata-se de uma obra de inestimável valor histórico, mas mentirosa (grifamos) e, por que não dizer, beirando o cinismo", como afirma Nelso Jahr Garcia ao apresentar recente edição daquela obra⁴⁴⁰.

Ressaltamos a preocupação de Amaral com o ensino militar na escola, auxiliado pelas Forças Armadas⁴⁴¹, o que converge ao sentimento militarista tão

⁴³⁸ Cf. AMARAL, José de Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html>>. Capturado em: 12 Julho 2017.

⁴³⁹ A esse respeito encontramos: *Getúlio Vargas, Estadista*, publicado em 1941 pelo DIP, biografia de Vargas por Azevedo Amaral; e *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado pela José Olympio Editora, 1938.

⁴⁴⁰ Cf. AMARAL, José de Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. CPDOC - www.cpdoc.fgv.br.

⁴⁴¹ Cf. MENDONÇA, Carlos Vinicius de. **O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral**. Vitória: SINAIS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo. Edição n.07, v.1, Junho. 2010. p. 89-104. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2890/2356>>. Capturado em: 21 Junho 2017.

presente no sistema educacional do fascismo italiano através da *Opera Nazionale Balilla (ONB)*, que foi organização responsável pela educação dos meninos entre 6 e 18 anos, tanto no campo militar, como no campo da educação física, além do social e moral. Na Alemanha nazi havia a homóloga *Juventude Hitleriana* (em alemão, Hitlerjugend, abreviado HJ) e no próprio Portugal de Salazar, a *Mocidade Portuguesa* que foi instituição balizada pelo militarismo, portanto, nada inovador.

IV) Francisco Campos, quando do golpe de 10 Novembro de 1937, era Ministro da Justiça do governo Vargas e nessa condição de Ministro e de jurista coube a ele o trabalho solitário de elaborar o texto da Constituição de 1937, o alicerce jurídico do regime do Estado Novo⁴⁴². Campos era um jurista afamado àquela altura e experimentado na vida acadêmica do seu Estado, Minas Gerais – onde lecionou a disciplina de Filosofia do Direito. Ao longo da sua vida profissional ocupou diversos cargos públicos, como também editou várias obras.

Convém, neste estudo, analisar o seu protagonismo no Estado Novo brasileiro, sobretudo porque elaborou a Constituição de 1937, imposta à nação no dia 10 de Novembro daquele ano. Trata-se de um grande expoente da Ditadura varguista, homem de letras jurídicas, com talento para defender um caminho autoritário, antiliberal e corporativo. Acreditava ele em uma economia

⁴⁴² Sobre o protagonismo de Francisco Campos na ditadura do Estado Novo assim encontramos registo nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas: “Nesse período, consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país. Nesse sentido, tornou-se um dos elementos centrais, junto com Vargas e a cúpula das Forças Armadas, dos preparativos que levariam à ditadura do Estado Novo, instalada por um golpe de estado decretado em novembro de 1937. Nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, foi, então, encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. O período do Estado Novo foi marcado ainda pelo forte clima repressivo e pelas frequentes violações aos direitos individuais”. Cf. CAMPOS, Francisco. **Fatos e imagens**: Artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/francisco_campos>. Capturado em: 24 Agosto 2017.

nos moldes corporativos⁴⁴³, bem como que o corporativismo era inimigo do comunismo e do liberalismo. Abaixo transcrevemos esse seu pensamento:

O corporativismo, inimigo do comunismo e, por consequência, do liberalismo é a barreira que o mundo de hoje opõe à inundação moscovita. Inimigo do liberalismo não significa inimigo da liberdade. Há, para esta, lugar na organização corporativa.⁴⁴⁴

O texto constitucional de sua autoria mostra-se autoritário, um diploma jurídico de cerceamento das liberdades, mas que definiu a ideologia do novo regime, vinculando a ideia de desenvolvimento econômico e nacionalismo, centralizando o poder na pessoa do Chefe, cujo regime enalteceu a sua personalidade. Com a atuação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - criado que foi no rastro da Constituição de 1937, a propaganda do regime identificava o Estado Novo à figura de Vargas, manipulando as massas para ovacioná-lo, servindo isto como elemento essencial à manutenção do poder político.

A feição autoritária do seu constitucionalismo coincide com a doutrina dos fascistas europeus e se propunha como alternativa para o sistema representativo liberal. O constitucionalismo autoritário de Campos é perceptível de uma vista d'olhos quando se lê o Artigo 73 da sua Carta política, pois nela estabeleceu expressamente a concentração de poder na pessoa do chefe do poder executivo:

Art. 73 - O Presidente da república, autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove e orienta a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do país.

⁴⁴³ O modelo de organização corporativa da Constituição de 1937 seria aquele do Conselho da Economia Nacional (Artigo 57), composto de representantes dos vários ramos da produção nacional nomeados pelas associações de profissão ou sindicatos, mantendo a paridade entre patrões e empregados.

⁴⁴⁴ Cf. SOUZA, Francisco Martins. *O Estado Nacional e outros ensaios*. Antologia. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Biblioteca do Pensamento Republicano, vol. 20.

Pelo pensamento de Campos, encontrado em sua obra *O Estado Nacional*, as constituições liberais deixavam “impossível qualquer governo”. Menciona ainda que “governo é um só pensamento e uma só ação”⁴⁴⁵.

Não se pode esquecer que Campos, a seu tempo, foi contemporâneo do Estado fascista, da doutrina corporativa de Manoilescu, dos exemplos de governança de Alemanha, Itália e Portugal, tudo balizas para a sua criação constitucional autoritária e centralizadora. O produto de sua inteligência para alguns investigadores brasileiros perpassa pelo exemplo da Polônia de Jósef Pilsudski, entretanto, a Carta reflete experiências do fascismo italiano e do próprio Estado Novo português.

De facto, foi Campos um jurista a serviço da ditadura⁴⁴⁶, em prejuízo da sua imagem, mas que sob o seu olhar técnico surgiram diplomas legais de relevância à vida da nação, tais como: o Código Penal de 1940; o Código de Processo Penal de 1941 e o Código de Processo Civil de 1939 (o primeiro do país).

Campos, em 1942, afastou-se do governo ditatorial que ajudou a criar e manter, para depois justificar o seu afastamento devido ao facto de Vargas não ter implementado a Constituição de 1937, bem como não ter organizado as instituições corporativas previstas constitucionalmente, transformando o seu consulado em uma ditadura pessoal. O percurso da vida pública de Campos deixa ver que nunca foi homem simpatizante do Regime democrático, tanto que é dele a redação do Ato Institucional nº 01, promulgado pelos militares quando do Golpe de 31 de Março de 1964, o qual mergulhou o Brasil em uma longa ditadura de direita – até 1985 – tendo aquela sua criação jurídica, ou seja, o

⁴⁴⁵ CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**. Brasília: Senado federal, 2001, p. 69.

⁴⁴⁶ A propósito, sobre a atuação de Francisco Campos, assim encontramos em Rui de Figueiredo Marco, Carlos Fernando Mathias e Ibsen Noronha: “O fato de ter escrito a Carta de 1937 (“a polaca”) e sido ministro da Justiça no Estado Novo saiu-lhe uma conta muito cara. Mas ele sempre gozou de respeito da inteligência jurídica do Brasil”. Cf. MARCO, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 647.

citado Ato Institucional nº 01, revogado parcialmente a Constituição democrática de 1946.

Da análise desses autores, a pesquisa não localiza um pensamento autóctone sobre o corporativismo no Brasil, a despeito dos esforços deles para adaptar o corporativismo – como doutrina económica, política e social – a um país, naquela época, atrasado em diversos aspectos, predominantemente agrícola e com uma indústria incipiente. A esse respeito afirma Fabio Gentile:

É extremamente simplificador falar de uma “cópia” do corporativismo fascista, dado que o rígido dirigismo de Rocco foi modelado de forma específica para o nacional-desenvolvimento industrialista de cunho autoritário da “Era Vargas”. Oliveira Vianna e os demais arquitetos da legislação trabalhista se apropriaram criativamente do modelo italiano, adaptado em função da “via brasileira para o Estado autoritário de cunho corporativo”, [grifamos] na qual se entrelaçaram várias dimensões económicas, políticas e sociais, inspiradas pelo “corporativismo puro e integral” de M. Manoïlesco”.⁴⁴⁷

O resultado daqueles esforços não passou de um arremedo do que ocorria em Portugal e Itália.

5.3 Corporativismo no Brasil e em Portugal: convergências e divergências

Conforme já referido neste trabalho, o Estado Novo português consolidou-se com o advento da Constituição de 1933, em substituição à Carta política republicana do ano de 1911, de carácter demoliberal.

Aquela Constituição, que entrou em vigor a partir de Abril de 1933, deu à República Portuguesa um carácter corporativo, como se lê do seu Art. 5º, que se refere a Portugal como “uma República unitária e corporativa”. A República

⁴⁴⁷ Cf. GENTILE, Fabio. **O corporativismo fascista: um modelo para o Brasil nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17. Nova Iguaçu, 2016. <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465597143_ARQUIVO_textoanpuh.pdf>. Capturado em: 24 Agosto 2017.

Portuguesa, embalada pelo Estado Novo, passou então a vivenciar uma *novel* realidade jus-política marcada pelo corporativismo.

O sistema corporativista em Portugal foi longo, durou de 1933 até 1974, somente extinto por força da Revolução de 25 de Abril daquele ano, a qual inaugurou no país um novo republicanismo, sob a égide de um Estado democrático de direito. Diferentemente, o corporativismo no Brasil teve vida curta, tratado superficialmente na Constituição de 1934 e instituído pela Constituição de 1937, não chegou a se consolidar de todo, tendo entrado em colapso no ano de 1945 com a deposição de Getúlio Vargas pelos militares, facto esse que colocou fim à era do Estado Novo brasileiro e provocou a redemocratização do país.

A vida efêmera do sistema corporativo no Brasil dificultou a sua plena implantação, inclusive porque a legislação trabalhista brasileira, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto nº 5.452, de 1º de Maio de 1943), de inspiração fascista, concernente àquele sistema, somente surgiu em Maio de 1943, portanto, 6 anos após a Constituição de 1937. De outro lado, em 1933, quando Portugal ganhou a sua Constituição, o país logo em seguida ganhou, ainda no mesmo ano o seu Estatuto do Trabalho Nacional. Tais diplomas jurídicos se completaram a fim de estruturar o Estado corporativo português. Com isto, a consolidação jurídica básica⁴⁴⁸ do novo modelo de Estado defendido por Salazar correu célere, *mui* diferentemente do que se passou no Brasil.

Ressaltamos que os portugueses dotaram o país de um Ministério das Corporações somente em 1950, o que nunca houve no Brasil. Mesmo assim, aquela pasta ministerial portuguesa ajudou a consolidar o corporativismo no país. Facto de relevo nesse comparativismo é que no Estado Novo português a legislação advinha da Assembleia da República, com isso revelando a participação popular e parlamentar no sistema, ao contrário do que ocorria no Estado Novo brasileiro onde a atividade de legislar esteve concentrada nas

⁴⁴⁸ Vide, Decreto-Lei n.º 23.053, de 23 de Setembro de 1933, que criou o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, instituição que tinha como missão assegurar a execução das leis de protecção ao trabalho e outras de carácter social em Portugal.

mãos de Vargas, que governou sem parlamento, mediante a expedição de decretos-leis, nos moldes do Art. 180 da Constituição: “Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União.” E como o Parlamento esteve fechado durante todo o regime ditatorial de Vargas, a ele somente coube o *munus* de legislar.

O sistema corporativo português era dotado de uma Câmara Corporativa, que na defesa dos interesses das corporações emitia pareceres para subsidiar a criação legislativa a cargo da Assembleia da República. Semelhança encontramos no Conselho de Economia Nacional havido na Constituição brasileira de 1937, o que se aproximou do modelo português de Câmara Corporativa, dado a necessidade de oitiva daquele Conselho na elaboração legislativa do país em matéria do seu interesse, como posto no Art. 65 daquela Carta: “Todos os projetos de lei que interessem à economia nacional em qualquer dos seus ramos, antes de sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho da Economia Nacional”.

Porém, como não houve atividade parlamentar durante o Estado Novo varguista, restou sem sentido a atividade do aludido Conselho. Lembramos que Vargas governou sem parlamento, concentrando em sua pessoa a atividade legislativa e executiva, com enorme poder pessoal, cercado de grande publicidade, censura, mas era detentor de carisma popular, revelando-se o seu governo como uma Ditadura cesarista⁴⁴⁹. Pertinente trazer aqui as declarações do General Góes Monteiro tocante ao “*modus operandi*” de Vargas no curso do seu Estado Novo:

- Na época a que me referia, isto é, em Maio de 1938, - continuou o General Góes - o Presidente estava no auge de seu poderio. O DIP praticava a sua arte com todo o esmero, na propaganda e nas mistificações sem conta do Govêrno. A

⁴⁴⁹ “Reduced to its simplest terms the analysis amount to this: the Vargas regime is neither democratic nor a “disciplined” democracy; it is an authoritarian dictatorship for which French constitutional theory has coined the apt term of *régime personnels* for”. Cf. LOEWENSTEIN, Karl. **Brazil Under Vargas**, New York, 1944, The Macmillan Company, Third Printing, p. 370.

Censura só deixava publicar o que convinha a êste. Dispondo o Sr. Getúlio de um poder absoluto, as generosidades e liberalidades para aquêles que o serviam bem, sobretudo os inimigos contritos, não tinham limite, em detrimento dos valores reais. Havia uma espécie de abulia ou de inconsciência. Os crimes praticados pelos serviçais, os pretorianos ou janízaros, se avolumavam. Para êles não havia punição. O adversário que não se submetia, cêdo ou tarde, teria o pescoço torcido. Os “nouveaux-riches” pululavam, pois a fraude e a gatunagem excediam as expectativas, como também o crescente progresso nas demasias sociais, que culminavam com lucros e ganhos indevidos e devaneios orgíacos de que só desfrutavam os privilegiados, parentes, aderentes, sócios dos parentes, etc.⁴⁵⁰

General Góes Monteiro foi chefe do Estado Maior do Exército brasileiro durante o Estado Novo, ocupou ele outros cargos ao longo de sua carreira militar na era varguista, dentre eles o de Ministro da Guerra, dado a sua aproximação com o Presidente Vargas desde a Revolução de 1930. Mesmo assim, decorridos os anos, o General, já em idade proecta, em 1955⁴⁵¹, concedeu longa entrevista ao jornalista Lourival Coutinho, sobre a sua carreira, quando então, na passagem anteriormente transcrita, despejou ácidas críticas contra o ditador que ajudou a criar e depois a derrubar⁴⁵².

Salientamos que, em 1955, Vargas já era falecido, eis que praticou suicídio em Agosto de 1954, o que sugere a motivação daquelas críticas de parte do General, sobretudo, porque em 1955 o Brasil estava sob a égide de um regime democrático, presidido por Café Filho, e havia uma imprensa sem as amarras da ditadura estadonovista. Inseto naquele contexto era mais fácil para o General formular juízo sobre pessoas e revelar factos de um passado político recente, como o fez. A entrevista em comento, de tão longa, levou Lourival

⁴⁵⁰ COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956, pp. 346-347.

⁴⁵¹ Faleceu Góes Monteiro no Rio de Janeiro em 1956.

⁴⁵² A respeito da sua participação no derrube de Vargas em 1945 assim encontramos no acervo da Fundação Getúlio Vargas: “[...] Em agosto de 1945, reassumiu o Ministério da Guerra e, nos meses seguintes, articulou o golpe que afastou Vargas do poder, em dezembro daquele ano. Manteve-se à frente do ministério até setembro de 1946, quando o novo governo, chefiado pelo general Dutra, já havia tomado posse.” Cf. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro. Capturado em: 26 Abril 2018. Vide. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoda FGV, 2001.

Coutinho a transformá-la em um denso livro, com cerca de 600 páginas, sob o título “O General Góes Depõe [...]” que rendeu várias edições face ao sucesso da obra⁴⁵³.

Voltando às marcas do regime varguista, a participação nos sindicatos brasileiros não era obrigatória, nem havia imposição de quantitativo de associados, ao passo que em Portugal, por força do Decreto-lei nº 29:931, de 15 de Setembro de 1939⁴⁵⁴, o Estado chegou a impor a cotização obrigatória para os trabalhadores não inscritos nos sindicatos nacionais (Art. 2º).

O corporativismo em Portugal atraiu interesse de muitos juristas de peso, basta aqui lembrar, dentre outros, Marcello Caetano⁴⁵⁵, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Fezas Vital, Luís da Cunha Golçalves e houve grande produção doutrinal própria de juristas. No Brasil, certamente pela brevidade da vida do Estado corporativo, despontou o nome de poucos investigadores, nem sempre juristas, a exemplo de Azevedo do Amaral,⁴⁵⁶ que era licenciado em medicina, ao lado de juristas como Oliveira Viana⁴⁵⁷, Miguel Reale (que defendia o corporativismo enquanto adepto do Integralismo brasileiro), e Francisco Campos (Ministro da Justiça na era estadonovista) – todos eles incursionaram na seara do Estado corporativo sob inspiração do que havia na Europa em termos doutrinários.

⁴⁵³ A pesquisa teve acesso a um exemplar do ano de 1956, 3ª edição, da Livraria Editôra Coelho Branco, Rio de Janeiro.

⁴⁵⁴ O Decreto-lei nº 29:931 foi publicado no Diário do Governo em 15/09/1939 (I Série - Número 217). O dito Decreto autorizava o Sub-Secretário de Estado das Corporações a determinar, sempre que as circunstâncias o justificassem, a obrigatoriedade de cotização para os profissionais não inscritos nos sindicatos nacionais que os representassem. O mesmo diploma legal dirigia-se aos patrões com cotização obrigatória em grêmios (v. Art. 1º).

⁴⁵⁵ Tocante ao interesse de Marcello Caetano sobre o corporativismo assim encontramos em Luis Reis Torgal: “Marcello Caetano desde os anos trinta, procurava conhecer as origens do corporativismo português e dar-lhe sentido. Assim, num outro estudo, de 1938, que intitula O Sistema Corporativo, afirma a origem divergente e convergente do nosso corporativismo, radicando-o no corporativismo católico, mas também no Integralismo lusitano e no próprio corporativismo fascista de tendência estatista, procurando também em Manoilescu ideias para orientar a sua evolução no futuro”. Cf. TORGAL, Luis Reis. **Estado Novo: “República Corporativa”**. Revista de História das Ideias, vol. 27, 2006, p. 456.

⁴⁵⁶ “Manoilescu influenciou também intelectuais ligados ao Estado Novo, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Este último traduziu para o português o livro O século do corporativismo, publicado em 1934”. Cf. PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 18-19.

⁴⁵⁷ Cf. PINTO, António Costa Pinto; PALOMANES, Francisco Carlos. *op. cit.*, p. 358.

A disciplina de Direito Corporativo⁴⁵⁸ existiu na grelha curricular dos cursos jurídicos em Portugal⁴⁵⁹, experiência não localizada no caso brasileiro, sendo aquela, facto revelador da importância e prestígio do corporativismo à nação portuguesa.

A dimensão continental do Brasil, um país que possui mais de 7.300 Km de costa atlântica, 8.515.767.049 Km² de área territorial⁴⁶⁰, diversos municípios, e nos idos de 1930 ostentava altos índices de ileteracia, atrelado ao facto de que os meios de comunicação e transporte não eram tão céleres e eficazes como hoje, igualmente, terão dificultado a circularidade de notícias, ideias e o cumprimento de determinações legais vindas do governo central naquele período. Na sequência desse raciocínio, incluímos tais dificuldades como óbice à concretização do ideário corporativo, tudo diferente do caso português em que a longevidade do Regime salazarista, os continuados estudos académicos havidos, a legislação própria surgida a tempo, meio e modo, a exemplo do Estatuto do Trabalho Nacional, surgido logo após a CRP/1933, em tudo colaborou. Some-se a esse conjunto a estabilidade política e económica do país naquela altura, realidade que igualmente auxiliou na concretude jurídica e

⁴⁵⁸ A propósito de uma definição de Direito Corporativo transcrevemos a lição de Soares Martinez: “Seria, porém, grosseiro definir Direito Corporativo como sistema de normas respeitantes aos organismos corporativos. Nem todas as normas que lhe dizem respeito são de Direito Corporativo. Assim, a organização política do Estado que é uma corporação, é feita segundo normas que se integram no Direito Constitucional que disciplinam a estrutura política do Estado. A organização das autarquias locais, cabe ao Direito Administrativo, e no entanto, elas são corporações. Deste modo, o Direito Corporativo será o Direito das corporações, mas excluído do seu campo as normas que têm uma posição definida na enciclopédia jurídica. É o caso das normas de Direito Constitucional, Administrativo e de Família. [...] Resumindo: O DIREITO CORPORATIVO é o complexo das normas jurídicas que disciplinam a criação, estrutura e competência dos organismos corporativos e das que regulam a atividade desses mesmos organismos, orientada no sentido dos seus próprios fins. [...] Mais uma vez admitida a destriça, parece-nos que se deverá concluir que o Direito Corporativo é um ramo de Direito híbrido, em parte constituído por normas de Direito público e em parte por normas de Direito Privado”. Cf. MARTINEZ, Soares. **Direito Corporativo**. Reedição de parte das lições de Direito Corporativo, segundo as prelações do Exmo. Sr. Prof. Soares Martinez ao curso de 1958-1959, Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1963, p. 12-17.

⁴⁵⁹ Por força do Decreto-lei nº. 23.382, de 20 de Dezembro de 1933, foi introduzido, nas Faculdades de Direito portuguesas, o estudo da disciplina Direito Corporativo.

⁴⁶⁰ Cf. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km.html>. Capturado em: 06 Agosto 2018.

política do corporativismo português, tornando-o uma experiência exitosa⁴⁶¹ frente ao caso brasileiro.

É de capital importância frisar aqui que a Constituição corporativa portuguesa foi plebiscitada. Com isto, o povo decidiu pela mesma, conferindo legitimidade à nova ordem jus-política que se iniciara, o Estado Novo. Tal facto nos faz supor que a longevidade do Estado Novo português poderia decorrer também da sua legitimação plebiscitária, sem esquecer os mecanismos de propaganda e repressão que vieram depois. Também, no pós 1945, já no contexto da *Guerra Fria*, Portugal continuava a ser um país europeu avesso ao comunismo, avesso à URSS, uma realidade factual conveniente aos EUA que não deixou de apoiá-lo, facilitando a longevidade do regime salazarista.

Já no caso brasileiro, a Constituição do Estado Novo deixou de ser plebiscitada, embora houvesse previsão expressa em seu Art. 187: “Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República”. A omissão de Vargas nesse particular enfraqueceu politicamente o seu consulado, a sua ditadura.

Vargas foi apeado do poder em Outubro de 1945, e – repetimos – a falta de plebiscito da carta constitucional não lhe deu legitimidade popular para manutenção do poder⁴⁶². Inobstante a propaganda oficial para sensibilizar as massas sobre as benesses do Estado Novo, uma vez deposto Vargas pelos

⁴⁶¹ Estudo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa assim revela: “Durante o Estado Novo foi construída uma densa rede de organismos corporativos, que se estendeu por todo o território da metrópole. Estes organismos desempenharam várias funções económicas, sociais, culturais e assistenciais e funcionaram num sistema paraestatal ligado aos órgãos do poder central. Calcula-se que tenham sido criados perto de 2700 instituições corporativas, as quais passaram por diversas fusões e extinções ainda durante o regime.” Cf. FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estêvão; RODRIGUES, Ana Margarida. **Corporativismo e Estado Novo: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)**. Lisboa: Editora Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014. <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10917>>. Capturado em: 10 Janeiro 2016.

⁴⁶² Nas palavras de Freitas do Amaral, “o poder é a faculdade de dar ordens e capacidade de conseguir que essas ordens sejam acatadas”. Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **Uma Introdução à Política**. Bertrand Editora, Lisboa, 2014, p. 51.

militares, não houve reação popular ou armada, pondo fim à era estadonovista juntamente com o ideário de um corporativismo estatal no país.

É facto que enquanto o Estado Novo português conviveu com a *União Nacional*, agremiação política de sustentação ao regime, Vargas em seu Estado Novo governou sem parlamento e sem partido político algum, porque foram todos extintos na sequência do golpe de 1937⁴⁶³. Nesse ritmo, a governança ditatorial de Vargas não tinha respaldo nos moldes lusitanos, o que lhe enfraqueceu, bem como contribuiu para a vida efêmera do Estado Novo e a sua proposta corporativa. Portanto, a repetição parcial do modelo lusitano por Vargas abreviou a vida do seu Estado Novo, independentemente de todo o diálogo cultural, político e jurídico havido naquele período entre Brasil e Portugal.

Mais. A vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, com a consequente derrocada do nazi-fascismo, fez circular no globo ventos de democracia que também ajudou no derrube do regime ditatorial de Vargas, porém o mesmo não ocorreu em Portugal, que só em 1974 colocou fim ao seu Estado Novo, provocado pela Revolução de 25 de Abril daquele ano.

É de capital importância observar que uma vez derrubado o Estado Novo brasileiro e retornado o país ao regime democrático, Brasil e Portugal passaram a conviver com regimes políticos díspares, o que arrefeceu as aproximações de outrora, tendo até a *Revista Atlântico*, de circularidade binacional, deixado de circular nos anos seguintes.

Findo o Estado Novo brasileiro o país ganhou uma nova Constituição, em 1946, de cariz democrático, e Portugal, passado o fervor revolucionário do 25 de

⁴⁶³ Até o partido dos Integralistas brasileiros, a AIB, que apoiava Vargas foi extinto. “A extinção dos partidos só foi, entretanto, formalizada em 2 de dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 37, assinado pelo presidente Getúlio Vargas conforme a atribuição que o Artigo 180 da Carta Magna lhe conferia. A lei facultava aos partidos subsistirem apenas enquanto “sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que não o [fizessem] com a mesma denominação” com que se apresentavam enquanto partidos políticos.” Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidos-politicos-extincao>. Capturado em: 31 Julho 2018.

Abril, também ganhou nova Constituição de perfil democrático, em 1976, mas nenhuma delas restaurou o sistema corporativo, ficando este alojado para sempre no percurso da História de ambos os países. Parafraseando Eric Hobsbawm⁴⁶⁴, o século XX foi uma era de embates ideológicos⁴⁶⁵, e nela Brasil e Portugal vivenciaram mudanças políticas, jurídicas, sociais, econômicas e institucionais. O período estadonovista de cada país revelou isso, e o caso brasileiro atrai especial tratamento, não por imitar Portugal apenas, mas por ter ocorrido em um país atrasado da América do Sul, distante dos embates ideológicos que graçavam na Europa. A pesquisa considera relevante refletir acerca da estrutura constitucional do Estado Novo varguista, das circunstâncias que a antecederam, bem como acerca do seu modelo ideológico, tarefa que enfrentaremos na Secção 6, a seguir.

⁴⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. *op. cit.*

⁴⁶⁵ A Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939) o ápice do embate ideológico entre direita e esquerda no século XX. Aquela foi uma guerra fratricida que provocou cerca de 500.000 mortes, deixou inúmeras famílias divididas, com a derrota das forças republicanas que eram apoiadas também pela extinta URSS. Sobre o tema pertinente: BEEVOR, Antony. **A Batalha pela Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

SECÇÃO 6. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937: ESTRUTURA DO ESTADO NOVO

6.1 Circunstâncias que antecederam a Constituição de 1937

O fantasma do comunismo assombrava os brasileiros desde Novembro de 1935 por conta do episódio da Intentona Comunista,⁴⁶⁶ uma malograda revolução perpetrada por militantes comunistas brasileiros e estrangeiros, que resultou somente em mortes (de pessoas inocentes, inclusive) e muitas prisões. Tal conjura foi comandada por um ex-capitão do Exército brasileiro, Luís Carlos Prestes, que recebeu treinamento na URSS e tocou apenas três importantes cidades brasileiras: Natal, Recife e Rio de Janeiro.

A insurreição, que não contou com apoio popular, foi rapidamente dominada pelos militares fiéis ao Governo, tendo sofrido os revoltosos e simpatizantes violenta repressão por parte das forças de segurança do Estado. Prestes chegou a ser condenado a 30 anos de prisão e a sua esposa, Olga Benário, judia alemã, foi deportada para a Alemanha onde veio a falecer mais tarde em um campo de concentração.

O Partido Comunista Brasileiro⁴⁶⁷ (PCB) tinha em Luís Carlos Prestes o seu dirigente mais conhecido. Ao lado disso, o PCB participava há muito de uma frente nacional e antifascista que foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL),⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ VIDE DULLES, John W. Foster. **O Comunismo No Brasil (1900-1935: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Coleção: Brasil, Século 20. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

⁴⁶⁷ Acerca da trajetória do PCB faz-se pertinente a obra de ZAIDAN, Michel Filho. **A formação do primeiro grupo dirigente do PCB: As raízes culturais e políticas da formação dos primeiros comunistas no Brasil**. Brasil: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

⁴⁶⁸ "Aliança Nacional Libertadora (ANL) Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo [...]. À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com frequentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. No dia 5 de julho, a ANL promoveu manifestações públicas para comemorar o aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Nessa ocasião, contra a vontade de muitos dirigentes aliancistas, foi lido um manifesto de Prestes propondo a derrubada do governo e exigindo "todo o poder à ANL". "Vargas aproveitou a grande repercussão do manifesto para, com base na Lei de Segurança Nacional, promulgada em abril, ordenar o fechamento da organização. Na ilegalidade, a ANL não podia mais realizar grandes manifestações públicas e perdeu o contato com a massa popular que com ela se entusiasmava. Ganharam então força em seu interior os membros do Partido Comunista e os tenentes' dispostos a deflagrar um levante armado para depor o governo. Em

organização na qual se reuniram comunistas, socialistas, e gente insatisfeita com a aproximação entre o Governo Vargas e os grupos políticos conservadores.

A ANL foi posta na ilegalidade em meados de 1935. Logo após, o PCB promoveu em Novembro do mesmo ano a dita Intentona Comunista. A ação serviu ao Governo Vargas para justificar medidas de exceção e violenta repressão policial, sobretudo, porque entre os insurgentes havia estrangeiros e militares das Forças Armadas. Como reação governamental o *estado de guerra* logo foi imposto e depois o *estado de sítio*, nos moldes da Constituição de 1934.

A repressão policial, naquela altura, recaiu também sobre opositores de Vargas, independentemente de simpatia ou conluio com os comunistas. Foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) para julgar os revoltosos, a censura tornou-se uma constante em todos os lados do país, tendo as prisões ficado abarrotadas. A histeria anticomunista tomou conta do país por longo tempo e as garantias constitucionais estiveram suspensas.

O controle da situação não seria possível a Vargas sem o apoio do Exército e da Armada, como também do Parlamento que aprovou muitas das suas medidas de segurança. Nesse clima, Vargas já olhava a Constituição de 1934 como “um prego em seu sapato” porque vazada no modelo do liberalismo, o sistema representativo parlamentar não se mostrava atraente a um político que no seu íntimo era adversário dos valores democráticos e das liberdades públicas.

É inconteste na historiografia de Vargas que ele rasgou duas constituições em sua vida pública. A primeira foi a Constituição de 1891 e a segunda, a de 1934, ambas republicanas.⁴⁶⁹ Aquela foi vitimada pela Revolução de Outubro de 1930 que trouxe Vargas ao poder presidencial, depondo o presidente eleito, Washington Luiz, e a última, a de 1934, de caráter demoliberal, incompatível com o seu projeto de poder cesarista.

novembro de 1935 estourou em Natal (RN) um levante militar em nome da ANL”. Cf. cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL.
Capturado em: 31 Julho 2017.

⁴⁶⁹ A Constituição de 1934 teve vigência por cerca de três anos apenas.

O móvel de Vargas para rasgar a Carta de 1934, quando do golpe de Novembro de 1937, foi uma nova ameaça de tomada de poder por parte dos comunistas, tudo uma farsa, mas que dela nasceu o Estado Novo varguista (1937 a 1945), uma ditadura de direita caracterizada pelo autoritarismo, anticomunismo, censura, culto à personalidade do chefe da nação, centralização de poder e nacionalismo exacerbado. A farsa tinha nome e autoria, *Plano Cohen*.⁴⁷⁰ Tratava-se de um documento forjado por um integralista integrante da oficialidade do Exército, o Capitão Mourão Filho, que tratava de “plano comunista para subversão da ordem e queda da governança Vargas”.

Arrimado nessa farsa que chegou ao conhecimento dos altos escalões militares e do próprio Vargas, este decretou o *estado de emergência* em todo o território do país, e depois com respaldo no Parlamento (por maioria de votos) decretou um novo *estado de guerra*, com suspensão das garantias constitucionais.

Assim, o Parlamento nacional contribuiu para a farsa e a implantação da era política do Estado Novo, que tem início em 10 de Novembro de 1937, quando Vargas anunciou em programa radiofônico a nova Constituição. Sob a égide do novo texto magno ocorreu o fechamento do Congresso Nacional e o abortamento das eleições presidenciais de 1938 (uma previsão da Constituição de 1934), dentre outras coisas.

Vargas contou com apoio de militares e civis fiéis ao seu comando, bem como da Igreja Católica para manter a ordem e a paz ameaçadas por aquele suposto plano comunista de tomada de poder. Além disso, as classes produtivas do campo e das urbes apoiaram o golpe que no fundo era um projeto pessoal de Vargas, pois a Constituição de 1934, que esteve vigente por apenas 3 anos (de 16 de Julho de 1934 até 9 de Novembro de 1937), era uma realidade jurídica inconveniente para um dirigente inserido em um mundo que se voltava para modelos políticos autoritários, em contraste ao regime demoliberal.

⁴⁷⁰ Cf. SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha: o plano Cohen**. Rio Grande do Sul: LP&M, 1980.

Atribuímos a curta duração da Carta de 1934 ao facto de ter sido ela esmagada pela radicalização desse clima político, social e também econômico que enfrentava o país e o mundo, pois naquela altura, ainda eram visíveis em muitos países os efeitos do *crash* de 1929 e o perecimento dos regimes democráticos. Em reforço ao que aqui se afirma, com o quadro abaixo, mostramos o declínio de governos constitucionais e eleitos nos de 1920, 1938 e 1944.

Quadro 4 - Declínio de governos eleitos em 1920, 1938 e 1944

Ano	Total de governos democraticamente eleitos
1920	35
1938	17
1944	12

Fonte: Hobsbawm, 1998, p. 97.

Voltando à Constituição de 1937, é bem de ver que o seu preâmbulo enunciava:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; [grifamos]

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo; Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas; Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao

povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País: (sic).

Assim, incontestemente a motivação ideológica daquela nova ordem constitucional, alicerçada em uma farsa, o dito *Plano Cohen*, mas pela qual o chefe da nação iria exercer a autoridade suprema do país com ampla discricionariedade.

Nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pesquisa encontrou referência ao *Plano Cohen* e, nela, alusão ao capitão do Exército Olympio Mourão Filho⁴⁷¹, como o autor de tal documento, uma simulação de insurreição comunista - repetimos. Dito plano chegou ao conhecimento de altas patentes militares dentre elas o Ministro da Guerra, General Eurico Dutra; o General Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército; e do Chefe de Polícia da Capital da República, Filinto Muller⁴⁷² (também militar do Exército), tendo sido o dito plano divulgado na imprensa, o que provocou forte sentimento popular de revolta contra o comunismo, tudo com a anuência de Vargas que, com isso, pretendia justificar o golpe.

Anos depois, com o Estado Novo já em declínio, o próprio General Góes Monteiro revelou a farsa, como reza nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que abaixo transcrevemos:

Plano Cohen

Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos

⁴⁷¹ Tocante a trajetória de Mourão Filho vide SILVA, Hélio. **MEMÓRIAS: A VERDADE DE UM REVOLUCIONÁRIO - Olympio Mourão Filho - Ano 1978**. Rio de Janeiro, Editora LPM.

⁴⁷² Segundo o investigador estadunidense R. S. Rose: “Em 22 de setembro de 1942, Portugal notificou Muller de que iria apresentá-lo com a sua Ordem de Aviz” - o que de facto ocorreu. Cf. ROSE, R. S. **O Homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Muller**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2107, p. 161 (Rose menciona a Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas, *Amnuário Ordens Honoríficas Portuguesa*, 1910-2006. Lisboa: s.e.d., p. 319). Vide, sobre o prêmio em <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=154&list=1>. Capturado em: 27 Maio 2018.

mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. O panorama político no Brasil durante o ano de 1937 foi dominado pela expectativa da eleição do sucessor de Vargas, prevista para janeiro do ano seguinte. O presidente, contudo, alimentava pretensões continuístas e nos bastidores articulava o cancelamento do pleito. O pretexto para isso seria a iminência de uma revolução preparada pelos comunistas, conforme informações obtidas pelas autoridades militares. Em setembro, realizou-se uma reunião da alta cúpula militar do país, na qual foi apresentado o Plano Cohen, supostamente apreendido pelas Forças Armadas. Participaram dessa reunião, entre outros, o general Eurico Dutra, ministro da Guerra; o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME); e Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal. A autenticidade do documento não foi questionada por nenhum dos presentes, e dias depois o Plano Cohen seria divulgado publicamente, alcançando enorme repercussão na imprensa e na sociedade ao mesmo tempo em que era desencadeada uma forte campanha anticomunista. O plano previa a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, o incêndio de prédios públicos, a promoção de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e até a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição. Vargas aproveitou-se em seguida para fazer com que o Congresso decretasse mais uma vez o estado de guerra e, usando dos poderes que esse instrumento lhe atribuía, afastou o governador gaúcho Flores da Cunha, último grande obstáculo ao seu projeto autoritário. No dia 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo foi implantada. **Em março de 1945, com o Estado Novo já em crise, o general Góes Monteiro denunciou a fraude produzida oito anos antes, isentando-se de qualquer culpa no caso. Segundo Góes, o plano fora entregue ao Estado-Maior do Exército pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB) Mourão Filho, por sua vez, admitiu que elaborara o documento, afirmando porém tratar-se de uma simulação de insurreição comunista para ser utilizada estritamente no âmbito interno da AIB. Ainda segundo Mourão, Góes Monteiro, que havia tido acesso ao documento através do general Álvaro Marante, havia-se dele apropriado indevidamente. Mourão justificou seu silêncio diante da fraude em virtude da disciplina militar a que estava obrigado.** Já o líder maior da AIB, Plínio Salgado, que participara ativamente dos preparativos do golpe de 1937 e que, inclusive, retirara sua candidatura presidencial para apoiar a decretação do Estado Novo, **afirmaria mais tarde que não denunciou a fraude pelo receio de desmoralizar as**

Forças Armadas, única instituição, segundo ele, capaz de fazer frente à ameaça comunista.⁴⁷³ [grifamos]

O próprio Gal. Góes Monteiro, em meados da década de 1950, ao ser entrevistado por Lourival Coutinho, deixa ver a fraude do *Plano Cohen*:

- Certo dia, o atual Senador Caiado de Castro, que era oficial do Estado-Maior do Exército, ao entrar na sua secção, viu um colega, O Capitão Olimpio Mourão, datilografando com alguma cautela, cópias de um documento. Desconfiado, chegou-se para perto de seu camarada e pôde ler parte do referido documento, o bastante para ver que se tratava de um plano terrorista. Não se conteve, então, o Senador Caiado de Castro e interpelou o seu colega, tendo êste lhe declarado, confidencialmente, que aquilo era a parte final de um plano elaborado pelos comunistas para uma próxima subversão da ordem. O Senador Caiado estranhou que êle antes de mais nada, não tivesse comunicado o fato a Chefe do Estado-Maior, que era eu. O oficial lhe declarou, então, que, sendo integralista e adversário dos comunistas, poderia ser posta em dúvida a autenticidade do plano em que havia uma simples assinatura - "Cohen". O Sr. Caiado de Castro não se conformou e, por intermédio do General Mariante foi sabedor do ocorrido. Chamei imediatamente o Capitão Olimpio Mourão à minha presença e êste confirmou com minúcias tudo quanto já dissera, entregando-me uma das cópias do referido documento, que estava em poder dos integralistas. Em seguida, procurei o Ministro da Guerra, General Dutra, a quem fiz ciente do fato, dizendo-lhe que já tomara providências, recomendando aos principais Chefes militares o procedimento de uma sindicância urgente a fim de verificar se havia do fato algum rastro nas Forças Armadas; mas que, para mim, o tal plano terrorista, que só continha projetos de violências de toda espécie **era inteiramente falso**. Não era a primeira vez que o Estado-Maior do Exército recebia desses documentos anônimos, de carácter sedicioso. Aliás, tempos depois, recebeu um outro, forjado por comunistas em São Paulo contra os nazistas e referindo-se à visita de um ex-General alemão agente de Ribbentrop aos estados do sul do Brasil. Em todo caso, enviei uma cópia do "Plano Cohen" ao Chefe de Polícia, para sindicância sigilosa, e, por sugestão do General Dutra, outra ao Chefe do Gabinete Militar, General Pinto para encaminhá-la ao Presidente. Até aí o episódio não teve maior alcance e

⁴⁷³ Cf. Fundação Getúlio Vargas. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945: Anos de incerteza (1930-1937) golpe do Estado Novo**. <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Capturado em: 30 Julho 2017.

permaneceu em sigilo, continuando eu com a minha convicção de que o documento era apócrifo.⁴⁷⁴ [grifamos]

Anos mais tarde, Hélio Silva, historiador voltado ao Ciclo Vargas, afirmaria que “Góes Monteiro foi ouvido em casa, enfêrmo. Declarou que o Plano era falso”⁴⁷⁵.

O brasilianista Thomas E. Skidmore também considera o *Plano Cohen* uma farsa e a respeito da participação de Góes Monteiro afirma:

Impacientando-se com os manejos de Vargas, Góes Monteiro recorreu a um estratagema conhecido: o Estado-Maior do Exército, de repente, “descobriu”, um documento que se propunha a ser o plano de combate de uma revolução comunista. Apresentaram **uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, fabricada como sugeria o título, pelos integralistas e entregue a Góes Monteiro, por um oficial integralista, o Capitão Olímpio Mourão Filho. Foi levada a Dutra e Getúlio que a aprovaram como pretexto para o seu golpe.** A 30 de setembro, Dutra denunciou a trama comunista revelada pelo Plano Cohen e, no dia seguinte, 1º de outubro, o Congresso concedeu a suspensão dos direitos constitucionais que havia negado a Vargas em junho precedente.⁴⁷⁶ [grifamos]

No mesmo sentido, encontramos em Marcos Chor Maio:

O mito da conspiração judaico-comunista foi utilizado como pretexto para o desfecho golpista que instaurou o Estado Novo. O famigerado Plano Cohen, suposto projeto de controle do Estado brasileiro pelos comunistas, elaborado de fato pelo capitão Olímpio Mourão Filho, que exercia também a função de chefe do Estado-Maior das Milícias Integralistas, fazia parte da

⁴⁷⁴ Cf. COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956, pp. 298-299.

⁴⁷⁵ Cf. SILVA, Hélio. **1937, Todos os Golpes se Parecem.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 387.

⁴⁷⁶ Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964)**, 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 46.

“pedagogia integralista”, de conteúdo anticomunista e anti-semita.⁴⁷⁷

Foi na esteira da farsa⁴⁷⁸ do *Plano Cohen* que Vargas, em Outubro daquele 1937, enviou mensagem ao Parlamento (Congresso Nacional) pedindo a decretação do *estado de guerra* em todo o país, no que foi atendido⁴⁷⁹ por maioria. Assim, estavam abertas as portas para o seu intento golpista, que vai se consumir nas primeiras horas do dia 10 de novembro de 1937 quando soldados cercaram o Congresso Nacional impedindo a entrada de qualquer um (parlamentar ou não), sem reação digna de louvores, e fecharam aquela casa legislativa por oito longos anos.

Na sequência do ocorrido, naquele mesmo dia 10 de Novembro, Vargas falou à nação, em cadeia de rádio, para anunciar a nova Constituição e medidas governamentais, dando início ao seu Estado Novo. De sua fala no rádio merece destaque aqui o seu desprezo pela legalidade constitucional para justificar o golpe:

Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontramos, não podia haver meio termo ou contemporização. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o Regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração.⁴⁸⁰

A cultura do inimigo, portanto, esteve presente na mentira formada através do *Plano Cohen*. Recorrendo a Didier Musiedlak, “O advento do Estado

⁴⁷⁷ Cf. MAIO, Chor Marcos. “Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30.” In: **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 243.

⁴⁷⁸ Ditaduras usualmente encombrem factos e manipulam notícias em prol uma opinião pública favorável aos seus dirigentes, a exemplo da ditadura militar Argentina (1976 - 1983) que mascarava a verdade acerca do paradeiro dos seus opositores, os chamados *desaparecidos políticos*, embora, contestada pela imprensa estrangeira e pelo movimento portenho *Mães da Praça de Mayo*.

⁴⁷⁹ Cf. Decreto Legislativo nº 117 - de 02 de Outubro de 1937.

⁴⁸⁰ Cf. Discurso do Presidente Getúlio Vargas à Nação, no dia 10 de Novembro de 1937, divulgado por toda a rede nacional de emissoras de rádio.

Novo teve como efeito a introdução no coração do Estado e da sociedade da famosa cultura do inimigo desenvolvida por Carl Shimitt desde 1927”.⁴⁸¹

A submissão de parlamentares ao golpe fica patente quando quarenta deputados, naquele dia foram recebidos por Vargas, eis que queriam saudá-lo.⁴⁸² Em suma. O Parlamento cooperou com o golpe ao conceder o *estado de guerra* e ao não se rebelar contra o ato de força praticado pelas tropas varguistas, como também não ocorreu reação popular. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que além de filha do Presidente Vargas era assessora palaciana dele, sempre perto em momentos importantes da vida política do pai, ao escrever as suas memórias registou o fechamento do Congresso Nacional sem conturbação, e defendeu que o golpe de 1937 “foi como que um grande alívio para a maioria do povo brasileiro”:

Ninguém podia entrar, não houve sessão; ninguém reclamou, ninguém se revoltou. A consciência popular de que alguma coisa devia ser feita para evitar o descalabro econômico, financeiro, político e administrativo do Brasil estava tão clara e patente que não houve a menor reação. Alguns protestos isolados, mais líricos que genuínos, apareceram para dar trabalho aos telégrafos. O golpe de 10 de novembro de 1937 foi como que um grande e profundo suspiro de alívio para a maioria do povo brasileiro.⁴⁸³

Sem dificuldades identifica-se a visão de alguém partidário do golpe, Alzira Vargas, acostumada desde 1930 a viver no centro do poder e sem isenção alguma, já que o seu genitor era o grande beneficiário da trama.

Lembramos que, àquela altura, não havia imprensa livre no país, tampouco transparência dos atos praticados pelos aparelhos de Estado durante a presidência de Vargas. Manipulou ele informações, criou notícias, fez censura, houve um culto exagerado a sua personalidade (houve até moeda cunhada com

⁴⁸¹ Cf. MUSIEDLAK, Didier. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357.

⁴⁸² Cf. VILLA, Marco Antonio. **História das Constituições Brasileiras**. Rio de Janeiro: Leya, 2011, p. 66.

⁴⁸³ Cf. PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai (Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017, p. 253.

a sua efígie), e regulamentou pela primeira vez a profissão de jornalista para manter a censura sobre a imprensa, com a exigência de registro profissional e ficha limpa nos arquivos policiais.⁴⁸⁴

Ainda sobre o golpe de Vargas relembra Eduardo Bueno:

Mas, 40 dias depois, Vargas poderia dispensar novas votações: em 10 de novembro, a polícia militar fechou o Congresso, vários parlamentares foram presos e o Estado Novo instaurado. Era um golpe radical dentro do golpe brando que fora a eleição indireta de 1934, após o golpe revolucionário de 1930. O golpe dentro do golpe, portanto. E foi dado sem grande esforço: a ‘ameaça comunista’, a aliança momentânea do governo com os integralistas, o apoio das forças econômicas a Getúlio, a passividade do Congresso e a prisão de comunistas - tudo isso faria de Vargas um ditador sem adversários.⁴⁸⁵

Essa ditadura perseguiu, prendeu, matou e torturou não apenas marxistas, como também integralistas e liberais.⁴⁸⁶ À guisa de exemplo, no Recife, em 03 de Março de 1945, houve o atentado que ceifou a vida do líder estudantil Demócrito de Souza Filho. Anos antes, a prisão do escritor Monteiro Lobato, que esteve encarcerado por alguns meses no Rio de Janeiro, ele um entusiasta da pesquisa do petróleo no Brasil e insurgente contra o estatismo da pesquisa petrolífera desagradou o regime⁴⁸⁷, contudo, foi imortalizado como escritor de obras dirigidas ao público infantil. Também o escritor e romancista

⁴⁸⁴ O Decreto-Lei nº 910/1938 fixava a jornada de trabalho correspondente a cinco horas, de dia ou noite, prolongada contratualmente para sete horas, ocorrendo compensação financeira. Tal norma estabelecia que o jornalista precisa ser brasileiro (nato ou naturalizado), Maior de idade, e também não possuir antecedentes criminais, nem responder a processos judiciais.

⁴⁸⁵ Cf. BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012, pp. 352-353.

⁴⁸⁶ A esse respeito *vide* VASCONCELLOS FILHO, João Ignácio Cabral de. **Da Revolução de 30 ao Terror do Estado Novo (subsídios para a história de uma época)**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982.

⁴⁸⁷ Acerca da prisão de Lobato narra Villa: “Durante quase dez anos travou enorme batalha contra os órgãos do governo que dificultavam a pesquisa, especialmente o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado em 1938. Numa carta a Vargas, em 1941, Lobato atacou duramente o CNP. Foi detido, processado e condenado pelo TSN a seis meses de prisão”. Cf. VILLA, Marco. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 74. Sobre a prisão de M. Lobato *vide* CARVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Nacional, 1955, v. 1, p.p 404-469, e v. 2, pp. 473-498.

Jorge Amado⁴⁸⁸ esteve preso durante o Estado Novo, e sendo solto, viajou para o exterior, vivendo entre 1941 e 1942 no Uruguai e na Argentina, onde escreveu a biografia do líder comunista Luís Carlos Prestes, intitulada *O cavaleiro da esperança*, que foi publicada originalmente em espanhol no ano de 1942, mas proibida no Brasil.

A ideia de um Estado forte, autoritário, anticomunista, corporativo na inspiração fascista, era o sonho de alguns no Brasil, e que vem a se formar com a Constituição de 1937, uma carta política outorgada, sem qualquer participação popular, elaborada de encomenda por Vargas ao jurista Francisco Campos, *persona* que exerceu diversos cargos públicos no período varguista, inclusivamente o Ministério da Justiça, mas que, na verdade, revelou-se um jurista de plantão a serviço do seu ditador. A Carta de 1937 também sofreu inspiração lusitana como defende Carlos Blanco de Moraes,⁴⁸⁹ seguido por Inocêncio Mártires Coelho.⁴⁹⁰

A era do Estado Novo findou em Outubro de 1945 com a deposição do Presidente Vargas pelos militares descontentes com o regime, e não contou ele com nenhuma reação popular. Em 1946, o país ganhou nova Constituição (de feição democrática) sepultando, com isso, o texto magno anterior, o corporativismo almejado por seus ideólogos e o sentimento de repulsa ao regime demoliberal. Eram os novos ventos de liberdade e democracia que sopravam com o término da II Guerra Mundial.

Por derradeiro, em relação à instauração do Estado Novo em Portugal consideramos necessário refletir que as circunstâncias que o precederam não foram desacreditadas por qualquer investigador, diferentemente do que se

⁴⁸⁸ Jorge Amado perpetuou-se como renomado escritor no plano nacional e internacional, teve acentuada participação no Partido Comunista, vindo a romper com essa agremiação em 1955, facto que lhe atraiu muitas críticas e perseguições de antigos companheiros de militância política. Dele o romance *Gabriela Cravo e Canela*, que agradou imenso público português em sua versão televisiva apresentada no ano de 1977.

⁴⁸⁹ Cf. MORAIS, Carlos Blanco de. **Tópicos Sobre a Formação de uma Comunidade Constitucional Lusófona, Uno ad Omnes**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, p. 70-71.

⁴⁹⁰ Cf. COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 191.

passou no Brasil onde fabricaram uma pseudocircunstância, ou seja, o dito *Plano Cohen* para justificar o golpe do Estado Novo, uma mentira estatal que macula a historiografia do país e nos faz lembrar, embora sem compactuar, com Goebbels⁴⁹¹ para quem “uma mentira repetida mil vezes se converte em uma verdade”⁴⁹².

Em uma compreensão de que a História é a ciência dos factos relativos à vida de um povo, não se encobre *ad aeternum* práticas como aquela do *Plano Cohen*, eis que volvidos os anos e os regimes políticos, desaparecidos os personagens de antanho, tornar-se-á possível conhecer da veracidade de um certo facto pretérito.

No item 6.2, abaixo, enfrentaremos as inovações constitucionais de 1937 para se perceber com mais acerto a era estadonovista brasileira.

6.2 Inovações constitucionais

O Estado Novo brasileiro inaugurou o consulado de Vargas como um ditador civil. O marco inicial dessa era política, como já dito acima, foi 10 de Novembro de 1937, dia em que Vargas impôs à nação uma Constituição autoritária, de feição corporativa, marcada por 187 artigos⁴⁹³, fruto da mente do seu Ministro de Justiça, Francisco Campos. Era o alicerce jurídico e político do Estado Novo que renderia resultados a Vargas e a seus seguidores.

⁴⁹¹ Joseph Goebbels, ministro da propaganda na Alemanha nazista.

⁴⁹² Cf. <http://www.radiomoc.com.br/mural/imprimir.asp?codigo=43337>. Capturado em: 07 Julho 2018.

⁴⁹³ Lira Neto, biógrafo de Vargas, ao tratar da criação constitucional de Francisco Campos, do corporativismo no Brasil, e da nomenclatura Estado Novo assim refere: “Ao longo dos 187 Artigos redigidos por Francisco Campos, existiam influências notórias da italiana *Carta del Lavoro*, editada na Itália por Mussolini, particularmente no que dizia respeito à organização da economia e da política por meio de corporações profissionais. Entretanto, o corporativismo propriamente dito jamais seria implantado por Getúlio no Brasil, do mesmo modo que a prática nazifascista do partido único não vingaria durante o Estado Novo – este sim um nome decalcado da ditadura portuguesa de António de Oliveira Salazar”. Cf. NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 318.

Campos, na condição de jurista, reivindicava, falsamente, a Constituição de 1937 como criação tipicamente brasileira, mas isso não procede, houve influência externa, inclusive italiana e lusitana. Quando da análise de sua obra *Estado Nacional*⁴⁹⁴ vê-se que o seu pensamento de Estado foi decalcado no de Carl Schmitt, sem apresentar, todavia, a densidade do pensamento do autor alemão.

A experiência constitucional inaugurada com a Carta de 1937 permitiu ao chefe da nação exercer a autoridade suprema com poderes completamente discricionários, e a governar sozinho por meio de decretos-leis.

O presidente da república foi definido como a “autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do País”, conforme o texto constitucional (Art. 73), sendo o Art. 180 da aludida Carta expresso: “Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União”.

De como, a nova ordem constitucional trazida com o golpe de 1937 dissolveu o Poder Legislativo, embora houvesse referência a ele na Carta, Vargas passou a governar ao sabor de decretos-leis durante todo o seu consulado e até emendas à Constituição realizou, em atos solitários, sem qualquer burocracia parlamentar (não havia qualquer tipo de atividade parlamentar!), a exemplo da Lei Constitucional nº 01, de 16 de Maio de 1938, que inseriu no corpo da Constituição a pena capital para o crime político e também para o homicídio cometido por motivo fútil ou com extremos de perversidade.⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ A primeira edição data de 1940 e trata-se de uma coletânea de discursos, entrevistas e um ensaio, em que busca Campos fundamentar teoricamente o autoritarismo, tão visível na Carta de 1937.

⁴⁹⁵ Além de decretos-lei Vargas também modificou a Constituição por meio de “Leis Constitucionais”, ora tratando de matéria típica de emendas à Constituição, ora na forma de leis complementares.

Houve também o fechamento das casas legislativas dos Municípios e Estados membros, bem como intervenção na governança de Estados e Municípios. Quem fazia as leis no Estado Novo era o próprio Poder Executivo.

A federação brasileira naquele período foi alvejada de morte, pois não mais poderia haver outros símbolos, hinos, bandeiras e escudos, apenas os nacionais (Art. 2º). Vargas chegou a fazer uma cerimônia pública de queima das bandeiras estaduais, na cidade do Rio de Janeiro, com uma missa conduzida pelo arcebispo da cidade, D. Sebastião Leme⁴⁹⁶ (com isso mostrou o apoio da Igreja Católica ao seu *novel* regime), cujo sentido era unir toda a nação ao pé de uma só bandeira, de incutir nas mentes dos brasileiros um nacionalismo exacerbado e único, em sintonia com a nova ordem jurídica-constitucional. Unir as forças cívicas da nação, para evitar resistências em qualquer lado do vasto território do país, era estratégia do ditador gaúcho.

Uma marca do nacionalismo de então era a imposição de que bancos e companhias de seguro tinham de ter proprietários brasileiros (Art. 145), o que faz lembrar os reclamos do integralista Gustavo Barroso, em sua obra *Brasil Colônia de Banqueiros* (1936, Rio de Janeiro), pela qual denunciava a dependência e exploração do capital estrangeiro. Disposição pertinente a seara da economia encontramos na proibição da usura (Art. 142), como também que os crimes contra a economia popular eram equiparados aos crimes contra o Estado (Art. 141).

Com a Carta de 1937, as garantias e direitos individuais foram relativadas, típico de uma ditadura. A liberdade de reunião poderia ser interdita em nome da segurança pública, o sigilo das correspondências e a inviolabilidade do domicílio também (Art. 122 e 123). Ao lado disso, uma férrea censura sobre os meios de comunicação e forte propaganda governamental foi imposta à nação, especialmente quando criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

⁴⁹⁶ Dita cerimônia ocorreu em 27 de Novembro de 1937, na Praia do Russel, e contou também com a participação do maestro Villa-Lobos regendo um coral de três mil crianças.

Na vigência do *estado de guerra* deixaria de vigorar a Constituição nas partes indicadas pelo Presidente da República (Art. 171). Mais. Enquanto durasse tal medida, ou mesmo o *estado de emergência*, dos atos praticados em virtude deles não poderiam conhecer os Juízes e Tribunais do país (Art. 170), tudo o que revela o pico do autoritarismo, uma agressão ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, sendo facto que Vargas geriu a nação longamente sob *estado de emergência*, começando logo que a Constituição foi outorgada, conforme dicção do Art. 186: “É declarado em todo o País o estado de emergência”. Portanto, o Poder Judicial sofreu restrição com aquela Carta política, e durante 8 anos o *estado de emergência* vigorou no país, somente caiu por força da Lei Constitucional nº 16, de 30 de Novembro de 1945, após um mês da deposição de Vargas.

O Governo Central, com a Carta de 1937, recebeu inúmeros poderes, algo inédito na História do país, pois poderia, a exemplo, criar territórios, desmembrando-os dos Estados da federação, intervir neles nomeando interventores (Art. 9º) e nos municípios os alcaides seriam indicados pelos interventores dos Estados-membros da federação. Assim, não ocorreria sufrágio para tal escolha.

Mercê dessa Constituição, o Poder Legislativo seria exercido pelo parlamento nacional composto de duas câmaras: a dos Deputados e o Conselho Federal, mas nada foi instalado no período estadonovista. Aquela Constituição aboliu a instituição do Senado que no Brasil existe desde o Império, substituindo pelo dito Conselho Federal.

Havia previsão de que os deputados seriam eleitos pelo povo e o Conselho Federal composto de representantes eleitos dos Estados-membros, além disso, tal Conselho contaria com mais 10 membros nomeados diretamente pelo próprio Presidente da República, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos destacados em setores da produção ou em atividades culturais. Assim, o Legislativo teria a participação do Presidente da República, o chefe do Executivo, algo exótico à luz da teoria tripartite de Montesquieu, porém revelador do caráter autoritário da Carta, feita de encomenda por Vargas, um

político que não era amante da democracia nem das liberdades públicas. Ressaltamos que durante o Estado Novo não ocorreram eleições.

Ao Conselho de Economia Nacional, a Constituição previa uma gama considerável de competências, dentre elas promover a organização corporativa da economia nacional. Para auxiliar na compreensão da temática, abaixo, transcrevemos os Artigos 61, 62 e 63 daquela Constituição:

- Art. 61 - São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

- a) Promover a organização corporativa da economia nacional;
- b) Estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos;
- c) Editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;
- d) Emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional;
- e) Organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquérito sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;
- f) Preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições económicas, geográficas e sociais do País, tenham por objeto:
 - I - Racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;
 - II- Estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho;
- g) Emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais;
- h) Propor ao Governo a criação de corporação de categoria.

- Art. 62 - As normas, a que se referem as letras *b* e *c* do artigo antecedente, só se tornarão obrigatórias mediante aprovação do Presidente da República.

-Art. 63 - A todo tempo podem ser conferidos ao Conselho da Economia Nacional, mediante plebiscito a regular-se em lei, poderes de legislação sobre algumas ou todas as matérias da sua competência.

Parágrafo único - A iniciativa do plebiscito caberá ao Presidente da República, que especificará no decreto respectivo as condições em que as matérias sobre as quais poderá o Conselho da Economia Nacional exercer poderes de legislação.

Ora, da leitura dos dispositivos constitucionais acima, vê-se que o intervencionismo do Presidente da República era imenso na questão corporativa. Normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos, necessitavam de sua aprovação (Art. 62, “b”). De igual, na criação de normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias (Art. 62, “c”).

No tocante ao mandato presidencial, a Carta previa que o Presidente da República seria eleito de forma indireta, por um colégio eleitoral, para um mandato de seis anos, podendo ele indicar o vice-presidente (Art. 75, “a”), como também adiar, prorrogar e convocar o parlamento (Art. 75, “e”). Destacamos, novamente, que não houve nenhuma eleição no Estado Novo, muito menos para presidente da república, e as casas legislativas no país não se reuniram em tal período (1937-1945).

A Constituição também previa plebiscito em seu Artigo 187: “Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto pelo Presidente da república”. Contudo, Vargas não cumpriu tal dispositivo, e assim não obteve legitimação popular para a sua carta constitucional. Nesse sentido afirma Villa:

O plebiscito como elemento legitimador da Constituição era a condição indispensável para dar valor legal a todos os atos decorrentes da sua aplicação. Afinal, foi a pré-condição

estabelecida pela própria Ditadura. Passaram-se oito anos e nada de plebiscito.⁴⁹⁷

A ausência do referido plebiscito não permitiu à Carta de 1937 “adquirir foros constitucionais”, como ressalta Waldemar Ferreira:

Não chegou a carta de 1937, em verdade, a adquirir foros constitucionais. Não os alcançou por faltar-lhe o alento que somente lhe poderia ter vindo de ter sido elaborada pelo povo brasileiro. Não resultou da observância e aprimoramento dos princípios constitucionais pelos quais êle sempre se orientou e se regeu. Não surgiu dêle exprimindo-lhe as apirações e sentimentos nítida e tradicionalmente democráticos. Pelo contrário, ela se desfechou sôbre ou contra êle. Não ganhou corpo porque, já se disse, e em reiterar nada se perde, êle não chegou a homologá-la com o seu voto, expresso em plebiscito procrastinado e nunca realizado: ela lhe foi imposta pelas fôrças armadas, ou com o seu assentimento silencioso de cúmplices. Para melhor completar a impostura, em seu penúltimo artigo se declarou todo o país em estado de emergência, durante o qual juízes e tribunais não poderiam conhecer dos atos durante e em virtude dêle praticados. Institui-se, dessarte, govêrno pessoal sem contraste de qualquer câmara ou conselho, pois a própria carta constitucional destinada a conter-lhe os ímpetos não teve o impulso e a fôrça para reduzi-lo à continência.⁴⁹⁸ (sic)

A pretensão de Vargas de se perpetuar no poder torna-se evidente quando da leitura do Art. 175 da Constituição, eis que tal dispositivo constitucional renovou, sem voto, o seu mandato de Presidente, limitando-o até a realização do plebiscito, mas como não houve plebiscito algum, continuava ele a presidir o país como um César absoluto. Alertamos que a convocação do dito plebiscito caberia ao próprio Presidente da República (Art. 187), tendo ele deixado de fazê-lo. Vejamos a leitura dos Artigos 175 e 187:

Art. 175 - O primeiro período presidencial começará na data desta Constituição. O atual Presidente da República tem renovado o seu mandato até a realização do plebiscito a que se refere o Art. 187, terminando o período presidencial fixado no

⁴⁹⁷ Cf. VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 76.

⁴⁹⁸ Cf. FERREIRA, Waldemar Martins. *op. cit.*, p. 109-110.

Art. 80, se o resultado do plebiscito for favorável à Constituição.

Art. 187 - Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República.

Essa Carta política de 1937 não deixou saudades aos defensores do regime demoliberal, aos presos políticos, aos perseguidos pelo regime, e as vítimas da censura do Estado Novo que findou em Outubro de 1945, com Vargas deposto por militares cansados da sua ditadura. Desse facto, merece destacar, novamennte, que não houve vacância do cargo presidencial, pois na forma estampada na Constituição de então assumiu o poder José Linhares, Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça do Brasil, que comandou o retorno da democracia ao país, inclusive promoveu eleições livres no final daquele ano de 1945.

Foi o Estado Novo uma era sim de violência e intolerância política, de censura, de restrição de liberdades públicas, por outro lado, o país evoluiu em termos de direitos sociais, alavancou a sua indústria⁴⁹⁹, ganhou novas instituições públicas e normas jurídicas importantes à vida nacional, muitas delas em vigor até presentemente, a exemplo da Justiça do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC)⁵⁰⁰. Também naquela época o Brasil ganhou o seu primeiro Código de

⁴⁹⁹ “Após um biênio difícil, de 1940 a 1941, o crescimento industrial adquiriu novo ritmo, amparado por emissões e pela expansão de crédito do Banco do Brasil. Em novembro de 1943, o Plano Sousa Costa, aprovado pelo governo norte-americano, iria reduzir consideravelmente o volume da dívida e o pagamento de juros pelo Brasil. [...]. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha, e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país”. Cf. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>. Capturado em: 13 Agosto 2017.

⁵⁰⁰ A Lei de Introdução ao Código Civil - LICC-disciplina a aplicação das normas jurídicas, é tida como uma norma sobre normas [contém preceitos regulatórios sobre a vigência, a validade, a eficácia, a aplicação, a interpretação e a revogação de normas no direito brasileiro. Delimita

Processo Civil de aplicação compulsória a todos os Tribunais e magistrados do país, um avanço em termos de prestação jurisdicional.

A Carta de 1937 adotou amplos dispositivos em defesa da legislação laboral, secundando o que ocorreu na Carta de 1934, eis que não deixou de contemplar, dentre outras cousas, salário-mínimo, jornada de trabalho de oito horas, repouso remunerado, proibição de trabalho a menores de quatorze anos, a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho (Art. 137). A greve e o *lock-out* eram declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho (Art. 139).

Quanto à liberdade do cidadão, usando das palavras de Edilson Nobre, “Não se nega a manutenção do *habeas corpus* (art. 123, nº 16), no entanto, o seu emprego não abrangia as prisões ilegais efetuadas pelo governo, porquanto, encontrando-se o território brasileiro sob o alvo de estado de emergência, descabida se afigurava a apreciação judicial de tais atos”.⁵⁰¹ Assim, pairava sob a nação um clima de insegurança e arbítrio desde a vigência da Constituição de 1937.

Em contrapartida, a cultura nacional foi valorada como nunca antes, o civismo cultuado, a família ganhou destaque protetivo, pois previa o Art. 124 que “Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos”, e isso converge ao ideário dos integralistas brasileiros de proteção às famílias, estampado em seu Manifesto de 1932:

O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de

conceitos como o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido]. A Lei de Introdução disciplina o âmbito de aplicação das normas jurídicas, tendo sido editada em 1942, pelo Decreto-lei nº 4.657/1942, e está em vigor até hoje no Brasil, com nova nomenclatura: LINDB - Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Seu objetivo foi orientar a aplicação do Código Civil, e eliminar controvérsias surgidas desde a edição do primeiro Código Civil, em 1916.

⁵⁰¹ Cf. JÚNIOR, Edilson Pereira Nobre. O Poente do Constitucionalismo Brasileiro: a Constituição de 1937. In: **História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva**. BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo. (Orgs.) São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 407.

famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação. Baseado no direito da família é que o Estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras. Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira, inscrever a sua defesa em nosso programa.⁵⁰²

Ainda naquele período houve acentuado diálogo jurídico, político, religioso e cultural com o Estado Novo de Salazar, o que representou um contributo à formação do Estado Novo varguista. Em verdade, esse diálogo a que nos referimos teve início antes de 1937, já nos primeiros anos do decênio de 1930, e o Embaixador português no Brasil, naquela altura, Martinho Nobre de Mello, foi um importante interlocutor da interação luso-brasileira enquanto serviu no Brasil, como veremos no item 9.1 desta dissertação.

Cabe aqui repetir que os dirigentes do regime estadonovista, por meio de um discurso de justiça social, buscavam incentivar à modernização do país, da sociedade, com a valoração da força laboral dos obreiros e da capacidade dos produtores para, em tese, funcionar um sistema sem conflitos, na busca da elevação da cultura, da economia, além da moral e do civismo. O Estado Novo implantado com a Carta de 1937⁵⁰³ trouxe inovações institucionais ao país, eis que visava modelar a nação sob uma feição corporativa, contudo, não se consolidou em sua breve existência, muito menos se formou de uma própria ideologia nacional.

6.3 Estado Novo brasileiro: ideologia nacional?

O modelo fascista italiano inspirou o Estado Novo do Brasil e de Portugal. Aquela matriz ideológica foi basilar no caso brasileiro. Ao lado dele, contamos outras influências, inclusive a lusitana, donde os brasileiros se apropriaram até

⁵⁰² Vide Anexo 10 - Manifesto dos Integralistas do Brasil (VII - A FAMÍLIA E A NAÇÃO).

⁵⁰³ Monte Arrais afirma quanto a característica do Estado Novo que: "... a sua direção fundamental é no sentido da manutenção do equilíbrio entre o Poder Público e as atividades particulares" Cf. ARRAIS, Monte. **O Estado Novo e suas Diretrizes**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 199.

da nomenclatura “Estado Novo”, cunhada por Salazar, em uma imitação material do que se passava em Portugal.

Bem é de ver que o Estado Novo varguista surgiu: i) em uma época de descrédito do liberalismo econômico e do Regime demoliberal; ii) quando se propagavam as ideias integralistas, o ideário nazista, e o mundo ainda sofria reflexos econômicos da crise de 1929; iii) quando sopravam desde 1917 os ventos comunistas da então URSS; iv) quando o fascismo na Itália já era realidade com a sua experiência de Estado corporativo (secundado por Portugal, mas guardadas diferenças); v) quando a Espanha estava emergida em uma sangrenta guerra civil onde os Republicanos lutavam contras os Nacionalistas, lideradas por Franco.

Em convergência a essas linhas supra encontramos o magistério de Freitas do Amaral:

Que pressupostos ou condições ocorreram, em simultâneo, para abrir a porta ao fascismo? Três: fraqueza e impotência dos governos, crises econômico-sociais que afectavam gravamente as condições de vida das classes médica e populares, e medo do perigo comunista.⁵⁰⁴

Ainda a respeito dos fundamentos teóricos do Estado Novo, “Como em Portugal, o Estado Novo brasileiro ia buscar seus fundamentos teórico depois de 1940-41 no modelo fascista italiano”, afirma Musiedlak⁵⁰⁵. Tal como na Itália de Mussolini o pensamento social da Igreja Católica Romana influenciou o modelo do Estado Novo varguista, de igual, a experiência portuguesa, notadamente quanto à questão corporativa, direito de propriedade, combate ao comunismo, e na defesa dos obreiros contra a força do patronato. Embora Brasil e Portugal fossem Estados laicos a influência da Igreja de Roma foi marcante para ambos os regimes.

⁵⁰⁴ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. *op. cit.*, p. 511.

⁵⁰⁵ Cf. MUSIEDLAK, Didier. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 358.

O Brasil em 1937 ainda sofria o rescaldo da crise econômica de 1929, quando o agronegócio era a base da economia nacional, principalmente o café, depois o açúcar, o cacau e a borracha. Naquela época, a indústria brasileira era insipiente, ao contrário da Itália e Alemanha. Além disso, a população era predominante católica, pobre e com altos índices de iliteracia. Todo esse quadro facilitou a implantação da ditadura do Estado Novo de inspiração fascista, inclusive o apoio dado pelas elites locais. O clero, políticos, empresários, intelectuais, juristas, militares, a burguesia rural e urbana, aplaudiram a chegada da ditadura varguista, porque representava o moderno, o anticomunismo, a esperança de paz e desenvolvimento para o país, e ao depois, silenciaram os aplausos quando do seu declínio em 1945.

No curso do Estado Novo, e já antes dele, havia no Brasil muitos admiradores dos avanços da Alemanha nazi, da Itália fascista, do Estado Novo português, inclusive, entre militares de altas patentes, lembrando que sem eles não teria ocorrido o golpe de 1937. Na década de 1930, ocorreu o envio de militares brasileiros em missão de estudos à Alemanha. Entre eles estava o General Dutra que depois, por sufrágio popular, tornou-se Presidente do Brasil, em Dezembro de 1945. Além do mais, havia um destacado intercâmbio cultural Brasil-Itália⁵⁰⁶ com a presença de docentes italianos em algumas universidades

⁵⁰⁶ A respeito afirma Bertonha: “A constituição de Institutos Culturais especialmente direcionados ao intercâmbio cultural italo-brasileiro foi outra novidade do período. Coerentemente com seu caráter binacional, tais Institutos tinham dupla localização, no Brasil e na Itália. Na Itália, já havia há vários anos o Instituto Colombo, destinado a melhorar as relações culturais da Itália com a América Latina. Em 1936, contudo, surgiu um órgão específico para as relações culturais italo-brasileiras, a associação Amici del Brasile. Essa associação surgiu como contrapartida à sociedade Amigos da Itália (formada em 1936 por intelectuais brasileiros amigos da Itália e do fascismo) e reunia dezenas de nomes de relevo da vida política, diplomática e intelectual italiana, incluindo aqueles que já haviam passado pelo Brasil (Fermi, Piacentini, Marconi e outros) e teve, com o apoio pessoal de Mussolini, ramificações em várias cidades da Itália, promovendo conferências, feiras e solenidades diversas. Em 1938, a associação passou a ser subordinada justamente ao órgão sucessor do Instituto Colombo, ou seja, o Centro di Studi Americani de Roma e há sinais de que sua atividade, que nunca foi tão ampla quanto gostariam seus fundadores, estava quase que interrompida por volta de 1941, um ano antes de seu fechamento definitivo. Ainda assim, houve tempo para a publicação, no mesmo ano, de uma biografia de Getúlio Vargas, o que se insere no esforço fascista de aproximação com o Estado Novo”. Cf. BERTONHA, João Fábio. **Divulgando o DUCE e o Fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil - 1922-1943**. Revista de História Regional 5 (2): pp.83-112, 2000, p. 15. Disponível em:

do país, a exemplo da USP⁵⁰⁷. Em paralelo, o corpo diplomático dos respectivos países, como também o de Portugal, divulgavam os avanços sociais e econômicos dos seus Regimes, ajudando nesse processo de sedução política.

Em linhas posteriores dessa dissertação tratamos do protagonismo de Portugal durante a era Vargas, mostramos algumas semelhanças institucionais, similitudes entre a CRP de 1933 e a Constituição brasileira de 1937, com o fito de aclarar ao leitor a interseção ideológica havida entre os países irmãos.

Contudo, adiantamos, que da Constituição brasileira de 1937 vê-se algo que se inclina ao tradicionalismo português das câmaras municipais. Salientamos que no Volume II desta dissertação há documento diplomático dirigido a Salazar, subscrito pelo Embaixador Martinho Nobre de Mello, que era jurista e docente da Faculdade de Direito de Lisboa, anunciando a nova Constituição do Brasil e a sua semelhança com a de Portugal⁵⁰⁸. Feita essa menção, encontramos assim posto no Art. 19 da CRP/1933:

Na organização política do Estado concorrem as juntas de freguesia⁵⁰⁹ para a eleição das câmaras municipais e estas para a dos conselhos de província. Na Câmara Corporativa haverá representação de autarquias locais.

Desse conjunto, a pesquisa deduz que aquela foi a fonte de inspiração para Campos definir no texto constitucional a escolha dos membros da Câmara dos Deputados, donde participariam os vereadores municipais eleitos e dez cidadãos eleitos por sufrágio direto em cada município (Arts. 46 e 47). Frisamos que a Câmara Municipal seria eleita por voto direto, todavia, nada disso ocorreu

<http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/159>. Capturado em: 23 Agosto 2017.

⁵⁰⁷ Vide D'AMBROSIO, Ubiratan. A influência italiana nas atividades científicas brasileiras. In: DE BONI, Luís Antônio. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

⁵⁰⁸ Vide Anexo 18 - Ofício subscrito pelo Embaixador Martinho Nobre de Mello anunciando a Salazar da nova Constituição do Brasil e a sua semelhança coma CRP/1933. Vide Anexo 19 - Quadro com similitudes entre as Constituições de Portugal (1933) e Brasil (1937).

⁵⁰⁹ O direito de eleger as juntas das freguesias pertencia as famílias, segundo o Art. 17º da CRP/1933.

na prática porque a Carta de 1937 não foi aplicada plenamente, e não ocorrem eleições durante o Estado Novo varguista.

Referente à proteção familiar tratada no Art. 124 da Constituição brasileira,⁵¹⁰ converge ao disposto no Art. 11 da CRP/1933, que é explícito ao referir que “O Estado assegura a constituição e defesa da família”, dentre outras cousas.

Convém ressaltar que naquela altura existia no sul do Brasil uma grande colônia de imigrantes japoneses, italianos, alemães, e portugueses eram encontrados em todos os lados do território brasileiro, o que facilitava a divulgação do ideário político dos seus respectivos países junto aos nacionais, inclusive, políticos, militares, intelectuais (v.g., Miguel Reale) e empresários. Vargas e seus colaboradores foram sim cooptados por aquela onda de autoritarismo, que gerou uma nova realidade estatal, um novo direito ao país. Bem é de ver que a influência do direito fascista italiano é sentida na própria Constituição do Estado Novo, pois o seu Art. 138 é uma repetição quase integral de disposição contida no item III da *Carta del Lavoro*, compare-se:

Quadro 5 - Comparação CF/1937 e *Carta del Lavoro*

<p>Constituição de 1937, Art. 138: “A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes o direito perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas do poder público”.</p>	<p>Carta del Lavoro, III : “L' organizzazione sindacale o professionale é libera ma solo il sindacato legalmente riconosciuto o sottoposto al controllo dello Stato ha il diritto da rappresentare legalmente tutta la categoria di datori di lavoro o di lavoratori, per cui é costituito; di tutelarne, di fronte allo Stato e alle altre associazioni professionali, gli interessi; di stipulare contrate collettivi di lavoro obbligatori per tutti gli appartenenti alla categoria, di imporre loro contributi e di esercitare, rispetto ad essi, funzioni delegate di interesse publico.”</p>
---	---

Sistematizado: Autor.

⁵¹⁰ CF/1937 - “Art. 124. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.”

Autoritarismo e corporativismo são marcas do Estado Novo havido no Brasil, igualmente, a supremacia do interesse social-coletivo, do agigantamento do Estado, do fervor nacionalista, e da intervenção nos domínios privados como meio de conter o liberalismo económico de tempos anteriores.

Aquele autoritarismo da era estadonovista ocorreu no sentido inverso a Locke⁵¹¹, ele que idealizava um Estado mínimo, mais protetor do que interventor, no qual a transferência de poderes e de direitos para o Estado surgida do contrato social não era ilimitada.

Para Locke, o Estado visa assegurar unicamente a vida, a propriedade e a liberdade de cada cidadão. Trata-se desse modo de uma delegação limitada de poderes. Pois bem! É facto notório o agigantamento do Estado brasileiro na era ditatorial de Vargas face à criação de diversas instituições públicas (v.g., na seara da educação, cultura, transporte, indústria, etc.).

O Estado Novo visava reger a economia sob corporações, pois assim promoveria intervenção nos domínios privado. Por outro, convém mencionar, que naquele período houve acentuada censura sobre os meios de comunicação e atuação constante de uma polícia-política contra os opositores do Regime. A liberdade do homem esteve mitigada sensivelmente quanto a qualquer forma de expressão e mesmo tocante à livre aplicação do capital⁵¹².

De certo, o Regime do Estado Novo não acentuava a liberdade do indivíduo face ao Estado.

A feição autoritária do Estado Novo esteve concentrada na figura do Chefe supremo da nação (Getúlio Vargas), o qual governou de modo

⁵¹¹ Para Barbas Homem, “É significativo no pensamento lockeano a individualização do poder discricionário como prerrogativa do poder executivo, que se desenvolve naquelas matérias não previstas pelo legislador (§159)”. Cf. BARBAS HOMEM, António Pedro. **A Lei da Liberdade**. 1. ed. vol. 1: Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico. Épocas Medieval e Moderna. Cascais: Principia, 2013, pp. 183-184.

⁵¹² A Carta de 1937 outorgou ao Estado brasileiro a função de coordenador da economia nacional. Com isso houve a nacionalização de certas atividades económicas, com arrimo jurídico no Art. 144 daquele diploma constitucional, atinente à nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais, quedas d’água ou outras fontes de energia, e das indústrias tidas por essenciais à defesa económica ou militar da Nação.

discrecionário, sem parlamento, apoiado nos militares, e os seus atos não eram contrastados pelo Poder Judicial⁵¹³. Esse conjunto de factos lembra o exemplo de César, na Roma antiga, e converge a Hobbes para quem a autoridade do Estado, em princípio, não tem limites, cabendo ao Estado só garantir a paz e segurança, ficando à teoria do liberalismo a defesa dos direitos individuais naturais como a liberdade.

Ainda a respeito da feição autoritária do Estado Novo, especialmente da sua ideologia subjacente, encontramos em Carl Schmitt⁵¹⁴ uma perspectiva autoritária e antiparlamentar de um pensador que se opõe ao parlamentarismo liberal e a ideia de um presidencialismo democrático, o que vai ao encontro do regime ditatorial de Vargas. Para Schmitt, em sua obra *A Defesa da Constituição* (1931):

Fazendo do Presidente do Reich o centro de um sistema de instituições e atribuições tanto plebiscitárias como neutralizadoras relativas à política de partidos, a Constituição do Reich vigente intenta criar, partindo de princípios rigorosamente democráticos, um contrapeso ao pluralismo dos grupos sociais e económicos do poder, e garantir a unidade do povo como um todo político. [...] [a Constituição de Weimar] pressupõe a nação alemã inteira como uma unidade apta para a ação de um modo direto e não por intermédio das organizações e grupos sociais, uma unidade que pode exprimir a sua vontade e orientar-se e impor-se nos momentos decisivos, mesmo prevalecendo sobre as dimensões pluralistas. A Constituição procura especialmente dar autoridade ao Presidente do Reich, possibilidades para se ligar diretamente com esta vontade política do todo do povo alemão e proceder em consequência como protetor e guardião da unidade constitucional e da integridade da nação. Sobre o êxito deste intento se irá

⁵¹³ Na conformidade do Art. 94 da Constituição de 1937 ficou expressamente vedado o conhecimento pelo Poder Judicial de questão exclusivamente política, com isso, mitigado o controle externo daquele Poder. Afora isso, enquanto vigente o *estado de emergência* no país, dos atos praticados em virtude dele não poderiam conhecer os Juízes e Tribunais do país (Art. 170), tendo Vargas assim governado durante o período do seu Estado Novo.

⁵¹⁴ Schmitt, constitucionalista alemão aderiu ao nazismo, e embora não tenha se tornado réu perante o Tribunal de Nürnberg, a ele foi proibido lecionar na Alemanha. A respeito do pensamento do jurista *vide* MORAIS, Carlos Blanco de; COUTINHO, Luís Pereira (Orgs.). **Carl Schmitt Revisitado**. Lisboa: ICJP, 2014. Disponível em: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/icjp_ebook_carlschmittrevisitado.pdf>. Capturado em: 09 Março 2018.

fundamentar a existência e a permanência prolongada do atual Estado alemão.⁵¹⁵

Disso, emerge a necessidade de uma defesa da constituição pelo povo, a exemplo de um plebiscito constitucional, tal como ocorreu no Estado Novo português, em 1933, dando legitimidade popular ao regime de Salazar, mas o que deixou de fazer Vargas no percurso do seu Estado Novo. O autor da Constituição do Estado Novo, Francisco Campos, como já afirmado no item 6.2 acima, elaborou um modelo de constitucionalismo antiliberal semelhante ao encontrado na *Teoria da Constituição*⁵¹⁶ [1928] de Schmitt.

A manipulação das massas como um elemento essencial na organização do poder político, segundo Schmitt, foi também marca do regime imposto pela Carta política de 1937. A esse respeito assevera Roberto Bueno:

Embora sem referência expressa, Campos aplicou a teoria schmittiana ao identificar o Estado Novo à figura de Vargas, radiante e transcendente figura, ao tempo em que análoga ao Estado. Associando Vargas à virtude no Estado, o soberano é posicionado como centro do universo espiritual, irradiador da vontade política, sendo o Estado executor da realização dos seus intuitos, guiado por programas inspirados na pura projeção da vontade soberana. Esta vontade suprema do soberano preenche de sentido as ações do ente estatal, que empresta o seu poder concreto e toda força para realizar o querer do soberano no mundo, à semelhança da Igreja com a divindade, e daí a transferência da legitimidade política de sua base popular para esfera mítico-transcendente, de uma concepção liberal do Estado de Direito em que as leis governam os homens para o império do puro arbítrio sobre o direito.⁵¹⁷ [grifamos]

⁵¹⁵ Cf. SCHMITT, Carl. *Der Huter der Verfassung*. 1931, Berlim, Duncker e Humblot, 1996, *apud* Paulo Ferreira da Cunha *In Repensar o Direito: um manual de filosofia jurídica*. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda S.A, 2013, prefaciado por Mário Bigote Chorão e José Adelino Maltez, pp. 205-206.

⁵¹⁶ Em alemão, *Verfassungslehre*.

⁵¹⁷ Cf. BUENO, Roberto. *Francisco Campos e o autoritarismo brasileiro. Um diálogo oculto com Carl Schmitt*. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil, rbueno_@hotmail.com., p. 7. Recibido: 10/02/2015 e Aceptado: 17/11/2015. *Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas*. Vol. 19. Núm. 1 (2016): pp. 77-98.

A política populista de Vargas, difundida pela imprensa oficial e privada do país, propagava a imagem dele como um homem devotado ao país e à família, o chefe supremo da nação preocupado com o bem-estar do povo, especialmente dos obreiros, para quem ele anunciava no dia 1º de Maio de cada ano medidas legais protetivas acompanhadas de grandes desfiles cívicos⁵¹⁸, o que lhe rendeu a alcunha de “pai dos pobres”.

Todavia, aquilo não foi suficiente para legitimá-lo e perpetuá-lo no poder, lembrando aqui que quando de sua deposição pelos militares, em Outubro de 1945, não encontrou ele reação defensiva contra os insurretos que lhe apearam da Presidência. Não houve reação armada, nem popular, contra a sua deposição, algo já esperado devido ao desgaste progressivo do regime desde quando o nazi-fascismo entrou em colapso na Europa, ironicamente, auxiliado por tropas brasileiras que lutaram ao lado dos americanos na Itália entre 1944 e 1945.

O modelo ideológico do Estado Novo esteve assim assentado em um **mosaico** de ideias, predominantemente estrangeiras. Campos, como o arquiteto constitucional do Estado Novo, ficou a dever em inspiração a Schmitt e a outros pensadores. Nesse passo, reservamos ao brasileiro Alberto Torres⁵¹⁹, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que com o seu pensamento nacionalista, dos idos de 1914 e 1915, foi a primeira influência no Brasil para criar um Estado de cunho nacionalista, tal como idealizado pelos integralistas e uma das faces do regime do Estado Novo.

<https://revistas.ucm.es/index.php/RPUB/article/viewFile/52207/48131>. Capturado em: 24 Agosto 2017.

⁵¹⁸ Vide Anexo 20 - Fotografias - Classe trabalhadora apoiando o Estado Novo varguista.

⁵¹⁹ Sobre Alberto Torres encontramos nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas: “Um dos expoentes do pensamento ruralista brasileiro, publicou em 1914 os livros *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* e, em 1915, *As fontes da vida no Brasil*, nos quais concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se assim a qualquer veleidade industrialista. Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participar da organização da sociedade. A nação, segundo suas palavras, deveria organizar-se “como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do país”. Suas ideias estiveram bastante em voga na década de 1930, com o movimento integralista”. Cf. TORRES, Alberto. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945**. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres. Capturado em: 23 Agosto 2017.

Por fim, registramos que além da análise dos movimentos políticos havidos em Brasil e Portugal nas primeiras décadas do século XX, já tratados em páginas anteriores, percorrer um pouco da interação⁵²⁰ cultural e religiosa dos países, faz-se importante para compreender o diálogo jurídico e o contributo português na formação e condução do Estado Novo brasileiro.

⁵²⁰ *Interação* aqui no sentido de influência; diálogo; contato entre nações, pessoas físicas e/ou colectivas que se relacionam e a conduta de cada qual se torna estímulo recíproco.

CAPÍTULO III

A INTERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1930 A 1945

SECÇÃO 7. DIÁLOGO RELIGIOSO E CULTURAL

BRASIL-PORTUGAL

7.1 Culto a Fátima. Visita do Cardeal Cerejeira ao Brasil

O catolicismo no Brasil foi uma realidade recebida do colonizador que a independência e a transição para o Império não alteraram. Presente como religião oficial desde o descobrimento até à ocorrência do Regime republicano, somente em 07 de Janeiro de 1890, já sob a égide da República, o Estado brasileiro tornou-se laico⁵²¹, o mesmo sucedendo em Portugal com idêntica passagem ocorrida um pouco mais tarde, em 1910.

No início do século XX os dois países eram oficialmente laicos, contudo, essa laicidade não apagaria em qualquer deles os traços culturais oriundos do passado, nem a devoção à Igreja de Roma⁵²² tributada por parcelas

⁵²¹ Após a proclamação da república, em 15 de Novembro de 1889, o novo governo editou o Decreto nº 119-A, de 07.01.1890, pelo qual houve a separação entre Igreja e Estado, inaugurando a laicidade do Estado brasileiro, situação secundada pela Constituição republicana de 1891.

⁵²² Em Portugal, a presença de fiéis de outras religiões que não a católica romana, era quase irrelevante desde a expulsão dos judeus no século XVI e a subsequente intervenção da Inquisição contra os cripto-judeus (judeus dissimulados de cristãos), frequentemente confundidos com os cristãos-novos, os quais em rigor eram os que tendo sido fiéis da crença judaica se haviam convertido ao cristianismo. Todavia, em certos locais algumas comunidades mosaicas lograram subsistir dissimuladas e aparentemente sem contacto com outras comunidades em situação similar em território português e não português. Foi o caso de Belmonte, a vila de onde era oriundo Pedro Álvares Cabral, o descobridor ou achador do Brasil, situada no meio de Portugal na Beira-Baixa, hoje um conhecido centro de contacto inter-religioso entre cristianismo e judaísmo que atrai gente de diversos países. Foi o caso, eventualmente, de algumas outras povoações portuguesas, como Castelo de *Vide*, situada no Alentejo interior, onde a sinagoga se conseguiu preservar quase integralmente até à actualidade ainda que sem os traços de cripto-judaísmo detectados em Belmonte (Monte Belo). Para além destes casos, esconsos porque dissimulados, sempre viveram em Portugal cristãos não católicos, isto é, de raiz luterana. Tratava-se essencialmente de fiéis oriundos dos países onde a Reforma plantou raízes e que estavam em Portugal, não como residentes ou nacionais, mas como estrangeiros, sendo protegidos pelas regras jurídicas e diplomáticas

significativas do povo.⁵²³ Traços que podiam, e ainda podem facilmente ser encontrados em todos os níveis sociais, desde a base até o topo⁵²⁴, independentemente das opções políticas dos governantes e das convicções de cada cidadão.

É inegável que em Portugal houve um sentimento anti-clerical com o advento da república. O regime republicano em Portugal no período da I República (1910-1926) hostilizou abertamente a Igreja Católica, criando situações de violenta ruptura em vários momentos. Aquele sentimento revelou a afirmação de um ideário político muito marcado no pensamento republicano de então, eivado de oposição a tudo o que pudesse ser associado ao anterior regime monárquico⁵²⁵ que abraçava o catolicismo como religião oficial.

que contemplavam os estrangeiros. Já quanto a islâmicos, só no quadro do relacionamento diplomático residiram no país depois do século XVI. Terão outros vivido eventualmente, mas não oficialmente e deles não são conhecidos traços de cripto-islamismo como os de Belmonte. No tocante ao tema judaísmo em Portugal, faz-se pertinente a obra de WILKE, Carsten. **A história dos judeus portugueses**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

⁵²³ No Brasil, as comunidades judaicas detectam-se desde muito cedo. Independentemente de alguns dos navegadores iniciais poderem ou não ser de fé judaica ou cripto-judaica, na sequência da expulsão dos judeus de Portugal, algumas comunidades expatriadas inicialmente para países da órbita do mediterrâneo ou do norte da Europa acabariam ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII por rumar às Américas vindo a estabelecer-se em vários locais, inclusivamente na antiga capitania hereditária de Pernambuco. A respeito da presença judaica no Brasil, nos séculos XVI e XVII, englobando o período de dominação holandesa que foi acentuado em Pernambuco, sugerimos a obra de MELLO, José Antônio Golçalves de. **Gente da Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco 1542 - 1654**. 2. ed. Brasil: Editora Massangana, 1996.

⁵²⁴ Nessa questão, é válido comentar a respeito da comunidade judaica existente na cidade do Recife, em Pernambuco, que teve pujança e liberdade de culto durante o período holandês de ocupação (1630 - 1654), tanto, que em 1636 os judeus ergueram naquela cidade a primeira sinagoga das Américas, a Sinagoga Kahal Zur Israel. Tal templo foi construído por um rabino vindo da Europa, especialmente de Amsterdã, para levar à frente o projeto. Na referida sinagoga celebraram-se cultos religiosos até 1654, pois no período holandês havia tolerância religiosa e isso gerava uma convivência pacífica entre cristãos e judeus na região de Pernambuco. Porém, após a expulsão dos holandeses da região a Sinagoga foi fechada, dando-se outra destinação ao prédio por longos anos até ser descoberta no decênio de 1990 por arqueologistas, e hoje dá lugar a um museu judaico. Consequência da expulsão dos holandeses é que muitos judeus do Recife se converteram ao catolicismo e outros, na luta pela vida, fugiram para a América do Norte, bem longe do Tribunal do Santo Ofício, e lá ajudaram a criar a cidade de Nova York. A respeito da comunidade judaica em Pernambuco, pertinente é a obra de MENEZES, José Luiz da Mota. **A Recriação do Paraíso: judeus e cristãos-novos em Olinda e no Recife nos séculos 16 e 17**. Recife: CEPE Editora, 2016.

⁵²⁵ No pensamento republicano, cuja figura de proa era na altura Afonso Costa, lente de Direito em Coimbra e chefe do governo após 1910, a Igreja de Roma era o esteio fundamental da monarquia, pelo que o cristianismo devia restringir-se ao foro íntimo de cada um. Para isso havia que retirar o culto do domínio público, restringindo-o ao plano privado, ou seja,

Não obstante os numerosos momentos de tensão e mesmo de violência anti-clerical, a tradição religiosa do povo português não foi afetada, tornando-se mesmo uma trincheira de luta política que muito contribuiria para o descrédito do regime republicano, facilitando a mudança para o modelo ditatorial que se seguiria.

Assim, Brasil e Portugal na viragem do século XIX eram espaços políticos de tradição católica sobre os quais as mudanças de regime não haviam apagado essa tradição, e não ocorreram mudanças radicais nessa seara. Nas décadas que mais especialmente nos interessam, ou seja, 1930 e 1940, a realidade manteve-se idêntica.

O pensamento social da Igreja de Roma emergente nos finais do século XIX com a Encíclica *Rerum Novarum* se plasmou sobre aquela base cultural e religiosa, ao qual a política de ambos os países não ficaria imune. A Encíclica equacionava as relações entre capital e trabalho a partir da realidade então vivida e das graves distorções que a industrialização gerava no tecido social, nas difíceis condições de trabalho e subsistência da classe obreira. Na análise, antecipava-se o risco de um futuro conflito ideologicamente arrimado no pensamento de Karl Marx que, por essência, defende a luta armada para a tomada do poder pelos proletários.⁵²⁶

Para evitar, ou mesmo minimizar, os seus aspectos problemáticos, Leão XIII e através dele a Igreja de Roma propunham uma via nova, na qual o respeito pelo trabalho e os direitos dos que o exerciam, se articulava com o respeito pela propriedade privada, tida como de direito natural. No respeito por esta

doméstico. A proibição do culto e a colocação do clero na dependência do Estado, como se de funcionalismo se tratasse seriam vias possíveis efectivamente tentadas, com a oposição generalizada da Igreja e de largas parcelas da população. Assim se conseguiria extinguir o cristianismo no país em duas ou três gerações, segundo se dizia na época. Para mais informações sobre a trajetória de Afonso Costa *vide* MENESES, Filipe Ribeiro. **AFONSO COSTA**. Lisboa: Editora Texto, 2010.

⁵²⁶ No Manifesto Comunista assim encontramos: “Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser grilhões”. Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Editora Bomtempo, 1998, p. 69.

subsumia-se a legitimidade do lucro e do papel do empresário enquanto detentor de entidade criadora de riqueza em prol do titular, dos trabalhadores e da sociedade em geral. O lucro dos capitalistas haveria de conviver com a dignidade e o bem-estar dos obreiros.

Questionavam-se também, desse modo, pela Encíclica, os pressupostos do socialismo que, mais tarde, sob a designação de comunismo, viria a fixar raízes na Europa e um pouco por todo o globo. Alguns trechos da Encíclica condenatórios do pensamento socialista sobre a propriedade privada são exemplificativos:

A solução socialista.

3. Os socialistas, para curar esse mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens de um indivíduo qualquer devem ser comuns a todos e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta translação das propriedades e esta igual repartição das riquezas das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas, semelhante teoria, longe de ser capaz de por termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.⁵²⁷

A propriedade particular

4. [...]. Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade colectiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação.⁵²⁸

⁵²⁷ Vide, Anexo 21- Cópia da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, texto integral.

⁵²⁸ *Ibid.*

Em favor da intervenção estatal na defesa da propriedade privada ⁵²⁹ e da manutenção da ordem pública, outras passagens eram igualmente exemplificativas:

21. [...]. Hoje especialmente, no meio de tamanho ardor de cobiças desenfreadas, é preciso que o povo se conserve no seu dever; porque, se a justiça lhe concede o direito de empregar os meios de melhorar a sua sorte, nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não que igualdade. Por certo que a maior parte dos operários quereriam melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebidos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha, portanto, a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu. ⁵³⁰

Preocupava a Igreja, para além da recusa da propriedade privada defendida na teoria socialista, a sua hiper fixação nos aspectos económicos da vida social, pelas evidentes implicações que tinham na rejeição da dimensão espiritual e religiosa do Homem, de que a Igreja se sentia guardiã.

Nessa medida, o Estado, enquanto ente consciente da tradição cultural europeia de raiz cristã e humanista, era suposto dever apoiar a luta contra tal ideologia, pelo risco de destruição implícita que importava em relação à mesma e pelas implicações deletérias na segurança da sociedade.

Era a Encíclica, em suma, o ponto de partida de uma luta contra o materialismo dialético que, a partir de 1917, teria o seu expoente na criação do Estado soviético e subsequente domínio sobre a Europa do leste e na exportação do modelo ideológico e político subjacente para o resto da Europa e

⁵²⁹ “Em resumo, os comunistas apóiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente. Em todos estes movimentos colocam em destaque, como questão fundamental, a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta se revista”. Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. op. cit., p. 69.

⁵³⁰ Vide Anexo 21 - Cópia da Carta Encíclica “*Rerum Novarum*”, texto integral.

mundo.⁵³¹ Nas décadas que nos ocupam a problemática referida encontrava-se na ordem do dia.

A Igreja de Roma transbordara do plano religioso para o político e os Estados nacionais cujas bases culturais associavam dominância católica e hostilidade ao comunismo eram espaços possíveis de assimilação dos pontos de vista da Doutrina Social da Igreja, surgindo a sua utilização, ainda que de forma indirecta, como justificativa moral de soluções jurídicas a implementar.

Seria o caso do Portugal de Salazar e do Brasil de Vargas.

No plano religioso ambos os países eram de matriz cristã, havendo sintonia entre a Igreja de Roma e a realidade religiosa dos respectivos povos. No plano político em ambos se percebia, marcada hostilidade da classe dirigente ao ideário socialista já então usualmente denominado como comunista, suportada em uma visão totalitária do exercício do poder político.

A sintonia em alude abria assim espaço à invocação do respaldo da Doutrina Social da Igreja em relação às iniciativas do Estado, para repelir o socialismo e tudo a ele relacionado. A caracterização da ideologia socialista como inimiga dos princípios religiosos e humanistas das sociedades europeias de raiz cristã, e também como factor de inquietação social pela negação da propriedade privada, contida nas encíclicas papais, conduziram os governantes sempre a uma postura hostil e de combate em relação à mesma ideologia, sustentada em um pensamento político incorporante de preocupações semelhantes tal como foi o fascismo.

Ainda que a separação entre Igreja e Estado estivesse juridicamente consignada nos ordenamentos jurídicos de ambos os países, a ideia de nação de

⁵³¹ Segundo Palomanes Martinho, “A *Encíclica* representa, em outras palavras, o equilíbrio entre o egoísmo sem limites do capital privado e o coletivismo forçado das ideologias socialistas e comunistas. A harmonia entre os valores individuais e os valores coletivos se realizaria na construção de um novo tipo consiencial.” Cf. MARTINHO, Carlos Palomanes. **A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 154.

matriz católica foi um dado presente na política de Brasil e Portugal⁵³² no decênio de 1930, dela tendo resultado colaboração entre o Estado Novo português e brasileiro que nos ocupa.

No caso português, sem a coincidência de preocupações entre Igreja e Estado, a longevidade do Estado Novo poderia ter sido bem diferente. Neste plano mostra-se incontornável a figura do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo íntimo de Salazar, tal como o aproveitamento pelo poder dos eventos religiosos ligados à Fátima. Já no caso brasileiro, alguma similitude existiu, ainda que menos visível, nela se detectando igualmente a presença de próceres religiosos e a tentativa de fazer de alguns santuários ícones de religiosidade popular que o poder governamental apreciava como elemento com potencialidades políticas.

Sendo a experiência portuguesa anterior no tempo, quer a personalidade do Cardeal Cerejeira, quer o fenómeno religioso de Fátima, não ficaram à margem do relacionamento entre os países irmãos.

A adoração a Nossa Senhora de Fátima em Portugal foi bem explorada politicamente pelo regime salazarista, disso cuidou o Secretariado de Propaganda Nacional – SPN⁵³³. Esse culto à Fátima rompeu fronteiras, oceanos, e é facto a sua absorção pela nação brasileira, eis que quando da visita ao Brasil do Cardeal Cerejeira, em 1934, o mesmo participou no Rio de Janeiro em várias

⁵³² Tocante a essa ideia de nação católica é que o Sindicato dos Bancários em Portugal chegou a editar a *Rerum Novarum*. A respeito refere Palomanes Martinho: “A ideia de harmonização entre o capital e o trabalho continua presente nesta publicação do Sindicato dos Bancários. Além da separata com a *Rerum Novarum*, de que adianta se falará, se o boletim publicou também um artigo criticando a atitude de um banco da capital no período natalino.” Cf. MARTINHO, Carlos Palomanes. *op. cit.*, p. 160.

⁵³³ O culto à Fátima durante o Estado Novo salazarista gerou o filme “Fátima, Terra de Fé”, de Jorge Brun do Canto, uma fita com duas horas de duração estrelada em Junho de 1943, com apoio estatal. Nas palavras de Orlando Raimundo: “O filme, que assinala as bodas de prata das Aparições de Fátima, celebradas com grande solenidade no ano anterior pelo Cardeal Cerejeira e a hierarquia que comanda, é um tributo à Igreja Católica. Na Carta Pastoral que assinala a efeméride, Cerejeira considera o derrube da República e a ascensão de Salazar ao poder duas obras de Deus e isso não pode ficar sem retribuição condigna. Cf. RAIMUNDO, Orlando. **Antonio Ferro: O inventor do salazarismo - Mitos e falsificações do homem da propaganda da ditadura**. 1. ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015, pp. 268-269.

solenidades alusivas a Fátima, chegando inclusive aquele religioso a ser recebido em palácio presidencial pelo próprio Presidente Vargas.⁵³⁴

Concernente àquele encontro Carlos Andre Silva de Moura assim resume:

Entendemos a recepção oficial do bispo lusitano por Getúlio Vargas como um ato político, que reafirmava as intenções do governante para a manutenção das relações internacionais entre o Brasil e Portugal, mas também reconhecia e apoiava o trabalho do clero brasileiro, que era liderado por Dom Sebastião Leme e admirado pelo Patriarca de Lisboa. Os diálogos travados pelo presidente e Dom Manuel Gonçalves Cerejeira serviram para a inscrição de mais um militante contra a expansão do comunismo no país, inimigo comum das esferas religiosa e política, mesmo em ambiente internacional.⁵³⁵

Cardeal Cerejeira em sua passagem pelo Brasil, naquele ano de 1934, deixou claro em seu discurso a importância religiosa na formação do país, formação essa devida ao colonizador português:

[...] O Brasil tomou nas próprias mãos os seus gloriosos destinos. Deante dele, abre-se a estrada imperial dum futuro de horizontes imensos – que vai percorrendo a correr... Portugal não pode deixar de beijar na fronte, com amor e orgulho, esse filho gigante, que, sob a luz de oiro do Cruzeiro, prolonga e dilata o seu sangue, a sua língua, a sua fé. Portugueses que não amassem o Brasil negar-se-iam a si mesmos. Seria como pai que engeitasse os filhos. [...] O Brasil é a obra e a gloria de Portugal. [...] Que dizer do trabalho português no Brasil? No passado foi com a catequese jesuítica uma epopéia: dela saiu o Brasil. Se é verdade que o trabalho cristão obriga a terra a louvar o Senhor: o trabalho português tem sido uma obra de redenção para as terras de Vera Cruz. [...].⁵³⁶

⁵³⁴ Vide Anexo 22 - Fotografias da visita do Cardeal Cerejeira à imagem de Fátima no Rio de Janeiro e recebido pelo Presidente Vargas.

⁵³⁵ Cf. MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 – 1942)**. Tese de doutorado em filosofia e ciências humanas, pela Universidade Estadual de Campinas (São Paulo), 2015. <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000953153>>. Capturado em: 12 Maio 2016.

⁵³⁶ Cf. CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves. **Mensagem do Snr. Cardial Patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira aos Portugueses do Brasil**. Lisboa. Dezembro de 1934.

No Brasil, Vargas também tirou proveito do pensamento social da Igreja, valendo aqui registrar que o seu Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, em 1936, um pouco antes do Estado Novo, mandou editar e distribuir cópias da Encíclica *Rerum Novarum*. Afora isso, Vargas mantinha diálogo com o Cardeal Arcebisbo Dom Sebastião Leme,⁵³⁷ este que era um expoente da Igreja Católica no Brasil, o que ajudava, naquela altura, a conduzir uma nação predominantemente católica.

O protagonismo do Cardeal Leme na era Vargas começou logo nos primeiros dias da Revolução de 1930, em Outubro daquele ano, quando ele intermediou a saída do Presidente Washington Luiz do Palácio da Guanabara, sem derramamento de sangue⁵³⁸, porque o Presidente deposto pensava em resistir até o último momento contra as forças militares e civis lideradas por Vargas. Depois disso, o Cardeal sensível à perda de prestígio e influência da Igreja, provocada com a Constituição republicana de 1891, que definiu o Estado Brasileiro como laico, buscou junto à nova ordem política, modificar aquele quadro, na defesa dos interesses do catolicismo.

Os seus esforços nesse sentido dariam frutos à frente, e logo em 1931, ano após a Revolução de 1930, um facto contribuiu para o estreitamento das relações entre a Igreja e a governança varguistas, que foi a inauguração do monumento do Cristo Redentor⁵³⁹ na cidade do Rio de Janeiro.

O aludido monumento inaugurado sob o cardinalato de D. Leme expôs ao mundo a confissão cristã do Brasil, com a participação do Cardeal⁵⁴⁰, contando

⁵³⁷ Vide Anexo 23- Fotografia de Vargas com o Cardeal D. Sebastião Leme.

⁵³⁸ Cf. GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962, p.p 225-226.

⁵³⁹ A estátua do Cristo Redentor que retrata Jesus Cristo de braços abertos, com vista para toda a cidade do Rio de Janeiro, foi construída para sua colocação em um logradouro que é bem público, o topo do morro do Corcovado, com isso, vê-se o prestígio da Igreja Católica junto aos governantes daquele tempo.

⁵⁴⁰ Tocante à inauguração do Cristo Redentor assim descreve Afonso Arinos: “Seguiu-se-lhe a bênção da estátua pelo Cardeal-Arcebisbo. Depois, de joelhos ante a imagem sagrada, D. Sebastião pronunciou em voz alta a fórmula da consagração do Brasil ao Coração de Jesus: “Senhor Jesus, Redentor nosso, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que sois para o Mundo fonte de luz, de paz, de progresso e de felicidade, Salvador que nos remistes com o sacrifício de vossa vida, eis a vossos pés representado o Brasil, a Terra de Santa Cruz, que se

naquela altura com o apoio das autoridades estatais. Em Almada, Portugal, há o monumento a Cristo Rei, homólogo ao brasileiro, com vista à Lisboa, surgido no ano de 1959, ainda na era estadonovista, porém idealizado pelo Cardeal Cerejeira, em 1936, fruto da sua visita ao Brasil no ano de 1934 quando naquela oportunidade ficou ele sensibilizado com a experiência brasileira⁵⁴¹. Aqueles monumentos revelam fortíssima simbologia do catolicismo, uma marca na historiografia de Brasil e Portugal.

Vero é que o Cardeal Leme, durante a era Vargas, sempre articulou movimentos congregando religiosos e leigos católicos no intuito de pressionar o poder constituído na defesa dos interesses da Igreja. Nesse passo, surgiram a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira. O primeiro deles visava congregar inteligências católicas para influenciar no processo eleitoral brasileiro que desaguou na formação da Constituição de 1934, a segunda Carta política da república brasileira, promulgada. Tal Carta política trouxe dispositivo de interesse da Igreja, como o ensino religioso nas escolas, notadamente em seu Art. 153⁵⁴².

No ano de 1935, sob a inspiração do Papa Pio XI, foi criada a Ação Católica Brasileira pelo Cardeal Leme, uma instituição análoga a que já existia em Portugal desde 1933, ou seja, a Ação Católica Portuguesa⁵⁴³, que tinha por

consagra solenemente a vosso Coração sacratíssimo e vos reconhece para sempre seu Rei e Senhor.” Cf. GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O cardeal Leme** (1882-1942). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962. p. 253.

⁵⁴¹ “A ideia da construção do Monumento a Cristo Rei surge em 1934, quando de uma visita ao Brasil do então Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Ao passar pelo Rio de Janeiro, viu a imponente imagem de Cristo Redentor do Corcovado e logo no seu coração nasceu o desejo de construir semelhante obra em frente a Lisboa. Em 1936, a ideia de construir o Monumento a Cristo Rei foi transmitida ao “Apostolado de Oração”, que a acolheu entusiasticamente. Para ser Nacional, o Monumento precisava de aprovação e cooperação de todos os Bispos Portugueses. Tal sensibilização aos Bispos é conseguida, sendo proclamada oficialmente na Pastoral Coletiva da Quaresma de 1937”. Cf. SANTUÁRIO NACIONAL DE CRISTO REI. História do santuário nacional de Cristo Rei. 2015. Disponível em: <<http://www.cristorei.pt/aboutus.aspx>>. Capturado em: 02 Janeiro 2017.

⁵⁴² Cf. “Art 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

⁵⁴³ Filipe de Arede Nunes assim referere sobre a criação da Ação Católica Portuguesa: “Na reunião plenária do episcopado português realizada em Lisboa nos dias 9, 10 e 11 de

objetivo congregar religiosos e leigos católicos em projetos de atuação da Igreja Católica voltados à nação⁵⁴⁴. Ambas as instituições exerceram influências na sociedade dos seus respectivos países, como também junto às autoridades estatais.

Lembremos que o Cardeal Cerejeira em Portugal gozava da amizade de Salazar, além de que, no ano de 1940 Portugal celebrou uma concordata com a Santa Sé de grande interesse da Igreja.

Chama atenção o facto, digno de nota, que, quando da visita do Cardeal Cerejeira ao Rio de Janeiro, como referido acima, já existia a Ação Católica Portuguesa e um ano após surgiu no Brasil a sua homóloga, o que sugere que os laços linguísticos e culturais entre Brasil e Portugal foram marcantes à criação da Ação Católica Brasileira, essa uma instituição que atravessou todo o período do Estado Novo varguista, sendo uma mostra incontestável de similitude e diálogo religioso entre os países.

Novembro de 1933, e na sequência da Carta de Pio XI ao Cardeal Patriarca de Lisboa datada de 10 de Novembro de 1933, aprovou-se finalmente o projecto de Bases da acção Católica Portuguesa tendo sido publicada, em 16 de Novembro a Nota Oficiosa da Reunião Plenária do Episcopado Português que tornou publico as Bases da Acção Católica Portuguesa, bem como uma delegação de poderes de direcção no Cardeal Patriarca de Lisboa. Estabelecem ainda a Junta Central da Acção Católica para a qual ficaram desde logo nomeados o Arcebispo de Mitilene e o Cónego Dr. Avelino Gonçalves. Entre os princípios estabelecidos nas Bases da Acção Católica há a destacar que a Acção Católica Portuguesa se propunha a realizar a «difusão, a actuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social», que tem como princípios de organização a «coordenação e cooperação de todas as associações e obras católicas num plano nacional único, em ordem à efectuação da união católica para a restauração cristã da sociedade», que «actuara fora e acima de todas as correntes políticas, sem que contudo deixe de reivindicar e defender as liberdades da Igreja» e desenvolvendo a sua actividade «sob a dependência directa e inteira da Hierarquia». Cf. NUNES, Filipe de Arede. **Estado Novo, Casamento e Código Civil, Contributo para o estudo da História do Pensamento Político Português**. Alameda da Universidade - 1649-014. Lisboa: AAFDL, 2011.

⁵⁴⁴ A respeito da inclinação da Igreja Católica ao Governo Salazar, discorre Arnaldo Madureira que isso se deu em razão de uma coincidência de princípios: “Desde o momento em que chegou à pasta das Finanças que a Igreja Católica apoiava o chefe do Governo. E tinha razões para isso. Em primeiro lugar porque ele era um dos seus mais brilhantes “soldados”, depois “fazia-os” porque muitos dos princípios do Estado Novo coincidiam com os seus ensinamentos, e, finalmente, porque dispunha da possibilidade de difundir em sossego a sua mensagem de redenção eterna, ao contrário do que acontecera durante a Primeira República. Nesse ambiente, que lhe era claramente favorável, a 16 de novembro de 1933, o Episcopado publicava as Bases Orgânicas e fundava a Ação Católica Portuguesa”. Cf. MADUREIRA, Arnaldo. **Salazar Tempos Difíceis**. Lisboa: Clube do Autor, 2015, p. 80.

Embora fortalecida a Igreja Católica no Brasil durante o período Vargas, os anos que precederam ao golpe de Estado de 1937 foram marcados pelo acirramento da repressão política gerada pela Intentona Comunista de Novembro de 1935.

Aquela rebelião deixou o país a viver sob estado de emergência durante um longo período, criou um sentimento nacional de medo ao *ideário vermelho*, e coincidentemente em Março de 1937, o Papa Pio XI editou a Encíclica *Divini redemptoris*, combatendo o ideário comunista.

Tal documento papal, logo em sua introdução, reza: “Vós, sem dúvida, Veneráveis Irmãos, já percebestes de que perigo ameaçador falamos: é do comunismo, denominado bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã”,⁵⁴⁵ um discurso que reforçou a política anticomunista de Brasil e Portugal àquela altura.

É de capital importância frisar que a interação luso-brasileira, no período de 1930 a 1945, não ficou restrita ao carácter religioso, houve um acentuado diálogo cultural que serviu à consolidação do ideário político de ambos os países.

No item abaixo abordaremos o *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, realizado em 1937⁵⁴⁶, que trouxe à Lisboa estudiosos de vários lados do globo seduzidos pelo tema, em um esforço de aproximar a comunidade internacional para conhecer as grandezas de Portugal, inclusivamente o Brasil, a sua maior antiga colônia.

⁵⁴⁵ Cf. Encíclica *Divinis Redemptoris*.
http://www.catolicoorante.com.br/docs/enciclicas/pioxi/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html. Capturado em: 24 Agosto 2018.

⁵⁴⁶ Vide, <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI%20i%20congresso%20da%20historia%20da%20expansao%20portuguesa%20no%20mundo>. Capturado em: 09 Julho 2018.

7.2 Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo

A cultura lusitana não foi relegada no percurso do regime do Estado Novo, do contrário, mereceu a atenção dos seus agentes políticos para a realização em concreto de ações de preservação e divulgação. Daí, não é de se estranhar a criação pelo Regime da Academia Portuguesa de História⁵⁴⁷ e do Instituto para a Alta Cultura (I.A.C.)⁵⁴⁸. Ao lado disso, a construção de monumentos históricos por todo o território português, a exemplo do que houve em Lisboa no ano de 1934 quando construíram estátua em homenagem ao Marquês de Pombal. Desse conjunto fazia parte também a promoção de diversos eventos que propagavam o passado heróico do país, tanto no plano interno como no estrangeiro.

Nessas circunstâncias o Império Colonial Português fazia parte da pujança da nação, sendo o culto às artes e às ciências, nesta última incluída a História, importantes para perpetuá-lo. Junte-se a isso o facto de que a própria Constituição de 1933 dava destaque à educação e à cultura nacional, cabendo ao Estado estimulá-las, mercê do disposto no § 2º do Art. 42º, que abaixo transcrevemos:

§ 2º. As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a hierarquia e a acção coordenadora do Estado.

Inserido nesse contexto legal e político, o Governo de Salazar promoveu em Julho de 1937 (de 25 a 31), o *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, conclave que contou com a participação não apenas de portugueses e brasileiros, como também de gente de outras nacionalidades. Tal conclave mostrou ao mundo uma face do regime estadonovista português, o seu colonialismo, bem como a sua política pública no trato dos valores culturais e históricos do país. “O ESTADO NOVO quer reintegrar Portugal na sua grandeza

⁵⁴⁷ Vide, Decreto-Lei nº 26.611, de 19.05.1936 (Art. 39º).

⁵⁴⁸ Vide, Decreto-Lei nº 26.611, de 19.05.1936 (Art. 22º).

histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. Quere voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo”, já dizia João Ameal, desde 1934, em seu Decálogo do Estado Novo (9º)⁵⁴⁹, o que converge à iniciativa do aludido conclave.

No ano seguinte ao conclave, 1938, o Ministério das Colônias editou coletânea de diversos volumes com o conteúdo dos debates, sob o título “PRIMEIRO CONGRESSO DA HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO”.

O dito Congresso foi presidido por Francisco José Vieira Machado (Min. das Colônias) e secretariado por Manuel Múrias⁵⁵⁰, este um homem de letras, egresso do Integralismo lusitano, donde a preservação da cultura nacional era também diretriz daquele movimento político. Múrias, portanto, exemplifica a contribuição de um militante do IL a serviço do Estado Novo.

A valoração da cultura nativa igualmente foi norte dos integralistas brasileiros, da AIB, disposta em seu Manifesto⁵⁵¹, e tornou-se política pública do Estado Novo varguista. Exemplo dessa política cultural encontramos no ensino obrigatório de música nas escolas durante o regime. Quiçá tal condução estatal tenha contribuído para mais tarde afamar o Brasil como um país musical, detentor de vários ritmos e estilo musiciais.

Em sequência ao que se afirma acima, naquela altura ganharam destaque as composições clássicas do maestro Heitor Villa-Lobos, o autor das “Bachianas Brasileiras”, suítes para combinações de instrumentos que expressam a afinidade entre Bach e procedimentos da música popular instrumental brasileira. Ressaltamos que o Maestro foi Secretário de Educação Musical no

⁵⁴⁹ Cf. AMEAL, João. *op. cit.*

⁵⁵⁰ Manuel Maria Múrias Júnior era natural de Bragança (1900 - 1960), licenciado em Filologia Romanica pela Universidade de Lisboa, participou como militante do Integralismo lusitano. Foi ele professor, jornalista, e deputado a partir de 1942. Antes de sua atividade parlamentar foi Secretário e vogal da Junta de Educação Nacional e Secretário-Geral do Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo. Cf. http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/murias_junior_manuel_maria.pdf. Capturado em: 18 Maio 2018.

⁵⁵¹ *Vide*, Anexo 10.

período do Estado Novo e sob a sua batuta promovia apresentações de canto orfeônico⁵⁵² para estudantes reunidos em estádios de futebol da cidade do Rio de Janeiro, para assim difundir a cultura musical brasileira junto aos jovens.

Villa-Lobos⁵⁵³ foi o primeiro presidente da *Academia Brasileira de Música*⁵⁵⁴ criada ainda no período do Estado Novo. Após o término da II Guerra Mundial, o Maestro excursionou pelos Estados Unidos e Europa, onde suas peças foram executadas nos mais prestigiados teatros.

Voltando ao Congresso secretariado por Manuel Múrias, o mesmo contou com a participação especial de um brasileiro, oriundo de Pernambuco, que fora Mário Melo, homem de destaque intelectual em seu rincão natal, o Recife (mesmo sítio onde faleceu em 1959), como também, em todo o país⁵⁵⁵. Mário Melo era licenciado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (turma 1907), mas dedicou a sua vida ao jornalismo e às investigações no campo da

⁵⁵² Sobre Villa-Lobos e o canto orfeônico durante o Estado Novo, *vide*, a tese de doutoramento em história de GONÇALVES, M^a das Graças R., **Villa -Lobos, o educador: canto orfeônico e Estado Novo**, apresentada à Universidade Federal Fluminense em 2017. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2166.pdf>. Capturado em: 31 Agosto 2018.

⁵⁵³ Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Nova Iorque.

⁵⁵⁴ “A ideia de organizar uma instituição que pudesse reunir as principais personalidades da vida musical de nosso país e trabalhar em prol da música brasileira foi apresentada a Heitor Villa-Lobos por Oscar Lorenzo Fernandez. Sendo àquela altura o mais importante compositor brasileiro, com atuação internacional, Villa-Lobos liderou o processo de organização da entidade. Os modelos foram a Academia de França, fundada em Paris no ano de 1635, da qual Villa-Lobos era integrante, e a Academia Brasileira de Letras, fundada no Rio de Janeiro em 1896. A primeira reunião para organização da ABM ocorreu no dia 28 de junho de 1945 e contou com a presença de Villa-Lobos, Lorenzo Fernandez, João Baptista Julião, Florêncio de Almeida Lima e Arthur Iberê de Lemos. Uma segunda reunião para discussão da proposta de Estatuto, realizada em 30 de junho em almoço no Clube Ginástico Português, contou com a presença de um número expressivo de compositores e musicólogos. Além dos anteriormente mencionados participaram, dentre outros, Andrade Muricy, que presidiu a assembleia, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, João Itiberê da Cunha, Jayme Ovalle, Brasílio Itiberê da Cunha Luz, Radamés Gnattali, Frutuoso Vianna, Eleazar de Carvalho e J. Octaviano. Em Artigo no *Correio da Manhã* de 1o de Julho o crítico Eurico Nogueira França saudou a iniciativa e recomendou que a “Academia não seja acadêmica”, mas que “estimule o trabalho proveitoso e fecundo a bem da música brasileira” e que “cada acadêmico, então, venha para o convívio de seus pares animado de um generoso espírito de cooperação”. Cf. ACADEMIA BRASILEIRA DE MÚSICA. <http://www.abmusica.org.br/pagina.php?n=historia&id=20>, Capturado em: 10 Março 2018

⁵⁵⁵ Encontramos cinco biografias sobre Mário Melo: 1) Roteiro Jornalístico de Mário Melo, 1968-1970, de Luiz do Nascimento; 2) Mário Melo - jornalista e Historiador Democrata, 1976, de Cláudio Tavares; 3) Cadê Mário Melo..., 1997, de Rostand Paraíso; 4) Perfil Parlamentar Século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente, 2001, de Homero Fonseca; 5) Mário Melo 1884 - 1959: uma bibliografia, 2012, de Virgínia Barbosa e Lúcia Gaspar.

História. Exerceu ele a função de Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP⁵⁵⁶ - por mais de quarenta anos, era membro da Academia Pernambucana de Letras, do Instituto Histórico do Brasil, da Sociedade de Geografia de Lisboa e Paris, dentre outras instituições. Polemista, defendia os valores e as tradições culturais da sua terra com fervor, mediante escritos diversos editados em jornais e revistas de Pernambuco e de outros Estados do Brasil⁵⁵⁷.

Ao lado disso, notabilizou-se como um relevante historiador nacional⁵⁵⁸, o que o levou até Lisboa, em 1937, como convidado do Ministro das Colônias de Portugal para proferir conferência sobre tema brasileiro. Aceito o convite, Melo proferiu a sua conferência sob o título *Aspectos de etnografia brasileira*, por ocasião do encerramento do Primeiro Congresso de História da Expansão

⁵⁵⁶ Em 1922 os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral se notabilizaram por empreender a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, partindo de Lisboa com destino final o Rio de Janeiro, utilizando um monomotor (hidroavião), batizado *Lusitânia*. Naquele percurso aéreo fizeram uma paragem no arquipélago de Fernando de Noronha (primeiro ponto em território brasileiro), e depois na cidade do Recife, no dia 05 de Junho daquele ano, quando então foram recebidos efusivamente pela população local. O periódico Diário de Pernambuco, de 06 de Junho de 1922, estampou aquele feito heróico em sua primeira página com a seguinte chamada: “1500-1922 O “raid” aereo PORTUGAL-BRASIL Sacadura e Gago Coutinho chegam a Pernambuco pelo ar! O RECIFE INTEIRO CONTEMPLA MARAVILHADO O MAGESTOSO VÔO DO PASSARO TRANSATLANTICO!”. Facto surpreendente a nossa pesquisa é que ainda naquele ano de 1922 os aviadores portugueses foram acolhidos pelo IAHGP (fundado em 1862 é o Instituto Histórico estadual mais antigo do Brasil) como sócios honorários, ao lado de Alberto Santos Dumont, o pai da aviação para os brasileiros, ao contrário dos irmãos Wright para os Estados Unidos da América. Cf. REVISTA DO IAHGP. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano- Vol XXIV, 1922, p. 357.

⁵⁵⁷ A respeito da grande atuação de Mário Melo como historiador e jornalista na primeira metade do século XX sugerimos: CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. ***Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife***. Dissertação de Mestrado em História aprovada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2017. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_amanda-cavalcanti, Capturado em: 18 Maio 2018.

⁵⁵⁸ Obras de Mário Melo editadas até 1936: 1) A Maçonaria no Brasil - Recife, 1909. Esg; 2) A Maçonaria e a Revolução de 1817 - Recife, 1912; 3) Arquipélago de Fernando-de-Noronha - Recife, 1916. Esg; 4) Pau-d' Alho (História e Geografia do município) - Recife, 1918; 5) A Imprensa de Pernambuco em 1918 - Recife, 1918. Esg; 6) Rios de Pernambuco - Recife, 1919. Esg; 7) Ruas do Recife - Recife, 1920. Esg; 8) Oliveira Lima Intimo - Buenos Aires, 1920. Esg; 9) História do Loja Maçônica Seis de Março de 1817, Recife, 1921. Esg; 10) Corografia de Pernambuco - Recife, 1921. Esg; 11) Esbôço da Literatura Pernambucana - Recife, 1922. Esg; 12) Os Carnijós das Aguas-Belas - S. Paulo, 1929; 13) Toponímia Pernambucana - Recife, 1931; 14) Dentro da História - S. Paulo, 1931. Esg; 15) Frei Caneca - Recife, 1933; 16) Aspectos da História - Recife, 1935; 17) Elementos da História do Brasil - S. Paulo, 1936.

Portuguesa no Mundo, o que se deu na sala Algarves, da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A permanência de Mário Melo em Portugal durou cerca de três meses, tendo sido aquela a primeira visita do historiador-jornalista ao país irmão, quando aproveitou o tempo de viagem não apenas para participar do Congresso, mas, também para conhecer a terra lusitana em seus meandros históricos. “Se não vi tudo quanto desejava, pude ver o suficiente para satisfação do programa que tinha delineado. Queria conhecer o Portugal histórico, o Portugal artístico e o monumental. Vi-o em todos êstes aspectos. Maravilhei-me. Volto contentíssimo”, foram as palavras de Melo dadas em entrevista ao *Jornal do Comércio* quando retornou ao Recife, vindo de Lisboa, naquele ano de 1937⁵⁵⁹.

Toda essa experiência de Mário Melo está registrada em crônicas positivas escritas por ele, ainda em solo português, que eram enviadas aos jornais do Brasil, notadamente ao periódico *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, e que ao depois, renderiam um livro, já em pleno regime do Estado Novo, do qual Melo era apoiador. Desse universo de crônicas elaboradas na terra lusa, surgiu a obra de Melo intitulada *Como Vi Portugal*, editada em 1938, na cidade do Recife, pela Livraria Colombo (editora)⁵⁶⁰.

Para uma melhor visão da importância e dinâmica do aludido Congresso, transcrevemos abaixo, *ipsis litteris*, o artigo de Mário Melo, *Portugal na História*, destacado do seu livro supra, o qual consideramos bastante explicativo. Ei-lo:

Portugal na História

Encerra-se hoje o Primeiro-Congresso-de-História-da-Expansão-Portuguesa-no-Mundo, em cujos trabalhos, por convite especial do snr. ministro das Colônias, tenho tomado parte, convertido meu convite em representação do Instituto Arqueológico e da Academia Pernambucana de Letras. Somos quatro os brasileiros que participam desse congresso, três dos quaes nascidos em Pernambuco, o que não deixa de ser uma

⁵⁵⁹ *Vide*, *Jornal do Comércio* de 12 de Setembro de 1937.

⁵⁶⁰ Morada da Livraria Colombo em 1938: Rua da Imperatriz nº 254, Recife (hoje não mais existe).

nota em favor de nosso Estado e da cultura do norte, por vezes amesquinhada pelo sul: Manuel Cícero Peregrino da Silva, Gilberto Freire, Mário Melo e Camilo de Oliveira Neto. O congresso foi dividido em seis secções: os descobrimentos; os portugueses em Marrocos; os portugueses no Oriente: os portugueses no Brasil; os portugueses na África; a Administração Central nas suas relações com a expansão portuguesa. Sua inauguração revestiu-se de solenidade, sob a presidência do Snr. Ministro das Colônias, presentes o snr. presidente da República, todo o corpo diplomático, no teatro Almeida Garrett. As sessões ordinárias têm sido realizadas na Escola-Superior-Colonial. A do encerramento, hoje, será na Sociedade-de-Geografia, na sala Algarves, onde proferi minha conferência. A secção de estudos referentes ao Brasil esteve a cargo do padre Serafim Leite, nome conhecidíssimo de todos que se dedicam a estudo de História e que nunca deixou de ter a seu lado, na mesa da presidência, um dos quatro brasileiros. Vários foram os trabalhos apresentados, alguns dos quais referentes a Pernambuco, motivo por que me via obrigado a estar sempre intervindo na discussão, ora para estabelecer algum ponto, ora para aplaudir e até ora para combater. Um desses trabalhos e talvez o mais interessante foi o relativo aos Palmares, do dr. Ernesto Ennes alto funcionário do Arquivo-Histórico-Colonial, estudo da última fase da guerra, à-vista-de grande documentação inédita. Dentre outros pontos que ficaram esclarecidos por êsses documentos, há um importantíssimo que destrói a lenda da morte de Zambí: no ataque feito por Domingos Jorge Velho à serra da Barriga, a 5 e 6 de fevereiro de 1694, duzentos negros se precipitaram involuntariamente num despenhadeiro e assim encontraram a morte; entre êstes, porém, não estava o chefe, a quem a lenda envolveu com o lindo manto dum suicídio para não perder a liberdade. Naqueles combates Zambí ficou ferido com duas pelouradas e morreu a 20 de novembro de 1695 às mãos dos paulistas. Por deferência especial do autor, após a discussão elegante e elevada que tivemos sobre o assunto por ocasião de ser lido o trabalho, sou hoje possuidor de cópia autêntica dos documentos que lhe serviram de base ao estudo e levala-ei para ao Instituto Arqueológico. Outra memória em que Pernambuco esteve em evidência foi a do professor S. Costa Sacadura, intitulada *Profilaxia seiscentista das pestilências na capitania de Pernambuco*, relativa a uma moléstia contagiosa⁵⁶¹ que aí teve o nome de *bichas* nos fins do século XVII, a mesma a que se refere um dos painéis existentes na matriz de Igarassú, restaurado por iniciativa do Rotary-Clube-do-Recife. Há no Arquivo-Histórico-Colonial vários documentos sobre o assunto, pelos quais fica evidenciado que foi Pernambuco o primeiro ponto do Brasil em que a medicina pôs em prática medidas

⁵⁶¹ Nota do Autor: A respeito do trato da saúde durante o Brasil-Colônia *Vide*, MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: Limites e Espaços da Cura**. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2011.

profiláticas, sendo os portugueses – conclusão do autor – os pioneiros e precursores da profilaxia no passado. Uma das medidas profiláticas contra a peste – estou fazendo referências de memória – foi a proibição de andarem meretrizes nas ruas depois de seis-horas-da-tarde; outra foi o sepultamento das vítimas nas Salinas (Santo Amaro), fazendo-se fogueira sobre cada cova. A discussão dêsse trabalho deu motivo a que o dr. Augusto da Silva Carvalho apresentasse aos congressistas brasileiros três raríssimos livros de medicina sôbre o Brasil, dois dos quais sôbre Pernambuco⁵⁶². Um me era conhecido, por havê-lo visto na biblioteca de Oliveira Lima: *Tratado único da Constituição Pestilencial de Pernambuco*, de Joam Ferreyra da Rosa, impresso em 1694 e a que se referiu Otávio de Freitas na inauguração da Faculdade-de-Medicina-do-Recife. Parece que no Brasil não existe nenhum exemplar dêsse livro. Possui-o aqui também a Biblioteca do Pôrto, conforme vi. O outro, mais recente do que êste, me era completamente desconhecido e para ciência dos estudiosos aqui lhe transcrevo o título por mim copiado na ocasião: *Noticias | do que hé o achaque | do bicho | diffiniçam do seu crestamento, subimento corrupção sina | es & cura até o quinto grao, ou | intenção delle, suas diferen | ças & complicações, com | que se ajunta. | Por Miguel Dias | Pimenta, Familiar do Santo Officio, & Residente no Ar | recife de Pernam | buco*. Lisboa 1707. Contém 175 páginas de pequeno formato. Refere-se ao mesmo assunto do anterior. O terceiro é um livro manuscrito, feito na Baía em 1785 por Manuel Fernandes Nabuco, e trata de emprêgo que o autor fazia em seus tratamentos de doses de ópio telbaco e láudando líquido, tendo por título *Observaçoes medico chirurgicas e anatomicas*. 189 páginas. Escusado é dizer que os congressistas estrangeiros-italianos, espanhóis, belgas, uruguaios, ingleses e alemães (brasileiro não entra aqui como estrangeiro) tem sido tratados com carinho especial. Foi-nos oferecida uma excursão a Alcobaça, à Batalha e a Nazaré; outra ao Tejo num vaso de guerra, e hoje iremos a Mafra, voltando por Sintra, Ericeira, Cascais e Estoril. Ontem tivemos um banquete oferecido pelo govêrno em o Hotel Avis, que é o único que desfruta o título de “de luxo”. Dentre outras coisas, foi resolvido fazer-se periódica e alternadamente no Brasil e em Portugal um Congresso de História. Outra iniciativa de interesse foi a criação, por decreto do govêrno, da Academia-de-História-de-Portugal com quarenta cadeiras, dez das quais privativas de brasileiros. Essa Academia-de-História, pelos seus fins, é uma espécie de nossos Institutos Históricos e seus estatutos, outorgados pelo snr. ministro da Educação, tiveram por modelo os do Instituto-Histórico-Brasileiro⁵⁶³. Apenas um contraste: os Institutos

⁵⁶² Nota do Autor: Sobre a história de Pernambuco sugerimos *Anais Pernambucanos*, de Francisco A. Pereira da Costa, obra em dez volumes que trata da historiografia de Pernambuco de 1493 a 1850.

⁵⁶³ Nota do Autor: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado no Rio de Janeiro em 1838, continua até hoje sediado na mesma cidade, e “Contou com o patronato do imperador

Históricos Brasileiros – inclusive o nosso Arqueológico-Pernambucano – são de iniciativa particular e ordinariamente se arrastam sob a indiferença dos govêrnos; a Academia-de-História-de-Portugal é de criação do govêrno e entra no orçamento das despesas do Estado, como acontece com a Academia-de-Ciências, embora lhe seja dada autonomia. Aí os homens de bôa vontade procuram espontaneamente dar relêvo á história de sua terra e quasi sempre não são bem compreendidos; aqui é o próprio govêrno que os congrega para tal fim e lhes dá todos os meios de existência. Foi na própria sêde da Academia-de-História, no mesmo dia de sua fundação, que o snr. ministro da Educação Nacional ofereceu uma recepção aos congressistas do Congresso-de-História. Quer isto dizer que no dia do nascimento, encontrou a Academia-de-História o berço próprio, enxoval preparado e pecúlio para leite. Comparando isso com o que se passa com Institutos Históricos Brasileiros, somos forçados a repetir aquele conceito da *Ceia dos Cardeais*: “Como é diferente o amor em Portugal” ... Lisboa, 1 de agosto de 1937.⁵⁶⁴

Um outro brasileiro presente ao Congresso, também de Pernambuco, foi o sociólogo Gilberto Freyre, o qual poucos anos depois, em 1940, editaria no Brasil livro alusivo ao processo de colonização portuguesa, intitulado *O Mundo que o Português Criou*⁵⁶⁵, obra que exalta o colonialismo lusitano nos trópicos. Freyre àquela época já era um pesquisador social renomado no Brasil, de formação acadêmica obtida nos EUA (Universidade de Columbia e Universidade de Baylor), notabilizado com a sua obra *Casa-Grande & Senzala* (de 1933), a qual é de suma importância para compreender a formação social brasileira.⁵⁶⁶

d. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões”. Cf. <https://ihgb.org.br/ihgb/historico.html>. Capturado em: 27 Maio 2018.

⁵⁶⁴ Cf. MELO, Mário. **Como Vi Portugal**. Recife: Livraria Colombo (editora), 1938, pp. 95-100.

⁵⁶⁵ Vide comentários sobre tal obra de Freyre no item 7.3 desta dissertação.

⁵⁶⁶ Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, e ex-presidente do Brasil (1994-2002) ao prefaciar uma nova edição de *Casa-Grande & Senzala*, assim afirma: “Mas não é difícil insistir no que de realmente novo - além do painel inspirador de Casa-Grande & Senzala como um todo - veio para ficar. De alguma forma Gilberto Freyre nos faz fazer as pazes com o que somos. Valorizou o negro. Chamou atenção para a região. Reinterpretou a raça pela cultura e até pelo meio físico. Mostrou, com mais força de que todos, que a mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil. E, acaso não é esta a carta de entrada do Brasil em um mundo globalizado no qual, em vez da homogeneidade, do tudo igual, o que mais conta é a diferença, que não impede a integração nem se dissolver nela?” Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime**

A participação de Freyre no dito conclave induz a acreditar que essa sua obra, *O Mundo que o Português Criou*, guarda relação com a experiência do conclave lisboeta de 1937⁵⁶⁷, do qual teve acesso a muitas informações e dados sobre o colonialismo de Portugal no globo. Coincidentemente essa sua obra enfrenta tema pertinente ao aludido Congresso, o que reforça a ideia de ter se prestado como fonte de inspiração ao autor.

Assim, visível o forte diálogo cultural entre os dois países mesmo antes da instauração do Estado Novo de Vargas, sobretudo, quando a Academia Portuguesa de História reservava 10 cadeiras para brasileiros em uma mostra da vontade de perpetuar tal diálogo.⁵⁶⁸ É facto indene de dúvidas que o regime estadonovista acentuou aquele diálogo cultural, como veremos nos itens abaixo.

7.3 Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941

Dentro da realidade de aproximação luso-brasileira, nas primeiras quatro décadas do século XX, ocorreu o *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*. Dito Acordo foi celebrado em Agosto de 1941, entre os dois países, capitaneado pelo jornalista português António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional – SPN. De outro lado, o Brasil contou com a participação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, comandado por Lourival Fontes, órgão homólogo àquele existente em Portugal, e que nele buscou inspiração e se tornou importante ferramenta na propagação da política do Estado Novo brasileiro.

da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003, p. 14.

⁵⁶⁷ Foi ainda no ano de 1937, meses antes daquele conclave cultural, que se estabeleceu a ligação radiofônica entre a metrópole e todas as províncias do Império colonial português. Tal facto ganhou divulgação com detalhes através da revista PORTUGAL COLONIAL (Revista de Propaganda e Expansão Colonial), nº 71-72/Janeiro-Fevereiro-1937, p. 12/18. As ondas radiofônicas da Emissora Nacional eram captadas nos EUA, e mesmo no Brasil, conforme matéria posta na aludida revista. A audição por brasileiros de programas radiofônicos portugueses só aumentou o processo de interessão cultural entre os dois países.

⁵⁶⁸ Atualmente a Academia de História de Portugal reserva a brasileiros quinze assentos na condição de Académicos de Número, afora o total de vinte para Académicos Correspondentes. Cf. https://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/?page_id=62. Capturado em: 17 Maio 2018.

Vargas nutria simpatia por Portugal e Salazar. Descendente de portugueses, o ditador brasileiro não mediu esforços para concretizar a aproximação com o país-irmão, tendo o Brasil feito se representar na grande *Exposição do Mundo Português* promovida pelo governo salazarista, em Lisboa no ano de 1940, com grande comitiva. Para concretização do referido Acordo Cultural no Rio de Janeiro, em Agosto de 1941, António Ferro chegou ao Brasil acompanhado de comitiva formada por algumas personalidades portuguesas⁵⁶⁹, dentre elas, o jurista Marcello Caetano, e o director da Agência Geral das Colónias, Júlio Cayolla.

Salientamos que o aludido Acordo não surgiu abruptamente naquele ano de 1941, fôra ele consequência da aproximação política de ambos os países naquele período. Em item próprio deste trabalho (9.1) abordamos a figura do Embaixador português Martinho Nobre de Mello, o qual serviu no Brasil desde os primeiros anos da década de 1930 e foi protagonista da aproximação política e cultural de ambos os países. A sintonia dos regimes políticos de Brasil e Portugal⁵⁷⁰, autoritários, corporativos e norteados pelo combate à ameaça do comunismo internacional, afora a mesma identidade linguística, favoreceu àquele pacto.

⁵⁶⁹ Orlando Raimundo assim discorre sobre aquela comitiva: “A embaixada cultural chefiada por Ferro parte para o Rio de Janeiro em Agosto de 1941, com a missão de concluir o acordo. Apesar de o Brasil ser independente há mais de um século, integra a comitiva o director da Agência Geral das Colónias, Júlio Cayolla. O caminho foi, entretanto, desbravado por uma embaixada especial, de características bem mais diplomáticas, liderada por Júlio Dantas e da qual fazem parte figuras gradadas do regime, como Marcello Caetano, Augusto de Castro e Reynaldo dos Santos. É uma forma de retribuir a Vargas a preciosa decisão de ter feito representar o Brasil na grande *Exposição do Mundo Português*”. Cf. RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: O Inventor do Salazarismo – Mitos e falsificações do homem da propaganda de ditadura**. . 1. ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015, p. 318.

⁵⁷⁰ Relativo à convergência política dos dois regimes assim discorre Orlando Raimundo: “A celebração do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941, assente na unidade de Língua Portuguesa e na convergência política das ditaduras de Salazar e Getúlio Vargas, é uma das operações mais bem conseguidas de António Ferro. A assinatura do memorando de entendimento é crucial para o sonhado projeto de criação de uma comunidade luso-brasileira. A existência de regimes semelhantes, e como mesma designação – Estado Novo –, estimula Getúlio Vargas, que está tão interessado como Salazar no sucesso da iniciativa. Descendente de uma família portuguesa, o ditador brasileiro tem em comum com Salazar a origem rural e a admiração por Mussolini”. RAIMUNDO, Orlando. *op. cit.*, p. 317.

A idealização de uma comunidade luso-brasileira embalada pelas afinidades ideológicas, histórico-culturais, bem como pelo relevante número de portugueses residentes no Brasil, naquela altura, favoreceu, igualmente, a aproximação cultural em foco. E mais. Na esteira da aproximação cultural entre os dois países encontramos, já em 1940, a obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, simpática a Portugal, nominada de *O mundo que o Português criou*, a qual inspirou o seu conceito de “luso-tropicalismo”⁵⁷¹. Tal conceito mostra Portugal como um país pluricontinental e que sua colonização não se funda no racismo.

Defendia Freyre, naquela obra, a tolerância e assimilação dos valores tropicais pelos portugueses, diferenciando-os como os primeiros das civilizações tropicais sem uma concepção racista, o que provocou miscigenação, marca do carácter humano da colonização de Portugal.

Abaixo, para melhor compreensão do pensamento freyriano, transcrevemos trecho da referida obra:

O amor do homem pela mulher e do pae pelos filhos, acima de preconceitos de côr, de raça, de classe, de posição, deu á mestiçagem no Brasil sua expressão mais humana, e ao mesmo tempo mais christã, a de voluptuosidade, a de abuso brutal da mulher indígena ou africana pelo homem branco. Esse exaggero de luxuria, no contacto dos brancos com as raças de côr, tem sido salientado por alguns estudiosos mais corajosamente realistas dos processos de nossa formação. Seria impossivel negálo. Mas a luxuria não agiu sozinha. Sob a obsessão do realismo em que veem talvez se extremado alguns daquelles criticos, não se deve perder de vista, por meio de romantismo, a acção ou a influencia que teve o amor sentimental nas relações de portugueses com as mulheres de côr. Desse amor, acima de preconceitos de raça e de convenções de classe, do branco pela cabocla, pela cunhã, pela india, de que foram capazes tantos colonos portugueses, fundadores no Brasil, desde os primeiros tempos, de familias mestiças, não deve ser esquecido o aspecto romantico, para accentuar-se só o voluptuoso. Foi o amor pela mulher india e

⁵⁷¹ Sobre o luso-tropicalismo na colonização portuguesa *Vide*, CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961) - publicado no livro Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). In **O mundo continuará a girar**. (Org.) NUNES, Herique Barreto; CAPELA, José Viriato. Edição: Conselho Cultural da Universidade do Minho, Centro de Investigação transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Porto: Afrontamento, 2011.

pelo filho mestiço que animou muitos dos patriarchas da colonização portuguesa do Brasil a se fixarem na terra bruta. Uns sob o estímulo, outros sob o favor dos padres casamenteiros; varios, nos é licito suppor, fora da igreja e do casamento, sem que, entretanto, suas uniões fossem puras aventuras physicas de libertinagem. O amor desses homens pelas mulheres indias e mais tarde pelas africanas, amor acima de preconceitos e de convenções, agiu poderosamente na formação do Brasil, adoçando-a; amollecendo o que o systema economico de trabalho escravo promettia levantar ali de hirto, talvez até de cruel e de deshumano. Nunca houve Maior victoria do humano, do demansiadamente humano, sobre o economico. Esse character humano da colonização portuguesa, se no Brasil é que teve a sua expressão mais larga e ao mesmo tempo mais feliz, é, entretanto, commum à obra colonizadora de Portugal.⁵⁷²

A idealização do aludido acordo gerou, dentre outras cousas, uma revista de arte, cultura e literatura, de circulação binacional, promovida em conjunto pelos órgãos de cultura e propaganda dos dois países, nominada de *Atlântico*. Neste periódico, os seus gestores defendiam a natureza da revista como cultura, literatura e arte, apenas, abstendo-se de tratar dos problemas sociais, políticos e económicos do mundo àquela altura, mormente de Brasil e Portugal. Tal perfil da *Revista Atlântico* atraiu a pena de vários escritores e intelectuais de ambas as nações, valendo aqui salientar, de logo, a participação de Marcello Caetano no primeiro número da sua edição, com o artigo intitulado “Inquietação e Esperança”.⁵⁷³

Fruto desse acordo cultural surgiram, em Lisboa e no Rio de Janeiro, escritórios de representação do SPN e do DIP, respectivamente, cada qual divulgando a política pública dos seus países, o que demonstra o relevo daquela aproximação. Também, àquela altura, o Acordo Cultural Luso-Brasileiro frutificou na assinatura do Acordo Postal de 1942 e Telegráfico de 1943, afora as Comissões Ortográficas de 1943 e 1945.

⁵⁷² Cf. FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o Português Criou**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, pp. 44-45.

⁵⁷³ “Amamos a Europa, com ela sofremos física e moralmente e sabemos que, aconteça o que acontecer, partilharemos do seu destino”. – Trecho do Artigo de Marcello Caetano, veiculado na edição número 01 (um), da Revista Atlântico, 1942, p. 9.

Relevante aqui consignar que, em Julho de 1941, portanto, em pleno Estado Novo varguista, Brasil e Portugal criaram a Comissão Mista Luso-Brasileira com o fito de desenvolver bases para assentar as disposições jurídicas e econômicas do tratado comercial que fôra celebrado em 1933, com a participação do Embaixador Martinho Nobre de Mello⁵⁷⁴.

Aquela aproximação cultural luso-brasileira na era estadonovista dos países fez surgir em Coimbra, precisamente no seio da sua Faculdade de Letras, o *Instituto de Estudos Brasileiros*, o qual passou a editar uma revista nominada *Brasília*, essa que se tornou atraente aos brasileiros no estímulo ao consumo de livros portugueses, como bem noticiou o Cônsul de Portugal em São Paulo, Júlio Augusto Borges dos Santos, em missiva diplomática dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal em Janeiro de 1944⁵⁷⁵.

Em tal oportunidade o Cônsul anexou um recorte do jornal *Diário de São Paulo*, de 06 de Janeiro de 1944, com a seguinte chamada: “Brasília - revista editada em Coimbra - tem grande significado cultural e também político”.^{576, 577} Na era estadonovista, não apenas São Paulo foi protagonista daquela aproximação cultural e política, o Estado de Pernambuco revelou-se forte no mesmo sentido, o que rendeu, inclusive, frutos literários.

⁵⁷⁴ Trata-se do primeiro tratado de comércio e navegação entre Portugal e Brasil, após 1825, importante nas relações econômicas de ambos os países.

⁵⁷⁵ Vide Anexo 24 - Ofício nº 28 - Proc. nº 70, de 08 Janeiro 1944, do Consulado de Portugal em São Paulo.

⁵⁷⁶ Vide Anexo 25 - Recorte de jornal agregado ao Ofício nº 28.

⁵⁷⁷ A *Brasília* vinculou Brasil e Portugal no aspecto cultural, como também no político, daí o “Estado Novo como espelho do Salazarismo”, usando das palavras de Marcello Felisberto Moraes de Assunção, em título de seu artigo veiculado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo trecho transcrevemos: “A historiografia publicada na *Brasília* não só afirmou um “olhar comum” em um passado longínquo, como já estudamos em outro momento, mas também buscou no presente aspectos que vinculassem intimamente Brasil e Portugal. Essa aproximação política foi marcante no que concerne aos três primeiros volumes (1942, 1943, 1944-46), mesmo porque essa produção emerge no período em que o Estado Novo brasileiro e português estão no auge de sua aproximação política e cultural. Além desses intelectuais compartilharem uma visão consensual sobre o legado português no mundo, também coadunam com o pensamento autoritário, corporativo, antissocialista, antiliberal e antidemocrático.” Cf. ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de. **O Estado Novo brasileiro como espelho do salazarismo: Autoritarismo e corporativismo na seção “crítica” da Revista Brasília (1942-1944)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a.178 (474):249-274, maio/ago. 2017, p. 262.

7.4 O Ciclo Cultural Luso-Brasileiro de 1942 no Recife

É de capital importância mencionar que em todo o Brasil o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, de 1941, proliferou inquietações intelectuais, tanto nos nacionais, como também nos portugueses residentes no Brasil àquela altura.

Jornalistas, estudantes, professores, escritores, políticos e juristas foram atraídos por aquela aproximação cultural, e dele brotaram muitos eventos.

Nesse passo, nos debruçamos sobre as atividades do chamado *Ciclo Cultural Luso-Brasileiro* havido no Recife, capital do Estado de Pernambuco, nos idos de 1942/1943, que surgiu no rastro do Acordo supracitado de 1941. O material histórico pertinente ao facto que foi localizado pela pesquisa motiva a sua menção neste trabalho.

Importante lembrar que Recife, naquele período, era uma das principais capitais do Brasil, possuía (e ainda possui) uma vida cultural e política relevante, celeiro de intelectuais, políticos e juristas de renome em todo o país, o que casou muito bem com as atividades do aludido Ciclo Cultural, capitaneado que foi pelo então Cônsul de Portugal no Recife, Manuel Anselmo Gonçalves de Castro, com o concurso da colônia portuguesa de Pernambuco.

A iniciativa do aludido Ciclo partiu do Cônsul Manuel Anselmo e foi festejada na imprensa pernambucana com a seguinte manchete: “*Ciclo Cultural luso-brasileiro, no Recife – Uma iniciativa de vivo alcance intelectual do Consul Manoel Anselmo*”⁵⁷⁸.

Surgiu o Ciclo em um Recife que, em 1942, albergava uma grande colônia de cidadãos portugueses, que sediava o Consulado de Portugal, além de possuir instituições criadas por portugueses em pleno funcionamento, tais como: o

⁵⁷⁸ Cf. Diário de Pernambuco, edição de 11 de Abril de 1942, p. 9. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Capturado em: 20 Janeiro 2016.

Clube Português do Recife; o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco⁵⁷⁹; e o Real Hospital de Beneficência em Pernambuco⁵⁸⁰.

As reuniões do Ciclo Cultural do Cônsul Manuel Anselmo tiveram lugar no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, local que sediava o mesmo. A organização daquela iniciativa cultural contava com uma comissão executiva (Comissão Executiva do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro) composta de um Presidente (o Cônsul de Portugal em Pernambuco); Vice-Presidente (Padre Antônio Ciríaco Fernandes S.J.); Secretário Geral e Tesoureiro (Comdor. Jayme Ferreira dos Santos, Vice-Cônsul de Portugal) e Vogais (Comdor. Padre João Miranda S.J.; Comdor. Padre Zacarias Tavares, S.J.; Comdor. Francisco Lima de Amorim, Antonio Gaspar Lages, Vitorino Maia, Manoel Dias dos Santos, Ernesto Leça e Salvador Moscoso).

A primeira conferência do aludido Ciclo ocorreu no dia 02 de Maio de 1942, às 20h30 da noite, proferida por Aderbal Jurema, de Pernambuco, com o tema: *O Sentido da Colonização Portuguesa*⁵⁸¹. Por ocasião daquela conferência inaugural o Cônsul Manuel Anselmo fez alusão à proximidade de Brasil e Portugal, proferiu elogios ao Presidente Vargas e a intelectualidade do Recife, como mostram trechos do seu discurso:

Ao inaugurar-se hoje, com uma conferência que sei brilhante, digna e inteligente, o Ciclo Cultural Luso-Brasileiro no Recife, volvo em primeiro lugar a minha inteligencia com desvanecida e grata emoção, para a figura a todos os títulos notáveis de Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, sr. dr. Getúlio Vargas, a quem o meu país deve, como glorioso intérprete dos sentimentos brasileiros, uma ação permanente, entusiástica e vigorosa, em prol de uma mais

⁵⁷⁹ O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), instalado na cidade do Recife, desde 15 de Agosto de 1851, serviu de palco para muitos dos eventos do aludido Ciclo Cultural Luso-Brasileiro. Para conhecer acerca do GPLPE sugerimos: AREIAS, Laura, e outro - **Monografia do Gabinete Português de Leitura: comemoração do sesquicentenário, 1850-2000** - Laura Areias, Lucila Nogueira. Recife: Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 2001.

⁵⁸⁰ A respeito dessa instituição sugerimos: MELLO, Virgínia Pernambucano de. **Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco (1855-1905)**. Recife: Editora Recife, 1997.

⁵⁸¹ Cf. Diário da Manhã, edição de 11 Abril 1942, p. 4. Disponível em: <<http://www.cepedocumento.com.br/diario-da-manha.html>>. Capturado em: 22 Janeiro 2016.

íntima amizade e conexão luso-brasileiras. [...]. Daí, como lógica concretização do nosso tempo o Acordo Cultural assinado em 1941, sob o olhar protetor e amigo de sua Ex^a. o Presidente Vargas, por Lourival Fontes e António Ferro. É integrado no plano previsto nêsse Acôrdo, que começa hoje no Recife, graças à colaboração dos melhores intelectuais desta terra que parece ter o destino histórico de ser ao mesmo tempo, o cérebro e o coração do Brasil, o Ciclo Cultural Luso-Brasileiro. Constituí-lo-há uma série de 12 conferências, as quais serão proferidas durante o corrente ano de 1942. Nestas conferências, exclusivamente culturais, não cabem o comentário político, a animosidade polêmica, o sectarismo violento, a parcialidade, a venalidade intelectual. O seu lema: Brasilidade e Lusitanidade: implica uma objetividade rigorosa, ainda que nos temas palpitem, aqui e além, as pulsações, até certo ponto legítimas, de um entusiasmado criador.⁵⁸²

Foi na esteira daquele Ciclo Cultural, inserido na atmosfera política estadonovista, que também ocorreu diálogo jurídico entre Brasil e Portugal, como mostraremos neste trabalho, a exemplo da tese do jurista Barreto Campêlo, da Faculdade de Direito do Recife, intitulada *A Dupla Nacionalidade dos Portugueses no Brasil*.

As conferências havidas no curso do supracitado Ciclo Cultural, mais a edição de obras correspondentes⁵⁸³, expandiram tudo o que era valor português nas terras de Pernambuco. Segundo o Cônsul, o êxito do seu movimento cultural levou o Gabinete Português de Leitura, da cidade do Rio de Janeiro, a seguir a mesma ideia⁵⁸⁴.

O entusiasmo de Anselmo com o Ciclo Cultural mais o facto da sua saída de Pernambuco, o fez enviar missiva ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em

⁵⁸² Discurso extraído da edição da obra de Aderbal Jurema, *O Sentido da Colonização Portuguesa*, impresso no Recife nas Oficinas Gráficas da Livraria Moderna, 1942, decorrente do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, pp. 11-13.

⁵⁸³ Listamos algumas edições publicadas pelo Ciclo Cultural Luso-Brasileiro: I - O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL - por Aderbal Jurema; II - O HUMANISMO FINANCEIRO DE SALAZAR - por Manoel Lubambo; III- A DUPLA NACIONALIDADE DOS PORTUGUESES NO BRASIL - por. Barreto Campêlo; IV - MISTICOS PORTUGUESES - por Frei Romeu Peréa; V - O CORPORATIVISMO E SUA FEIÇÃO PORTUGUESA - por Jorge Abrantes; VI - ANTONIO SARDINHA - por Guilherme Auler. Eram depositárias centrais de todas as edições do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro a Livraria Moderna, com morada à Rua Duque de Caxias, 223, Recife; e Livros de Portugal Lda, com morada à Rua do Ouvidor, 106, Rio de Janeiro.

⁵⁸⁴ Cf. Ofício nº 175 do Consulado de Portugal no Recife dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em data de 18/09/1942 – MNE. 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

30 de Junho de 1943, rogando àquela autoridade para não deixar desamparado o Ciclo. Assim escreveu o Cônsul em sua missiva:

Apelei, como V. Ex^a verificará, para que o Ciclo Cultural Luso-Brasileiro não morra, com a minha saída de Pernambuco. Rogo também a V. Ex^a se digne nunca desamparar o Ciclo com a sua alta proteção.⁵⁸⁵

Palavras de louvor à iniciativa de Manuel Anselmo frente ao referido Ciclo foram publicadas no jornal *Diário da Manhã*, em 09 de Maio de 1942, na coluna *A Vida da Cidade*, comprovando desta feita a importância do aludido movimento cultural.⁵⁸⁶

O protagonismo do Cônsul português no intercâmbio entre os dois países não se restringiu ao mencionado Ciclo Cultural, eis que o mesmo deu o seu apoio a outro evento cultural no Recife, naquele ano de 1942 (o mesmo ano do Ciclo), conhecido como “*A quinzena do livro português no Recife*”. Tal evento foi encabeçado pelo livreiro José Saraiva de Freitas, estabelecido comercialmente em Pernambuco, e contou com o largo apoio de Anselmo, facto que atraiu a atenção da imprensa local com a seguinte chamada: “*A quinzena do livro português no Recife - Interessantes declarações do cônsul de Portugal no Recife Sr. Manoel Anselmo*”.⁵⁸⁷

Aquele Ciclo Cultural, juntamente com o evento livreiro acima referido, serviu para atrair a intelectualidade brasileira às instituições de Portugal. Como consequência disso, revelaram as similitudes havidas entre os dois países àquela altura.

⁵⁸⁵ Vide Anexo 26 - Missiva diplomática do Cônsul Manuel Anselmo - Proc.11, Nº 117, de 30 de Junho de 1943.

⁵⁸⁶ Vide Anexo 27 - Coluna *A Vida da Cidade* - recorte de jornal do *Diário da Manhã*.

⁵⁸⁷ Vide Anexo 28 - *A Quinzena do Livro Português no Recife* - página do *Diário da Manhã*.

SECÇÃO 8. SIMILITUDES INSTITUCIONAIS E JURÍDICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1930 A 1945)

8.1 Salazar e Vargas: perfil e época

Consideramos de capital importância a este trabalho abordar não apenas as instituições ou criações jurídicas de ambos os países, mas, igualmente, o perfil de ambos os regentes dos Estados Novos estudados, mais as circunstâncias do seu tempo, para uma melhor compreensão do tema proposto. Vejamos.

António de Oliveira Salazar e Getúlio Dornelles Vargas guardam entre si grandes similitudes, sem esquecer que foram homens de um mesmo período histórico, político e social. Ambos nasceram no meio rural, eram católicos, o primeiro nasceu em Santa Comba Dão, em 1889, e o segundo na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, em 1883, descendente de família portuguesa⁵⁸⁸. Estudos de formação fundamental Salazar adquiriu enquanto seminarista,⁵⁸⁹ não teve vida militar, diferente de Vargas que integrou o Exército brasileiro, tendo servido no Rio Grande do Sul, mas que não seguiu carreira.

Eram, portanto, homens do século XIX que construíram as suas carreiras políticas em uma mesma época de grandes conflitos que foi a primeira metade

⁵⁸⁸ Segundo Orlando Raimundo: “Descendente de uma família portuguesa, o ditador brasileiro tem em comum com Salazar a origem rural e admiração por Mussolini.” Cf. RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: O Inventário do Salazarismo – Mitos e falsificações do homem da propaganda de ditadura**. 1 ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015, p. 317. Sobre a ascendência portuguesa de Vargas, Cristina Costa afirma: “A família Vargas é de origem portuguesa e, como Salazar, Getúlio Vargas nasceu no meio rural, descendente de proprietários agrários do Rio grande do Sul, e assim como ditador português, formou-se em direito e passou pelo serviço militar, o que marcou para sempre sua formação” – Cf. COSTA, Maria Cristina Castilho. **Teatro e Censura Vargas e Salazar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010, p. 96.

⁵⁸⁹ Silva Saraiva assim se refere ao Seminário na formação de Salazar: “Apesar de nele haver deficiências de ensino e de formação moral, como aliás em todos os outros, o curso do Seminário influenciou profundamente no espírito de Salazar. Ele próprio reconhece <<que deve àquela casa, além da disciplina intelectual, grande parte da sua formação que doutra forma não faria>>. Foi ali, com efeito, que educou a vontade, na disciplina e no silêncio; ali recebeu os princípios morais que lhe orientaram a vida; ali criou alguns dos aspectos mais interessantes da sua personalidade: a noção recta do dever, a disciplina intelectual e moral, esse ar de ascetismo que tanto o distingue”. Cf. SARAIVA, J. Silva. *op. cit.*, p. 17.

do século XX, uma era de grandes embates ideológicos (capitalismo, comunismo, fascismo, nazismo, democracia liberal...) e também de muitas guerras.

Como dito acima, o século XX foi uma era de enormes conflitos para a humanidade, as guerras se sucederam ao longo daqueles anos⁵⁹⁰, e com elas vieram os horrores praticados contra o homem, inclusive o extermínio de pessoas em massa, como se deu na Alemanha nazi.

Sob a atmosfera daquela era de conflitos, Salazar e Vargas traçaram as suas vidas e escolhas profissionais, inclusive. A formação jurídica era comum a ambos, Salazar, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, e Vargas pela Faculdade de Direito do Estado do Rio Grande do Sul⁵⁹¹, sendo que a academia seduziu o dirigente português, o que não ocorreu com Vargas, pois que chegou ele a exercer a advocacia no seu Estado do Rio Grande do Sul, não tendo sido afeto à docência, tampouco à academia, como ocorreu com Salazar na sua carreira de docente da Faculdade de Direito de Coimbra⁵⁹².

⁵⁹⁰ Apontamos as principais guerras havidas no século XX, coincidentes com o período de vida de Salazar (falecido em 1970) e Vargas (falecido em 1954), para chamar a atenção do leitor acerca da gravidade do tema: Guerra Russo-Japonesa (1904 - 1905); Guerra dos Bálcãs (1912 - 1913); Guerra do Contestado (1912 - 1916); Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918); Guerra Civil Russa (1918 - 1922); Guerra do Chaco (1932 - 1935); Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939); Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Primeira Guerra da Indochina (1946 - 1954); Primeira Guerra da Caxemira (1948 - 1949); Guerra da Coreia (1950-1953); Guerra da Argélia (1954 - 1962); Guerra Colonial Portuguesa (1961 - 1975); Guerra de Independência de Angola (1961 - 1975); Guerra de Independência da Eritreia (1961 - 1991); Guerra da Independência de Moçambique (1964 - 1975); Guerra do Vietnã (1964 - 1973); Guerra Civil na Colômbia (1964 - presente); Segunda Guerra da Caxemira (1965); Guerra da Independência da Namíbia (1966 - 1988); Guerra dos Seis Dias (1967). Cf. SÓ HISTÓRIA. Século XX. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/cronologiaguerras/p5.php>>. Capturado em: 26 Jan. 2014. Nesse sentido *vide* a obra HOBBSBAWN, Eric. *op. cit.*

⁵⁹¹ Maria Celina D'Araujo afirma que: "A história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação de Getúlio Dornelles Vargas. Colonizada de início por jesuítas e a seguir por portugueses oriundos do arquipélago dos Açores, a região, a partir do século XVII, foi palco de lutas frequentes entre portugueses e espanhóis. Nos séculos seguintes, outras guerras importantes varreram o solo gaúcho: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) – na qual o pai de Getúlio foi herói militar –, a Revolução Federalista de 1893 e a guerra civil de 1923". Cf. D'ARAUJO, Maria Celina. **Vargas, Getúlio 1883-1954**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares, 62).

⁵⁹² A respeito da vida de docente de Salazar afirma Filipe Ribeiro de Meneses: "Quando o professor que ocupava a respectiva cátedra faleceu, em 1916, Salazar foi convidado a dirigir, provisoriamente, a seção de Ciências Econômicas e Financeiras, sem ter de se submeter a

A paixão pela política e a sede pelo poder é algo comum a esses dois personagens das Histórias luso e brasileira, que ditaram as suas carreiras contemporaneamente, valendo aqui frisar que o auge da carreira de Vargas, entenda-se, prestígio e o poder quase ilimitado, se deu durante o seu Estado Novo.

Os intensos anos de Salazar dedicados à política não lhe oportunizaram criar família. A ausência de um núcleo familiar próprio de Salazar sugere que tal realidade terá facilitado a sua dedicação à política durante todo o seu consulado. Diferentemente, Vargas manteve-se casado até a morte ao lado dos filhos. Salazar dedicou a maior parte da sua vida aos interesses da nação, somente tendo sido apeado do poder por motivo de saúde, no ano de 1968, dois anos antes de sua morte, ao passo que Vargas fôra deposto por um golpe militar em Outubro de 1945, mas, mesmo assim, voltou em 1951 à Presidência da República, através do voto popular, tendo, porém, cometido suicídio em Agosto de 1954, ainda no exercício da Presidência, por não suportar a pressão política e militar contra o seu governo.

Aquele retorno de Vargas ao poder pelo sufrágio mostra-se uma experiência intrigante porque a histórica política narra que muitos ditadores não fizeram o caminho dele, pelo contrário, quando depostos, saíram da vida pública e política em definitivo, ganhando o ostracismo.

É vero que ditadores como Hitler e Mussolini galgaram o poder pelo caminho legal dos seus países, o que não se passou com Vargas, que chegou ao poder em 1930 por meio de uma revolução articulada com as Forças Armadas do Brasil e se perpetuou como Presidente até 1945, usando de todos os artifícios políticos, militares e jurídicos para se manter Presidente. Quanto a Salazar, o mesmo chegou ao poder embalado pelos ventos da Revolução de

nenhum exame ou de apresentar uma tese original - a primeira vez que tal aconteceu na Faculdade de Direito de Coimbra. Em março de 1918, no contexto da participação portuguesa na I Guerra Mundial ao lado da Grã-Bretanha e da França, Salazar foi declarado inapto para o serviço militar e, no mês seguinte, quando fez 29 anos, foi promovido a professor ordinário, sendo dispensado de qualquer exame". Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. **Biografia Definitiva Salazar**. São Paulo: Leya, 2011, p. 55.

1926, que o tornou primeiramente Ministro das Finanças⁵⁹³, e, após (1932), Presidente do Conselho de Ministros, perpetuando-se no poder sob os ditâmes da Carta Constitucional de 1933, implantadora do Estado corporativo em Portugal.

O Estado Novo português foi longo com Salazar, ele esteve no poder por seguidos 36 anos⁵⁹⁴, ao passo que Vargas à frente do seu Estado Novo só perdurou 8 anos. Vargas governou sem parlamento, sem partido político algum (porque todos foram proibidos, inclusive o partido dos integralistas – a AIB), portanto, sem respaldo popular decorrente de sufrágio.

A larga utilização dos meios de comunicação da época, entenda-se o rádio, foi explorado por ambos os governantes⁵⁹⁵. Em Portugal, a Emissora

⁵⁹³ A passagem de Salazar pelo Ministério das Finanças ajudou na sua carreira longa de homem público, e nesse sentido refere Bigote Chorão: “A valorização do problema financeiro no quadro mais vasto da crise contribuiu decisivamente para a criação do *mito salvífico* de Oliveira Salazar, funcionando como um fator de projecção do seu nome, que esteve na base da sua futura relevância política e poder pessoal. Mas ao sucesso da tomada de poder do Estado que se operou imediatamente na sequência do 28 de Maio, foi alheio aquele que viria a ser, por longos anos, Ministro das Finanças e Presidente do Conselho.” Cf. CHORÃO, Luíz Bigotte. **A Crise da República e a Ditadura Militar**. 1. ed. Lisboa: Sextante Editora, 2009, p. 869.

⁵⁹⁴ Sobre o longo consulado de Salazar refere Paulo Otero: “No dia seguinte, em 27 de Setembro de 1968, o jornal oficial publica o Decreto nº 48.597 do Presidente da República que põe termo às funções de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros: terminam aqui trinta e seis anos de chefia governativa de Salazar. E, pela primeira vez, desde 05 de Julho de 1932 - e também na vigência da Constituição de 1933 -, Portugal muda de Chefe de Governo.” Cf. OTERO, Paulo. **Os Últimos Meses de Salazar: Agosto de 1968 a Julho de 1970**. Coimbra: Almedina, 2008, pp. 196-197.

⁵⁹⁵ A respeito de semelhanças e distinções no uso do rádio por Salazar e Vargas assim encontramos em IZANI MUSTAFÁ: “Salazar e Vargas não controlavam diretamente as rádios. Mas tinham quem fazia isso por eles. No Brasil, a Nacional do Rio de Janeiro era administrada por um diretor nomeado pelo governo. Portanto, entre 1940 e 1945, havia uma direção cuja escolha tinha sido feita a partir de uma decisão política. Em Portugal, o controle sobre a programação era mais direto porque o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, acompanhava e sugeria inclusive a maneira de apresentação dos noticiários, conferências e palestras. Para ele, o tom deveria ser sempre sóbrio e formal. Mas, esses textos irradiados nem sempre eram compreendidos pelos ouvintes, em sua maioria, analfabetos e residentes de áreas rurais do país. Apesar dessas diferenças, os dois governantes fizeram uso político do rádio para propagandear as doutrinas, ideologias e realizações, durante o Estado Novo, em vigor no Brasil, de 1937 a 1945, e em Portugal, de 1933 a 1974. Nos dois regimes estadonovistas, as emissoras também transmitiram em Ondas Curtas, aumentando o alcance das ondas sonoras e a escuta dos programas produzidos entre 1935 e 1945. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro recebeu, depois de 1943, cartas de diversos países da América, da Europa, da África e da Ásia. Os ouvintes faziam questão de enviar um cartão-postal informando que escutavam a PRE-8. E o diretor Gilberto de Andrade enaltecia a difusão da voz e da música do Brasil para o mundo. Na revista *Rádio Nacional* eram

Nacional⁵⁹⁶ e, no Brasil, a Rádio Nacional⁵⁹⁷. Ao lado disso, criaram eles os seus órgãos de propaganda⁵⁹⁸, em Portugal o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), e no Brasil, inspirado naquele, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

O uso de uma polícia-política temida também foi ferramenta de governo para manutenção da classe dirigente. Salazar com a PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – e Vargas com a DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social –, sendo a prática da tortura comum ao cotidiano daquelas polícias.

publicadas as cartas mais curiosas que chegavam de diferentes lugares do mundo à redação. A Emissora Nacional também irradiou em Ondas Curtas e era ouvida, principalmente, pelos países colonizados por Portugal, onde viviam imigrantes portugueses, como no Brasil, e pelos pescadores da frota de bacalhoeiros que passavam boa parte do ano em alto mar. Para eles, foi criado um programa especial denominado *Hora da Saudade*, cujo espaço continha muitas músicas típicas portuguesas e até leitura de recados para os amigos e parentes distantes. Durante oito anos, Vargas governou o país dentro de um regime ditatorial, respaldado por uma liderança carismática, popular e nacionalista que agradava o povo em geral. Com amplos poderes que determinaram o fechamento do Congresso, o fim dos partidos políticos, a entrada em vigor de uma nova Constituição e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pelo controle da imprensa e do rádio, pela censura e repressão, Vargas também era cultuado pelo povo e respeitado em alguns setores da economia e do exército. O presidente da República também conquistou os trabalhadores com a execução de programas e iniciativas para as áreas sociais e trabalhistas, como a criação do salário mínimo (1940), a regulamentação da Justiça do Trabalho (1940), e a Consolidação das Leis de Trabalho (1943). Mas, em 1939, ele sancionou a lei de Sindicalização, determinando que os sindicatos fossem dirigidos pelo ministério do Trabalho. Com essa medida, o Estado passou a controlar as relações de capital e trabalho, comum nos regimes nazistas e fascistas, e que significavam a instalação do cooperativismo”. Cf. MUSTAFÁ, Izani. **O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) no período de 1930 – 1945**. Porto Alegre: Tese de doutoramento apresentada a PUC-RS, 2014, pp. 273-274. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4607>. Capturado em: 01 Agosto 2018.

⁵⁹⁶ Para compreensão do uso da rádio pelo Estado Novo português sugerimos a obra de: RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945**. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

⁵⁹⁷ Criada em 1936 pelo grupo do jornal carioca *A Noite*, a *Rádio Nacional* foi em 1940 incorporada ao Patrimônio da União, com o Estado Novo varguista, tornando-se um importante instrumento da política que aquele regime buscava consolidar. Em 8 de março de 1940, durante o seu Estado Novo, Vargas emitiu o Decreto-Lei nº 2.073, pelo qual criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e que determinou a encampação do grupo onde estava inserida a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o jornal *A Noite* e a *Rio Editora*.

⁵⁹⁸ Sobre a atuação dos órgãos de propaganda dos dois países melhor estudo encontramos na obra de: PAULO, Heloisa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

Importante registrar que ambos os ditadores chegaram ao poder nos seus respectivos países em momento de crise econômica aguda. Salazar vivenciou em Portugal a desordem da I República, a qual levou o país à grande insegurança, recessão econômica e violência. Entre a implantação da República Portuguesa, em 1910, até a Revolução de 1926, Portugal teve 8 Presidentes da República, o custo de vida aumentou assombrosamente, a moeda desvalorizou e o fosso entre pobres e ricos se expandiu – sendo várias personalidades do mundo político assassinadas, tais como: António Granjo, Carlos da Maia, Freitas da Silva e Sidónio Pais.

No caso de Vargas, quando ele chegou à presidência o Brasil enfrentava uma grave crise econômica, fruto da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929.

Àquela altura, o grande produto de exportação do Brasil era o café que caiu de preço vertiginosamente levando ao desespero, e à falência, não só fazendeiros (produtores rurais) mas, também, atravessadores e exportadores daquele produto. A economia brasileira foi ferida de morte por aquela crise que ficou conhecida como a *Crise do Café*⁵⁹⁹.

Naquela atmosfera de recessão econômica, agravada com a suspeita de fraude nas eleições presidenciais de Março de 1930, Vargas, junto a políticos e militares insatisfeitos com o *status quo* de então deflagraram um golpe de Estado, que ficou conhecido como a Revolução de 1930, depondo o Presidente Washington Luís. Os revoltosos partiram para o ataque, saindo do Estado do Rio Grande do Sul, em Outubro de 1930, marchando até o Rio de Janeiro (àquela altura capital do Brasil), para depor o Presidente Washington Luís, no que obtiveram êxito e criaram um governo provisório tendo à frente o próprio Vargas.

Não se pode olvidar que Salazar e Vargas foram homens do seu tempo, tempo de um mundo dividido entre esquerda e direita, de um mundo de

⁵⁹⁹ Com a “quebra” da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, o Brasil sofreu a primeira crise aguda de produção do café. Vide FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. *op. cit.*, pp. 320, 321.

guerras, atrocidades, onde se questionava a eficácia da democracia liberal, por outro lado, um mundo de avanços científicos-tecnológicos (v.g., a aviação, o rádio, a fusão do átomo, a TV, etc.). Guardavam eles semelhanças entre si, seus regimes políticos possuíam nomenclatura idêntica - *Estado Novo* - e dialogavam. Salientamos mais uma vez neste trabalho que a expressão *Estado Novo* atribuiu-se a Salazar em seu discurso “O Exército e a Revolução Nacional”, quando agradeceu ao Exército português a oferta das insígnias da grã-cruz da Torre e Espada, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar.⁶⁰⁰

Na esteira das linhas precedentes, infere-se que o facto de terem eles primado por um Estado corporativo, autoritário, nacionalista, avesso totalmente ao comunismo, concorreu para a aproximação dos regimes, cabendo aqui transcrever a esse respeito a lição de Castilho Costa:

A Convergência que existe entre o Regime político imposto por Salazar em Portugal e por Getúlio Vargas no Brasil tinha mais afinidades do que apenas o nome - Estado Novo - com o qual se intitulavam e se reconheciam. Havia também identidade ideológica, de princípios, objetivos e valores e na maneira como utilizavam a propaganda, as manifestações artísticas e os meios de comunicação de massa a seu favor. Toda essa afinidade estava presente nas trocas que se estabeleceram entre os dois países e na retórica com o qual elas eram festejadas. A mesma notícia que divulgava a criação da Sociedade dos Amigos de Portugal, pelo Dr. Paulo Filho, diretor do jornal fluminense *Correio da Manhã*, fazia questão de reiterar a proximidade entre as duas nações⁶⁰¹.

A ideia de um Estado social em Brasil e Portugal surge com Vargas e Salazar, respectivamente, não só porque o Estado passou a intervir na seara económica, nos domínios privados, mas porque houve avanços sociais e proteção à classe obreira mediante a criação de diplomas jurídicos específicos, afora ações estatais próprias, visando o bem-estar de todos os cidadãos.⁶⁰²

⁶⁰⁰ Cf. SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos 1928-1934**. Vol I, Coimbra: Coimbra Editora, 1935, p. 144.

⁶⁰¹ Cf. COSTA, Maria Cristina Castilho. **Teatro e Censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010, p. 104.

⁶⁰² Vide Anexo 47 - Quadro comparativo Brasil-Portugal (1930-1945).

Nesse rastro, a imprensa de ambos os países desempenhou um papel significativo na propaganda dos Regimes, mesmo que sob censura.

8.2 O Diário da Manhã e a Folha da Manhã

A circularidade de ideias entre Brasil e Portugal era grande por volta das primeiras décadas do século XX. Durante o Estado Novo de cada país houve apoio de imprensa colaboracionista. Aqui, abordamos sobre o periódico português *Diário da Manhã* (DM) e o periódico *Folha da Manhã* (FM) editado no Brasil, precisamente no Recife.

Em Portugal e no Brasil circulavam aqueles periódicos que deram apoio à política dos seus respectivos Estados Novos. Eram instituições de imprensa distintas, separadas sobretudo pelo Oceano Atlântico. Todavia, ambas não podem deixar de ser dignas de nota neste trabalho quando se mostra a similitude de instituições entre Brasil e Portugal no período estudado, até porque os jornais em alude eram nitidamente pró-Ditadura, pró-corporativismo.

O *Diário da Manhã* (DM) em Portugal publicou o seu primeiro número em 04 de Abril de 1931, sendo de propriedade da Companhia Nacional Editora, sediado em Lisboa na Rua da Misericórdia nº 95. O mesmo revelou-se um jornal de doutrina política e de grande informação da *União Nacional*, contando entre seus editores, Antonio da Fonseca e Barradas de Oliveira⁶⁰³. Nos passos da consolidação do Estado Novo português, o dito jornal assumiu um culto à figura de Salazar, tendo ele editado seu último número, em 30 de Janeiro de 1971, já na era de Marcello Caetano. Indubitavelmente, foi um órgão de apoio ao Regime de Salazar.

Em Pernambuco, circulava um periódico de nome *Folha da Manhã* (FM), de propriedade do próprio Governador do Estado de Pernambuco, Agamenon

⁶⁰³ Cf. *Diário da Manhã e Época* – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq – <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1202742>>. Capturado em: 17 Agosto 2015.

Magalhães, criado por ele no alvorecer do ano de 1938, que apoiava abertamente o Estado Novo varguista e as ideias de um Estado forte, corporativo e autoritário. Dito jornal teve grande penetração à sua época.

Mister aqui frisar o perfil de Agamenon Magalhães, que em vida fôra político e jurista tendo, inclusive, sido Ministro do Trabalho de Vargas. Como jurista inclinou-se ao campo do Direito público, e perante a Faculdade de Direito do Recife, em 1934, defendeu a tese intitulada *O Estado e a Realidade Contemporanea*, com a qual conquistou a cátedra de Direito Constitucional. Naquele trabalho acadêmico o candidato expôs a sua crítica em face do regime demoliberal. Curiosamente, anos mais tarde, torna-se-ia ele um expoente do Estado Novo varguista. Abaixo transcrevemos aquele pensamento:

- O Estado demo-liberal, deixando a sociedade entregue a livre expansão do individualismo político e econômico, indiferente as desigualdade e injustiças sociais, originou o antagonismo de classes e os problemas das massas, causa imediata da crise política, em que se debatem os povos de todos os continentes.⁶⁰⁴

Agamenon utilizou a *Folha da Manhã* como porta-voz do seu pensamento e sua ação. Citamos, aqui, trecho de um artigo da lavra daquele governante, que traduz a sua defesa do Estado Novo, como forma de mostrar lealdade ao regime varguista:

- Mas de todas as formas novas do Estado, a do Brasil, modelada na Carta de 10 de Novembro. É a que se apresenta, em bases definidas. É uma democracia autoritária corporativa. O indivíduo atua no Estado Brasileiro, colaborando com o governo, como cidadão, na Câmara Política, e como produtor, no Conselho de Economia Nacional. O governo central é forte, dentro da Federação, perdendo os Estados em autonomia os poderes e franquias, que forem necessários para fortalecer a Nação. É essa a teoria do Estado Novo.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ Cf. MAGALHÃES, Agamenon. **O Estado e a realidade contemporanea**. Recife: Oficinas Gráficas do Diário da Manhã, 1934, pp. 167-168.

⁶⁰⁵ Cf. MAGALHÃES, Agamenon. **Ideias e Lutas**. Recife: Raiz, 1985, p. 168.

Escrevia Agamenon constantemente em seu jornal sempre buscando doutrinar leitores para a política do Estado Novo, não podendo ser olvidado que ele governou Pernambuco por decreto de intervenção de Vargas, já que, entre 1937 e 1945, não havia eleições no Brasil.

Para se ter uma ideia da preferência ideológica de Agamenon, o mesmo quando Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (antes do Estado Novo) mandou fazer e distribuir uma edição da Encíclica *Rerum Novarum*⁶⁰⁶, o que mostra a sua orientação na busca de soluções para problemas sociais e o conflito entre capital e trabalho. Importante dizer que a legislação brasileira, àquela época, não vedava que autoridades públicas se utilizassem de meios de comunicação como fazia Agamenon.

O seu jornal, como já dissemos acima, teve ampla repercussão na sociedade brasileira, juntamente com o seu nome, e sinal desse aproveitamento midiático encontramos no facto de que, após a queda do Estado Novo brasileiro, conseguiu Agamenon ser eleito, pelo voto popular, Deputado Federal e Governador de Pernambuco (voltou ao poder pelo sufrágio). Àquela altura, em contraste ao jornal de Agamenon, havia em Pernambuco também um periódico de nome *Diário da Manhã*⁶⁰⁷, porém, mantinha uma linha editorial diferente, não propagandista do Estado Novo, haja vista que o seu proprietário era Carlos de Lima Cavalcanti, um opositor de Magalhães e de sua *Folha da Manhã*, pró-regime democrático.

Por derradeiro, registamos que, no Brasil, de 1944 até 1948, circulou um periódico denominado *Brasil-Portugal*, que foi fundado no Rio de Janeiro, dirigido por Viriato Dornelles Vargas, irmão do Presidente Vargas. Dito periódico promovia a defesa do salazarismo, principalmente junto à colônia

⁶⁰⁶ *op. cit.*, Introdução.

⁶⁰⁷ A COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO. **Coleção do Jornal Diário da Manhã (1927-1985)**. Capturado em: <<http://www.cepedocumento.com.br/diario-da-manha.html>>. Capturado em: 30 Agosto 2015.

portuguesa no Rio de Janeiro àquela tempo⁶⁰⁸. As similitudes entre os dois países também ocorreram em outros campos, especialmente no jurídico.

8.3 O Código de Processo Civil Brasileiro: influência lusitana

Em Setembro de 1939, em pleno Estado Novo varguista, o Brasil ganhou o seu primeiro Código de Processo Civil (CPC), por força do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de Setembro de 1939⁶⁰⁹. Esse diploma legal se tornou de aplicação obrigatória em todo o território do país (tal como já ocorria com o Código Civil⁶¹⁰), no esforço de fortalecer, e mesmo otimizar, a prestação jurisdicional do Estado brasileiro. Tal legislação de rito civil homenageava os princípios da oralidade e concentração, prevalecendo a autoridade do juiz e a brevidade do feito.

Esclarecemos que até então no Brasil a legislação de rito civil não era unificada, cada unidade da federação possuía legislação autônoma própria, seguindo o federalismo norte-americano que confere grande autonomia legislativa aos entes de sua federação. É de bom alvitre, que o federalismo norte-americano serviu de inspiração ao federalismo brasileiro introduzido com a Proclamação da República em 1889, e até o nome oficial do país era “Estados Unidos do Brasil”, conforme a primeira Constituição republicana de 1891⁶¹¹, o que só veio a mudar por força da Constituição de 1967, passando a chamar-se “República Federativa do Brasil”.

⁶⁰⁸ Cf. SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e Relações Luso Brasileiras (1937-1945)**. 304 f. Tese de doutorado – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007. <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3950/1/000399689-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Capturado em: 21 Dezembro 2015.

⁶⁰⁹ O referido Código foi outorgado por decreto-lei porque àquela altura Getúlio Vargas governava ditatorialmente, sem parlamento, tendo a legislação nominado-o de “Código de Processo Civil e Comercial dos Estados Unidos do Brasil”, e circulou na imprensa oficial em 13 de Outubro de 1939, com *vacatio legis* até 1º de Fevereiro de 1940 (v. Art. 1.052).

⁶¹⁰ Vide, a respeito do primeiro Código Civil brasileiro, a nota de pé de página nº 25.

⁶¹¹ Constituição brasileira de 1891 - “Art. 1º. A Nação Brasileira adopta como fórma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil”.

Como dito acima, a legislação de rito civil no Brasil, até o advento do seu primeiro Código de Processo Civil não era unificada⁶¹², com isso o exercício da advocacia e, sobretudo, a defesa de direitos das partes não era facilitada, havia mesmo prejuízo. Não é custoso entender que se uma parte tivesse de ajuizar demanda contra três diferentes réus em seus respectivos domicílios, à guisa de exemplo, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco⁶¹³, teria de se pautar pela legislação de rito civil de cada um desses entes da federação. Isso em um país como o Brasil, de dimensões continentais, era sobremodo prejudicial a quem precisasse figurar como autor ou réu em qualquer lide.

Advogar em tais circunstâncias não era fácil, pois afora a divergência de ritos, também havia jurisprudência própria de cada Corte, pelo que o causídico acostumado com a realidade judicial do seu Estado ao se deparar com a necessidade de defender um cliente em outro ente da federação era obrigado, de imediato, a conhecer a legislação processual, e jurisprudência correlata, aplicável ao Tribunal onde atuaria como causídico.

A historiografia do CPC brasileiro de 1939 está mesclada do ambiente político da década de 1930, época de grandes conflitos ideológicos e rupturas, e que no Brasil esteve sob a égide de um centralismo governamental inaugurado com Vargas e consolidado totalmente com a Constituição de 1937. A unificação da legislação processual civil no Brasil caminhou naquela estrada política⁶¹⁴ e a

⁶¹² A Constituição de 1891 delegou ampla competência legislativa aos Estados membros da federação brasileira, respeitados os princípios constitucionais da União (Art. 63), o que incluiu matéria atinente a processo civil. Citamos aqui como exemplo o Código de Processo Civil de São Paulo, instituído por aquele Estado em Janeiro de 1930, por força da Lei Estadual nº 2.421 de 14/01/1930, veiculada na imprensa oficial paulista em 24 Fevereiro 1930.

⁶¹³ A Lei Estadual nº 1.763, de 16 de Junho de 1925, instituiu o Código de Processo Civil e Commercial no Estado de Pernambuco, para estabelecer meios e formas pelos quais, na justiça local desse Estado, se asseguravam direitos civis e comerciais.

⁶¹⁴ No tocante a unidade da legislação processual civil assim disse o Min. da Justiça de Vargas, Francisco Campos, na exposição de motivos do CPC de 1939: “A Constituição de 10 de novembro veio tornar possível, fortalecendo o poder central, a realização da unidade processual, e, para dar-lhe Maior expressão e coerência, unificou também a Justiça. O instrumento de efetivação dos direitos outorgados pela União será também por ela regulado. Poderá, assim, dar a todos os brasileiros, ao par de um só direito substantivo, um só direito adjetivo, apto este a tornar aquele realmente efetivo. Mas, seria ilógico e inexplicável que a União, substituindo-se aos Estados nesta tarefa de unificação, fosse prescrever-lhes um processo que não estivesse à altura da sua alta responsabilidade intelectual e políticas. A tarefa de uma modificação na estrutura do processo vigente, somente a União poderia

Constituição do Brasil de 1934, rasgada que foi pelos golpistas de 1937, entenda-se Vargas e seus seguidores, já previa a unidade do Direito processual mediante a competência legislativa privativa da UNIÃO (art. 5º, XIX, “a”), porém, só veio isso a ocorrer com o advento do Estado Novo. Em prol daquela inovação legal do Estado Novo brasileiro pertinente as palavras de Gil Duarte:

A unificação das leis do processo foi outra velha aspiração do país, que somente, o Estado Novo pôde tornar realidade. Antigamente, neste assunto, possuía a nação as mais diversas leis, de acordo com a orientação que, à matéria, entendia cada Estado de dar, isto trazia, ao país, um dano horrível, além de depor, enormemente, contra os fóros da cultura juridico-legal da nação. O Brasil é um país unido, geograficamente e etnicamente, pelo que, suas leis basilares, para serem sábias, devem ser gerais, apertando mais, pela legislação, esse sentido tradicional de coesão, que é o apanágio da história do país. A liberdade que os Estados tinham, por conseguinte, para legislar, em sentido adjetivo, vinha de longe, mas precisava, definitivamente, ser suprimida, afim de que somente a tivesse o Brasil. Contra essa transformação legal, levantavam grandes interesses, que os Estados maiores, sempre, faziam respeitar, dentro do panorama antigo, mas hoje, é de maneira contrária, porque, na época atual, é como bem disse o Sr. Getúlio Vargas: não há Estados grandes ou pequenos, porque, neste sentido de nacionalidade, grande é só o Brasil. Logo, essa questão de tamanho geográfico, hoje, não tem a menor importância, para soluções desta natureza. Venceu, pois, o princípio da unificação. Com esta vitória, lucraram muito todas as classes, pois que, Estados ainda havia que, nem sequer, possuíam um código do processo e se regulavam, neste particular, pois leis esparsas, congregadas em torno do regulamento 737, de 1850. Agora, da mesma forma que a bandeira, é uma só a lei do processo, em todas as vertentes do país. Mas, o Estado Novo não ficou, apenas, nessa sabedoria da unificação; foi mais além e organizou um código moderníssimo, igual aos mais adiantados do mundo, onde o princípio da oralidade é o ponto central de todo o novo sistema adotado.⁶¹⁵

realizá-la, investida de autoridade e de poder capazes de reduzir a silêncio os interesses espúrios que se criaram à sombra do antigo regime”. Cf. Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1608-18-setembro-1939-411638-norma-pe.html>. Capturado em: 31 Julho 2018.

⁶¹⁵ Cf. DUARTE, Gil. **A paisagem legal do Estado Novo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, pp. 101-103.

Importante apontar que Vargas era um simpatizante da Itália fascista, cujo Regime reclamava a imposição de uma nova ordem jurídica e política para fortalecer a presença autoritária do Estado em todas as relações. Daí, não é difícil entender a razão do CPC de 1939 em ter dotado o magistrado de tantos poderes na busca da solução da lide.

Outrora passivo, o magistrado com o CPC de 1939 passou a interferir muito mais no processo, no intuito de entregar uma melhor prestação jurisdicional. Nesse passo, buscava-se resgatar a confiança da nação no Estado-juiz, e o dito Código acompanhou o agigantamento do Estado trazido com a era Vargas, prestigiando o papel público do processo.

A esse respeito lecionam Raatz e Santanna:

O novo regime deveria constituir a restauração da autoridade e do caráter popular do Estado, de modo que a opção política do Código era uma consequência necessária do regime instaurado em 10 de Novembro e definido na Constituição⁶¹⁶.

Coincidentemente, em 1939, o Estado Novo salazarista inseriu também em Portugal um Código de Processo Civil, capitaneado por Alberto dos Reis. Todavia, o diploma português surgiu um pouco antes, em Maio de 1939⁶¹⁷, e aquele foi o segundo de Portugal, eis que em 1876 o país ganhou a sua primeira legislação de rito civil, a qual foi revogada expressamente⁶¹⁸ com o advento do Código de Alberto dos Reis.

O pré-falado Código foi peça fundamental na criação da primeira codificação de rito civil brasileira, pois que com ele a administração judiciária do país volta a sofrer influência lusitana, passados os anos do ideal de

⁶¹⁶ Cf. RAATZ, Igor; SANTANNA, Gustavo da Silva. **Elementos da História do Processo Civil Brasileiro: do Código de 1939 ao Código de 1973**. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v9n17n18/ELEMENTOS.pdf>. Capturado em: 16 Setembro 2015.

⁶¹⁷ Cf. Decreto-Lei nº 29:637, publicado no Diário do Governo em 28 Maio 1939.

⁶¹⁸ Cf. Artigo. 3º do Decreto-Lei nº 29:637 publicado no Diário do Governo em 28 Maio 1939 (I Série - Número 123).

federalismo americano. A Teoria Publicista do Processo, consagrada em Alberto dos Reis, foi inaugurada no Brasil com o CPC de 1939. Os brasileiros acolheram bem essa doutrina que procurou romper com tradicionalismo da processualística de antanho, que era “constituído sobre a velha concepção francesa da inércia e passividade do juiz”.⁶¹⁹

A oralidade também era uma marca prevista no Código dos brasileiros⁶²⁰, ao lado do aumento dos poderes do juiz, como afirmou o Ministro da Justiça de Vargas, Francisco Campos:

A nova lei de processo associará ao debate oral a maior autoridade do juiz, que intervém no feito para tornar possível o descobrimento da verdade e assegurar, com o rápido andamento da causa, a boa administração da justiça, em que a sociedade e o Estado têm tanto interesse quanto as partes litigantes.⁶²¹

Nesse passo, é que o Código de rito civil brasileiro de 1939 adotou a não interrupção da audiência, os debates orais e a sentença proferida em audiência (Arts. 270/271).

Destarte, o CPC brasileiro tomou forma com inspiração lusitana, leia-se Alberto dos Reis, o que deixa patente o diálogo jurídico luso-brasileiro aquela altura, no processo de consolidação do Estado Novo brasileiro. Ainda que a inspiração daquele Código também tenha sido italiana, um próprio jurista de Itália, Enrico Tullio Liebman, que exerceu a docência no Brasil até 1946⁶²²,

⁶¹⁹ Cf. REIS, José Alberto dos. **Breve estudo sobre a reforma do processo civil e comercial**. 2. ed. atual. Coimbra: Coimbra editora, 1929, p. 208.

⁶²⁰ A oralidade no CPC foi objeto de elevado debate doutrinário visando a adoção de um processo oral no Brasil. A Revista Forense nº 74, do mês de Maio de 1938, foi dedicada à oralidade. Nela constam Artigos de juristas brasileiros e estrangeiros, como Chiovenda, Alberto dos Reis, Francisco Morato, Bilac Pinto, Cunha Barreto, Eduardo Augusto Garcia, Hans Semon, Lucio Bittencourt e Victor Nunes Leal.

⁶²¹ Cf. CAMPOS, Francisco. **A consolidação jurídica do regime**. In: O ESTADO Nacional. Brasil: Editora SSETSF, 2001. p. 11.

⁶²² Segundo Alfredo Buzaid, “1. [...] A vida de ENRICO TULLIO LIEBMAN, conquanto tivesse sido curta a sua permanência entre nós, incorpora-se definitivamente na história do direito processual civil brasileiro como um marco fundamental, como um apostolado da ciência, como um templo do saber. Antes dele houve grandes processualistas, *mas não houve escola*; depois dele houve escola, *no seio da qual floresceram grandes processualistas*. Ele foi um

reconhece a inspiração do CPC português de 1939 na criação da lei processual civil brasileira⁶²³.

No percurso dessa linha histórica aflora o comparatismo jurídico, que é de suma importância à criação de novos diplomas legais a qualquer nação, como também se presta para solucionar problemas nas relações jurídico-sociais, como demonstra Dário Moura Vicente:

Mas o Direito Comparado auxilia também o jurista na descoberta de soluções para os problemas postos pela regulação da convivência social. Daqui as suas funções heurísticas. Assim, o Direito Comparado é desde logo imprescindível à determinação do sentido e alcance das normas e institutos de Direito nacional, sempre que estes reflitam princípios igualmente consagrados no Direito de outro ou outros países ou que hajam sido recebidos deles.⁶²⁴

Frisamos que na exposição de motivos do Código brasileiro, feita pelo Ministro da Justiça de Vargas, Francisco Campos, encontra-se menção expressa ao exemplo de Portugal, notadamente da oralidade que o Código brasileiro

divisor que, pondo remate a certo estilo de atividade processual, inaugurou entre nós o método científico, que os seus discípulos abraçaram apaixonadamente. 2. Foi ao início da Segunda Guerra Mundial que aportou ao Brasil ENRICO TULLIO LIEBMAN, professor catedrático já aureolado. Regeu, a princípio e por pouco tempo, um curso na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Depois transferiu sua residência para São Paulo, onde foi contratado para ministrar o curso de extensão universitária na Faculdade de Direito, aí permanecendo até 1946. Neste ano regressa à Itália. A sua Pátria, finda a guerra, reclamava-lhe a volta, a fim de assumir a cátedra da Faculdade de Direito da Universidade de Milão. Começam então os preparativos da viagem entre os olhares tristes e lamentosos dos discípulos, que anteviam a hora de dar o *adeus* ao Mestre. Surgem os primeiros acenos da saudade, antecipando a melancolia, por já não poderem reunir-se com o Mestre, como fizeram anos seguidos, em sua casa, todos os sábados. Era aí, nesse íntimo convívio, que propunham questões, explanavam temas fundamentais e ouviam as sábias lições". *Vide* BUZAID, Alfredo. **A Influência de Liebman no Direito Processual Civil Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66795>>. Capturado em: 21 Janeiro 2017.

⁶²³ Cf. LIEBMAN, Enrico Tullio. Il nuovo "código de processo civil" brasiliano. In: **Problemi del processo civile**. Milano: Morano, 1962, p. 484.

⁶²⁴ Cf. VICENTE, Dário Moura. **Direito Comparado Vol. 1**. 3. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2014, p. 21.

passara a adotar. Ei-la: “E Portugal, que nos legou o processo tradicional, já o repudiou desde 1926, para adotar o sistema da oralidade concentrada”.⁶²⁵

Demonstração pública da influência do Direito Processual Civil de Portugal à formação da legislação de rito civil brasileira, encontramos nas palavras do advogado Dr. Haroldo Valadão, quando na sede do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB), em Agosto de 1941, na qualidade de orador oficial proferiu discurso saudando a visita ao seu Instituto de uma Embaixada especial do governo português, presidida por Júlio Dantas, Embaixada esta que cumpria naquela oportunidade agenda oficial de visitas na cidade do Rio de Janeiro, uma iniciativa do Governo de Portugal para retribuir a participação do Brasil no grande evento que foi *A Exposição do Mundo Português*, havida em Lisboa um ano antes, em 1940⁶²⁶.

Por ocasião da cerimônia de recepção foi entregue a Júlio Dantas o diploma de sócio *honoris causa* do referido Instituto e a Marcello Caetano, também presente como membro integrante da Embaixada, o diploma de sócio correspondente, tendo este, já na qualidade de sócio, usado da palavra para discorrer sobre o tema *Direito Corporativo Português*, algo mui conveniente em uma época em que o Brasil possuía uma Constituição de caráter corporativo.

⁶²⁵ Cf. Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1608-18-setembro-1939-411638-norma-pe.html>. Capturado em: 31 Julho 2018. Obs: O Ante-Projeto do CPC de 1939 foi publicado no Diário Oficial (imprensa oficial brasileira) no dia 04 de Fevereiro de 1939.

⁶²⁶ A Exposição do Mundo Português ocorreu entre 23 de Junho a 02 de Dezembro de 1940 e teve o fim de celebrar a data da Fundação do Estado Português (1140), da Restauração da Independência (1640), mas, prioritariamente, de celebrar o regime do Estado Novo, aquela altura em fase de consolidação. Dito evento significou a maior exposição do seu género realizada no país até então. À propósito da Exposição, Neill Lochery, refere que: “Em 1940, na cidade de Lisboa, Salazar organizou o Ano do Estrangeiro. Era um projeto que visava atrair estrangeiros de todo o mundo à capital portuguesa para visitar a Exposição do Mundo Português, que celebrava o aniversário da fundação da nação portuguesa, em 1140, e a sua independência de Espanha, em 1640. A exposição estava a ser planeada há anos e tornara necessário proceder a obras para a requalificação da zona de Belém. O verdadeiro propósito da exposição era mostrar aos portugueses e aos estrangeiros o êxito do Estado Novo na transformação da cidade e do país”. Cf. LOCHERY. Neill. **LISBOA a cidade vista de fora** (1933-1974). 1. ed - Lisboa: Editorial Presença, 2013, p. 67.

Caetano já era conhecido há muito daquele Instituto por sua literatura jurídica⁶²⁷ e essa aproximação entre juristas de nacionalidades diferentes, esse diálogo entre pares em plena era estadonovista legou contributo ao regime de Vargas, sobretudo porque naquela altura Portugal estava adiantado no trato das questões corporativas. Em 1941, já havia, em Portugal, razoável literatura jurídica pertinente ao Direito Corporativo e ao Direito Administrativo, de diversos autores, dentre eles Caetano,⁶²⁸ Fezas Vital,⁶²⁹ e Martinho Nobre de Mello,⁶³⁰ sendo que este último servia no Rio de Janeiro como Embaixador de Portugal.

Abrimos um parêntese para lembrar que da mesma maneira que a legislação portuguesa foi vigente no Brasil por longos anos, mesmo após a sua independência, também foram os seus doutrinadores que continuaram a auxiliar os juristas brasileiros.⁶³¹

⁶²⁷ As obras de Marcello Caetano passaram pelo crivo da Comissão de Admissão do Instituto e somente após tornou-se ele sócio correspondente.

⁶²⁸ De sua autoria o *Manual de Direito Administrativo* (Lisboa, 1937) que agradou a comunidade jurídica brasileira ao ponto do Ministro do STF, Dr. Eduardo Espínola, em discurso proferido em 1941, quando da visita de Marcello Caetano, Júlio Dantas e demais membros da Embaixada de Portugal ao Rio de Janeiro, naquele mesmo ano, ter dito elogiosamente que o autor conseguiu “auxiliar a entender, a interpretar, a aplicar quaisquer leis administrativas”. Cf. O DIREITO, Revista de Jurisprudência, Lisboa, Outubro de 1941 - Ano 73º, p. 229.

⁶²⁹ Dele o *Curso de Direito Corporativo* onde encontramos que: “É o Estado corporativo, como se vê, um Estado que, em princípio, entrega a gestão dos vários bens comuns particulares ou parciais a instituições próprias, com autoridade privativa, ainda que fiscalizada, tutelada por órgãos do mesmo Estado, representando o interesse, o Bem comum nacional; e, por isso, Estado que, sob pena de dispersão, de desagregação, de subordinação do interesse geral aos interesses corporativos, tem que ser forte e independente, capaz de impor, sem possíveis resistências, a sua vontade - intérprete do Interesse Nacional - às vontades recalcitrantes dos bens particulares”. Cf. VITAL, Fezas. **Curso de Direito Corporativo**. ed. 1. Lisboa: Minerva Comercial Sintrense, 1940, p. 89.

⁶³⁰ No item 9.1 desta dissertação discorreremos sobre o Embaixador Nobre de Mello e o seu protagonismo durante o período em que serviu no Brasil. Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Nobre de Mello era defensor da vida corporativa como demonstra a sua obra *Para Além da Revolução* (1925).

⁶³¹ Discurso do Ministro do Supremo Tribunal Federal [Brasil], o Dr. Eduardo Espínola, proferido em 1941 naquela Corte revela que “ainda hoje, no regime da nova legislação civil, recorreremos com frequência às lições dos doutrinadores e tratadistas portugueses. São lidos e acreditados, tantos os nossos, os livros de Abel Andrade, Alberto dos Reis, José Tavares, Teixeira de Abreu, Cunha Gonçalves, Cabral Moncada, Beleza dos Santos, Manuel de Andrade, Marcello Caetano e muitos outros, além dos anteriormente referidos. Na interpretação de nossas leis não desprezamos as advertências de Cabral Moncada, a nos precaver contra as teorias inovadoras, temos na devida conta as observações de Alves Moreira sobre o espírito e

Tais factos somente reforçam os laços de cultura jurídica entre os países, e que se ampliaram ao longo de outros tempos, a exemplo dessa interação entre juristas ocorrida no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil no ano de 1941.

Voltando ao Código de Processo Civil brasileiro, não hesitamos em tachá-lo como uma obra importante e inovadora do Estado Novo varguista, sem relegar a influência de Portugal. Tocante a essa influência é que o Dr. Haroldo Valadão publicamente afirmou perante personalidades do mundo político e jurídico português:

Doutra parte, os conhecidos trabalhos de famosos autores portugueses sobre processo, de Pereira e Souza, Correia Teles e Pereira de Carvalho seriam, numerosas vezes, reeditados no Brasil e com anotações de juristas brasileiros. E como impedir se partisse o fio de uma bela tradição de “nossa” vida forense, o novíssimo Código de Processo do Brasil se orientou em várias disposições pelas modernas leis e pelo Código de Processo Civil de Portugal, e se andastes pelas nossas casas de justiça e observastes juízes e advogados, haveis de ter ouvido, aqui, a expressão, agora em moda, “despacho saneador” que não é da nossa lei, mas da praxe moderna de Portugal.⁶³² [grifamos]

As palavras de Haroldo Valadão supracitadas, mais tarde convergiram a um texto de Alberto dos Reis através do qual o processualista discorreu sobre a influência da realidade jurídica de Portugal sobre o digesto processual civil do Brasil, o que o fez em artigo de sua lavra, do ano de 1942, veiculado na *Revista Brasília*, editada pelo *Instituto de Estudos Brasileiros*, sediado então na Universidade de Coimbra. Trecho abaixo do aludido artigo é o suficiente para compreender a matéria em foco:

¿Que influência exerceu no Código brasileiro o novo Código português? Os dois Códigos são quási contemporâneos. O nosso foi promulgado em 28 de Maio de 1939, e o do Brasil estava em 24 de Julho dêsse ano, vindo a ser promulgado em

a finalidade da lei e as conclusões de Manuel Andrade sobre o método histórico evolutivo.”
Cf. O DIREITO, Revista de Jurisprudência, Lisboa, Outubro de 1941 - Ano 73º -, p. 229.

⁶³² Cf. O DIREITO, Revista de Jurisprudência, Lisboa, Outubro de 1941 - Ano 73º -, p. 239.

18 de Setembro seguinte. Mas se o legislador brasileiro mal poderia tomar conhecimento do Código português na sua forma definitiva podia perfeitamente socorrer-se do projecto, que fôra publicado em 1936. E não há dúvida de que se lêem no Código brasileiro alguns textos manifestamente inspirados pelo projeto português e pela reforma feita em Portugal em 1926. [...]. Onde a influência é incontestável é na admissão do *despacho saneador*⁶³³.

Relembramos que, desde 1876, Portugal já contava em seu sistema com o seu Código de Processo Civil, surgido após o primeiro Código Civil, de 1867, o conhecido Código Seabra. Aquele diploma legal brotou dentro da modernidade do período de afirmação de autonomia do direito processual⁶³⁴, renovação científica do Direito. A pesquisa encontrou em Alberto dos Reis assertiva sua tocante à necessidade de um código de processo. Vejamos:

- 3. Necessidade dum código de processo. Esboço histórico de sua organização - Quer em virtude da multiplicidade da legislação processual, quer em virtude da promulgação do Código civil, reconheceu-se a necessidade inadiável de um código de processo que uniformizasse a legislação formularia e satisfizesse às exigências do Código Civil⁶³⁵.

Assim, é que o Brasil necessitava um código de processo civil de aplicação compulsória em todo o país, principalmente após o advento do Código Civil de 1917, o conhecido Código Beviláqua, em homenagem ao seu relator no parlamento nacional. O Código Civil de 1917 estabelecia novos direitos de grande importância à sociedade, e para que fossem devidamente tutelados pelo Estado fazia-se necessário uma lei instrumental própria, de aplicação compulsória em todo o território nacional, por isso surgiu mais tarde o Código de Processo Civil de 1939.

⁶³³ Cf. REIS, José Alberto dos. **Código de processo civil brasileiro**. Revista Brasília. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, vol. I, 1942, p. 842.

⁶³⁴ A obra de Oscar Von Bulow, **Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais**, 1868, teoriza o posicionamento do direito processual civil, afastando-o dos domínios do direito material.

⁶³⁵ Cf. REIS, José Alberto dos. **Processo Ordinário Civil e Commercial**. vol. I. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1907, pp. 6-7.

O dito código de rito civil era por demais necessário para oferecer maior proteção jurídica àqueles direitos, e elevar a qualidade da prestação jurisdicional do Estado. Nessa esteira, com aquela inovação legislativa o Poder Judicial brasileiro passou a adotar unicidade de tratamento na jurisdição civil em cada rincão do país, revelando mesmo segurança jurídica ao jurisdicionado.

Importante lembrar que Alberto dos Reis, como também os juristas brasileiros, viveram em uma era ideologicamente diferente da nossa, era de pouca afirmação de direitos individuais, de poucas liberdades públicas, e mesmo de pouca cidadania, eis que o ideário dos direitos humanos a influenciar os sistemas jurídicos nacionais, só veio à tona em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em Paris a 10 de Dezembro daquele mesmo ano. A aproximação do Direito de ambos os países, durante o período do Estado Novo varguista, não ficou adstrita apenas ao Direito processual civil, também é notada a similitude no alicerce da legislação laboral, como mostraremos a seguir.

8.4 Legislação laboral no Brasil e em Portugal: matriz comum

A era do liberalismo pregava um Estado alheio à seara da economia, caracterizado pelo *laissez faire, laissez passer, laissez aller*. Nessa realidade, veio a Revolução Industrial que modificou a relação capital-trabalho, eis que os obreiros passaram a laborar mediante a paga de salários, mas que, enfrentando jornadas de trabalho exaustivas e ambientes no mais das vezes insalubres, dada ausência de legislação protetora nesse sentido.

Daquela realidade começa a surgir a necessidade de intervenção do Estado na relação patrão-empregado devido aos abusos praticados pelos empregadores, o que vem a ser corrigido com o advento do Direito do Trabalho, o qual preocupa-se, em qualquer lado do mundo, com a proteção do trabalhador considerado hipossuficiente frente ao seu patrão. A legislação de Direito Laboral, portanto, é resultado de reclamos da classe obreira contra a exploração da classe patronal.

A situação de penúria da classe obreira na Europa ainda no século XIX, os reclamos sociais e movimentos políticos daquela época, levaram a uma presença intervencionista do Estado nas relações entre patrões e empregados, para assim discipliná-las e garantir proteção, bem-estar e dignidade à classe obreira, como preconizava a Encíclica *Rerum Novarum*. A harmonia entre capital e trabalho era preocupação daquele documento papal e tornou-se, ao depois, a tônica corporativa, como já enfrentado em linhas anteriores desta dissertação (*vide*, Secções 1, 2 e 3).

Aquela situação de penúria não era exclusiva da Europa, nem exclusiva de Portugal, pois que no Brasil a classe obreira até o início do século XX era órfã de legislação protectiva, sofria abusos do capital. Em ambos os países, os primeiros diplomas legais protectivos da relação de trabalho surgem no final do século XIX e alvorecer do século XX. Com a República Portuguesa veio à tona o direito à greve,⁶³⁶ o qual posteriormente foi reprimido pelo Estado Novo e no Brasil aquele direito só vem a surgir em 1946, com a vigência da Constituição daquele ano.

Não se pode esquecer sobre o tema aqui abordado o *Tratado de Versalhes*⁶³⁷, de 1919, porque previa a criação da Organização Internacional do

⁶³⁶ Ao abrigo do Art. 277º do Código Penal português, de 1886, a greve e o *lock-out* eram punidos com prisão e multa, mas, em 1910 o Decreto de 06 de Dezembro revogou o Art. 277º do Código Penal (Art. 14), consagrando o direito de greve (Art. 1º) com exceção a funcionários públicos. Aquele regime de greve-direito, surgido em 1910, foi abolido pelo Decreto nº 13.138, de 15.02.1927. A Constituição de 1933 em seu At. 39º incluía a proibição da greve e do lock-put, reafirmado pelo Art. 9º do Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei nº 23.048 de 23.09.1933).

⁶³⁷ Discurso pronunciado por Vargas na Esplanada do Castelo, expondo a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições presidenciais de 1º de Março de 1930: “Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do *Tratado de Versalhes*, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos. Se o nosso proteccionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de **acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores nas fábricas e estabelecimentos comerciais está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem** (grifamos). Urge uma coordenação de esforços entre o governo central e os dos estados para o estudo e

Trabalho (OIT), esta que passou a incumbir-se de proteger relações entre patrões e empregados no âmbito Internacional, expedindo convenções e recomendações nesse sentido.

A voz da OIT, a Doutrina Social da Igreja, veiculada através da Encíclica *Rerum Novarum*, e o fascismo italiano, influenciaram Brasil e Portugal, países de predominância católica⁶³⁸, a adotarem um Direito do Trabalho específico. Ressaltamos que ambos os países, nas primeiras décadas do século XX, enfrentaram processo de industrialização, o que passou a absorver mão-de-obra em maior número, tudo a atrair o manto protetor do direito estatal em defesa da classe obreira.

Imergidos em tal realidade é que Portugal editou em 1933 o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), o Decreto-lei nº 23.048 de 23.09.1933, de matriz italiana, entenda-se, a *Carta del Lavoro*. A admiração dos portugueses pelos

adoção de providências de conjunto, que constituirão o nosso Código do Trabalho. Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressaltadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc. Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe cuja situação é fácil de melhorar. Refiro-me aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda naturalmente, dada a similitude das ocupações, o benefício das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, benefício de que já gozam, igualmente, os portuários. Idêntica providência deverá abranger também os marítimos e os empregados do comércio, de conformidade com os respectivos projetos que se arrastam nas Casas do Congresso. Os poderes públicos não podem e não devem continuar indiferentes aos apelos dessas duas grandes classes e doutras com iguais direitos e necessidades, tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ônus acarretará aos cofres do país. Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e malvestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes –a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção”. Cf. D’ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Vargas, Getúlio, 1883-1954**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares, 62).

⁶³⁸ O Ministro do Trabalho de Vagas, Agamenon Magalhães, antes mesmo do Estado Novo, mandou distribuir ao país edição da Encíclica *Rerum Novarum*, o que mostra a orientação brasileira na busca de soluções para enfrentar o conflito entre capital e trabalho. Cf. MAGALHÃES, Agamenon. **Ideias e lutas**. Recife: Raiz, 1985, Introdução.

exemplos de Itália, àquela altura, era imensa, inclusive com a pessoa de Mussolini. Emblemática e convergente ao que se diz a respeito é a fotografia de Salazar em sua secretária, ostentando um retrato autografado de Mussolini⁶³⁹. Manuel de Lucena em sua obra *Os Lugar-Tenentes de Salazar*, assim discorre a respeito da influência italiana tocante na legislação laboral portuguesa, quando diz:

Escrevendo em 1938, Marcello Caetano acha <<inegável>> a influência do fascismo italiano sobre os primórdios do corporativismo português: influencia a seu ver <<patente na Constituição e no estatuto do Trabalho Nacional, diploma este que corresponde exactamente, pela sua natureza, estrutura e fins, à Carta del Lavoro italiana (de 1927), da qual até traduz algumas fórmulas de doutrina e organização>>. Mas nas memórias de Theotónio Pereira, publicadas em 1972, o tom é outro: reconhecendo que não faltou em Portugal quem achasse a dita lei transalpina <<muito apropriada às nossas circunstâncias>>, logo sustenta que a construção corporativa portuguesa, inscrita <<nas mais puras tradições da Nação>>, dispensou os lusos construtores de copiar. Ora tendo Marcello Caetano obviamente razão – e quem dele duvide bastará cotejar a Carta e o Estatuto – Theotónio também merece que o ouçam. Numa entrevista de 1934 em que não nega a similitude entre os dois textos fundadores, situa a originalidade portuguesa na <<restante legislação>> a qual, na verdade, deu corpo a instituições bastante diferentes das transalpinas. (sic).⁶⁴⁰

A influência do modelo jurídico-político italiano não se deu apenas em relação a Portugal, outros países também o adotaram, como o Brasil. Vero é que o modelo fascista de Itália era por demais controlador da nação, colocava ele os

⁶³⁹ Vide Anexo 29 - Fotografia de Salazar com retrato autografado de Mussolini. Tal fotografia foi extraída de MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar biografia definitiva**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2011. O autor dessa biografia não refere ao tempo de permanência da referida fotografia na secretária de Salazar, tampouco aborda as circunstâncias que levaram-na àquele sítio. Tivemos posteriormente conhecimento por informação do Senhor Doutor G. Sampaio e Mello que a foto esteve poucos meses na referida secretária, o que certamente indicia afastamento do Presidente do Conselho em relação à consideração política pela figura italiana.

⁶⁴⁰ Cf. LUCENA, Manuel de. **Os Lugar-Tenentes de Salazar**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015, pp. 80-81.

interesses da vida nacional acima dos interesses particulares, nesse sentido encontramos a lição de Sergio Pinto Martins:

Na Itália, aparece a Carta del Lavoro, de 1927, instituindo um sistema corporativista-fascista, que inspirou outros sistemas políticos, como os de Portugal, Espanha e especialmente, do Brasil. O corporativismo visava organizar a economia em torno do Estado, promovendo o interesse nacional, além de impor regras a todas as pessoas. Havia centralização do poder no estado. Surge o corporativismo na metade do século XIX com o fim de organizar os interesses divergentes da Revolução Industrial. O Estado interferia nas relações entre as pessoas com o objetivo de poder moderador e organizador da sociedade. Nada escapava à vigilância do Estado, nem a seu poder. O Estado regulava, praticamente, tudo, determinando o que seria melhor para cada um, organizando a produção nacional. O interesse nacional colocava-se acima dos interesses dos particulares. Mussolini dizia, na época: “Tudo no estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado” (Tutto nello Stato, niente contro lo Stato, nulla al di fuori dello Stato). As diretrizes básicas do corporativismo eram: (a) nacionalismo; (b) necessidade de organização; (c) pacificação social; (d) harmonia entre o capital e o trabalho. A estrutura do sistema era: sindicato único, reconhecimento pelo Estado, que era uma longa manus do Estado; contributo sindacale, de forma a custear as atividades sindicais; proibição da greve; em razão da proibição da greve, havia o poder normativo da justiça do Trabalho, para impor condições de trabalho nos conflitos coletivos.⁶⁴¹

Consignamos que no Brasil a apropriação do modelo fascista, além do jurídico, foi notado até na coreografia dos militantes da Ação Integralista Brasileira. A legislação laboral brasileira só veio a surgir em 1943, dez anos após o que se deu de forma homóloga em Portugal. Vargas editou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT⁶⁴²), por meio do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de Maio de

⁶⁴¹ Cf. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 10.

⁶⁴² Anterior a 1º de Maio de 1943 o Brasil convivia com algumas leis esparsas de natureza laboral, aquém a CLT. A respeito desse diploma legal transcrevemos a assertiva de Palomares Martinho: “A CLT estabeleceu oito ramos de atividades, cada uma com uma confederação de trabalhadores e outra de empresários: comércio; indústria; transporte marítimo, fluvial e aéreo, transporte terrestre; comunicação e publicidade; crédito; educação e cultura; profissões liberais. No plano municipal haveria os sindicatos, no plano estadual, as federações, no plano federal, as confederações e na ponta o Ministério do Trabalho, regulador de toda a rede organizativa”. Cf. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal

1943, coincidentemente no dia mundial do trabalho, o que mostra a sua forma de fazer política, populista e enaltecadora da força de trabalho da nação.

Um traço comum do período estadonovista de Brasil e Portugal era a ausência de liberdade sindical, eis que somente por ato estatal seriam reconhecidos sindicatos. A esse respeito diz Fernando Rosas:

- O Estado Novo suprime e proíbe os sindicatos livres pela legislação de Setembro de 1933, reprime as lutas operárias, prende e deporta os seus dirigentes, mas tenta igualmente contê-las através de uma política de enquadramento do operariado consentânea com as necessidades de acumulação dos diversos sectores da burguesia.⁶⁴³

No Brasil não foi diferente durante o período estadonovista, eis que os movimentos operários foram reprimidos e a greve era considerada pela Constituição de 1937 um recurso antisocial, nocivo aos interesses da produção nacional (Art. 139). A CLT no Brasil ainda é vigente, assegura direitos à classe obreira, mas sofreu muitas alterações ao longo dos anos, mormente após o colapso do Estado Novo, e também com o advento da atual Constituição de 1988. Essa realidade histórico-jurídica é importante ser mostrada hoje aos juristas modernos para uma boa aplicação daquele diploma legal e ciência da *mens legis*⁶⁴⁴.

Destarte, Portugal e Brasil durante os seus respectivos Estados Novos se apropriaram do modelo de legislação laboral italiana⁶⁴⁵ como forma de pacificar

e no Brasil. *In: O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. (Org.)* PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 56.

⁶⁴³ Cf. ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo, 1928-1938**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, 311 p. (Imprensa universitária 56).

⁶⁴⁴ A respeito da relação passado-presente no Direito encontramos nas palavras de Duarte Nogueira: “... o direito precisa do passado para ser totalmente conhecido no presente”. Cf. NOGUEIRA, Duarte José. **História do direito europeu** - relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino teórico e prático da disciplina – Suplemento - Coimbra: Coimbra Editores, 2008, p. 74.

⁶⁴⁵ Sobre a influência da *Carta del Lavoro* no Direito brasileiro, principalmente tocante à Constituição de 1937, assim discorrem Rui de Figueiredo Marcos, Carlos Fernando Mathias e Ibsen Noronha: “Não é preciso ser um experto (com x mesmo) na língua de Dante para

o conflito capital-trabalho àquele tempo. Ao lado disso, ambos os países no intuito de preservar a nova ordem jus-política utilizaram-se de aparelho policial repressor.

8.5 Governar com uma polícia-política: prática de Salazar e Vargas

O modelo de Estado corporativo de Benito Mussolini⁶⁴⁶ era dotado de um forte aparato policial para repressão daqueles que se rebelassem contra o ideário fascista, o que influenciou Salazar e Vargas frente aos seus respectivos Estados Novos. A era do fascismo na Itália deu azo, em 1926, à criação de uma polícia-política denominada O V R A - Organização da Vigilância e Repressão ao Antifascismo⁶⁴⁷.

Conveniente aqui registrar que antes mesmo da O V R A o regime de Mussolini criou, em 1923, uma milícia antifascista armada, nominada de M V S N - Milícia Voluntária para a Segurança Nacional -, na dependência direta de

divisar-se que o Art. 138 da Lei fundamental de 1937 é transcrição quase servil da Carta del Lavoro. Compare-se: “A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes o direito perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas do poder público” (Art. 138 da Constituição de 1937). E, diz a *Carta del Lavoro*: “L’organizzazione sindacale o professionale é libera ma solo il sindacato legalmente riconosciuto o sottoposto al controllo dello Stato ha il diritto da rappresentare legalmente tutta la categoria di datori di lavoro o di lavoratori, per cui é costituito; di tutelarne, di fronte allo Stato e alle altre associazioni professionali, gli interessi; di stipulare contrate collettivi di lavoro obbligatori per tutti gli appartenenti alla categoria, di imporre loro contributi e di esercitare, rispetto ad essi, funzioni delegate di interesse publico.” - Cf. MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. 1. ed. - Rio de Janeiro: forense, 2014. p. 447.

⁶⁴⁶ Sobre essa temática assevera Maria Cristina Castilho Costa: “Ambos, Salazar e Vargas, alinhados com a expansão do nazifacismo europeu, tiveram em Benito Mussolini, na Itália, e no general Francisco Franco, na Espanha, dois modelos próximos e fortes. Sem nos determos substancialmente nas particularidades de cada uma dessas ditaduras, nem no estilo pessoal de cada um de seus caudilhos, é importante fazer referência à importância que tiveram no aborto dos ideais republicanos tão duramente surgidos em Portugal e no Brasil, assim como no sectarismo de direita que imprimiram à cor política de seus ideais”. COSTA, Maria Cristina Castilho. *op. cit.*, p. 92.

⁶⁴⁷ A OVRA era uma polícia secreta poderosa e representava um traço fundamental do fascismo, afirma Freitas do Amaral. Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. **História do Pensamento Político Ocidental**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 503.

Mussolini e que chegou a contar com oitocentos mil membros⁶⁴⁸. A violência foi uma marca do Estado fascista italiano que tinha por maior inimigo o comunismo⁶⁴⁹, o que se repetiu no Estado Novo de Vargas⁶⁵⁰ e também no de Salazar. Governar com uma polícia-política era a tônica daqueles governantes, em uma época de pouca cidadania e garantias individuais, pois o ideário dos Direitos Humanos só se tornaria realidade mais tarde, em 1948, com a celebração em Paris da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

O fascismo italiano preconizava, àquela altura, um novo homem, uma nova nação, sob um Estado nacionalista, totalitário de direita, corporativo, que visava enquadrar o cidadão nessa ordem contrária ao demoliberalismo. Para tanto, aquele Estado se utilizou de um forte aparato policial para combater os seus adversários, e igualmente aqueles tidos como indesejáveis. Ao lado disso, também o Estado fascista de Mussolini mobilizou a juventude de Itália em organizações como os “Ballilas”, os “Vanguardistas”⁶⁵¹, no afã de moldar corações e mentes dos seus jovens em prol da ideologia fascista. Desse modo, se buscava zelar pela defesa da nação e expurgar o ideário comunista.

⁶⁴⁸ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. *op. cit.*, p. 504.

⁶⁴⁹ Na visão de Freitas do Amaral, “Que o fascismo foi uma reacção de medo contra o perigo comunista, é óbvio que sim. Mas ela não partiu da burguesia capitalista (que, de resto, ficou muito mais controlada e manietada no Estado fascista do que o era, e voltaria a ser, no Estado liberal e no Estado social): partiu, sim, Itália e na Alemanha, das classes médias e da pequena burguesia – como Trotsky lucidamente percebeu – porque nenhuma delas estava a beneficiar do parlamentarismo liberal e todas tinham muito a perder com a revolução comunista. O mesmo se pode dizer que ocorreu, com algumas variantes, nos países europeus economicamente mais atrasados, como Portugal, a Espanha e a Grécia, onde os regimes de inspiração fascista foram instaurados pelo Exército, que não representava a alta burguesia (antes a odiava), mas sim as classes médias, a pequena burguesia urbana, os pequenos e médios agricultores e comerciantes, o funcionalismo público, e até algum proletariado desenquadrado”. *op. cit.*, p. 509.

⁶⁵⁰ Sobre a violência do Estado Novo varguista assim encontramos em Musiedlak: “Como em Portugal, o Estado Novo brasileiro ia buscar seus fundamentos teóricos depois de 1940-41 no modelo fascista italiano. O sistema repressivo se reforçou paradoxalmente depois de se afastar dos acontecimentos que tinham gerado a própria repressão (o levante comunista de 1935, a insurreição integralista de 1938). Mas, apesar de tudo, foi importante para reorganizar os fundamentos jurídicos do conjunto da ordem judiciária, devido às resistências encontradas”. Cf. MUSIEDLAK, Didier. “Conclusão”. In: **O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. (Org.) PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 358-359.

⁶⁵¹ Cf. AMARAL, Diogo Freitas do. *op. cit.*, p. 504.

Nesse passo, na condução política do Estado Novo salazarista é que surgiram a *Mocidade Portuguesa*, que teve como um dos seus Comissários um ex-integralista, o jurista Marcello Caetano,⁶⁵² e a *Legião Portuguesa*, ambas instituições públicas, que como dito anteriormente, cultuavam o sentimento de nacionalidade e patriotismo no país, afora os seus misteres Regimentais.

A respeito dessas instituições, Ribeiro de Menezes assevera que elas dominaram a coreografia do Regime:

A Legião Portuguesa deixou uma marca muito maior na memória coletiva do Estado Novo do que o seu parco peso dentro do regime atesta. Com a Mocidade, os seus trinta mil membros, “uniformizados, disciplinados e instruídos”, dominaram a coreografia do Regime entre 1937 e 1939. Com o fim da Guerra Civil da Espanha e o regresso discreto dos voluntários portugueses que lutaram ao lado de Franco, a presença da LP e até a sua coreografia sofreram um declínio acentuado. [...] Salazar queria manter a Mocidade e a Legião devidamente afastadas uma da outra. Além do mais, não havia ligação institucional entre a Legião e a União Nacional”.⁶⁵³

Reproduzindo o modelo lusitano da Mocidade Portuguesa é que Vargas, em 1940, criou a organização chamada *Juventude Brasileira*, o que fez pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de Março daquele ano⁶⁵⁴. Dita organização brasileira

⁶⁵² Cf. ARRIAGA, Lopes. *op. cit.*, p. 54.

⁶⁵³ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar Biografia Definitiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Leya, 2011, p. 183.

⁶⁵⁴ Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940, Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 180 da Constituição, DECRETA: [...]. CAPÍTULO II DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA Art. 5º É fundada uma instituição nacional, que se denominará Juventude Brasileira, destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria. Art. 6º A Juventude Brasileira é colocada sob a alta vigilância do Presidente da República. Art. 7º A educação ministrada pela Juventude Brasileira será base e complemento da educação ministrada pela escola e prolongamento da educação ministrada pela família. Entre a Juventude Brasileira, a escola e a família, haverá continuado entendimento e estreitos vínculos de cooperação. Art. 8º A Juventude Brasileira prestará culto constante à Bandeira Nacional. Será o Hino Nacional a expressão do seu fervor em cada dia. Art. 9º Serão adotados pela Juventude Brasileira, como símbolos de sua unidade moral, um estandarte e um cântico próprios. Art. 10. A Juventude Brasileira fará o enquadramento de

enquadrava jovens de 11 a 18 anos de idade e a infância de 7 a 11 anos, sendo de inscrição obrigatória para aqueles que estivessem matriculados em estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados. Visava dar complemento à educação moral e cívica ministrada pela escola e pela família, com o objetivo ainda de contribuir para que cada brasileiro pudesse realizar superiormente o próprio destino bem como cumprir os seus deveres para com a pátria.

Tal como o modelo da *Mocidade Portuguesa*, a *Juventude Brasileira* previa hino, uniforme e distintivo. Mercê do decreto supra a *Juventude Brasileira* era colocada sob alta vigilância do Presidente da República (Art 6º), entenda-se, àquela altura, Getúlio Vargas⁶⁵⁵. Sem esforços, concluímos que a doutrinação da juventude de ambos os países era primordial para manutenção dos seus respectivos Regimes, semelhante à Itália fascista.

Com o intuito de governar sob uma nova ordem jus-política o Estado Novo português criou a sua polícia-política, a *PVDE* (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), em 1933, pelo Decreto-Lei n.º 22.992, de 29 de Agosto, dependendo do Ministério do Interior, e que fôra dirigida inicialmente pelo Capitão Agostinho Lourenço. A *PVDE*⁶⁵⁶ incluía duas secções, a de Defesa Política e Social e a Internacional. A primeira era responsável pelo combate aos crimes políticos e sociais, cuja prática revelou abusos e torturas contra os seus perseguidos e custodiados.

Já a Secção Internacional era responsável por verificar a entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, a detenção de elementos indesejáveis e a colaboração com as polícias de outros países. Em vista disso, intercâmbio entre a *PVDE* e a polícia fascista italiana encontramos

toda a infância compreendida entre 7 e 11 anos de idade e de toda a juventude incluída em idade de 11 a 18 anos. *Parágrafo único.* A inscrição será obrigatória para as crianças e os jovens, de ambos os sexos, que estejam matriculados nos estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados. Será facultativa para as crianças e os jovens, de ambos os sexos, não matriculados nesses estabelecimentos”.

⁶⁵⁵ Deposto Vargas em Outubro de 1945 pelos militares, logo após, foi extinta a organização Juventude Brasileira, por força do Decreto-Lei n.º 8.194, de 20 de Novembro de 1945.

⁶⁵⁶ Em 1945, através do Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de Outubro, a PVDE foi transformada na Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

materializado no *Acordo técnico entre a direcção geral da polícia-política italiana e a polícia portuguesa de vigilância e defesa do Estado*, do ano de 1939, de ajuda e cooperação em tudo aquilo que diga respeito ao comunismo ou que represente atividade contrária aos sistemas políticos de Itália e Portugal.⁶⁵⁷

A prática da tortura⁶⁵⁸ pela PVDE tornou-se comum no país⁶⁵⁹, e esse *modus operandi* foi repetido pela polícia congênere do Brasil. Dentre as muitas vítimas da PVDE enontramos o líder comunista Álvaro Cunhal.⁶⁶⁰

Oportuno consignar que, em Portugal, o Estado ganhou plena legitimidade para combater e reprimir as associações secretas por força da Lei nº 1.901, de 21 de Maio de 1935, a qual ilegalizou todas as associações secretas no país, o que tocou o próprio Partido Comunista e também a Maçonaria⁶⁶¹. Assim dispunha os Artigos 2º e 3º daquele diploma legal:

Art. 2.º São considerados secretos, devendo ser dissolvidos pelo Ministro do Interior:

- a) As associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto;
- b) Aquelas cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da sua actividade social;
- c) Aquelas cujos directores, ou representantes, depois de solicitados, nos termos do artigo 1º, ocultarem á autoridade

⁶⁵⁷ Cf. ANTT/MI-GM, maço 507/cx 65.

⁶⁵⁸ Sobre a prática da tortura declara o Concílio Vaticano II (1963 - 1965), em sua Constituição *Gaudium et Spes*, que “tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, as torturas físicas ou morais e as tentativas de dominação psicológica... são efetivamente dignas de censura, (pois) contradizem sobremaneira a honra do Criador “ (nº 284).

⁶⁵⁹ A respeito da prática policial repressiva do Estado Novo português ver: RIBEIRO, Maria da Conceição. **A Polícia política no Estado Novo: 1926-1945**. Lisboa: Estampa, 1995.

⁶⁶⁰ Sobre a prisão de Álvaro Cunhal sugerimos: PIMENTEL, Irene Flunser. **Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política**. João Madeira (coordenador), Luís Farinha, Irene, Flunser Pimentel, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 105-127. Sobre Álvaro Cunhal ver Arquivo da PIDE/DGS no ANTT, pr. 15786 SR, Álvaro Cunhal.

⁶⁶¹ Por força da proibição contida na Lei nº 1901, de 21 de Maio de 1935, o General Norton de Matos abdicou do cargo de grão-mestre da Maçonaria Portuguesa. Cf. AOS/CO/PC-3H, Maçonaria - General José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, 1935, Torre do Tombo. Irresignado com a proibição em Portugal das associações secretas o poeta Fernando Pessoa publicou artigo crítico àquela medida legal, no periódico Diário de Lisboa (Ano 14º), em data de 04 de Fevereiro de 1935, intitulado “Associações Secretas”.

pública os seus estatutos e regulamentos, a relação dos seus sócios, com a indicação dos diferentes cargos e das pessoas que os exercem, o objecto das suas reuniões e a sua organização interna, ou prestarem intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais assuntos.

§ 1.º As pessoas que, mediante remuneração ou sem ela, exerçam funções de direcção, administração ou consulta, das associações e institutos a que se refere este artigo, serão punidas com prisão correcional nunca inferior a um ano, perda de funções públicas, se as exercerem, de pensão de aposentação ou reforma se a tiverem, multa não inferior a 6.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

§ 2.º Os simples associados destas associações e institutos serão punidos com prisão correcional nunca inferior a seis meses, perda de funções publicas, se as exercerem, pensão de aposentação ou reforma, se a tiverem, multa não inferior a 2.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, salvo se provarem que desconheciam o carácter secreto da associação ou instituto.

§ 3.º Os reincidentes nas infrações previstas nos §§ 1.º e 2.º incorrerão nas penas previstas nestes parágrafos e serão expulsos do território da Republica sem limitação de tempo ou por tempo certo, ou entregues ao Govêrno, conforme ao juiz parecer mais adequado à situação do infractor.

Art. 3.º Nenhuma pessoa pode ser provida em lugar público, civil ou militar, do Estado, ou dos corpos e corporações administrativos, sem ter apresentado documento autenticado, ou termo lavrado 'perante o chefe do respectivo serviço, com a declaração, sob compromisso de honra, de que não pertence, nem jamais pertencerá a qualquer das associações e institutos previstos no artigo 2.º.

A polícia-política do Estado Novo português iniciada com a PVDE, secundada pela *PIDE* (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e depois *DGS* (Direção Geral de Segurança), juntamente com a *Legião Portuguesa* e a *Mocidade Portuguesa* chegaram ao seu fim com a Revolução de 25 de Abril de 1974⁶⁶². Assim, no passo da Revolução ocorreu o desmonte jurídico do Estado Novo português.

⁶⁶² Segundo Kenneth Maxwell mais de 1.500 ex-membros da polícia secreta de Portugal foram parar na prisão após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Cf. MAXWELL, Kenneth I. *op. cit.*, p. 93.

Já no caso do Brasil, durante a era do seu Estado Novo, não foi diferente o tratamento dado aos perseguidos pelo Regime. A DESPS - Delegacia Especial de Segurança Pública e Social foi a polícia política que agiu no Estado Novo varguista, embora já existisse antes quando teve atuação contra elementos subversivos, notadamente aqueles envolvidos na Intentona Comunista de 1935. Aquela polícia especializada foi criada em 10 de Janeiro de 1933, pelo Decreto nº 22.332 (Art. 18), para atuar no Distrito Federal, ou seja, na cidade do Rio de Janeiro (capital da república até o ano de 1961, depois Brasília), com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes capazes de comprometer “a ordem social e a segurança pública”⁶⁶³.

A polícia do Distrito Federal já existia antes da chegada de Vargas ao poder presidencial, mas é a partir de 1933 que a DESPS passou a integrá-la como unidade especial de polícia-política. Cabia ao Presidente da República nomear o chefe de polícia do Distrito Federal⁶⁶⁴ e não outra autoridade. Tal aparelho policial por muito esteve sob o comando de Filinto Strubing Müller, capitão do Exército, e pessoa de confiança de Vargas que a ele se reportava diretamente, a quem se atribui a prática de muitas violências e torturas⁶⁶⁵.

Esclarecemos que cada unidade da federação brasileira, àquela altura, possuía uma polícia do gênero, cujo modelo do Distrito Federal serviu de inspiração, embora com autonomia de gestão e sob o pálio da legislação federal. À guisa de exemplo citamos a DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social - em Pernambuco.

A DESPS passou por várias transformações ao longo dos anos⁶⁶⁶, sendo necessário dizer que após a redemocratização do Brasil, em 1946, a mesma não foi extinta (nem as suas congêneres existentes nos estados da federação),

⁶⁶³ Cf. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>>. Capturado em: 30 Janeiro 2017.

⁶⁶⁴ Cf. Decreto nº 16.310 de 03 de Janeiro de 1907 (Art. 2º, 1º).

⁶⁶⁵ Cf. NASSER, David. **Falta Alguém em Nuremberg - Torturas da Policia de Filinto Strubling Müller**. 4. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

⁶⁶⁶ A DESPS tornou-se DPS - Divisão de Polícia Política e Social, por força do Decreto Lei nº 7.281 de 30 Janeiro 1945.

apenas abrandada a sua atuação em tempos de democracia, pois o Brasil aliado dos EUA em plena *Guerra Fria* não podia prescindir de aparato policial do gênero para fiscalizar/proibir os simpatizantes e militantes da causa soviética. Vale lembrar que em Abril do ano de 1947 a Justiça brasileira considerou ilegal o Partido Comunista no país, acarretando a cassação de vários mandatos de deputados e senadores, os quais foram eleitos pelo voto popular no pleito de 02 de Dezembro de 1945, a exemplo de Luís Carlos Prestes, considerado naquela altura o maior líder comunista no Brasil.

Com o golpe militar de 1964, aquele órgão policial colaborou com a repressão política havida no país⁶⁶⁷, ao lado dos militares golpistas, somente desaparecendo após a Constituição de 1988, esta que explicitamente considera a tortura um crime inafiançável⁶⁶⁸.

A polícia-política a serviço do Estado Novo varguista notabilizou-se por torturas as mais diversas. O *modus operandi* daquela polícia brasileira⁶⁶⁹ não se diferenciou dos moldes fascistas, já que a tortura era prática funcional e existiam os mesmos inimigos comuns, como a subversão comunista e o ideário demoliberal, alvo também da PVDE.

Relevante anotar que a violência política da era Vargas não se resume ao período do Estado Novo, não somente a partir de 1937, pois desde a tomada do poder em 1930 que começou a escalada da violência, tendo se acentuado em 1935 após a já citada Intentona Comunista daquele ano, liderada por Luís Carlos Prestes. Um caso jurídico emblemático daquele período foi o do militante

⁶⁶⁷ Sobre tortura e repressão política nesse período ver relatos contidos na obra: ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: Nunca mais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁶⁶⁸ CF/88 - "Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [..]; XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;" É digno de nota que a Constituição brasileira de 1988 foi prolífera em direito sociais, em liberdade públicas, tudo em sintonia com o ideário de um Estado Democrático de Direito, o que ainda é a realidade brasileira desde então.

⁶⁶⁹ Sobre o assunto *vide* CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Editora UNB, 1993, Brasília.

comunista alemão Harry Berguer⁶⁷⁰, que também usava o nome Artur Ewert, que na cidade do Rio de Janeiro foi muito torturado pela polícia varguista, colocado em espaço físico inadequado à saúde e integridade de uma pessoa humana, e para protegê-lo o seu advogado, Sobral Pinto⁶⁷¹, um homem de fé

⁶⁷⁰ “Julgado no dia 7 de Maio de 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional, Berger foi condenado a 16 anos de prisão. Em 13 de setembro, o Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM), confirmou a sentença. Em seu depoimento perante o STM, prestado no dia 7 de setembro, declarou-se francamente comunista e não negou a missão que o trouxera ao Brasil. Declarou ainda que não tinha a menor esperança de vir a ser solto, e que ali estava apenas para dizer alguma coisa e afiançar que nem tudo estava terminado. Anistiado em 1945, Arthur Ewert saiu completamente louco da prisão, devido aos maus-tratos sofridos. O PCB, então na legalidade, providenciou sua internação em uma casa de saúde do Rio de Janeiro. Em 1946, a pedido de Prestes, Ewert deixou o país em um navio soviético que viera ao Brasil trazendo cientistas para estudos durante um eclipse solar. Foi levado para a zona de ocupação soviética na Alemanha. Morreu na República Democrática Alemã, sem ter recuperado a razão, no ano de 1959”. Cf. BERGER, Harry. **Biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert>>. Capturado em: 4 Fevereiro 2017.

⁶⁷¹ “*Heráclito Fontoura Sobral Pinto* nasceu em Barbacena (MG) no dia 5 de novembro de 1893, filho de Príamo Cavalcanti Sobral Pinto, agente da Estrada de Ferro Central do Brasil, e de Idalina Fontoura Sobral Pinto. Iniciou os estudos em Porto Novo do Cunha (MG), para onde se transferira com a família quando tinha pouco mais de um ano de idade. Dos 13 aos 18 anos, residiu em Friburgo, atual Nova Friburgo (RJ), onde estudou no Colégio Anchieta, recebendo o título de bacharel em ciências e letras. Em 1913 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressando na Faculdade de Direito e empregando-se ao mesmo tempo na Repartição Geral dos Telégrafos. Bacharelou-se em 1918 e no ano seguinte demitiu-se dos Telégrafos para se dedicar à advocacia. Entre 1924 e 1926 atuou como procurador criminal interino, exercendo no primeiro semestre de 1924 a função de juiz substituto. Em 1925, quando corria o processo dos revolucionários do 5 de Julho de 1922, movimento que iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, manifestou-se contrário à concessão de *habeas-corpus* aos oficiais detidos por envolvimento no levante. Efetivado na Procuradoria Criminal da República em 1926, atendeu ao pedido de Jenny Gomes, mãe do revolucionário Eduardo Gomes, de que este fosse transferido da prisão em que se encontrava em São Paulo para o Rio de Janeiro. Em 1928, quando o juiz Olímpio de Sá e Albuquerque absolveu alguns revolucionários de 1922 e condenou outros a um ano e quatro meses de prisão, apelou para o Superior — então Supremo — Tribunal Militar, considerando que os envolvidos que não haviam tido participação direta no levante não o haviam feito por falta de oportunidade, sendo a traição aos superiores e à legalidade a mesma para todos os revolucionários. Deixando a Procuradoria Criminal em 1928, entre agosto e setembro desse ano Sobral Pinto ocupou o cargo de procurador-geral do Distrito Federal. Ainda em 1928, ingressou no Centro Dom Vital, associação civil para o estudo, a discussão e o apostolado da doutrina da Igreja, fundada em Maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo com a assistência de dom Sebastião Leme. Começou em seguida a escrever no jornal dessa organização, intitulado *A Ordem*. Embora o Centro Dom Vital tivesse apoiado a Revolução de 1930 dentro de sua postura tradicional de evitar atritos com o Estado, em 1931 Sobral Pinto passou a publicar em *A Ordem* Artigos de crítica ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Esses Artigos, centrados sobretudo na necessidade de reconstitucionalização do país, provocaram a reação de dom Leme, que passou a pressionar Sobral Pinto para que este abandonasse sua coluna. Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo em julho de 1932, Sobral Pinto mostrou-se indeciso, revelando em seus Artigos sua perplexidade frente aos acontecimentos. Por parecer suspeito ao governo, teve então decretada sua primeira prisão. Em 1933, quando dirigia o Instituto Católico de Filosofia e Ciências Sociais, criado no ano anterior, sua coluna em *A Ordem* foi

católica⁶⁷², em Março de 1937, poucos meses antes da chegada da ditadura do Estado Novo, invocou perante o Tribunal de Segurança Nacional a Lei de Proteção aos Animais,⁶⁷³ vigente àquela altura⁶⁷⁴. A pesquisa não localizou nada aproximado no caso de Portugal, o que sugere que no caso brasileiro o mau tratamento da polícia-política dado aos presos foi deveras acentuado.

Sobral Pinto notabilizou-se no Brasil não apenas como advogado “ex officio” de presos políticos, mas pela defesa das liberdades públicas em seu país, a causa maior que defendia com afinco. Na edição da obra *Por que Defendo os Comunistas*, vê-se a resposta motivada daquele causídico para justificar a defesa dos tipos inimigos da religião:

extinta. Por essa época o Centro Dom Vital mantinha excelentes relações com o governo central. Ainda em 1933, Sobral Pinto aderiu à Liga Eleitoral Católica (LEC), organização criada nesse ano com o objetivo de orientar os católicos na escolha dos candidatos às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. A defesa de Prestes e Berger Em 1936, Sobral Pinto foi encarregado pela seção carioca da Ordem dos Advogados do Brasil de defender Luís Carlos Prestes e Harry Berger, dois dos principais líderes da sublevação comunista promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em novembro do ano anterior. Proibido em princípio por Prestes de assumir sua defesa, Sobral Pinto só conseguiu sua autorização para fazê-lo por interferência da mãe de Prestes, Leocádia Prestes. Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, a Casa de Correção em que Prestes se achava recolhido passou a ser dirigida pelo tenente Canepa, a quem Sobral Pinto havia denunciado anteriormente por violação de correspondência. Além de dificultar as visitas de Sobral Pinto a Prestes, por ocasião de uma delas o tenente Canepa transferiu seu gabinete para a sala de espera do presídio. Sobral Pinto entrou despreocupadamente na sala, como sempre o fazia, e Canepa tentou esmurrá-lo. Em decorrência da briga que se seguiu, Sobral Pinto foi preso, sendo libertado pouco depois mediante pagamento de fiança. Representando a Ação Católica Brasileira no Seminário de Estudos Sociais reunido em Washington em 1942, Sobral Pinto assumiu atitudes corajosas que lhe valeram a proibição do governo brasileiro de assinar Artigos na imprensa. Deixou assim de colaborar no *Jornal do Comércio*, para o qual escrevia na época. Até a decretação da anistia, em abril de 1945, Sobral Pinto empenhou-se em obter condições dignas de prisão para Prestes e Berger. De suas inúmeras petições em favor de um tratamento humanitário para Berger, a quem as torturas acabaram por enlouquecer, a mais conhecida invocava o Artigo 14 da Lei de Proteção aos Animais. Em 1945, Sobral Pinto assinou o manifesto de lançamento da Resistência Democrática, movimento que, baseado na vitória dos Aliados sobre os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial, propunha a extinção total da ditadura no Brasil, negando ao governo autoridade para continuar no poder. O movimento postulava também a convocação de uma constituinte, o sufrágio universal, a iniciativa privada com base no liberalismo econômico e, por fim, a criação de partidos e de sindicatos apolíticos”. Cf. PINTO, Sobral. **Biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>>. Capturado em: 03 Fevereiro 2017.

⁶⁷² Sobral Pinto era integrante da Ação Católica Brasileira.

⁶⁷³ Cf. DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, pp. 96-109.

⁶⁷⁴ Cf. Decreto nº 24.645, de 10 de Julho de 1934.

SP- Por uma razão muito simples: o princípio que todo católico tem de seguir é o que está no Evangelho e que Santo Agostinho definiu nessa fórmula maravilhosa: odiar o pecado e amar o pecador. O comunismo nega Deus, afronta Deus. Mas eu compreendo que o comunista faça isso por ser pecador. Afinal, todo pecador afronta Deus, pois o pecador é quem não obedece aos mandamentos de Deus. Mas é uma afronta decorrente da fraqueza da nossa natureza. Nós somos frágeis, logo podemos pecar por fragilidade, não porque não amemos a Deus, não estimemos a Deus, não tenhamos a noção de que é nosso dever aceitar os mandamentos de Deus. Mas nós obedecemos a Deus. Já o materialista afronta a Deus: Deus não existe, Deus é uma quimera. Bem, dentro dessa orientação, eu é que estava certo, tanto assim que, quando se anunciou que eu ia fazer a defesa do Prestes e do Berger, sendo eu a segunda pessoa da Ação Católica Brasileira _ porque a primeira pessoa era o Alceu Amoroso Lima, que era o Presidente da Ação Católica...⁶⁷⁵

Ao invocar norma jurídica de proteção aos animais em prol do seu constituinte, Sobral Pinto deixa uma mostra da sua inteligência argumentativa como causídico, atuando perante uma corte de exceção que era o Tribunal de Segurança Nacional (tribunal *ex post facto* criado em 1936 após a Intentona Comunista de 1935) e de dedicação ao seu constituinte. Por outro lado, revelou ele o desastre do ambiente prisional, do tratamento desumano dado aos presos políticos naquele período, continuado em todo o Estado Novo. Transcrevemos, abaixo, trecho do petição de Sobral Pinto dirigido ao Tribunal de Segurança Nacional⁶⁷⁶, datado de 02 de Março de 1937, clamando por tratamento digno ao seu constituinte Harry Berger. Ei-lo:

Tal é, Sr. Juiz, a prisão que destinaram para Harry Berger. Tal é, eminente Magistrado, o tratamento que lhe vem sendo dispensado. Semelhante desumanidade precisa de cessar, e de cessar imediatamente, sob pena de desluz para o prestígio deste Tribunal de Segurança, que, para bem cumprir a sua árdua tarefa necessita de pautar a sua ação pelas normas inflexíveis da serenidade e da justiça. Tanto mais obrigatoriamente inadiável se torna a intervenção urgentíssima de V. Exa., Sr. Juiz, quanto somos um povo que não tolera a crueldade, nem mesmo para com os irracionais, como o demonstra o decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934.

⁶⁷⁵ Cf. PINTO, Sobral. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, p. 24.

⁶⁷⁶ O TSN foi extinto com a queda do Estado Novo em Outubro de 1945.

cujo artigo 1º dispõe: “Todos os animais existentes no país são tutelados do Estado”. Para tornar eficiente tal tutela, esse mesmo decreto estatui: “Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinqüente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber” (art. 2º). E, para que ninguém possa invocar o benefício da ignorância nessa matéria, o art. 3º do decreto supra mencionado define: “Consideram-se maus tratos: ; II - Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz”. Baseado nesta legislação um dos juízes de, Curitiba, Estado do Paraná, Dr. Antônio Leopoldo dos Santos, condenou João Mansur Karan à pena de 17 dias de prisão celular, e à multa de 520\$000, por ter morto a pancadas um” cavalo de sua propriedade (doc. junto). Ora, num país que se rege por uma tal legislação, que os Magistrados timbram em aplicar, para, deste modo, resguardarem os próprios animais irracionais dos maus tratos até de seus donos, não é possível que Harry Berger permaneça, como até agora, meses e meses a fio, com a anuência do Tribunal de Segurança Nacional, dentro de um socavão de escada, privado de ar, de luz e de espaço, envolto, além do mais, em andrajos, que, pela sua imundície, os próprios mendigos recusariam a vestir. [grifamos]. [...]. Impõe-se, assim, que, sem mais a delonga de um minuto, V.Exa. ordene, com a sua autoridade de magistrado, que Harry Berger seja transferido, imediatamente, para uma cela condigna, onde, a par de cama, roupa, vestuário, e objetos próprios para escrever, - de que está carecendo para a sua defesa -, se lhe permita fazer as leituras que bem lhe aprouver, tudo, porém, dentro das normas de vigilância prudente, que a administração carcerária costuma, em face dos detentos políticos, por em prática, para evitar confabulações perigosas dos encarcerados com os seus partidários políticos ainda em liberdade. Formulando o presente requerimento tem o Suplicante cumprido apenas o seu dever, oferecendo, entretanto, com isto, a V.Exa. adequada oportunidade para que, sob os ditames imperiosos da sua consciência de homem e de Magistrado, possa V. Exa. cumprir o seu, com igual solicitude. Requerendo a juntada da presente aos respectivos autos,

P. Deferimento.

Distrito Federal, 2 de março de 1937.

a) Heráclito Fontoura Sobral Pinto

Advogado ex-officio⁶⁷⁷

A atuação de Sobral Pinto como advogado em regime de exceção não ficou restrita à era Vargas, atuou ele também após o Golpe militar de 1964 na

⁶⁷⁷ PINTO, Sobral. *op. cit.*, p. 75 e 81.

defesa de muitos perseguidos pelo regime, inclusive, do mundo político, a exemplo de Juscelino Kubitschek, ex-Presidente do Brasil.

Vale aqui mencionar que até o sociólogo Gilberto Freyre, em 1942, foi vítima da polícia-política atuante em Pernambuco, porque fora detido por poucos dias na cidade do Recife, devido a um artigo de jornal que publicara considerado desagradável ao regime no qual citava atividades nazistas e racistas no Brasil⁶⁷⁸. Além disso, Freyre desagradava o interventor do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, um desafeto seu.⁶⁷⁹

Uma outra vítima da violência do Estado Novo foi Waldemar Martins Ferreira, pois que esteve preso, arbitrariamente, logo depois do dia 10 de Novembro de 1937, perdeu o mandato de deputado federal, e reformaram-no compulsivamente do seu cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo. Ele, um jurista de bom quilate, Doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito de Lisboa, advogado e professor, homem de pensamento liberal, longe de ser taxado de esquerdista, exerceu vida parlamentar em uma época de grandes conflitos ideológicos e produziu farta literatura jurídica⁶⁸⁰, a maioria na seara do Direito Comercial.

⁶⁷⁸ “Em 1942, é preso no Recife, por ter denunciado, em Artigo publicado no Rio de Janeiro, atividades nazistas e racistas no Brasil, inclusive as de um padre alemão a quem foi confiada, pelo governo do Estado de Pernambuco, a formação de jovens escoteiros. Juntamente com seu pai, reage à prisão, quando levado para “*a imunda Casa de Detenção do Recife*”, sendo solto, no dia seguinte, por interferência direta do seu amigo General Góes Monteiro”. - Cf. NOGUEIRA JR., Arnaldo. **Gilberto Freyre**. Disponível em: <www.releituras.com/gilbertofreyre_bio.asp>. Capturado em: 24 Outubro 2015. Vide ainda MESQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Global, 2018, pp. 89-107.

⁶⁷⁹ “Já Gilberto Freyre, em 1941, preferiu elogiar diretamente Vargas: “homem de inteligência realista”. Pouco adiantou: no ano seguinte foi detido por poucos dias, no Recife. Era uma daquelas vinganças paroquiais. O interventor Agamenon Magalhães era seu desafeto. Deteve o escritor por causa de um simples Artigo de Jornal”. Cf. VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo, Leya, 2011, p. 77.

⁶⁸⁰ Produção Literária de Waldemar Martins Ferreira: Estudos de direito comercial (1919), Manual do comerciante (1919), Os credores privilegiados e o direito de pedir falência (1919), O menor comerciante (1919), A hipoteca naval no Brasil (1919), Sociedade por cotas (1925), Sociedades comerciais irregulares (1927), Curso de direito comercial (2v., 1927), Da responsabilidade civil da massa falida por culpa de seus representantes (1927), Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, na centúria de 1827 a 1927 (1928), A concordata terminativa na falência anterior à lei nova e a sua sujeição ao regime desta (1930), A responsabilidade por acidente no transporte gracioso por automóvel (1930), A nova lei de

Embora Ferreira tenha apoiado Vargas logo no início do seu governo provisório (1930), foi forçado ao exílio em 1932, por força dos desdobramentos da chamada Revolução Constitucionalista de 1932⁶⁸¹, iniciada em Julho daquele ano, porém debelada por Vargas após quase três meses de batalhas. A dita Revolução deflagrada pelos paulistas queria reconstitucionalizar o país, que era uma *promessa* dos revolucionários de 1930, e livrá-lo do governo provisório varguista que se arrastava mediante decretos e mais decretos, livre da atividade parlamentar.

Devido àquele movimento político-militar, Vargas foi forçado a convocar eleições em 1933 que resultou em uma Assembleia Constituinte para elaboração da Constituição de 1934, a qual seria rasgada em 1937 pelo golpe do Estado Novo, repetimos. Quando da Revolução Constitucionalista de 1932 Ferreira era um prócer do governo de São Paulo, e findo o conflito armado⁶⁸² partiu ele para Portugal, onde estabeleceu diálogo com a Faculdade de Direito de Lisboa. A seu respeito discorre Pedro Caridade de Freitas:

O seu prestígio nacional e internacional levou-o a participar activamente na elaboração de legislação estadual e federal na área de Direito Comercial. Foi Doutor *honoris causae* pela Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, em 21 de Março

falência e sua elaboração (1930), O requerimento doloso de falência e a obrigação de indenizar (1931), A suspensão dos embarques de café e os contratos de compra e venda (1931), O comércio marítimo e o navio (1931), As sesmarias e as terras devolutas (1931), O endosso pignoratício de conhecimentos ferroviários (1931), O conhecimento de transportes ferroviários (1932), As diretrizes do direito mercantil brasileiro (1933), A responsabilidade do sócio comanditário (1933), Tratado de direito mercantil brasileiro (4v., 1934-1943), Tratado de direito comercial brasileiro (1934), Questões de marcas de fábricas (1935), O casamento religioso de efeitos civis (1935), O estado de assembléia e o estado de guerra (1937), O loteamento e a venda de terrenos a prestações (2v., 1938), Código das sociedades comerciais (1938), Princípios de legislação social e direito judiciário do trabalho (2 v., 1938-1939), Compêndio das sociedades mercantis (1940), Os Martins Ferreira e os Ribeiro de Bragança, estudo genealógico (1945), A caução de conhecimentos por comissários de café, História do direito brasileiro (4v., 1951-1956) e História do direito constitucional brasileiro (1954). Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdemar-martins-ferreira>. Capturado em: 06 Maio 2018.

⁶⁸¹ Juscelino Kubitschek, Presidente do Brasil entre 1956 a 1961, participou do conflito como médico-militar da Força Pública do Estado de Minas Gerais.

⁶⁸² Vargas para vencer São Paulo contou com tropas federais leais a sua governança, e também com o apoio de algumas forças públicas dos Estados, a exemplo da Brigada Militar de Pernambuco, esta que enviou vários soldados ao front. A propósito, *vide*, MONTEIRO, Roberto. **História da Polícia Militar de Pernambuco**. Recife: Editora M. Inojosa, 1985, pp. 116-123.

de 1933. Durante o período em que esteve em Lisboa proferiu, na Sala dos Arcos Grandes da referida Faculdade, cinco conferências que deram origem ao livro *Directrizes do Direito Mercantil Brasileiro*, 1933, obra eminentemente histórica e que lhe fez granjear a fama de historiador do direito brasileiro.⁶⁸³

De volta ao Brasil naquele mesmo ano de 1933, Ferreira retomou a sua vida acadêmica e política, só sofrendo revés quando do Estado Novo, conforme já dito acima. O caso de Waldemar Ferreira é uma mostra indelével da hostilidade do regime varguista. Mas, a relação de Ferreira com a Faculdade de Direito de Lisboa demonstra diálogo jurídico entre nacionais de Portugal e do Brasil em um período antecedente àquela ditadura. Esse quadro deixa ver, à toda prova, a aproximação acadêmica e jurídica entre os dois países já naquela altura (1932 - 1933), o que depois tornar-se-ia mais intenso e profícuo.⁶⁸⁴

Ainda em 1945, Ferreira seria um dos criadores e dirigente graúdo da UDN (União Democrática Nacional), um partido político de direita, que faria oposição a Vargas nos anos seguintes, notadamente, a partir do seu retorno à Presidência em 1951.

Na sequência dos exemplos acima, o Estado Novo varguista notabilizou-se como uma era de repressão policial, perseguindo todo e qualquer tipo nocivo ao Regime, até judeus sofreram⁶⁸⁵. Membros do Integralismo brasileiro, ou seja,

⁶⁸³ Cf. FREITAS, Pedro Caridade de. Waldemar Martins Ferreira, In: **A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário**, Vol. II, Os Doutores, Lisboa, 2013, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, p. 242 (ISBN 0870-3116).

⁶⁸⁴ A respeito do diálogo jurídico Brasil-Portugal, no período do Estado Novo, *vide* Secção 9 desta dissertação.

⁶⁸⁵ Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, “O anti-semitismo que se manifestou durante a Era Vargas pode ser caracterizado como político e xenófobo, camuflado sob a máscara do nacionalismo. Não nos restam dúvidas a respeito do posicionamento do Brasil contra os judeus, questão que se manteve desde os anos 30 ilustrando, vexatoriamente, a nossa literatura, nossa documentação diplomática e a nossa charge política. Do ponto de vista do anti-semitismo moderno verificamos que este se manteve mediante cálculos políticos, ajustando de acordo com as necessidades do poder e instigando por pseudoteorias científicas importadas da Europa. Apesar deste anti-semitismo “caboclo” não ter se transformado em um problema de massa, o ódio e o desprezo ao judeu, assumiu uma configuração doutrinária atuando ao nível das mentalidades (móvil ideal) e da práxis (móvil real). Compôs, ao lado de outros elementos, a doutrina que serviu de sustentação para o regime autoritário que se caracterizou o Estado Novo”. Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração** (1930-1945). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 499.

da Ação Integralista Brasileira (AIB), também foram perseguidos, isso por conta da tentativa de golpe de Estado perpetrada pelos integralistas em Maio de 1938. Segundo Aspásia Camargo só entre Novembro de 1935 e Maio 1937 foram detidas no país 7.056 pessoas⁶⁸⁶, o número foi tão grande que navios de guerra foram improvisados como presídios. O país vivia um clima de tensão nos anos que antecederam o Golpe de 1937, pois que desde a Intentona Comunista (em 1935) até Novembro de 1937 as garantias individuais estiveram suspensas, e com o advento do Estado Novo várias prisões de opositores ou suspeito de subversão aconteceram, afora a censura que se alastrou durante todo o regime. No curso da sua prática repressiva o Estado Novo estabeleceu verdadeiro campo de concentração na Ilha de Fernando de Noronha, através do Decreto-Lei nº 640/1938, destinado a indivíduos considerados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas.⁶⁸⁷

Pesquisa de Frederico Alexandre Hecker aponta que cidadãos portugueses no Brasil também sofreram o rigor da polícia-política brasileira, pois somente no Estado de São Paulo, a DEOPS local, no período de 1935 a 1959, investigou 156.536 Portugueses⁶⁸⁸. A vigilância sobre os cidadãos portugueses incluía mesmo a censura literária, a exemplo da apreensão no Brasil de um livro do escritor luso, Carlos Malheiros Dias⁶⁸⁹, no ano de 1941, como noticiou o

⁶⁸⁶ Cf. CAMARGO, Aspásia. **O Golpe silencioso e as origens da República corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 211.

⁶⁸⁷ Decreto-Lei nº 640, de 22 de Agosto de 1938 - “Art. 1º Fica criada, no arquipélago de Fernando de Noronha ora sob a jurisdição do Governo Federal, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas”.

⁶⁸⁸ Cf. HECKER, Frederico Alexandre. **A Repressão aos Imigrantes Portugueses em São Paulo: Os Subversivos e os Outros**. p. 27. Disponível em: <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/nas-duas-margens.-os-portugueses-no-brasil/a-repressao-aos-imigrantes-portugueses-em-sao-paulo-os-subversivos-e-os-outros/a-repressao-aos-imigrantes-portugueses-em-sao-paulo-os-subversivos-e-os-outros?searchterm=a+repress%C3%A3o+aos+imigrantes>>. Capturado em: 31 Outubro 2015.

⁶⁸⁹ Carlos Malheiros Dias foi exilado político no Brasil, viveu bom tempo no Rio de Janeiro, tendo sido coordenador da “História da Colonização Portuguesa no Brasil” (1921-1924), além de autor de obras literárias próprias, mas, nas palavras de Antonio Soares Amora, “ [...] foi A mulata (1986), romance, ao mesmo tempo de êxito de livraria e escândalo. [...] A Mulata, romance acerca do qual se tem dito, desde o momento em que desapareceu da circulação porque recolhido, e depois esquecido pelo autor - passa-se no Rio de 1895 e é reduzido ao essencial, alguns meses da vida de Edmundo, jovem de vinte anos, que luta entre a realização

Cônsul de Portugal no Recife, Manuel Anselmo, em missiva diplomática dirigida a Salazar, datada de 04 de Dezembro de 1941, que àquela altura acumulava o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁹⁰.

O aparelho de polícia-política do Brasil também dialogou com outras polícias congêneres, segundo Elizabeth Cancelli, pois que policiais brasileiros, em 1937, participaram da Conferência Policial de Berlim, organizada pela Gestapo, que contou ainda com a participação das polícias da Bélgica, Holanda, Hungria, Iugoslávia, Grécia, Japão, **Portugal**, Bulgária, Finlândia, Gúdasnki, Uruguai e Suíça. Naquele conclave foram discutidas táticas e organizações para luta anticomunista, apontando ainda a pesquisadora, como fonte o *Archivio Centrale Di Stato, Polizia Politica, Fascicolo 26, Pacco 172, relato do chefe de polícia italiano, 8-9-1937*⁶⁹¹.

Findo o Estado Novo com a deposição de Getúlio Vargas, em Outubro de 1945, o país voltou à normalidade democrática consolidada com a Constituição de 1946. Restaurada a atividade parlamentar no Brasil, a partir de 1946 foi criada na Câmara dos Deputados uma comissão para investigar e apurar os casos de tortura aos perseguidos do regime antigo, mas que por falta de interesse não logrou êxito.

Irresignado com tal fato o jornalista David Nasser publicou obra-denúncia intitulada *Falta Alguém em Nuremberg*, pela qual denunciou as torturas, barbaridades e violências cometidas pela polícia-política na era

de alcandoradas aspirações, intelectuais, morais e sobretudo amorosas, e a força aniquiladora de uma vida ignóbil, de um organismo roído pela tuberculose e de uma alma enegrecida por torpitudes de toda ordem, determinadas pela mancebia com a mulata Honorina, marafona sedutora, e pela intimidade com os mais repelentes tipos do << bas-fond >> carioca. Cf. AMORA, Antonio Soares. **Carlos Malheiros Dias: Um Escritor Fronteiriço**. Lisboa: 1986, pp 577-578. A obra *História da Colonização Portuguesa* disponível no Senado Federal do Brasil (<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535864>).

⁶⁹⁰ Vide Anexo 30 - Missiva diplomática do Cônsul Manuel Anselmo, datada de 04 de Dezembro de 1941. Procº 12 - Nº 149. MNE.

⁶⁹¹ Cf. CANCELLI, Elizabeth. "Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente", In PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 323.

Vargas⁶⁹². Ao lado desse papel desempenhado pela polícia varguista, não podemos deixar de abordar aqui como o Direito pátrio, àquela altura, legitimava o arbítrio estatal e ameaçava a vida humana.

Ora, sem grande esforço de exegese vê-se que o Direito Constitucional brasileiro, trazido com o Estado Novo varguista, mostrou-se draconiano ao ponto da Constituição de 1937 adotar a **pena de morte** para quem atentasse contra a vida, a incolumidade ou liberdade do Presidente da República (Art. 122, 13, letra “i”, acrescentado ao texto original pela Lei Constitucional nº 1, de 16 de Maio de 1938), e igualmente para o “homicídio cometido por motivo fútil e com extremos de perversidade” (Art. 122, 13, j). Tal coisa não se vê na Constituição portuguesa de 1933, pois a pena de morte em Portugal já havia sido abolida desde o século XIX, restando a sua aplicação na seara militar para o tempo de guerra, um avanço civilizacional frente ao caso brasileiro.

Lembramos que Portugal foi um dos primeiros países da Europa a abolir a pena de morte, isso em 1867, durante o reinado de D. Luís. Tal facto levou o escritor francês Victor Hugo a escrever ao director e fundador do periódico *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho, elogiando aquela medida de avanço

⁶⁹² Transcrevemos trechos do prefácio daquela obra por entendermos ser contundente e panorâmico das práticas da polícia política de Vargas: “As atrocidades praticadas no Brasil pela polícia política do Capitão Filinto Strubling Müller excederam, em alguns pontos, as torturas infligidas pela Gestapo aos judeus, antinazistas e prisioneiros aliados. Difícil é comparar a maldade com a maldade, a barbaria com a barbaria, o perverso com o perverso. Cf. NASSER, David. *op. cit.*, pp. 5-6.

civilizacional⁶⁹³, tendo ele dito à época que “Portugal dá exemplo à Europa” e “A Europa imitará Portugal”⁶⁹⁴.

Importante salientar, no rastro de um Estado autoritário e violento, como foi o Estado Novo varguista, que existia a **pena de morte** para além das hipóteses acima, para além dos casos previstos na legislação militar em tempo de guerra, pois a Carta Política brasileira de 1937 contemplou também como crimes políticos passíveis da **pena de morte**:

- a) tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro;
- b) atentar, com auxilio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de carácter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania;
- c) tentar por meio de movimento armado o desmembramento do território nacional, desde que para reprimi-lo se torne necessário proceder a operações de guerra;
- d) tentar, com auxilio ou subsidio de Estado estrangeiro ou organização de carácter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição;
- e) tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da Ditadura de uma classe social;
- f) a insurreição armada contra os Poderes do Estado, assim considerada ainda que as armas se encontrem em depósito;

⁶⁹³ A pena de morte foi recorrente em França durante século XVIII, à propósito desse tema, Sílvia Alves pontifica: “Em França, já no final do século, o discurso de Adrien Duport (1759-1798) deputado à Assembleia Constituinte, desliga o tema de qualquer dependência metafísica e despreza a valia penal da morte, que reduz a *um mal quarto de hora*... Tratava-se de uma proposta arrojada de um moderado, defensor de uma monarquia constitucional. No entanto, esse projecto de supressão da pena de morte e da sua substituição por um cárcere escuro a pão e água foi apoiado por Robespierre (1758-1794), mas rejeitado pela maioria. Instaurou-se a decapitação como forma de executar a pena de morte, dando início ao reinado da guilhotina ou *louisette*. Cf. ALVES, Sílvia. A pena de morte no pensamento jurídico setecentista, *In História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva*. BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo. (Orgs) São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 417.

⁶⁹⁴ Cf. HUGO, Victor. 1 de Março: Dia Internacional para a Abolição da Pena de Morte. 1 Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.theuniplanet.com/2010/03/1-de-marco-dia-internacional-para.html>>. Capturado em: 18 Dezembro 2015.

- g) praticar atos destinados a provocar a guerra civil, se esta sobrevém em virtude deles;
- h) atentar contra a segurança do Estado praticando devastação, saque, incêndio, depredação ou quaisquer atos destinados a suscitar terror; (v. Art. 122, 13, letras *a, b, c, d, e, f, g, h* da Constituição de 1937 - acrescentados pela Lei Constitucional nº 1, de 16 de Maio de 1938).

Não se pode omitir neste trabalho o papel do Tribunal de Segurança Nacional (TSN)⁶⁹⁵ que era alimentado com inquéritos/investigações oriundos da polícia-política.

Criado o TSN, em Setembro de 1936, por força da Lei nº 244, de 11 de Setembro de 1936, com competência para julgar crimes políticos e atentórios à segurança da nação brasileira, previstos na Lei de Segurança Nacional de 1935 (a Lei nº 38, de 04 de Abril de 1935), esteve ele inicialmente abarrotado de processos envolvendo elementos envolvidos na conjura comunista do ano de 1935, além de tipos considerados como subversivos, e essa pecha poderia cair sobre qualquer um independente da sua inclinação política. Todavia, com o Estado Novo, aquele Tribunal passou também a julgar elementos ligados ao Integralismo brasileiro, notadamente daqueles envolvidos na tentativa do golpe

⁶⁹⁵ Referente a atuação do TSN brasileiro assim encontramos em Didier Musiedlak: “As funções atribuídas ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN) no Brasil, criado em 1936, depois da tentativa de insurreição comunista de 1935, inspirava-se na legislação de guerra controlada pelo Superior Tribunal Militar (STM). Majoritariamente composto de representantes das forças armadas, O TSN buscou rapidamente conquistar sua autonomia em relação às outras instâncias, comportando-se como um tribunal militar permanente posto a serviço da defesa do Estado (Francisco Carlos Teixeira da Silva). O quadro repressivo foi consideravelmente reforçado em 1938 com a introdução da pena de morte no arsenal repressivo (decreto de 18 de Maio de 1938, *Define os Crimes contra a Segurança do Estado e contra a Ordem Social*), o que marcava uma clara diferença em relação ao regime salazarista. A lista de crimes também foi consideravelmente ampliada para estender o campo de competências do tribunal, sem que esses crimes fossem de resto claramente explicitados. De modo que foi possível recorrer aos mesmos métodos (emprego da tortura, campo de concentração) utilizados em Portugal, trabalhando a repressão brasileira em estreita colaboração com as forças de política (Polícia Especial). Mas o sistema foi afetado por um tipo de desregulamentação provocado pelo contencioso ligado aos conflitos, opondo as diferentes cortes entre si, especialmente o STM, que julgava com base na legalidade, e o TSN, que julgava segundo o princípio da convicção. Comunistas e integralistas, e os aliados de uns e de outros, foram particularmente atingidos por essa repressão”. Cf. MUSIEDLAK, Didier. **Conclusão.** in **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo.** PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 358.

de Maio de 1938, quando sitiaram Vargas no Palácio Guanabara sob ameaça de armas. O respaldo legal à repressão começava pela dita Lei nº 38, de 04 de Abril de 1935.

O regramento processual aplicável àquele Tribunal foi modificado por força do Decreto nº 428, de 16 de Maio de 1938⁶⁹⁶, surgido após a tentativa de golpe dos integralistas. Aquele regramento processual restringia o direito de ampla defesa do réu, pois os seus ditames eram por demais sumários. Aquela norma de rito previa ao réu a apresentação de apenas duas testemunhas para que fossem ouvidas por apenas cinco minutos, ao advogado de defesa só era permitido falar por 15 minutos, igualmente à promotoria, e a sentença era proferida 30 minutos após.

Não era privilegiado o alargamento da defesa, nem a ampla produção de provas, factos que prejudicavam demasiadamente os acusados, mas que facilitava os “trabalhos judicantes” daquele Tribunal. Reprovável no passado sob todos os princípios jurídicos inerentes à defesa criminal, hoje, mais ainda, quando as constituições de Brasil e Portugal contemplam o *princípio da ampla*

⁶⁹⁶ “DECRETO-LEI Nº 428, DE 16 DE MAIO DE 1938, Dispõe sobre o processo dos crimes definidos nas leis nºs. 38 e 136, de 4 de Abril a 14 de dezembro de 1935. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 180 da Constituição, DECRETA: Art. 1º O processo e julgamento dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935, será feito, pelo Tribunal de Segurança Nacional, na forma deste decreto-lei. Art. 2º Recebido o inquérito relativo ao crime, o presidente do Tribunal dará imediata vista do mesmo ao procurador ou a um dos adjuntos do procurador, designando o juiz e o escrivão que devam funcionar no processo. Art. 3º Dentro de vinte e quatro horas contadas da abertura da vista, o representante do Ministério Público procederá à classificação do crime de acordo com as leis mencionadas no Art. 1º indicando os seus autores, co-autores ou cúmplices e as penas aplicáveis. Art. 4º O juiz do feito mandará, in continenti, citar o réu, ou os réus, para defender-se, e nomeará defensor para os que o não apresentarem. *Parágrafo único* A citação será feita pessoalmente si o réu estiver preso, ou, quando solto ou foragido, por edital afixado à porta do Tribunal. Art. 5º Em seguida, o juiz marcará, para instrução e julgamento do feito, uma audiência que terá início vinte e quatro horas após. *Parágrafo único*. Dentro deste prazo o juiz dará, em cartório, vista do processo ao defensor, ou defensores, do réu ou dos réus. Art. 6º Iniciada a audiência, feita a qualificação do réu ou dos réus, quando o juiz não decidir o contrário, e ouvidas as testemunhas de defesa, si tiverem sido apresentadas, o representante do Ministério Público sustentará, oralmente a acusação, em quinze minutos, seguindo-se a defesa do mesmo modo e por igual tempo. § 1º As testemunhas serão duas, no máximo, para cada réu, não podendo o total exceder de dez si houver mais de cinco réus. § 2º A inquirição de cada testemunha não deverá durar mais de cinco minutos. § 3º Si a defesa estiver confiada a mais de um advogado, um será dentre eles escolhido para falar por todos. [....]. Rio de Janeiro, 16 de Maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República. GETULIO VARGAS. Francisco Campos”.

defesa como garantia fundamental do cidadão⁶⁹⁷. Ora, sem grande esforço vê-se que o TSN era um tribunal de excessão, o que encontra abrigo nas palavras de um dos próceres do Estado Novo, o General Góes Monteiro:

-Durante a vigência do Estado Novo, - continuou o general Góes - o Tribunal de Segurança Nacional, côrte de exceção, sabia fazer calar os recalcitrantes. Muitas foram as condenações de adversários do Govêrno, homens ilustres, como os Srs. Armando Sales, Otávio Mangabeira, Flores da Cunha, Júlio de Mesquita e outros. Pesavam sôbre todos a intimidação e a ameaça, pois a liberdade estava à mercê das denúncias quase que sem exame, e não foram poucos os que se aproveitaram dessa circunstância. E claro que o principal beneficiário de tudo isso, ou melhor, do Estado Novo, foi o Sr. Getúlio Vargas, e, depois dêle, todos os que, pelas ligações íntimas, se tornaram exploradores no mais alto grau da situação criada. ⁶⁹⁸[grifamos]

Na era estadonovista os interesses os interesses políticos suplantavam os direitos individuais, punham-se acima do cidadão. Com isso chegava-se a ferir até a sua integridade física e moral, em uma total agressão ao que hoje conhecemos como Direitos Humanos, marca inapagável de qualquer Ditadura⁶⁹⁹.

Dessume-se que governar nos moldes de Salazar e Vargas exigiu para aquelas realidades autoritárias um aparato policial de caráter essencialmente político, ameaçador e atemorizante, para assim criar um clima de receio e subordinação das pessoas à ordem jus-política constituída, por conseguinte, ajudando a governabilidade desprovida de oposição. Mas, a pesquisa identifica que o direito repressivo do Estado Novo varguista mostrou-se mesmo draconiano, já que previa a pena capital para crimes políticos e mais outras situações específicas, uma realidade diferente da que havia em Portugal onde a pena de morte somente era aplicada na seara militar para o tempo de guerra-repetimos.

⁶⁹⁷ Cf. Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Brasileira e Artigo 32º, 1 da Constituição de Portugal, todos que guardam sintonia com os Artigos VIII, X e XI da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

⁶⁹⁸ Cf. COUTINHO, Lourival. *op. cit.*, p. 355.

⁶⁹⁹ Converge ao nosso entendimento o magistério de Freitas do Amaral: “[...] a palavra “ditadura” tornou-se num termo de valor negativo, sinónimo de regime “antidemocrático” e “desrespeitador dos Direitos Humanos”. Esse é o seu significado atual”. *op. cit.*, p. 176.

SECÇÃO 9. DIÁLOGO JURÍDICO E POLÍTICO ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES DE 1930 A 1945

9.1 Atuação do Embaixador Martinho Nobre de Mello

Martinho Nobre de Mello (MNL)⁷⁰⁰, na qualidade de Embaixador de Portugal, serviu no Brasil desde os primeiros anos da era Vargas, inclusivamente de 1937 a 1945, o período do Estado Novo brasileiro.

Chegado ao Brasil em 1932 MNL tornou-se um grande admirador do Presidente Vargas, o que confessou abertamente em missiva diplomática dirigida a Salazar⁷⁰¹, no ano de 1937, por ocasião do golpe que instituiu o Estado Novo. Desenvolveu aquele Embaixador um forte contributo para o aprofundamento das relações entre os governos de Vargas e Salazar, tendo servido ele no Brasil de 1932 até 1946⁷⁰². O seu trabalho resultou mesmo em uma forte aproximação econômica e cultural de ambos os países.

Frisamos que, embora o Estado Novo Brasileiro tenha iniciado em 1937, Vargas já estava na presidência do país desde Novembro de 1930, dado a

⁷⁰⁰ “Martinho Nobre de Mello. (1891-1985). Nasceu em Santo Antão, Cabo Verde, no dia 24.12.1891. Foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde regeu as cadeiras de Profissões Religiosas, Legislação Civil, Direito Comparado, Processos Especiais, Direito Colonial, entre muitas outras. Foi juiz do Supremo Tribunal Administrativo e ministro de Justiça e dos Cultos durante o Governo de Sidónio Pais (1918). Durante esta passagem pela Política altera as normas da Constituição de 1911 num sentido presidencialista e parcialmente para-coorporativo, que ficará conhecido pela “Constituição de 1918”. Foi ainda nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, por curtas horas, na remodelação governamental de 6.07.1926 (no momento em que a ditadura militada era controlada pela direita radical). Foi membro da União Liberal Republicana em 1926 e no ano seguinte, em 1927, teve uma curta passagem pela Liga 28 de Maio (tendo sido um dos seus fundadores), uma organização para-fascista. Entre 1932 e 1946 (ano em que foi exonerado a seu pedido) foi embaixador de Portugal no Brasil e a partir daí dedicou-se aos negócios, ensino e às letras, tendo sido director do “Diário Popular” de Lisboa, de 1958 a 1974. [...]. Morreu em 1985”. (Sic). Cf. MELLO, Martinho Nobre. **Ficha biográfica:** Martinho Nobre de Mello (1891-1985). <http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?l=1&ID=1381>. Capturado em: 07 Setembro 2016.

⁷⁰¹ Cf. Relatório subscrito pelo Embaixador Martinho Nobre de Mello e dirigido a Salazar, em 14.11.1937 - Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades (AHMNE), ANE 3 P, A 11 M 348.

⁷⁰² Cf. Anuário Diplomático Consular Português de 1945 (de 1 de Janeiro até 31 de dezembro de 1945) editado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 99.

vitoriosa Revolução de 1930⁷⁰³, e naquele lapso temporal, ou seja, de 1930 a 1937, também houve diálogo político entre Portugal e Brasil, com a participação do Embaixador, o que gerou inovações ao ordenamento jurídico brasileiro de então, fruto daquela aproximação. Como exemplo disso encontramos:

i) A celebração do primeiro tratado de comércio e navegação entre Portugal e Brasil em 1933, após 1825, importante nas relações econômicas de ambos os países⁷⁰⁴;

ii) Um acordo em 1934 entre a chancelaria Brasileira e a Embaixada Portuguesa para a criação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura⁷⁰⁵, o que veio a render frutos mais tarde na aproximação entre os dois países⁷⁰⁶, inclusive quanto ao diálogo jurídico. Aquele Instituto fôra o primeiro passo para a celebração, em 1941, do Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Sobre o dito acordo, inicialmente fôra costurado por MNM em 1934, depois sacramentado por António Ferro (Chefe do SPN) em 1941. Para melhor compreensão do leitor, convém transcrevemos, abaixo, trecho da obra de Orlando Raimundo, *Antonio Ferro O Inventor do Salazarismo*:

⁷⁰³ “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.” Cf. REVOLUÇÃO de 1930. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Capturado em: 07 Janeiro 2017.

⁷⁰⁴ Cf. TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no R. J. A.H.- D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312, § 2.º e 3.º do Preâmbulo.

⁷⁰⁵ A respeito da criação do Instituto de Alta Cultura Luso-Brasileira assim discorre Heloisa Paulo: “Para a criação do instituto de Alta Cultura Luso-Brasileira, formalmente vinculado à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e à Universidade de Lisboa, em Portugal, é formalizado um acordo, em Dezembro de 1933, entre o Embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Mello, e o governo brasileiro. A colônia, no caso, fornece o seu apoio financeiro para a realização dos primeiros cursos. Em 10 de julho de 1934, no Dia da Raça, o Instituto é inaugurado no Rio, com uma sessão solene no Real gabinete, contando com a presença do Embaixador, membros do directório da Federação, o Doutor Mendes Correia, Professor da Universidade do Porto, representante da academia portuguesa, e, em nome da Universidade brasileira, Cândido de Oliveira Filho. Em Maio de 1935, Afrânio Peixoto, representando a universidade brasileira, está presente na inauguração do instituto em Lisboa. Para além do incentivo inicial dado ao Instituto, o Conselho da Colônia, da federação das Associações Portuguesas do Brasil, reunido em 1 de Abril de 1946, aprova o regulamento que rege a distribuição de bolsas de estudos, a serem atribuídas por aquela instituição com o objectivo de “proporcionar a brasileiros estudiosos o conhecimento directo da cultura e do sentimento portugueses e de divulgar em Portugal a cultura e o sentimento brasileiros”. Cf. PAULO, Heloisa. **Aqui Também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo**. Coimbra: Quarteto Editora, 2000, pp. 240-241.

⁷⁰⁶ O Decreto nº 25.136 veiculado na imprensa oficial de Portugal, em 16 de Março de 1935, promulgou o regimento interno do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura.

A celebração do Acordo Luso-Brasileiro de 1941, assente na unidade da Língua Portuguesa e na convergência política das Ditaduras de Salazar e Getúlio Vargas, é uma das operações mais bem conseguidas de António Ferro. A assinatura do memorando de entendimento é crucial para o sonhado projecto de criação de uma comunidade luso-brasileira. A existência de Regimes semelhantes, e com a mesma designação - Estado Novo -, estimula Getúlio Vargas, que está tão interessado como Salazar no sucesso da iniciativa. Descendente de uma família portuguesa, o ditador brasileiro tem em comum como Salazar a origem rural e a admiração por Mussolini. O primeiro passo fora dado em Janeiro de 1934 pela Universidade do Rio de Janeiro, quando Vargas ainda era apenas chefe do Governo Provisório, com a Fundação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. A cerimônia de lançamento da instituição realiza-se simbolicamente a 10 de Junho, rodeada de grande pompa e circunstância, no magnífico Gabinete Português de Leitura da então capital brasileira, com a presença do ditador. Na primavera do ano seguinte, Salazar e Carmona presidiram em Lisboa a idêntica cerimônia. E a academia coimbrã, em resposta à iniciativa da sua congênera do Rio, criara em 1937 na sua Faculdade de Letras a Sala Brasil, que dará mais tarde origem ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. A embaixada cultural chefiada por Ferro parte para o Rio de Janeiro em Agosto de 1941, com a missão de concluir o acordo. Apesar de o Brasil ser independente há mais de século, integra a comitiva o director da Agência Geral das Colônias, Júlio Cayolla. O caminho foi, entretanto, desbravado por uma embaixada especial, de características bem mais diplomáticas, lideradas por Júlio Dantas e da qual fazem parte figuras gradas do Regime, Marcello Caetano, Augusto de Castro e Reynaldo dos Santos. É uma forma de retribuir a Vargas a preciosa decisão de ter feito representar o Brasil na grande Exposição do Mundo Português. Quando o director do SPN chega ao Rio de Janeiro, com carta-branca para assinar o documento, já parte do trabalho está feito, graças ao embaixador português Martinho Nobre de Mello, diplomata da inteira confiança de Salazar [grifamos], que contou com o apoio empenhado de Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.⁷⁰⁷

iii) O acordo de ajustamento de reciprocidade de direitos entre jornalistas portugueses e brasileiros em 1935;

iv) O acordo entre os Governos português e brasileiro, para liquidação dos atrasados comerciais portugueses, por meio de um entendimento directo entre os Bancos de Portugal e do Brasil;

⁷⁰⁷ Cf. RAIMUNDO, Orlando. Antonio Ferro. **O Inventor do Salazarismo**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2015, pp. 317-318.

v) Negociou e concluiu, pela troca de notas de 30 de Agosto e 30 de Outubro de 1937, a legalização e regularização definitiva da Agência Financial de Portugal no Rio de Janeiro.

Durante o seu período no Brasil, como diplomata, MNL foi consagrado professor doutor *honoris causa* pela Universidade Central do Brasil e sócio da Academia de Letras de São Paulo; consagrado cidadão honorário da Capital Federal⁷⁰⁸ (aquela altura o Rio de Janeiro); lançou no Brasil, em 1936, por uma editora fluminense, um romance - *Experiência* -, o que mostra o ambiente de simpatia que o Embaixador encontrou no Brasil, a ajudar a divulgação de suas ideias sintonizadas com o Regime de Salazar.

Convém lembrar que ele era *persona grata* da imprensa brasileira, tendo o seu nome diversas vezes citado em vários jornais da época, sempre em carácter positivo⁷⁰⁹ e foi agraciado pelo regime Vargas com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul do Brasil⁷¹⁰.

Vale ressaltar que MNL era defensor da vida corporativa e em obra sua relacionada ao tema, do ano de 1925, intitulada *Para Além da Revolução*, confessa: “Sou um defensor acérrimo da vida corporativa, e mais adiante se verá tudo o que espero do regresso às associações profissionais.”⁷¹¹

A estada daquele Embaixador no Rio de Janeiro, durante longos anos, ajudou a circularidade de ideias lusitanas junto a intelectuais, políticos e juristas brasileiros, o que vai convergir com a instauração do Estado Novo varguista em Novembro de 1937. Nesse sentido encontramos a assertiva de Pedro Soares Martinez: “A sua inteligência, o seu saber, a sua vivacidade, muito lhe facilitaram

⁷⁰⁸ Cf. Decreto nº 5.296, de 24 de Dezembro de 1934.

⁷⁰⁹ Vide Anexos 31 e 32 - recorte do jornal A Noite, de 25 de Novembro de 1935, alusivo ao Embaixador Nobre de Mello; e recorte do Jornal do Brasil, de 27 de Novembro alusivo também ao Embaixador.

⁷¹⁰ Cf. Anuário Diplomático Consular Português de 1945 (de 1 de Janeiro até 31 de dezembro de 1945) editado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 121-122.

⁷¹¹ Cf. Apud, MARTINEZ, Pedro Soares. **Martinho Nobre de Mello**. In: A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Volume II, os Doutores, p. 85 (ISBN 0870-3116).

algumas missões e diligências, no ambiente da criação de um “Estado Novo” brasileiro, sob o impulso regenerador de Getúlio Vargas”.⁷¹²

Mister consignar neste trabalho que o Embaixador era egresso da academia. Concluiu ele a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra. Foi ele professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por concurso em 1916, tendo lecionado nessa escola Direito Administrativo, posteriormente, Direito Constitucional e Direito Corporativo⁷¹³.

Eleva ainda o seu currículo ter sido ele Ministro da Justiça de Portugal, aos 26 anos de idade, e Ministro dos Negócios Estrangeiros aos 35, além de poeta, escritor e director de jornais. Assim, sem grandes esforços, percebe-se que MNL era homem de formação jurídica de relevo, com experiência em negócios de Estado, o que o legitimava a dizer, como de facto disse a Salazar, que a Constituição brasileira de 1937 em muitos pontos se inspira na Carta Política de Portugal (CRP 1933), por conseguinte, a similitude dos regimes.

Tal afirmação, já anteriormente mencionada, é facilmente visível em missiva diplomática por ele subscrita e dirigida a Salazar, em 11 de Novembro de 1937, hoje depositada no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (de nº II0) ⁷¹⁴.

Nobre de Mello foi um atencioso observador do golpe de 1937, comungava com Vargas, e reiterava que a Constituição tinha vários princípios dos integralistas e especialmente a face política municipalista. Reconhecia ele a organização corporativa da economia brasileira, o que era advogado pelos integralistas, chegando a dizer que Vargas era homem inteligente e audacioso e liberto de preconceitos democráticos. Não escondia a sua simpatia pelo dirigente brasileiro. Tudo isso encontra-se inserto no relatório sobre a situação

⁷¹² Cf. MARTINEZ, Pedro Soares. **Martinho Nobre de Mello**. In: A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Volume II, os Doutores, p.85 (ISBN 0870-3116).

⁷¹³ Cf. MARTINEZ, Pedro Soares. *op. cit.*, p. 85.

⁷¹⁴ Vide Anexo18 - Ofício subscrito pelo Embaixador Martinho Nobre de Mello anunciando a Salazar da nova Constituição do Brasil e a sua semelhança com a CRP/1933. Vide Anexo 19 - Quadro com similitudes entre as Constituições de Portugal (1933) e Brasil (1937).

política brasileira, de sua lavra, remetido a Salazar em 14 de Novembro de 1937⁷¹⁵.

De facto, MNL foi um protagonista estrangeiro no Brasil que ajudou a consolidar a política de Vargas, tendo ele assistido a ascensão e queda do Estado Novo brasileiro. Afora isso, as ações de MNL estimularam o diálogo entre brasileiros e portugueses fora da cidade do Rio de Janeiro, a exemplo do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro havido no Recife e conduzido por Manuel Anselmo.⁷¹⁶

9.2 Manuel Anselmo e o diálogo luso-brasileiro no Estado Novo varguista

Durante os idos de 1940 o Cônsul de Portugal no Recife, Manuel Anselmo⁷¹⁷ (MA), foi interlocutor do diálogo jurídico luso-brasileiro, trazido na esteira da aproximação havida entre essas nações, por força do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, celebrado em 1941 na cidade do Rio de Janeiro. Antes de falar sobre o protagonismo do Cônsul, concernente a tal diálogo, importante traçar o seu perfil, mesmo que brevemente.

Egresso da Faculdade de Direito de Coimbra fôra aluno de Salazar, de quem tornou-se grande admirador e um entusiasta do regime corporativo do Estado Novo. Assim, chegou Anselmo em 1934 a editar, em Portugal, uma obra intitulada *As Ideias Sociais e Filosóficas do Estado Novo*⁷¹⁸, dedicada a António Ferro, pela qual exalta o regime e o seu chefe, Salazar⁷¹⁹.

⁷¹⁵ Vide Anexo 33 - Relatório: A Nova Situação Política Brasileira.

⁷¹⁶ Vide item 7.4 desta dissertação.

⁷¹⁷ Manuel Anselmo Gonçalves de Castro - nome completo daquele Cônsul.

⁷¹⁸ Conferência pronunciada em Lisboa, no Teatro de São Carlos, a 23 de Janeiro de 1934, sob presidência de sua Excelência, o Sr. Ministro do Interior, Capitão Raúl Gomes Pereira. - Obra editada em 1934, pela Livraria Tavares Martins, Porto.

⁷¹⁹ Sobre a sua admiração por Salazar assim discorre Manuel Anselmo: "Estou a ver Salazar na Universidade de Coimbra, quando regeu ao meu curso Economia Política. Era uma figura sêca, meticulosa, vestida num fato negro, limpo, sem nôduas, mas com uso. Êle falava e nós bebíamos-lhe as suas palavras serenas, exigentes. De cima do estrado, fazendo preleções magistrais, a sua voz macia e levemente beirôa dizia-nos da sua investigação crítica e política e dos seus altíssimos conhecimentos de economista". *op. cit.*, p. 57.

Naquela obra diz Manuel Anselmo: “Nesta hora ainda de incertezas, Salazar é uma palavra de ordem, de fé e de esperança. Bom é que nós a saibamos reconhecer e, mais que nós, os adversários da Situação...”⁷²⁰.

Ainda quanto a sua admiração pelo Estado Novo prefaciou Anselmo o livro de Mário Damas Mora, em 1935, chamado *As Casas do Povo no Estado Corporativo*⁷²¹. Lembramos aqui que as Casas do Povo⁷²² representavam uma criação do Estado Novo, uma ação social do regime, que visava colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais.

Aprovado em concurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para os lugares de terceiros secretários e cônsul de 3ª classe, em Maio de 1938, Anselmo deu início a sua carreira no corpo diplomático português. Foi nomeado Cônsul no Recife em 30 de Outubro de 1941, tendo sido membro da Comissão encarregada de dar parecer ao projecto brasileiro de um Estatuto dos portugueses no Brasil, em 18 de Junho de 1944. Depois, em Fevereiro de 1945 foi nomeado Cônsul em Vigo (Espanha)⁷²³.

Durante a sua estada no Recife, Manuel Anselmo encontrou um ambiente de muita simpatia e amizade, tendo ele interagido com intelectuais e juristas de Pernambuco. Sob a atmosfera do Estado Novo varguista ele criou no Recife o Ciclo Cultural Luso-Brasileiro (ocorrido em 1942), seguindo os passos do acordo cultural supracitado. Frisamos que Anselmo era *persona grata* da imprensa local.⁷²⁴

Vale salientar que àquela altura a colônia portuguesa no Recife era numerosa, além da cidade ser considerada, desde há muito, um polo cultural, e também polo jurídico, condição esta capitaneada pela Faculdade de Direito do

⁷²⁰ *op. cit.*, p. 39

⁷²¹ Cf. MORA, Damas Mário. **As Casas do Povo no Estado Corporativo**. Lisboa: Edições Cosmopólia, 1935.

⁷²² As Casas do Povo foram criadas por força do Decreto-Lei n.º 23.051, de 23 de Setembro de 1933.

⁷²³ Cf. Anuário Diplomático Consular Português de 1945 (de 1º de Janeiro até 31 de dezembro de 1945) editado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 99.

⁷²⁴ *Vide* Anexos 27 e 28.

Recife, que abrigara nomes como Tobias Barreto, Clóvis Bevilacqua, Silvio Romero, Joaquim Nabuco...

Era MA homem de letras e ao longo de sua vida editou várias obras literárias [v.g., *Tragédia do querer viver* (novela) - 1929; *Antologia moderna* (ensaios críticos) - 1937; *A Poesia de Jorge de Lima* (ensaio de interpretação crítica) - 1939; *O pecado original* (romance) - 1940; *Caminhos e ansiedades da poesia portuguesa contemporânea* - 1941)].

Chamamos a atenção do leitor para uma obra de MA em especial, trata-se da *Família Literária Luso-Brasileira (ensaio de literatura e estética*⁷²⁵), editada em 1943, no Rio de Janeiro, dentro das atividades do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, e dedicada ao seu amigo, o jornalista brasileiro Assis Chateaubriand que àquele tempo era um magnata das comunicações no Brasil⁷²⁶. Dita obra mostra o clima de interatividade cultural entre os dois países, durante a era estadonovista.

9.3 Efetivo diálogo jurídico: as obras de Barreto Campelo e Gilberto Osório

Chegado ao Recife como cônsul em Outubro de 1941, Manuel Anselmo desenvolveu e participou de muitos eventos do aludido Ciclo Cultural Luso-Brasileiro. Ele conviveu harmonicamente com os juristas pernambucanos Barreto Campelo e Gilberto Osório, de igual, com o jornalista e escritor Manoel Lubambo, todos lusófonos.

Por outro lado, aquele Cônsul criticou o sociólogo Gilberto Freyre⁷²⁷ em missiva consular dirigida a Salazar, no mês de Agosto de 1942, identificada por Proc^o 12/N^o 151⁷²⁸, pela qual afirma ser aquele sociólogo um inimigo de Portugal, e ainda dito: “... *êle pretendeu explicar que o êxito de nossa colonização*

⁷²⁵ Obra editada pela Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1943.

⁷²⁶ Sobre Chateaubriand vale registrar a biografia: MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷²⁷ Doutor *honoris causa* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

⁷²⁸ Vide Anexo 34 - Carta do Cônsul Manuel Anselmo dirigida a Salazar, em 13 de Agosto de 1942.

no Brasil se deveu ao negro, que para aqui veio escravo, e não ao “português” (sic). Contudo, tal facto não apaga o protagonismo do Cônsul no diálogo cultural e jurídico havido entre Brasil e Portugal naquele período.

Apontamos aqui a participação do Cônsul na presidência da conferência *A Dupla Nacionalidade dos Portugueses no Brasil (teoria da quási-nacionalidade)*, do jurista Barreto Campelo⁷²⁹, havida no Gabinete Português de Leitura do Recife, em 1942, depois transformada em livro⁷³⁰ pela Comissão Executiva do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, da qual Manuel Anselmo era o seu presidente. No intuito de simplificar ao intérprete a respeito das ideias daquele jurista brasileiro, transcrevemos, abaixo, trecho da conclusão do seu trabalho, ao nosso sentir de fácil assimilação. Ei-lo:

A quasi-nacionalidade assemelha-se à dupla nacionalidade, excluídos, naturalmente, os cargos de mando e representação,

⁷²⁹ “Francisco Barreto Rodrigues Campelo nasceu em Recife no dia 3 de janeiro de 1888, filho de João Carneiro Rodrigues Campelo e de Laura Barreto Rodrigues Campelo. Estudou na escola do professor João Crisóstomo de Melo Cabral, em sua cidade natal, no Colégio Pestalozzi, no Ginásio Aires Gama e no Ginásio Pernambucano, cursando em seguida a Faculdade de Medicina da Bahia, depois a Escola de Farmácia de Pernambuco e, finalmente, a Faculdade de Direito de Recife, pela qual se bacharelou em dezembro de 1911. Nesse mesmo ano apoiou o general Emídio Dantas Barreto, vitorioso em sua campanha para o governo de Pernambuco. Daí em diante participaria de todos os momentos da vida política pernambucana. Iniciou suas atividades profissionais no foro de Recife, mas ainda em 1911 transferiu-se para Colatina (ES), onde atuou como promotor público até 1913. De volta à capital pernambucana, exerceu a mesma função de 1915 a 1923. Em 1928 tornou-se professor de direito penal na Faculdade de Direito de Recife. Apoiou a campanha da Aliança Liberal (1929-1930) e, após a Revolução de 1930, elegeu-se em Maio de 1933, como candidato independente, deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes, apresentando emendas relativas à conversão da pena de prisão em residência e trabalho obrigatório em colônias penitenciárias nas zonas despovoadas, ao voto de família cumulativo com o voto singular e à formulação de orçamentos proporcionais em vez de verbas fixas. Com a promulgação da nova Carta e a eleição do presidente da República (17/7/1934), teve seu mandato estendido até Maio de 1935, quando assumiram os novos deputados eleitos em outubro de 1934. Professor de criminologia no Instituto Católico de Estudos Superiores e de história das doutrinas políticas e de sociologia criminal na Faculdade de Direito de Recife, foi ainda secretário da Fazenda em Pernambuco, sócio do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, e do Instituto dos Advogados de Pernambuco, além de diretor do Grande Curtume Barbalho. Jornalista, foi redator de *A República*, de Recife, tendo colaborado ainda em todos os jornais de Pernambuco. Faleceu em Recife em 1971. Casado com Líbia de Araújo Barreto Campelo, teve 13 filhos.” Cf. CAMPELO, Barreto. **Biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campelo>>. Capturado em: 26 Janeiro 2017.

⁷³⁰ A obra de Barreto Campelo surgida daquela Conferência ganhou edição do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, no ano de 1942, intitulada *A DUPLA NACIONALIDADE DOS PORTUGUESES NO BRASIL (teoria da quási-nacionalidade)*.

eminentemente políticos e, por isso mesmo, privativos dos nacionais. O mesmo ocorre com o instituto da naturalização. Admito que a tradução legal e doutrinária dêse estado de fato, indisfarçável em Portugal e no Brasil, além de ser inevitável, trará resultados apreciáveis, não só para as nossas duas pátrias, como também para a direção da política geral do mundo. A aliança profunda de todos os povos que falam o português fomentará o comércio e o intercâmbio cultural entre os dois países; e, pela sua repercussão ligará, definitivamente, a política internacional de Portugal, da Espanha e da Inglaterra à unidade continental da América, o grande bloco político que, com os seus princípios de paz, de respeito e de generosidade, substituirá, depois da conflagração geral do mundo, as rivalidades, as rinhãs e os ódios seculares que devoram quasi todos os países do velho continente. O futuro das nações colonisadoras está, sem dúvida, fora da Europa, assim como o das pátrias que aqui se formaram prende-se aos seus países de origem. Aquelas não devem, pois, consentir que países intrusos, pela simples força das armas ou pela intriga, usurpem a legítima condição internacional que conquistaram ao dilatar o mundo conhecido e chumbem às suas loucas pretensões a natural influência que os descobridores aqui exercem. Os colonisadores devem desfrutar o legítimo resultado das suas glórias e esforços. Esse uso e gozo é, todavia, pessoal e intransferível, direta ou indiretamente, a nações que nada têm a ver com a América. Assim, a união perfeita entre Portugal e o Brasil, que já existe de fato, mas precisa de chancela do direito em matéria de nacionalidade, apoiará Portugal no cenário da política universal, desembaraçando-o de conexões estranhas ao seu feitiço e destino. Quanto a nós, além das enormes vantagens que isso nos trará, é mandamento divino e natural impulso que honremos os nossos antepassados. Ao Brasil, portanto, deve caber a iniciativa dêse movimento. E foi, precisamente, a 22 de outubro, 32 anos passados, que o nosso país, pela voz do grande jurisconsulto pernambucano José Higino, propôs, nas conferências do México, a codificação do direito Internacional americano, já agora uma realidade. Concedeu-me Deus a honra, não obstante a minha notória insuficiência, de formular, aqui no Recife, onde o Brasil nasceu, a extensão, por analogia, daquela ideia para que ela abrace, além dos americanos, como quasi-nacionais, os povos a que devemos ser. A minha humilde ideia encontrou no sr. Consul Dr. Manuel Anselmo a repercussão que realmente merece; mas passaria despercebida se não fôra a sua penetrante inteligência, o descortínio da sua visão, o trato que tem desses problemas e, principalmente, a sua generosidade de bom e leal português. A êle, portanto, meus senhores e minhas senhoras, as palmas desta noite de confraternização, em que espero nos entendamos para sempre, suprimindo, de vez, as barreiras legais que nos separam. Que as duas pátrias se abracem saltando êsses estranhos divisores legais, como dois irmãos que, afinal, se reconhecem através do véu inútil que lhes desfigurava a verdadeira fisionomia. Enfim, tendo cabido ao Brasil a primazia na codificação do Direito

Interamericano, com essa iniciativa terá o nosso país a glória de ter criado a figura do quasi-nacional, renovando, pelo seu pensamento e cultura, os quadros envelhecidos e impróprios do Direito Internacional. Pagaremos, destarte, a Portugal, um pouco do muito que lhe devemos pela fé, pela unidade, pela língua, pelas nobres virtudes e caratères da raça que nos legou e constituem os melhores brasões da nação brasileira.⁷³¹
[grifamos]

Coincidentemente, o tema da supracitada conferência vai convergir ao objeto da Comissão encarregada de dar parecer ao projecto brasileiro de um Estatuto dos portugueses no Brasil, no seio do MNE, e da qual participou o Cônsul MA como membro, em 18 de Junho de 1944. Nessa esteira, patente que existiu um diálogo jurídico entre os dois países, durante os regimes de Vargas e Salazar, e tal diálogo influenciou a política externa de ambos, e até houve a extensão de direitos aos nacionais de Portugal e Brasil, falamos aqui precisamente do caso da advocacia em Regime de reciprocidade que é enfrentado no item 9.5 deste trabalho.

Relevante aqui reprisar que Marcello Caetano era jurista e personagem de relevo na historiografia do Estado Novo de Portugal, tendo ele acolhido a Teoria da “quási-nacionalidade” defendida por Barreto Campelo antes mesmo do advento do Ciclo Cultural do Recife.

É facto que a aludida Teoria já era de conhecimento de Marcello Caetano desde Agosto de 1941, porque os juristas haviam dialogado pessoalmente a respeito quando Caetano, de passagem pelo Recife, com destino a Lisboa, naquele ano, visitou a Faculdade de Direito do Recife e na ocasião travou contacto com Barreto Campelo. Desse encontro, depois, Marcello Caetano produziu um artigo simpático à teoria do jurista brasileiro, contudo, tal artigo somente circulou no Brasil no dia 13.06.1943, em edição do Jornal do

⁷³¹ Cf. CAMPÊLO, Barreto. **A dupla nacionalidade dos portugueses no Brasil**. Recife: Edição do Ciclo Cultural luso-brasileiro, 1942. pp. 42-45.

Commércio do Recife⁷³². Trecho do tal artigo demonstra o apreço do jurista português pela teoria da “quási-nacionalidade” e também do seu autor, a seguir:

O Professor Barreto Campelo, catedrático de Direito Penal, cinquenta anos cheios de mocidade, inteligência vivíssima e simpatia irradiante, exprimiu a sua opinião que os portugueses no Brasil, como os brasileiros em Portugal não deveriam ser considerados estrangeiros, mas sim “quasi-nacionais”. Todos aplaudimos a ideia encantados com a fórmula. É a solução: conceder todos os direitos de “nacional”, exceptuados os direitos políticos, claro está, àqueles que procedendo do mesmo sangue e falando a mesma língua, estão em ambos os países como em terra sua. Aproximava-se a hora da partida do navio. As aulas iam começar. O professor Barreto Campelo, amavelmente, prestou-se a levar-me no seu automóvel e foi deixar-me no cais. À despedida combinamos não largar de mão a ideia de se elaborar o estatuto da “quasei nacionalidade”. Pela minha parte cumpri. No número de outubro de 1941 publiquei na revista o DIREITO um artigo acêrca do “Intercâmbio de cultura jurídica de Portugal e do Brasil” em que apresentei e defendi a sugestão do Professor Campelo.

Tal publicação jornalística foi oficialmente informada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo cônsul de Portugal no Recife, em 18 de Junho de 1943⁷³³. Contudo, Marcello Caetano em Outubro de 1941, ao publicar em Portugal, na revista *O DIREITO (Ano 73º)*, artigo de sua lavra, intitulado *Intercambio da cultura jurídica de Portugal e do Brasil*⁷³⁴, já havia defendido a posição de Barreto Campelo a respeito da Teoria da “quási-nacionalidade”. Com isso, revelou Caetano a existência de um nítido e concreto diálogo jurídico (e também acadêmico) entre os dois países na era do Estado Novo.

Um outro diálogo jurídico havido, e que contou com o protagonismo do Cônsul Manoel Anselmo, foi a construção da tese do pernambucano Gilberto Osório de Andrade⁷³⁵ para catedrático de Direito Internacional Público da

⁷³² Vide Anexo 35 - Artigo de Marcello Caetano no Jornal do Commercio, do Recife, em 13 de Junho de 1943.

⁷³³ Vide Anexo 36. - Procº 11, Nº 116 - Ciclo Cultural Luso-Brasileiro.

⁷³⁴ Vide Anexo 37 - Artigo de Marcello Caetano, *Intercambio da cultura jurídica de Portugal e do Brasil*, na revista *O DIREITO* (ano 73).

⁷³⁵ Lucivânio Jatobá assim discorre sobre a vida e obra de Gilberto Osório de Andrade: “Gilberto Osório de Andrade nasceu na cidade do Recife (PE), no ano de 1912. Fez o curso de

Faculdade de Direito do Recife⁷³⁶, intitulada: *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*. Ressaltamos que tal trabalho acadêmico foi editado em 1943, na esteira do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, e dedicado à pessoa do próprio Manuel Anselmo.

Por meio de missiva consular dirigida a Salazar, datada de 08 de Maio de 1943, subscrita por Manuel Anselmo (identificação Proc^o 11 N^o 100⁷³⁷),

bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da então Universidade do Recife, concluído em 1933. Foi professor Livre-Docente de Direito Internacional Público, naquela faculdade, nos tumultuados anos da década de 40, do século passado. Foi ainda professor Catedrático de Geografia Física na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco. Até alguns poucos anos antes de morrer, mesmo sem conseguir mais enxergar, andando com dificuldades, ministrou aulas e orientou alunos do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Neste curso, do qual foi um dos fundadores, juntamente com Rachel Caldas Lins, Mário Lacerda de Melo e Manoel Correia de Andrade, ministrou duas complexas disciplinas intituladas: Bases e Métodos da Geomorfologia e Morfoclimatologia. A biografia de Gilberto Osório, no entanto, não pode ficar centrada na figura do professor brilhante, reconhecido por todos os que foram seus alunos. Dr. Gilberto, como respeitosamente sempre foi tratado pelos seus colegas do mundo acadêmico e pelos estudantes, sobretudo, foi mais, muito mais, do que um professor universitário. Pode-se falar de um Gilberto Osório político, de um Gilberto Osório historiador, de um Gilberto Osório orador brilhante, de um Gilberto Osório geomorfólogo, de um Gilberto Osório climatólogo ou de um Gilberto Osório jornalista. Vê-se, assim, que não foi exagerada a designação da jornalista anteriormente citada. Descrever detalhadamente, como seria de se esperar, cada vertente desse homem, aqui oportunamente lembrado pela geógrafa Sandra Cunha, demandaria um espaço vastíssimo. Resumirei, entretanto, alguns pontos, que considero mais significativos, da vida desse que estamos homenageando na revista. Gilberto Osório brilhou como político, na qualidade de Deputado Constituinte, na década de 40. Possuidor de uma oratória impecável, que se fazia presente até nas aulas que ministrava para jovens estudantes universitários, fazia tremerem os deputados que eram seus opositores na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, quando usava a tribuna para discursar. Os seus argumentos e o nível elevado do português que empregava durante a exposição de suas ideias não davam margem a ataques verbais de seus oponentes. Todos os ouviam, em silêncio, atentamente..., como registram os Anais daquela casa legislativa. Era, politicamente, um homem de Direita, que combatia o comunismo, tendo militado, quando mais jovem, no movimento integralista, do qual foi expulso. Mas, foi este homem de Direita, anticomunista, o único dos parlamentares pernambucanos que teve a coragem de defender, na Assembléia Legislativa, num discurso antológico, que foi aplaudido de pé, os deputados do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que um dia antes, em 1948, haviam sido cassados e estavam sendo torturados pela Polícia Política estadual. Desiludido com o mundo político, permeado pela mediocridade reinante que lhe causava náuseas, nada fez para ser reeleito Deputado Estadual. Ao saber da exígua votação que obteve nas urnas, saiu com um amigo para comemorar, com várias doses de whisky, a derrota, que na verdade considerava uma vitória. Aquele não era o seu mundo...". Cf. JATOBÁ, Lucivânio. **Vida e obra de Gilberto Osório de Andrade**. Revista Brasileira de Geomorfologia, vol. 4, 2003, pp. 59-61.

⁷³⁶ A instituição nasceu da Faculdade de Direito de Olinda, fundada em 11 de agosto de 1827, por lei do Imperador Dom Pedro I, e posteriormente foi transferida para o Recife. Naquela data foram criados, simultaneamente, os dois primeiros cursos de Direito do Brasil, um na cidade de Olinda e outro na cidade de São Paulo.

⁷³⁷ Vide Anexo 38 - Carta consular dirigida a Salazar, de 08 de Maio de 1943.

concernente às atividades do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro no Recife acompanhada de vários recortes de jornais engrandecendo o evento, o Cônsul revelou simpatia para com Gilberto Osório e sua obra. Afora isso, confessou a sua ajuda na elaboração da referida dissertação e demonstrou a importância dela para Portugal. A fim de dar melhor compreensão ao facto transcrevemos, abaixo, trecho daquela missiva:

Termino por anunciar a V.Exa., que será posta à venda na próxima semana, em edição do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, o volume de 300 páginas “Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa”, dissertação de concurso do Prof. Doutor Gilberto Osório de Andrade para catedrático de Direito Internacional Público na velha Faculdade de Direito do Recife. Essa dissertação, da autoria de um dos Maiores valores mentais do Brasil, foi auxiliada por mim através de livros, ideias gerais e documentos. Ela irá causar um grande sucesso intelectual em todo o Brasil e Portugal pois, na verdade, está notavelmente realizada. Cheia de simpatia pelo Governo Português e sua política Diplomática, essa tese acentua os três caminhos essenciais da política externa portuguesa: aliança inglesa, dualismo peninsular, amizade com a Espanha e com o Brasil: por uma forma superior e notável, conforme tive a honra de informar V.Ex.^a no meu telegrama de hoje nº 37. Está rica de citações históricas e creio que ficará na bibliografia da Aliança Inglesa e da política diplomática de Portugal nesta guerra, como uma das melhores fontes de consulta. V.Ex.^a receberá o seu exemplar com dedicatória do Autor, pela próxima mala diplomática. [grifamos]

Gilberto Osório de Andrade abordou naquela obra, à luz do Direito Internacional de então, a posição de neutralidade adotada por Portugal na II Guerra Mundial, mesmo havendo a aliança com a Inglaterra que os portugueses não relegaram. Abaixo, transcrevemos trecho da introdução da aludida obra para facilidade de compreensão do leitor:

A lealdade sem vacilações com que Portugal se referia, no momento crítico, à Aliança Inglesa, não somente atendia aos melhores princípios de Direito Internacional clássico, no caso particular (2), como também honrava a política externa preconizada e mantida invariavelmente por Salazar até então, e a todo o custo empenhada em situar Portugal, em face das relações internacionais, como um “Estado pessoa-de-bem”, a despeito, mesmo de certas incompreensões e campanhas de

má-fé, como as que enfrentara e suportara durante o caso ainda recente da guerra civil na Espanha. Quanto ao tom da Proclamação da neutralidade, denuncia inequivocamente a se ter situado Portugal na categoria daqueles para quem, consoante Le Fur, se faz preciso “insistir menos sobre os direitos dos neutros e mais sobre os deveres”, dado que “a guerra - na expressão do nosso Clóvis Bevilacqua - não cria relações jurídicas entre os contendores, somente”, e a neutralidade é constituída por um conjunto correlato de direitos e de obrigações. Ressalvadas, pois, as restrições que poderiam ter sido impostas pela aliança seis vezes secular com a Inglaterra, integrou-se o país no regime neutral cujos fundamentos nos destinamos a explorar aqui.⁷³⁸

A conclusão da obra de Osório mostra-se clara, explicativa, a respeito da neutralidade portuguesa. Ei-la:

1. - A experiência história demonstra que Portugal, pelas especiais condições de sua origem e de sua sobrevivência, na Península, como também pela posição geográfica que detém, constitue um campo particular de aplicação dos princípios do direito internacional objetivo.
2. - Ainda em função das mesmas circunstâncias históricas observa-se que a experiência política portuguesa no sentido duma intensificação Maior das duas relações com os demais países europeus - à exceção da Inglaterra e da Espanha - carece fundamentalmente e em geral de reciprocidade, prevalecendo sempre, nessas relações, o critério unilateral de vantagens momentâneas, quer eventualmente atribuídas a uma situação geográfica a muitos respeitos privilegiada, quer sugerida pela ideia duma redistribuição no ultramar.
3. - Dadas a frequência e a intensidade de interesses coincidentes entre Portugal e a Grã Bretanha, a Aliança Inglesa é, hoje, uma instituição comum aos dois países, fundada no critério duma reciprocidade de vantagens que, si bem não sejam idênticas em natureza, se compensam entre si desde seis séculos, através duma linha de equilíbrio não raro comprometido, mas em todo caso persistente, pelo menos enquanto persistir a feição imperial comum aos dois aliados.
4. - Todos os mais notáveis incidentes da história política peninsular, inclusive aqueles que se traduziram reciprocamente, entre Portugal e a Espanha, por assomos de assimilação - aliás sempre frustrados -, indicam o paralelismo

⁷³⁸ Cf. ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa**. Recife: Tipografia do Diário da Manhã, 1943, pp. 12-13.

dominante que se reflete na dualidade irredutível e na mais estreita e mais complexa solidariedade natural. Portugal, sobretudo, em virtude de condições especiais com que concorre à fisionomia comum do bloco ibérico, faz jús, em certos casos, a uma qualificação *sui generis*, como sujeito de direito internacional, no que diz respeito às suas relações com a Espanha.

5. - Abstraindo-se o aspecto subjetivo da amizade luso-brasileira, e mesmo até a ordem bilateral de interesses os mais gerais e de serviços dela decorrentes, uma íntima aproximação entre o Brasil e Portugal poderia, num plano superior, concorrer de futuro, à maneira dos “regionalismos necessários” - que têm a virtude de contribuir para a simplificação dos problemas suscitados pela aplicação dos princípios de direito internacional objetivo -, como uma espécie de denominador comum entre certos pontos-de-vista do direito positivo europeu e do americano.

6. - Segue-se que a atitude neutral assumida pelo Governo português em face do presente conflito fundamenta-se na consciência de razões diversas das que pudessem derivar simplesmente de competência estatal e, não sendo resultante duma regulamentação convencional, é ditada por fatos exteriores, plurais, finalistas e objetivos, o que os faz independentes do arbítrio individual.

7. - Segundo a mesma linha de raciocínio observa-se que, perante a atual orientação do Estado português, não só carecem de exequibilidade as interferências ideológicas estranhas no sentido de induzir o Governo a uma reconsideração da sua atitude, como, e pela natureza mesma dos fundamentos realistas que a inspiram, seria necessariamente em função destes que se poderia figurar o caso duma modificação do *statu quo*.⁷³⁹

Lembramos que até o início da II Guerra Mundial o Brasil se manteve neutral naquele conflito, porém devido ao torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e italianos, a partir de 1942, o país declarou guerra ao Eixo. A atmosfera de conflitos daquela época estimulou muito o estudo do Direito Internacional, como o fez Gilberto Osório de Andrade, focando no ordenamento português. Ademais, o interesse recíproco dos juristas brasileiros e portugueses pelo estudo do comparativismo jurídico não brotou apenas no Estado Novo, existindo desde os tempos mais remotos.

⁷³⁹ Cf. ANDRADE, Gilberto Osório de. *op. cit.* pp. 202-204.

Falamos aqui da incursão de juristas portugueses, durante o século XIX, voltados às criações legislativas brasileiras, a exemplo do Código Criminal do Império de 1832, que foi objecto de estudo comparado de Silva Ferrão, e resultou em uma obra publicada em Lisboa, no ano de 1856, intitulada “*Theoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Português comparado com o Código do Brasil*”⁷⁴⁰, composta de oito volumes e naquela altura dedicada ao Imperador Pedro II. A referida obra examina os artigos do código brasileiro deixando à mostra o seu reflexo na legislação penal portuguesa de 1852. Dita revelação ajuda a compreender os laços culturais entre as duas nações, inclusive em relação à cultura jurídica na era estadonovista, o que nos leva a pensar ter sido a motivação de Gilberto Osório para elaborar sua tese acadêmica supracitada.

Em outro ramo da ciência jurídica, no Direito Constitucional, Silvestre Pinheiro Ferreira, que serviu no Brasil como Ministro dos Negócios Estrangeiros de D. João VI, abordou a respeito das Constituições dos dois países, em obra de sua lavra chamada *Observações sobre a constituição do império do Brasil e a Carta Constitucional do reino de Portugal*⁷⁴¹. Ora, tais estudos demonstram que o comparativismo jurídico entre os dois países é facto antigo, mas que se repete.

Ultrapassados esses exemplos históricos do século XIX, frisamos que além da participação de Barreto Campelo e Gilberto Osório no diálogo jurídico havido com Portugal, é importante mencionar a constribuição do trabalho do pernambucano Manoel Lubambo no processo de aproximação entre os países, dado os seus escritos enaltecendo a política financeira do Estado Novo português.

⁷⁴⁰ FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva. **Theoria do direito penal applicada ao codigo penal portuguez comparado com o codigo do Brazil, leis patrias, codigos e leis criminaes dos povos antigos e modernos**. Lisboa: Typ. Universal, 1856-1857.

⁷⁴¹ Cf. FERREIRA, Silvestre Pinho. **Observações sobre a constituição do império do Brasil e a Carta Constitucional do reino de Portugal**. Paris: Casimir, 1831.

9.4 A obra de Manoel Lubambo

Ao lado dos juristas Barreto Campelo e Gilberto Osório, Manuel Anselmo, levando à frente os trabalhos do aludido Ciclo Cultural no Recife, interagiu com o jornalista e escritor Pernambucano Manoel Lubambo. Simpático à causa de Portugal e à política do Estado Novo, Lubambo produziu, em 1942, uma obra enaltecendo a política financeira comandada por Salazar, nominada de *O Humanismo Financeiro de Salazar*. Afirma Lubambo naquela obra:

Com a estabilização Salazar coroava um duro labor de 3 anos e tinha posto a chave de abóbada ao esforço de reorganização das deterioradas finanças portuguesas. Neste ponto, o homem podia respirar largamente, satisfeito do seu trabalho, e se entregar largamente, satisfeito do seu trabalho, e se entregar a tarefas de outra ordem, aos grandes temas, - o do fomento, o do império, o do espírito -objetivados pelo programa da Ditadura.⁷⁴²

Dita obra foi editada no Recife, nos ventos do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, e festejada pela imprensa pernambucana, tendo o Autor proferido conferência sobre o tema perante o Gabinete Português de Leitura da cidade do Recife, naquele mesmo ano de 1942.

Necessário frisar que Lubambo teve vida breve, faleceu no ano de 1943, aos quarenta anos de idade, mas ao longo da sua existência teve ampla participação na vida cultural e política do Estado de Pernambuco, pois além de homem dado às letras, jornalista, foi pessoa grada do Estado Novo varguista tendo sido ele Secretário da Fazenda do Estado Pernambuco naquele período. Dessa experiência, ou seja, como chefe do Erário estadual, infere-se o seu manejo em questões financeiras-tributárias dentro da atmosfera do Estado Novo varguista, o que ajudou a escrever a obra em comento servindo de estímulo às autoridades brasileiras para reproduzir o modelo do Estado Novo português.

⁷⁴² LUBAMBO, Manoel. **O Humanismo Financeiro de Salazar**. Recife: Edição do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, 1942, pp. 32-33.

Lubambo foi um verdadeiro lusófono que agradou não apenas o Cônsul de Portugal no Recife, como também à colônia portuguesa de então. A sua obra sobre a ação política e administrativa de Salazar, acima citada, cruzou mares chegou a Portugal pelas mãos de Manuel Anselmo que privava da amizade do autor. Em missiva consular, de 17 de Agosto de 1942, dirigida a Salazar, e subscrita por aquele Cônsul é comunicado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre notícia estampada no jornal pernambucano *Folha da Manhã* a respeito da conferência de Manoel Lubambo intitulada “O Humanismo Financeiro de Salazar”⁷⁴³.

Como dito acima, Lubambo era lusófono e chegou a editar uma revista em Pernambuco de nome *Fronteiras* onde divulgava seu pensamento católico conservador, uma vez que era ligado à Congregação Mocidade Mariana Acadêmica do Recife⁷⁴⁴. A sua relação de amizade com Manuel Anselmo ajudou sobremodo o diálogo entre os dois países, notadamente para consolidar o ideário de um Estado corporativo no Brasil nos moldes portugueses, entenda-se o Estado Novo salazarista.

A importância dessa amizade no contexto de integração luso-brasileira aquela altura gerou uma obra do próprio Manuel Anselmo, intitulada *Manoel Lubambo, a amizade luso-brasileira e a latinidade*, editada pelo Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, no Recife em 1943. Dita obra de Anselmo surgiu após o falecimento de Manoel Lubambo, ocorrida no Recife, naquele ano, razão pela qual continuou o Cônsul a proferir palestras atinentes à relação Brasil-Portugal, e sobre o próprio Lubambo.

A aludida obra de Anselmo foi dedicada à colônia portuguesa de Pernambuco, a quem ele citou como exemplo de disciplinado Salazarismo, como

⁷⁴³ Vide Anexos 39 e 40 - Missiva diplomática de Manuel Anselmo alusiva a conferência “O Humanismo Financeiro de Salazar” (Procº 11 Nº 154) mais recorte do jornal *Folha da Manhã*.

⁷⁴⁴ Cf. AZEVEDO, Ferdinand. **Resgatando a Vida e as Obras de Manoel da Costa Lubambo: 1903-1943** Recife: FASA, 2006.

a seguir transcrevemos: “A minha querida Colônia Portuguesa de Pernambuco, exemplo de patriotismo, de luso-brasilidade, e de disciplinado Salazarismo”.⁷⁴⁵

Naquela obra, Anselmo exalta a participação portuguesa na formação do Brasil, fala sobre a consciência da brasilidade, trata Getúlio Vargas como um gênio da brasilidade, além da lusitanidade de Lubambo. Vejamos:

Vimos ao Brasil, não por acaso – como ainda creem aqueles que desconhecem o mistério e a grandeza da História de Portugal, – mas **cientificamente**, com alma nacional debruçada nas naus arribadas. Aqui vencemos o clima, dominamos cristãmente os índios, criamos a consciência da brasilidade. Portugal, mãe de Nações, sempre entendeu por imperialismo a infiltração cristã no mundo inteiro. Foi para Cristo e não para o Rei que definitivamente descobrimos e conquistamos o mundo. Nunca quisemos outros juro que não aqueles que foram pagos pelos povos que ajudamos, com a nossa Fé e a nossa cultura, a tornar livres. Daí brasilidade, expressão autônoma e americana da latinidade, e a importância daquilo a que há-de chamar-se eternamente a Civilização do Ocidente. Quero frisar nessa brasilidade o maior triunfo criador de Portugal em toda a sua história. A brasilidade é uma realidade independente da origem lusitana, não obstante o sinete comum da Latinidade. Ao gênio específico da Brasilidade deve-se um Ruy Barbosa, um Olavo Bilac, um Machado de Assis, um Joaquim Nabuco, um Caxias, um Getúlio Vargas.⁷⁴⁶

Na mesma obra assim reza sobre a lusitanidade de Lubambo:

Esse “espírito histórico” acentuou em Manoel Lubambo uma das suas verdades mestras e conductoras: a sua “lusitanidade”, graças à qual uma ínclita geração de moços intelectuais em todo o Brasil se formou moral e mentalmente sob a égide cristã, corporativa e ocidental [grifamos].⁷⁴⁷

Não é difícil concluir que a colônia portuguesa em Pernambuco, àquele tempo, era maioritariamente pró-Salazar, pró-Estado Novo, e pró-Vargas. Além daquele diálogo, na vigência do Estado Novo, houve também reciprocidade para

⁷⁴⁵ Cf. ANSELMO, Manuel. **Manoel Lubambo, a amizade luso-brasileira e a latinidade**. Recife: Edição do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, 1943, p.11.

⁷⁴⁶ Cf. ANSELMO, Manuel. *op. cit.*, pp. 32-33.

⁷⁴⁷ Cf. ANSELMO, Manuel. *op. cit.*, pp. 58-59.

exercício da profissão de advogado entre os países, conforme veremos no 9.5 seguinte.

9.5 Advocacia em Regime de reciprocidade

A era Vargas no Brasil privilegiou a classe dos advogados com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Novembro de 1930, através do Decreto nº 19.408 de 18/11/1930, logo após a Revolução de Outubro daquele ano que levava o próprio Vargas ao poder. Até então inexistia no Brasil órgão fiscalizador e regulador da profissão de advogado, tal como já ocorria em Portugal, desde 1926, quando fora criada a Ordem dos Advogados Portugueses (OA), por força do Decreto nº 11.715, de 12/06/1926.

Não é difícil constatar que a distância temporal que medeia entre a criação de cada instituição é pequena, cerca de quatro anos, e que ambas surgiram em momentos pós revolucionários, a primeira (Portugal) em Junho de 1926, portanto, cerca de um mês após a Revolução de Maio daquele ano, liderada pelo Gal. Carmona, que mais tarde seria Presidente da República durante o Estado Novo português. A segunda, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) surgiu cerca de um mês após a Revolução de Outubro de 1930, cabendo aqui registar que Vargas era licenciado em Direito e chegou a exercer a advocacia antes da vida pública, facto que induz a pensar ter influído para a criação da Ordem⁷⁴⁸.

Mais. Os romanos viam grandeza na profissão de advogado⁷⁴⁹ e a tradição romanística de Portugal, espalhada por todas as suas colônias,

⁷⁴⁸ Rodrigo A. Scalquette destaca: “No início da era Vargas, porém, ocorreram dois acontecimentos marcantes para a história do direito no país: a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a promulgação do Código Eleitoral de 1932, no qual estabeleceu-se o direito a voto para as mulheres”. Cf. SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **Lições Sistematizadas de História do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 129.

⁷⁴⁹ Eduardo Vera-Cruz refere a este respeito que: “Em Roma, de acordo com as tradições instituídas, não era o patrocínio e a assistência em júzo que eram pagos pelo patrocinado ao advogado, mas o respeito e a gratidão daquele para com este que revestiam a forma de honorários”. Mas, decorridos os anos, as partes passariam a remunerar em pecúnia os advogados, pois “Foi o imperador Cláudio que, face à situação verificada, assumiu a

contribuiu para o fortalecimento da profissão mediante a criação lá, e no Brasil, das suas respectivas Ordens.

Facto marcante na historiografia da profissão de advogado⁷⁵⁰ no Brasil é que quando da instauração do Estado Novo, em 10 de Novembro de 1937, a Constituição outorgada por Vargas à nação restringiu o exercício das profissões liberais aos brasileiros natos e aos naturalizados, porém fez ressalva aos casos de reciprocidade internacional, como se vê do Artigo 150 daquela Carta política:

Art. 150 – Só poderão exercer profissões liberais os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar no Brasil, excetuados os casos de exercício legítimo na data da constituição e os de reciprocidade internacional admitidos em lei. Somente aos brasileiros natos será permitida a revalidação, de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino.

Nessa esteira, o ordenamento jurídico brasileiro passou a aceitar, como exceção, profissional liberal estrangeiro, condicionando a isso a existência de reciprocidade aos nacionais brasileiros junto ao seu país de origem. Com a advocacia não foi diferente, o que permitiu a portugueses exercerem a advocacia em território brasileiro, pois que a legislação de Portugal, notadamente o Estatuto Judiciário (Decreto nº 33.547 de 23 de Fevereiro de 1944), no § único do seu artigo 534º, permitia que os nacionais brasileiros diplomados pelas Faculdades de Direito portuguesas ou brasileiras, pudessem advogar em Portugal em regime de reciprocidade.

Ofício do Ministério da Justiça de Portugal, datado de 09 de Novembro de 1945, dirigido ao Diretor Geral dos negócios políticos do Ministério dos

componente econômica retributiva dos honorários, fixando em 10.000 sestércios o montante legal máximo de honorários a pagar a um advogado (Ulpiano D. 50.13.1.13)". Cf. PINTO, Eduardo Vera-Cruz. **Curso de Direito Romano**. vol. I. Coimbra: Principia, 2012, pp. 468-469.

⁷⁵⁰ Vide, a respeito da profissão de advogado: PIERLUIGI; ERIZZO, Ettore. **O Romance do Advogado**. Editora Vechi, 1939; GARÇON, Maurice. **O Advogado e a Moral**. Editora Armênio Amado, 1963; RIBEIRO, Luís da Silva. **A Profissão de advogado: deontologia e legislação**. Angra do Heroísmo: Livraria e Editora Andrade, 1923; AMORIM, João Pacheco de. **A liberdade de escolha da profissão de advogado: procedimento administrativo de concretização**. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

Negócios Estrangeiros, de nº 589, informa da possibilidade de brasileiros exercerem a advocacia em Portugal com abrigo nas disposições legais acima referidas⁷⁵¹. A reciprocidade de advogados mostra que àquela altura existia um diálogo jurídico entre os dois países, mostra também que tal facto concorreu para a formação e evolução do Estado Novo brasileiro.

Fazemos ressalva que a reciprocidade da advocacia entre Brasil e Portugal continua a existir dado que o vigente Estatuto da OA (Lei nº 145 de 09/09/2015), em seu Art. 201º, nº 2, permite a inscrição de advogados brasileiros em seus quadros. De outro lado, a OAB permite a inscrição de advogados portugueses em seus quadros mercê do Provimento nº 129/2008⁷⁵² do seu Conselho Federal. Para Duarte Nogueira, “O exercício da advocacia com referência, designadamente, à regulamentação legal da profissão deverá por isso constituir um tema de consideração na História do Direito”⁷⁵³. Comungando com tal pensamento, a reciprocidade do exercício da profissão de advogado em Brasil e Portugal, e a base legal correspondente, não poderiam ser esquecidas nesta pesquisa histórico-jurídica, até porque tal facto revela um explícito diálogo jurídico entre os países na era estadonovista.

Importante consignar, por fim, que a era Vargas, notadamente o Estado Novo, foi um período prolífero em normas jurídicas de carácter social, quando também se deu a criação da Justiça do Trabalho no país, o que aumentou o campo de atuação do profissional advogado⁷⁵⁴. Porém, as liberdades públicas e

⁷⁵¹ Vide Anexo 41 - Ofício do Ministério da Justiça de Portugal informando da possibilidade do exercício da profissão de advogado, por brasileiros, em Portugal, em regime de reciprocidade.

⁷⁵² Conselho Federal da OAB – Provimento nº 129/2008: “Art. 1º O advogado de nacionalidade portuguesa, em situação regular na Ordem dos Advogados Portugueses, pode inscrever-se no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, observados os requisitos do Art. 8º da Lei nº 8.906 de 2994, com a dispensa das exigências previstas no inciso IV e no § 2º, e do Art. 20 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB”. Publicado no Diário da Justiça, Seção Única, de 12.03.2009, pp. 224. Obs- A Constituição brasileira em vigor considera que “O advogado é indispensável e essencial à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” (Art. 133).

⁷⁵³ Cf. NOGUEIRA, José Artur Duarte. **OBJECTO E MÉTODO NA HISTÓRIA DO DIREITO**. Recife: Revista Duc In Altum - Cadernos de Direito, vol. 7, nº 11, Jan-Abr. 2015, ISSN: 2179-507X, p. 40.

⁷⁵⁴ Alcindo Pedrosa, poeta, e advogado militante por longos anos no Brasil, foi um dos primeiros a obter inscrição na Seccional da OAB em Pernambuco, no dia 18 de Março de 1932 (sob o nº

o exercício da cidadania como hodiernamente conhecemos eram mitigadas, por consequência, um terreno árido para os profissionais da advocacia visto que o regime demoliberal não era a tônica de Brasil e Portugal àquele tempo.

Exercer a advocacia em regimes despóticos, autoritários, ditaduras em geral, é tarefa árdua, e a História mostra que a Revolução Francesa (1789) extinguiu a ordem dos advogados e, após, na era napoleônica, tais profissionais eram detestados pelo próprio Napoleão. A esse respeito discorre Luís da Silva Ribeiro:

38), e dele chama a atenção as seguintes afirmativas em prol da profissão de advogado: “Ser advogado não é somente achar-se habilitado por um diploma de bacharel, ou de doutor em leis, inscrito na Ordem dos Advogado; manter um escritório e, pelas suas relações sociais, ser indicado, para patrocinar causas. Ser advogado não é, apenas, conquistar, em poucos anos de trabalho, nem sempre edificante, uma fortuna em bens e dinheiro que coloque seu titular, no nível dos abastados. Mas ser advogado, na verdadeira acepção do termo, é entregar-se à profissão, com devotado amor e sincero propósito de servir à Justiça; é pôr-se, sempre, ao lado do fraco, contra o forte; defender o ingênuo contra o astuto; patrocinar o justo, contra o injusto; manter critério honesto de cobrança dos próprios honorários; cultivar a inteligência, além de ter amplos conhecimentos gerais, aos quais, frequentemente, terá de recorrer. Ser advogado, ainda, é saber aliar a todas essas qualidades, indispensáveis à profissão, aquelas outras, que exornam o homem de sociedade, como a lealdade, a discrição, a urbanidade, a boa fé...” (sic). Cf. PEDROSA, Alcindo. **Um Tempo de Memória**, Olinda-PE, 1983, p. 125. No mesmo sentido, o jurista urguai, Eduardo Couture, legou “Los Mandamientos del Abogado: 1º) Estudia. El derecho se transforma constantemente. Si no sigues sus pasos, serás cada día un poco menos abogado. 2º) Piensa. El derecho se aprende estudiando, pero se ejerce pensando. 3º) Trabaja. La abogacía es una ardua fatiga puesta al servicio de la justicia. 4º) Lucha. Tu deber es luchar por el derecho: pero el día que encuentres en conflicto el derecho con la justicia, lucha por la justicia. 5º) Sé leal. Leal para con tu cliente, al que no debes abandonar hasta que comprendas que es indigno de ti. Leal para con el adversario, aún cuando él sea desleal contigo. Leal para con el juez que ignora los hechos y debe confiar en lo que tú dices; y que, en cuanto al derecho, alguna que otra vez debe confiar en el que tú le invocas. 6º) Tolera. Tolerar la verdad ajena en la misma medida en que quieres que sea tolerada la tuya. 7º) Ten paciencia. El tiempo se venga de las cosas que se hacen sin su colaboración. 8º) Ten fe. Ten fe en el derecho, como el mejor instrumento para la convivencia humana; en la justicia, como destino normal del derecho; en la paz, como sustitutivo bondadoso de la justicia; y sobre todo, ten fe en la libertad sin la cual no hay derecho, ni justicia, ni paz. 9º) Olvida. La abogacía es una lucha de pasiones. Si en cada batalla fuera cargada tu alma de rencor, llegará un día en que la vida será imposible para ti. Concluido el combate, olvida tan pronto tu victoria como tu derrota. 10º) Ama a tu profesión. Trata de considerar la abogacía de tal manera que el día en que tu hijo te pida consejo sobre su destino, consideres un honor para ti proponerle que se haga abogado. - **Sobre el autor.** Eduardo Juan Couture Etcheverry (Montevideo, 24 de mayo de 1904 -11 de mayo de 1956) fue un prestigioso abogado y profesor uruguayo. En 1923 ingresó como estudiante a la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de la República, en Montevideo. El 29 de diciembre de 1927, recibió el título de Doctor en Derecho y Ciencias Sociales.” Cf. Facultad de Derecho, Universidade de la República, Uruguay. Disponível em <https://www.fder.edu.uy/node/20>. Capturado em: 11 Julho 2018.

A revolução francesa, ou porque os advogados extremamente ciosos da independência exorbitassem, ou porque julgasse a existência da ordem contrária ao sistema de liberdade de trabalho que a mesma revolução proclamava, extinguiu a ordem dos advogados. O decreto de 8 de setembro de 1790 dispõe expressamente que *“les hommes de loi, ci-devant appelés avocats, ne devront former ni ordre ni Corporation”*, substituindo até a designação advogado pela de defensor oficioso. A lei de 22 de ventose do ano XII (1804) restabeleceu o ensino do direito, que a revolução também suprimira, e com êle a advocacia; mas ainda não reorganizou a ordem, limitando-se a autorizar a pública administração, a regular a formação do quadro dos advogados e a disciplina da classe. Mas os tempos não corriam propícios à advocacia. Napoleão avaro da glória militar, não desejando encontrar obstáculos à realização da sua vontade, detestava cordealmente os advogados. Ao apresentarem-lhe um projecto de lei que restabelecia a antiga ordem, recusou-se a assiná-lo, proferindo estas palavras que ficaram célebres: - *Le decret est absurde, il ne laisse aucune action contre eux. Ce sont des factieux, des artisans de crimes et de trahisons; tant que j’aurai l’ épée au côté jamais je ne signerai un pareil décret; je veux qu’on puisse couper la langue à un avocat qui s’en sert contre le Gouvernement.* Era, em todos os tempos, o pensar de todos os déspotas e de todos os tiranos.” (SIC) ⁷⁵⁵

Voltando para a era estadonovista, o diálogo jus-político entre os dois países, que não ficou restrito apenasmente à reciprocidade dos profissionais da advocacia, é encontrado também na assunção por Portugal da representação diplomática do Brasil em países como Alemanha e Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

9.6 Representação diplomática

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve-se em neutralidade naquele conflito, diferentemente do Brasil, que enviou tropas para lutar contra as forças da Alemanha e Itália. A participação do Brasil naquela guerra mundial decorreu do afundamento de vários dos seus navios por submarinos Alemães e Italianos, resultando em muitas mortes. Os ataques daqueles submarinos ocorreram a partir de 1942 não só ao longo da costa

⁷⁵⁵ Cf. RIBEIRO, Luís da Silva. **A Profissão do Advogado (Deontologia e Legislação)**. 2. ed. Angra do Heroísmo: Editora Andrade, 1925, pp. 11-12.

brasileira, como também em outros mares⁷⁵⁶, tudo, o que motivou uma grande reação popular e pressão política sobre Vargas para declarar guerra à Alemanha, Itália e Japão.

A reação popular contra os ataques aos navios brasileiros⁷⁵⁷ foi tremenda, ao longo de todo o país ocorreram protestos, passeatas, reivindicando uma resposta do governo àquela agressão. Ao lado disso, a população enfurecida, em algumas cidades do Brasil, depredou lojas e estabelecimentos comerciais de cidadãos alemães, italianos e japoneses, como represália⁷⁵⁸ às atitudes do Eixo.

⁷⁵⁶ Antes de 1942, quando ainda existiam relações diplomáticas com o Eixo, um único navio mercante brasileiro, o *Taubaté*, sofreu ataque aéreo nazista em águas do Mediterrâneo, contudo não foi a pique, conforme informação da Marinha do Brasil: “Taubaté” Navio pertencente ao Lloyd brasileiro metralhado pela aviação alemã quando navegava no Mar Mediterrâneo Oriental, em viagem de Chipre para Alexandria, em 1941. O “Taubaté”, ostentando a bandeira brasileira pintada em grande escala no costado de boreste e no teto da casa de navegação, foi covardemente atacado, tendo a superestrutura do navio avariada, causando ferimentos em 13 tripulantes e a morte do Oficial Francisco Fraga, cujo sangue tingiu as águas frias do Mediterrâneo. Esse foi o primeiro brasileiro morto na Segunda Guerra Mundial”. - Cf. <https://www.marinha.mil.br/nomar-online/03082015/1.html>, Capturado em: 28 Novembro 2015.

⁷⁵⁷ Vide Anexo 42 - Quadro com relação dos navios brasileiros torpedeados durante a II Guerra Mundial.

⁷⁵⁸ Roberto Sander assim trata sobre a reação dos brasileiros às agressões do Eixo: “A massa estudantil dessa vez não pediu licença. Simplesmente tomou para si as ruas da capital federal. Eram cerca de 12 mil jovens, liderados por Luiz Pinheiro Paes Leme, presidente da UNE, reunidos na Cinelândia para um comício em frente ao Teatro Municipal. Cartazes com desenhos de ratos envoltos com o emblema da suástica, com os nomes dos navios atacados ou com os dizeres “Queremos a guerra”, expressavam o desejo de vingança da população. Apesar dos naturais arroubos retóricos e da queima de bandeiras nazistas, o movimento era pacífico e, por vezes, bem-humorado. Estudantes fantasiados dos três líderes do Eixo - Hitler, Mussoline e Hiroito - encenavam esquetes ridicularizando os planos de dominação do mundo, tal como faziam seriamente os ditadores de Alemanha, Itália e Japão. Mas pela cidade já houvera momentos de perigosa confrontação. Num prédio da esquina da avenida Rio Branco com a rua da Assembléia, manifestantes tiveram de ser contidos pela polícia, depois que funcionários de uma empresa de seguros italiana, que funcionava no 3º andar, jogaram água sobre eles. Pedras foram atiradas nas vidraças e por pouco não houve invasão da empresa com consequências imprevisíveis. Os ânimos andavam de tal modo exaltados que muitas famílias alemãs, mesmo não simpáticas ao Eixo, eram hostilizadas, quando não agredidas. A estrutura autoritária da polícia do Estado Novo se empenhava, então em perseguir e humilhar, indiscriminadamente, descendentes dos países do Eixo. Perdia-se o senso de justiça e, em especial, na região sul, foram cometidas verdadeiras atrocidades. Corria-se risco de vida só por falar o idioma alemão. Diversos colonos imigrantes foram presos arbitrariamente, sofrendo, inclusive, torturas. No Distrito Federal, estabelecimentos germânicos, como os bares Rhenania, Zepelim e Berlim (atual Bar Lagoa) foram depredados, assim como a sede do Clube Germânia, que acabaria fechado por ordem do governo. Localizada na Praia do Flamengo 132, a construção acabaria se transformando na sede da

Aqueles ataques praticados contra os navios brasileiros causaram espanto à nação brasileira, pois Vargas e a sua política do Estado Novo sempre mantiveram boas relações com Alemanha, Itália e Japão, países àquela altura embalados pelo fascismo. Nesse passo, não podemos esquecer que o Brasil já então possuía grandes colônias de japoneses, alemães e italianos, notadamente na região sul e sudeste do país. Tal colonização deixou marcas profundas em diversos aspectos, ajudando inclusive ao processo de miscigenação racial do Brasil.

Só a colônia japonesa do Brasil é considerada uma das maiores do mundo, e nos idos de 1930 e 1940 havia outras comunidades na região sul que não falavam o português, somente o alemão⁷⁵⁹. Em São Paulo muitos italianos trabalhavam nas lavouras de café, o maior produto de exportação do país, criando várias gerações de ítalo-descendentes. Não se pode esquecer neste trabalho o facto de que os norte-americanos, já no início de década de 1940, buscavam uma aproximação política e comercial com o Brasil que era um grande fornecedor de matéria prima, *v.g.*, borracha, café, açúcar, madeira, cacau, algodão...

Em Dezembro de 1941, os EUA entraram na guerra contra o Eixo por conta do ataque de Pearl Harbor, facto esse que motivou a aproximação política com o Brasil e demais países da America Latina. Na sequência desses acontecimentos, ocorreu no Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1942, um conclave entre países latino-americanos, que ficou conhecido como a *III Reunião*

União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde o primeiro protesto, na ocasião da queda de Filinto Müller, o papel de liderança da UNE, que a partir dali se estenderia pelas décadas seguintes, vinha se consolidando. O prestígio da entidade era tamanho que até o presidente Roosevelt enviou uma saudação numa foto autografada. As manifestações se sucediam, temperadas por palavras de ordem que pediam uma resposta firme e corajosa aos ataques. Escolas fechavam as portas em sinal de luto e aos estudantes se juntaram os marítimos". Cf. SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007. pp. 201-202.

⁷⁵⁹ O pesquisador estadunidense, Jonh W. F. Dulles, assim trata sobre os falantes de língua alemã no Brasil de Vargas, notadamente no Estado de Santa Catarina: " Em Santa Catarina, onde vinte e cinco por cento da população falavam o alemão, foi feito obrigatório primário em português, e todas as escolas foram obrigadas a adotar nomes luso-brasileiros". Cf. DULLES, Jonh W. Forster. **Getúlio Vargas Biografia Política**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967, p. 192.

de Chanceleres Americanos, quando se deliberou pelo rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, a exceção do Chile e Argentina que votaram em contrário. A política externa norte-americana sagrou-se vitoriosa naquele encontro diplomático, tudo, no seu esforço de cooptar aliados para ajudá-los a vencer o Eixo.

Como fruto da aproximação política com os norte-americanos, o Brasil adquiriu material bélico e uma siderúrgica (Volta Redonda), cujo aço nela produzido tornou-se vital para o seu crescimento industrial. Rompidas as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, Vargas tornou-se definitivamente aliado dos EUA. Porém, a declaração de guerra do Brasil ao Eixo somente ocorreria em Agosto de 1942⁷⁶⁰, após o torpedeamento de muitos dos seus navios. Aliado dos norte-americanos o Brasil recebeu todo tipo de apoio e em contrapartida permitiu a instalação de bases militares dos EUA ao longo da sua costa marítima, bem como, facilidades a eles na aquisição de produtos, a exemplo da borracha,⁷⁶¹ cuja produção era grande na região da Amazônia.

⁷⁶⁰ O Decreto nº 10.358, de 31 de Agosto de 1942, do Presidente Vargas declarou formalmente o estado de guerra.

⁷⁶¹ A respeito da exportação aos EUA assevera João Barone: 'Depois dos acordos do governo Vargas com Washington, houve o compromisso de aumentar a produção de borracha destinada aos americanos, uma vez que as fontes de acesso para essa matéria-prima estratégica no Oriente estavam bloqueadas pela invasão japonesa. Por outro lado, a borracha brasileira correspondia a quase setenta por cento das necessidades dos alemães, para onde o Brasil exportava antes da guerra. Com o bloqueio naval, os nazistas sofreram com a drástica redução dos estoques dessa matéria-prima crucial. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro recebeu enormes quantias de dinheiro dos americanos para aumentar a oferta de mão de obra extrativista nos seringais da região amazônica. Vargas adotou atitudes extremas para aumentar a produção de borracha, que se tornou um dos maiores fenômenos de migrações internas do país. Foi criado o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), que promoveu o engajamento de quase sessenta mil homens para o trabalho na extração de látex, ou borracha in natura. Foi um recrutamento compulsório, que utilizou meios agressivos para arregimentar mão de obra: muitos eram "engajados à força". Milhares de jovens foram praticamente raptados de suas famílias por grupos de aliciadores, reunidos nas pequenas praças de municípios e jogados em caminhões que partiram rumo à Amazônia. Outros se apresentavam espontaneamente, atraídos pelas promessas e pela propaganda massiva do governo, que enfatizava o pagamento de bons salários e assistência aos trabalhadores. No ato do alistamento, os candidatos eram obrigados a escolher entre servir nas Forças Armadas - na FEB - ou tornar-se "soldados da borracha". De certa forma, a "convocação" dos soldados da borracha teve uma campanha mais bem-planejada e foi mais bem divulgada que a dedicada ao alistamento da FEB. O alistamento dos soldados da borracha servia para a mobilização do front interno no esforço de guerra, e ganhou tanta importância quanto a formação da FEB". Cf. BARONE, João. **O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 201, p. 119-120.

No esforço de guerra brasileiro, o país criou a FEB - Força Expedicionária Brasileira-, congregando militares de todas as armas que passaram por treinamento ministrado pelos soldados dos EUA. A FEB em 1944 foi enviada à Itália para lutar contra o nazi-fascismo, ao lado das tropas norte-americanas, tendo ela retornado vitoriosa ao final do conflito em 1945.

Os militares que lutaram contra o nazi-fascismo foram os mesmos que depuseram Vargas em Outubro daquele mesmo ano de 1945. Lutar no estrangeiro contra Ditaduras fascistas e conviver em seu país com um regime análogo não foi mais tolerado pelos militares brasileiros àquele tempo.

Importante ao leitor observar que com o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Eixo, em Janeiro de 1942, tal ato provocou o retorno dos seus agentes diplomáticos que serviam na Alemanha, Itália e Japão, segundo o Direito Internacional. Daí, começou o protagonismo de Portugal tocante à representação dos interesses brasileiros naqueles países até o final do conflito.

Trechos da obra *História Diplomática de Portugal Uma Cronologia*, de Fernando de Castro Brandão, são exemplificativos desse protagonismo:

- Em 29 de Janeiro de 1942:

“29. Portugal acede ao pedido do governo brasileiro para se encarregar dos interesses do Brasil na Alemanha, Itália, Japão e outros países.”

- Em 22 de agosto de 1942

“22. O Embaixador do Brasil comunica ao governo português a entrada na guerra do seu país. O P.R. telegrafia ao seu homólogo brasileiro expressando os sentimentos fraternos do povo português.”⁷⁶²

⁷⁶² CF. BRANDÃO, Fernando de Castro. **História Diplomática de Portugal Uma Cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 332-323.

A declaração formal de guerra do governo brasileiro ao Eixo se deu em 31 de Agosto de 1942, portanto, posterior ao rompimento das relações diplomáticas e comerciais que ocorreu em Janeiro daquele mesmo ano.

Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal destinado à Legação portuguesa em Berlim, Roma, Tóquio, Bucareste e Budapeste, em 29 de Janeiro de 1942 mostra que antes mesmo da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, Portugal se preparava para assumir o encargo de representar os interesses brasileiros junto àqueles países⁷⁶³, fruto, evidente, de prévias negociações entre os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Portugal representou também interesses do Brasil em países que sofreram invasão do Eixo, a exemplo de Hungria e França. Nesse sentido afirma Carmem G. Burgert Schiavon:

Depois da definição portuguesa, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil telegrafa ao embaixador brasileiro, em Portugal, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, solicitando que o governo português já entrasse em contato com “seus representantes diplomáticos na Alemanha, Itália, Japão, Romênia e Hungria, que vão ficar encarregados dos interesses do Brasil naqueles países” porque muito embora ainda não houvesse a confirmação oficial do rompimento das relações brasileiras, o Ministro brasileiro desejava que o Presidente do Conselho ficasse sabendo das intenções do governo brasileiro o mais rápido possível e, imediatamente, comesse a agir no sentido de tomar providências quanto ao atendimento do pedido brasileiro. Diante desta situação, o Ministro dos Negócios Estrangeiros lusitano telegrafa às Embaixadas portuguesas sediadas em Berlim, Roma, Tóquio, Bucarest e Budapeste determinando que “aceitará, portanto, Vossa Excelência esse encargo quando isso lhe for solicitado por representante [do] Brasil e nessa conformidade se dirigirá depois a esse governo⁷⁶⁴.

⁷⁶³ Cf. Telegrama nº C-3 urgente do MNE à legação de Portugal em Berlim, Roma, Tóquio, Bucareste e Budapeste, em 29 de Janeiro de 1942. M.N.E., 2º piso, Armário 49, Março 103.

⁷⁶⁴ Cf. SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Porto Alegre, 2007, pp. 241-242. Disponível em:

Aquele encargo assumido por Portugal demonstra o diálogo político e jurídico havido entre os dois países, diálogo esse revelador da harmonia havida entre eles com vista à solução de problemas jurídicos, como também da sintonia política dos governos, tudo o que ajudou à concretude do Estado Novo brasileiro. É no contexto daquela sintonia de ambos os regimes que em Maio de 1944 o embaixador brasileiro, Neves Fontoura, propõe à apreciação de Portugal projecto visando a elaboração de um estatuto especial aos portugueses no Brasil⁷⁶⁵. Repisamos neste trabalho que o Brasil repetiu exemplos muitos de Portugal, inclusivamente a nomenclatura do seu regime: Estado Novo.

A assunção por Portugal das representações diplomáticas brasileiras soou positivamente na relação luso-brasileira àquela época, tanto que o presidente do Conselho dos Portugueses do Brasil, Albino de Souza Cruz, em entrevista dada ao jornal *O Globo* assim disse:

[...] sentido de afeto que liga Brasil e Portugal às lealíssimas e íntimas relações que a admirável política externa do Governo de Salazar e do Governo brasileiro tomaram para nosso orgulho numa realidade viva e de que é o mais recente testemunho a notícia de que o Brasil confiou a Portugal, nesta emergência, a defesa e a representação dos interesses brasileiros nos países com que cortou as suas relações.⁷⁶⁶

Em Janeiro de 1942, a representação diplomática portuguesa em Berlim estava a cargo do Conde de Tovar, o qual recebeu, por missiva do Embaixador brasileiro, Cyro de Freitas Valle, o encargo da defesa dos interesses brasileiros na Alemanha. Transcrevemos abaixo declaração do agente diplomático brasileiro:

De acordo com instruções do meu governo e em virtude da bondosa aquiescência do governo da república Portuguesa, venho depor em mãos de Vossa Excelência, a partir de hoje, a

<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3950/1/000399689-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Capturado em: 21 Dezembro 2015.

⁷⁶⁵ CF. BRANDÃO, Fernando de Castro. **História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 327.

⁷⁶⁶ Cf. Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, dia 3 de Fevereiro de 1942, p. 2.

salvaguarda dos interesses brasileiros na Alemanha. A ruptura das relações diplomáticas do Brasil com o Reich reclamava que aqueles negócios fossem confiados ao amigo mais seguro e foi por isso exatamente que, para defendê-los, se recorreu a Portugal⁷⁶⁷.

O Embaixador Cyro de Freitas Valle antes de sair do seu posto em Berlim encaminhou ao diplomata português algumas recomendações e instruções relacionadas à salvaguarda dos brasileiros, é o que se vê do Anexo 1 ao Ofício nº 20, do Embaixador brasileiro em Berlim, ao Conde de Tovar, no dia 29 de Janeiro de 1942⁷⁶⁸. Importante mencionar que a representação portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha contou com anuência do governo nazi. De igual importância é mencionar a preocupação do Conde de Tovar quanto às finanças da Embaixada do Brasil em Alemanha anos mais tarde, como mostra parecer do mesmo entranhado no Volume II desta dissertação^{769, 770}.

Em Itália àquele tempo o Embaixador brasileiro que lá servia, Moniz Gordilho, repassou a José Lobo D'Ávila Lima, ministro de Portugal na cidade de Roma, esclarecimentos indispensáveis ao mister da representação⁷⁷¹, em especial sobre a Embaixada que se situava na Praça Navona nº 14, 1º andar. Repassou, inclusive, informação sobre o seguro contra fogo existente com a Companhia Assiicuazioni General Nenezia, no importe de 2 (dois) milhões de Liras.⁷⁷²

Ressaltamos que o Brasil nas primeiras décadas do século XX chegou a ter em Itália consulados nas cidades de Gênova, Trieste, Milão, Livorno e até Nápoles, o que mostra o grau de relações havidas entre os dois países, não podendo aqui se olvidar que a colônia italiana no Brasil era vasta, mormente na

⁷⁶⁷ Cf. M.N.E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷⁶⁸ Cf. M.N.E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷⁶⁹ Vide Anexo 43 - Resumo-Parecer do Conde Tovar de Lemos.

⁷⁷⁰ Cf. Documento nº 5, (traduzido) da Legação da República Portuguesa, em Berlim, no dia 4 de Fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷⁷¹ Cf. Ofício nº 2, dirigido ao Dr. José Lobo d'Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, datado de 31 de Março de 1942, p. 4. A.H.I. Pasta de Ofícios do ano de 1942.

⁷⁷² Cf. Idem, p. 8.

sua região sul e sudeste. Além disso, havia intercâmbio comercial entre Brasil e Itália quando da cisão diplomática em 1942.

A representação portuguesa dos interesses brasileiros também ocorreu em países ocupados, a exemplo da França e Grécia, esta última que esteve sob os cuidados do Embaixador português em Roma⁷⁷³. A defesa dos interesses brasileiros em França por Portugal não divergiu de outros sítios, houve gestão na defesa de interesses de cidadãos brasileiros residentes lá naquela época.

Entendemos de capital importância citar a França ocupada pelos nazis, porque atrai a figura do Embaixador brasileiro Luis Martins de Souza Dantas, o qual durante o período em que esteve à frente da Embaixada brasileira em Paris e Vichy, levado por sentimento humanitário, favoreceu a fuga de vários judeus (mesmo contrariando ordens dos seus superiores), embora em menor proporção ao que fez o Cônsul português Aristides de Souza Mendes.

Aquele Cônsul português, enquanto esteve à frente do Consulado de Portugal em Bordeaux, na França ocupada, favoreceu a fuga de inúmeras pessoas, refugiados, mediante a concessão de visto consular em seus passaportes.

A prática humanitária do Cônsul de Bordeaux, como assim ficou conhecido Aristides de Souza Mendes, contrariou ordem expressa de Salazar, notadamente a Circular nº 14 do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁷⁷⁴, o que prejudicou a sua carreira, levou-o ao ostracismo, e a passar por apertos financeiros com a esposa e os 12 filhos.⁷⁷⁵ Faleceu Souza Mendes em Lisboa no ano de 1954, mas salvou muitas vidas com os seus atos de “rebeldia”, seguindo

⁷⁷³ Cf. Ofício nº 2, dirigido ao Dr. José Lobo d'Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, datado de 31 de Março de 1942, p. 6. A.H.I. Pasta de Ofícios do ano de 1942.

⁷⁷⁴ A Circular n.º 14 do MNE, distribuída a 11 de Novembro de 1939, obrigava os serviços consulares a consultar previamente o MME antes de concederem vistos a apátridas, russos e judeus.

⁷⁷⁵ Sobre a prática humanitária desse diplomata *vide* AFONSO, Rui. **Um Homem Bom: Aristides de Souza Mendes**. 2. ed. Alfragide: Texto Editores, 2003. Regista Afonso nessa obra, que Souza Mendes, por conta dos seus atos, foi condenado em 1940 a um ano de inactividade com metade dos vencimentos, a que se seguiria a aposentação (*vide*, p.p 250 – 251). Salazar não quis demitir Souza Mendes e assim permaneceu ele em situação de inactividade e a receber vencimentos até a data de sua morte em 1954, ou seja, 14 anos depois.

os imperativos de sua consciência.⁷⁷⁶ Portugal foi o país europeu que mais acolheu refugiados durante a II Guerra Mundial, fossem judeus e não judeus, sem casos de repatriação.

Ressaltamos, sem tirar o mérito do estadista luso, que o diplomata brasileiro, Luiz Martins de Souza Dantas, quando servia na França ocupada por Hitler, agiu de igual modo, mas em menor proporção. O Embaixador Souza Dantas, tal como o Cônsul de Bordeuax, emitiu de próprio punho vistos a refugiados de guerra (judeus, polacos, austríacos, ...), ao arrepio das ordens do Estado Novo de Vargas que se mantinha neutral naquele conflito mundial até Agosto de 1942, quando então declarou guerra ao Eixo.

Por meio da Circular nº 1.498, de 06 de janeiro de 1941, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, suspendeu as concessões de vistos temporários e permanentes aos israelitas e seus descendentes, à exceção de pessoas autorizadas pela Secretaria daquela pasta ministerial, o que demonstra que as exceções eram discricionárias. Àquela altura o Brasil ainda era neutral, mas em seus quadros governamentais havia muitos anti-semitas e admiradores do fascismo.

Curiosamente, poucos anos depois, Oswaldo Aranha presidiu a *II Assembleia Geral da ONU* que votou o Plano da ONU para a partição da Palestina de 1947, frutificando na criação do Estado de Israel⁷⁷⁷, facto que rendeu a Aranha a gratidão dos judeus e sionistas por sua atuação.

A aludida Circular do governo brasileiro não fora respeitada pelo Embaixador Souza Dantas, o que acarretou contra ele a instauração de um

⁷⁷⁶ A obra de Carlos Fernandes, diplomata português de carreira, intitulada *O cônsul Aristides Souza Mendes a Verdade e a Mentira* (ISBN 9789892042909), Editora Apolo 70, 2013, contraria a visão mitificadora do Cônsul de Bordeaux tratada por Rui Afonso no seu livro acima referido. O próprio Rui Afonso diz que Souza Mendes ao longo de sua carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, antes do “Caso de Bordeaux”, foi “objeto de dois processos disciplinares e oito repreensões”, embora não critique a sua prática em prol dos refugiados. Cf. AFONSO, Rui. *Op. cit* p. 247.

⁷⁷⁷ Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Biografia de Oswaldo Aranha.** <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Oswaldo_Aranha>. Capturado em: 24 Agosto 2018.

processo administrativo disciplinar o qual malogrou, certamente, em virtude da entrada do Brasil na Guerra, o que mudou o quadro dos acontecimentos.

Com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, os nazistas invadiram a Embaixada brasileira em Vichy e impuseram a Souza Dantas, bem como a outros membros do corpo diplomático brasileiro, uma longa custódia de 14 meses⁷⁷⁸ na Alemanha, precisamente em Bad-Godesberg, iniciada em Janeiro de 1943 e finda somente em Março de 1944, quando foi trocado por súditos alemães residentes àquele tempo no Brasil, com a interveniência do governo de Portugal. Essa, ao nosso sentir, foi a maior contribuição lusitana em prol da salvaguarda dos interesses diplomáticos do Brasil. A respeito da participação de Portugal naquele repatriamento discorre Álvaro da Costa Franco:

Souza Dantas e os brasileiros foram depois transferidos, a 13 de fevereiro, para Bad Godesberg, na Renânia, onde permaneceram internados até que chegasse a Lisboa um grupo de súditos alemães ditos “semi-oficiais”, que ainda se encontrava no Brasil, depois da partida do pessoal diplomático e consular, cuja saída fora vinculada à partida dos diplomatas brasileiros acreditados na Alemanha e Itália. As negociações com a Alemanha, conduzidas pelo governo português, incumbido da proteção dos interesses brasileiros junto ao Reich, foram longas e difíceis, havendo, em dado momento, sido amalgamadas com as negociações similares conduzidas pelo governo norte-americano com respeito aos cidadãos alemães localizados nos Estados Unidos e em vários países latino-americanos. Souza Dantas e os 26 brasileiros só foram autorizados a deixar a Alemanha a 28 de março de 1944, depois de um ano e 42 dias de internamento, bem mais longa do que a imposta aos agentes diplomáticos acreditados em Berlim, Viena e Copenhague, aos funcionários dos consulados em Berlim, Paris, Hamburgo, Bremen, Frankfurt, Colônia e aos membros da comissão militar sediada em Essen, que permaneceram em Baden-Baden de 11 de fevereiro a 2 de outubro de 1942⁷⁷⁹. [grifamos]

⁷⁷⁸ A respeito da atuação do Embaixador brasileiro Souza Dantas, bem como da sua custódia pelos nazis, ver: KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.

⁷⁷⁹ Cf. FRANCO, Álvaro da Costa. **Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada 1940-1942**. Álvaro da Costa Franco (Org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 23.

Após sair da Alemanha, naquele mês de Março de 1944, o Embaixador Souza Dantas de regresso ao Brasil fez uma escala de muitos dias em Lisboa, oportunidade em que foi recebido em audiência pelo próprio Salazar, então Presidente do Conselho de Ministros⁷⁸⁰, e a imprensa lusitana estampou diversas matérias sobre a sua saga e participação de Portugal para libertá-lo do jugo nazi⁷⁸¹.

O resgate do Embaixador Souza Dantas e demais funcionários diplomáticos brasileiros, com a intervenção de Portugal, mostra a materialização do diálogo jus-político havida entre os dois países em pleno regime estadonovista, o que só se concebe existir devido a laços culturais e afetivos pré-existentes.

Findo o conflito mundial, o Embaixador Luis Martins de Souza Dantas teve melhor sorte que o Cônsul Aristides de Souza Mendes, retomou ele a sua vida profissional e mesmo após ser reformado, chefiou a primeira legação brasileira à Organização das Nações Unidas - ONU, vindo a morrer em Paris no ano de 1954, já idoso e enfermo, onde morava no *Grand Hotel*, na Praça da Ópera.

Fábio Koifman em pesquisas sobre a atuação daquele diplomata diz que o Embaixador Souza Dantas emitiu 425 vistos diplomáticos a refugiados, e que nessa condição entraram no Brasil, ressaltando que centenas de nomes de outros refugiados contemplados com o visto do Embaixador ficaram ausentes de sua listagem porque não se dirigiram ao Brasil⁷⁸².

A comunidade internacional não esqueceu os atos humanitários desses dois homens de Estado e perpetuou os seus exemplos, mormente o de Aristides de Souza Mendes que ganhou notoriedade em todos os lados do mundo⁷⁸³.

⁷⁸⁰ Cf. KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*, p. 396 e o periódico português *O Século* - edição 06 Abril 1944.

⁷⁸¹ Cf. Diário de Notícias (dias 1º, 6, 19, 23 e 26 de Abril de 1944); *O Século* (dias 1º, 6 e 27 de Abril de 1944) e Diário de Lisboa (dia 10 de Abril de 1944).

⁷⁸² Cf. KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*, p. 8.

⁷⁸³ “Em 1988, Souza Mendes foi reintegrado a título póstumo no serviço diplomático português na categoria de embaixador. No mesmo ano, foi nomeado cidadão honorário de Israel, uma

Vero é que em 2003 o Embaixador Souza Dantas foi reconhecido pelo Museu do Holocausto, o Yad Vashem⁷⁸⁴, em Jerusalém e proclamado *Justo entre as Nações*⁷⁸⁵, tal como o Cônsul português Aristides de Souza Mendes. Em Paris, há uma Placa em homenagem a Souza Dantas colocada no antigo prédio da Embaixada do Brasil, na Av. Montaigne nº 45, com o seguinte texto: “Aqui viveu por 22 anos um grande amigo da França, Luiz de Souza Dantas, Embaixador do Brasil em Paris de 1922 a 1944”⁷⁸⁶

Os atos praticados por Aristides de Souza Mendes e por Souza Dantas em defesa dos refugiados, quando ambos desobedeceram a norma expressa dos seus respectivos governos, converge ao pensamento de Santo Tomaz de Aquino, no *Tratado da Lei*, para quem as leis injustas existem desde que se oponham ao bem humano e, como bem humano, tem-se a preservação da vida, da liberdade e dignidade do homem, tudo o que os refugiados buscaram e encontraram junto àqueles dois homens ligados a diplomacia dos seus respectivos países⁷⁸⁷.

A participação dos brasileiros na II Guerra Mundial não fora mal vista pelos portugueses, mormente por aqueles que se posicionavam contra o fascismo, e por elementos da oposição a Salazar. Nesse contexto ocorreu que tropas da FEB - Força Expedicionária Brasileira - desfilaram em Lisboa, em

honra que partilha com o herói do Holocausto sueco Raoul Wallenberg. Seguiram-se selos, moedas comemorativas, monumentos, uma fundação para honrá-lo, ruas (incluindo uma em Viena), e inúmeras homenagens. A mais impressionante delas foi talvez a cerimônia no Parlamento Europeu, realizada em 1999, mais uma prova, se fosse necessário, de que Aristides de Sousa Mendes tinha agora o seu lugar na história e serviria de exemplo para o novo milênio”. - Cf. AFONSO, Rui. *op. cit.*, p. 368.

⁷⁸⁴ Cf. <http://www.yadvashem.org/yv/en/righteous/stories/dantas.asp>. Capturado em: 22 Janeiro 2016.

⁷⁸⁵ Cf. DANTAS, Luiz Martins de Souza. **Biografia**: 1876-1954. Disponível em: <<http://www.rivkah.com.br/tradicoes/dantas/dantas.htm>>. Capturado em: 21 Dezembro 2015.

⁷⁸⁶ Vide Anexo 44 - Placa em homenagem a Luiz de Souza Dantas em Paris.

⁷⁸⁷ Em 1944, funcionou a embaixada de Portugal em Budapeste, durante a ocupação nazista, e lá dois diplomatas, Sampaio Garrido e Carlos Branquinho, deram salvos-condutos a diversos húngaros, na maioria judeus, e assim evitaram que fossem assassinados. Também a brasileira Aracy de Carvalho, esposa do poeta e diplomata Guimarães Rosa (depois membro da Academia Brasileira de Letras), enquanto servia no Consulado do Brasil em Hamburgo, como chefe do setor de passaportes, nos anos que precederam a II Guerra Mundial, facilitou a fuga de muitos perseguidos pelo regime nazi, salvando as suas vidas. À propósito desses factos, vide SCHPUN, Mônica Raisa. **Justa - Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

plena Av. da Liberdade, no mês de Setembro de 1945, quando de regresso da Itália e a caminho do Brasil, em uma demonstração de simpatia ao povo irmão.

A pesquisa encontrou no periódico *Diário de Notícias* convite à população lisboeta para assistir ao desfile dos soldados brasileiros com o seguinte teor:

A União Nacional, a Legião Portuguesa, a Comissão Central das Juntas de Freguesia, a Liga 28 de Maio e os Sindicatos Nacionais, convidam todos os seus associados e o povo da capital a assistirem, na próxima segunda-feira, às 10 horas, na Avenida da Liberdade, ao desfile dos Heróicos soldados da nobre Nação Brasileira e dos contingentes das unidades do glorioso exército Português⁷⁸⁸.

O referido desfile militar trancorreu em um ambiente de euforia, alegria e aplausos do povo de Lisboa, isto em data de 3 de Setembro de 1945⁷⁸⁹, mostrando ao mundo as boas relações entre Brasil e Portugal, a irmandade dos dois regimes estadonovistas, a irmandade dos seus líderes (Getúlio e Salazar) e a cooperação das suas agências de propaganda, o SPN e o DIP.

Por outro lado, a presença dos militares brasileiros vitoriosos⁷⁹⁰ mostrava o triunfo sobre o fascismo o que encantava os opositores de Salazar⁷⁹¹. Mais tarde, ainda naquele ano de 1945, o povo português tomaria conhecimento de que os militares brasileiros que lutaram na Itália promoveram a queda do ditador Getúlio Vargas, pois era contraditório terem ido lutar na Europa contra a ditadura nazi-fascista e conviver em seu país com um regime autoritário, divorciado da democracia e das liberdades públicas, uma ditadura no sentido literal do termo.

Aquele exemplo dos militares brasileiros alimentou na oposição salazarista o desejo de mudanças, para quem vivia sob um regime autoritário,

⁷⁸⁸ Cf. Jornal Diário de Notícias, Lisboa, edição de 1º de Setembro de 1945, p. 1.

⁷⁸⁹ Cf. Jornal Diário de Notícias, Lisboa, edição de 04 de Setembro de 1945, p. 2.

⁷⁹⁰ Vide Anexos 45 e 46 - Tropa brasileira marchando em Lisboa; Cel. Mário Travassos, Comandante da FEB com o Dr. Oliveira Salazar.

⁷⁹¹ A esse respeito sugerimos PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal: a Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo**. Coimbra: Quarteto, 2000.

violento, e de poucas liberdades públicas, representava a vitória sobre o fascismo – repetimos –, porém, a ruptura do Estado Novo português somente ocorreria com a Revolução de 25 de Abril de 1974, quando o país então extinguiu a experiência do corporativismo retornando ao regime democrático.

Vale lembrar que, embora declarada guerra, não houve embate da FEB com tropas japonesas⁷⁹², pois os militares brasileiros durante a II Guerra Mundial lutaram apenas na Itália, diferentemente dos norte-americanos, ingleses e australianos que, além do continente europeu, se envolveram em diversos combates na região do Pacífico.

⁷⁹² A pesquisa não encontrou subsídio digno de nota quando de buscas realizadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal - MNE, tocante aos interesses brasileiros no Japão.

CONCLUSÃO

1 - No decorrer desta dissertação, a hipótese de que partimos foi a da existência de um diálogo jurídico-político relevante entre Brasil e Portugal no período do Estado Novo brasileiro (1937-1945). Tomamos como base da investigação a ideia de que, para além da coincidência terminológica entre a designação utilizada para caracterizar ambos os Estados, existiu intercâmbio a diversos níveis entre os dois países, particularmente no âmbito jurídico-político com impacto sensível na realidade brasileira. Chamámo-lhe diálogo, empregando, em qualquer caso, o termo em um sentido amplo, abrangente, para além de contactos oficiais, incluindo iniciativas associadas a meios académicos, políticos e eventualmente religiosos realizadas fora do âmbito estritamente oficial.

Deixamos claro que, desde o início, a nossa perspectiva não foi a de contactos concretizáveis em resultados reciprocamente semelhantes em ambos os países, já que, dada a precedência com que o fenómeno político estadonovense ocorrera em Portugal, o fluxo seria seguramente maior deste para o Brasil, ficando o inverso mais focado na procura, por parte de Portugal, por via diplomática e através das visitas de intelectuais brasileiros, de informação sobre a evolução da realidade em terras de Vera-Cruz, na expectativa de que a aproximação do Brasil ao modelo seguido em Portugal se reflectisse no aprofundamento do tradicional relacionamento entre os países irmãos.

É verdade que a hipótese formulada, não era, em si mesmo, uma excentricidade. Existia já difusamente subjacente a passagens de algumas obras que convergiam ao tema escolhido, sem, contudo, dar tratamento específico. Porém, ao menos na óptica do Brasil, nunca havia sido investigada claramente como via possivelmente relevante a ter em conta na configuração do Estado Novo brasileiro e menos ainda como possibilidade a crivar através de uma procura *ex professo* orientada para a recolha de elementos com especial ênfase do seu lado.

Acreditamos que, em abono da hipótese, se recolheram elementos suficientemente significativos, e é nessa medida que aqui sintetizamos as principais conclusões a que foi possível chegar. Não temos a pretensão de estarem completas, não obstante os esforços despendidos nas investigações. Trata-se apenas de uma aproximação que poderá, talvez, no futuro ainda ser ampliada. Se politicamente corretas ou não, deixamos a avaliação para outros, pois que no trabalho apenas nos guiou a preocupação em respeitar os dados objectivamente conseguidos através da investigação.

2 - Antes, porém, ainda algumas referências enquadrantes.

2.1 - A investigação considerou variados factores. Vejamos. Na circulação de ideias entre os dois países nas primeiras décadas do século XX, destacou-se o pensamento republicano, o integralismo e especialmente o ideal corporativista, este último que julgamos de relevância. Também o catolicismo, desde sempre presente na base social de Brasil e Portugal, ao permitir o recurso a elementos comuns no domínio da crença, permitiu que a Igreja de Roma não se excluísse desses contactos, ainda que fazendo-o de forma autónoma.

Pode, portanto, falar-se também de um diálogo religioso a correr paralelamente ao diálogo jurídico-político, sem com ele se confundir, ainda que orientado de forma não antagónica e mesmo ocasionalmente colaborativa. De modo imaginativo, surge-nos à mente, neste caso, a visão do fenómeno do encontro das águas que ocorre na frente da cidade de Manaus, entre os rios Negro e Solimões, que ao entrarem no Amazonas correm durante certo tempo, em paralelo, sem, contudo, as águas se misturarem.

A este nível, um aspecto não queremos ainda deixar de referir, pela relevância no contexto do relacionamento entre o domínio religioso e o político. Falamos aqui da Doutrina Social da Igreja, em particular com a *Rerum Novarum*, que, nos últimos tempos do século XIX, se afirmou na Europa, enquanto proposta feita à sociedade civil para ultrapassar dificuldades que a industrialização tinha gerado, em particular no plano das desigualdades e do enquadramento ideológico e humanístico do poder.

O pensamento cristão, desse modo, tentava criar pontes entre a Igreja de Roma e o Estado adaptadas aos finais do século XIX, através das quais se procurava compatibilizar preocupações morais de cunho cristão e preocupações sociais relevantes no plano laico. Nelas se integrando componentes jurídicas como a defesa da propriedade privada e componentes políticas, como seja a aceitação da participação da sociedade civil nesse projecto, em uma lógica que para muitos se mantém apelativa até aos dias de hoje.

A Doutrina Social da Igreja tornar-se-ia rapidamente em um elemento intelectual incontornável em segmentos maiores ou menores, mas não despiciendo das elites políticas em algumas nações da Europa e, bem assim, de parte da força laboral nelas actuante, em particular na que sentiam maior empatia com os quadros culturais cristãos, por nessa Doutrina verem a possibilidade de conjugar a tradição moral e religiosa em que havia sido criada com a realidade industrial que participavam e da qual tiravam o sustento. Neste sentido, em breve se levantariam à sua volta movimentos associativos que rapidamente adquiririam expressão política interventiva, por meio da formação de partidos políticos, chamados de democracia cristã.

Mas, também contra essa Doutrina logo se levantaram vozes, de modo claro ou subreptício. Foi o caso de segmentos sociais adeptos do anarquismo oriundos da segunda metade do século XIX e de segmentos sociais defensores da ideia de democracia popular. Particularmente os segundos, em processo de crescimento embalado pelo discurso de certa elite intelectual e do proletariado, especialmente motivadas com o advento da Revolução Russa de 1917, actuando às claras no uso do espaço de intervenção que a democracia burguesa permitia, ou de modo subreptício como “compagnons de route”, principalmente através da intervenção de académicos, literatos, artistas e até militares sem se assumirem expressamente como aderentes à ideologia soviética. Estes indivíduos esperavam através de uma postura de aparente independência crítica, colaborar nos mesmos objetivos, e viam na Igreja e no pensamento político e social dela próximo, um obstáculo relevante a abater.

Ressalta-se que foi ainda, em alguma medida, o caso de segmentos sociais que em uma linha nacionalista e autoritária, mas institucionalista de raízes corporativas, como era o fascismo, esperavam por meio do enquadramento das massas, usá-las como instrumento de controle da sociedade em uma linha não democrática. Também para estes o papel da Igreja de Roma era prejudicial ou quando muito instrumental, actuando por isso em conformidade.

Contudo, o modelo seguido pelo pensamento nacionalista e autoritário na Europa nem sempre seguiu rumos absolutamente idênticos. Em Portugal havia um longo relacionamento entre Igreja e Estado, apenas atenuado ou cortado em momentos limitados e com efeitos não permanentes, como foram as épocas que seguiram a 1820 e a 1910. O regime estabelecido em Portugal a partir de 1926 não rejeitou a Doutrina Social da Igreja de Roma, procurando integrá-la como forma de pensamento conjugável com o corporativismo, ainda que na dependência deste. Nesse passo, a convivência harmônica entre catolicismo e Estado influenciou na formação do Regime do Estado Novo português.

Sendo Portugal, no nosso entendimento, simultaneamente origem e ponte não despreciada de ideias influenciadoras da construção do cenário político envolvente do Estado Novo brasileiro, também neste caso a Doutrina Social da Igreja as acompanhou, desempenhando um papel na ligação entre o corporativismo e fundo cristão da sociedade local. Foi, por isto, tal Doutrina também considerada no desenho do diálogo político-jurídico.

3 - Mister se faz referir a respeito do fundamento ideológico do Estado Novo brasileiro, no qual identifica-se a experiência portuguesa, o seu modelo de Estado, ao lado da influência fascista italiana que também tocou a Portugal, e o pensamento de Carl Schmitt. Assim, identificámos a presença de elementos provenientes de várias fontes sem prejuízo de outros que afloram em textos relacionados àquele período. Ao lado disso, existem os elementos conexos ao pensamento social da Igreja católica romana, que se encontravam preferentemente no domínio dos contactos religiosos, mas com relevância suficiente para não passarem despercebidos.

No que respeita aos primeiros, a ligação ao diálogo jurídico-político entre Portugal e Brasil não sofre grandes dúvidas, integrando-o por direito próprio. Já quanto aos restantes, a potencial autonomia conceptual respectiva, ao não permitir uma ligação nítida fez-nos hesitar em os associar ao diálogo em causa.

Sem prejuízo de não poderem ser excluídas outras vias, a verdade é que sentimos que também aqui o contacto cultural com Portugal, se não causa determinante, não lhes foi estranho, porque componentes com tal origem constavam, elas próprias, do substrato que deu corpo a tal diálogo. Nessa medida, associamo-los apenas, sem postular uma relação de dependência em termos de transmissão.

Em suma, o diálogo com Portugal contribuiu para a disseminação de elementos com tal origem junto de certos círculos, ainda que não lhe possa ser dado exclusividade ou primazia.

3.1 - Nessa linha de pensamento iniciamos os trabalhos desta dissertação por analisar teoreticamente o corporativismo, mais o advento da república em ambos os países com os pontos de contacto, o Integralismo lusitano, a Ação Integralista Brasileira, o pensamento social da Igreja de Roma, bem como a estrutura corporativa portuguesa surgida com a CRP/1933, esta que refletiu a realidade política daquela época até em terras brasileiras.

A aproximação política, comercial e cultural dos dois países, no período de 1930 a 1945, as similitudes havidas entre eles nesse mesmo período, também investigadas, levou a pesquisa ao encontro do diálogo jurídico, daí justifica-se a alusão a acordos culturais e ao nome de personalidades ligadas àquela realidade. Em especial a aproximação cultural entre Brasil e Portugal no período referido surpreendeu a pesquisa, os acordos celebrados e os seus frutos demandaram linhas indispensáveis à compreensão do tema da dissertação.

O diálogo jurídico ocorreu na sequência desses acordos. Diálogo, do latim “dialogus”, em nosso léxico retrata conversação. Daí, infere-se que entre os países, no período investigado, o que ocorreu em verdade foi uma grande obra

de conversação cujos resultados foram inovações legais e institucionais para o Brasil.

3.2 - O ideário político português de Estado autoritário, corporativo e antimarxista, que circulava nos primórdios da década de 1930, serviu de atração para que houvesse diálogo cultural, religioso e jurídico entre os dois países.

Nada disso é de se estranhar, dado que os laços culturais existentes há séculos, e a língua comum aos dois países, favoreceu, e ainda favorece, a circularidade de ideias, a execução de projetos governamentais e também o diálogo a respeito de qualquer tema, inclusivamente, a temática jurídica, considerando que o Direito brasileiro nasceu em berço lusitano e a mão que balança esse berço há muito guarda interesse pelo estudo do Direito brasileiro.

3.3 - É facto incontroverso na historiografia jurídica de Portugal e Brasil, que a Constituição brasileira de 1824, outorgada por D. Pedro I (em Portugal, D. Pedro IV), marcada pela inovação do quarto poder, o Poder Moderador, serviu de molde à Carta política portuguesa de 1826. Depois disso, intensificou-se o interesse investigativo a respeito do Direito de cada país e nos pontos de contacto entre os respectivos sistemas jurídicos afloram a filosofia jurídica comum aos dois países, não podendo o investigador negar que ambos os sistemas, desde há muito, respeitam os direitos de personalidade, dentre outros.

No período investigado, quando se confrontam o modelo constitucional do Estado corporativo português com o brasileiro, torna-se visível a similitude funcional do Conselho de Economia Nacional, inserto na CF/1937, com a Câmara Corporativa havida no Estado Novo salazarista, aquela que agia na defesa dos interesses das corporações emitindo pareceres para subsidiar o legislativo. Ao lado disto, houve evolução da literatura jurídica sobre o corporativismo em Portugal, diferentemente do Brasil, quando àquela altura existiam pouquíssimos pesquisadores, e sempre atrelados aos modelos de Itália e de Portugal.

3.4 - Relevante frisar sobre os dois países no período estudado, a ocorrência de plebiscito inserido no bojo das suas respectivas constituições, também um ponto comum. Porém, diferentemente de Salazar, Vargas não plebiscitou a sua Carta política de 1937, ficando a mesma órfã de legitimidade popular, facto que se não tivesse ocorrido poderia até ter ajudado politicamente o regime, mormente quanto a sua longevidade, tal como no caso português que subsistiu por mais de quarenta anos (1933- 1974).

Ainda sobre a Constituição de 1937, em especial quanto à semelhança com a Carta Política portuguesa de 1933, convém registrar as palavras do Embaixador luso, Martinho Nobre de Mello, que serviu no Rio de Janeiro durante todo o Estado Novo, em missiva diplomática dirigida a Salazar, quando disse, ainda que sem precisar a que passagens se referia: “Efetivamente em muitos pontos ela se inspira na nossa”.

3.5 - Durante a era do Estado Novo brasileiro, da aproximação dos países surgiram diplomas legislativos marcantes ao Regime Vargas, a exemplo não apenas da Constituição de 1937, como também do primeiro Código de Processo Civil em 1939, este que se espelhou no Código de Alberto dos Reis, como referido no item 8.3 deste estudo.

Reis, àquela altura, era um processualista consagrado em Portugal, reconhecido por juristas brasileiros, e chegou até a discorrer sobre a influência da realidade jurídica de Portugal sobre o digesto processual civil do Brasil, por meio de artigo de sua lavra, no ano de 1942, veiculado na *Revista Brasília*, editada pelo *Instituto de Estudos Brasileiros*, sediado então na Universidade de Coimbra, quando expressamente reconheceu que: “Onde a influência é incontestável é na admissão do *despacho saneador*”.

Do contexto acima, fica reforçado a similitude entre os países àquela altura, e mesmo um diálogo jurídico, tudo o que serviu de contributo à formação do Estado Novo varguista.

Ao lado disso, os diálogos havidos levaram à criação de instituições públicas como o *Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP* (homólogo ao *SPN* português) e da *Juventude Brasileira* (homóloga da *Mocidade Portuguesa*). Tais instituições de propaganda ajudaram sobretudo na aproximação e no diálogo entre os países, chegando cada qual a manter representação em Lisboa e Rio de Janeiro, afora a edição em parceria da *Revista Atlântico*, de circularidade binacional.

No que pertine à *Juventude Brasileira*, a ela caberia promover ações em prol da condução moral e educacional dos jovens brasileiros durante o regime varguista, tal como ocorria em Portugal de Salazar através da *Mocidade Portuguesa*. Assim, vê-se nesse exemplo português um contributo à formação da estrutura do Estado Novo brasileiro.

4 - Da interação luso-brasileira, no período estadonovista de Vargas, fica patente o diálogo jurídico na tese do jurista Barreto Campello, “*A Dupla Nacionalidade dos Portugueses no Brasil (teoria da quási-nacionalidade)*”, reconhecida e louvada expressamente por Marcello Caetano em artigo publicado na revista *O DIREITO*, em Lisboa. Em adição, mostramos que houve contacto pessoal entre eles, quando da visita de Caetano à *Faculdade de Direito do Recife* em 1941, facto depois veiculado na imprensa de Pernambuco, através do periódico *Jornal do Commercio*, em 13 de Junho de 1943, portanto, ainda na vigência do Estado Novo.

A tese defendida por Barreto Campello igualmente atraiu a atenção do Cônsul de Portugal no Recife, Manuel Anselmo, eis que promoveu palestra daquele jurista no Ciclo Cultura Luso-Brasileiro, em 1942, conclave esse encabeçado pelo próprio Anselmo, ocorrido no Gabinete Português de Leitura do Recife, e de tudo dando-se conhecimento a Salazar.

4.1 - Também evidente o diálogo jurídico no caso de Gilberto Osório, este que elaborou tese intitulada *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa* para concorrer à cátedra de Direito Internacional Público da *Faculdade de Direito do Recife*, com a orientação de Manuel Anselmo, enquanto Cônsul de Portugal no

Recife, o qual depois remeteu exemplar daquele trabalho acadêmico ao próprio Salazar e com dedicatória do autor, conforme consta em missiva diplomática localizada pela pesquisa.

4.2 - Ainda o acolhimento de Marcello Caetano e Júlio Dantas pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, na qualidade de sócios, são mostras de diálogos jurídicos havidos naquele tempo.

4.3 - Todavia, o mais intenso diálogo jurídico entre os países se dá no âmbito do Direito Internacional, isto durante a II Guerra Mundial, diálogo que mui contribuiu na condução dos interesses externos do Estado Novo varguista, eis que Portugal assumiu a representação diplomática do Brasil nos países do Eixo naquele período, já que era neutral no conflito, ao contrário do Brasil, que dele participou mediante o envio de tropas à Itália para lutar ao lado dos Aliados. Deve-se a Portugal a libertação do Embaixador brasileiro, Luiz de Souza Dantas, o qual esteve por longos meses sob custódia dos nazistas na Europa em guerra.

4.4 - Um outro diálogo jurídico surpreendente foi a possibilidade da advocacia em Regime de reciprocidade no curso do Estado Novo de ambos os países. Assim, era permitido aos advogados do Brasil exercerem o seu mister profissional em Portugal, e vice-versa, incomum em regimes não democráticos e de poucas liberdades públicas, onde a livre expressão dos advogados é reduzida frente ao poder público e junto aos governantes em exercício. Inseridos nessas circunstâncias a defesa de interesses e direitos contrários aos regimes brasileiro e português era algo inconveniente, desmotivador, e exigia coragem dos advogados.

O referido diálogo jurídico, crucial aqui ressaltar, ultrapassou o período do Estado Novo de ambos os países, e ainda hoje existe, mercê da atual legislação portuguesa (Lei nº 145 de 09/09/2015 - Art. 201º, nº 2) e brasileira (Provimento nº 129/2008 do Conselho Federal da OAB; e Art. 8º da Lei nº 8.906 de 04/07/1994).

É evidente que houve apropriação da nomenclatura *Estado Novo*, uma imitação material do regime havido em Portugal, mas que os brasileiros não o copiaram totalmente. No Brasil, partiu do jurista Francisco Campos a alcunha *Estado Novo* para nominar o regime varguista, lembrando ter sido ele o seu mentor jurídico, bem como o autor da Constituição de 10 de Novembro de 1937.

5 - Queremos ainda salientar nesta etapa conclusiva uma outra referência enquadrante. Consiste em um dado que, de alguma forma, nos surpreendeu, uma vez que inicialmente esperávamos deparar com algo diverso. Pode-se resumir em uma frase simples: não existiu um pensamento teórico genuinamente brasileiro, globalmente estruturado, a enquadrar o Estado Novo no Brasil.

Esta constatação foi para nós um resultado não esperado. Uma vez que o Estado Novo brasileiro esteve associado a um quadro interventivo com apreciável impacto social, dada a motivação gerada junto de segmentos amplos da classe política e das massas, era admissível e até provável esperar que tivesse surgido um pensamento teórico propriamente estruturado vindo da intelectualidade nacional, ainda que tributário de construções teóricas plasmadas em obras de autores estrangeiros.

Caso, todavia, assim tivesse ocorrido, o teria certamente sido recebido de braços abertos pelos próceres do Estado Novo, já que lhe daria o respaldo intelectual que qualquer movimento revolucionário sempre considera útil à respectiva justificação política. De facto, nomes como Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Viana e outros próximos da órbita do poder varguista poderiam ter desempenhado esse papel. Mas, assim não foi, ao menos com a relevância que se esperaria.

No que lhes respeita preferiram geralmente servir de caixa de ressonância de ideias importadas, sem uma construção autónoma, criativa, que desse alma própria à experiência brasileira de que se sentiam parte. Ao contrário do que se passou em Portugal, onde surgiram numerosos escritos a justificar teoricamente o Estado Novo, introduzindo sobre o pensamento

corporativo pitadas de portugalidade procuradas na mentalidade lusa ou na História nacional, recorrendo por vezes a um passado mais ou menos mítico, mas em qualquer caso, justificante de alguma especificidade, no Brasil tal não aconteceu.

Em qualquer caso, este conjunto de intelectuais, por escasso em número e no resultado da sua reflexão não nos parece ser suficiente para invalidar o que dissemos acima.

5.1 - No que diz respeito a Azevedo Amaral, o qual, não sendo jurista, mas licenciado em medicina e jornalista de profissão, no percurso estadonovista publicou uma obra meramente laudatória para saudar o novo regime (*Estado autoritário realidade nacional*, em 1938), e com intuito de firmar que o mesmo não era totalitário e sim autoritário, em suas palavras um “estado democrático autoritário”. Cuidou ele ainda de traduzir para o português a obra de Manoilescu, *O século do corporativismo*. Foram estas as suas contribuições. Merece ressaltar que a sua definição do Estado Novo guarda sintonia com Agamenon Magalhães, este um jurista que fora ministro do trabalho de Vargas, depois interventor na unidade federativa de Pernambuco, e que por meio de artigo de jornal intitulado *A Teoria do Estado Novo*, afirmou que dentre as formas de Estado, a do Brasil, trazido com a Constituição de 1937, era de “uma democracia autoritária corporativa”.

5.2 - Quanto a Francisco Campos, um jurista já consagrado ao tempo do Estado Novo, egresso da academia, e ministro da pasta da justiça do Governo Vargas, foi ele o autor da Constituição de 1937, cujos traços italianos e portugueses apontamos neste trabalho. Dele também a obra *O Estado Nacional*, editada em 1938, na qual justifica a necessidade do corporativismo como política estatal, segundo a sua defesa, um terceiro caminho entre o comunismo e o liberalismo, portanto, nada inovador. Na citada obra, Campos enaltece a figura do chefe da nação, a sua concentração de poder e uma carta política antiliberal semelhante a encontrada em *A Teoria da Constituição*, de Carl Schmitt (1928).

5.3 - Já Oliveira Viana, também jurista, durante o Estado Novo tratou a respeito da justiça laboral no formato corporativo, bem como da organização sindical. Publicou ele, naquele tempo, duas obras voltadas àquelas temáticas nos moldes do fascismo italiano (*Problemas de Direito Corporativo*, em 1938, e *Problemas de Direito Sindical*, em 1943), sem revelar ineditismo.

5.4 - Ao lado desses nomes acima, fazemos ressalva ao nome do jurista Miguel Reale, que foi um defensor do corporativismo enquanto militante da Ação Integralista Brasileira (AIB). Lutou Reale por aquele ideal, pois esteve à frente da doutrina de tal movimento político e com isto produziu literatura pertinente, contudo, inspirado nos modelos italiano e português, como explanado nas primeiras linhas do item 5.2 deste trabalho. Foi Reale um intelectual de relevo, mas a pesquisa não localizou escritos do mesmo em prol do Estado Novo, o que não é de se estranhar, porque o regime estadonovista fechou todos os partidos políticos, inclusivamente a AIB, e perseguiu muitos dos seus membros, até colocando-os em prisão, após o *putsch* de Maio de 1938 protagonizado por elementos integralistas contra o Presidente Getúlio Vargas. Reale, durante o período estadonovista foi afastado da política, e após retornar do exílio na Itália, voltou-se ao mundo acadêmico com êxito, tornando-se docente de uma instituição pública, no caso, a *Universidade de São Paulo*, o que não ocorreria caso, todavia, mantivesse aquele tempo uma ação oposicionista ao regime.

Em suma, na inexistência de um pensamento teórico estruturado usado como suporte, pode entender-se que o Estado Novo brasileiro se orientou, em boa medida, pela mera transposição de um modelo externo adaptado à realidade local em função das conveniências e facilidades de uma apropriação teórica.

6 - Por fim, referimos a Gilberto Freyre como intelectual marcante da década de 1930, que em uma perspectiva sociológica elaborou a sobejamente conhecida construção sobre a base social brasileira, hipervalorizada pelo Estado Novo português, uma vez que se ajustava à sua narrativa nacionalista e que, por

razões acadêmicas, atraiu estudos de investigadores europeus e americanos, sendo ainda hoje conhecida e merecedora de atenção intelectual.

Convém salientar que o pensamento de Freyre, àquela altura, foi alvo de diversas críticas feitas por uma multiplicidade de pontos de vista sociológicos, históricos e até políticos em relação ao passado colonial português, o que, porém, não abalou a produção intelectual dele. No clássico *Casa Grande & Senzala* (1933) – no tocante à base social brasileira, quando trata da importância do negro, dentre outras coisas – e em outra relevante obra sua – *O Mundo que o Português Criou*, de 1940, na qual enfoca a colonização lusa nos trópicos – defendeu Freyre as consequências positivas da miscigenação entre colonizados e colonizadores, anulando com isso uma concepção racista do processo colonial português.

Antes disso, já nos idos de 1930, Freyre exaltava a importância do negro na formação social brasileira, o que desagradava a muitos em um Brasil conservador comandado por homens brancos e conservadores.

No período estadonovista a atuação intelectual de Freyre concorreu para o processo de aproximação cultural entre Brasil e Portugal, para diálogo nesse sentido, tendo ele encontrado acolhimento pelo Estado Novo português. Por outro lado, sofreu oposição do próprio regime varguista, inclusive com um episódio de prisão arbitrária em Pernambuco (em 1942), que embora breve, foi constrangedor, como qualquer tipo de encarceramento. Diferentemente de alguns intelectuais, Freyre não demonstrou em seus estudos dificuldades ou discriminação em lidar com as raízes lusitanas, um traço das suas obras.

7 - As abordagens feitas ao longo do presente trabalho não se esgotam. Dizia o Professor Nelson Saldanha, em aulas ministradas na *Faculdade de Direito do Recife*, que “nenhuma obra é definitiva” e, assim, cremos que o debate sobre a importância do diálogo jurídico e contributo português na criação e condução do Estado Novo brasileiro perdurará ainda por muito, dado que culturalmente ele sobrevive e será reforçado com o achado de novas fontes de consulta.

Não conseguimos também imaginar o seu fim, porque está umbilicalmente ligado à História política, jurídica e cultural de Portugal e Brasil, fundamental para atrair a atenção de estudiosos, mormente nos tempos atuais quando a tecnologia da informação facilita e acelera a busca de conhecimento e dados. Evidentemente não se tem a pretensão de esgotar o tema com o presente estudo; pelo contrário, a sua complexidade e extensão talvez possam vir a motivar o desenvolvimento de novas e frutíferas linhas de pesquisa, não apenas restritas ao período do Regime ditatorial de Vargas, mas também a outros, a exemplo do regime militar iniciado no Brasil em 1964 e findo em 1985, cuja existência guarda interseção com o Estado Novo português até o ano de 1974.

Pelo exposto, o objetivo deste estudo foi atingido, tendo em vista a confirmação da hipótese, ou seja: a confirmação de um diálogo jurídico entre Brasil e Portugal e de um contributo português na formação e condução do Estado Novo brasileiro.

Por fim, factos históricos e revelações jurídicas abordadas ao longo desta dissertação nos levam a concordar com Miguel Reale para quem “A vida do Direito é o diálogo da História”.

REFERÊNCIAS

I – AUTORES

ACADEMIA BRASILEIRA DE MÚSICA. **Instituição**. 2018. Disponível em: <http://www.abmusica.org.br/pagina.php?n=historia&id=20>, Capturado em: 10 Março 2018.

ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. **Instituição**. 2018. Disponível em: https://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/?page_id=62. Capturado em: 17 Maio 2018.

ADEODATO, João Maurício. **Continuidade e originalidade no pensamento jurídico brasileiro: análises retóricas**. ADEODATO, João Maurício. (Org.) 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

AFONSO, Rui. **Um homem bom: Aristides de Souza Mendes**. 2. ed. Portugal: Texto Editores, 2003.

ALBUQUERQUE, Martim de. **A doutrina social da igreja**. Lisboa: [s.n.] FDL 1963.

ALBUQUERQUE, Ruy; ALBUQUERQUE, Martim de. **História do Direito Português**. vol. 1, Sintra: 2005.

ALMEIDA, Isabel Banond de. **A Ideia de Liberdade em Portugal**, Lisboa: Almedina, 2012.

ALVES, Sílvia. A pena de morte no pensamento jurídico setecentista. In: **História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva**. BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo. (Orgs.) São Paulo: Editora Atlas, 2012.

AMARAL, Anotónio José de Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: O. Mena Barreto, 1930.

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Azevedo%20Amaral-1.pdf>. Capturado em: 09 Junho 2018.

AMARAL, Diogo Freitas do. **Direito comparado**. Coimbra: Almedina, 2014, v. 1.

AMARAL, Diogo Freitas do. **História do pensamento político ocidental**. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2012.

AMARAL, Diogo Freitas do. **Manual do direito administrativo**. 1. ed. Coimbra: Editora Almedina, 1986.

AMARAL, Diogo Freitas do. **Uma introdução à política**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

AMARAL, Maria Lúcia. **O problema da função política dos Grupos de Interesse (Do Pluralismo ao Neocorporativismo)**, in *O Direito*, Anos 106-119.^o. Lisboa 1974-1987.

AMEAL, João. **Decálogo do Estado Novo**. Lisboa: Edições SPN, 1934.

AMEAL, João. **Os nossos Livros**, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de Outubro de 1920; **Moscovo perdeu a partida**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 13 de Novembro de 1937; **Brasileiros e Portugueses**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 25 de Junho de 1939; **Fraternidade Luso-Brasileira**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 22 de Abril de 1939; **Festa de Família**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 23 de Maio de 1940; **Portugal de oito Séculos**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 26 de Julho de 1940; **Portugal, Brasil e os Centenários**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 6 de Fevereiro de 1941; **Portugal e os seus Amigos**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 7 de Dezembro de 1941; **Fraternidade Luso-Brasileira**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 3 de Maio de 1942; **Rumos do Espírito**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 25 de Janeiro de 1944; **Só assim Venceremos**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 12 de Maio de 1944; **O apêlo de Plínio Salgado**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 18 de Julho de 1944; **Apresentação da obra “O Rei dos Reis e Mensagens ao Mundo Lusíada”**, de Plínio Salgado, Lisboa, ed. Pro Domo, 1945; **O Rei dos Reis**, in *Novidades*, Lisboa, 6 de Janeiro de 1945; **Rumos do Espírito**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 4 de Dezembro de 1945; **O Estado é meio e não fim**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 8 de Abril de 1947; **Primeiro, Cristo!**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 23 de Abril de 1947; **Portugueses e Brasileiros**, in *Jornal de Notícias*, Porto, 12 de Julho de 1947; **José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil**, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 19 de Junho de 1949; **Plínio Salgado e a nova luta por Cristo**, in *Plínio Salgado – in Memoriam*, vol. II, São Paulo, ed. Voz do Oeste, 1986.

AMEAL, João. **Panorama do Nacionalismo Português**. Lisboa: Editora José Fernandes Júnior, 1932;

AMORA, Antonio Soares. **Carlos Malheiros Dias: Um Escritor Fronteiriço**. Lisboa: 1986.

AMORIM, João Pacheco de. **A liberdade de escolha da profissão de advogado: procedimento administrativo de concretização**. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

ANDERSON, Perry. **Linhagem do Estado Absolutista**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa**. Recife: Tipografia do Diário da Manhã, 1943.

ANGEL, Miguel. Perfecto. **EL corporativísimo en España: desde los orígenes a la década de 1930. Pasado y Memoria**. Revista de Historia Contemporánea. vol. 5, 2006.

ANSELMO, Manoel. **As ideias sociais e filosóficas do Estado Novo**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1934.

ANSELMO, Manuel. **Família Literária Luso-Brasileira: ensaio de literatura e estética**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.

ANSELMO, Manuel. **Manoel Lubambo, a amizade luso-brasileira e a latinidade**. Recife: Edição do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, 1943.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2009.

ARAÚJO, Fernando. **Adam Smith e o conceito mecanicista de liberdade**. Almedina: Coimbra, 2001.

ARCHIVOS ONLINE: La Guerra Civil Española a través del Archivo Rojo. 2009. Disponível em: <http://historiaglobalonline.com/2009/03/10/archivos-on-line-la-guerra-civil-espanola-a-traves-del-archivo-rojo/>. Capturado em: 23 Maio 2018.

AREIAS, Laura; NOGUEIRA, Lucila. **Monografia do Gabinete Português de Leitura: comemoração do sesquicentenário, 1850 - 2000**. Recife: Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 2001.

ARENTD, Hannah. **A Origem do Totalitarismo**. São Paulo: Verba Editorial, 2015, p. 319. ISBN 978-85-8086-527-1.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasil: Coleção Martin Claret, obra-prima de cada autor, vol. 61, 2006.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRAIS, Monte. **O Estado Novo e suas Diretrizes**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 199.

ARRIAGA, Lopes. **Mocidade portuguesa breve história de uma organização salazarista**. Lisboa: Editora Terra Livre, 1976.

ARRUDA, Hélio Mário de. **Oliveira Vianna e a legislação do trabalho no Brasil 19302-1940**. Dissertação de mestrado em História Social. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo, 2006, 141 f. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/71354172.pdf>. Capturado em: 25 Agosto 2017.

ASCENSÃO, Leão Ramos. **O Integralismo lusitano**. Porto: Edições Gama, 1943.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de. **O Estado Novo brasileiro como espelho do salazarismo: Autoritarismo e corporativismo na seção “crítica” da Revista Brasília (1942-1944)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a.178 (474):249-274, maio/ago. 2017, p. 262.

AUAD, Denise. **Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição federal brasileira**. São Paulo: Revista de Direito da Universidade de São Paulo, V. 103, Janeiro 2008, p. 352. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67809/70417>. Capturado em: 14 Julho 2018.

AUNÓS, Eduardo. **La política social de la Dictadura**. Madrid: [s.n.], 1944

AZEVEDO, Ferdinand. **Resgatando a Vida e as Obras de Manoel da Costa Lubambo: 1903-1943**. Recife: FASA, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Coleção Constituições brasileiras**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 3. ed., 2012, vol. 2.

- BARONE, João. **O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.
- BARRETO, Tobias. **Filósofo e escritor brasileiro**: biografia de Tobias Barreto. Disponível em: https://www.ebiografia.com/tobias_barreto/. Capturado em: 22 Maio 2018.
- BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- BENEDUZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina. **Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a América Latina e a Europa**. Edizioni Ca' Foscari – Digital Publishing (edição), 2017. Disponível em: <http://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/libri/978-88-6969-123-2/> - Capturado em: 18 Maio 2017.
- BERGER, Harry. **Biografia**. (vd. Coutinho, Amélia). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert>. Capturado em: 24 Agosto 2018.
- BERTONHA, João Fábio. **Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943**. Paraná: Revista de História Regional, V. 5, n. 2, 2000, p. 83-112. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/159.%20Capturado%20em%2023.08.2017>. Capturado em: 23 Agosto 2017.
- BERTONHA, João Fábio. **O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no Integralismo brasileiro**. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 33, 2013, n. 66.
- BERTONHA, João Fábio; SALGADO, Plínio. **O Integralismo Brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1945), Análise Social**. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 46, n. 198, 2011.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BOBBIO, Norberto. **Do fascismo à democracia**. São Paulo: Editora Campus, 2017.

BONALD NETO, Olímpio. **Ideologia nos anos 30. Modernismo: regionalismo, Integralismo**. 15. ed. Recife: Editora Bagaço, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros Editora, 2016.

BOTELHO, Afonso. **Integralismo Português**, in Cidade Nova, II série, n.º 5, 1951.

BOTZ, Gerhard. **A vaga corporativa: corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

BRAGA, Luís de Almeida. **Integralismo lusitano conferência**. Porto: Composto e Impresso na Tipografia da Oficina de S. José, 1921.

BRAGA, Teófilo. **A obra literária**. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=37> - Capturado em: 15 Abril 2018.

BRANDÃO, Fernando de Castro. **História diplomática de Portugal, uma cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

BRANDÃO, José. **Portugal trágico: o regicídio**. Lisboa: Âncora Editora, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reino Unido (1815-1822)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/reinounido.html> - Capturado em: 08 Julho 2108.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República da Áustria**. 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4836-republica-da-austria>. Capturado em: 24 junho 2018.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

BUENO, Roberto. **Francisco Campos e o autoritarismo brasileiro. Um diálogo oculto com Carl Schmitt**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil, rbueno_@hotmail.com., p. 7. Recibido: 10/02/2015 e Aceptado: 17/11/2015. *Res Publica. Revista de Historia de las*

Ideas Políticas. Vol. 19. Núm. 1 (2016): pp. 77-98. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RPUB/article/viewFile/52207/48131>. Capturado em: 24 Agosto 2017.

BULLOW, Oscar Von. **Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais**. 2. ed. Campinas: LZN Editora, 2005.

BUZAID, Alfredo. **A influência de Liebman no direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vol. 72, n. 1, 1977. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66795>. Capturado em: 21 Janeiro 2017.

CAETANO, Macello. **O sistema corporativo**. Lisboa: Jornal do Comércio e das Colônias, 1938.

CAETANO, Macello. **Problemas da Revolução Corporativista**. Lisboa: Editora Acção, 1941.

CAETANO, Marcello. **A antiga organização dos mestres da cidade de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1942.

CAETANO, Marcello. **A depreciação da moeda depois da guerra**. Coimbra: Coimbra Editora, 1931.

CAETANO, Marcello. **Amamos a Europa, como ela sofremos física e moralmente...** Revista Atlântico, 1942.

CAETANO, Marcello. **Lições de direito corporativo**. Lisboa: [s. n.], 1935.

CAETANO, Marcello. **Manual de ciência política e direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Editora Almedina, 1986.

CAETANO, Marcello. **Manual de Direito Administrativo**. vol 1. Almedina: Editora Almedina, 2008.

CAETANO, Marcello. **Minhas Memórias de Salazar**. Lisboa: Verbo, 1977.

CAETANO, Marcello. **Páginas Inoportunas**, Lisboa: Ed. Bertrand, s.d.

- CAETANO, Marcello. **Posição Actual do Corporativismo Português**, título da conferência de Marcello Caetano, publicação do Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 2, Editora Império, Lisboa, Março de 1950.
- CAIEIRO, Joaquim Croca. **Na génese do Corporativismo: Martinho Nobre de Melo**, *in* Futuro Presente, n.º 46. Lisboa: 1999.
- CAMARGO, Aspásia. **O Golpe silencioso e as origens da República corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMPELLO, Barreto. **A Dupla Nacionalidade dos Portugueses no Brasil: (teoria da quási-nacionalidade)**. Recife: Ciclo Cultural Luso-brasileiro, 1942.
- CAMPELO, Barreto. **Biográfico**. 2007. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campelo> - Capturado em: 18 Janeiro 2017.
- CAMPOS, Francisco. A consolidação jurídica do Regime, *in* **O Estado Nacional**. Brasil: Editora, SSETSF, 2001.
- CAMPOS, Francisco. Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *In* **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/francisco_campos - Capturado em: 24 Agosto 2017.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**. Brasília: Senado federal, 2001.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940.
- CANCELLI, Elizabeth. “Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente”. *In*: **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 323.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.

- CÂNDIDO, João. **A luta pelos direitos humanos**. 2014. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_joao_candido_luta_dh.pdf - Capturado em: 29 julho 2017.
- CARDOSO, Adalberto. **Estado Novo e Corporativismo**. Juiz de Fora: Locus Revista de História, V. 13, 2007, n. 2. <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1239> - Capturado em: 01 Março 2017.
- CARDOSO, J. Pires. **Corporativismo, Vol. I**. Lisboa: Editorial Império, 1950.
- CARDOSO, J. Pires. **Corporativismo: vol. I** (Introdução), Edição do Autor, 1950.
- CARDOSO, J. Pires. **Curso de Direito Corporativo**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1949.
- CARDOSO, J. Pires. **Uma Escola Corporativa Portuguesa**. Lisboa: Gabinete de Estudos Corporativos, 1949.
- CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. **O Corporativismo integralista - uma breve exposição de projetos de Estado**. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal – RN. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Capturado em: 30 Julho 2018. ISBN 978-85-98711-11-9.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- CARVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Editora Nacional, 1955, vols. 1 e 2.
- CARVALHO, Jean Augusto G. S. **Othmar Spann e o conceito de Estado Corporativo**. Disponível em: <http://acaoavante.blogspot.com/2016/10/othmar-spann-e-o-conceito-de-estado.html>. Capturado em: 01 Julho 2018.
- CARVALHO, Joaquim Barradas. **O obscurantismo salazarista**. 1. ed. Lisboa: Seara Nova Editora, 1964.
- CARVALHO, Rivera Martins de. **Pensamento Integralista perante o Estado Novo**. Caderno 3. Lisboa: Impresso nas Oficinas de São José, 1971.

- CARVALHO, Ruben de. **A internacional Avante Camarada**. 2018. Disponível em: <https://www.pcp.pt/partido/anos/80anos/texto-ruben.html>. Capturado em: 07 Julho 2018.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 2011.
- CASTRO, Flávia Lages de. **História do direito geral e Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. **Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHP pelas ruas do Recife**. Dissertação de Mestrado em História aprovada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2017. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_amanda-cavalcanti - Capturado em: 18 Maio 2018.
- CAZETTA, Felipe Azevedo. **Charles Maurras e o Surgimento do Integralismo lusitano: teoria e apropriações doutrinárias**. Revista Cantareira, vol. 17, Jul-Dez, 2012.
- CAZETTA, Felipe Azevedo. **Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileira: análises em torno do Integralismo lusitano e da ação integralista Brasileira (1914-1937)**. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016, 440 f. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1817.pdf>. Capturado em: 29 Julho 2017.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves. **Mensagem do SNR. Cardial Patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira aos Portugueses do Brasil**. Lisboa, Dez, 1934.
- CHORÃO, Luís Bigotte. “Os Antecedentes e a Fundação da (Das origens a 1927)”. In: **A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário**. Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2014. vol. 1.
- CHORÃO, Luís Bigotte. **A crise da República e a Ditadura militar**. 1. ed. Lisboa: Editora Sextante, 2009.
- CICLO Cultural luso-brasileiro, no Recife – Uma iniciativa de vivo alcance intelectual do Consul Manoel Anselmo. **Jornal Diário de**

Pernambuco, Recife, 11 Abril 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Capturado em: 20 Janeiro 2016.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

COINTET-LABROUSSE, Michèle. **Vichy et le fascisme**. França: Editions Complexe, 15 Janeiro 1999.

COLLOTTI, Enzo. **Fascismo, fascismi**. Milão, Sansoni Editore, 1994.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO. **Coleção do Jornal Diário da Manhã (1927-1985)**. 2016. Disponível em: <http://www.cepedocumento.com.br/diario-da-manha.html>. Capturado em: 22 Janeiro 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSTANT, BENJAMIN. **Reflexions sur les constitutions et les garanties sur les constitutions et les garanties**. Paris: H. Nicolle, a la Librairie Stereotype, 1814.

CONTRERAS, Eduardo Montagut. **La Assamblea Nacional Consultiva de Primo de Rivera**. 2015. Disponível em: <http://www.andalan.es/?p=10466>. Capturado em: 25 Maio 2018.

CORREIA, I. S. M. **Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a Ditadura militar (1971- 1984)**. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. **Manual de direito romano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017. (Série “Cadernos Diáticos; Livros Cadernos Ltda, n. 4744).

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Teatro e censura Vargas e Salazar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe...** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

- COUTURE, Eduardo. **Los Mandamientos del abogado**. 2016. Disponível em: <https://www.fder.edu.uy/node/20>. Capturado em: 11 Julho 2018.
- CRUZ, Manuel Braga da. **As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- CRUZ, Manuel Braga da. **Monárquicos e Republicanos no Estado Novo**. Lisboa: Publicações Dom Qixote, 1986.
- CRUZ, Manuel Braga da. **O Integralismo lusitano nas origens do Salazarismo**. In: ANÁLISE Social, V.XVIII (72-73-74), 1983, pp. 137-182.
- CUNHA, Ferreira da. **Repensar o direito: um manual de filosofia jurídica**. [S.l.]: Imprensa Nacional - Casa da Moeda S.A, 2013.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. A influência italiana nas atividades científicas brasileiras. In: DE BONI, Luís. Antônio. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Vargas, Getúlio 1883-1954**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares, 62).
- DANTAS, Luiz Martins de Souza. **Biografia: 1876-1954**. 2015. Disponível em: <http://www.rivkah.com.br/tradicoes/dantas/dantas.htm>. Capturado em: 21 Dezembro 2015.
- DARD, Olivier. **Charles Maurras**. França: Armanda Colin, 201.
- DARÓS, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial, a longa travessia**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- DE BONI, Luís Antônio. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- DIÁRIO DA MANHÃ E ÉPOCA. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. 2014. Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1202742>. Capturado em: 17 Agosto 2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição de 11 de Abril de 1942, p. 9. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Capturado em: 20 Janeiro 2016.

DICIONÁRIO POLÍTICO. **Le Chapelier, Isaac-René-Guy**. 2017. https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/le_chapelier.htm. Capturado em: 17 fevereiro 2017.

DUARTE, Gil. **A paisagem legal do Estado Novo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

DULLES, John W. Foster. **O comunismo no Brasil (1900-1935: repressão em meio ao cataclismo mundial)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Coleção: Brasil Século 20).

DULLES, John W. Foster. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DULLES, Jonh W. Foster. **Getulio Vargas biografia política**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

EMBAIXADA E CONSULADO DOS EUA NO BRASIL. **Duzentos anos**. <https://br.usembassy.gov/pt/embassy-consulates-pt/recife/>. Capturado em: 08 Julho 2018.

ERIRRO, Pierluigi Ettore. **O romance do advogado**. Rio de Janeiro: Editora Vechi, 1939.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo - Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FELICE, Renzo de. **Le interpretazioni del fascismo**. 9. ed. Roma e Bari: Editora Laterza, 2007.

FERNANDES, António Júlio de Castro. **O Corporativismo Fascista, Lisboa, 1938; Princípios fundamentais da Organização Corporativa Portuguesa**. Lisboa: Editorial Império, 1944.

FERNANDES, António Júlio de Castro. **Temas corporativos**. Lisboa: Edições SPN, 1944.

FERNANDES, Carlos. **O cônsul Aristides Sousa Mendes – a Verdade e a Mentira**. Lisboa: Editora Apolo 70, 2013.

FERRÃO, Carlos. **O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)**. Lisboa: Inquérito, 1964, vol. 2.

FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva. **Theoria do direito penal applicada ao codigo penal portuguez comparado com o codigo do Brazil, leis patrias, codigos e leis criminaes dos povos antigos e modernos**. Lisboa: Typ. Universal, 1856-1857. Cota do exemplar digitalizado: sc-3960-p_4.

FERREIRA, David. **Integralismo Lusitano**, in **Dicionário de História de Portugal**, vol. II. Lisboa: 1971.

FERREIRA, Nuno Estevão. **“O Corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1939)”**, in **O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. PALOMANES, Francisco Carlos; PINTO, António Costa (Org.) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha. **«António Sérgio e os Integralistas»**, in **Revista de História das Ideias**. vol. 5. Lisboa: 1983.

FERREIRA, Silvestre Pinho. **Observações sobre a constituição do império do Brasil e a Carta Constitucional do reino de Portugal**. Paris: Casimir, 1831.

FERREIRA, Waldemar Martins. **História do Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Editroa Max Limonad, 1954.

FERRO, António. **Salazar, O Homem e a sua Obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FONTANA, Remy J. **Comuna de Paris - 130 anos 28 março – 28 maio 1871 (62 dias que assombraram/encantaram/chocaram o mundo)**. **Revista Espaço Acadêmico**, Maio, 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/000/0fontana.htm>. Capturado em: 28 Maio 2010.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A idade média, nascimento do ocidente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRANCO, Álvaro da Costa. **Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada 1940-1942**. Álvaro da Costa Franco (Org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FRANCO, Eduardo Maia. **Corporativismo Português**. Recife: 1954.

FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estevão; RODRIGUES, Ana Margarida. **Estudos e relatórios**. 2014. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2014/er2014_1.pdf. Capturado em: 14 Março 2017.

FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estêvão; RODRIGUES, Ana Margarida. **Corporativismo e Estado Novo: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)**. Lisboa: Editora Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10917>. Capturado em: 10 Janeiro 2016.

FREITAS, Pedro Caridade de. **Waldemar Martins Ferreira, in: A Faculdade de Direito de Lisboa no seu centenário**, vol. II - Os Doutores, Lisboa, 2013, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ISBN 0870-3116.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. 2017. <http://www.integralismo.org.br/?cont=787#.W-td3-hKjIU> - Capturado em: 10 janeiro 2014.

FREYRE, Gilberto. **“Antonio Sardinha”**. Recife: Revista do Norte, n.1. p. 5-6, 1925. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/>. Capturado em: 12 Junho 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o Regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48.ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o Português criou**. São Paulo: Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>. Capturado em: 13 Agosto 2017.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Apresentação**. 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre> - Capturado em: 11 Julho 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Biografia de Oswaldo Aranha**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Oswaldo_Aranha - Capturado em: 24 Agosto 2018.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962.

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DE PERNAMBUCO. **Histórico**. 2018. <http://www.gplpe.com.br/site/home/historico> - Capturado em: 20 Setembro 2015.

GARCIA, Francisco B. **El sindicalismo vertical: burocracia, control laboral y representación de intereses en la España franquista, 1936-51**. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2010.

GARÇON, Maurice. **O advogado e a moral**. [S.l.]: Editora Armênio Amado, 1963.

GARRIDO, Álvaro. **O Corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma Reflexão Teórica Partindo do Caso Português**. In: A ERA DO CORPORATIVISMO: REGIMES, REPRESENTAÇÕES E DEBATES NO BRASIL E EM PORTUGAL. ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges (Orgs.). Dados eletrônicos. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.1 recurso **on-line** (454p). Série mundo contemporâneo 10; p. 43. ISBN 978-85-397-0970-0

GENTILE, Fabio. **O corporativismo fascista: um modelo para o Brasil nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. In: Encontro de História da ANPUH-RIO, 17, Campus Nova Iguaçu. Anais... Nova Iguaçu, 2016. http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465597143_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Capturado em: 24 Agosto 2017.

GEORGE, Gurvitch. **Proudhon**. Lisboa: Edições 70, 1983.

GILBERT, Martin. **A História do Século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **A formação do Integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado**. Campo Grande: Revista de História, v. 4 n. 8, jul/dez. 2012. Disponível em <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/search/search>. Capturado em 12 Agosto 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira, **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do Conservadorismo Português**. Tese 668 f. (Doutorado em História)- Pontifício Universidade Católica, São Paulo, 2102. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12766/1/Leandro%20Pereira%20Goncalves.pdf>. Capturado em: 30 Março 2018.

GONÇALVES, Luís da Cunha. **Princípios de Direito Corporativo**. Lisboa: Oficinas Gráficas, 1935.

GONÇALVES, M^a das Graças R. **Villa-Lobos, o educador: canto orfeônico e Estado Novo**, tese apresentada à Universidade Federal Fluminense em 2017. 2v. (623f). Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2166.pdf>. Capturado em 31 Agosto 2018.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; ROQUE, Nathaly Campitelli. **Teoria Tridimensional do Direito: Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito**. 1. ed. São Paulo: 2017. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel_reale. Capturado em: 02 Agosto 2017.

GONZÁLEZ, Horácio. **A Comuna de Paris. Os assaltantes do céu**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- HAAG, John Joseph. **Othmar Spann and the Politics of "Totality": Corporatism in Theory and Practice**. Houston: Rice University, 1969.
- HAURIUO, Maurice. **A teoria da instituição e da fundação. Ensaio de Vitalismo Social. Ensaio de Vitalismo social**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.
- HECKER, Frederico Alexandre. **A Repressão aos Imigrantes Portugueses em São Paulo: Os Subversivos e os Outros**. 2015. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/nas-duas-margens.-os-portugueses-no-brasil/a-repressao-aos-imigrantes-portugueses-em-sao-paulo-os-subversivos-e-os-outros/a-repressao-aos-imigrantes-portugueses-em-sao-paulo-os-subversivos-e-os-outros?searchterm=a+repress%C3%A3o+aos+imigrantes>. Capturado em: 31 Outubro 2015.
- HESPANHA, António Manuel. **A Representação Orgânica, in República, Cidadania e Representação Política em Portugal 1820-1926**. Lisboa: Assembleia da República, 2010 (coord. Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida).
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal - séc. XVII**. Rio de Mouro: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1986.
- HOBSBAWM, E J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, E. J. **História do Marxismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- HOMEM, António Pedro Barbas. **A Lei da Liberdade: Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico**. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2013. v. 1.
- HOMEM, António Pedro Barbas; FREITAS, Pedro Caridade de. **Textos de apoio de História das Relações Internacionais**. Lisboa: AAAFDL, 2013.

- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- HUGO, Victor. 1 de Março: Dia Internacional para a Abolição da Pena de Morte. 2010. Disponível em: <http://www.theuniplanet.com/2010/03/1-de-marco-dia-internacional-para.html>. Capturado em: 18 de Dezembro 2015.
- IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.
- INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Vol XXIV, 1922.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Área Territorial Brasileira. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km.html>. Capturado em: 06 Agosto 2018.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro...** 2018. Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico.html>. Capturado em: 27 Maio 2018.
- INTEGRALISMO Lusitano, **Ideologia e Actuação Política** – Com base nas publicações a Monarquia e Nação Portuguesa - LUSÍADA, Revista de Ciência e Cultura, n. 03, abril. 1995.
- JATOBÁ, Lucivânio. **Vida e obra de Gilberto Osório de Andrade**. Revista Brasileira de Geomorfologia, vol. 4, nº 59-61, 2003.
- JUREMA, Aderbal. **O sentido da Colonização Portuguesa no Brasil**. Recife: Ciclo Cultural Luso-Brazileiro, 1942.
- KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. 2. ed. São Paulo: Record, 2002.
- KOSSOY, B. **Leo efímero y lo perpetuo em la imagem fotográfica**. Madri: Cátedra Cuaderno Arte, 2014.

LEAL, Ernesto Casto. "Organicismo e Corporativismo em Portugal (1910 - 1926)", in **A era do corporativismo: Regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal**. ABREU, Luciano Arone de; SANTOS, Paula Borges. (Orgs.) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017 recurso on-line (290 p.) - (Série mundo contemporâneo;10), p. 10. ISBN 978-85-397-0970-0. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Capturado em: 10 Abril 2018.

LEAL, Ernesto. **A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)**. **Análise Social**. Vol. 33, nº 148. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844195Y5tKQ1wv2Fi36ZC7.pdf>. Capturado em: 09 Julho 2018.

LEITÃO, Luís Menezes. **Marcello Caetano: Um destino**. ed. 1. Lisboa: Quetzal Editores, 2014.

LEITE, João Pinto da Costa. (Lumbrales), **A doutrina corporativa em Portugal**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1936.

LEMBO, Cláudio. **A pessoa: seus direitos**. Barueri: Manole, 2007.

LIBRERIA EDITRICE VATICANA. **Carta Encíclica**: Quadragésimo Anno de sua santidade Papa Pio XI. 2018. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html - Capturado em: 12 Junho 2018.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Il nuovo Código de Processo Civil brasileiro, in **Problemi del Processo Civile**. Milano: Morano, 1962.

LIMA, José Reinaldo de. **O Direito na História: lições introdutórias**, São Paulo: Max Limonad, 2000.

LOCHERY. Neill. **LISBOA a cidade vista de fora** (1933-1974). 1. ed - Lisboa: Editorial Presença, 2013.

LOEWENSTEIN, Karl. **Brazil Under Vargas**. New York: The Macmillan Company, Third Printing, 1944.

LOFF, Manuel. **Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936 - 1942)**. ed. 1. Porto: Campo das Letras, 1996.

LOPES, José Alberto Azeredo. **Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

LOPES, Oscar. O Saudosismo Integralista, *in* **Entre Fialho e Nemésio**. vol. I. Lisboa: 1987.

LOS XXVI Puntos Del Estado Español. Disponível em: <https://www.heraldicahispanica.com/XXVIpuntos.htm>. Capturado em 05 Maio 2018.

LOURO, Manuel. **O património dos Francos é multimilionário. “Foi extorsão e roubo”**. *Público*, Edição Lisboa, de 20 Setembro 2018, Ano XXIX, nº 10.379.

LOUSSE, Émile. **Organização e Representação Corporativas**. Lisboa: Biblioteca Social e Corporativa, s.d.

LUBAMBO, Manoel. **O humanismo financeiro de Salazar**. Recife: Ciclo cultural luso-brasileiro, 1942.

LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar**. Lisboa: Alêtheia Editores, Portugal, 2015.

LUCENA, Manuel. **A Evolução do sistema corporativo Português**. 2. vols. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

LUSÍADA. **Revista de Ciência e Cultura** – Série de História – n. 03, abril/ 1995.

MACHETE, Rui Chancerelle de. **Os princípios e classificações fundamentais do Corporativismo**, *in* *ScientiaIvridica*. Braga: n.ºs 99-100, Setembro-Outubro 1969.

MADUREIRA, Arnaldo. **Salazar tempos difíceis**. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

MAGALHÃES, Agamenon. **Ideias e lutas**. Recife: Raiz, 1985.

MAGALHÃES, Agamenon. **O Estado e a realidade contemporânea**. [S.l.]: Diário da Manhã, 1934.

MAGALHÃES, Agamenon. **Teoria do Estado Novo**. Folha da Manhã, Recife, 1º de Março de 1939.

MAIO, Chor Marcos. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30, *in* PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MANN, Michael. **Fascistas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANOILESCO, Mihail. **O século do corporativismo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

MANOILESCU, Mihael. **Le parti unique**: institution politique des Regimes nouveaux. Paris: Les Oeuvres Françaises, 1936.

MANUEL Maria Múrias Júnior. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/murias_junior_manuel_maria.pdf - Capturado em: 18 Maio 2018.

MARCHI, Riccardo (Coord.). **As Raízes profundas não gelam?** Ideias e percursos das Direitas Portuguesas, Alfragide, Texto Editores, 2012.

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

MARTINEZ, Pedro Soares Martinez. **Manual de Direito Corporativo**. 3. ed. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971.

MARTINEZ, Pedro Soares. **Direito Corporativo**. Reedição de parte das lições de Direito Corporativo, segundo as prelações do Exmo. Sr. Prof. ao curso de 1958-1959, Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1963.

MARTINEZ, Pedro Soares. **Gilberto Freyre- Sábio Inovador**, *in* RFDUL, vol. XXVI, 1985; **Evocação de Martinho Nobre de Mello**, *in* RFDUL, vol. XLIII, n.º 2, 2002.

- MARTINEZ, Pedro Soares. Martinho Nobre de Mello, *in* **A Faculdade de Direito de Lisboa no Seu Centenário**. Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. II, os Doutores.
- MARTINEZ, Pedro Soares. **Saudação a Gilberto Freyre**, *in* Sessão de Homenagem a Gilberto Freyre. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1983;
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.
- MARTINS, Oliveira. **As Eleições**. Lisboa: Carvalho & Cia, 1878.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.
- MAURA, Miguel. *Así cayó Alfonso XIII*, Barcelona, 1966.
- MAURÍCIO, Domingos. **Integralismo Lusitano**, *in* Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira, vol. 10. Lisboa: 1970.
- MAURRAS, Charles. **Mes Idées Politiques**. França: L'Age d'Homme, 2003.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MEDINA, João. **O Pelicano e a Seara**. Integralistas e Seareiros juntos na revista Homens Livres. Lisboa: 1978.

MEDINA, João. **Os primeiros fascistas portugueses, separata de Vértice**. Coimbra, 1978.

MELLO, Gonçalo Sampaio e. **Luís de Almeida Braga ou o elogio da derrota**. Sintra: Vária escrita, Cadernos de estudos arquivísticos, históricos e Documentais, n. 7, 2000.

MELLO, Gonçalo Sampaio e. **Vultos & Perfis**. Silveira: Bookbuilders, 2019.

MELLO, José Antônio Golsalves de. **Gente da Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco 1542 - 1654**. 2. ed. Brasil: Editora Massangana, 1996.

MELLO, Martinho Nobre de. **Ficha Biográfica: Martinho Nobre de Mello (1891-1985)**. Disponível em: https://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?I=1&ID=1381 - Capturado em: 11 de Setembro 2018.

MELLO, Martinho Nobre de. **Para além da revolução: ensaios de filosofia política: estudos morais e sociais: crítica e doutrina**. 1. ed. Lisboa: Ferin, 1925.

MELLO, Virgínia Pernambucano de. **Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco (1855-1905)**. Recife: Editora Recife, 1997.

MELO, Mário. **Como vi Portugal**. Recife: Livraria Colombo (editora), 1938.

MEMORIAM de Alfredo Pimenta no centenário do seu Nascimento. **Boletim de Trabalhos Históricos, Guimarães**, vol. XXXIII, 1982.

MENDONÇA, Carlos Vinicius de. **O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral**. Vitória: SINAIS – Revista eletrônica de Ciências Sociais. CCHN, UFES, Edição n. 7, v.1, Junho 2010. p. 89-104. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2890/2356> - Capturado em: 21 junho 2017.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Afonso Costa**. Lisboa: Editora Texto, 2010.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar biografia definitiva**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2011.

- MENEZES, José Luiz da Mota. **A Recriação do Paraíso: judeus e cristãos-novos em Olinda e no Recife nos séculos 16 e 17**. Recife: CEPE Editora, 2016.
- MESQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade**. 1. ed - São Paulo: Editora Global, 2018.
- MILZA, Pierre. **Mussolini**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: Limites e Espaços da Cura**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.
- MIRANDA, Jorge, **A Nova Constituição Brasileira**, in Revista Brasileira de Direito Comparado, Rio de Janeiro, publicação do Instituto de Direito Comparado Luso Brasileiro (Ed. Forense), 1990.
- MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, Tomo I.
- MOKYR, Joel (Ed.). **The Oxford encyclopedia of Economic History**. Oxford: University Press, vol. 2, 2003.
- MONCADA, Luís Cabral; GARRET, Antonio de Almeida; AMEAL, João; ULRICH Rui; ALMEIDA, Manoel Lopes de. **Um grande Português e um grande Europeu: Salazar**. Lisboa: U. N., 1948.
- MONICA, M. Filomena. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa: Presença – GIZ, 1978.
- MONSARAZ, Alberto. **Cartilha Monárquica**. Lisboa: Tip. Soares & Guedes Ltd, 1919.
- MONTEIRO, Góes. Dossies: imagens biográficas, in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro. Capturado em: 09 Junho 2018.

- MONTEIRO, Roberto. **História da Polícia Militar de Pernambuco**, Recife: Editora M.Inojosa, 1985.
- MORA, Damas Mário. **As casas do povo no Estado Corporativo**. Lisboa: Edições Cosmopólia, 1935.
- MORAIS, Carlos Blanco de. **Tópicos sobre a formação de uma comunidade constitucional lusófona**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.
- MORAIS, Carlos Blanco de; Coutinho, Luís Pereira (Org.). **Carl Schmitt Revisitado**. Lisboa: ICJP, 2014. Disponível em: https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/icjp_ebook_carlschmittrevisitado.pdf e <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/4582/view>. Capturado em: 09 Março 2018.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil - A vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 – 1942)**. 2015. f. 417 Tese (Doutorado em filosofia e ciências humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campina-SP, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000953153>. Capturado em: 12 Maio 2016.
- MOURA, Horácio de (Coord.). **Pontos de Doutrina**. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1967. 2 v.
- MOURA, Horácio. **Reflexões sobre os discursos de Salazar**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.
- MUSIEDLAK, Didier. Conclusão. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MUSSOLINI, Benito. **Estado Corporativo**. Versão para eBook: eBooksBrasil.org; Fonte Digital: www.jahr.org, 2005, apresentação de Nélson Jahr Garcia.

- MUSTAFÁ, Izani. **O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) no período de 1930 - 1945**. Porto Alegre: Tese de doutoramento apresentada a PUC-RS, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4607>. Capturado em: 01 Agosto 2018.
- NASSER, David. **Falta Alguém em Nuremberg - Torturas da Polícia de Filinto Strubling Müller**. 4. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- NATÁLIA Rodrigues. **Estado Novo**. 2017. <https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>. Capturado em: 31 Dezembro 2017.
- NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930 - 1945)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Poente do Constitucionalismo Brasileiro: a Constituição de 1937. In: **História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva**. BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo (Orgs). São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- NOGUEIRA JR., Arnaldo. **Gilberto Freyre**. Disponível em: www.releituras.com/gilbertofreyre_bio.asp. Capturado em: 24 Outubro 2015.
- NOGUEIRA PINTO, Jaime (Org.). **Salazar visto pelos seus Próximos (1946-68)**, Venda Nova: Bertrand, 1993.
- NOGUEIRA, Alberto Franco. **O Estado Novo (1933-1974)**. Porto: Editora Civilização, 2000.
- NOGUEIRA, Franco. **Salazar. Vol II - Os tempos áureos (1928-1936)**. Coimbra: Atlântida Editora, 1987.
- NOGUEIRA, Franco. **Salazar. Vol III - As Grandes Crises (1936-1945)**. Coimbra: Atlântida Editora, 1987.
- NOGUEIRA, José Artur Duarte. **História do direito europeu - relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino teórico e prático da disciplina**. Suplemento. Coimbra: Coimbra Editores, 2008.

NOGUEIRA, José Artur Duarte. **Objecto e método na história do direito.** Revista Duc *in* Altum Cadernos de Direito, V. 7, n. 11, Jan./Abr. 2015.

NUNES, Adérito Sedas. **A organização corporativa e o Serviço Social**, *in* Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, n.º 23, Julho-Setembro de 1955.

NUNES, Adérito Sedas. **Situação e Problemas do Corporativismo.** Lisboa, Gabinete de Estudos Corporativos, 1954;

NUNES, Filipe de Arede. **A construção jurídico-política do estado social em Portugal durante o Estado Novo (1933-1974).** Alameda da Universidade, Lisboa: AAFDL, 2018.

NUNES, Filipe de Arede. **Estado Novo, Casamento e Código Civil, Contributo para o estudo da História do Pensamento Político Português.** Alameda da Universidade - 1649-014. Lisboa: AAFDL, 2011.

O DIREITO, **Revista de Jurisprudência.** Lisboa. Outubro de 1941.

OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de. **O Integralismo lusitano - ideologia e actuação política lusíada.** Revista de Ciência e Cultura, n. 3, abr. 1995.

ORSO, Paulino José. **As lições da Comuna de Paris para a educação.** Revista Adusp, n. 24, Dezembro 2001.
https://www.adusp.org.br/files/revistas/24/p06_10.PDF.
Capturado em: 04 Junho 2018.

OS MORTOS DE CHICAGO. Página da educação, n.º 134.
<https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=134&doc=10092&mid=2>C>
apturado em: Junho 2018.

OTERO, Paulo. **A Democracia Totalitária.** Cascais: Principia, 2001.

OTERO, Paulo. Corporativismo Político, *in* **Dicionário de História de Portugal – Suplemento**, vol. VII. Porto: 1999;

OTERO, Paulo. **Os últimos meses de Salazar: Agosto de 1968 a Julho de 1970**. Coimbra: Editora Almedina, 2008.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PATRIARCA, Maria de Fátima. **A Questão Social no Salazarismo**, 2 vols. Lisboa: IN-CM, 1995.

PAULO, Heloisa. **Aqui Também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo**. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

PAULO, Heloisa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil**. O SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PAYNE, Stanley G. **The Franco Regime, 1936 - 1975**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.

PAYNE, Stanley G. **The Spanish Civil War, the Soviet Union and communism**. USA, Yale University Press: New Haven & London, 2004.

PEDROSA, Alcindo. **Um tempo de memória**. Olinda-PE: [s.n.], 1983.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai (Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PEREIRA, Maria Helena Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. ed. 2. vol. 2. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

PEREIRA, Pedro Theotónio. **A Batalha do Futuro. Organização Corporativa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937;

PEREIRA, Pedro Theotónio. **Memórias**. 2 vols. Lisboa: Editora Verbo, 1972-1973.

PERFECTO, Miguel Angel. **El corporativismo en España: desde los orígenes a la década de 1930. Pasado y memoria**. Revista de Historia Contemporánea, vol. 5, 2006.

- PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PIMENTA, Alfredo. **Contra a Democracia**. Lisboa: Gráfica Oriental, 1949.
- PIMENTA, Alfredo. **Nas vésperas do Estado Novo**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1937.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política**. [S.n.]: A Esfera dos Livros, 2007.
- PINTO, António Costa. **O corporativismo nas Ditaduras da época do Fascismo**. Belo Horizonte: Varia História, vol. 30, nº 52, Jan./Abr, 2014.
- PINTO, António Costa. **Os camisas azuis ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945**. Lisboa: Estampa, 1994.
- PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. 1. ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- PINTO, Eduardo Vera-Cruz. **Curso de direito romano**. Coimbra: Principia, 2012.
- PINTO, Jaime Nogueira. **A Direita e as Direitas**. Lisboa: Difel, 1996.
- PINTO, Ricardo Leite. Algumas hipóteses sobre a “república” e o “republicanismo”, *in* **Perspectivas Constitucionais**. vol. 3. Coimbra: 1998.
- PINTO, Sobral. **Biografia**. (v.d Coutinho, Amélia). <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>. Capturado em: 23 Agosto 2018.
- PINTO, Sobral. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.
- PIRENNE, Henri. **História econômica e social da idade média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963.

PRÉLOT, Macel; LESCUYER, Georges. **História das ideias políticas**. vol. 2. Lisboa: Editora Presença, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. **Óscar Carmona**. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=28>. Capturado em: 12 Março 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. **Sidónio Bernardino da Silva Pais**. <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=34>. Capturado em: 12 Março 2017.

PRETO, Rolão. **Obras Completas**. José Melo Alexandrino (Org.). vol. 2. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

PROENÇA, J. J. Gonçalves de. **Diálogo Corporativo**. Lisboa: Junta da Acção Social, 1965.

PROENÇA, Raul. **Acerca do Integralismo lusitano**. Lisboa: Edição Seara Nova, 1964.

QUERÓ, Afonso Rodrigues. **Reflexões sobre a teoria do desvio de poder em direito administrativo**. 1. ed. Coimbra: Editora Coimbra, 1940.

QUINTAS, José Manoel. **Filhos de ramires: as origens do Integralismo lusitano**. Lisboa: Editora Nova Ática, 2004.

RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: o inventor do Salazarismo – Mitos e falsificações do homem da propaganda de Ditadura**. 1. ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2015.

RAPOSO, Hipólito. **Dois Nacionalismos L, Action Française e o Integralismo lusitano**. Lisboa: Livraria Ferin, 1919.

RAPOSO, Hipólito. **Folhas do meu Cadastro - 1926-1952**. vol. 2. Lisboa: Edições Gama, 1986.

REALE, Miguel. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**, in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oliveira_viana. Capturado em: 12 Março 2017.

REALE, Miguel. **Memórias 1: Destinos cruzados**. São Paulo: Saraiva, 1986.

REALE, Miguel. **Obras políticas 1ª fase - 1931 - 1937**. Brasília: Editora de Brasília, 1983, Tomo 2.

REALE, Miguel. **Perspectivas integralistas**. São Paulo: Odeon, 1935.

REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1980.

RECIO, Glicério Sanhcez. **A vaga corporativa: corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

REIS, Alberto dos. **Processo ordinário civil e commercial**. vol. 1. Coimbra: Impressão Acadêmica, 1907.

REIS, José Alberto dos. **Breve estudo sobre a reforma do processo civil e comercial**. 2. ed. atual. Coimbra: Coimbra Editora, 1929.

REIS, José Alberto dos. **Código de processo civil brasileiro**. *Revista Brasília*. Crítica. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.

RÉMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2011.

REVOLUÇÃO DE 1930. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Capturado em: 07 Janeiro 2017.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira **A Organização corporativa portuguesa**. Boletim da Faculdade de Direito, Suplemento V, 1945.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira. **Lições de Direito Corporativo**. Coimbra: Coimbra Editora, 1938.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira. **Princípio e fins do Sistema Corporativo Português**. Coimbra: Coimbra Editora, 1939.

RIBEIRO, Luís da Silva Ribeiro. **A Profissão de advogado: deontologia e legislação**. Angra do Heroísmo: Editora Andrade, 1923.

RIBEIRO, Maria da Conceição. **A polícia-política no Estado Novo: 1926-1945**. Lisboa: Estampa, 1995.

RIBEIRO, Nelson. **A emissora nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945**. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

RODRIGUES, Luiz Cézar B. **A Primeira Guerra Mundial**. 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ROSAS, Fernando (Coord.). **História de Portugal**, vol. VII – O Estado Novo (1926-1974), Lisboa: Editorial Estampa, 1998. V. 7.

ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo, 1928-1938**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. (Imprensa universitária, 56).

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M Brandão de. **Dicionário de história do Estado Novo**. vol, 1. Círculo de Leitores, 1996.

ROSE, R. S. **O Homem mais perigoso do país: biografia de Filito Muller**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2107.

RUAS, Henrique Barrilaro. Cristianismo e Integralismo, *in* **A Moeda, o Homem e Deus**. Lisboa, 1957.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos (1928-1934)**. vol I. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, António de Oliveira. **Inéditos e Dispersos**, 5 vols. CRUZ, Manuel Braga da. (Org.). Lisboa: Venda Nova, Bertrand, 1997-1998.

- SALAZAR, Antonio de Oliveira. **Pensamento e Doutrina Política**. Textos Antológicos. PINTO, Jaime Nogueira; HENRIQUE, Mendo Castro; MELLO, Gonçalo Sampaio (Orgs.). Lisboa, Verbo, 2007.
- SALAZAR, António de Oliveira. **Portugal no Período de 1930 – 1945**. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014.
- SALDANHA, Nelson. **Pequeno Dicionário da Teoria do Direito e Filosofia Política**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987.
- SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1934.
- SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- SALGADO, Plínio. **O Conceito Cristão da Democracia**. São Paulo: Guanumby, 1945.
- SÁNCHEZ SOLER, Mariano. **La Familia Franco S.A.** negocios y privilegios de la saga del último dictador de Occidente. Barcelona:Roca Editorial de Libros, 2019 (ISBN: 9788417805692).
- SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler, a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.
- SANTANA, Ana Lucia. **Semana de arte moderna**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna/>. Capturado em: 10 Março 2013.
- SANTUÁRIO NACIONAL DE CRISTO REI. **História do Santuário Nacional de Cristo Rei**. 2015. <http://www.cristorei.pt/aboutus.aspx>. Capturado em: 02 Janeiro 2017.
- SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno. **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- SARAIVA, J. Silva. **O pensamento político de Salazar**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1953.

SARAIVA, Mário. Claro **Dilema (Monarquia ou República?)**. Lisboa: Editora Gama, 1944.

SARAIVA, Mário. **Em tempo de mudança**. Lisboa: Cultura Monárquica, 1992.

SARAIVA, Mário. **Razões Reais**. Lisboa: Editora QP, 1970.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2009.

SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **Lições sistematizadas de história do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

SCATIMBURGO, João de. **O Poder Moderador - História e Teoria**. São Paulo: Editora Pineira, 1980.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e Relações Luso Brasileiras (1937-1945)**. 304 f. Tese (Doutorado em história) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3950/1/000399689-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Capturado em: 21 Dezembro 2015.

SCHILLING, Voltaire. **História**. 2017. <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/eugenia7.htm>. Capturado em: 29 Julho 2017.

SCHMITT, Carl. *Der Huter der Verfassung*. 1931, Berlim, Duncker e Humblot, 1996, *apud* Paulo Ferreira da Cunha *In Repensar o Direito: um manual de filosofia jurídica*. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda S.A, 2013, prefaciado por Mário Bigote Chorão e José Adelino Maltez.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Justa - Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

SÉNAT. **Instituição**. 2018. https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html. Capturado em: 17 Agosto 2018.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. 3. ed. Lisboa: Editora Verbo, 1988.

SERRÃO, Joel. **“Corporação”**, in Pequeno dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1993.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**. vol. 1 e 2. ed. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

SILVA, Carlos Edson Martins da. A Missão Médica Especial brasileira de caráter militar na Primeira Guerra Mundial. **Revista Navigator**, 2014. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art2.pdf - Capturado em: 22 Junho 2018.

SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen**. Rio Grande do Sul: LP&M, 1980.

SILVA, Hélio. **MEMÓRIAS: A VERDADE DE UM REVOLUCIONÁRIO - Olympio Mourão Filho - Ano 1978**. Rio de Janeiro, Editora LPM.

SILVA, Hélio. **Todos os golpes se parecem**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.

SINCLAIR, Upton. **The Jungle**. 1. ed. Estados Unidos: Barron's, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964)**. ed. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, Philip Dewayne. **A Formação Institucional e Social da Argentina e do Brasil: Um estudo comparativo do corporativismo estatal nos anos 1930-1955**. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010, p. 71. Certificação Digital: 0811309\CA. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16279/16279_1.PDF - Capturado em: 09 Agosto 2018.

SÓ HISTÓRIA. **Século XX**. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/cronologiaguerras/p5.php>. Capturado em: 26 Jan. 2014.

SOUSA, Enzo Collotti, **Fascismo, fascismi**. Milão: Sansoni Editore, 1994.

SOUSA, Marcello Rebelo de. **Discurso de Presidente da República Portuguesa, no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, no dia 13 de Abril de 2016**. Disponível em: <https://carloscoelho.eu/texts/view/discurso-de-marcello-rebelo-de-sousa-presidente-da-republica-portuguesa-no-plenario-do-parlamento-europeu-em-estrasburgo> - Capturado em: 10 Julho 2018.

SOUZA, Cícero Albuquerque de. **Retratos de professores: Associativismo docente em Pernambuco - 1979 / 1982, 2016**. 74 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação, Lisboa, 2016. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6908/Disserta%C3%A7%C3%A3o_C%C3%ADcero_final.pdf?sequence=1 - Capturado em: 31 Março 2018.

SOUZA, Francisco Martins de. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. vol 6. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, Coleção Caminhos Brasileiros.

SOUZA, Francisco Martins. **O Estado Nacional e outros ensaios**. Antologia. vol. 20. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Biblioteca do Pensamento Republicano.

SOUZA, Marnoco e. **Constituição Política da República Portuguesa: Comentário**. Coimbra: F. França Amado, 1913.

SPANN, O. **Der wabre Staat: Vorlesungen uber Abbruch und Neubau der Gesellschaft**. 2. ed. Leipzig: Quelle & Meyer, 1923.

SUFRAGISTAS. **Voto feminino na Inglaterra**. 2018. Disponível em: <https://www.canallondres.tv/sufragistas-voto-feminino-inglaterra/>. Capturado em: 30 Abril 2018.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 5. ed. Recife: Cepe, 2017.

TEIXEIRA, Milton. **Ribeiro Couto, ainda ausente**. São Paulo: Editora do Escritor, 1982.

- TOCQUEVILLE, Alexis. **DEL sistema penitenciario en Estados Unidos y su aplicación en Francia**. Espanha: Tecnos, 2006.
- TORGAL, Luís Reis. **Estado Novo: “República Corporativa”**. vol 27. Coimbra: Revista de História das Ideias, 2006.
- TORRES, Alberto. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres - Capturado em: 23 Agosto 2017.
- TORRES, Eduardo Cintra; MARINHO, Luís. **O Século do Povo Português (1910-1926) I República Revolução e Guerra**, Madrid: Ediclube, 2001.
- TRATADO DE PAZ EM VERSAILLES. Lisboa: Imprensa Nacional, 1919, VIII, 187.
- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **História da justiça do trabalho**. 2016. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>. Capturado em: 03 Janeiro 2016.
- TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Porto Alegre: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- TRONNY, José Augusto de Alarcão (Org.). **As Corporações na Economia Nacional**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1971.
- TUDOR, Lucian. **Othmar Spann: Um Católico Tradicionalista Radical**. Legio VICTRIX, 8 Maio 2015. Disponível em: <https://legio-victrix.blogspot.com/2015/05/lucian-tudor-othmar-spann-um-catolico.html>. Capturado em: 01 Jul. 2018.
- VASCONCELLOS FILHO, João Ignácio Cabral de. **Da Revolução de 30 ao Terror do Estado Novo (subsídios para a história de uma época)**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982.
- VIANA, Oliveira. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**, in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oliveira_viana - Capturado em: 12 Março 2017.

- VICENTE, Dario Moura. **Direito Comparado**. vol. I. Coimbra: Editora Almedina, 2014.
- VIEIRA, Paim. **Organização profissional, corporativismo e representação de classes**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933.
- VILELA, Álvaro da Costa Machado. **O Direito Internacional Privado no Código Civil Brasileiro**. Coimbra: Impresso da Universidade, 1921.
- VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.
- VITAL, Domingos Fezas. **Curso de Direito Corporativo**. ed. 1. Lisboa: Minerva Comercial Sintrense, 1940.
- VITAL, Domingos Fezas. **Curso de Direito Corporativo**. Porto: Livraria Fernando Machado, 1940.
- VOZ DO OESTE. **Plinio Salgado, in memorim**. São Paulo: Voz do Oeste. Autores brasileiros, vol. 1, 1986.
- WIARDA, Howard J. **Corporatism and development: the portuguese experience**. Amherst, The University of Massachusetts, 1977.
- WILKE, Carsten. **A história dos judeus portugueses**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- WOMEN IN WORLD HISTORY CURRICULUM. **Today's Heroes**. Linking Present to Past. Speaking Truth to Power. Madres of the Plaza de Mayo. 2016. Disponível em: <http://www.womeninworldhistory.com/contemporary-07.html>. Capturado em: 30 Julho 2017.
- ZAIDAN, Michel Filho. **A formação do primeiro grupo dirigente do PCB: As raízes culturais e políticas da formação dos primeiros comunistas no Brasil**. Brasil: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

II – LEGISLAÇÃO

ARGENTINA:

Decreto-Lei nº 23.852 de 1945 / Associações Profissionais. (Vd. SMITH, Philip Dewayne. **Tese de Mestrado: A Formação Institucional e Social da Argentina e do Brasil: Um estudo comparativo do corporativismo estatal nos anos 1930-1955.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010, p. 71). Certificação Digital: 0811309\CA. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16279/16279_1.PDF. Capturado em: 09 Agosto 2018).

BRASIL:

Obs - A legislação nacional, abaixo relacionada, foi pesquisada no sítios eletrônicos do Palácio do Planalto/Presidência da República (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>) e do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>), no Arquivo Público do Estado de Pernambuco (<http://arquivopublico.pe.gov.br/>) e na Companhia Editora de Pernambuco (<https://www.cepe.com.br/>), com as ressalvas específicas.

Circular nº 1.498 do Ministério das Relações Exteriores, de 06/01/1941 (Vd. KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo.** 2. ed. São Paulo: Record, 2002, p.127)

Código Civil brasileiro de 1917

Código de Processo Civil de 1939

Constituição brasileira de 1824

Constituição brasileira de 1891

Constituição brasileira de 1934

Constituição brasileira de 1937

Constituição brasileira de 1946

Constituição brasileira de 1967

Constituição brasileira de 1988

Decreto nº 78 – A de 21/12/1889 (Brasil)

Decreto nº 119-A de 07/01/1889 (Brasil)

Decreto nº 16.310 de 03/01/1907 (Brasil)

Decreto nº 3.361 de 26/10/1917 (Brasil)

Decreto nº 19.398 de 11/11/1930 (Brasil)

Decreto nº 19.408 de 18/11/1930 (Brasil)

Decreto nº 19.770 de 19/03/1931 (Brasil)

Decreto nº 21.076 de 24/02/1932 (Brasil)

Decreto nº 22.332 de 10/01/1933 (Brasil)

Decreto nº 22.653 de 22/04/1933 (Brasil)

Decreto nº 24.645 de 10/07/1934 (Brasil)

Decreto nº 24.694 de 12/07/ 1934 (Brasil)

Decreto nº 5.296 de 24/12/1934 (Brasil)

Decreto nº 428 de 16/05/1938 (Brasil)

Decreto nº 10.358 de 31/08/1942 (Brasil)

Decreto nº 4.657 de 04/09/1942 (Brasil)

Decreto Legislativo nº 117 de 02/10/1937 (Brasil)

Decreto-Lei nº 37 de 02/12/1937 (Brasil)

Decreto-Lei nº 640 de 22/08/1938 (Brasil)

Decreto-Lei nº 910 de 30/11/1938 (Brasil)

Decreto-Lei nº 1.402 de 05/07/1939 (Brasil)

Decreto-Lei nº 1.237 de 02/05/1939 (Brasil)

Decreto-Lei nº 2.072 de 08/03/1940 (Brasil)

Decreto-Lei nº 2.073 de 08/03/1940 (Brasil)

Decreto-Lei nº 2.377 de 08/07/1940 (Brasil)

Decreto-Lei nº 5.452 de 1/5/1943 (Brasil)

Decreto-Lei nº 7.281 de 30/01/1945 (Brasil)

Decreto-Lei nº 8.194 de 20/11/1945 (Brasil)

Lei Imperial nº 3.353 de 13/05/1888 - Lei Áurea (Brasil)

Lei nº 38 de 04/04/1935 (Brasil)

Lei Constitucional nº 1 de 16/05/1938 (Brasil)

Lei nº 244 de 11/09/1946 (Brasil)

Lei nº 2.004 de 03/10/1953 (Brasil)

Lei nº 8.624 de 04/02/1993 (Brasil)

Lei nº 8.906 de 04/07/1994 (Brasil)

Lei Estadual de Pernambuco nº 1.763 de 16/06/1925 (*Vd. Lei n. 1763 de 16 de junho de 1925: Código de processo civil e commercial. Recife: Rep. de Publicações Officiaes, 1925. 279 p*)

Lei Estadual de São Paulo nº 2.421 de 14/01/1930
(https://www.al.sp.gov.br/norma/impressao/66724/?ver_imp=true. Capturado em: 07 Agosto 2018)

PROVIMENTO nº 129/2008 DO CONSELHO FEDERAL DA OAB
(<http://www.oab.org.br/noticia/16144/oab-publica-provimento-sobre-atuacao-de-advogados-portugueses-no-pais> . Capturado em: 07 Agosto 2018)

ESPAÑA:

Decreto-Lei nº 26 de Novembro de 1926 (*Vd. RECIO, Glicerio Sánchez. “O Corporativismo na Ditadura franquista”. In: PINTO, António*

Costa; MARTINHO, Francisco Palomares. (Orgs.) **A Vaga Corporativa, Corporativismo e Ditaduras na Europa e América Latina**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Ed.1, 2016, p. 133)

FRANÇA

Lei Chapelier (<http://www.vie-publique.fr/documents-vp/loiChapelier.pdf...>
Capturado em: 06 Agosto 2018)

ITÁLIA

Carta del Lavoro

(<http://www.historia.unimi.it/sezione/fonti/codificazione/cartalavoro.pdf>. Capturado em: 10 April 2015)

Constituição da República Italiana de 1947

(<http://www.governo.it/costituzione-italiana/parte-seconda-ordinamento-della-repubblica/disposizioni-transitorie-e-finali>.
Capturado em: 07 Agosto 2018.)

PORTUGAL:

Obs- A legislação portuguesa, abaixo relacionada, foi pesquisada na Biblioteca Nacional de Portugal (<http://www.bnportugal.pt/>) e no sítio eletrônico do Ministério Público de Portugal (<http://www.ministeriopublico.pt/iframe/pesquisar>), com as ressalvas específicas.

Código Civil de 1867

Código Penal de 1886

Código de Processo Civil de 1876

Código de Processo Civil de 1939

Carta constitucional portuguesa de 1826

Constituição portuguesa de 1911

Constituição portuguesa de 1933

Constituição portuguesa de 1976

Circular nº 14 do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 11/11/1939
(<http://vidaspoupadas.idiplomatico.pt/aristides-de-sousa-mendes/documentos/>. Capturado em: 07 Agosto 2018)

Decreto nº 11.715 de 12/06/1926 (Portugal)

Decreto nº 13.138 de 15/02/1927 (Portugal)'

Decreto nº 23.053 de 23/09/1933 (Portugal)

Decreto nº 25.136 de 16/03/1935 (Portugal)

Decreto nº 29.110 de 12/11/1938 (Portugal)

Decreto nº 33.547 de 23/02/1944 (Portugal)

Decreto-Lei nº 22.470 de 11/04/1933 (Portugal)

Decreto-Lei nº 22.992 de 29/08/1933 (Portugal)

Decreto-Lei nº 23.048 de 23/09/1933 (Portugal)

Decreto-Lei nº 23.051 de 23/09/1933 (Portugal)

Decreto-Lei n.º 23.053, de 23/09/1933 (Portugal)

Decreto-Lei nº 23.406 de 27/12/1933 (Portugal)

Decreto-Lei nº 24.631 de 06/11/1934 (Portugal)

Decreto-Lei nº 26.611 de 19/05/1936 (Portugal)

Decreto-Lei nº 27.058 de 30/09/1936 (Portugal)

Decreto-Lei nº 29.637 de 28/05/1939 (Portugal)

Decreto-lei nº 29.931 de 15/09/1939 (Portugal)

Decreto-Lei nº 35.046 de 22/10/1945 (Portugal)

Lei nº 1.130 de 01/07/1926 (Portugal)

Lei nº 1.901 de 21/05/1935 (Portugal)

Lei nº 1.941 de 11/04/1936 (Portugal)

Lei nº 15 de 26/01/2005 (Portugal)

REINO UNIDO

Peal's Act (<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/19thcentury/overview/earlyfactorylegislation/>. Capturado em: 07 Agosto 2018)

III - JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 330.242/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 22.10.2013, *DJe* 05.12.2013 (<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>)